UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ROBERTO LESTINGE

Belo Monte: um estudo crítico-discursivo e ecolinguístico de notícias
veiculadas no *Jornal Nacional*.

São Paulo
2013

ROBERTO LESTINGE

Belo Monte: um estudo crítico-discursivo e ecolinguístico de notícias
veiculadas no *Jornal Nacional*.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras

Área de Concentração: Estudos do Discurso em Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte – figurando a identificação do autor, título, instituição e ano.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Nome: LESTINGE, Roberto

Título: **Belo Monte**: um estudo crítico-discursivo e ecolinguístico de notícias veiculadas no *Jornal Nacional*.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras

Aprovado em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias
Julgamento: _____

Instituição: Universidade de São Paulo
Assinatura: _____

Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha V. O. Andrade
Julgamento: _____

Instituição: Universidade de São Paulo
Assinatura: _____

Prof. Dr. Eugênio Bucci
Julgamento: _____

Instituição: Universidade de São Paulo
Assinatura: _____

Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo
Julgamento: _____

Instituição: Universidade de São Paulo
Assinatura: _____

Prof. Dr. Teun van Dijk
Julgamento: _____

Instituição: Universidade Pompeu Fabra –
Barcelona, Espanha
Assinatura: _____

Dedicatória

Aos que resistem a todas as formas de opressão do ser humano e da natureza.
A Chico Mendes, Dorothy Stang e todos os esquecidos pelo Jornal Nacional.

Autor: Lunae Parracho (Reuters). 28 maio 2013. *Environmental Protest in Brazil – Picture of the Day*. Fonte: *The Guardian*

*Fracassei em quase tudo que fiz. Tentei defender os povos da floresta, e essas
mortes mostram que não consegui.
Tentei defender os rios amazônicos e Belo Monte mostra que não consegui.
Tentei defender a floresta, e o desmatamento insiste em mostrar que fracassei.
Mas meus fracassos são minhas vitórias.
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.*

Felício Pontes Jr.
(Procurador da República no Pará,
parafraseando Darcy Ribeiro)

Agradecimentos

À professora Doutora **Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade** pelo paciente trabalho de orientação durante o processo de passagem do jornalismo para a linguística.

À Professora Doutora **Ana Rosa Ferreira Dias** da Universidade de São Paulo e à Professora Doutora da PUC **Beth Braith** pelas sugestões durante o exame de qualificação.

Ao Professor Doutor **Teun Van Dijk** por sua generosa acolhida intelectual em Barcelona.

Ao Professor Doutor **Paulo Roberto Gonçalves Segundo** pela disponibilidade em sempre me ouvir e sugerir soluções epistemológicas.

Ao Professor Doutor **Jacob Mey**, USD, Dinamarca, por suas valiosas contribuições e permanente entusiasmo com nosso trabalho.

Aos Professores Doutores que têm se empenhado em estabelecer a Ecolinguística por todo o mundo. **Alwin Fill**, Universidade de Graz, Áustria; **Arran Stibbe**, Universidade de Gloucestershire, Inglaterra; **Hildo Honório do Couto**, UnB, Brasil, **Joshua Nash**, Universidade de Adelaide, Austrália.

Às Professoras Doutoras que nos honraram com o interesse pelo nosso trabalho com convites para palestras e seminários. **Ruth Wodak**, *Language, Ideology and Power*, Universidade de Lancaster, Inglaterra; **Brigitte Nerlich**, Universidade de Nottingham, Inglaterra; **Su-ming Khoo**, Universidade de Galway, Irlanda.

À minha irmã, Professora Doutora **Sandra Regina Lestinge** que insiste em educar em um país que não preza pela educação.

Ao professor doutor **Rui Ramos**, Universidade do Minho, Portugal, pelos conselhos.

Ao procurador da República no Pará, **Felício Pontes Jr** por suas valiosas informações legais.

Ao Professor Doutor **Célio Bermann**, da USP, por suas valiosas informações técnicas.

À jornalista **Eliane Brum** da revista Época pela cessão das entrevistas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – entidade que concedeu a bolsa de pesquisa que possibilitou a realização deste estudo

A todos os meus mestres e todas as escolas que tiveram participação ativa neste percurso, que como a ACD, se inicia, mas não tem fim, apenas uma finalidade.

O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, quantas misérias e horrores não teriam poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: “Evitai ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!”. Porém, ao que tudo indica, então as coisas já haviam chegado ao ponto de não mais poder permanecer como eram, pois essa ideia de propriedade, dependente de muitas ideias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formou de uma só vez no espírito humano.

Rousseau

Aqueles que contam histórias governam a sociedade.

Platão

RESUMO

LESTINGE, R. **Belo Monte**: um estudo crítico-discursivo e ecolinguístico de notícias veiculadas no *Jornal Nacional*. 2013. 379f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Esta tese visa analisar o discurso produzido pelo *Jornal Nacional* (JN) da TV Globo, no período entre abril de 2010 e outubro de 2013, sobre o tema da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte de acordo com a perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Ecolinguística, além de usar premissas jornalísticas, já que estas constituem as bases do *corpus* analisado. O discurso sobre Belo Monte aborda vários temas a partir do sentido simbólico da usina e têm grande apelo no imaginário social atualmente como a ecologia e a ocupação da Amazônia de forma predatória. Daí a necessidade de recorrer a outras fontes de consulta técnica que nos fornecessem subsídios teóricos para não ficarmos restritos ao discurso dominante. A partir da análise dessas notícias a pesquisa se posicionou para operar dentro de uma ciência com uma vasta gama de áreas implicadas no campo socioambiental (a biologia, a antropologia, a economia). Nossa intenção é mostrar como os interesses das elites se articulam em nome de valores como a democracia e a liberdade de expressão para controlar os discursos e as ideologias que são de seu interesse, cuja finalidade última é criar, estabilizar e legitimar formas de dominância e abuso do poder social. Baseados nos estudos de van Dijk (2005) assumimos que “com esta investigação dissidente, os analistas do discurso tomam uma posição explícita e querem desta forma compreender, expor, e, em última análise, resistir à desigualdade social”. Operamos dentro desta linha epistemológica que considera a relação entre o uso da linguagem e a construção de sentidos, já que o discurso constitui a sociedade e seus valores culturais, utilizando vários postulados teórico-metodológicos de van Dijk. Com o apoio da teoria dos atores sociais de van Leeuwen (1997) que especifica a forma de representação dos atores nas notícias, foi possível estabelecer um ponto de partida dentro da ACD que possibilitou fazer a relação entre as notícias e o uso dos recursos léxicogramaticais que evidenciassem como são formadas as estratégias linguísticas que carregam em seu bojo ideologias que não estão alinhadas ao interesse da sociedade. Pretendemos que, ao final, o resultado esteja inserido no campo da Ecolinguística, que compreende todas as ciências aqui descritas e as unifica sob uma orientação holística, cuja base constitutiva é a relação de respeito e ética entre os homens e destes com a natureza, ressaltando que esta não possui voz própria. Portanto, é de fundamental importância descrever os processos semântico-pragmáticos utilizados pelo discurso telejornalístico, que buscam legitimar a dominação do homem sobre a natureza. O debate está aberto, e há uma pressa na construção e na apropriação do discurso ambiental. Por se tratar de um discurso novo, o discurso socioambiental nos oferece o privilégio de fazer o seu estudo e análise em um momento histórico difícil de ser repetido, considerando que não surgem novas grandes linhas de debates e temas discursivos com frequência. Dadas às fortes implicações socioeconômicas e dos impactos que uma formação discursiva ambiental veiculada por um órgão jornalístico do porte do JN possa acarretar, parece-nos oportuno apresentar um trabalho cuja contribuição é a de abrir novas perspectivas no debate que é a marca do nosso tempo e que já está sendo travado no campo discursivo-ideológico da Ecolinguística, para decidir se adotamos uma postura eco ou antropocêntrica.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; *Jornal Nacional*; Belo Monte; Ecolinguística; Ideologia; Notícia.

ABSTRACT

LESTINGE, R. **Belo Monte**: A critical discourse and ecolinguistics-inspired study of how the leading Brazilian newscast *Jornal Nacional* covered the construction in the Amazonian basin of a hydroelectric plant. 2013. 379f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This thesis aims to analyze the discourse produced by TV Globo's *Jornal Nacional* (JN) between April 2010 and October 2013, on the topic of the hydroelectric plant being constructed at Belo Monte. For this purpose, the analysis adopts the theoretical and methodological perspectives of Critical Discourse Analysis (hereafter: CDA) and Ecolinguistics, besides using journalistic methods, the latter considered to be germane to the analyzed corpus. In the discourse surrounding the Belo Monte dam, various topics are discussed from the perspective of the plant's symbolic meaning, such as, for instance, questions of ecology and the predatory occupation of the Amazon – topics with great appeal to current social imagination. Therefore, there is a need to resort to other sources of technical expertise in order to provide the theoretical wherewithal that will prevent the dialogue initiated by CDA from restricting itself to the dominant discourse. Analytically, the present research is positioned to operate within a science with a wide range of areas involved in the environmental field (biology, anthropology, economics). The present work intends to show how elite interests are articulated in the name of values such as democracy and freedom of expression, but actually aiming to control the relevant discourses and ideologies whose ultimate purpose is to create, stabilize and legitimize forms of dominance and abuse of social power. Based on studies by van Dijk, it is advocated that through such “dissident research, discourse analysts take explicit position, and thus want to understand, expose, and ultimately resist social inequality” (van Dijk 2005). Within this epistemological line of thinking, the relationship between language use and the construction of meaning is particularly targeted, since discourse constitutes society and its cultural values. Guided by van Leeuwen's (1997) theory of social agents, which specifies the form of representation of the actors in the news, it was possible to establish a CDA-inspired starting point for analyzing the relationship between the news and the use of lexical and grammatical resources. The analysis shows how the various agents form the linguistic strategies, which harbor ideologies that are not consonant with the interests of society at large. At the end of the day, we want our results to be brought to bear on the field of Ecolinguistics, which comprises all the sciences referred to above, unifying them under a holistic orientation, based on the respect and ethical attitudes that should characterize the relationship between humans and nature. In particular, since nature does not have a voice of its own, it is of fundamental importance to describe the semantic-pragmatic processes used in the discourse of television news, as it seeks to legitimize the domination of humans over nature, often to the detriment of the humans themselves. The debates have already started, and the various participants are rushing to construct and appropriate the current environmental discourse, which, being new, offers the privilege of carrying out research and analysis at an historical juncture that will be difficult to replicate, considering that major new directions do not often appear in debates. Given the large socioeconomic impact and environmental implications that a discursive formation conveyed by a journalistic medium with the outreach of JN is apt to carry, it seems appropriate to present a study aiming at opening new perspectives in the debates that are the hallmark of our times – debates which already are raging in the ideological-discursive field of Ecolinguistics, and that are crucial when it comes to deciding which way to go: adopting an anthropocentric position versus identifying with an ecologically responsible world-view.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Jornal Nacional; Belo Monte; Ecolinguistics; News; Ideology

LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
AD	Análise do Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ANA	Agência Nacional de Águas
ARE	Aparelhos Repressores de Estado
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSP	Folha de São Paulo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEE	Instituto de Eletrotécnica e Energia
JN	Jornal Nacional
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
MCP	Memória de Curto Prazo
ME	Memória Episódica
MLP	Memória de Longo Prazo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MS	Modelos Situacionais
NESA	Norte Energia S.A.
OEA	Organização dos Estados Americanos
OG	Organizações Globo
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
ONG	Organização Não-governamental

OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RT	Representação do Texto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
STF	Supremo Tribunal Federal
TV	Televisão
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
WWF	World Wildlife Foundation

Sumário

INTRODUÇÃO	15
JUSTIFICATIVA.....	22
OBJETIVOS	24
CAPÍTULO 1 – A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: DEFINIÇÃO, PERCURSO HISTÓRICO E RELAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS	28
1.1 Origens e conceitos de discurso	37
1.2 Percurso histórico da ACD.....	43
1.3 Considerações gerais e relações com a tecnologia	54
1.4 Elementos compositivos da ACD – discurso, ideologia e poder.....	58
1.5 O controle do discurso.....	61
1.6 A Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica.....	73
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE BELO MONTE NO DISCURSO JORNALÍSTICO	80
2.1 Relações entre discurso, cognição e sociedade	81
2.2 Os processos cognitivos	86
2.3 A construção dos referentes	97
2.4 Atores sociais – papéis e representações.....	109
2.5 Contextos – Macro e Micro.....	128
2.6 Interações de Poder, Hegemonia e Legitimidade	145
2.7 Ideologia.....	149
CAPÍTULO 3 – TELEJORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA.....	157
3.1 A mídia e o poder	159
3.2 A linguagem do telejornalismo	162
3.3 As relações entre o telejornalismo, a propaganda, a ideologia e o controle de massas.....	167
3.4 Televisão – um perigo para a democracia.....	177
3.5 Estratégias de construções discursivas	189
3.6 A estratégia de estruturação narrativa no telejornalismo	200
3.8 A construção da notícia: processo cognitivo, informação, desinformação, conhecimento	206
3.9 Instâncias da encenação, efeitos no espaço público	220
3.10 Jornalismo ambiental – ecolinguística	227
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE CRÍTICA DO NOTICIÁRIO SOBRE BELO MONTE NO JN	251
4.1 Contexto sócio-geopolítico e econômico de Belo Monte	252
4.1 As reportagens/notícias – <i>corpus</i> principal	256
4.2 Leitura e interpretação dos tempos das notícias e ordenação cronológica dos fatos.....	257

4.3 Análises das Notícias: (Os aspectos semânticos da macro-estrutura e a sequência tópica das narrativas).....	265
CONSIDERAÇÕES FINAIS	316
REFERÊNCIAS	324
ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS REPORTAGENS ANALISADAS – JN 1-21	340
Título: Usina de Belo Monte divide opiniões entre especialistas do setor elétrico	340
Título: “Índios protestam em Brasília contra usina de Belo Monte”	342
Título: “OEA pede que Brasil paralise licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte”	344
Título: “IBAMA emite licença para a usina de Belo Monte”	345
Título: “Sábado é marcado por protestos pelo Brasil contra a usina de Belo Monte”	346
Título: “Belo Monte é a maior e mais polêmica obra em andamento no país”	347
Título: “Obras na Usina de Belo Monte precisam tomar cuidado com o meio ambiente”	350
Título: “Obras da usina de Belo Monte vão afetar cidades vizinhas”	352
Título: “Justiça do Pará libera a retomada das obras da usina de Belo Monte”	355
Título: “Produção em usina (sic) hidrelétricas têm desafio de produzir sem agressões ao meio ambiente”	356
Título: “Justiça Federal do Pará pede retirada de índios que invadiram obras”	359
Título: “Polícia reforça segurança nos canteiros de obras da Usina de Belo Monte ..	360
Título: “Índios bloqueiam acesso a canteiro de obras da usina de Belo Monte no PA”	361
Título: “Índios ocupam o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte”	362
Título: “Índios não cumprem ordem de desocupar obras de Belo Monte”	363
Título: “Obras na usina de Belo Monte são retomadas após invasão de índios”	364
Título: “Índios vão a Brasília em aviões da FAB para discutir a construção de hidrelétricas”	365
Título: “Dilma defende solução negociada para os conflitos indígenas”	367
Título: “Índios Munduruku ocupam sede da FUNAI em Brasília”	368
Título: “Índios fazem protesto na Esplanada dos Ministérios”	369
Título: “Justiça manda suspender obras e licença ambiental de Belo Monte”	370
ANEXO B – ARTIGOS PUBLICADOS DE ILDO SAUER – REVISTA CARTA CAPITAL.....	371
ANEXO C – Notícias do JN e <i>corpus</i> das transcrições	377
ANEXO D – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	378

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado pode ser vista como a sequência natural da nossa dissertação de mestrado, “A visão da Ecologia no *Jornal Nacional*”¹, apresentada na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP).

Como jornalista de televisão, tendo trabalhado em várias áreas – da técnica à comercial - para diversas emissoras e programas de todo o mundo, incluindo o *Jornal Nacional* (JN) no Brasil e no exterior, sempre interessaram os processos de produção de sentido e as estratégias discursivas utilizadas por nós jornalistas para dar vida a algo que somos cientes de que não existe de forma absoluta, mas que é uma criação nossa cotidiana: a notícia.

O objetivo desta pesquisa é analisar as notícias relativas à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), que preconiza o estudo das relações entre o discurso, suas condicionantes ideológicas provenientes das diversas instâncias de poder. Entre estas, encontram-se distintos modos de dominância, frutos de uma posição hegemônica e cujos resultados se observam nos níveis de desigualdade social, do acesso à mídia, aos bens de capital, à educação e a todos os outros elementos que, em suma, deveriam constituir os direitos de um cidadão dentro do modelo proposto de democracia ocidental no qual nos inserimos. Trata-se de um modo de análise fortemente vincado com a crítica social, e que, portanto, precisa se contrapor ao que Pêcheux (2011, p. 86) denomina de Língua de Estado e que a define como:

Uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência de relações de classes: ela usa uma falsa aparência para contornar o que todo mundo sabe e ninguém pode dizer. Essa língua tende assim a passar pelo real, a representá-lo sem distância, a constituir seu equivalente: o dizível e o existente devem coincidir sem falha nos enunciados performativos do stalinismo, pronto para que a falha retorne pelo viés do absurdo.

Ao tentarmos fazer a definição do objeto de estudo, surgiu a pergunta que fazemos no início do Capítulo 2: “Mas afinal, o que é Belo Monte?”. Para Bermann (2012, p. 1), é “a autocracia energética como paradigma”. Para o JN “é a maior e mais polêmica obra em andamento no Brasil” (JN 7). Foi necessário realizar diferentes leituras a partir de diversas

¹ Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24072008-124359/pt-br.php>

instâncias linguísticas, como a topicalização e a seleção lexical, e sob diferentes óticas de contexto, para que a real dimensão das relações entre as práticas sociais e as práticas discursivas propostas em Fairclough (2001) se materializassem e fossem compreendidas em sua dimensão cognitiva.

A primeira leitura indicava para um problema ambiental polarizado nas próprias estratégias de construção discursiva oferecidas pelo JN. Isto é: estávamos sendo agendados pelo princípio da “manufatura do consenso” de Herman e Chomsky (2002), que trabalha com a mídia sob o conceito de propaganda. A polarização proposta pelo JN restringe os atores sociais entre vozes de ambientalistas e técnicos do governo, cada um apresentando seus argumentos, levando-nos a acreditar que o problema fosse apenas de cunho ambiental pela delimitação discursiva imposta. Romper os limites desse agendamento nos pareceu ser a primeira tarefa para uma análise crítica digna de seu nome, antidogmática por natureza. Para tanto dialogamos com os conceitos de ator social propostos por van Leeuwen (1997; 2008), que relaciona os papéis arrolados pela mídia para a encenação noticiosa, de acordo com a orientação contextual e ideológica em que esta se encontra.

O *corpus*, no seu total, é compreendido por 21 notícias, sendo que o critério de seleção das que foram analisadas se deu em função da amplitude que a leitura crítica oferecia e da abrangência na representatividade dos atores sociais implicados. Desse modo, analisamos JN 1, JN 2 e JN 6 como representativas de discursos específicos, e depois fizemos uma análise que compreende de JN 11 a JN 21 por entendermos que a intertextualidade entre elas formava um único e elaborado discurso contra os índios que acreditamos estar nos limites do racismo.

Observamos que se de um lado a ACD não oferece, nem pede, uma metodologia no sentido rígido, o que seria impossível, já que o próprio discurso, ao mesmo tempo, impõe e possibilita diversas leituras críticas; por outro lado, a ACD exige uma integração exaustiva de todas as abordagens que o texto apresenta e, que no caso de um discurso de telejornalismo, comprometido em reportar fatos, isso se torna tão essencial, como no nosso caso ao efetivarmos um estudo sobre eles, pois:

Comentar o mundo constitui uma atividade discursiva, complementar ao relato, que consiste em exercer faculdades de raciocínio para analisar o porquê e o como dos seres que se acham no mundo e dos fatos que aí se produzem. No fundo, desde a Antiguidade, pelo menos, o homem sempre tentou responder à questão de seu destino, desenvolvendo duas atividades discursivas complementares: o relato e o comentário. (CHARAUDEAU, 2006, p. 175).

Esse questionamento sobre quais outras instâncias estariam sendo ocultadas, desvelou uma outra dimensão de interesse da ACD, que trabalha textualmente na exclusão social relativa aos índios como atores sociais, no papel de donos legítimos das terras que foram invadidas. Invadidas? Se nossa seleção lexical oferece resistência à sua leitura é porque entendemos que ela está fora dos modelos mentais associados aos índios e das leituras do processo de deslegitimação dos seus direitos sobre a posse de suas terras. De acordo com Fairclough e Kress (1993, p. 4) isso ocorre porque “[...] o discurso é estruturado pela dominação [...]”, sendo “[...] historicamente produzido e interpretado [...]” e que “[...] as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder”, o que não é o nosso caso. Sendo assim:

A partir dessa perspectiva, as estruturas dominantes estabilizam as convenções e as naturalizam, isto é, os efeitos da ideologia e do poder na produção de significados são mascarados, e assumem formas estáveis e naturais: eles são tomados como ‘dados’. A resistência é vista, então, como a quebra de convenções, de práticas discursivas estáveis, através de atos de ‘criatividade’. (FAIRCLOUGH E KRESS, 1993, p. 4)

Leituras subsequentes nos levaram a investigar outros atores sociais e o resultado indicava para uma luta de poderes dentro do Estado brasileiro, entre agentes do governo, nomeadamente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão encarregado de emitir licenças ambientais, e o Ministério de Minas e Energia (MME), sob cuja área administrativa está Belo Monte, e o Ministério Público Federal (MPF) que questiona a legalidade das ações que envolvem a concessão de licenças. O MPF argumenta que a construção da usina apresenta não só problemas ambientais, mas também sociais. Por sociais, entendam-se os interesses da população brasileira levada a arcar com os custos envolvidos nesse megaprojeto, como se fosse em seu próprio benefício. Por população brasileira, entendam-se os habitantes urbanos, que são a maioria da audiência televisiva, e os índios e ribeirinhos, isto é, as populações tradicionais que serão removidas. Analisada sob a ótica de Giddens (1991, p. 37) sobre a transição entre uma cultura tradicional e a modernidade, temos uma ruptura histórica, de cunho antropológico, nestes segmentos da sociedade brasileira, pois o autor afirma que “[...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações [...]” e que a tradição é um modo de trabalhar com o tempo e o fator identitário do espaço, pela inserção das práticas culturais que dão continuidade ao passado, interligando-as ao presente e ao futuro. A inserção forçada dessas populações tradicionais dentro da modernidade representa muito mais que uma simples “mudança de endereço”, já que a

sociedade moderna se caracteriza por câmbios constantes e de amplo espectro, tornando-se uma forma de vida marcada pela reflexividade de modo que: “As práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter”. Como consequência, “Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social.” (GIDDENS, 1991, p. 21).

Esse posicionamento nos remete às considerações de Bauman (1999) sobre a natureza do Estado moderno, a partir das críticas feitas por Adorno e Horkheimer ao Iluminismo (e à civilização moderna), que denunciavam o objetivo do domínio da natureza pelo homem como sendo uma ferramenta para subjugar ao mesmo tempo os homens e a própria natureza. Para Bauman (1999, p. 29) o Estado moderno “deslegitimou a condição presente (selvagem, inculta) da população e desmantelou os mecanismos existentes de reprodução e autoequilíbrio”, substituindo-os por “mecanismos construídos com a finalidade de apontar a mudança na direção do projeto racional”.

É à luz dessas perspectivas que estudamos o discurso do JN sobre Belo Monte, isto é, um discurso que opera em diversas instâncias linguísticas e filosóficas. Esse procedimento está em linha com a postura de van Dijk (2005, p. 37) de que “[...] os problemas complexos do ‘mundo-real’ abordados pela ACD também precisam de uma abordagem histórica, cultural, socioeconômica, filosófica, lógica ou neurológica, dependendo daquilo que queremos saber”.

Por se tratar de um estudo linguístico com um *corpus* (principal) constituído no telejornalismo, havemos por bem incluir um segundo *corpus* (de cotejo) com o qual estaremos dialogando permanentemente e que se encontra na seção de Anexos. A razão é epistemológica, já que a base de conhecimentos necessários para uma abordagem crítica às notícias se alarga em função das dimensões constituintes dos textos que se encontra em diversas disciplinas. Esse procedimento nos parece devido, já que estamos analisando uma linguagem jornalística que, por vezes, opera semanticamente no campo dos números e dados e termos técnicos específicos dos campos da biologia, da eletrotécnica ou do direito, e que fogem à compreensão da grande maioria dos leitores e telespectadores. Longe de considerarmos esses dados como exógenos às questões linguísticas, acreditamos que se inserem perfeitamente em uma das categorias de análise do discurso como um dos *topoi* descritos por van Dijk (2009), que classifica o uso dos números dentro dos estereótipos de argumentação, como estratégia de validação. Assim, ao argumentar que “A usina teria capacidade de gerar 11 mil megawatts no período de cheia [...] a geração seria de 4,5 mil

megawatts. O suficiente para abastecer 22 milhões de residências por ano” (em JN 1, e parafraseada em JN 2, JN3, JN 4, JN 6), o jornalista transforma esses elementos estatísticos de números frios em recursos semânticos de força ilocutória que repousa no conhecimento cultural compartilhado de que “abastecer 22 milhões de residências por ano” é um elemento positivo. No entanto, é preciso verificar o que significa essa diferença de geração entre “11 mil megawatts no período de cheia” e “4,5 mil megawatts” (na vazante do rio), pois se ela está sendo utilizada como parte da estratégia argumentativa a favor da construção da usina, pode estar manipulando dados que são negativos, e que iriam contra a relação custo/benefício da obra. Para encobrir esse fato, o repórter faz uma asserção positiva “11 mil megawatts no período de cheia” seguido de uma justificativa de “4.5 mil megawatts” (que está implícita em função da vazante) sem explicar que o regime de cheias e de secas do rio é instável, e que, portanto, a média pode ser ainda menor. Desse modo, esses números escondem um posicionamento ideológico dentro da estratégia de persuasão, considerando apenas o cenário no melhor dos casos, isto é, selecionando os dados com os quais vai trabalhar. Isso significa que o JN usa o recurso de categorias linguísticas que podem ser inferidas a partir dos números como: mitigação, ameaça, estabelecimento de ordem de grandeza, comparação, implicação, pressuposição, modalização, para atingir seus efeitos discursivos e retóricos necessários.

A inserção de informações provenientes de diversos campos epistemológicos e de outras fontes de saber que permitissem um comparativo crítico nos pareceu fundamental para romper a barreira da análise feita puramente dentro da linguística. Assim, o trabalho ganha uma abrangência mais ampla como fonte de consulta futura, ao incluir outras referências técnicas e legais, de atores sociais que participam ativamente das diversas instâncias que compõem o contexto de uma questão tão complexa como é Belo Monte, mas que por diversas razões foram deixados de fora.

Assim sendo, a leitura dos textos dos professores do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (IEE/USP) – e experts na relação entre energia e ambiente – Célio Bermann (2012) e Ildo Sauer (Anexo B), oferecem-nos subsídios técnicos em uma linguagem acessível e com uma postura crítica relacionando o ponto fundamental de qualquer discurso inserido no modelo capitalista, que é a equação entre o custo de geração de uma hidrelétrica e a sua “pegada socioambiental”. Veremos no percurso das análises que esse é um dos *topoi* mais presentes nas macroproposições, em decorrência dos questionamentos do MPF levantados a respeito da idoneidade e do embasamento técnico das licenças concedidas pelo Ibama e cujo conflito faz emergir a percepção inicial de que o grande eixo condutor das notícias de Belo Monte passa principalmente pela leitura de que se trata de um problema

ambiental a ser resolvido, “compensado”, na linguagem pseudo-científica, já que não encontramos esse conceito fundamentado nem pelos enunciados do JN nem pelas vozes do Ibama que ele invoca.

O documento do professor Bermann intitulado “O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma” contém denúncias dos graves problemas e das contradições técnicas e socioambientais decorrentes da construção da usina e que são ignoradas pela mídia e pelo governo. Os artigos do professor Ildo Sauer foram extraídos da revista *Carta Capital* e servem como poderoso instrumento de crítica às equivocadas políticas do governo na gestão das matrizes energéticas que são omitidas da amplitude discursiva das discussões que envolvem Belo Monte pelo JN, apenas por uma questão ideológica assumida, já que esses documentos são de conhecimento público. Vejamos que se fosse feita a inclusão de um único excerto de uma entrevista de Sauer dentro das reportagens do JN, todo o eixo ideológico do discurso que justifica de maneira irresoluta a construção de Belo Monte teria de ser mudado, tão fortes são as evidências que ele apresenta, ao afirmar que o uso das energias naturais (e não alternativas como pretendem certos segmentos da mídia e da indústria petroleira) têm capacidade de gerar muito mais energia do que se consome no Brasil e no mundo e, portanto, a ideia da falta de energia é apenas uma estratégia de setores interessados na manutenção do *status quo* energético que é a do uso de combustíveis fósseis, hidrelétricas e usinas atômicas.

Agindo dentro desse método, estamos nos orientando pelo que diz van Dijk (2012) no sentido de que os contextos são formados cognitivamente e nas interações do dia a dia, resultado do próprio construto dos seus participantes, ao mesmo tempo em que as instituições políticas e socioeconômicas também atuam nessa formação. Os modelos mentais que vão sendo formados nesse percurso são também frutos das interações, já que o conhecimento geral pode ser derivado de modelos mentais que por sua vez são resultado da regularidade semântico-dicursiva com que certos temas são abordados. Acreditamos que, a partir desse princípio, é possível utilizar o conceito de Hall (2001, p. 516) sobre as relações no construto noticioso.

Definições dominantes conectam eventos, implícita ou explicitamente, para grandes totalizações, para grandes visões sintagmáticas do mundo. Elas reúnem as ‘grandes visões’ dos problemas, relacionam (estes) eventos ao ‘interesse nacional’ ou para o nível da geopolítica mesmo que façam essas conexões por modos truncados, invertidos ou mistificados.

Outra função importante do *corpus* de cotejo é que servirá não apenas como embasamento científico nas áreas que fazem parte do tema das notícias de modo direto e indireto, isto é, reconfigurando os contextos, como também incluem um raro posicionamento profissional e ético do jornalismo praticado dentro das empresas das Organizações Globo (OG), que é o exposto no texto denominado Editorial. A leitura do referido documento é de fundamental importância para nossas análises porque revela a postura crítica que as próprias OG se comprometeram a seguir.

Para o biólogo americano Commoner (1976), a chamada crise socioambiental é um encadeamento de processos inextricáveis. Ele diz que cada esforço para se solucionar um problema acaba se confrontando com outras áreas de conflitos, criando assim uma ciranda infundável como seria o caso da tentativa de redução da poluição gerada pelos combustíveis fósseis que ao consumir menos petróleo e carvão, terminaria gerando menos impostos e mais desemprego, criando – do ponto de vista estritamente econômico, claro – um círculo vicioso. Esse exemplo um tanto simplificado nos demonstra que estamos diante de: i) escolhas de prioridades entre economia e ecologia; ii) uma necessidade profunda de mudar nossos modelos de produção e consumo; e iii) observar profundamente quais estratégias discursivas estão sendo utilizadas pela mídia (e pela propaganda) para que possamos efetivamente ter uma escolha consciente.

De acordo com van Dijk (1993, p. 3), a ACD não busca primariamente contribuir para nenhuma disciplina, paradigma, escola ou teoria do discurso específica. Daí levarmos os preceitos da ACD para um estudo ecolinguístico, que é regido pelas relações de ética entre seus participantes, tanto quanto a ACD que é “despudoradamente normativa: qualquer critique pressupõe, por definição, uma ética aplicada”, afirma van Dijk (1993, p. 4).

Em suma, trabalharemos com um tema extremamente complexo, que é a questão socioambiental, que – para chegar ao telespectador – passa por um complexo processo de transformação da informação para servir aos interesses ideológicos de quem controla os poderes e, tendo o privilégio de ter trabalhado na indústria jornalística, antecipamos com muita expectativa, que seja qual for o resultado, será um exercício de *parrésia*.

JUSTIFICATIVA

A escolha do tema, a cobertura feita pelo JN sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, deve-se ao fato, entre outros, de que a obra foi qualificada pelo telejornal como ‘a maior e mais polêmica no Brasil’. Considerando que o noticiário está no ar desde 1969 e é um forte formador de opinião, sentimo-nos atraídos pelo tema por suas diversas implicações e possibilidades de análise discursiva, já que buscávamos um tema que permitisse um estudo que reunisse ao mesmo tempo nossa experiência em telejornalismo, o interesse pelas questões ambientais nos noticiários da televisão (TV) brasileira e que usasse a ACD como ferramenta de análise para podermos, então, realizar um trabalho que se qualificasse dentro da pioneira área da Ecolinguística.

Pela primeira vez no Brasil, a internet e as chamadas mídias alternativas (*Twitter*, *blogs*, redes sociais) em permanente diálogo com *hardwares* (os aparatos eletrônicos em si) abrem espaço para o que é a maior revolução informativa de todos os tempos até hoje. Não há mais limite entre o que é TV portátil, telefone ou internet. Os *tablets* perfazem múltiplas funções com milhares de aplicativos que os tornam um poderoso instrumento de comunicação e informação que permite a eles passar ao largo dos tradicionais meios de comunicação estáticos como a TV, a internet em casa, o telefone, etc. Essa mobilidade cria uma demanda de novos temas a serem abordados, além de possibilitar que pessoas com afinidades sobre determinado assunto criem grupos de interesse e se comuniquem instantaneamente com qualquer parte do planeta.

Não é, então, nenhuma surpresa que a reação corporativista dos grandes grupos que controlam a nossa mídia tenha sido imediata, ao criar *sites* para acompanhar esta evolução, definir conceitos, criar pautas que no caso das OG são os *sites* Globo Ecologia² e Globo Amazônia³.

Seguindo a mesma tendência de se posicionar de maneira mais contundente frente a uma nova postura de seus leitores, a revista semanal *VEJA*, da Editora Abril – líder do segmento de mercado – sempre atenta aos rumos da sociedade de consumo, da qual se faz guardiã e defensora, publicou matéria de capa no dia 7 de dezembro de 2011 com a seguinte chamada: “O nocaute das estrelas” – Hidrelétricas na Amazônia – os estudantes reagem aos artistas ecochatos e fazem o primeiro debate sério da internet brasileira. Ecochatos é o

² [HTTP://redeglobo.globo.com/globoecologia/](http://redeglobo.globo.com/globoecologia/)

³ [HTTP://g1.globo.com/natureza/amazonia](http://g1.globo.com/natureza/amazonia)

adjetivo pejorativo que *VEJA* cunhou para (des) classificar qualquer opinião que não seja a dela mesma.

A reportagem se referia a um informativo gravado, justamente, por atores Globais – fazedores de opinião para boa parcela da população que assiste novelas – que teve forte veiculação na TV e nas redes sociais da internet, e que os posicionava contra a construção de Belo Monte por diversos motivos por eles apresentados.

Essa polarização de vozes, cada uma tentando se posicionar como a autoridade e a referência a ser seguida na questão da construção de Belo Monte, indicavam-nos o que já suspeitávamos: há uma forte disputa da mídia para controlar as ideologias e os atos discursivos referentes não só a esse tema, mas como também às questões ambientais em geral.

O enorme impacto socioambiental que significa a construção de uma hidrelétrica no coração da Amazônia, uma região que se tornou um dos maiores símbolos das questões ambientais pelo mundo afora, representa uma oportunidade de se fazer uma pesquisa com forte conteúdo para uma ACD/Ecolinguística, já que este é um método com orientação social inequívoca, destinado a estudar as estratégias de estabelecimento do poder, suas formas de reprodução, seu abuso na sociedade e como esse domínio que estabelece a desigualdade são postos em prática.

Para a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a construção da usina de Belo Monte é apenas um pretexto para facilitar uma nova onda de mineração de diamante e ouro na região, aproveitando a licença ambiental do Ibama que teria feito vista grossa para o projeto gigantesco da canadense *Belo Sun Mining*, de acordo com artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, no dia 21/09/2012, intitulado “Às escondidas”.

Uma visita ao *site* da *Belo Sun Mining* ⁴ nos possibilita ver que essa empresa opera exclusivamente no Brasil, com duas minas na área de Belo Monte e outra em Goiás. Para Marina Silva, falta transparência nas informações sobre Belo Monte.

Acreditamos que o exercício da democracia moderna passa pelo fortalecimento do indivíduo como ser saudável, bem educado e informado, para que ele tenha os instrumentos cognitivos necessários que o capacitem para que saiba dos seus direitos, possa agir, reivindicar, argumentar, analisar, ponderar e, finalmente, escolher o que é melhor para si, baseado na sua independência dos favores que a miséria e a ignorância causam em uma estrutura social como a nossa ainda fortemente contaminada por um arcaico coronelismo.

Observar e analisar as polifonias que atuam na criação de novos conceitos, revelar e entender as ideologias motrizes que “permitem” que esse discurso seja propagado e quais seus

⁴ <http://www.belosun.com/>

interesses e objetivos são uma tarefa fascinante para o emergente campo da Ecolinguística. De acordo com o professor Alwin Fill, da Universidade de Graz, Áustria, um dos maiores nomes nesta área, a Ecolinguística “[...] é a ferramenta necessária para a natural evolução do ser humano de, finalmente, entender o meio que o cerca e se comunicar corretamente a seu respeito” (informação verbal)⁵.

Hildo Honório do Couto (informação verbal)⁶, pesquisador e professor da Universidade de Brasília (UnB), diz que: Ecolinguística é definida como o estudo das relações entre língua e meio ambiente, o que significa que ela toma conceitos da ecologia biológica para construir suas bases epistemológicas. Por fim, devemos ressaltar que os trabalhos realizados nesta área multidisciplinar englobando telejornalismo, ecologia, ACD e Ecolinguística são ainda bastante raros no Brasil, daí a necessidade de se abrir e desenvolver este campo de investigação.

Acreditamos que a única maneira do ser humano ser livre em todos os sentidos, é tendo pleno conhecimento do mundo que o cerca para saber quais são as suas opções dentro dele. Nesse sentido, o pensamento crítico pode ser uma excelente ferramenta cognitiva, sobretudo neste momento de tecnologias multimídias, que permitem acesso a milhares de informações instantâneas. Para o professor Paul Chilton, da Universidade de Lancaster, Inglaterra, a ACD deveria ser disciplina nas escolas primárias, para que as crianças desenvolvessem o hábito da *critique*, ou seja: da análise sistemática das informações. (informação verbal)⁷.

OBJETIVOS

GERAL: contribuir com um documento que sirva de referência e consulta para os temas envolvidos: ecologia, mídia, JN, TV, Belo Monte e modelos socioeconômicos que afetem a questão ambiental.

ESPECIFICOS: por meio da ACD e da Ecolinguística, buscamos apresentar evidências empíricas da formação de um novo discurso com todas as suas implicações nos meios jornalísticos, de produção e consumo de bens gerados por meio do capital e, sobretudo,

⁵ Comunicação pessoal (2011)

⁶ Comunicação pessoal (2012)

⁷ Comunicação pessoal (2009)

na interdiscursividade que ele produzirá. Sustentamos que há uma relação dialética entre os elementos citados e queremos mostrar que o ser humano e a qualidade de vida na Terra devem ser o motivo central da preocupação com a questão ambiental. Seja por razões de ética para as gerações futuras, de respeito para conosco e com o próximo e também com um planeta que não nos pertence. Não sermos vistos como consumidores para sustentar um modelo econômico baseado no lucro e que é totalmente inviável e incontrolável como bem atestam todas as crises que nos assolam desde 2008 e que se recusam a desaparecer, ameaçando a soberania de todos os países, sem exceção. Como bem apontou o linguísta inglês Halliday (2001, p. 196) em obra organizada por Fill e Mühlhäusler,

A gramática do dia-a-dia fornece então um ponto de partida, enquanto permanece em contato com os alienantes discursos da moderna ciência e tecnologia. Enquanto isso, de acordo com alguns cientistas, uma crise mais profunda se apresenta, nada menos que a ameaça de destruição de todo o planeta como um ambiente habitável. Isto também nós podemos investigar linguisticamente como um lugar para uma possível desconstrução da realidade pela gramática.

Esse chamado para uma postura mais produtiva do ponto de vista de resultados socioambientais está na linha de pensamento do filósofo francês Bourdieu (2003, p. 13), para quem o pesquisador tem um papel de responsabilidade social diante de si, não bastando apresentar pesquisas restritas à área acadêmica, quando existe uma condição de desigualdade e de poder social – que, no caso desta pesquisa, evidencia as relações entre as práticas discursivas do JN e as suas consequências na formação de sentidos – e que exige uma atitude mais engajada. Diz ele:

Em face deste complexo e refinado modelo de dominação no qual o poder simbólico tem um importante lugar, é preciso inventar novas formas de luta. Dado o particular papel das idéias neste esquema, os pesquisadores têm um papel chave para atuar. Eles têm que fornecer ações políticas com novas finalidades – a demolição das crenças dominantes – e novos meios – armas técnicas baseadas na pesquisa e no comando do conhecimento científico, e armas simbólicas, capazes de minar as crenças comuns, colocando os resultados das pesquisas em formas acessíveis. [...] Eu estou convencido de que precisamos, a qualquer custo, levar os resultados da ciência e da academia para dentro do debate público, do qual eles se encontram tragicamente ausentes – e, de passagem, chamar à responsabilidade os ensaístas falastrões e incompetentes que preenchem as colunas de jornais e as ondas de rádio e televisão.

O mesmo engajamento explícito dos autores de textos ambientais para que tenham uma orientação social ética em seus trabalhos pode ser encontrado em Killingsworth e Palmer (1992, p. 4) para que a natureza possa ser vista sob um prisma holístico, integrado com o ser

humano, e não como fruto da ‘racionalidade instrumental’ no sentido habermasiano que visa dela se apropriar pela sua instrumentalização:

O dilema ambiental é um problema de ética e de epistemologia tanto quanto de discurso. Por não ter uma ampla perspectiva humana, os ecologistas não conseguiram criar fortes elos comunicativos com as massas e deixaram a tarefa da educação pública para a mídia noticiosa.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O Capítulo 1 aborda a ACD sob um prisma histórico a partir da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, incluindo suas origens na linguística crítica e na sociolinguística, ao mesmo tempo em que dialoga com filósofos do discurso como Foucault, Deleuze e Bourdieu até chegarmos às suas concepções mais modernas com os trabalhos de van Dijk, van Leeuwen, Fairclough, Scollon, Wodak, Fowler e outros autores com os quais encontramos afinidades epistemológicas e deontológicas.

O Capítulo 2 trabalha dentro dos conceitos de Discurso, Cognição e Sociedade, demonstrando que a interface cognitiva tem papel crucial na produção de sentidos decorrentes das práticas discursivas e arrolando conceitos como ideologia, hegemonia, poder, contexto, atores sociais e outros que estão inextricavelmente ligados em diferentes esferas da produção discursiva, elementos fundamentais para a compreensão das formas de construção social da realidade, que formam, em última instância, o conhecimento compartilhado pela sociedade.

O Capítulo 3 faz uma reflexão sobre a constituição histórica dos poderes e das elites que permitiram que fosse criada a chamada “imprensa livre” como instrumento de propaganda de suas ideologias, para que dela se apropriasse em seu benefício, assim como estabeleceram a defesa intransigente de valores como a democracia, a livre iniciativa capitalista e a liberdade de expressão quando estes mecanismos e valores estão restritos em seu acesso apenas às elites dominantes.

O Capítulo 4 é dedicado às análises das notícias que compõem o *corpus*, ao mesmo tempo em que oferece uma perspectiva histórico-contextual que serve de apoio para o entendimento das forças que operam no momento da produção discursiva. Consideramos que estes são elementos constrangedores na sua formação que podem ser observados tanto pela seleção lexical dos atores sociais escolhidos para participarem da encenação midiática, mas, sobretudo, pelos atores sociais e pelas vozes que foram excluídas e que compõem uma parte fundamental das razões que explicam o conceito foucaultiano de disciplina, já que esta é um “princípio de controle da produção do discurso” e também um “princípio de coerção”.

Por fim, nas considerações finais faremos o cotejo entre o resultado de nossas análises, e as propostas contidas no Editorial das OG que as apresentam como balizador que contém

princípios éticos, democráticos e de liberdade de pensamento, entre outros, em suas práticas jornalísticas, e cuja função é proposta pela empresa: “O objetivo é não somente diferenciar-se, mas facilitar o julgamento do público sobre o trabalho dos veículos, permitindo, de forma transparente, que qualquer um verifique se a prática é condizente com a crença”.

CAPÍTULO 1 – A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: DEFINIÇÃO, PERCURSO HISTÓRICO E RELAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Este capítulo tem como função apresentar tópicos que sirvam para montar um quadro teórico e de conceitos importantes dentro da Análise Crítica do Discurso (ACD), bem como uma gama de definições que acreditamos ser necessárias, em função da variedade de teorias e de disciplinas que subjazem em trabalhos de investigação desta amplitude. Cabe ressaltar que a ACD é, sobretudo, um trabalho de síntese, em que vários discursos operam transversalmente, algumas vezes com terminologia específica - visto que ela tem suas raízes na sociolinguística e na linguística crítica - e outras vezes, ao dialogar e transitar por diversas disciplinas como a história, a sociologia, a psicologia e a antropologia, termina por gerar um vocabulário próprio que busca dar conta de explicitar suas inquietações, mas que está longe de ser normatizado. Isso ocorre porque a ACD não é uma disciplina em si mesma, mas uma abordagem que se utiliza delas para, primeiro, conseguir uma releitura do texto levando-o a outras instâncias não explícitas, para então proceder à análise propriamente dita.

Veremos que a ACD nasceu de uma preocupação de se analisar as relações e os efeitos do discurso com o social, num jogo dialógico de modificar e moldar e ser transformado de volta. Acontece que o linguístico e o social até pouco tempo eram campos estanques, cada um operando dentro de sua área. Embora os estudos de retórica em Aristóteles datem da Grécia antiga, estamos falando à luz do contemporâneo, com a complexidade sociopolítica que as novas mídias de massa proporcionam.

Vários autores como Bourdieu (2001) e Berger e Luckmann (1974) se referem à linguagem como sistema de signos com fortes valores simbólicos que possibilitam a criação da nossa realidade. Por isso:

Os sistemas simbólicos – dentro os quais a linguagem é o sistema mais que primordial – funcionam como sistema de dominação, uma vez que as relações de comunicação produzidas na linguagem e pela linguagem são relações de poder que dependem em forma e conteúdo do poder material ou simbólico acumulado pelos diversos agentes do campo social; além disso, tem uma função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, uma vez que são estruturas estruturadas. (BOURDIEU, 2001, p. 23).

Ao operar em áreas de natureza tão distintas como a sociologia ou a psicologia, é preciso desenvolver uma teoria que dê conta de fazer a interface entre elas, já que em última

instância ela é mediada pelo cognitivo. Assim, é necessário abordar os princípios linguísticos que servirão de instrumentos de análise propriamente ditos, depois estudar os campos sociais que atuam sobre o tema analisado, no nosso caso a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte sob a perspectiva do Jornal Nacional (JN), e por último, fazer a interface cognitiva, para entender como se processa o discurso no percurso entre enunciador e enunciatário. Sem entendimento desse processo estaríamos falando apenas de linguística e das ciências humanas e sociais sem ligação entre elas, e, portanto sem possibilidade de se realizar uma análise crítica do discurso.

A ACD tem experimentado um consistente crescimento tanto na área editorial, com o lançamento de novos livros, como nos diversos congressos e conferências, organizados para estudar esta subdisciplina da Linguística, que se fortalece na medida em que sua interface com as novas tecnologias possibilitam – e exigem – uma releitura das outras possibilidades discursivas que se apresentam, e que a destaca como um campo em permanente mutação. Posto que ela é sensível às novas dinâmicas midiáticas resultantes de diversas tecnologias interacionais, que por sua vez reestruturam a abordagem teórica por terem um poder constitutivo alargado, certas teorias linguísticas do início do século passado já não dão conta de propiciar uma abordagem que consiga explicar e analisar os fenômenos que se apresentam na atualidade visto que trabalhavam com outros suportes de materialidade da língua, que hoje já não são tão representativos das necessidades comunicativas possibilitadas por múltiplas combinações semióticas e que só encontram limites na criatividade dos usuários da língua, que inevitavelmente se funde com a tecnologia.

Em função disso faremos uma retrospectiva histórica de várias disciplinas e teorias que terminaram por fazer parte da formação da ACD, dando destaque a noções que ajudem na construção do nosso objeto de pesquisa, tais como *polifonia*, *interdiscursividade*, *construção do referente* e *dialogismo* aplicadas a questões como *macro e micro estruturas do discurso*, *contexto*, *seleção lexical*, *representação dos atores sociais*, *polarização* e outras que forem pertinentes. No entanto, o eixo condutor, que baliza esses conceitos é o do discurso, ideologia e poder, já que de modo bastante resumido, o acesso e a permanência ao poder é o que se almeja em função das lutas de classes, sendo a ideologia o fator embutido no cognitivo que leva as pessoas a aderirem a determinadas orientações, que por sua vez são produzidas, distribuídas, reproduzidas e mantidas pelo discurso.

Nesse sentido, Pedro (1997, p. 20) faz a ligação entre a linguagem e o social relacionando alguns desses valores:

A Análise Crítica do Discurso opera, necessariamente, com uma forte abordagem de discurso em que contexto é uma dimensão fundamental. Mas ao contrário de outras abordagens, conceptualiza o sujeito não como um agente processual com graus relativos de autonomia, mas como sujeito construído por e construindo os processos discursivos a partir da sua natureza de carácter ideológico (...). É de alguma maneira essa dimensão ideológica na construção do sujeito e, por consequência, na construção do discurso que fundamentam as diferenças da Análise Crítica do Discurso relativamente a outras abordagens (nomeadamente, Brown e Yule, 1983).

Referências às relações entre discurso e poder, e o modo como eles são instanciados pela ideologia podem ser encontrados em grande parte dos estudos sobre a ACD, como Fairclough (2001, 2003), Fowler (1991, 1994), van Dijk (2005, 2008a, 2008b, 2008c), Scollon (1998), Jaworski e Coupland (1999), Pedro (1997), Wodak e Meyer (2007), Mills (2004), Jones (2012), Brown e Yule (1993), entre outros.

Assim, ao analisarmos o discurso chegaremos à questão final de quem exerce e controla o poder e a forma de como este se mantém pelas ideologias, pois de acordo com Pedro (1997, p. 25),

Um dos objectivos da ACD é o de analisar e revelar o papel do discurso na (re) produção da dominação. Dominação entendida como (Van Dijk, 1993) o exercício do poder social por elites, instituições ou grupos, que resulta em desigualdade social, onde estão incluídas a desigualdade política, a desigualdade, a desigualdade cultural e a que deriva da diferenciação e discriminação de classe, de raça, de sexo e de características étnicas. Especificamente, os analistas críticos do discurso querem saber quais as estruturas, estratégias ou outras propriedades do texto, falado ou escrito, da interação verbal ou dos acontecimentos comunicativos em geral, que desempenham um papel nestes modos de reprodução.

Discurso e poder têm sido intimamente ligados, como se observa em Foucault (2000) ao dissertar sobre o percurso que o discurso sexual percorre na França desde o século XVII até o século XVIII, quando houve a interdição sobre o povo de sequer poder se pronunciar a respeito de sexo enquanto as altas camadas sociais do poder o faziam com alto grau de excitação e detalhe. Nesse momento – em função da Revolução Industrial – a população passa a ser vista pelo governo como algo que pode produzir riqueza se for bem gerenciada, e o discurso sobre a sexualidade precisa se tornar ‘científico’ para dar conta de estudos sobre os efeitos do ato sexual em áreas tais como: taxas de natalidade e mortandade, emprego, saúde pública, contracepção, produção e consumo de alimentos, nível de empregos e outros fatores que faziam a confluência entre sexo e questões institucionais. Vemos esse processo de

deslocamento das práticas discursivas sobre o sexo passar de um plano de apagamento para uma elevação ao plano governamental, portanto institucionalizado, como análogo ao sofrido pela questão ambiental no século XX. Apesar de considerarmos a questão da contaminação nuclear na atmosfera, gerada pelos testes e pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki como o primeiro grande desastre ambiental, a incorporação do tema ecologia pela grande mídia só aparece com força no ativismo ainda insipiente dos anos de 1960, mas com força total a partir do desastre nuclear de Chernobyl. O que a ACD busca é mostrar que esse percurso discursivo – constituído como prática social - pode estar impregnado de valores que não necessariamente correspondem aos melhores interesses do ator social, levando-o a agir, não pelos princípios da persuasão (que seriam os interesses legítimos do sujeito), mas sim da manipulação (onde o beneficiário é o sistema representado pelo enunciatário).

Ao estudarmos as estruturas que compõem o social e o linguístico veremos que falta um elo de conexão teórico entre elas, ainda que saibamos que a construção social da realidade e os valores pelos quais no regemos se faz via discursiva. Os mais recentes estudos de van Dijk (2013, p. 2-3) apontam nessa direção quando ele propõe:

Uma teoria sócio-cognitiva assume que estruturas sociais precisam ser interpretadas e representadas cognitivamente e que tais representações mentais afetam o processo cognitivo envolvido na produção e interpretação do discurso. O mesmo princípio é válido a relação inversa, nomeadamente como o discurso é capaz de afetar a estrutura social – principalmente pela representação mental dos usuários da língua como atores sociais.

É preciso então, de um lado, unir a linguística que tem valores fixos de análise com funções específicas como a polifonia, a interdiscursividade, a intertextualidade, a construção do referente, as escolhas lexicais e a ressemantização, e do outro lado, com o social que opera via cognição com modelos mentais, ideologias, contextos etc., que são funções imanentemente instáveis e em constante permutação.

Citando Kress (no prelo à época), Pedro (1997, p. 30) diz que a grande tarefa teórica da ACD é:

A construção de um aparelho teórico integrado, a partir do qual seja possível desenvolver uma descrição, explicação e interpretação dos modos como os discursos dominantes influenciam, indirectamente, o conhecimento, os saberes, as atitudes, as ideologias, socialmente partilhadas. Precisamos de saber como é que as estruturas específicas de discurso determinam ou facilitam processos de formação de representações sociais. E, ao mesmo tempo, assegurar que a análise das estruturas discursivas e sociais seja integrada numa teoria social, política ou cultural mais abrangente, das situações, contextos, instituições, grupos e relações de poder, que permite, ou resultam de, as estruturas simbólicas. Trata-se, afinal, de construir uma teoria social da linguagem.

Como prática social o discurso se torna, nas palavras de Foucault (1999), objeto de desejo. É preciso abordar o discurso não só como questão linguística, mas, sobretudo como questão social e filosófica, visto que ele é o meio pelo qual construímos os sentidos, as relações e os valores do que chamamos de ‘mundo’. Esse ‘mundo lá fora’, fruto de uma realidade social construída (BERGER E LUCKMANN, 1974), que só existe para nós, participantes das mesmas regras linguísticas, por meio de convenções entre significante e significado que buscam encurtar tempos e distâncias entre nós. É pela codificação da língua como sistema de semiose que não necessitamos dizer tudo o tempo todo. Em um mundo ideal, todos poderiam se fazer valer do discurso em qualquer situação, já que bastaria se apropriar do aparelho formal da fala. Mas é precisamente no acesso ao discurso que começam as interdições mencionadas por Foucault. Se o poder – exceto o bélico – se manifesta por vias discursivas, então dentro de uma sociedade minimamente estratificada a palavra passa a ser privilégio de quem pode falar o que, quando e, acima de tudo, como.

O termo discurso tem sido utilizado em diversas áreas das ciências - do setor econômico ao político - expandindo-se muito além das questões linguísticas ou, principalmente no nosso caso, da abordagem crítica. Essa amplitude de diretrizes e temas tem levado a uma indefinição sobre o que poderia ser classificado como análise do discurso. No entanto, é preciso salientar que não podemos ter a ilusão de que o discurso que está sendo analisado compreende toda a gama de sentidos que determinado tema comporta. As várias formas de interdição discursiva não só relexicalizam conceitos, como expurgam, desconstroem e/ou justapõem sentidos que alteram de forma radical a base cognitiva à qual tem acesso o receptor/espectador/leitor. Fowler (1991, p. 11) afirma que o jornalismo, em si, é apenas um processo de dizer o que é permitido em vários níveis, primeiro selecionando o tema, depois o impregnando de sentidos pela lexicalização, pois:

Eventos reais estão sujeitos a processos convencionais de seleção: eles não têm intrinsecamente valor de notícia, mas apenas se tornam ‘notícia’ quando selecionados para inclusão nos noticiários. (...). O mundo da imprensa não é o mundo real, mas um mundo enviesado, e suposto.

Cabe então começar a delinear a nossa área de atuação mais especificamente. A definição clássica, apresentada por van Dijk (2005, p.19), ressalta o forte vínculo da ACD com a questão social, do seguinte modo:

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político.

Partindo do pressuposto de que a linguagem é uma prática social, por meio da qual construímos os sentidos e valores (materiais e espirituais) dados ao nosso entorno, teremos de focar nos conceitos que deem conta de incluir as diversas articulações teóricas que se fazem necessárias para constituirmos uma base epistemológica eclética que faça a interlocução dos saberes arrolados. É por meio dessa relação dialética entre linguagem e sociedade que resultam em outros campos de conhecimento que pretendemos analisar as notícias sobre Belo Monte, transmitidas pelo JN.

Remetendo aos trabalhos de Foucault, Fairclough (2001, p. 64), ressalta a importância de trabalhar sobre as formações discursivas (FD) que incluam os objetos, sujeitos e conceitos, pois para ele “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Como o uso do termo “discurso” pode ser encontrado hoje em situações das mais variadas, cabe ressaltar que nosso foco é a análise do discurso produzido pela mídia de massa. Esse tipo de comunicação é instantâneo e de larga abrangência, e, em função de seus variados suportes materiais, permite que por meio dela os diferentes grupos de poder se constituam e reiterem suas ideologias junto ao público, formando um sujeito discursivo, que está inserido em uma conjuntura histórico-social determinante e marcada pelas ideologias que são inerentes ao discurso.

Um dos pioneiros em análise do discurso da mídia, Fowler (1991, p. 42) aponta de modo direto essa relação, afirmando que é obrigatório selecionar um estilo de discurso que seja apropriado para o modo comunicativo que se vai utilizar – no nosso caso o discurso noticiário televisivo – porque a partir daí o jornalista/enunciador passa a ser constituído pelo discurso visto que:

A ideologia já está marcada no discurso avaliado (qualquer discurso). (...) As instituições e os grupos sociais têm sentidos específicos e valores que são articulados na linguagem de modos sistemáticos. Particularmente na esteira do trabalho do filósofo francês, Michel Foucault, eu faço referência a esses modos de falar sistematicamente organizados como DISCURSO. Discursos são conjuntos sistematicamente organizados de enunciados que revelam os sentidos e valores de uma instituição.

A relação discurso-natureza, aqui mencionada porque nosso estudo aponta para a Ecolinguística, pode ser encontrada em vários estudiosos de diferentes campos científicos. O antropólogo e linguísta Whorf argumenta que os seres humanos constroem os sentidos relativos à natureza por meio da linguagem que têm ao seu dispor, explicando que nós:

Recortamos a natureza, a organizamos em conceitos e atribuímos significados como o fazemos, em grande parte porque nós somos elementos constituintes de um acordo para organizá-la desse modo – um acordo que se sustenta na comunidade falante e é codificado nos padrões de nossa linguagem. O acordo é claro, implícito e não declarado, mas *seus termos são absolutamente obrigatórios*; nós não podemos falar de modo algum exceto por meio da adesão à organização e classificação dos dados que o acordo decreta. (WHORF apud FOWLER, 1991, p. 28).

O que hoje se denomina de ACD tem a sua epistemologia composta a partir de vários campos científicos como a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia e outros saberes atravessados transversalmente pela Linguística e pela Teoria Crítica e mesmo pela Linguística Crítica (FOWLER, 1991, 1994). Alguns autores, como Foucault, são usados de modo mais recorrente por certos estudiosos como Fairclough (1989, 1995, 2001) devido ao conceito de *poder* e seus mecanismos de representação e reprodução em que se ancoram seus trabalhos.

Outros autores, como Wodak (2007, 2009) e van Dijk (1990, 2005), trabalham em áreas mais ligadas à questão da discriminação racial, do preconceito, do discurso político ou da mídia, e constroem suas referências a partir de outras bibliografias, que visam a dar conta do alcance de suas propostas de análise. Em todas as abordagens está implícito que as relações de poder são assimétricas e que, portanto, são passíveis de disputa e desequilíbrio constantes. Essa luta pela hegemonia resulta para Fairclough (2001, p. 123) em um processo de reestruturação na criação de um modelo relevante de como se articulam os textos, pois: “a desarticulação de configurações existentes de tipos e elementos de discurso e a rearticulação de novas configurações, dando proeminência à interdiscursividade e à intertextualidade” permitem observar quais são as ordens do discurso implícitas.

Com a mudança de paradigmas dentro dos estudos linguísticos dos anos de 1960 - que abandonam o estruturalismo de Saussure e as limitações que circunscreviam a linguagem a ela mesma - começam a surgir novas propostas como a de levar a linguagem para o campo dos estudos sociais, o que possibilitaria a interface com outras disciplinas e, por meio de um sistema de análise, começar a entender a amplitude, o alcance, as interações e, sobretudo, as transformações sociais como causa e consequência das práticas sociais discursivas. Em outras palavras: começa a ser possível entender uma sociedade, seus mecanismos e valores pela análise do que é (não) dito. Fernandes (2007, p. 18) afirma que “discurso implica uma

exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística”. Tais questões dizem respeito a “aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas”. Ao levarmos esse sujeito discursivo para dentro da História, teremos condição de inferir dados sobre os mecanismos de controle social/mental utilizados nas produções de sentido, sempre considerando um contexto mais amplo que permita estabelecer referenciais de comparação. Para os estudiosos da censura, que é a manifestação mais clara de interdição discursiva, este seria um primeiro passo: colocar o discurso produzido em determinado local e tempo em comparação com as formações discursivas de outras áreas de cunho geopolítico. O (não) dito revelaria o que (não) se pensava ou (não) se comunicava, permitindo desse modo fazer emergir as estruturas de poder de quem tinha acesso ao discurso que, como veremos, é uma das relações mais importantes dentro da análise do discurso. Nesse ponto, a investigação jornalística pode ser de grande importância na busca de dados extra-linguísticos, inseridos em outros contextos mais amplos que permitam uma releitura à luz de outras possibilidades. Falar das origens dos estudos do discurso na França e no Brasil, por exemplo, significa pautar-se por momentos e motivações históricas bastante diversas.

A partir das manifestações de maio de 1968 na França, um grande número de filósofos e intelectuais começou a elaborar teorias para estudar os mecanismos de representação vigentes, já que esse foi um ano marcante na ruptura entre as velhas hierarquias intelectuais europeias e a realidade sociopolítica mundial (onde a guerra do Vietnã atingia seu auge polarizando ainda mais as tensões ideológicas da época). Essas transformações, historicamente marcadas por várias ideologias – razão fundamental dos conflitos - seriam o ponto de partida dos estudos do discurso como prática social do modo que o conhecemos hoje. Para Fairclough (2001, p. 51), o trabalho de Pêcheux “tem se ligado conscientemente a desenvolvimentos políticos na França, especialmente a relação entre os partidos comunista e socialista nos anos 1970 e uma comparação do seu discurso político”.

Desse modo, ao pensarmos em fazer um estudo de ACD no Brasil, teremos como marco referencial e divisório o ano de 1968, pois enquanto a França formava uma literatura discursiva arrojada, que desse conta de interpretar e refletir a sua historicidade ao mesmo tempo em que repensava sua política por meio da Filosofia e da Sociologia, o Brasil estancava na violência do Estado militar com o apagamento da intelectualidade, que seria exilada ou banida e censurada.

Cabe, então, refletir sobre qual seria a nossa Formação Discursiva (FD)⁸ da época, considerando que de acordo com Pêcheux (1982 apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 52): uma FD é “aquilo que em uma dada formação ideológica (...) determina ‘o que pode e deve ser dito’”. van Dijk (2008, p. 9) diz que “é imperativo, portanto, que focalizemos naquelas dimensões de poder que são diretamente relevantes ao estudo do uso linguístico, do discurso e da comunicação”. Ocorre que essas dimensões não são facilmente identificadas em categorias separadas, muito ao contrário. Estão todas imbricadas em um processo dialógico histórico impossível de ser isolado, em função da intertextualidade, um princípio utilizado por Kristeva (1986) a partir de Bakhtin (1986), que Fairclough define com as seguintes palavras:

Intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente e assim por diante. Em termos da produção uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às ‘cadeias de comunicação verbal’ existentes (Bakhtin, 1986:94), consistindo em textos prévios aos quais respondem. Em termos da distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro (por exemplo, os discursos políticos frequentemente se transformam em reportagens). E em termos do consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que não apenas ‘o texto’, nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes invariavelmente trazem ao processo de interpretação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114).

É essa relação dialética entre as estruturas discursivas que se transformam constantemente em (re) articulações que vai demandar da ACD uma permanente reorientação epistemológica, considerando que alguns de seus fundamentos como os linguísticos, os da natureza do discurso podem ser considerados imanentes, enquanto outros como os que remetem à hegemonia, ao poder, às ideologias estão em permanente negociação entre as elites e são passíveis de assumirem, ironicamente, um outro discurso quando isso for necessário para a manutenção de seus privilégios. A título de ilustração podemos citar as recentes manifestações por todo o país que levaram os poderes políticos a retomarem a dianteira discursiva, com frequentes falas oficiais em cadeia nacional que buscavam restabelecer o discurso dominante da ‘ordem e do progresso’, valendo-se dessas ideologias para retomar o pulso político-social da nação.

Sendo assim, ao analisarmos o Brasil sociopolítico deste momento teremos como ponto de partida o produto ‘discurso oficial’ proferido pelas autoridades, que por sua vez foi constituído como reflexo de uma realidade social que originou o pronunciamento político.

⁸ Termo cunhado por Foucault e tomado por empréstimo nesta citação por Pêcheux.

Isso está em linha com Wodak (2004, p. 225) quando afirma que três conceitos são indispensáveis para a ACD: “o conceito de poder, o conceito de história e o conceito de ideologia”.

1.1 Origens e conceitos de discurso

Nos estudos discursivos desenvolvidos a partir dos anos sessenta do século XX, a língua deve ser vista como heterogênea e opaca (cf. Brandão, 2001), pois ocorre uma ruptura entre uma concepção humanista-cartesiana de língua e sujeito tidos como homogêneos, transparentes, unitários, universais e atemporais da epistemologia racionalista. Agora, tem-se um sujeito “problematizado pela história, pela ideologia e pela psicanálise, revelando sua constituição clivada, descentrada e contraditória (BRANDÃO, 2001, p. 62-63).

Para van Dijk (2007, p. 98), que trabalha com a orientação dos estudos que se formam no eixo cognição – discurso – sociedade, é preciso ir além de uma análise do texto tendo como base um estudo cognitivo e/ou social, já que a ACD precisa de uma sofisticada teorização para a intrincada relação texto-contexto. Condor e Anataky (2008, p. 453) também fazem referência ao processo cognitivo dizendo que:

Existem duas concepções de ‘cognição social’ nas ciências sociais, e que cada uma delas oferece possibilidades e perspectivas muito diferentes aos analistas do discurso. Muitos psicólogos sociais utilizam o termo ‘cognição social’ para fazer referência ao processamento mental da informação a respeito do mundo social. Neste caso, o termo “social” se refere aos objetos da cognição (isto é, pessoas), (...), e o interesse está centrado nos mecanismos psicológicos que fazem possível com que os indivíduos se percebam a si mesmos e às demais pessoas em formas particulares, em circunstâncias particulares. Por outro lado, alguns teóricos utilizam o termo “cognição social” para fazer referência ao interesse que desperta a natureza social.

Se o estruturalismo dentro da linguística foi gradualmente perdendo a sua relevância, Seiter (1992, p. 31) afirma que ele ainda tem sua importância no estudo crítico da TV, que se utiliza dos princípios desta escola para seus estudos, pois:

Este vocabulário torna possível, todavia, identificar e descrever o que faz da TV um meio comunicativo diferente, bem como a maneira pela qual ele se apoia em outros sistemas de signos para se comunicar. Ambas as questões são vitais para a prática da crítica televisiva, e estes termos serão encontrados em uma grande variedade de métodos críticos desde a psicanálise até os estudos culturais. (...) O estruturalismo enfatiza que cada elemento dentro de um sistema cultural tira o seu significado da sua relação como cada um dos outros elementos no sistema: não existem sentidos independentes, mas em vez disso, vários sentidos produzidos pelas suas diferenças de outros elementos no sistema.

Brandão (2011, p. 13) considera que a análise do discurso remete aos formalistas russos que faziam parte do chamado ‘círculo’ de Bakhtin, cujos estudos linguísticos seriam desenvolvidos no que hoje denominamos ‘discurso’, já que “operando com o texto e nele buscando uma lógica de encadeamentos ‘transfrásticos’, superam a abordagem filológica ou impressionista que até então dominava os estudos da língua”. Esse caminho não prospera em função da atitude dos estruturalistas – aqueles seguidores da linha fundada por Saussure – que se limitavam a estudar o texto ‘nele mesmo e por ele mesmo’, e desse modo ignorando qualquer possibilidade de exterioridade a ele, que é um princípio basilar do conceito de ‘discurso’.

De modo análogo, Fairclough (2001) se distancia de Saussure por não considerar a possibilidade da fala ser passível de estudos sistemáticos, limitando-a a uma atividade individual como se fossem donos do próprio discurso, ignorando a posição dos sociolinguistas que afirmam ser a linguagem o resultado das condicionantes sociais que atuam sobre o indivíduo, e que justamente essa correlação é o que possibilita uma análise em função das condições de produção, das correlações sociais.

O caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundado se chegamos a mostrar como a enunciação remete, por si mesma, aos *agenciamentos coletivos*. Assim, compreende-se que só há individuação do enunciado, e da subjetivação da enunciação, quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina. Esse é precisamente o valor exemplar do discurso indireto, e, *sobretudo do discurso indireto "livre"*: não há contornos distintivos nítidos, não há, antes de tudo, inserção de enunciados diferentemente individuados, nem encaixe de sujeitos de enunciação diversos, mas um agenciamento coletivo que irá determinar como sua consequência os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições moventes no discurso. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 13, grifos do autor)

Da tríade de palavras que compõem a Análise Crítica do Discurso, esta última (Discurso) é possivelmente a mais polissêmica, sendo usada em várias áreas, enquanto Crítica é a que sofre o maior nível de interpretação equivocada, por sua conotação ‘negativa’. A importância de se entender o conceito de discurso se dá primeiro porque é o nosso objeto de estudo, mas, sobretudo, porque a partir dele chegaremos às ideologias que são em última instância o que realmente importa para esta tese, visto que há análises discursivas que não remetem às ideologias. Em nosso caso é fundamental, pois:

O caráter de complexidade por nós assinalado decorre do fato de discurso implicar uma exterioridade à língua, ser apreendido no social, cuja compreensão coloca em evidência aspectos ideológicos e históricos próprios à existência dos discursos nos diferentes contextos sociais. (FERNANDES, 2007, p. 10).

Um primeiro conceito que se apresenta na imprensa de maneira corrente é o de atrelar o termo discurso a um segmento profissional ou a um setor específico da sociedade, assim temos: o discurso dos banqueiros e dos bancários, dos aeroviários, o econômico, o político, das minorias, dos ruralistas, dos ecologistas, dos governos, dos sindicalistas, enfim, qualquer pronunciamento que venha representar de certa maneira aquele grupo por alguma razão e cujo princípio ideológico – e no campo prático – esteja em conflito com algum outro. Isso faz parte das chamadas ‘estratégias discursivas’ da imprensa de representar setores em oposição para poder, ela mesma, fazer o papel de intermediadora, trazendo para si a palavra final, com consequências que serão abordadas no Capítulo 3 sobre Jornalismo.

A partir dos trabalhos indicados em nossa bibliografia, demo-nos conta de que são vários os autores que se dedicam a explicar o que é e o que significa o vocábulo *discurso*, antes de iniciarem uma abordagem do tema ou se lançarem a uma análise. Essa necessidade prática parece advir do amplo espectro semântico e do uso indiscriminado do termo, que chegou a tal ponto que autores como Mills (2004), Fairclough (2001) e van Dijk (2005, 2008 a, b, c) reservam largos espaços em suas obras para definir, afinal, o que é *discurso*.

O que é o Discurso? Com esta pergunta simples, van Dijk (2008a) abre um de seus volumes da trilogia dedicada ao discurso que se completam em (2008b, 2008c). Considerando que, embora a palavra tenha longa história etimológica, o seu efeito semântico atual só foi estabelecido a partir dos anos de 1960. Um dos pioneiros na área foi o francês Benveniste, que faz a conexão entre discurso e linguística, já que os trabalhos filosóficos como os de Bourdieu e Foucault não tinham essa preocupação.

Em sua busca no dicionário Collins, de 1988, Mills (2004, p. 3) encontrou as seguintes definições:

Discurso: 1. Comunicação verbal, fala, conversação; 2. Tratamento formal de um tema em escrita ou oral; 3. Unidade de texto usada por linguistas para análise de fenômenos linguísticos que cobrem mais que uma sentença. 4. Discursar: habilidade de argumentar (arcaico) 5. Discursar sobre: falar ou escrever formalmente.

A etimologia do termo tem origem no latim *discursus*, particípio passado de *discurrere*, que significa ‘correr ao redor’ e se transformou em metáfora linguística para designar ‘a abordagem de um tema sob vários aspectos’, embora para Williams (1983, p. 105) é possível relacionar o termo *dialektos* como sendo o sentido original em Grego para “discurso” ou “conversação”.

Para Mills (2004, p. 3), o termo *discurso* tem um leque maior de interpretações, dentro da teoria cultural e literária, do que qualquer outro, e ainda assim é definido de maneira muito insatisfatória nos textos teóricos.

O uso do termo discurso, talvez mais do que qualquer outro termo, assinala esta ruptura com visões passadas da linguagem. O que faz este processo ainda mais complexo é que a maioria dos teóricos quando usam o termo não especificam qual dos sentidos em particular eles estão usando (...) o que é necessário, é ser capaz de decidir em qual contexto o sentido está sendo usado, e a partir daí quais sentidos foram acrescentados.

Para Beaugrande [199?] que segue na linha de Mills (2004) quanto ao que se refere à necessidade de se posicionar sobre o que significa ‘discurso’, é necessário especificar o sentido que se adotará, mas sua opção é por uma ruptura de fronteiras, ao mesmo tempo em que assinala que é preciso orientar o *corpus* em função da sua importância no tema pesquisado, observando que em função de estar ainda em fase de formação e ao mesmo tempo abranger uma vasta área de conhecimento, a ACD deve ser definida primeiro em sua finalidade social.

Considerando que o campo da ACD é relativamente jovem, eu devo começar por explicar o que significa para mim e definir cada um de seus três termos constitutivos em um sentido programaticamente desconstrutivo. Eu definiria discurso para desconstruir as fronteiras impostas sobre ‘fala’, ‘língua’, ‘performance’ e outros termos por um estritamente acadêmico ‘linguística geral’ que transformaria ‘linguagem’ em um ‘objeto científico’ por meio de reduções e abstrações realistas e idealistas. (...) Ao contrário, discursos deveriam incluir todos os modos, meios e eventos humanos de comunicação e interação. Como este campo é assustadoramente vasto e diverso, a seleção de dados do discurso para uma ‘análise crítica’ deveria ser expressamente motivada e justificada em termos de sua relevância humana e social, especialmente os trabalhos discursivos pelos quais os participantes buscam posicionar a si e a outros. (BEAUGRANDE, [199?], tradução nossa).

Para Fernandes (2007, p. 17-18), é importante distinguir o sentido de discurso do seu uso corrente na língua portuguesa, como ato de fala solene, que faz uso indiscriminado de figuras de estilo, cuja finalidade é causar impacto de erudição na audiência, acrescentando que a noção de discurso “tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem o texto, nem a fala, mas que necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material”. Para fazer essa ligação entre o linguístico e a exterioridade na qual o discurso está implicado de modo imanente, é necessário considerar os aspectos sociais e ideológicos que estão impregnados na enunciação. Desse modo se dá a passagem para o discurso considerando que este é diferente de sistema de linguagem como afirma Mills (2004, p. 4):

A sentença, uma criação indefinida de variedades infinitas, é o que dá vida ao enunciado humano em ação. Concluímos daí que, com a sentença, nós deixamos o domínio da linguagem como um sistema de signos e adentramos em outro universo, aquele da linguagem como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso.

Fiorin (2012, p. 53) relata de maneira inequívoca o processo lógico-teórico que leva à criação do *Discurso*, citando igualmente o autor francês.

Benveniste, com sua teoria da enunciação, respondeu, com propriedade, a questão que ele tinha formulado de como se passa da língua à fala. Quando Benveniste elabora sua resposta, ele deixa de considerar a fala, no sentido saussuriano, como reino individual da liberdade e da criação. Na verdade, Benveniste começa a mostrar-nos que o produto da linguagem é regado, é social. Saussure se pergunta num ponto do Curso de Linguística Geral se a fala tem alguma coisa de regular. Benveniste vai mostrar que tem. Assim, ele cria um novo objeto para a Linguística: o discurso.

A beleza e a simplicidade desse postulado, no entanto, não bastam para elucidar exatamente ‘o que é o discurso’, apenas demonstra que o conceito se cristalizou a partir de deduções lógicas, por isso van Dijk (2008, p. 22) volta a perguntar “o que é exatamente o discurso”, buscando uma definição por sua aplicação de *quem, como, por quê e quando* alguém o coloca em circulação:

Dizer que o discurso é um evento de comunicação é uma caracterização que incorpora alguns destes aspectos funcionais. Em outras palavras, as pessoas utilizam a linguagem para comunicar ideias ou crenças (ou para expressar emoções) e o fazem como parte de eventos sociais mais complexos (...) também quando lêem ou escrevem uma notícia jornalística.

Partindo da premissa segundo a qual o mundo é construído, intermediado e reconstituído pela linguagem, torna-se fundamental examinar como ocorrem as práticas discursivas, quais elementos linguísticos a compõem, quais são suas áreas de interação com elementos não-linguísticos, e o que resulta disso tudo em termos de discurso. Para Magalhães (2001, p. 10), é preciso observar que “conceitos-chave como os de discurso, texto, prática discursiva, ordens do discurso, prática social, ideologia e hegemonia são reafirmados como essenciais aos estudos críticos da linguagem”. Ou seja: se quisermos saber a quais sentidos estamos sendo submetidos, sua formação ideológica e, sobretudo, qual o nosso papel na sociedade, precisamos incorporar um novo pensar crítico que rompa com os estereótipos de que há uma ‘ordem natural das coisas’, e o *lócus* onde se dá esta convergência de fatores sociolinguísticos é o discurso, já que para Magalhães (2001, p. 17, grifos do autor):

O *discurso* é visto como o uso da linguagem como forma de prática social, implicando em [sic] modo de ação e modo de representação. Estabelece-se uma relação dialética entre discurso e estrutura social: *discurso* é uma prática tanto de representação quanto de significação do mundo, constituindo e ajudando a construir as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e de crenças.

A partir da sua enunciação, o discurso, parte fundamental e objeto deste estudo, deixa então de ser elemento puramente linguístico, para ser parte integrante da construção da estrutura social, um evento comunicativo, constituindo-se em todas as suas dimensões, dialogicamente em modo de ação e reação, onde os jogos de poder se realizam em várias instâncias, cultural, política ou religiosa, quando passam a ser denominados *discursos*, no plural.

Para o linguista inglês Fowler (1991, p. 62), o discurso incorpora obrigatoriamente a ideologia, o que estabelece uma relação imanente entre eles.

‘Discurso’ é a fala ou a escrita vista do ponto de vista das crenças, valores e categorias que ele incorpora; estas crenças etc. constituem um modo de olhar para o mundo, uma organização ou representação da experiência – ‘ideologia’ no sentido neutro, não pejorativo. Modos diferentes de discurso codificam diferentes representações de experiência; e a origem destas representações é o texto comunicativo no qual o discurso está inscrito.

Abordaremos a questão da ideologia em mais detalhes no próximo capítulo, fazendo sua relação com o discurso televisivo, pois como relata Fowler (1991, p. 231):

Qualquer um que pense a respeito da indústria jornalística sob o capitalismo (sua dependência de publicidade para consumidores de poderosos interesses comerciais), ou sua intimidade política com o governo (*press releases*, lobbies, acesso a porta-vozes), vai chegar à conclusão de que um grande jornal (ou qualquer outro órgão de mídia) não pode sobreviver a menos que ande na linha, reproduzindo ideias estabelecidas ou ao menos adentrando ‘responsavelmente’ o debate em áreas de ideias estabelecidas.

Partimos da premissa segundo a qual se comunicar em massa – que é um dos campos inerentes da TV, objeto de nosso estudo – é uma forma de Capital no sentido dado por Bourdieu (2002) e de poder num sentido amplo, e que isso implica criar novas realidades sociais, que estarão sempre operando em busca de legitimação, via manipulação e/ou persuasão e, por conseguinte, sofrendo resistência que pode ser mental e/ou física. Essa resistência física dos anos de 1960 era consequência de um discurso opressor, excludente, elitista, que detinha o privilégio da palavra e delineava as ordens do discurso que dão direito ao poder, como explica Foucault quando pergunta:

O que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. (...) Existem, evidentemente, muitos outros procedimentos de controle e de delimitação do discurso. Aqueles de que falei até agora se exercem de certo modo do exterior; funcionam como sistemas de exclusão; concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo. (FOUCAULT, 2011, p.20/21).

1.2 Percorso histórico da ACD

Desde os anos de 1970 já existiam estudos que buscavam dar conta das relações de poder e ideologia contidas no texto e que poderiam ser analisadas linguisticamente. Para Wodak e Meyer (2007), é Kress, em 1990, quem começa a dar conta dos fundamentos que iriam se organizar sob o nome de Análise Crítica do Discurso, derivando seus estudos do que já era denominado como ‘Linguística Crítica’. O termo adotado para designar o trabalho que se realizava na Universidade de East Anglia, Inglaterra, na década de 1970, e que, gradualmente, iria se transformar na ACD nos anos de 1990, no que ele definiria ser ‘uma forma radicalmente diferente de linguística’. Em sua lista de princípios que começavam a fundamentar a ACD, Kress, de acordo com Wodak e Meyer (2007, p.10), estabelecia que:

1. Linguagem é um fenômeno social.
2. Além dos indivíduos, também as instituições e grupos sociais têm sentidos específicos e valores que são expressos em linguagem de modo sistemático. Textos são unidades relevantes de linguagem em comunicação.
3. Enunciadores/enunciatórios não são receptores passivos em suas relações com o texto.
4. Há similaridades entre a linguagem da ciência e a linguagem das instituições e assim por diante.

O encontro formal, na verdade, aconteceu na esteira de diversas obras que já apontavam para a necessidade de se formalizar aquela sistematização de estudos, que Wodak e Meyer (2007, p. 4) relaciona como: o *journal Discourse and Society* de 1990, organizado por van Dijk que já havia lançado *Prejudice in Discourse* em 1984, *Language and Power* de Norman Fairclough de 1989, e o seu próprio trabalho de 1989, *Language, Power and Ideology*. A partir desses trabalhos:

O encontro tornou possível para todos se confrontarem com abordagens bastante diversas, que ainda hoje estão presentes nos diversos campos de pesquisa onde a ACD pode ser utilizada. Neste processo de formação do grupo, diferenças e semelhanças foram expostas; diferenças em relação a outras teorias e metodologias de análise do discurso e semelhanças no modo programático em que iriam enquadrar as diferentes abordagens teóricas das várias biografias e escolas dos respectivos acadêmicos.

Além de Ruth Wodak, estavam presentes Teun van Dijk, Theo van Leeuwen, Gunther Kress e Norman Fairclough, um grupo definido por ela como heterogêneo e unido mais por uma agenda de pesquisa do que por uma metodologia. O próprio Fairclough (2001) cita influências e referências às obras de Gramsci, Althusser, Foucault, Habermas e Giddens, sinalizando que aquele trabalho de síntese já deveria ter acontecido há muito tempo, ou seja: criar uma disciplina onde vários autores de diversas correntes pudessem ser citados/referenciados sem que houvesse reações contrárias de ‘rupturas epistemológicas’ ou por não se ater exclusivamente aos dogmas que aquela reflexão científica determinava. Na visão de van Dijk, a ACD tem conseguido trazer para dentro de suas formulações teóricas os trabalhos de filósofos e cientistas sociais de vários matizes a ponto de terem se tornado referências constantes como é o caso da Escola de Frankfurt, incluindo os trabalhos mais recentes de Habermas. Nossos estudos apontam que vários autores dentro da ACD, como Fairclough (2001), Fowler (1991a) fazem referência a Foucault, a Bourdieu e a Giddens utilizando conceitos diversos sobre as relações entre linguagem, cultura e sociedade. Levando-se em conta que os trabalhos destes autores se encontram nos campos de saber entre a filosofia e da sociologia, é preciso fazer a interface entre eles, e as demandas da ACD.

Historicamente, Fairclough cita outras tentativas de síntese, como a de um grupo de linguistas na Grã-Bretanha que desenvolveu, durante a década de 1970, uma ‘Linguística Crítica’ ao combinar as teorias e métodos de análise textual da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday com teorias de ideologia, todas com relativo sucesso, mas que acreditamos que valham a pena assinalar não apenas por seu caráter histórico, mas por ajudarem a entender quais os sistemas e teorias que não foram considerados satisfatórios por Fairclough e que o levaram a buscar âmbitos mais alargados que dessem conta de suas inquietações filosóficas. Para van Dijk (2012, p. 301), a LSF apresenta sérios problemas a começar pela recusa do papel da cognição em termos contextuais e linguísticos. Isso significa que:

A posição anticognitivista da LSF não admite as propriedades mentais dos contextos, como os conhecimentos, os objetivos ou as intenções dos participantes. Pelas mesmas razões, não consegue definir as condições de adequação dos atos de

fala, que são com frequência um dos traços do conhecimento dos participantes. A despeito da ampla influência que teve na Linguística e na Análise de Discurso Crítica, a abordagem sistêmico-funcional do contexto resulta, assim, totalmente equivocada, e é surpreendente que tenha conseguido manter-se inalterada por décadas.

É o próprio Fairclough (2001, p. 59) quem resume esse rito de passagem entre a Linguística Crítica com suas limitações como o excesso de atenção à transitividade, ao aspecto gramatical da oração ou da frase relacionado ao seu significado ideacional, isto é, o modo como representa a realidade, por isso:

Precisamos ir à teoria social para encontrar desenvolvimentos completos e explícitos. Foucault contribui com sua valiosa percepção de todos eles [...], entretanto, nem a tradição crítica na análise de discurso orientada linguisticamente nem Foucault lidam satisfatoriamente com o modo como o discurso contribui tanto para a reprodução como para a transformação das sociedades.

Os vários caminhos epistemológicos que foram sendo traçados para compor a ACD não são de maneira alguma lineares, já que para van Dijk (2008c) certos fundamentos já existiam a partir dos postulados da Escola de Frankfurt, que datam de antes da Segunda Guerra Mundial, mas tomam forma mais consistente a partir da Linguística Crítica com nomes como Fowler (1994), Mey (1985), Fowler et al. (1979), considerando que esta é uma obra que gerou trabalhos na linguística crítica e depois na ACD, sendo considerado um clássico. Outras referências ‘críticas’ provenientes da Sociolinguística, da Psicologia e das Ciências Sociais são também contributivas nesse processo e que convergiam para uma preocupação de posicionamento crítico em relação às pesquisas sociais, conforme aponta Meyer (2007), considerando que a abordagem aos problemas sociais via ACD não é um método em si mesmo, mas que apresenta várias possibilidades e pede uma análise em níveis diferentes, sendo que a cada um deles é necessário selecionar o que se quer analisar.

No entanto van Dijk (2008c, p. 114) ressalta sempre que para o analista crítico do discurso é “fundamental a consciência explícita do seu papel na sociedade”, já que estes “argumentam que a ciência e, em particular, o discurso acadêmico não apenas são parte inerente de uma estrutura social, mas também são por ela influenciados, além de serem produzidos na interação social”. O trabalho resultante teria como objetivo uma interação maior entre a produção acadêmica e as práticas sociais politicamente orientadas, o que resultaria na redefinição do papel dos pesquisadores acadêmicos na sociedade para o que o autor chama de “solidariedade e cooperação com os grupos dominados”.

À diferença de outras disciplinas acadêmicas, como a Sociologia ou a Psicologia, não existe na história da ACD um chamado ato fundador que compreenda todas as suas diretrizes e a partir das quais se estabelece um novo pensar normatizado. Não existe uma teoria única, fechada, que sirva de referência inequívoca, cujos postulados de uma maneira ou de outra indicam o rumo que deve ser trilhado dentro da *epistème* para que determinado trabalho se enquadre como ACD. Muito ao contrário. Vários autores como Fowler, Wodak, van Dijk, Kress, Jäger, Meyer, Scollon foram participando gradativamente das argumentações e do seu embasamento teórico – a partir de nacionalidades, pontos de vista e abordagens socioculturais distintas, mas sempre tendo como ponto de referência principal o que é definido por van Dijk (2008c, p. 15): “Apesar da grande diversidade de métodos usados [...] estes possuem algumas metas bastante gerais com as quais a maioria dos estudiosos desse campo concorda. [...] qual seja, *o estudo da reprodução discursiva do abuso do poder*”.

As dúvidas a respeito do que seja exatamente a ACD podem ser sentidas e ouvidas em vários setores acadêmicos, particularmente em congressos – vários deles internacionais – dos quais tivemos a oportunidade de participar, onde se pode notar que existe uma necessidade de se colocar em prática várias possibilidades epistemológicas – visto que a diversidade é uma das marcas fundadoras da ACD – ao mesmo tempo em que se percebe certa insegurança disciplinar, fruto possível das amarras e dos dogmas que têm marcado algumas ciências sociais e humanas, que se tornaram campo de lutas entre seus pares e que exigem uma fidelidade a princípios de saber para que se possa falar em nome delas. Acreditamos que uma das facetas mais interessantes da ACD é, justamente, a de se liberar dessas limitações ou de ter de se submeter a um determinado fundador da disciplina ou a um referente permanente, com uma estrutura inflexível. Por ser ‘crítica’, ela é inextricavelmente antidogmática e tem uma postura de solidariedade dentro do social.

A obra de Fairclough pode ser vista como um exemplo da evolução pragmática da ACD a partir de seus pressupostos teóricos presentes em *Language and Power* (1989) e que irão expandir para áreas de aplicação em mudança social como em Fairclough (1992, 1995) e com Chouliaraki (1999), quando se dedicam a demonstrar a natureza discursiva como causa e efeito das mudanças sociais, e o papel preponderante da mídia como agentes intervenientes nesse processo.

Desse modo, antes de definirmos o que é a ACD, ocorre-nos explicar o que ela não é para depois construirmos a nossa proposta teórica. Para tanto, traremos de início o conceito que o linguista van Dijk (2005, p. 35) apresenta como não sendo pertinente a ela.

A ACD não é uma direção de investigação entre as outras como o é a Gramática Transformacional ou a Linguística Sistemática, nem uma subdisciplina da análise do discurso, como são os casos da psicologia do discurso ou da análise da conversação. Não é um método, nem uma teoria que pode ser aplicada isoladamente a problemas sociais. A ACD pode ser conduzida e combinada com qualquer abordagem e subdisciplina nas humanidades e nas ciências sociais. A ACD é sim a adoção de uma perspectiva – crítica – na produção do saber científico: é, por assim dizer, a análise do discurso ‘com uma atitude’⁹. Centra-se em problemas sociais e especialmente no papel do discurso na produção e reprodução do abuso de poder e da dominação.

Para nós, pesquisadores trabalhando em uma área onde o gênero do discurso é o telejornalismo praticado dentro do contexto Brasil, é importante traçar um paralelo que dê conta de produzir primeiro uma consciência e depois um contra-discurso ao que é dito diariamente. Na verdade, seria uma consciência crítica, já que é impossível ter o mesmo alcance que uma mídia de massa como a TV Globo ou qualquer outra emissora. Um dos efeitos mais problemáticos para se fazer a crítica, é o da naturalização ideológico-discursiva gerada pela implicatura e/ou pela pressuposição. A sequência diária de notícias há anos, permite ao JN criar um arcabouço de saber e de valores que são parte inerente aos seus telespectadores em função dos seus referentes terem sido construídos ao longo de anos, frutos de uma polifonia e recriando no seu seio uma heterogeneidade discursiva que já faz parte do repertório cognitivo da audiência, ou seja: os pontos de pressuposição e de implicatura já estão em um nível bastante arraigado em termos ideológicos, o que os torna quase que invulneráveis de serem desconstruídos via contra-discurso crítico.

As questões que envolvem discursos de resistência necessitam de uma visão crítica para o entendimento de que há modelos mentais já compostos, enviesados que precisam ser questionados. Portanto:

‘Crítica’ [...] denota reflexão sobre um sistema de constrangimento produzido pelo homem: pressões deformadoras, às quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, ou a raça humana como um todo sucumbem em seus processos de formação pessoal. A abordagem crítica é aplicada [...] a objetos da experiência cuja ‘objetividade’ é posta em questão; a crítica supõe que existe um certo grau de distorção já instalada que se apresenta como realidade. A crítica busca remover esta distorção e assim torna possível a liberação do que foi distorcido. Por conseguinte, ela implica uma concepção de emancipação. (CONNERTON, 1976, p. 18-20).

A amplitude do alcance de Connerton nos permite dizer que somente meios de comunicação em larga escala teriam capacidade de comunicar um determinado valor discursivo, e que a essa formação sistemática se dá o nome de jornalismo. Por sua estreita correlação e interdependência com o sistema produtivo e de consumo e, por conseguinte, a

⁹ Em inglês a palavra ‘attitude’ conota desde posicionamento e ponto de vista à opinião, uma gama mais ampla que em português.

própria publicidade, o último ato que interessa na relação da mídia com a sua audiência é a emancipação. É dessa dependência de comunicar sem transmitir o essencial – as ferramentas e os meios para a emancipação do sujeito – que a mídia mantém a sua audiência cativa, esperando “as notícias” todos os dias. O trecho, a seguir, reproduz a importância e a definição que as Organizações GLOBO dão para o tema do que é jornalismo, e a necessidade de tentar manter uma audiência que gradativamente se dispersa em função das novas mídias, do acesso diversificado a novos saberes e mesmo de um novo posicionamento social.

Antes, costumava-se dizer que o jornalismo era a busca pela verdade dos fatos. Com a popularização confusa de uma discussão que remonta ao surgimento da filosofia (existe uma verdade e, se existe, é possível alcançá-la?), essa definição clássica passou a ser vítima de toda sorte de mal-entendidos. A simplificação chegou a tal ponto que, hoje, não é raro ouvir que, não existindo nem verdade nem objetividade, o jornalismo como busca da verdade não passa de uma utopia. É um entendimento equivocado. Não se trata aqui de enveredar por uma discussão sem fim, mas a tradição filosófica mais densa dirá que a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe; e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo. É para contornar essa simplificação em torno da “verdade” que se opta aqui por definir o jornalismo como uma atividade que produz conhecimento. [...] Dizer, portanto, que o jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos, mas traduz com mais humildade o caráter da atividade. E evita confusões. (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011)

Fiorin (2012, p. 45) aborda o conceito de verdade no âmbito acadêmico ao mesmo tempo em que fortalece nosso posicionamento de que o que estamos buscando não é uma contraposição da verdade, o que significaria o fim do debate fosse qual fosse o resultado desta pesquisa, mas sim, justamente, o seu contrário, a abertura de um novo campo de saber, que não se esgota em uma postura dualista, de certo ou errado.

Em primeiro lugar gostaria de expressar um incômodo que tenho sentido na universidade, com o fato de que as pessoas consideram a teoria científica com que trabalham como a verdade. Ora, não existe isto em ciência: a verdade. A explicação da totalidade existe no discurso religioso, pois ele explana de onde viemos, para onde vamos, por que é que sofremos no mundo. Ele tem uma lógica própria e adere-se a ele pela fé. O discurso científico não é assim. Nele, cada teoria responde a determinadas questões e elabora modelos parciais de conhecimentos da realidade. E, portanto, todas as teorias, mesmo aquelas com as quais jamais se pensaria em trabalhar, aportam um determinado conhecimento de um dado recorte da realidade. [...] Por conseguinte, escolhemos uma teoria não em função de sua verdade, mas em razão do que pretendemos responder na nossa pesquisa.

Podemos dizer que esta é uma ciência que foi criada sob uma demanda histórico-social dos pesquisadores, já que a análise crítica envolve de maneira pragmática responsabilidades sociais daqueles que detêm os meios para fazê-los. No nosso caso, a mídia e o governo e as

relações com os desfavorecidos serão pontos salientes nas análises, pois de acordo com van Dijk (1986, p.4).

Além da descrição ou da aplicação superficial, a ciência crítica da cada campo de conhecimento levanta questões que vão além, como as que dizem respeito à responsabilidade, interesses e ideologia. Ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica toma como ponto de partida onde já existem problemas sociais prevalentes, e, deste modo se alinha com os que mais sofrem e analisa de modo crítico os que estão no poder, os que são responsáveis e os que têm os meios e as oportunidades para resolver tais problemas.

Tem, portanto, princípios deontológicos explicitados, fortemente ancorados no pensamento e no posicionamento crítico, embora não se limite por ele na sua formação teórica. Para Michael Meyer, de acordo com o observado por Wodak (2007, p. 34), esse tipo de confusão ou incerteza é normal, pois as pessoas sempre buscam uma referência para a formação de uma teoria uniforme. Ocorre, diz ele, que “não há um ponto de visto teórico que seja usado consistentemente dentro da ACD, nem os protagonistas da ACD trafegam consistentemente da área da teoria para a área do discurso e depois de volta à teoria”. No entanto, há sim certos referenciais que servem como balizadores para o trabalho da ACD, conforme descrito por Scollon (2007, p. 141), baseado em trabalho de Fairclough e Wodak.

1. A ACD dedica-se a problemas sociais
2. Relações de poder são discursivas
3. O discurso constitui a sociedade e a cultura
4. O discurso tem funcionamento ideológico
5. O elo entre texto e sociedade é mediado
6. A análise do discurso é interpretativa e explicativa
7. O discurso é uma forma de ação social
8. O discurso é histórico

Scollon (2007, p. 141) faz uma ressalva ao ponto 3, alegando que “as relações de poder na sociedade não são apenas e/ou baseadas no discurso, mas sim na prática”. Desse modo, o discurso se constituiria em um dos meios pelo qual a sociedade e a cultura são constituídas, argumentando que isto ocorre tanto nos produtos materiais quanto em práticas não-discursivas, abrindo um campo que ele chama de MDA (*Mediated Discourse Analysis* – Análise do Discurso Mediada).

Nesse sentido, Magalhães (2001, p. 32-33) propõe uma síntese entre a teoria social, considerando seus recentes trabalhos sobre a natureza social da linguagem, e suas consequências na sociedade contemporânea que até agora têm sido rejeitadas nos estudos da linguagem, já que o termo “discurso” é usado igualmente por teóricos sociais como Foucault e Fraser e analistas como Stubbs e van Dijk. No entanto, a autora esclarece:

Ao referir-me ao uso da linguagem como discurso, estou sinalizando um desejo de investigá-lo por um método informado social e teoricamente como forma de prática social. Ver o uso da linguagem como prática social implica, em primeiro lugar, que esse uso é um modo de ação (Austin, 1962; Levinson, 1983) e, em segundo lugar, que ele é sempre um modo de ação socialmente e historicamente situado, numa relação dialética com outras facetas do “social” (seu “contexto social”) – ele é formado socialmente, mas também forma socialmente, ou é *constitutivo*.

Um dos pontos do acordo entre os integrantes do grupo é o de que a linguagem é um elemento de eventos e práticas sociais que está dialeticamente relacionado com outros elementos (incluindo instituições sociais e aspectos do mundo material). O seu objetivo é o de mostrar as relações entre a linguagem e os elementos das práticas e eventos sociais e, embora a ACD tenha origem na linguística, tem o foco nas questões sociais e busca uma interdisciplinaridade mais ampla para se apoiar do que a maioria das análises linguísticas. A abordagem ‘crítica’ se dá em função do papel de fazer emergir relações não tão evidentes entre a linguagem e outros elementos da vida social que constituem a construção de uma realidade.

A ACD estuda também o papel que a linguagem exerce na constituição das relações de poder, dominação e exploração que, em última instância, poderia ser traduzido na emancipação do indivíduo e no aumento da justiça social, já que o indivíduo teria não só o entendimento dos mecanismos discursivos que o limitam intelectualmente, mas também teria meios – ao menos dentro dos limites que a mídia e os sistemas de interdição permitem – de estabelecer um diálogo em termos mais iguais tanto com o seu grupo social como com as forças que o oprimem. Para tanto, Meyer (2007, p. 15) acrescenta que uma das diferenças da ACD em relação a outros métodos de análise sociolinguística é que esta determina desde o início os seus objetivos e áreas de interesse, no caso, uma defesa dos que sofrem qualquer tipo de discriminação social, e destaca a importância de se utilizar esse conhecimento como ferramenta de resistência, ressaltando que: “é um fato que a ACD segue um caminho diferente e crítico na abordagem de problemas sociais, visto que ela busca explicitar as relações de poder que estão frequentemente escondidas, e, a partir daí, conseguir resultados que sejam de relevância prática”. Desse modo fica claro que, ao optar pela ACD, esta tese passa a ter uma

forte marca, vinculada na preocupação de saber como se articula o poder e como os jornalistas, podem ser – e são – usados como parte desse contexto de manutenção da desigualdade.

Cabe então mencionar o questionamento que Bourdieu (2002, p. 1) faz quando alude às estratégias de reprodução e modos de dominação: “uma das perguntas mais importantes no que concerne o mundo social é a de saber por que e como esse mundo dura e persevera no ser; como se perpetua a ordem social, quer dizer, o conjunto de relações de ordem que o constituem”.

A ACD assume uma postura crítica em relação às estruturas de poder na sociedade, estruturas essas que se constituem por meio dos discursos, sobretudo os de comunicação em massa. Estes, por sua vez, funcionam como criadores de sentido nas relações sociais, permitindo a criação de sistemas de poder com todas as suas consequências de desigualdade e abuso, que habitam a opacidade do discurso, enquanto pregam os valores de liberdade da democracia e do capitalismo.

De acordo com van Dijk (2005, p. 19) é possível compreender esses mecanismos de opressão e assim gerar pontos de resistência teoricamente fundamentados, pois:

A ACD é um tipo de investigação de análise do discurso que estuda em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste pelo texto e pela fala, no contexto social e político. Com esta investigação dissidente, os analistas críticos do discurso tomam uma posição explícita e querem dessa forma compreender, explorar e, em última análise, resistir à desigualdade social.

A vantagem de podermos utilizar a ACD como principal ferramenta analítica reside no fato de que ela nos permite trazer para o estudo várias disciplinas que, agrupadas sob os princípios da ACD, tomam uma nova perspectiva, pela interdiscursividade, criando, desse modo, outra área de saber. Para nós a distinção entre multidisciplinar e interdisciplinar, reside no fato de que nesta última as abordagens teóricas são integradas de modo holístico, gerando então, em diversos níveis, mas não necessariamente todos, um conhecimento que vai se reposicionando em novas estruturas teóricas.

O linguista alemão Jäger (2007, p. 32) faz a conexão entre o discurso que se vai analisar e o conceito de conhecimento que ele acredita ser fundamental para realizar um recorte mais preciso. Sua visão deriva dos ensinamentos de Foucault dentro dos estudos da teoria do discurso, que busca determinar os seguintes pontos:

- Em que consiste o conhecimento (válido em tempo e lugares determinados)?
- Como este conhecimento válido se desenvolve?

- Como é reproduzido?
- Qual função ele exerce para a constituição dos temas e levando em consideração os moldes da sociedade em questão?
- Que impacto esse conhecimento tem no desenvolvimento geral da sociedade?

A origem do conhecimento – em nosso caso – se dá em várias esferas do estrato social, mas acreditamos ser de fundamental importância lançar uma visada mais crítica para o momento onde este conhecimento se cristaliza: que é por via dos meios de comunicação em massa, que acima de qualquer outro tem o poder de interagir com milhões de pessoas simultaneamente, em um processo de disseminação, que uma vez comunicado tem efeitos difíceis de ser controlados e/ou anulados. Há exemplos clássicos como a transmissão do programa de rádioteatro, em formato popular antes do advento da TV, pela emissora CBS nos Estados Unidos, chamado “A Guerra dos Mundos” e apresentado por Orson Welles, no dia 30 de outubro de 1938. Apesar do anúncio feito no início do programa, de que se tratava de uma peça de ficção, cerca de 3 milhões de pessoas (segundo a CBS) que sintonizaram o programa após o seu início se convenceram de que se tratava de um programa jornalístico ‘real’, fazendo a cobertura da invasão de marcianos em uma pequena cidade do estado de New Jersey, já que havia testemunhos, entrevistas com autoridades e efeitos de sonoplastia que lhe emprestavam veracidade. O pânico generalizado, agravado pelo clima pré 2ª Guerra na Europa, que eclodiria no ano seguinte, com o congestionamento de linhas telefônicas na rádio e nas estações de polícia, deu, pela primeira vez na história a real dimensão do alcance da comunicação em massa e seus efeitos no imaginário social.

Esse acontecimento nos permite ver o discurso atuando em suas duas dimensões: primeiro como *prática discursiva*, onde é possível localizar a produção de um texto que será mediado, veiculado pelo rádio e consumido pela população, com resultados conhecidos e depois como *prática social*, a partir do qual se poderia analisar porque os impactos foram tão efetivos na audiência, já que nesta dimensão o discurso se relaciona com os conceitos de ideologia e poder, que seriam amplamente explorados pela Alemanha Nazista em suas campanhas de comunicação que buscavam, por exemplo, estabelecer os valores de superioridade da raça ariana e outros valores pertinentes que conseguissem agregar e levar o povo alemão ao ‘fazer crer e fazer agir’.

A partir do momento em que o discurso forma a consciência – por acionar dispositivos de valor moral e outros dentro da sociedade como acabamos de citar – ele começa a interagir com o poder, que precisa dele como fator regulador em várias instâncias,

daí a necessidade de a ACD ser interdisciplinar, para poder dar conta de vários aspectos da sociedade, pois o poder está em todas as esferas, como bem observa Foucault (2000, p. 131):

Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem sua vida cotidiana.

A partir desse raciocínio, Jäger (2007, p. 35) afirma que um importante meio de ligar os discursos um com o outro é o simbolismo coletivo - estereótipos culturais - frequentemente chamado de *topoi*, que resultará em um multi e interdiscurso cuja função da análise é justamente separar tais discursos, pois eles estão interligados e além do mais não são estáticos, mas se encontram em constante movimento.

A respeito da interdisciplinaridade, Fairclough (2001, p. 67) oferece a leitura desta citação, que explica as várias articulações que precisamos observar, pois:

Foucault sugere que uma formação discursiva constitui objetos de forma altamente limitada, na qual as restrições sobre o que ocorre dentro de uma formação discursiva são uma função das relações interdiscursivas entre as formações discursivas e das relações entre as práticas discursivas e não-discursivas que compõem tal formação discursiva. A ênfase nas relações interdiscursivas tem importantes implicações para a análise do discurso, já que põe no centro da agenda a investigação sobre a estruturação ou articulação das formações discursivas na relação umas com as outras, dentro do que eu chamarei, usando um termo foucaultiano, ordens de discurso institucionais e societárias – a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas.

Uma vez entendido e adotado o conceito de interdisciplinaridade dentro da ACD, este influenciará outros conceitos importantes durante a primeira abordagem sobre por onde se iniciar o processo que seria a metodologia, parte fundamental em qualquer pesquisa. No entanto, aqui, como em vários outros tópicos, a ACD pede uma nova postura, pois como explica Meyer (2007, p. 16):

Quanto aos métodos e procedimentos utilizados para a análise dos discursos, a ACD geralmente vê seus procedimentos como um processo hermenêutico, embora essa característica não seja completamente evidente na posição tomada em vários autores. Comparado com as explicações (causais) das ciências naturais, a hermenêutica pode ser entendida como o método de entender e produzir relações de sentidos. O círculo da hermenêutica – que implica que o sentido de uma parte só pode ser entendido no contexto do seu todo, mas que esse por sua vez só é acessível pelas partes que o compõem – indica o problema da inteligibilidade da interpretação da hermenêutica. Consequentemente a interpretação hermenêutica, em particular, requer urgentemente uma documentação detalhada.

Entendemos essa assertiva como uma orientação teórica que nos possibilita trabalhar em várias frentes de saber dentro desta tese, já que a ACD é, em princípio, avessa a uma única metodologia. Tal proposta se justifica a partir de um trabalho inter e multidisciplinar e que precisa se valer de distintas ciências para poder dar conta do que se propõe a construir. Se as ideologias permeiam todos os campos do saber humano, como seria possível constituir um *corpus* cujo único olhar fosse o de um determinado campo?

A proposta de Fairclough ([200?], tradução nossa) sobre qual metodologia adotar pode ser interpretada a partir de seu trabalho mais contemporâneo que, mais uma vez, oferece uma abordagem diferente.

Minha pesquisa atual se situa nos processos de mudança social no seu aspecto discursivo. Mais especificamente eu estou preocupado com os recentes processos de transformação social que são identificados de forma variada por termos como 'neoliberalismo', 'globalização', 'transição', 'sociedade da informação', 'economia baseada no conhecimento' e 'sociedade do aprendizado'. Metodologicamente, esta abordagem implica trabalhar em um modo 'transdisciplinar' por meio de diálogo com outras disciplinas e teorias que se ocupam de processos contemporâneos de mudança social.

Ao romper com a academia mais formal, a ACD acaba gerando certo desconforto epistemológico, forçando o estudioso a buscar áreas de apoio que lhe confirmem adequação teórica. Com esse fim, o posicionamento proposto ao pesquisador por Wodak e Meyer (2007, p. 10) pode servir como um dos pontos de partida, considerando que:

Um dos objetivos da ACD é 'desmistificar' os discursos decifrando as ideologias. Para a ACD a linguagem não é poderosa por si própria – ela ganha poder através da utilização que pessoas poderosas fazem dela. Isso explica por que a linguagem crítica muitas vezes escolhe a perspectiva daqueles que sofrem, e analisa criticamente o uso da linguagem de quem está no poder, que são os responsáveis pela existência de desigualdades e também têm os meios e a oportunidade de melhorar as condições.

1.3 Considerações gerais e relações com a tecnologia

Fernandes (2007, p. 33) refere-se ao sujeito discursivo como ser social situado em um espaço coletivo e que pela sua voz pode-se inferir o seu lugar social, já que “expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; (e que) de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico”. Não podemos ignorar que

esse lugar é marcado pelas novas tecnologias que vão reestruturar não o arcabouço teórico da Linguística, mas sim as possibilidades sócio-discursivas de hoje que não podem ser as mesmas de antanho.

Quando o JN fala sobre Belo Monte, utiliza mecanismos retóricos de organização discursiva cuja característica inicial é a de estabelecer um referente que será construído e abordado a partir de uma premissa que julga ser a correta. Desse modo, podemos dizer que a mídia faz uma asserção, a mantém e, sobretudo, a amplifica à categoria de fato verdadeiro, que não deve ser confundido com a verdade em si mesma. Partindo do princípio de que a ACD pode acionar diversos dispositivos linguísticos na tessitura da análise, parece-nos primordial estabelecer quais noções participarão do nosso recorte, que buscará traçar o caminho de construção do referente, que é o ponto a partir do qual o JN desenvolverá seu discurso e onde as manifestações ideológicas ficarão mais evidentes.

A influência das mídias na formação social da realidade universal é cada vez maior, com a virtual eliminação dos conceitos de tempo e espaço, já que a instantaneidade é uma das marcas discursivas dessa amplitude de recursos do lado tecnológico, que torna o estudo da produção discursiva cada vez mais complexo. Não seria exagero dizer que há uma nova era midiática, graças aos novos aparatos tecnológicos que se reinventam em tarefas e funções, e cuja principal marca é a interatividade, o dialogismo em várias instâncias, e que tem sua própria organização interna, decidindo os influxos, quem participa, e como, e de qual tipo de informação.

Essa ruptura no sistema tradicional de “mídias não-interativas”, em contraposição às mídias que possibilitam a interação e/ou a ampliação/expansão do conteúdo apresentado, implicam uma nova discursividade, cuja tendência é ao infinito, já que não há restrições/controle, nem sobre de onde vem, e nem para onde vai a informação original, após ser “reprocessada”. Essas mídias antigas, estáticas, são hoje objetos de estudo de como a indústria da informação foi, e possivelmente não será nunca mais, unidirecional/unidimensional.

Para Pedro (1997, p. 42):

[...] o desenvolvimento tecnológico de hoje pôs definitivamente em causa práticas de produção e recepção, até agora estabelecidas e, nos nossos dias, alteradas, desta alteração resultando um desafio ao projecto de análise crítica pela consequente necessidade de ultrapassar as barreiras do meio verbal.

Assim sendo, acreditamos que práticas dominantes baseadas na linguagem estão dando caminho para uma nova arquitetura comunicativa, que será inerentemente multimodal,

e que pode ser vista como um ponto positivo na busca da emancipação do ser humano dentro do quadro informacional em que se encontra.

Alguns conceitos como *poder*, *domínio*, *controle da informação* ou *controle da mente* são todos remissivos na ACD para o princípio da emancipação, que em última instância é a função para a qual um grupo de estudiosos resolveu convergir diversas disciplinas em uma prática acadêmica – que não chamaremos de método, posto que implicaria a definição de Fairclough em estabelecer uma ‘caixa de ferramentas’ com instrumentos de função determinada.

Tomando a mediação como fator fundamental em qualquer tipo de análise contemporânea, é oportuno nos atualizarmos em relação aos meios de suporte do discurso que hoje marcadamente redistribuem e redefinem os papéis tradicionais de enunciador e enunciatário, já que as ordens do discurso não conseguem mais se impor – ao menos em princípio como veremos – sobre quem deve falar o que, quando, como e para quem. A ruptura do monopólio da fala midiática requer a inclusão de uma nova concepção interacional de enunciação.

Vários autores apontaram para a necessidade de se observar com atenção as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias na alteração das relações sociais, do acesso ao discurso, na diversificação de suas formas e como essas transformações deságuam no que Giddens (1991) chama da sociedade “reflexiva” como apontam Fairclough e Wodak (2008, p. 370):

A vida contemporânea é reflexiva na medida em que as pessoas modificam radicalmente suas práticas – seu modo de vida – como resultado dos conhecimentos e as informações que adquirem sobre tais práticas. A tecnologização do discurso constitui o olhar institucional ‘descendente’ (*top-down*) da reflexividade moderna, mas existe também um olhar ‘ascendente’ que corresponde às práticas cotidianas das pessoas comuns. Hoje, uma característica habitual da vida cotidiana é a consciência crítica das práticas discursivas e as tendências a transformá-las como elementos das lutas sociais (de classe, de gênero, anti-racistas, ecológicas etc.) ou nos termos de Giddens, como elemento da construção e reconstrução reflexiva da pessoa. Por conseguinte a ACD é, em primeiro lugar, uma característica da vida social contemporânea e somente, secundariamente, uma tarefa acadêmica. Ademais, enquanto pesquisa acadêmica está firmemente arraigada nas propriedades da vida contemporânea.

A tecnologia passa então a ser ativa entre as pessoas na vida moderna gerando outras possibilidades discursivas que passam por cima do suposto controle das autoridades e dos grandes conglomerados. Dizemos suposto, pois há casos de sites de relações sociais como o *Facebook* que infringiram as regras da privacidade, vendendo dados dos perfis dos seus

participantes – que têm as páginas visitadas e os itens observados rastreados por meio de *cookies*¹⁰ – a empresas de comércio de todo tipo.

É sob esse prisma, que Chouliaraki (2010, p. 227) adverte sobre os perigos da “democratização da mídia”, com a possibilidade de estarmos reproduzindo o discurso das elites, como se fosse algo alternativo e confrontativo a ele, a partir da dialética estabelecida por Foucault (1982) que chama essa interação de economia dual de liberdade e restrição que opera em termos de “democratização da tecnologia” e simultaneamente a “tecnologização da democracia”. Ao desenvolver comentários sobre o trabalho de Burgess (2006)¹¹, Chouliaraki (2010, p. 227) afirma que:

A primeira dimensão da dialética, a ‘democratização da tecnologia’ trata da auto-mediação da perspectiva de empoderamento das novas tecnologias de mídias de inventar discursos novidadeiros de subversão contra-institucional e ativismo coletivo; a segunda a ‘tecnologização da democracia’ aborda a auto-mediação a partir da perspectiva do potencial regulador das novas tecnologias midiáticas de controlar discursos e gêneros de participação ordinária e, em fazendo isso, reproduzir as relações de poder institucionais que dita participação busca desafiar.

O princípio dialético está implícito nesta posição de resistência ao poder, que é exercido – e resistido – pelo texto, pela disseminação discursiva, pela ação/reação, partindo do princípio da alteridade. O texto se eleva à categoria de discurso em função da existência do outro que recebe a mensagem, e que estabelece o princípio da comunicação. Desse modo, os discursos discriminatórios buscam incutir no “outro”, valores que são desprezados no grupo que busca sua supremacia.

Trata-se, portanto, de uma disputa pelo poder do discurso, para estabelecer uma discursividade hegemônica, onde o novo discurso ambiental, não só ocupe o espaço do opositor, mas, principalmente, aproprie-se de sua terminologia. Para Magalhães (2001, p. 40) é necessário observar a emergência de um discurso *global*, onde existe uma “dominante cultural”¹² dentro de um conceito de Williams (1981) com relação às práticas discursivas, isto é, na natureza das práticas discursivas. Em função disso:

A análise crítica do discurso tende a ser vista, certamente em muitos departamentos de linguística, como uma área marginal (e, para muitos, suspeita) de estudo de

¹⁰ De acordo com o Google: “*cookie* é um pequeno arquivo que contém uma linha de caracteres e que é enviado ao seu computador quando você acessa um site no Google. Nós usamos *cookies* para melhorar a qualidade do nosso serviço e compreender como as pessoas interagem conosco. Você precisará ter os *cookies* ativados para usar a sua Conta do Google”. Em suma: o *cookie* rastreia todas as atividades do usuário coletando dados sobre os sites visitados montando assim um perfil sócio-econômico que tem valor.

¹¹ BURGESS, J. Hearing ordinary voices: cultural studies, vernacular creativity and digital storytelling. *Continuum: Journal of Media and Cultural Studies*, v. 20, n.2, p. 201-214, 2006.

¹² Magalhães esclarece em nota de rodapé: estou usando esse termo bem mais frouxamente que Williams, para quem a cultura dominante, emergente e oposicionista está ligada às classes dominantes, emergentes e oposicionais.

linguagem. Entretanto, ela deve, a meu ver, estar no centro de uma disciplina de linguagem reconstruída, a teoria propriamente social da linguagem recentemente conclamada por Kress (1992). Meu primeiro objetivo nesta seção é sugerir que o forte apoio para esta posição vem de uma análise do “estado” da linguagem e do discurso (isto é, de “ordens do discurso”) nas sociedades contemporâneas: se os estudos da linguagem devem ligar-se às atualidades do uso contemporâneo da linguagem, deve haver uma virada social, crítica e histórica. (MAGALHÃES, 2001, p. 39).

Ocorre que, justamente o que as elites não querem, é nenhum tipo de mudança, social ou crítica, que vá reescrever a história sob a perspectiva dos dominados, o que, em tese, colocaria em risco a chamada estabilidade entre as classes sociais, e a própria sustentação do modelo capitalista. Faz-se, portanto necessário saber quem detém esse poder gerador de discurso e analisar o seu produto discursivo.

Como outros enfoques da análise do discurso, a análise crítica do discurso estuda exemplos concretos e amiúde extensos de interação social quando adotam uma forma linguística ou parcialmente linguística. Porém, o enfoque crítico se caracteriza por uma visão própria e distinta de a) a relação existente entre a linguagem e a sociedade e b) a relação existente entre a própria análise e as práticas analisadas. Consideremos estes dois pontos separadamente. A ACD interpreta o discurso – o uso da linguagem na fala e no texto – como uma forma de prática social. O fato de descrever o discurso como prática social sugere uma relação dialética entre um evento discursivo determinado e as situações, instituições e estruturas sociais. Uma relação dialética é sempre bidirecional. O evento discursivo está moldado por situações, instituições e estruturas sociais e por sua vez lhes dá forma. (FAIRCLOUGH e WODAK, 2008, p.367)

1.4 Elementos compositivos da ACD – discurso, ideologia e poder

O conceito de hegemonia remete e está ligado diretamente aos elementos que constituem a estrutura necessária para se poder realizar o estudo de atos discursivos ideologicamente enviesados e que dialogicamente façam parte da construção social da realidade de quem está sujeito aos eventos de comunicação em massa. A abordagem do conceito de hegemonia é tributária ao filósofo italiano Gramsci pela sua preocupação em estudar os processos inerentes ao capitalismo ocidental (considerando que hoje a China oferece outro modelo, extemporâneo a ele). Em Fairclough (2001, p. 121), o discurso como prática social está ligado ao estudo dos conceitos de ideologia e hegemonia e busca em Althusser conceitos sobre ideologia, embora fazendo ressalvas, já que particularmente o trabalho deste autor contém uma “contradição não resolvida entre uma visão de dominação

que é imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante, em que a ideologia figura como um cimento social universal”.

As relações entre esses três elementos são a base constitutiva do que se busca analisar, já que, ao entendermos os mecanismos de articulação entre eles, é possível montar um quadro que nos oriente sobre as decorrências, pois se o *poder* não autoriza um determinado *discurso* é porque não lhe interessa a divulgação de certas *ideologias*, e vice-versa. Consideramos que uma análise crítica remete a valores e noções como *poder*, *ideologia*, *manipulação*, que são os fatores a serem observados na interação entre as elites e a sociedade pelas vias discursivas. Sendo uma ciência inter e transdisciplinar é necessário estabelecer quais são os vetores que se compõem para terminar em controle mental. As Ciências Humanas e Sociais fornecem as orientações para remeter aos domínios que afetam a sociedade, visto que o discurso é um fenômeno prático, social e cultural, e que resulta, portanto, em práticas sociais com funções específicas.

Para tanto, recorremos a uma estrutura que, segundo Brandão (2012, p. 38), faz a articulação entre a concepção de discurso de Foucault e uma teoria materialista do discurso, de acordo com a proposta montada por Pêcheux e Fuchs (1990), que preconizam:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos da enunciação;
3. A teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Temos, neste momento, uma primeira impressão de uma dimensão crucial da análise do discurso, o fato de que o discurso deveria ser estudado não só como forma, significado e processo mental, como também como estruturas e hierarquias complexas de interação e práticas sociais incluindo suas funções no contexto, na sociedade e na cultura que compõem e produzem o sujeito discursivo, dialógico, polifônico e heterogêneo.

A noção de dialogismo, fundamental no trabalho de Bakhtin, considera que todo discurso é dialógico, pois de acordo com Fernandes (2007, p. 36) “o sujeito dialoga com um amplo conjunto composto por outros sujeitos, com a realidade social que o envolve”, como esse sujeito não é homogêneo, haverá em seu discurso as referências de outros discursos que já abordamos como nas FD de Foucault, que estão em constante processo de (re)formulação, o que resulta em um sujeito discursivo polifônico, por reproduzir várias vozes ao mesmo

tempo, e dentro disso a sua heterogeneidade constituída por essas diferenças. Courtine (1981, p. 24 apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 56) afirma que:

O interdiscurso passou a ser considerado como “um processo de constante reestruturação”, no qual a delimitação de uma FD é “fundamentalmente instável, não se tratando de um limite permanente a separar o interior do exterior, mas um limite entre diferentes FDs que muda de acordo com o que está em jogo na luta ideológica”

Essa heterogeneidade pode ser compreendida em duas modalidades de acordo com os princípios de Authier-Revuz comentadas por Fernandes (2007, p. 41): a mostrada, onde a voz do outro se apresenta de forma explícita no discurso, e a heterogeneidade constitutiva, que é a presença implícita, não mostrada na voz do sujeito. Concluindo, diz ainda Fernandes (2007, p. 46): “o sujeito não é homogêneo, e, ao conceituá-lo, referimo-nos às noções de formação discursiva e formação ideológica, e à inter-relação linguagem e história, perpassada pela memória”.

Ao elaborar a sua “Teoria Social do Discurso”, Fairclough (2001) propõe a formação de um quadro teórico que reúna a abordagem linguística do discurso a um pensamento social e político relevante para o estudo e as práticas da mudança social. Para tanto, propõe uma abordagem do uso da palavra ‘discurso’ mais direcionada para o sentido tradicional linguístico e menos no sentido usado pelos cientistas sociais. Para chegar às três funções da linguagem descritas por Halliday - identitária, ideacional e relacional -, Fairclough o faz a partir dos “três aspectos dos efeitos construtivos do discurso”, considerando que este tem papel relevante na construção das ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’, que levariam à construção das relações sociais entre as pessoas, e, finalmente, entrando no campo das ideologias, a dimensão do discurso que contribui para o sistema de conhecimentos e crenças, afirmando que “esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso”.

A partir desse postulado, temos a definição da função identitária, como sendo a que permite estudar “os modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”. A função relacional seria a responsável pelo modo “como as relações sociais entre os participantes do discurso são negociadas e representadas”, e, finalmente, a função ideacional que remeteria “aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações”. Fairclough (2001, p. 92) menciona que Halliday reúne as funções identitária e relacional como sendo uma função interpessoal, acrescentando ainda a função

‘textual’ que para ele “pode ser acrescentada utilmente à minha lista: isso diz respeito a como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário”.

1.5 O controle do discurso

Em função da perda do controle sobre a informação, que por sua vez gera conhecimento via processos cognitivos, as Organizações Globo – um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil - resolveram sair em defesa de seus produtos nesta área, que marcadamente se dilui e se rematerializa em outras plataformas, gerando ao mesmo tempo perda de receita e de controle social – pela multiplicação de vozes de resistência ao discurso hegemônico - que é um dos focos de estudo da ACD, e, portanto, perda da própria importância na composição do Capital do poder.

Para van Dijk (2005) o poder está associado diretamente à capacidade que um grupo tem de controlar o outro, e essa dimensão pode ser avaliada na proporção em que determinado grupo tem acesso privilegiado aos processos de produção cognitiva, no nosso caso, as notícias. Esse poder se distancia da força bruta, da violência por coação física para entrar no campo da manipulação que difere da persuasão, na medida em que a primeira faz o sujeito agir contra os seus interesses, ao ser manipulado para tal, como, por exemplo, contrair um empréstimo bancário a juros escorchantes com taxas abusivas, enquanto na segunda o sujeito é levado a agir sobre algo que o beneficie, digamos, uma campanha de vacinação infantil. Fairclough (2001, p. 121) acredita que “as relações de poder podem ser afetadas por práticas discursivas de qualquer tipo, mesmo as científicas e as teóricas” e que “isso impede uma oposição categórica entre ideologia e ciência e teoria”. No entanto, faz a ressalva de que por serem sistemas ‘abertos’ os discursos estão sujeitos ao investimento ideológico em diversos graus, onde, por exemplo, a publicidade seria muito mais suscetível do que as ciências físicas.

Para Fairclough (2012, p. 308) essa transversalidade entre os campos do saber e a comunicação social instaura novas práticas que tendem a transformar a sociedade, pois:

Vemos a vida social como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outras), todas com um elemento semiótico. A concepção de práticas sociais no permite combinar as perspectivas de estrutura e de ação – uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que

reproduz estruturas, podendo transformá-las. Todas são práticas de produção, arenas dentro das quais a vida social é produzida, seja ela econômica, política, cultural, ou cotidiana.

A ordem social é produto das interações entre as diversas áreas que compõem uma sociedade, que são instanciadas, em nosso caso, via comunicação televisiva, que é o local onde se manifestam as Ordens do Discurso, um conceito estabelecido por Foucault (2011) e definido por Fairclough (2012, p. 310) como sendo:

Uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros. Um aspecto dessa ordenação é a dominância: algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens de discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas.

O discurso é o meio pelo qual a sociedade constrói a sua realidade e desse modo ele se torna normativo, estabelecendo ideologias via criação de valores culturais e sociais que irão configurar um quadro de representações mentais, que é o resultado da linguagem em uso. Desse modo, quando aplicado nos meios de comunicação em massa, o discurso possibilita que milhões de pessoas partilhem da mesma mensagem simultaneamente e estabeleçam ligações ideológicas entre si, mesmo que não compartilhem do mesmo espaço ou da mesma situação temporal, já que as notícias se repetem em um eterno encadeamento que visa à reiteração discursiva.

Dentro do nosso estudo, ocorre-nos ressaltar que essa linguagem de oposições imediatas é uma das bases do quadro mental que formamos quando vamos fazer uma reportagem, já que o espectador se interessa mais por histórias que tenham uma tensão interna, mas que precisam ser apresentadas logo de início, no que chamamos de ‘cabeça’ da matéria. É esse dualismo eterno entre o bem e o mal, o claro e o escuro, a selva e a cidade, o índio e o branco, enfim, a alteridade, que vai marcar o campo cognitivo – inicial. Ressalte-se que esse campo terá de ser acompanhado pela coerência interna do texto, pois ao contrário do que significa a palavra ‘*news*’, novidades, o telespectador separa o fato novo de uma situação nova, que é algo bastante diferente como veremos no Capítulo 3 sobre jornalismo. A impossibilidade de se compreender todas as vozes discursivas que atuam no discurso noticioso leva o jornalista a operar dentro do campo da *doxa*, que remete ao sentido comum, de identificação mais fácil com o telespectador.

Ao fim de cada história, o telespectador quer ser reassegurado de que ‘apesar das novidades’ nada mudará para ele. A repetição do passado – à guisa de novidade – e a

reiteração de valores sociais aceitos são algumas das armas para manter a audiência fiel, pois é o ponto de encontro diário com a zona de conforto de cada um. A este fenômeno Bourdieu (1997, p. 30) deu o nome de ‘circulação circular da informação’, dado que esta se repete em várias instâncias de uma produção que é coletiva, se levarmos em conta que “o jornalista é uma entidade abstrata que não existe” e “os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita”, é necessário saber quem está falando, portanto: Sempre se faz a pergunta “mas quem é o sujeito de um discurso?”

Uma possível resposta à pergunta de Bourdieu pode ser encontrada na noção de heterogeneidade, conforme os princípios de Authier-Revuz explicados por Fernandes (2007, p. 39):

Temos a heterogeneidade constitutiva como condição de existência dos discursos e dos sujeitos, uma vez que todo discurso resulta do entrelaçamento de diferentes discursos dispersos no meio social. O sujeito constitui-se pela interação social estabelecida com diferentes sujeitos. A segunda forma de heterogeneidade é a mostrada. Nesse caso, a voz do outro apresenta-se de forma explícita no discurso do sujeito e pode ser identificada na materialidade linguística.

Seguindo ainda as condições expostas por Bourdieu, de que, no nosso caso, para estar na posição de jornalista este deveria: a) estar autorizado; b) ter se constituído como sujeito discursivo neste lugar (graduação, histórico profissional, artigos, notícias e reportagens publicadas, especialização e/ou pós-graduação); c) constituir-se por um conjunto de diferentes vozes. Uma vez editada a reportagem, com citações e falas de várias pessoas e/ou argumentos de autoridades (interditados ao *Vox populi*), o repórter termina sempre com uma ‘conclusão’, fator fundamental em qualquer estrutura noticiosa. No entanto, ficam as perguntas: quem falou e de quem foi o discurso? O repórter foi ‘neutro’ ao apresentar os fatos? Mas como poderia ele ter sido neutro se foi ele mesmo quem escolheu as vozes que iriam falar enquanto interditou outras?

Ainda baseado nas leituras de Authier-Revuz da relação do sujeito com a linguagem, agora sob a luz da psicanálise de Freud e a releitura de Lacan, Fernandes (2007, p. 41) nos oferece a perspectiva do sujeito descentrado e de que ‘sempre sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas, já que o sujeito tem a ilusão de ser o centro de seu dizer, pensa exercer o controle dos sentidos do que fala, mas desconhece que a *exterioridade está no interior do sujeito*, em seu discurso está o ‘outro’, compreendido como exterioridade social.

Desse modo, para entender o sujeito discursivo, precisaremos recorrer aos diversos discursos materializados nas reportagens, com todas as suas relações histórico-sociais, para somente então podermos responder a Bourdieu quem é o sujeito daquele discurso.

Como a necessidade de encapsular todo um pensamento, resultou a ‘adoção’ da palavra *discurso*, esta, no entanto, não dá conta de explicar tudo que vai dentro dela, uma contradição intrigante. Nesse sentido, van Dijk (2008a, p. 21) retoma a questão da definição:

A situação seria ideal se pudéssemos condensar tudo o que sabemos sobre o discurso em uma definição única e prática. Lamentavelmente, ocorre neste caso o mesmo que com outros conceitos afins, como ‘linguagem’, ‘comunicação’, ‘interação’, ‘sociedade’ e ‘cultura’: a noção de discurso é essencialmente difusa. Como costuma acontecer no caso de fenômenos que remetem a fenômenos complexos, é a disciplina em sua totalidade, em nosso caso o novo campo transdisciplinar dos estudos do discurso (também chamado de “análise do discurso”) o que proporciona a definição fundamental que se busca.

A primeira providência a ser tomada para iniciar a nossa aproximação com o trabalho de ACD é separar o discurso – como objeto principal do estudo – da fala, do texto e da língua, embora ele esteja sempre materializado por vias ou bases linguísticas. Uma vez estabelecido este princípio de que o discurso existe fora ou além da língua, sendo, portanto, exterior a ela, ele vai encontrar o seu lugar no mundo social, onde funcionará como operador comunicacional, formando sentidos e estabelecendo campos de diálogo que influenciam a formação das estruturas sociais a partir das premissas de ordem e poder.

A comunicação entre a mídia e as pessoas, e depois entre elas mesmas, tem um papel fundamental na estruturação da sociedade, visando sempre à questão da ordem, que é o objetivo primeiro do poder para que o fluxo de energia produtiva e a força de trabalho estejam sempre em condições de serem aproveitadas da maneira mais otimizada dentro do capitalismo. Para Lipmann (2007), este seria o comportamento do ‘rebanho assustado’, a grande maioria da população, os que estão fora dos círculos do poder.

Para o sociólogo Max Weber a ordem social precisa ser legitimada para ser efetiva, o que ocorre por meio de leis, da força carismática pessoal de um líder ou pela tradição. O dispositivo legal, sendo sempre o mais efetivo, como podemos ver de relance em alguns dos documentos mais antigos, que tratavam dos códigos de conduta e valor nas relações entre as pessoas e o Estado, funcionava como referência de legitimação.

As formas de legitimação propostas por Weber são efetivas, de acordo com Wodak (2009, p. 35), porque existe uma crença na legitimidade da autoridade mesmo que o sujeito não concorde com os princípios propostos, posto que estão fundamentados na racionalidade e

na lógica, que são valores inerentes ao sistema e à ordem social que os controla. Assim, o indivíduo obedece em nome da coletividade, renunciando à desobediência no nível individual.

Desde a antiguidade já existiam formações discursivas de forte impacto na ordenação social como o código de Hamurabi, os dez mandamentos judaico/cristão, a ética em Aristóteles, o direito romano e tantas outras que mesmo tendo se passado alguns milênios ainda soam forte nas nossas escalas de valores e diretrizes, nos valores das relações sociais nos quais nos baseamos.

Há, inclusive, exemplos raros, mas existem, de contra-discursos como foi o caso da Reforma proposta por Lutero contra a Igreja Católica, que também são ignorados nesta potência, como se pudessem estar limitados ao âmbito religioso e a religião se limitasse aos púlpitos da igreja. Movimentos de resistência são sempre tratados como discursos de exclusão, visto que a estratégia discursiva mais eficiente para combater ‘o outro que nos ameaça’ é a da interdição, conforme explica Foucault (2011, p. 36), confirmando que o poder habita o seio do discurso e este só é acessível a quem tem o poder, criando uma exclusão permanente e, portanto, passível de conflito de igual ordem.

Creio que existe um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.

Dentro das chamadas democracias ocidentais, a liberdade de expressão é considerada um dos elementos fundadores deste sistema, sendo constantemente lembrada como parte fundamental para a felicidade humana, já que em tese removeria as desigualdades de acesso ao poder. Em relação ao conceito definido por Fairclough (2001, p. 248) sobre a ‘democratização’ do discurso, entendemos a retirada das desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas.

Reside aqui um dos conceitos mais importantes ao se analisar o discurso, de que este não é e nem pode ser original, como apontam vários estudiosos, e, sobretudo não pode ser livre, sujeito que está a interdições, conforme diz Foucault (2011).

O perigo existe na perda do poder e na sua diluição, na fragmentação das ideologias que não conseguem mais se sustentar, por meio do discurso, os seus valores sociais ‘pacificamente impostos’ ou como preferem os poderes mais articulados ‘trabalhando dentro da lei’, o que dá a sensação de legitimidade, que é um dos modos de operação das ideologias.

O problema central nesta relação é que ela é assimétrica no sentido de privilegiar setores que possam dar um retorno na sustentação do sistema em contra dos que nada aportam. Desse modo, a pesquisa acrítica participaria do sistema de manutenção do *status quo* assim como o faz o jornalismo acrítico que, sob a mesma aparente ‘neutralidade’ acadêmica, recusa-se a fazer perguntas sobre o sistema, o que se configura em um dos discursos de interdição.

Antes de olharmos para os conceitos que definem a *polifonia*, cabe explicar que na sua base está o sujeito, não o sujeito idealizado da linguística, visto que aqui estaremos trabalhando com textos autênticos, mas sim um sujeito discursivo cuja origem do enunciado pode ser localizada nele, e que ironicamente não lhe dá a autoria - apenas a origem - do enunciado. Desse modo, quando as pessoas comentam que ‘o JN disse’, na verdade o noticiário está representando várias vozes que disseram. Por razões de estilo e funcionalidade que não cabem aqui, o JN ‘resume’ e ‘apaga’ tanto as vozes que ‘disseram’ o que ele escolheu para representar, como as outras vozes, que escolheu por ignorar.

Nesse sentido, Fernandes (2007, p. 33) faz afirmações importantes sobre a formação do sujeito:

Na Análise do Discurso, para compreendermos a noção do sujeito, devemos considerar, logo de início, que não se trata de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo; isto é, sujeito na perspectiva em discussão, não é um ser humano individualizado. (...) Com isso, afirmamos que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um ‘eu’ individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico.

Esse sujeito discursivo pode ser apreendido por meio de categorias discursivas como o dialogismo, a polifonia e a heterogeneidade discursiva. O conceito de polifonia, várias vozes literalmente, refuta a ideia de que para cada enunciado exista um sujeito, e de que este seja o autor único da enunciação, embora ela possa ser o *sujeito falante* (aquele que se apropria formalmente da fala) isto diferente do *sujeito falando*, que é aquele marcado pelos contextos heterogêneos que compõem um discurso - e que vai se manifestar - virá à superfície cobrar sentidos nas escolhas lexicais. Como nem o sujeito nem os contextos que o cercam e que se impõem a ele são homogêneos resulta a heterogeneidade discursiva, que são os diversos discursos resultantes dessas interações.

A mídia, como intermediadora desses processos de comunicação, apreende um determinado fato social e o representa como tendo valor universal, já que se utiliza, ela

mesma, da polifonia, para atingir seus objetivos. Isso ocorre porque ela tem a capacidade única de ‘montar’ uma polifonia sob medida, para atender aos seus desígnios ideológicos, cujos sujeitos aí representados nunca pretenderam participar do discurso da maneira que este foi apreendido. Em outras palavras: a composição de sentido polifônica não existe na vida real, ela passa a ser apenas uma representação:

Compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz. (...) Contudo, o sujeito não é homogêneo, seu discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos em oposição que se negam e se contradizem. Ao considerarmos um sujeito discursivo, acerca de um mesmo tema, encontramos em sua voz diferentes vozes, oriundas de diferentes discursos. À presença dessas diferentes vozes integrantes da voz de um sujeito, na Análise do Discurso, denomina-se polifonia. Face à não uniformidade do sujeito, à polifonia constitutiva do sujeito discursivo, temos a noção de heterogeneidade, que em oposição à homogeneidade, designa um objeto, no caso um ser, constituído de elementos diversificados. (FERNANDES, 2007, p. 35-36).

Verificamos, então, que na enunciação devemos considerar os valores de polifonia e heterogeneidade como constituintes das relações sociais e que são – em nosso caso televisivo – organizadas socialmente pelo poder que o noticiário tem de estabelecer palavras de ordem, que constroem sentidos ordenados dentro da ideologia a que se propõem, e fazendo a circunscrição de campos para que o dialogismo seja aparente, mas sempre sob a tutela do enunciador. Para Deleuze e Guattari (1995, p. 12), isso ocorre por que:

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado.

Um dos conceitos que fazem parte da análise discursiva que pretendemos levar a efeito, a partir do enunciado concreto das notícias de um telejornal, é regido pela ideia de que os discursos produzidos pela TV têm sempre fundo econômico, mas não da mesma ordem, e estão em diálogo permanente entre si, ou seja, de um lado há o viés político e de outro o cultural.

De acordo com Allen (1992, p. 25), seguindo uma proposição de John Fiske:

O primeiro produz uma audiência que pode ser vendida aos anunciantes como mercadoria, Mas, Fiske argumenta, o relacionamento do telespectador não pode ser reduzido ao processo de comodificação porque existe uma outra economia em jogo do outro lado da tela. Na economia cultural da televisão, diferenças econômicas tradicionais rapidamente se tornam opacas. Telespectadores podem ser realmente

mercadorias para as emissoras e anunciantes, mas eles são mercadorias pensantes e sensíveis. O desejo deles ‘consumirem’ programação fornece uma base para a televisão comercial, mas por meio do seu consumo, telespectadores produzem ao mesmo tempo sentidos e prazeres. (...) Explorando como as pessoas fazem momentos de televisão nos parece um modo sensato de começar um estudo crítico da televisão. Tendo ganhado uma melhor compreensão das complexidades dos discursos televisivos e nossas experiências diárias sobre eles, nós poderemos estar em uma melhor posição para começar a relacionar estes discursos e experiências a outros aspectos de nossas vidas e outros aspectos da televisão.

Isso distancia a categoria deste agente linguageiro de outras mídias esporádicas, pois ela traz para si o centro do poder, elevando o discurso a uma função dupla: primeiro como formador de opinião e depois para forçá-lo a dialogar dentro dos enunciados de acordo com seus próprios interesses. Desse modo, o aparente dialogismo se materializa perante análise como monologismo, contrariando a premissa de imprensa aberta e democrática, tornando-se dogmática e acrítica, portanto. De acordo com Brandão (2004, p. 62), Bakhtin define o monologismo que:

Nega a existência fora de si de uma outra consciência tendo os mesmos direitos e podendo responder em pé de igualdade um outro *eu* igual (tu). Na abordagem monológica (sob sua forma extrema ou pura), o outro permanece inteira e unicamente objeto da consciência e não pode formar uma consciência outra. Não se espera dela uma resposta tal que possa tudo modificar no mundo da minha consciência. O monólogo é completo e surdo à resposta do outro, não o espera e não reconhece nele força decisiva (...). O monólogo pretende ser a última a *última palavra* [...].

Brandão (2004, p. 63) relata ainda as dualidades que emergem a partir da existência do monologismo em contraposição ao dialogismo, de acordo com o esquema estudado por Authier-Revuz a respeito do círculo de Bakhtin, e que para nós, estudiosos do discurso televisivo, é um quadro que representa o simulacro da pluralidade de vozes e canais da TV, onde o primeiro valor seria o desejável e o defendido pelas mídias como sendo valores inerentes a ela, e o segundo é o resultado das práticas comunicativas, dando então a sensação de informação onde existe apenas o vazio. Consideramos essa apresentação fundamental para o entendimento da prática jornalística televisiva, pois faz a síntese entre a ação linguística e o evento comunicativo. Em vez de *versus*, podemos ler *é na verdade* e o efeito desejado se faz presente.

- O dialógico *versus* o monológico;
- O múltiplo, o plural *versus* o único;
- O outro no um *versus* o um e o outro;
- O heterogêneo *versus* o homogêneo

- O conflitual *versus* o imóvel;
- O inacabado *versus* o acabado, o dogmático.

Brandão (2004) finaliza dizendo que é sobre os elementos desse paradigma que se constrói, ancorada historicamente, uma teoria da produção do discurso e do sentido. A indústria televisiva nos faz acreditar que temos centenas de canais para escolher, e que por isso vivemos em uma sociedade democrática que aceita múltiplas vozes, o que, como vemos, não é verdade, visto que para se inserir no modelo ideológico do mundo capitalista é preciso seguir os mesmos princípios para que não haja disputa entre os conglomerados de mídia, que passariam a expor a concorrência pelas relações internas de poder entre eles, o que não é desejável. O que interessa é manter a ilusão do telespectador dentro da univocidade. A luta pelo poder da palavra é fundamental para se perpetuar no domínio das coisas, desse modo a compreensão do discurso televisivo como univocal é basilar antes de qualquer análise.

Para o mestre da pragmática Mey (2001, p. 20) isso é necessário porque:

Quando um ‘discurso concorrente’ aparece no horizonte, podemos nos tornar capazes de, pela primeira vez em nossas vidas, confrontar aquilo em que acreditávamos de forma acrítica com uma alternativa viável (...) sendo a *doxa* o véu que cobre a realidade da sociedade, o interesse dos oprimidos está claramente em levantar tal véu, um ‘desvelar’ as realidades sociais (...) aqueles que se encontram no poder farão qualquer coisa para que sua regra se perpetue. Mas, para que alguns estejam no poder, outros têm de estar fora dele. Pela lógica do poder, a questão se torna, para os primeiros, como manter os últimos de fora. Aqui, o aspecto mais importante é deixar que os oprimidos permaneçam sem se dar conta de sua própria opressão. Consequentemente, os opressores querem manter seu poder encoberto: querem velá-lo, para usar uma expressão familiar, e é aqui que entra a linguagem (assim como a *doxa* e uma série de outras coisas, eu acrescentaria agora).

Como exemplo prático, podemos observar que a TV Globo, quando resolve falar sobre Belo Monte, ela o faz sempre com duas finalidades, num jogo onde falar sobre isso hoje significa colocar o assunto em pauta, como dizemos na redação, e não dar sequência a ele significa que o tema ou não alcançou prioridade dentro das lutas internas do poder, que se manifestam pelo discurso, ou que a prioridade é essa mesma, tirar o assunto de pauta. Esse jogo que parece beirar a esquizofrenia só pode ser entendido a partir do momento em que notícia/não notícia têm a mesma importância, pois estão dialogando dentro das orientações ideológicas, ora dando passagem e validando um discurso, ora perfazendo a sua interdição.

Assim, seguindo o conceito de Brandão (2012, p. 65), a tessitura discursiva é feita “polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias”, onde pelo aparecimento de uma voz e o apagamento de outra vão sendo

constituídos os embates ideológicos das elites que controlam os poderes, cuja comunicação em massa tem força relevante pelo seu imediatismo e largo alcance. A linguagem será então instrumentalizada, tornando-se o veículo para abrigar em suas estruturas opacas (até que seja desconstruída por meio de análise) as ferramentas ideológicas utilizadas na construção, primeiro de sentidos e depois de valores dentro de uma sociedade.

É de fundamental importância ressaltar que o veículo de comunicação existe para servir a si mesmo em primeiro lugar e assegurar sua importância e permanência no poder como jogador referencial, não como coadjuvante. Se a mídia se limitasse a ‘reportar os fatos’, ela não teria nenhuma importância por não ter participação na formação discursiva que estrutura os chamados ‘modelos mentais’. É nesse processo de se apropriar da língua para transformar qualquer evento ou observação em notícia que reside, para nós, a importância da análise crítica. Do ponto de vista linguístico Fiorin recorre a Benveniste para ressaltar a importância de sua teoria de enunciação, pois:

Benveniste vai dizer que não se passa da língua para a fala a não ser que se tenha uma instância que permita isso. Essa instância é a enunciação, que é, então, o ato de por em funcionamento a língua. Como se põe a língua em atividade? Por uma instância de mediação entre a língua e a fala. O que contém essa mediação? As categorias de pessoa, de espaço e de tempo. (...) Retomando, a língua é assumida por um “eu” que cria um “tu”, num espaço e num tempo, nessa relação que é a de comunicação. Por ser essa instância de mediação, a enunciação é pressuposta pela própria existência do enunciado. (FIORIN, 2012, p. 50).

Ao transpormos esses princípios para a área da comunicação televisiva no Brasil, que é o tema desta tese, veremos que tais valores que constituem a enunciação são determinados – no nosso caso – pelo JN, que se posiciona como “eu” falante em nome de um “nós” ideológico, porque intangível, num determinado momento – que não é o do horário do programa, mas do momento constituído pela necessidade de se materializar a relação entre “eu” (“nós”) e “tu” (vocês), com a necessidade de impor um valor ideológico no formato discursivo de notícia.

Sodré (2001, p. 49) chama a atenção para o duplo jogo de TV, que ao mesmo tempo em que ‘mostra’ um fato, ela o esconde, pois não revela a amplitude dos acontecimentos, suas raízes ou implicações sociais, ficando apenas em uma superfície que lhe interessa. Isso acontece porque:

A televisão tem uma finalidade em si mesma. É este o seu truque: eliminar com uma aparência a questão de sua verdadeira finalidade, insinuando como ‘natural’ a

necessidade geral de uma informação centralizada e abstrata. O *mito da informação* encobre o essencial, que é a atividade prática, o trabalho concreto. Na realidade, as pessoas são informadas para que não busquem a informação. Da mesma forma, as pessoas são condenadas a *apenas ouvir*, para que não falem.

Ao interditar a resposta do interlocutor, a TV se torna força primordial na construção discursiva. Essa interdição, no entanto, não é exclusiva da TV, como podemos acompanhar no episódio recente em que o jornal *Folha de S. Paulo* passou a controlar a emissão de comentários dentro do seu site. Segundo a Ombudsman, Suzana Singer, o acesso à gratuidade da opinião passa a ser limitado e exclusivo para os assinantes pagos, num movimento classista.

“Quer dar sua opinião à vontade? Então pague.” Curto e grosso, esse é o resumo da nova política de comentários no site da Folha. Desde 29 de janeiro, só os assinantes estão livres para comentar qualquer texto. Os demais internautas podem opinar apenas nas notícias previamente selecionadas pela Redação – e obedecendo a um limite de 20 por dia. Além disso, observações colocadas por visitantes passam por uma aprovação, o que implica demora na liberação do post. Na sexta-feira passada, o professor universitário Marcos Brogna, 38, queria fazer uma crítica ao editorial sobre a corrida presidencial, mas foi barrado. “O jornal só quer que os assinantes, aqueles que tendem a ter uma postura menos crítica à própria Folha, debatam as suas reportagens, editoriais e colunas”, protestou Brogna. (...) “é uma quebra unilateral de contrato porque o acesso à Folha deveria incluir o comentário, que é um mecanismo fundamental de participação”, escreveu o analista de mídia Renato Silveira, 49, que postava diariamente no site.

O exemplo de controle e interdição na imprensa escrita - ainda que via site – em uma época em que se acreditava que a internet viria a fortalecer a liberdade e a amplitude discursiva e, por conseguinte, reforçando a democracia, não é uma medida pontual, mas estrutural, faz parte do jogo midiático desde sempre, bastando apenas que as condições tecnológicas se apresentem como meios de transposição das muralhas do acesso ao discurso, para que o *establishment* se reorganize imediatamente para limitar o acesso não apenas ‘com’ a mídia, mas sobretudo ‘pela’ mídia, como relata Sodré (2001, p. 77).

Ao relacionar-se com um ouvinte abstrato (ou seja, o receptor, abstração comparável ao *homo economicus* da Economia clássica), o *medium* rouba a palavra do indivíduo, (apropriação da possibilidade simbólica de resposta) e lhe devolve um discurso sobre a palavra. Esta é restituída na forma de uma notificação – monologada, normativa e pedagógica - que consiste, como a *parênese* da Retórica Clássica, numa exortação eloquente à virtude e à moral. Esse controle da fala, já foi visto, não é operado por uma consciência manipuladora, mas através da própria forma instituída pelo *medium*, que elimina a relação concreta de troca comunicacional, em favor de uma ordem abstrata e unívoca, regida por um código que não admite ambivalência ou transgressão. Não é tanto que se pretenda a repressão direta da fala: o que o sistema pretende é que não haja *gratuidade* na comunicação, ou seja, que nenhum ato, nenhum pensamento, nenhuma significação fique fora do alcance da economia de mercado - da produção monopolística, em suma.

Quando nos propomos a analisar o discurso sob a luz da Teoria Crítica, todos esses discursos individuais desaparecem para dar lugar à chamada ‘formação discursiva’, que é um princípio adotado por Foucault, (FAIRCLOUGH, 2001; FERNANDES, 2007), isso porque precisamos compreender os processos socioideológicos que nos trouxeram até aqui, os conflitos sociais que se apresentam e se dissolvem num eterno devir, e que precisam de um início histórico, um enquadramento contextual para serem compreendidos.

Diz Brandão (2102, p. 33) que “para Foucault, a análise de uma formação discursiva consistirá, então, na descrição dos enunciados que a compõem”, e que “o discurso seria concebido, dessa forma, como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva”.

No nosso caso, a formação discursiva sobre a construção de Belo Monte não se inicia no tempo e no espaço propostos pelo JN, embora o seja para boa parcela das pessoas, que jamais haviam ouvido falar de tal projeto, que teve início nos anos de 1980, foi interrompido e mais recentemente retomado. O Brasil da época era militar e é constitutivo do nosso momento histórico atual de maneira inerente, enquanto os índios se tornam a parte invariavelmente afetada, visto que o rio Xingu sofrerá consequências ecológicas imprevisíveis na sua totalidade. Isso evidencia uma pergunta: se o Brasil militar desistiu de Belo Monte por pressão dos índios e o Brasil ‘democrático’ volta a insistir no projeto apesar de todos os protestos, qual governo é o autocrático, como define Bermann (2012, p. 5)?

Apesar do esforço intelectual de vários cientistas que condenaram a megaobra da Hidrelétrica de Belo Monte, e do movimento social de resistência ao projeto, que reuniu as populações atingidas pelo empreendimento (povos indígenas e ribeirinhos), com apoio nacional e internacional, o governo brasileiro deu início às obras de sua construção. Este artigo contextualiza o projeto de Belo Monte como um paradigma para o processo de expansão da hidreletricidade na região amazônica, refutando as premissas econômicas utilizadas para justificá-lo, analisando de forma crítica seus fundamentos técnicos e apontando as consequências socioambientais para as populações tradicionais da região.

A proposta de Bermann, nesse artigo, é estabelecer um contexto – de um ponto de vista puramente técnico em primeiro lugar, visto que se trata de um engenheiro elétrico – mas que se entrelaça com o social para montar uma visão crítica que justifique o cancelamento pela inutilidade e ineficiência do projeto.

Segundo a orientação de Fernandes (2007, p. 52), isto é importante para compreender o alcance do projeto, pois:

Nesse quadro histórico, o discurso apresenta-se relevante para compreender as mudanças histórico-sociais que possibilitam a combinação de diferentes discursos em certas condições sociais específicas, resultando na produção de um outro discurso. O aspecto histórico decorre da interação social entre sujeitos e grupos de sujeitos como um movimento ininterrupto e descontínuo na linha do tempo, conduz para a constituição de novos sujeitos e novos grupos sociais, bem como para a formação de novos discursos.

Em consequência, nosso discurso busca essa perspectiva histórica que vai dialogar com um Brasil que passou 30 anos discutindo a construção de Belo Monte, e que deixa de ser apenas uma obra de engenharia para ser ressignificada ideologicamente pela luta de classes que ela representa.

1.6 A Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica

O uso do termo ‘crítica’ é o que diferencia o tipo de análise que fazemos, ao se firmar no compromisso do estudo do social via ferramentas linguísticas. Fairclough (2001, p. 120) faz referência à necessidade de as pessoas se educarem na linguística de maneira a desenvolverem uma consciência crítica, para entenderem as ideologias às quais são submetidas já que estas, pelo fato de serem “construídas nas convenções, podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos”.

A Teoria Crítica nasce dentro da chamada Escola de Frankfurt, que compreendia entre outros, alguns dos nomes mais luminares da intelectualidade alemã como: Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, e depois Habermas, e que mantinha estreitos laços com o Instituto Marx-Engels em Moscou, visto que essa doutrina era a base constitutiva dos seus estudos. Apesar disso a Escola se manteve distante de afiliações partidárias e se mostrava radicalmente aberta, como denota esta declaração de um de seus membros, Henryk Grossmann, transcrita por Held (1980, p. 30):

É uma instituição neutra na universidade, que é acessível a todos. A sua importância reside no fato de que pela primeira vez está reunido tudo o que concerne ao movimento dos trabalhadores nos países mais importantes do mundo. Acima de tudo, fontes (minutas de congressos, programas de partidos, estatutos, jornais e revistas) (...) qualquer um na Europa Ocidental que queira escrever sobre as atualidades do movimento dos trabalhadores *deve* vir a nós, pois nós somos o único ponto de encontro para isso.

O conceito base da Teoria Crítica é fundamental para o surgimento da ACD, anos depois. Usaremos a definição dada por Marcuse, que nos é fornecida por Held (1980, p. 224):

A teoria crítica é orientada, de acordo com Marcuse, na direção do entendimento de todas as formas de prática social e os fatores que obstruem a sua autoconsciência e livre desenvolvimento. Como tal, ela está preocupada tanto ‘em evitar a perda de verdades que conhecimentos passados trabalharam para conseguir’ e a ‘crítica das condições atuais e a análise de suas tendências. Por meio de uma investigação dentro da estrutura da sociedade presente em todos os fenômenos sociais, ‘presente em todos os fatos particulares e condições e determinando seu lugar e função’, ela busca mostrar que esta estrutura contém potencialidades irrealizadas – potencialidades criadas por um abismo entre a existência humana prevalecente e a essência humana (as habilidades e as capacidades historicamente constituídas e não-realizadas dos seres humanos). Esse abismo pode ser compreendido examinando o que existe em oposição à ordem estabelecida: lutas sociais; conceitos que transcendem padrões convencionais de descrição (o uso dominante da linguagem); e as necessidades e desejos que refletem frustração e anseiam por uma ‘diferente ordem das coisas’.

Embora nunca tenhamos visto este postulado, ocorre-nos considerar que a ACD é a interface que a Teoria Crítica necessitava para entrar em circulação na sociedade acadêmica de modo mais abrangente, permeando os estudos sob várias óticas, e não mais como uma importante teoria referencial, mas com alguns pontos em aberto.

É notório que a ACD foi buscar na Teoria Crítica o valor e a importância da *critique* social, num movimento retroativo, quase arqueológico, não como consequência dos desejos da Escola, visto que esta sofreria um processo de desintegração e, sobretudo, de desencantamento. Um dos problemas é justamente a falta de conexão entre teoria e prática, como destaca Held (1980, p. 399):

É surpreendente que a teoria crítica não reconheça um agente central revolucionário, enquanto os seus proponentes buscam desenvolver o Marxismo. Eles apresentam uma teoria revolucionária em uma época que, pelas suas estimativas, é não-revolucionária. Ao agirem dessa maneira o trabalho deles exibe um paradoxo, particularmente constrangedor, pois eles afirmam que as potencialidades para a mudança humana e social precisam ser baseadas historicamente: eles oferecem uma teoria da importância da fundamental transformação social que tem pouca base na luta social.

Se uma das metas da Escola era entender porque a revolução popular prevista pelo Marxismo jamais ocorreu, a ACD – ao se utilizar de seus estudos – não vai tentar responder a esta pergunta, mas sim realizar o trabalho de síntese que lhe é tão peculiar estudando não as condições para a ruptura das classes oprimidas contra os opressores, mas, ao contrário, mostrar onde estão as amarras ideológicas, muito mais disseminadas e dissimuladas nos dias de hoje pelos discursos reacionários, e que pela sua força dissuasiva concorrem para enfraquecer qualquer tomada de consciência mais radical. Consideramos que o discurso da

luta de classes foi, na verdade, cooptado pelo sistema, e embutido no consumismo, o que não significa que ele tenha deixado de existir, apenas perdeu a sua voz via um único representante, que – equivocadamente – foi durante décadas representado por partidos comunistas impregnados pelo dogmático Marxismo Soviético.

Held (1980, p. 399) apresenta as suas convicções sobre quais os problemas que levaram à estagnação da teoria crítica, quando todos os fatores históricos apresentavam novos contextos sociais a serem considerados.

Ao tentarem justificar a ausência da revolução, os teóricos críticos, em minha opinião, tendem a subestimar a complexidade dos eventos políticos. A pressuposição que a mudança deveria ter ocorrido por meio de uma ruptura decisiva com a ordem existente, os leva a dar um peso indevido ao poder das forças operando para estabilizar a sociedade. Na tentativa de explicar porque o que eles esperavam não aconteceu, eles exageraram na capacidade do ‘sistema’ de absorver oposição. Como consequência a teoria crítica perdeu contato com uma gama de importantes lutas sociais e políticas tanto no Ocidente e além dele – lutas que mudaram e continuam mudando a face da política. As lutas entre, por exemplo, o capital e o trabalho, conquanto não se constituam em uma situação revolucionária, não mostram sinais de diminuição em países como a Grã-Bretanha. Elas continuam a colidir com a bem sucedida reprodução do capitalismo.

Um dos problemas era justamente esse, como manter os princípios positivos do Marxismo, sem serem controlados por dogmas, que era o que combatiam, ao mesmo tempo em que o Nazismo tomava força militar e eclodia a Segunda Guerra Mundial? Desse modo, a História tratava de colocar a Escola com o pensamento certo, mas no lugar e na hora erradas.

O período mais ativo e produtivo da Escola, entre 1930 e 1944, coincide com a ascensão do Nazismo na Alemanha, e com a consequente fuga – ou morte, como é o caso de Walter Benjamin – de seus membros, a maioria para os Estados Unidos, que por ironia viveria um de seus períodos mais negros de caça aos comunistas com a chegada do chamado Macartismo no final dos anos de 1940, e cuja vítima mais notória desta perseguição foi Charles Chaplin.

O processo de desagregação do grupo e a frustração de Marcuse, de acordo com Held (1980, p. 48), que declarava que “o divórcio entre pensamento e ação, entre a teoria e a prática, é, ele mesmo, parte do mundo não-livre. Nenhum pensamento e “nenhuma teoria (sozinhos) podem anulá-lo”, eram reflexos dos rumos que o socialismo havia tomado na Rússia, de acordo com sua obra escrita nos de 1950, que era uma crítica imanente ao Marxismo, predominante no regime Soviético. De modo análogo, Horkheimer - conforme as palavras de Held (1980, p. 46) -, descrevia sua preocupação com os rumos dados ao Marxismo a partir de Moscou:

O estado das coisas (na Rússia) (...) é bastante problemático. Eu não pretendo saber em que direção o país está indo; sem dúvida há uma grande parcela de sofrimento. Mas qualquer um que dentro da intelligentsia esteja inconsciente da amplitude do esforço ou que deliberadamente o ignore (...) é certamente um camarada patético, cuja companhia não traz ganho algum. Aqueles que têm a percepção da injustiça sem sentido do mundo imperialista que não pode ser explicado pela falta de poder técnico irão olhar os eventos na Rússia como a contínua, dolorosa tentativa de vencer (...) a terrível injustiça social, ou ao menos vai perguntar com um palpitante coração, se esta tentativa ainda continua.

Com a irônica aliança entre Hitler e Stalin no início dos anos de 1940, tanto o Nazismo como o Stalinismo se tornam alvo de críticas da Escola, notadamente por Horkheimer e Marcuse, desencantados que estavam com os rumos que o Marxismo Soviético (imanentemente Stalinista) e que Held (1980, p. 48) descreve deste modo: o Marxismo Soviético, com sua ditadura da burocracia política, econômica e militar não está equiparado com um programa para um desenvolvimento socialista genuíno.

A palavra ‘crítica’ (*critical* em inglês) não consta do dicionário de Fowler (1991, p. 49) *Modern Critical Terms* (Termos Críticos Modernos), talvez por não dar conta do que implica ser ‘crítico’ e, portanto, afastando a tradicional conotação negativa associada ao termo. Em seu lugar aparece a forma original em francês, que ele assim define:

Critique é uma palavra que veio para a língua inglesa, do francês, no início do século XVIII. (...) as razões exatas para tomar emprestada ‘critique’ do francês são difíceis de entender. A palavra aparece em inglês durante um período em que uma nova forma de cultura literária está aparecendo, marcada pela emergência de resenhas tais como a *Spectator* e a *Tatler*, e por novas audiências para trabalhos literários que sentiam precisar de direcionamento em questões de gosto e julgamento.

Os passos seguintes na história epistemológica do termo se ancoram nos trabalhos de Kant, que buscava explicar a natureza e os limites da compreensão humana e foi buscá-los no que considerava serem as estruturas fundamentais da mente humana, com sua trilogia; *Crítica do Julgamento*, *Crítica da Razão Prática* e *Crítica da Razão Pura*.

Por fim, seria com Marx que o termo entraria na acepção mais moderna que o traria até a Escola de Frankfurt, já que com ele a questão central não se encontra na mente humana, mas sim nas relações entre capital e trabalho e na organização econômica da sociedade. Essa mudança de perspectiva buscava, de acordo com Fowler, abrir novas perspectivas possibilitando a Weber e Durkheim desenvolverem seus trabalhos, pois:

Isso passou a ser, ainda que mediadamente, a base explanatória do porque nós pensamos, sentimos e agimos do modo que fazemos, e nos escritos de Marx a

critique veio a estar particularmente preocupada com *ideologia*: a finalidade da *critique* era revelar a ideologia funcionando no pensamento ao associá-la em sua base aos antagonismos de classe economicamente determinados. As obras de Marx formam um episódio na transformação da *critique* Kantiana no que viria ser subsequentemente conhecida como sociologia do conhecimento. (FOWLER, 1991, p. 50)

O termo Crítica perfaz uma função fundamental dentro do nosso sistema de análise, já que é por suas funções e conotações que se torna possível demarcar um campo teórico que define uma nova orientação epistemológica com toda a sua historicidade desde Kant e Marx até a Escola de Frankfurt, e que se diferencia e afasta da Análise do Discurso (AD) pelo seu engajamento social.

Consideramos a *critique* social como um método disciplinado e sistemático de análise do discurso oral e escrito. A conotação negativa normalmente associada à palavra ‘crítica’ em português, não é pertinente aqui. Preferimos seu uso na tradição filosófica que é a ‘prática metódica da dúvida’. Ela não tem direcionamento pessoal nem ‘de’ e nem ‘para’, sendo dirigida à estrutura de pensamento em que está inserido o item ‘criticado’. Ela está no campo oposto ao dogma, por princípio filosófico, já que este não admite nenhum tipo de questionamento, e, por conseguinte, nenhum desafio à autoridade de quem o emite. O pensamento crítico exige uma busca exaustiva das possibilidades ideológicas embutidas no discurso. Posição ‘crítica’ significa não considerar as coisas como absolutas e/ou estáveis, não aceitando reducionismos, e busca trazer para o diálogo que revele as obscuras relações de poder entre vários setores da sociedade – porque o poder só se relaciona com os iguais nos momentos decisórios – em busca da transparência e do entendimento destas estruturas, que em última instância tornariam o indivíduo menos dependente do sistema e com maior poder de reivindicação.

Beaugrande ([199?], tradução nossa)¹³ afirma que:

Finalmente, eu definiria o termo crítica para desconstruir os sentidos ordinários de ‘criticar’, sendo ou um comentário pessoal adverso para posicionar o participante como uma autoridade em padrões de conduta, modos ou gosto; ou um comentário acadêmico interpretativo para posicionar o participante como autoridade em cultura, filosofia, literatura e as artes. Em vez disto, ‘crítica’ pode ser entendida como um modo de pensar dialético e comunicante, que programaticamente faz a mediação entre complementaridades tais como: teoria e prática, sujeito e objeto, o ser e o outro, inclusão e exclusão, solidariedade e poder, atualização e alienação, liberdade e coerção.

¹³ Disponível em: www.beaugrande.com/NewPatriotism.htm:Critical Discourse Analysis from the Perspective of em :13 fev. 2012

A alavancagem ‘crítica’ mais forte vem das contradições que emergem durante nossa análise, refletindo por sua vez contradições dentro da organização das sociedades modernas e pós-modernas.

Nem mesmo uma palavra de uso corrente, como *Análise*, e de – aparente inocência, embora van Dijk tenha dito que ‘não existe palavra inocente’ – força-nos a refletir sobre as afirmações de Meyer, para quem a ACD é uma interpretação ideológica, e, portanto não poderia ser uma análise:

O termo análise crítica do discurso é uma contradição em termos. Widdowson acredita que a ACD é, em duplo sentido, uma interpretação enviesada: em primeiro lugar ela é preconceituosa em base de algum compromisso ideológico, e então seleciona para análise tais textos que irão apoiar a interpretação pretendida (Widdowson, 1995:169). Análises deveriam ser a investigação de várias interpretações, e no caso da ACD isto não é possível por causa de julgamentos a priori. Fairclough (1996), em resposta a esta crítica, chama atenção para os resultados em aberto requeridos nos princípios da ACD. Ele também ressalta que a ACD, ao contrário da maioria das abordagens, é sempre explícita a respeito de sua própria posição e compromisso. (MEYER, 2007, p. 17).

1. Como é que os grupos (mais) poderosos controlam o discurso público?
2. Como é que esse discurso controla a mente e a ação de grupos (menos) poderosos, e quais são as consequências sociais desse controle, por exemplo, a desigualdade social?

Para poder dar conta desses questionamentos, desenvolveremos no próximo capítulo valores e noções que relacionem a construção social da realidade via JN com a apropriação do discurso sobre Belo Monte. Para que esta deixe de ser apenas uma hidrelétrica e no seu processo de reconstrução venha a se tornar mais um ponto da articulação ideológica dos diversos poderes que estão em disputa interna por seus diferentes privilégios, é preciso apresentá-lo na mídia como um discurso coeso que remete ao ‘progresso e ao desenvolvimento’, mas que acreditamos ser resultado da situação distópica que atravessa o Brasil, cuja realidade social das ruas parece contradizer permanentemente o discurso oficial.

O telejornalismo diário é importante, não porque traga novas notícias, mas porque é elemento fundador de um sistema de preservação do poder discursivo que opera pela reiteração do já dito. Berger e Luckman (1974, p. 61) se posicionam a esse respeito:

Dito de maneira simples, por meio da linguagem um mundo inteiro pode ser atualizado em qualquer momento. Este poder que a linguagem tem de transcender e integrar conserva-se mesmo quando não estou conversando com outra pessoa. Mediante a objetivação linguística, mesmo quando estou “falando comigo mesmo” no pensamento solitário, um mundo inteiro pode se apresentar a mim em qualquer momento. (...) A linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como

gigantescas presenças de um outro mundo. (...) Desta maneira, o simbolismo e a linguagem simbólica tornam-se componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e da apreensão pelo senso comum desta realidade. Vivo em um mundo de sinais e símbolos todos os dias.

Precisamos ressaltar, no entanto, que esta presença noticiosa com seus símbolos e sinais cotidianamente não significa conhecimento nem informação, ao contrário, reitera um vazio para onde aqueles que buscam a sua emancipação são levados a dialogar, como as regras da democracia, dos partidos políticos, das instituições legais e da liberdade de expressão, porque nesse terreno, como explica Brandão (2009, p. 22) a ideologia:

[...] se apresenta, ao mesmo tempo como explicação teórica e prática. Enquanto explicação, ela não explicita e, aliás, não pode explicitar tudo sob o risco de se perder, de se destruir ao expor, por exemplo, as diferenças, as contradições sociais. Essa manobra camufladora vai fazer com que o discurso, e de modo especial o marcadamente ideológico, se caracterize pela presença de “lacunas”, “silêncios”, “brancos”, que preservem a coerência do seu sistema.

No capítulo seguinte abordaremos como os atores sociais são constituídos dentro de vários contextos e como se processa o jogo de construção social da realidade via discurso. Pedro (1997, p. 42) nos oferece novamente uma perspectiva bastante ampla sobre esse tema quando diz que:

É nesta ordem de ideias que Kress propõe que do projecto da ACD venham a constar as questões dos recursos e dos processos representacionais, porque, na sua opinião, o desenvolvimento tecnológico de hoje pôs definitivamente em causa práticas de produção e recepção, até agora estabelecidas e, nos nossos dias, alteradas, desta alteração resultando um desafio ao projeto de análise crítica pela consequente necessidade de ultrapassar as barreiras do meio verbal. Isto significará, segundo este autor, centrar-se na produção e não apenas na recepção e na leitura, atender à produção dos recursos representacionais pelo sujeito, à transformação efetuada por esse sujeito e ao poder transformador que o mesmo sujeito exerce no e sobre o mundo.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE BELO MONTE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Mas, afinal, o que é Belo Monte?

A função deste capítulo é apresentar um arcabouço teórico que dê conta de responder à pergunta acima, não com uma resposta objetiva, que seria por uma questão lógica, uma hidrelétrica, mas do ponto de vista da subjetividade, que é onde se localiza a opacidade da língua e os sentidos sociais que ela carrega.

Quando o mestre do surrealismo, o pintor belga René Magritte¹⁴, pintou seu famoso quadro com o desenho de um cachimbo, onde se lia logo abaixo: “Isto não é um cachimbo”, buscava criar um conflito cognitivo, um desconforto que reside entre um desenho banal e uma afirmação igualmente banal. A banalidade de ambos ganha notoriedade justamente ao se mostrar conflitiva, de não poder ser resolvida cognitivamente, da afirmação do título se negar a confirmar o que os olhos veem. Símbolo visual e símbolo linguístico criam um não-sentido e deixam uma pergunta. Se não é um cachimbo, então, o que é? Longe de querer afirmar, Magritte está mais interessado em denunciar a nossa propensão de associarmos significado e significante de modo automático, condicionando o cérebro a aceitar essa correlação como inevitável. O filósofo francês Foucault deixou-se seduzir pela armadilha semiótica e se propôs a decifrá-la em seu livro “Isto Não é um Cachimbo”.

Tudo está solidamente amarrado no interior de um espaço escolar: um quadro ‘mostra’ um desenho que ‘mostra’ a forma de um cachimbo; e um texto escrito por um zeloso professor primário mostra que é bem de um cachimbo que se trata. Não vemos o dedo indicador do mestre, mas ele reina em todos os lugares, assim como sua voz, que está articulando claramente: ‘isto é um cachimbo’. Do quadro à imagem, da imagem ao texto, do texto à voz, uma espécie de dedo indicador geral aponta, mostra, fixa, assinala, impõe um sistema de reenvios, tenta estabilizar um espaço único. Mas por que introduzi a voz do mestre? Porque mal ela disse ‘isto é um cachimbo’, e já foi obrigada a retomar e balbuciar: ‘isto não é um cachimbo, mas o desenho de um cachimbo’. (FOUCAULT, 2008, p. 35).

¹⁴ Trata-se da obra “La trahison des images (Ceci n’est pas une pipe)”, 1928/29.

Se levarmos esse texto a um contexto noticioso, podemos ver o repórter como o dedo do mestre, agente estabilizador fixando os sentidos, assinalando e resolvendo contradições e normatizando os conceitos pela lógica de seu enunciado que emergirá ao final da reportagem. Mas é possível submeter nossos sentidos de maneira descuidada a aceitar o que nos é proposto, sem dialogar com o objeto do discurso? Acreditamos que é preciso dialogar, perguntar, questionar a notícia, e transcender a ela, seria repensar nossos conceitos e lançar um olhar crítico sobre as coisas, buscando dentro do campo do conhecimento minimizar situações de desigualdade social pelo entendimento das estratégias discursivas. Do ponto de vista linguístico, a pergunta acima se refere à topicalidade, já que esta seria a informação mais importante de um texto, pois segundo van Dijk (1999, p. 157) “exige um conhecimento sociocultural do mundo, bem como um conhecimento representado em modelos mentais de acontecimentos específicos”, daí o nosso diálogo constante com valores socioculturais e aspectos informativos sobre Belo Monte.

Em última instância, se temos acesso irrestrito aos fatos e liberdade de pensamento, de escolha e de discurso, então o resultado de uma análise crítica do discurso não pode ser remissivo aos valores selecionados pelas necessidades contextuais da mídia (o que seria o caso de países com a imprensa sob censura), mas sim aos fatores da ética e da moral, que uma vez libertos das amarras delimitadoras da força, deveriam pairar como guia universal, em suma um *ethos* jornalístico. Eis o papel do analista crítico do discurso.

2.1 Relações entre discurso, cognição e sociedade

Nossa pesquisa está baseada na terminologia da tríade análoga de van Dijk (2005) denominada de Discurso, Cognição e Sociedade, pois acreditamos que a partir do exposto no Capítulo 1, onde fizemos a abordagem teórica da prática discursiva que em sua passagem à prática social precisa ser dimensionada pela função cognitiva, parte crucial no processo de “efetivação” da mensagem, faz-se necessário agora abordar alguns valores e instâncias que têm papel preponderante nesse percurso sociocognitivo.

Seguindo as teorias de van Dijk (2005, p. 37-38), este propõe que “Discurso” seja entendido aqui no sentido mais amplo de “evento comunicativo”, que inclui “interação conversacional, texto escrito, além de imagens e outras dimensões da esfera de significação

‘semiótica’. Da mesma maneira, orienta que o conceito de “Cognição” seja entendido tanto como a cognição pessoal como a social, “as crenças e finalidades”, como também as avaliações, as emoções e a estrutura “mental” ou da “memória”. Assim, “Sociedade” é usada para inserir de um lado as microestruturas locais das interações pessoais, e de outro “as estruturas mais globais, sociais e políticas diversamente definidas em termos de grupos, relações de grupos (tais como dominância e desigualdade)”. Consideramos que estas relações são intermediadas dentro de e por movimentos sociais, instituições como os sistemas políticos, das organizações não governamentais – que têm se caracterizado como um ponto de articulação social no Brasil. Em suma: é pela linguagem que a ideologia mais uma vez se manifesta e reorienta as relações de poder. Como é pelo discurso, e somente por ele que ela pode ser transmitida, é necessário analisar e entender todas as instâncias e valores sociais utilizados neste percurso.

Sobre a formulação dessa tríade como base referencial de estudo, o autor afirma que:

Seguindo estes princípios metateóricos, proponho-me a formular e ilustrar algumas das linhas directrizes que tento seguir quando faço ACD. Dada a minha orientação multidisciplinar, o rótulo global que por vezes uso para o meu modo de fazer ACD é o de análise do discurso ‘sociocognitiva’. [...] No entanto, esta etiqueta não significa que eu pense que a ACD se deva limitar apenas à análise social ou cognitiva do discurso, ou a algum tipo de combinação destas dimensões. [...] É óbvio, no entanto, que os problemas complexos do ‘mundo-real’ abordados pela ACD também precisam de uma abordagem histórica, cultural, socioeconómica, filosófica, lógica ou neurológica, dependendo daquilo que queremos saber. (VAN DIJK, 2005, p. 37).

Uma outra abordagem, a de Ramos (2009, p. 6) indica para a necessidade de se utilizar da teoria para se ancorar os diversos saberes (meta) linguísticos e o discurso ambiental que se configura com características próprias cada vez mais marcadas. Para ele, do ponto de vista exclusivamente linguístico, no discurso científico e acadêmico, o uso da língua é reconhecido como um “registro específico, tendente para a monossemitização”, com estilos próprios, padrões e suas normas, uma particularidade que ultrapassa a evidente questão terminológica e abrange o nível textual/discursivo. Desse modo, para Ramos, toda análise do discurso de divulgação científica estabelece mais do que a “simples indicação dos intervenientes principais no processo, mas o verdadeiro desenho de uma recontextualização”, ou seja, novos atores com papéis específicos, novos saberes, novos jogos de poder e influência, “novos objetivos ilocutórios” frente ao característico discurso no meio das comunidades acadêmicas e científicas. Assim, cruzando-se esta linha de investigação com a do discurso ambiental, “fundamentam-se promissoras expectativas de trabalho no reconhecimento da configuração dos discursos públicos dominantes”.

Quando o programa Globo Ecologia se propõe a fazer uma longa reportagem sobre a questão de Belo Monte, ele vai trabalhar a partir do quadro mental, do *framing* que ele mesmo percebe como o prevalecente na sociedade, pois se trata de um quadro de referência previamente estabelecido historicamente pelo telejornalismo e a partir do qual a sua estratégia discursiva vai tentar reelaborar um novo conhecimento, para que este se consolide como um novo padrão de valores ideológicos, ou para simplesmente consolidá-los dentro dos paradigmas existentes. Observemos que a abertura do programa indica um posicionamento inquisitivo, equilibrado, pois reconhece o princípio científico da chamada “pegada ambiental”, que é o cálculo completo dos danos causados ao ambiente, como a emissão de CO² (dióxido de carbono, um dos gases do chamado efeito estufa que causa mudanças climáticas) em todas as etapas do setor produtivo e não apenas em uma delas onde isto possa mitigado.

Diz o Globo Ecologia (2012):

Ainda que a energia produzida pela água que move as turbinas das usinas hidrelétricas seja considerada limpa, o fato é que a sua geração traz sim impactos ambientais. A pergunta que fica é: será que a necessidade energética de um país se sobrepõe à necessidade de conservação do meio ambiente?

Embora o programa trate de Belo Monte, é possível notar que esta usina sequer é mencionada neste parágrafo, indicando que o conhecimento que vai ser produzido busca uma aplicação mais ampla, o que significa que o processo cognitivo para se falar da problemática usina e das suas consequências, precisa partir de um princípio de ruptura da lógica “necessidade energética” *versus* “necessidade de conservação”, que se apresenta semanticamente isonômica, mas é rompida pela afirmação inequívoca “traz sim impactos ambientais”. Esse exemplo serve para ilustrar a necessidade de se observar como os padrões de conhecimento que já temos estabelecidos como *frames* mentais funcionam como delimitadores prévios da observação do campo investigado, impossibilitando uma aproximação isenta do objeto estudado. Nesse sentido, Hessen (2000, p. 62-63), trabalhando com os conceitos de Kant, explica a impossibilidade de se conhecer as coisas.

Segundo o fenomenalismo, lidamos sempre com o mundo das aparências, com o mundo que aparece com base na organização a priori da consciência, e nunca com as coisas em si mesmas. Em outras palavras, o mundo no qual eu vivo é modelado por minha consciência. Jamais serei capaz de saber como é o mundo em si mesmo, à parte de minha consciência e de suas formas a priori, pois tão logo tento conhecer as coisas, já lhes imponho as formas de minha consciência. O que tenho diante de mim, portanto, não é mais a coisa-em-si, mas a aparência da coisa, a coisa tal como me aparece. Essa é, em rápidas pinceladas, a teoria do fenomenalismo, na forma

desenvolvida por Kant. Podemos apresentar seu núcleo por meio de três proposições: 1. A coisa-em-si é incognoscível. 2. Nosso conhecimento está limitado ao mundo fenomênico. 3. Esse mundo surge em minha consciência porque ordenamos e processamos o material sensível segundo as formas a priori da intuição e do entendimento.

O conhecimento, portanto, está ligado a um ordenamento prévio, e só pode ser reestruturado via alteração cognitiva, mudando as percepções que temos do tema. Neste caso, este desejo de mudança precisa ser comunicado e reordenado em massa¹⁵, razão pela qual o governo se serve da TV, sobre a qual tem ascendência política e financeira, para efetuar uma transformação cognitiva na sociedade que visa “naturalizar” os problemas de Belo Monte, sem entrar nos méritos da questão via debate público, conforme denuncia Bermann (2012) em seu estudo sobre vários aspectos inexplicados por parte do governo, tanto socioeconômicos quanto energéticos que se intitula apropriadamente: “O Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a autocracia energética como paradigma”. Não há coincidência no fato de que a ‘série especial de reportagens’ sobre Belo Monte efetuada pelo JN, (e parte do *corpus* analisado) tenha acontecido em um momento de grande movimentação social em torno do tema.

Como explica Charaudeau (2006, p. 221-222), a reportagem precisa adotar um ponto de vista distanciado e global, que ele chama de “princípio da objetivação” e, ao mesmo tempo, precisa propor um questionamento sobre o assunto abordado, denominado por ele de “princípio de inteligibilidade”. Para isso recorre a variados tipos de roteiros, utilizando “os recursos designativos, figurativos e visualizantes da imagem”, que vão dar conta de satisfazer às condições de “credibilidade da finalidade de informação”, como ressalta o linguista “com formatos de investigações, de testemunho, de reconstituição detalhada trazendo a prova da existência dos fatos e da validade da explicação”, e também, satisfazer às condições de “sedução da finalidade de captação”, que Charaudeau chama de “dramatizações destinadas a tocar a afetividade do espectador.”.

Dessa maneira, a reportagem é uma tipologia noticiosa de cunho mais amplo, que necessita ampliar a questão cognitiva para aprofundar os sentidos do tema abordado, além de trabalhar dentro de uma trama dramática que vise “seduzir” o telespectador por meio de sua estratégia discursiva, sua narrativa, e outros fatores que discutiremos no Capítulo 3.

Vários autores, como os abaixo citados, apontam para a necessidade de se integrar conceitos e valores, criando uma “situação de contexto” que englobe práticas sociais e

¹⁵ Nosso conceito de massa remete ao do historiador inglês Williams (1983) que a define como: Ambivalente, importante para os estudos sociais com um valor positivo de força social potencial, e um termo de desprezo para as elites, relacionado com baixo nível, ignorante e instável. Um corpo de material que pode ser moldado, algo amorfo e indistinguível, de densa agregação, massa de povo. É Williams Raymond?

práticas discursivas ao mesmo tempo como instrumentos teóricos e metodológicos, de acordo com os dois axiomas preconizados por Døør e Bang citados por Fill e Mühlhäusler (2001, p. 8) que pressupõem que: 1) Toda entidade existe em *interdependência* com todas as outras entidades e o ambiente e; 2) A forma de existência de uma entidade é determinada pela sua *interatividade* com o seu ambiente. Em função disso, os mesmos autores afirmam que “o vocabulário da linguagem é o que mais claramente reflete o ambiente físico e social de seus falantes” (2001, p. 2).

Esses princípios de interação social e, portanto, de construções sociais da realidade são fundamentais para entendermos as correlações entre ideologia, poder, contexto, hegemonia e outros valores que são constantemente negociados pelo “ambiente” em que os atores sociais se encontram. Ambiente, nesse caso, tem o duplo sentido do social e do natural, que no nosso entender não poderiam e nem deveriam ser vistos separadamente, de acordo com os princípios de Edward Sapir escritos em 1912, em seu ensaio *Linguagem e Ambiente*, quando este último termo ainda não havia se tornado nem um tema de discussão sobre a sua relação com o capitalismo, nem havia sido contaminado pela propaganda que busca dele se apropriar.

Dentro da tradição acadêmica de investigação, Sapir teve o privilégio de falar da relação entre ambiente e linguagem sem se preocupar em ser rotulado de ambientalista ou algo assim, e cujo trabalho é visto como uma tentativa inicial por parte de um linguista de ir além da descrição de linguagem em termos de estruturas, sistemas sonoros, sentidos das palavras e coisas do gênero, para estabelecer uma relação entre natureza e linguagem. De acordo com Noya Pinto é pela comunicação que se efetuam os processos de interação entre os atores sociais, seja no macro ou micro nível, e o conjunto de valores pelos quais serão estabelecidas as prioridades para o grupo, e que é determinado – e deve ser estudado – pelo conjunto linguístico:

A comunicação não é um fenômeno isolado nem contemporâneo. Como atividade humana é necessário considerá-la integrada aos processos culturais e, para estudar sua evolução, não é possível desvinculá-la da cultura. [...] É necessário estar atento ao conjunto das realidades que circundam o homem para poder compreender a presença da comunicação na sociedade, numa determinada conjuntura. (NOYA PINTO, 2002, p. 5).

Na concepção de Pedro (1997, p. 29), um dos maiores problemas para se realizar uma ACD é entender as diversas disciplinas intervenientes, “já que muitas formas de dominação parece serem produzidas conjuntamente, através de modos intrincados de interacção social e discursiva” considerando que “o poder e a dominação estão organizados e institucionalizados,

implicando esta organização social, política e cultural da dominação também uma hierarquia do poder”.

A seguir, apresentamos alguns dos aspectos que consideramos mais relevantes para as nossas análises.

2.2 Os processos cognitivos

Trabalharemos o sentido de cognição como o processo de entendimento da mensagem noticiosa, cujo discurso precisa de várias instâncias para se transformar em conhecimento. Isto significa que a simples transmissão do enunciado não é capaz de acionar dispositivos de compreensão no enunciatário, pois o sistema cognitivo opera como uma interface entre emissor e receptor, que passa por um processo de codificação e decodificação. Para Fowler (1991, p. 4) após estudar os trabalhos de Sapir, Whorf e Halliday, ele subscreve aos seus achados, concluindo que “existe uma relação causal entre estruturas semânticas e cognição: isto é, que a linguagem influencia o pensamento, no sentido de que sua estrutura canaliza nossa experiência mental do mundo”. No entanto ele adverte que este princípio é impossível de ser empiricamente provado e que é preciso ter cautela, considerando-o mais uma hipótese do que um achado e recomenda uma leitura mais profunda dentro das pesquisas da psicolinguística. O processo cognitivo é visto igualmente de modo complexo por Graesser, Gernsbacher e Goldman (2008, p. 417, grifos do autor) que afirmam:

Quando as pessoas compreendem o discurso, as mensagens faladas ou impressas não se copiam meramente em suas mentes. Na verdade, a mente humana constrói em forma ativa diversos tipos de *representações cognitivas* (isto é, códigos, características, significados, conjuntos estruturados de elementos) que interpretam o *input* linguístico. Estas representações cognitivas podem incluir palavras, sintaxe, semântica oracional, atos de fala, padrões de diálogo, estruturas retóricas, pragmática, mundos reais e imaginários e muitos outros níveis que se analisam neste capítulo. Cada tipo de representação cognitiva é funcionalmente importante durante os processos da compreensão e a produção do texto e da fala.

Isso torna os processos de emitir/receber, codificar/decodificar ao mesmo tempo diferentes, mas intrinsecamente relacionados, constituindo-se apenas em “momentos diferenciados” do todo, composto pelas relações sociais e o processo comunicativo. Esse processo é fruto da necessidade de criar uma mensagem codificada em forma de discurso que tenha um significado de uso para depois ser decodificada pelo usuário. Podemos dizer que o

discurso cumpre uma função ocultada, aproveitando-se da opacidade da língua, da dubiedade dos sentidos, da ambiguidade retórica.

Stuart Hall (2001, p. 507-517) em seu célebre ensaio *Codificando/Decodificando* (*Encoding/Decoding*) propôs quatro níveis a serem observados na teoria da comunicação, para que fosse possível entender como é que – no caso específico da televisão – as mensagens são produzidas e disseminadas, partindo da premissa, segundo a qual as duas primeiras etapas, produção e circulação, estão sob o domínio do enunciador e as duas últimas, uso e reprodução, estão na esfera do enunciatário, sendo que existe uma retroalimentação, uma dialética entre as duas partes. Assim, as áreas de produção e consumo se entrelaçam já que este último pode exigir que a primeira se modifique, inicialmente como produto e depois como discurso. Nesse caso, os atores sociais de produção/consumo são partes integrantes de um mesmo contexto, em uma relação de interdependência. Para Hall, as mensagens têm uma ‘complexa estrutura de dominação’ pois em cada etapa elas estão ‘impregnadas’ por relações institucionais de poder.

No mundo das comunicações, o grande medo das elites simbólicas é de que o ator social deixe de ser receptor de suas mensagens, o que poderia significar em primeira instância uma resistência às ordens do discurso e/ou por outro lado uma alienação, uma indiferença em relação às crenças e valores que sustentam uma sociedade. Para tanto, a título de curiosidade, agregamos que nas medições de audiência, um dos fatores mais estudados é o número de aparelhos de TV ligados, a partir do qual se mede a audiência deste ou daquele canal. No entanto, o primeiro dado é o mais significativo, pois reflete a disposição/disponibilidade da audiência para se submeter aos efeitos discursivos via TV. Sem receptor a mensagem do emissor nada vale.

Para van Dijk (2008c, p. 45), a relação entre as elites nas áreas “política, militar e econômica” e as “elites simbólicas”, tais como jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos que exercem o poder com base no “capital simbólico”, dentro dos princípios idealizados por Bourdieu, leva a uma orientação do que e como pensar, considerando que:

Esse poder simbólico não se limita à articulação em si, mas também inclui o modo de influência: eles podem determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma. Eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico. (VAN DIJK, 2008c, p. 46).

O ponto de passagem do simbólico para o ideológico requer uma interface cognitiva, que é o que está no processo descrito por Hall que acreditamos funcionar melhor da seguinte maneira: codificação – (cognição) – decodificação, já que é ele quem diz que:

Em um determinado momento, todavia, as estruturas de transmissão (televisivas) precisam produzir mensagens codificadas na forma de discurso que tenha sentido. As relações societário-institucionais de produção necessitam passar pelas regras discursivas da linguagem para o seu produto se tornar ‘realidade’. Isto inicia outro momento diferenciado, no qual as regras formais do discurso e da Linguagem estão prevalecendo. Antes que esta mensagem possa ter um ‘efeito’ (qualquer que seja a definição), satisfazer uma ‘necessidade’ ou ser colocada em ‘uso’, ela primeiro precisa ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificado. É esse conjunto de mensagens decodificadas que ‘tem um efeito’, influencia, entretém, instrui ou persuade, com complexas consequências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais. (HALL, 2001, p.509).

Ao analisarmos o discurso, temos de levar em consideração todos esses elementos, a partir de um determinado contexto, que como veremos abrange uma ampla gama de situações o que implica uma “cognição sociocultural” contextualmente marcada, resultante do fato de as regras gramaticais e discursivas encontrarem unidade no social, desse modo “os atores sociais compartilham com outros membros de sua comunidade ou cultura, normas, valores, regras de comunicação e *representações sociais* tais como o conhecimento e as opiniões” (VAN DIJK, 2008c, p. 43).

Em uma situação discursiva, no momento em que o ator social é submetido às mensagens da comunicação em massa entra em efeito o processo de “codificação” dos significados pelo emissor e o posterior processo de “decodificação”, cujas regras contextuais e os valores culturais necessitam ser preestabelecidos, sob o risco de falhar a “transferência” de conhecimento, isto é, não ativar a cognição. No entanto, não podemos afirmar que este conhecimento seja de forma alguma provido de qualquer valor e/ou utilidade para o enunciatário, ou que tenha qualquer relação real com o que está sendo dito/tratado/analizado, muito ao contrário. A transmissão de informação que não tenha relação sistemática com o tema, o que resulta na sensação de “vazio” cognitivo é uma das estratégias discursivas mais utilizadas dentro da televisão na formação da Memória de Longo Prazo (MLP), pois reitera as mesmas ideologias sob temáticas diversas, perfazendo uma falsa função de gerar “conhecimento”. A realidade existe independentemente da nossa interpretação ou vontade de reconhecê-la como tal. No entanto, a partir do momento em que necessitamos transmitir a nossa visão da realidade ao outro, ele é mediada pela linguagem. Desse modo, diz Hall (2001, p. 509): “Conhecimento discursivo é o produto não da representação transparente do ‘real’ na

linguagem, mas da articulação da linguagem em relações e condições reais. Portanto, não existe discurso inteligível sem a operação de um código”.

O processo comunicativo dentro da nossa pesquisa se inicia quando o ator social estabelece contato com o JN considerando que este é uma fonte de informação/conhecimento. Como o próprio JN, mencionando os princípios editoriais das Organizações Globo (2011), define “o jornalismo é uma primeira fonte de conhecimento”, assim, antes de informar o sujeito é preciso dar a conhecer os valores do mundo. No entanto, esse processo contínuo não consegue distinguir quem “já sabe” e quem “está sendo levado a saber”, já que a teledifusão é igual para todos. Com esse princípio em ação, a informação é montada em vários níveis estruturais que visa preencher as duas funções simultaneamente. Brett Dellinger (1995, tradução nossa) analisa o trabalho desenvolvido por Gunther Kress, que por sua vez se utiliza de conceitos de Robert Kaplan, que explicou esses conceitos do seguinte modo:

O texto, seja oral ou escrito, é uma estrutura multidimensional, e ‘qualquer texto é montado em camadas, como uma grossa folha de madeira consistindo em diversas camadas finas posicionadas em diversos ângulos, umas em relação às outras.’ Os (elementos) básicos de um texto consistem em sintaxe e léxico; sua gramática, morfologia, fonologia e semântica. Todavia, ‘a compreensão [...] da gramática e do léxico não se constitui em compreensão [...] do texto.’ ‘A intenção retórica [...]’, diz Kaplan, ‘a coerência e a visão do mundo que autor e receptor trazem ao texto são essenciais.’ A compreensão do sentido [...] jaz não no próprio texto, mas na complexa interação entre a intenção do autor e habilidade performativa dele (a) de codificar aquela intenção, e a intenção do receptor e a habilidade performativa dele (a) não apenas de decodificar a intenção do autor, mas de mesclar a sua própria intenção com a do autor.

Para efetuar a ligação entre o ato de fala na TV e a sua consequência na sociedade precisamos passar pela cognição, já que está descartada a teoria da “ligação direta” entre enunciador e enunciatário, como processo comunicativo. Para Hall (2001, p. 509), a linguagem na TV – como meio de comunicação em massa eletrônico, imediato – precisa de uma análise diferenciada, pois considera, utilizando o conceito Marxista, que “circulação e recepção são, certamente, ‘momentos’ do processo de produção na televisão e são reincorporados via uma série de *feedbacks* assimétricos e estruturados que realimentam o próprio processo produtivo”. A consequência desse processo, é que as práticas televisivas ao operarem sistemicamente, disparam sentidos dentro das instâncias discursivas que são continuamente realinhadas às necessidades de controle do momento social. Ainda em Hall encontramos o conceito de que para a emissora, não é importante que o telespectador não entenda a complexa lógica da argumentação, nem a terminologia científica utilizada, dentro de uma determinada história, o que interessa é que o sentido (ideológico) do discurso

prevaleça, já que essa é em última instância a função da notícia: carregar ideologias. No jargão das emissoras, se essa função falha é porque a audiência “não está operando dentro do código preferido ou dominante”, ao qual Hall se refere como “percepção seletiva”.

Esta questão das ‘estruturas dos discursos em dominância’ é um ponto crucial. As diferentes áreas da vida social parecem estar mapeadas dentro de domínios discursivos, hierarquicamente organizados dentro de sentidos *dominantes* ou de *sentidos preferenciais*. Novos eventos, problemáticos ou perturbadores que rompam com as nossas expectativas e vão no sentido contrário aos nossos ‘construtos de sentido comum/bom senso’, (e/ou) aos nossos conhecimentos de estruturas sociais ‘dadas como assentes’, precisam ser enquadrados em seus domínios discursivos antes que possa ser dito que ‘eles fazem sentido. O modo mais comum de ‘mapeá-los’ é assinalando o novo a algum domínio ou outro dos já existentes ‘mapas de realidade social problemática’. (HALL, 2001, p. 513).

Entendemos que esta é a abordagem necessária ao jornalista/linguista para iniciar uma investigação sobre o processo de transformação/significação linguística que visa tirar uma obra de seus sentidos semântico-pragmáticos de engenharia civil e elétrica que são os seus campos de significado – uma obra e nada mais – e ressignificá-la em um campo social que é o local de discussão nas polêmicas que envolvem o projeto. A ressignificação é uma operação complexa, pois visa construir um novo referente, já que a relação estabelecida entre significado e significante precisa ser alterada, o que só pode ser feito pelo discurso que vai afetar a cognição dos atores sociais, tanto os envolvidos com o poder, como os que precisam ser convencidos da necessidade da usina, e os que sofrerão as consequências ambientais e financeiras, que já foram identificadas como pontos de atritos entre estes grupos sociais. O tema é tratado na seção 2.3.

O filósofo francês Bourdieu considera que existe um sistema que envolve estratégias de reprodução e modos de dominação que possibilita colocar em circulação valores que transformam em práticas sociais os interesses da classe dominante, que por agora definiremos como a classe que tem poder ativo para edificar a usina, sendo as outras, classes de resistência, seja física ou discursiva. Daí o nosso interesse em uma analogia com o sistema noticioso que opera igualmente em um *continuum*.

Uma das perguntas mais importantes a respeito do mundo social é saber por que e como este mundo dura, persevera no ser, como se perpetua a ordem social, quer dizer, o conjunto de relações de ordem que o constituem. [...] De fato, o mundo social está dotado de um *conatus*, como diziam os filósofos clássicos, de uma tendência a perseverar no ser, de um dinamismo interno, inscrito ao mesmo tempo nas estruturas objetivas e nas estruturas “subjettivas”, as disposições dos agentes e continuamente conservado e sustentado por ações de construção e reconstrução das estruturas que dependem em seu princípio da posição ocupada nas estruturas por aqueles que as levam a cabo. (BOURDIEU, 2002, p. 1).

Transpondo estes princípios para o campo das comunicações, encontramos um posicionamento teórico de Hall que considera que existe um grupo hegemônico que tem capacidade de emitir um “metacódigo” de modo permanente (via notícias), que ao chegar ao receptor já está codificada de modo hegemônico, e embora haja um código profissional/técnico que possa ser utilizado pelo jornalista, este opera “dentro” da hegemonia do código dominante. Isso ocorre porque segundo Hall (2001, p.516):

Basta dizer que os profissionais estão ligados às elites não apenas pela posição institucional da emissora ela mesma, como um “aparato ideológico” mas também pela estrutura do *acesso* (isto é, o sistemático super acesso (*over-accessing* em inglês) de um seletivo pessoal da elite e sua ‘definição da situação’ na televisão. [...] Todavia as definições dominantes, são hegemônicas precisamente porque elas representam definições de situações e eventos que estão ‘no poder (*global*)’ (*in dominance* em inglês). Definições dominantes conectam eventos, implícita ou explicitamente, para grandes totalizações, para as grandes visões sintagmáticas do mundo: eles (jornalistas) pegam as ‘grandes visões’ dos problemas: eles relacionam (estes) eventos ao ‘interesse nacional’ ou para o nível da geopolítica mesmo que eles façam essas conexões de modos truncados, invertidos ou mistificados.

Nossa experiência jornalística indica que se trata de uma intervenção na cognição da sociedade que precisa ser redesenhada e redirigida pelo discurso das notícias sobre Belo Monte. Todavia, não se pode esquecer o papel de intermediador da mídia que também vai negociar o seu próprio poder junto aos outros poderes. Consequentemente, notícias sobre Belo Monte (ou qualquer tema) podem ser (e são) instrumentalizadas por diversos setores ideológicos das elites políticas, empresariais e financeiras, que negociam entre si via espaço público. Afinal, poucos espaços têm tanta força política como o espaço público, a Ágora moderna.

Estes postulados teóricos estão alinhados com a nossa visão sobre as relações entre mídia e poder, e foram importantes para o recorte do *corpus* para a análise já que esta se desenvolve a partir da premissa de que Belo Monte, não só tem um significado importante do ponto de vista do governo, por suas fortes implicações sociais – representadas pelos movimentos de resistência que se articularam desde o anúncio da retomada das obras – mas também para sinalizar ao capital estrangeiro, que o Brasil está inserido no contexto mundial que segue as regras dos fluxos financeiros em sua busca pelo do lucro crescente.

O objetivo estratégico dessa operação discursiva levada a cabo pelo JN é dar à usina uma dimensão de aceitação, já que as reportagens nos indicam que há uma forte rejeição da sociedade, ou como gostam de dizer os analistas críticos do discurso, pudemos detectar um discurso de resistência. Do ponto de vista linguístico estas notícias aparentemente isoladas

atuam igualmente no sentido descrito há pouco por Hall (2001) no campo das práticas sociais e discursivas operando no campo cognitivo/ideológico como um “bloco” de novas informações que se estabelecem por uma relação paradigmática/sintagmática, onde uma nova construção social da realidade é levada a cabo. O controle do discurso público está ligado à questão da manutenção do controle do poder, e dos valores que definem os contextos socioeconômicos, religiosos e outros, que são permitidos e/ou tolerados ou colocados como idealizados dentro de uma sociedade. A correlação entre democracia e liberdade de expressão é um dos pilares das sociedades de valores ocidentais, que como veremos no Capítulo 3, ao serem instrumentalizados e controlados pelas elites se tornam eles mesmos salvaguardas delas mesmas, que ao mesmo tempo em que rejeitam a “violência” das ruas em manifestações, se utilizam dela para “manter a ordem”, criando um círculo inquebrantável de poder.

Autores como van Dijk (2008, p. 23) fazem essa correlação entre discurso e poder: “Controle do discurso público é controle da mente do público, e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas”, enquanto Breton (2003, p. 49) especifica que “uma das estratégias que buscam convencer ‘a qualquer preço’ consiste justamente em levar o auditório a acreditar que ele tem total liberdade de escolha”.

Não é, portanto, um processo estático, cuja análise estaria se referindo a eventos que não existem mais, que são notícias passadas, pois o que estamos vivenciando hoje é fruto dos sentidos construídos no passado, que se fazem presentes em função dos sentidos parafrásticos que ao trabalharem em consonância com a polifonia geram a ilusão do “novo” na notícia, (*news* em inglês) quando apenas os fatos são novos, mas os sentidos ideológicos permanecem, ditos por vozes diferentes, gerando o efeito ilusório da polissemia. Na verdade não está de todo descartada a hipótese de que a usina venha ainda a sofrer diversos embargos legais que são o resultado da luta de classes, das ideologias e de todos os valores inerentes à ACD.

Esse modelo de construção do referente não se aplica ao “ator social índio”, já que este não vem de fora, ao contrário, ele é o nativo. Tampouco se move por questões econômicas, ao menos não nos moldes de um brasileiro urbano, e ainda tem o privilégio de ter terras asseguradas na Constituição, ao menos em teoria¹⁶, o que o coloca em uma situação social que não encontra paralelo nem na Europa nem nos Estados Unidos, que são centros de estudos que consideram o ator social como parte fundamental da ACD.

¹⁶ Para uma melhor compreensão do estatuto do índio e outros temas relevantes recomendamos a consulta do Instituto Socioambiental em: <www.socioambiental.org>

É dentro desses contextos marcados pela interdiscursividade ambiental presente na audiência e pelo alijamento do fator sacro relativo aos índios, mas cujo valor basilar está presente nas duas civilizações em suas crenças socioculturais, e, portanto, intocáveis, que o JN precisa negociar o texto na construção dos referentes. Acreditamos que a melhor estratégia para abordar essas questões é fazer um deslizamento entre interstícios gerando um deslocamento de sentidos, criando um novo campo discursivo onde seus sentidos semântico-pragmáticos não possibilitem a aproximação analítica do observador externo por limitar os sentidos a campos previamente delimitados. Esse tipo de estratégia discursiva exerce uma dupla função: ao mesmo tempo em que “fala” sobre um tema “cala” a abordagem mais ampla para uma possível expansão das dimensões pragmáticas do discurso, pela delimitação, pela circunscrição semântica. Ou seja: o tema será tratado à luz de uma perspectiva previamente contaminada, e terá de ser resolvido dentro dela.

A não observação desses valores tanto durante a construção da nossa base teórica como nas análises, poderia nos levar a uma visão distorcida dos discursos analisados, por desconsiderar fatores que estão implícitos no discurso (pela ausência do sagrado) e pela heterogeneidade discursiva da audiência que implica a adoção de determinados valores “ecológicos”. Para o analista do discurso não basta se ocupar do que está materializado no discurso, é preciso ir em busca de outras dimensões, de criar um afastamento, de ser, em suma, “crítico” em relação ao texto que se analisa. Caso contrário, estaremos “dentro” dos limites propostos por esse discurso.

Somente a partir daí é que poderemos proceder a uma abordagem crítica do texto. Encontramos em Fairclough (1997), um posicionamento preciso de como se procede a essa ligação entre as dimensões do discurso e as da análise.

Do método de análise do discurso faz parte a *descrição* linguística do texto linguístico, a *interpretação* das relações entre os processos discursivos (produtivos e interpretativos) e o texto e, por fim, a *explicação* da relação entre os processos discursivos e os processos sociais. Esta abordagem tem uma característica especial: a ligação entre a prática sociocultural e o texto é mediada pela prática discursiva. A forma como um texto é produzido e interpretado – ou seja, que práticas e convenções discursivas têm origem em que ordem (ou ordens) do discurso e como se articulam – depende da natureza da prática sociocultural que o discurso integra (incluindo a sua relação com hegemonias já existentes); a natureza da prática discursiva da produção textual molda o texto, deixando ‘vestígios’ nas suas características superficiais; por fim, a natureza da prática discursiva da interpretação textual, determina a forma como serão interpretados os traços superficiais de um texto. (FAIRCLOUGH, 1997, p. 82).

É preciso notar que as relações de poder são assimétricas (FAIRCLOUGH, 2001) e que um contra-discurso só consegue emergir e se contrapor ao discurso oficial se tiver uma

sólida massa crítica por detrás, bem articulada entre setores civis e a mídia, ou mesmo os circuitos alternativos de relacionamento, o que já sabemos que não é possível de ocorrer entre os índios e ribeirinhos ou mesmo entre os chamados “ambientalistas” que tampouco têm um discurso homogêneo sobre as questões ambientais. Se, como se diz no meio linguístico, “não existe palavra inocente”, podemos assumir que há uma vontade de verdade ao se preparar uma série de reportagens sobre uma hidrelétrica. O pressuposto está ancorado em nossa experiência jornalística que nos indica que uma série especial a respeito de qualquer tema só ocorre quando se faz necessária uma forte intervenção no processo cognitivo que está em curso, e cujo direcionamento não interessa às ideologias que estão no poder. Novamente em Fairclough (1997, p. 89), encontramos uma síntese para este postulado, no que ele chama de “tecnologização” do discurso, tomando emprestado um conceito de Foucault.

O termo ‘tecnologia’, tal como o utilizo, remete, afinal para a análise feita por Foucault da aliança entre as ciências sociais e as estruturas de poder; essa aliança constitui o moderno ‘biopoder’ e ‘trouxe a vida os seus mecanismos ao domínio dos cálculos explícitos, tornando o conhecimento/poder um agente transformador da vida humana’ (Foucault, 1981). As tecnologias do discurso são, mais especificamente, uma variedade daquilo a que Rose e Miller chamam ‘tecnologias de governo’: ‘as estratégias, técnicas e procedimentos através dos quais forças distintas procuram operacionalizar programas; as redes e emissoras que estabelecem a ligação entre as aspirações das autoridades e as atividades de indivíduos ou grupos’. (Rose e Miller, 1989). (FAIRCLOUGH, 1997, p. 89).

Portanto, sem acesso autorizado ao eixo construtor e modificador de sentidos possibilitados pela mídia não há possibilidades iguais de transformação social que conduziriam à emancipação, e, é sabido que neste domínio só há lugar para uma ideologia. Este conceito de “tecnologização” do discurso nos servirá, ainda neste capítulo, para fazer a interface entre o macro e o micro contextos.

Esse percurso, no entanto, é bastante problemático como bem apontam Killingsworth e Palmer (1992) e em seguida Fairclough (1997), pois a polarização implica divisão, que é a prática discursiva favorecida pela mídia. Mas os fenômenos sociocognitivos criados por polarização – onde em última instância está representada a luta do bem e do mal – uma vez colocados em marcha em vários níveis pragmáticos não são nem facilmente controláveis nem previsíveis nas suas consequências.

Esse percurso histórico de construção de identidades que absorvam problemas ambientais na mídia americana – que nos serve de modelo televisivo – é observado e descrito por Killingsworth e Palmer (1992, p. 149) como “irônica distância” ao comentarem um artigo científico na revista *Science* sobre o aquecimento global: “Dois grupos nebulosamente delimitados – os ‘ambientalistas’ e o ‘público’ – estão em conflito mútuo e implicitamente

separados dos pesquisadores científicos”. A explicação para essa separação é dada pela ação da mídia, no caso, da maior revista informativa semanal americana.

Até o verão de 1988, quando a revista passou por uma grande mudança em conteúdo e diagramação, a *Time* permaneceu fiel às categorias do *ecospeak*, tratando a perspectiva dos desenvolvimentistas como o ponto de vista dominante do público Americano e tratando o ambientalismo reformista como um movimento de protesto e uma posição minoritária. (KILLINGSWORTH e PALMER, 1992, p. 152).

O termo *Ecospeak*¹⁷ cunhado por Killingsworth e Palmer, é uma adaptação para descrever o discurso ambiental artificialmente criado pela mídia para fazer a construção dos referentes de acordo com as necessidades de mercado e ignorar as premissas da ciência, utilizando-a apenas para corroborar as suas posições quando necessário. Em termos práticos, a imprensa americana, incluindo a revista *Time* foi obrigada a se reposicionar no mercado a partir do crescimento do movimento ambientalista, buscando maneiras de cooptar o que antes era desprezado. Mas como explica Fairclough, citando Gramsci, esse é um processo complexo, pois implica a reestruturação da hegemonia cultural, desse modo:

A construção da identidade social pode ter consequências patológicas imprevistas: a simulação generalizada da conversação e dos seus valores culturais pode conduzir a uma crise de sinceridade, de credibilidade, e a um cinismo global, impossibilitando as pessoas de distinguir o genuíno do artificial. Na realidade da prática discursiva, as pessoas podem reagir de várias formas às pressões da mudança originada pela tecnologização do discurso: sujeitando-se a elas, adotando uma postura táctica de aparente sujeição, recusando-se a ceder, ou procedendo a toda espécie de ajustamentos e compromissos entre as práticas existentes e as novas técnicas. (FAIRCLOUGH, 1997, p.93).

Os tópicos, de acordo com van Dijk (2005, p. 41), têm importância fundamental para a realização das análises críticas, pois perfazem várias funções da comunicação, incluindo as de interação e da definição dos significados globais, por serem macro-estruturas semânticas derivadas das micro-estruturas. Para o autor:

São o significado global que os utentes da linguagem formam na produção e compreensão do discurso e o ‘âmbito’ que melhor é recordado por eles. Os utilizadores da linguagem são incapazes de memorizar e de controlar todos os detalhes significativos de um discurso, e por esta razão organizam mentalmente estes significados através de significados globais ou tópicos. Daí também a relevância social dos tópicos no discurso, na interacção e na estrutura social: são eles que definem o rumo a seguir pelos falantes, organizações e grupos, e isso tem o maior impacto no discurso posterior e na acção.

¹⁷ Essa ideia de uma constante ressignificação dos valores e dos atores sociais e o seu permanente reposicionamento na construção social da realidade midiática é inspirada no termo *Newspeak*, criado pelo escritor inglês George Orwell para o romance 1984, e que foi traduzido para o português como *Novilíngua*.

O estudioso do discurso jornalístico Bell (1999, p. 236) elaborou uma sequência dentro da notícia jornalística – a partir da superestrutura da narrativa já estudada pelos pesquisadores em linguística textual - como sendo composta de: resumo, orientação, ação/complicação, avaliação, resolução e *coda*, pois acredita que: “Jornalistas não escrevem artigos. Eles escrevem histórias. Uma história tem estrutura, direção, razão, pontos de vista. [...]. Histórias estão imbricadas em todos os tipos de uso da linguagem, fábulas, parábolas, lendas, épicos e sagas”.

Analisando estas modalidades narrativas, o que podemos deduzir é que do ponto de vista de estrutura elas são sempre as mesmas,

No nosso caso, estamos trazendo o que seria “o final” do nosso trabalho, o material noticioso que é o *corpus* da análise, para o princípio da teoria. A estrutura narrativa da notícia é a mesma das histórias da oralidade primária. É só no final que toda a trama envolvendo os personagens (atores sociais) revela a “moral” da história. História sem final (ou sem coerência) é inútil, já que todo aquele enunciado cai em um vazio marcado pela incoerência. Mas, do mesmo modo que criamos um “enredo” para poder ir sensibilizando o ouvinte, também nas reportagens precisamos recorrer às estratégias discursivas. Isso é necessário porque o processo cognitivo não é linear, e é preciso formar uma estratégia para ir conduzindo o receptor para, somente no final, apresentar o conteúdo ideológico que necessita ser transformado ou transmitido.

O processo de cognição é visto por vários estudiosos como um dos mais importantes na transmissão/recepção de informação. Nesse caso, ao tentar responder à pergunta sobre a natureza de Belo Monte, a resposta é: ela vai ser o que a ideologia dominante precisa que ela seja, não o que os outros querem, a estes cabe o papel de resistir. Trata-se, então, de uma luta de classes, com a ideologia clivada no discurso, e o único modo de entendermos quais são os sentidos que o JN quer impregnar em Belo Monte é pela desconstrução de sentidos que só pode ser feita via análise crítica do discurso.

De modo analogamente inverso, ao pesquisador cabe o papel de abordar o tema, ignorando o atual significado (a hidrelétrica em si), pois isso não tem importância alguma na análise linguística, mas sim entender o que o processo de “tecnologização” do discurso busca, dentro dos conceitos de contexto que é onde ela se insere. Em sendo imateriais e indizíveis, as ideologias necessitam de um discurso, qualquer discurso, sobre um tema, qualquer tema para se impor. Práticas discursivas e práticas sociais são conceitos que só existem para dar conta da “invisibilidade” das ideologias. Essas práticas podem e devem mudar enquanto as ideologias

apenas se permutam, se transfiguram, mas continuam servindo aos donos do poder, que é a sua função primordial.

2.3 A construção dos referentes

No nosso caso, o que queremos saber é como o JN constrói um discurso que abarque todas essas questões, isto é, como representa os atores sociais envolvidos, em quais contextos está envolvido e, sobretudo, a quais ideologias se subordina. Para tanto, ele precisa (re) construir os referentes, assinalando a cada um diferentes sentidos, dentro de vários objetivos em que primeiro seria de remover resistências cognitivo-ideológicas. Ainda em Hall (2001, p. 513), encontramos a sugestão de que o modo mais comum de se fazer isso é “inscrever o ‘novo’ a um algum domínio ou outro dos existentes ‘mapas da realidade social problemática’”.

O sistema referencial criado pela mídia como forma de impregná-los de sentidos é extremamente sofisticado na medida em que o vocabulário utilizado atua em conjunção com a propaganda, sua inseparável e indispensável parceira na formação de valores sociais, e cuja finalidade principal é ocupar o espaço discursivo em diferentes modalidades, funcionando, portanto como uma estratégia que visa naturalizar conceitos e opiniões, mesmo quando aparentemente diversos. Essa operação semântico-discursiva não é facilmente percebida pelo jornalista que não investigar mais a fundo o real sentido do vocabulário que está sendo utilizado. No entanto para o linguista nos parece obrigatório trazer à luz o sentido científico do termo e assinalar se, e como ele foi referenciado em outros sentidos.

Devido à opacidade da língua jamais saberemos exatamente a que se refere o enunciador, por mais explícito que possa ser, sobretudo em questões de âmbito tão ideologicamente complexos como é o caso das questões que envolvem a ecologia. Assim, é preciso, antes de qualquer análise ter uma clara ideia de onde vêm as fundações, os valores, os contextos que controlam a construção social da realidade daquele determinado tópico. Koch e Marchuschi chamam a isso de “pressuposto da indeterminação linguística”, já que para eles:

A língua é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade. Em consequência, será essencial postular o princípio de indeterminação em todos os níveis. A língua não é o limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social que supõe negociação. Não pode ser identificada com instrumentos prontos para usos diversos. (KOCH e MARCUSCHI, 1998, p. 3).

Essa conceituação foi feita à luz das observações de Stibbe (2013) sobre os diversos referentes que nos orientam na publicidade para uma ‘boa vida’, que estaria intimamente ligada a um valor de acesso a bens de consumo e, portanto sinalizando um elemento classista que divide pelo poder de compra os que têm o objeto e os que não. Desse modo ele elabora:

Desafiar a cultura do consumo é difícil porque está tão profundamente enraizada em tantos discursos, da publicidade às notícias e as conversações diárias entre os amigos admirando uns as posses dos outros, e o consumismo é tão frequentemente negligenciado como alvo de ação nos principais discursos ambientais. Este é o tipo de desafio que os ecolinguistas são capazes de abordar, por meio da exposição dos modos ecologicamente destrutivos que os discursos do dia a dia constroem noções da ‘boa vida’, fornecendo ferramentas que ajudem a resistir a esses discursos e buscando por discursos benéficos que ativamente identifiquem a ‘boa vida’ com algo a mais que o consumismo. (STIBBE, 2013, p. 10).

Do ponto de vista prático podemos inferir que esta proposta muito dificilmente encontrará espaço dentro da mídia que depende justamente da perpetuação desses referentes consumistas para financiar suas atividades e estabelecer sua hegemonia. O que podemos esperar, sim, é uma instrumentalização dessa dicotomia consumo/ecologia, que continuando a ideia de uma estratégia de ocupação discursiva vai construir outro referente, o do suposto equilíbrio entre um aspecto da sociedade e outro, como com o que foi feito com a relexicalização da maior parte do vocabulário utilizado tanto pela mídia como pela publicidade no que consideramos ser o novo referencial das empresas que se apropriaram deste campo discursivo na tentativa de conciliar destruição e consumo com natureza e preservação: é o chamado *Ecospeak*. Se Stibbe fala da publicidade associada à mídia, nossa visão jornalístico-linguística nos remete aos estudos de Killingsworth e Palmer que descrevem um dos processos desta ‘Eco fala’.

O *Ecospeak* tem produzido a sua própria análise retórica das políticas ambientais, que emergem nas mídias de massa e nas conversações ordinárias em uma super simplificada (*oversimplified* em inglês) dicotomia. De um lado estão os ambientalistas, que buscam proteção a longo prazo para ambientes ameaçados a despeito dos custos econômicos de curto prazo. Do outro lado estão os desenvolvimentistas, que buscam ganhos econômicos de curto prazo a despeito dos custos ambientais de longo prazo. Esta análise super simplifica o dilema ao projetar o dilema psicológico – a realização de que nosso sistema produz tanto prosperidade econômica e poluição ambiental – para dentro de um panorama social, dividindo dois estágios da consciência liberal um contra o outro, em um tipo de alegoria dos caras bons e os caras maus, exigindo do observador um valor de julgamento sobre a bondade ou a maldade de cada lado. (KILLINGSWORTH e PALMER, 2002, p. 9).

Para que seja possível entender que o dilema que está sendo apresentado em uma notícia, pretendendo atender a um dos preceitos jornalísticos de ouvir os dois lados, é na

verdade uma delimitação prévia feita pela escolha dos referentes onde a polarização que nos é apresentada lexicalmente opera em sentidos tão restritos que acreditamos não haver opção fora desse enquadramento. Desse modo, o embate que nos é apresentado entre as possíveis opções ideológicas está de tal maneira reificado pela delimitação prévia dos referentes que qualquer opção que fizermos estará dentro de campo semântico pré-determinado, não havendo, portanto escolha alguma.

Os linguistas Koch e Marchuschi fazem uma reflexão sobre como o sujeito constrói sua realidade utilizando mecanismos de referenciação, que determinam o tema do discurso.

A referenciação, tal como a tratam Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão referência passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Referir não é mais atividade de ‘etiquetar’ um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os referentes passam a ser objetos-de-discurso e não realidades independentes. Não quer isso dizer que tudo se transforma numa panacéia subjetivista, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo. Em outros termos, pode-se dizer que a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade. (KOCH e MARCUSCHI, 1998, p. 5).

Conforme Koch (2012) as atividades e estratégias necessárias para o processamento discursivo, considerando que este é uma atividade interpessoal e que se realiza via funções sociocognitivas, o texto é considerado como “manifestação verbal”, composto de elementos linguísticos de ordens variadas, selecionados e organizados de acordo com as “virtualidades que cada língua põe à disposição dos falantes no curso de uma atividade verbal”, para facilitar aos “interactantes” não somente “a produção de sentidos”, mas também “fundear a própria interação como prática sociocultural”. (KOCH, 2012, p. 31).

Para construir sentidos que deem vida ao que se chama de Belo Monte, o JN precisa utilizar os referentes utilizados pelos que querem a construção da obra. A vontade de dizer aquilo que se acredita ser a verdade de tornar a obra uma necessidade pública, precisa fazer uso de uma estratégia discursiva que contemple várias etapas durante esse processo, ao contrário do discurso da negação, onde um “não” bastaria. O “não” significaria dar curso (literalmente) ao rio Xingu como tem sido feito desde a sua criação pela natureza. Portanto, é o discurso da construção que precisa ser justificado dialeticamente em relação a algo que não seja o não. Este discurso será dirigido à população brasileira que vê TV, que assiste ao JN, e que tem ligação direta com o sistema de onde provém o discurso. Trata-se, portanto, de uma ação discursiva dentro de vários contextos muito bem delimitados, cujos diversos atores

sociais envolvidos exercerão seus papéis e suas atribuições dentro das regras do chamado “jogo democrático”, respeitando a hierarquia da autorização/interdição discursiva.

Dissertar sobre o tema envolve uma não-linearidade de raciocínio, visto que estamos dialogando permanentemente com os textos produzidos pelo JN, que por sua vez são, ao mesmo tempo, fruto de um interdiscurso que envolve passado, presente e futuro. Isso significa que ao (re) construir o significado de Belo Monte, o JN atua em duas instâncias: a) referindo-se ao discurso histórico direto de Belo Monte que possui um passado de trinta anos fortemente marcado por disputas ideológicas; b) referindo-se ao discurso histórico-ideológico montado pelo JN em quase 45 anos de vida, e que é uma importante base cognitiva de referência para a sua audiência. É importante ressaltar que na construção do referente consideramos o poder da interdiscursividade como elemento crucial para se construir uma argumentação.

Ao analisarmos dois enunciados ideologicamente opostos, de Nassif e Reis sobre o que é Belo Monte e publicados na mídia impressa, é possível localizar de maneira bastante clara a polifonia, a construção dos referentes, os atores sociais, e acima de tudo a historicidade do contexto, que nos indica de onde vêm essas vozes. Em seguida, faremos a mediação entre os textos indicados com um terceiro de Alves (2006) que trata justamente dessa interação intertextual.

Para Nassif (2013), ao comentar a construção de Belo Monte, o referente é construído por via do antagonismo, dos pares opostos, onde certos valores como progresso e atraso ou civilização e barbárie se confrontam historicamente. O autor argumenta que:

Certamente não se pretende voltar à devastação dos projetos anteriores. Mas não se pode tratar a questão ambiental e indígena como intocável. Órgãos ambientais poderão se conduzir do fato das famílias trocarem o dia a dia da pesca por uma renda mensal vitalícia. Mas será que, consultadas, elas recusariam essa troca? Na outra ponta estão 190 milhões de brasileiros que necessitam da energia como fator não apenas de segurança como de promoção social. Não se trata de ganha-ganha, mas de um ganha-perde. Desde os anos 70 tem-se essa questão indígena em jogo. É possível permanentemente manter índios e ribeirinhos com seu status histórico? Ora, seria possível remanejamentos negociados dentro da própria selva.

A ótica de Reis para a mesma questão é completamente distinta, já que constrói seu referente a partir não de pares opostos, mas decididamente de pares iguais, ou seja: a solução para o impasse de Belo Monte não passa pela polarização que definiria o que é certo ou errado, mas apela para a consciência de todos, afirmando que nós pagaremos, social e financeiramente, por uma hidrelétrica que se tornou um paradigma do confronto entre as diversas classes sociais que habitam o Brasil.

Todo esse processo que já percorre séculos na história brasileira, não pode ser esquecido quando se analisa a construção da usina de Belo Monte. E particularmente a partir do séc. XX, grande parte das ações tinha como objetivo expandir e aprofundar o desenvolvimento capitalista na região. De maneira geral, o movimento histórico de dominação sobre os povos da floresta, ainda nos dias atuais, legitima-se fortemente na tradição em compreender os habitantes da região como inferiores moralmente. Inferiorização que passa pelos aspectos religiosos, científicos, culturais, educacionais, sociais e econômicos. [...] Parte do discurso oficial, referente à importância da usina, fundamenta-se na lógica da necessidade de se avançar no desenvolvimento econômico. [...] A missão, pois, deste aparato é eminentemente civilizatória. É a missão de transformar índios em não-índios. Ou seja, o objetivo é a homogeneização de todos os contingentes indígenas que sobrevivem no território brasileiro por meio da sua diluição na sociedade nacional. Isto nega por inteiro o direito à diferença. [...] Dentro desse contexto, porém, deve-se perguntar se é legítimo que também o restante da população fique refém dos interesses do mercado e do capital? Num certo sentido, a resposta tende a ser negativa. Assim, tanto os povos da floresta, quanto milhões que compõem os “povos da cidade”, sofrem, cada qual à sua maneira, as consequências trágicas de tal desenvolvimento. (REIS, 2012, p. 30).

Ao estabelecermos o texto de Alves como mediador, os efeitos de sentidos dos dois textos acima ganham outra leitura. Vejamos:

Um discurso só pode relacionar-se com um outro discurso do mesmo espaço discursivo por meio de um simulacro construído a partir deste outro discurso: não há relação direta entre esses discursos, mas mediada por esse simulacro. Ao discurso que se encontra na posição de ‘tradutor’ dá-se o nome de discurso agente. Já ao discurso que é traduzido dá-se o nome de discurso paciente. Numa relação polêmica, há alternância constante dos papéis de agente e paciente. Os discursos constroem simultaneamente suas identidades e suas relações com os outros discursos, os quais, por sua vez, permitem que essas relações se estabeleçam. Isso se afirma porque as relações de intertextualidade são constitutivas, ou seja, atribuem sentido aos discursos. Daí que, se, pelo menos aparentemente, um discurso mostra-se indiferente ao outro se pode supor que, do ponto de vista semântico, seja importante para esse discurso que ele seja denegado no seu próprio campo e que, ao mesmo tempo, de algum modo, ele ‘se impeça’ de desenvolver-se fora daquele campo. (ALVES, 2006, p. 23-24).

Temos, portanto, uma situação extremamente rara, praticamente impossível de se observar no jornalismo cotidiano, onde dois textos são colocados para dialogar entre si tendo um terceiro como agente mediador deste interdiscurso, e que só foi possível apontar essa relação dentro de um trabalho de pesquisa que um leitor dificilmente teria tempo ou interesse em realizar. Se quisermos trabalhar a pesquisa dentro dos parâmetros oficiais que regem os direitos humanos, e, portanto os relacionados ao ambiente, poderemos fazer uma intervenção neste contexto com algo ainda mais complexo introduzindo, por exemplo, a Declaração

Universal dos Direitos Humanos¹⁸, que – ao menos em tese – deveria servir de parâmetro para o nosso comportamento prescindindo de “opiniões”.

Se fizermos uma leitura do tratamento dado aos índios, como atores sociais, em paralelo aos estudos sobre racismo de van Dijk, é possível notar fortes semelhanças entre esses processos, embora raramente haja referências sobre o tratamento dado pela imprensa aos índios do ponto de vista racista.

Racismo como um sistema social de dominação tem duas dimensões principais, aquela das representações sociais compartilhadas (atitudes preconceituosas), de um lado, e práticas sociais específicas de tratamento ilegítimo (discriminação). Crucial para a reprodução do sistema é a reprodução das representações sociais nas quais ela se baseia. Isso acontece por meio de formas de texto e fala racistas, uma das formas de prática social discriminatória. Embora todos os membros de grupos dominantes possam ter acesso a práticas discriminatórias específicas e discursos na interação do dia a dia, os mais influentes são os discursos públicos discriminatórios das elites simbólicas na política, na mídia, na educação e na erudição. Se essas elites controlam os tópicos, o léxico, os argumentos, as imagens, as metáforas do discurso sobre imigrantes e minorias e se as estruturas do discurso podem afetar, como explicado, a formação pelos recipientes de modelos mentais de eventos étnicos, esses modelos podem ser também ideologicamente enviesados e quando generalizados formam ou confirmam os preconceitos compartilhados no grupo dominante. (VAN DIJK, 2013, p. 16)

Nossa intenção é demonstrar que os “contextos” que compõem um quadro discursivo são dependentes das escolhas dos enunciadores, como apontam teóricos da comunicação como Serva (2001), que trabalham com conceitos como “omissão, sonegação, submissão e reducionismo” dentro do jornalismo ou como Sartori (2001), que operam dentro de valores como a (des) informação, ambos estudados no Capítulo 3 com maior profundidade.

O intrincado processo de criação de sentidos descrito acima pode ser visualizado pelo texto de Koch (2012, p. 30).

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido. Portanto, à concepção de texto aqui apresentada subjaz o postulado básico de que **o sentido não está no texto**, mas se **constrói a partir dele**, no curso de uma interação. (grifos do autor).

O que Koch chama de “complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional” são exatamente os elementos que queremos apresentar, primeiro em sua natureza e depois na sua interação. Queremos entender como o ator social, receptor de

¹⁸ Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso: 15 jun. 2013

diversos enunciados, é formado como tal e quais são as estratégias para manter esse controle dinâmico que funda as bases do contexto. Entendemos que o enunciador também faz parte desse processo, mas nesse momento nos interessa a mensagem que visa a uma audiência e a sua análise. Desse modo, as bases epistemológicas para a reflexão à qual nos propomos são múltiplas e funcionam em uma transversalidade interdisciplinar, onde uma única teoria não pode ser analisada em separado, apenas à luz das outras que compõem o quadro.

O que se pode deduzir deste pequeno exemplo é que é possível “construir verdades” com uma retórica bem estruturada, partindo de pressupostos de valores implícitos que se encontram naturalizados na Memória de Longo Prazo (MLP) e que por meio da novidade noticiosa (para fazer um paralelo com o conceito de *news* em inglês) estes valores só necessitam ser ativados por práticas discursivas para ganhar a força de argumentos válidos. Em princípio, estes textos que acabamos de citar estão fora do nosso *corpus* de análise. No entanto, seria lícito dizer que realmente estão *fora*, que não implicam sentidos nos textos do JN? Na verdade eles invocam dois valores importantes da ACD: a polifonia e a historicidade, que nesse caso estão marcadas pelos dois autores que têm posicionamentos antagônicos em relação ao questionamento ideológico se os índios têm direito ou não de se interpor no caminho do progresso dos brancos. Aos leitores de formação cultural mais ampla saltarão aos sentidos as formações elementares de um discurso fascista, racista e autoritário de um lado e do outro um discurso retrógrado de esquerda e anti-progresso. No entanto, essas ilações só podem ser feitas pelo público que tem uma formação cultural mais ampla.

Em termos resumidos, que é o que cabe no momento, podemos dizer que a audiência do JN, ao menos na sua maioria, identifica-se ideologicamente com seus posicionamentos, caso contrário não daria ao programa a longevidade e o prestígio que carrega por ser o mais caro para o anunciante. Esses fatores – inéditos na TV brasileira em termos de liderança e de longevidade sob uma mesma estrutura organizacional – posicionam o JN como um ator social que tem marcas discursivas ideológicas históricas na mídia brasileira (junto com um seleto grupo como *Veja*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e poucos outros) e que por isso mesmo permite se autorreferenciar. Esse processo de autorreferenciação é um ato estratégico contínuo em que passado, presente e futuro estão imbricados em suas formações discursivas e cuja permanência no poder é construída gradativamente, negociando com outras instâncias influentes, mas, sobretudo assegurando a sua permanência.

Trata-se, portanto, de uma maneira de se posicionar estrategicamente como mediador do poder, utilizando-se do privilégio e da capacidade do discurso de massas, em que a (re)

construção de significados vai alterar a percepção do ator social receptor na sua construção da realidade.

A maior parte das formas de ‘controle mental’ exercido tipicamente por meio da persuasão ou de outras formas de comunicação discursiva ou resultante do medo de sanções a serem impostas por A no caso de B não atender aos desejos de A. É nesse ponto que nossa análise do papel do discurso no exercício, manutenção ou legitimação do poder torna-se relevante. Note-se, porém, que essa ‘mediação mental’ do poder também deixa espaço para graus variáveis de liberdade e resistência daqueles que estão subjugados pelo exercício do poder. (VAN DIJK, 2005, p. 42).

Para o professor Célio Bermann do Instituto de Eletrotécnica e de Energia da USP, em entrevista à revista *Época* – citamos a seguir - há uma campanha articulada para convencer a opinião pública de que há risco de falta de energia elétrica, de racionamento, apagão, como o acontecido durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, que deixou marcas profundas em uma sociedade que busca sua inserção na modernidade a qualquer preço, e onde a eletricidade é fator fundamental para isso. Nesse caso, B, a população, precisa mudar sua opinião a respeito das necessidades impostas por A, o governo, o capital e as empreiteiras e para isso precisa da intermediação do JN para construir essa mensagem de que há um risco ao não serem atendidas as reivindicações de A, e para isso é preciso ressignificar os atores sociais que se interpõem, nomeadamente: índios, produtores rurais, ribeirinhos e ambientalistas. *Fiat Lux*.

O que eu tenho chamado de ‘Síndrome do Blecaute’ conduz à legitimação de empreendimentos absolutamente inconsistentes. Belo Monte, como foi provado pelo conjunto de cientistas que se debruçaram sobre o tema (**painel dos especialistas**) é uma obra absolutamente indesejável sob o ponto de vista econômico, financeiro e técnico. Isso sem falar nos aspectos social e ambiental. Mas se dissemina uma ideia do caos e, hoje, há 77 projetos de usinas hidrelétricas somente na Amazônia que utilizam a ‘Síndrome do Blecaute’ para se viabilizarem. O fato de hoje o aquecimento global dominar a mídia e o senso comum, assim como a própria academia, ajuda a mostrar a hidroeletricidade como uma grande maravilha, independentemente do lugar em que a usina vai ser construída e dos impactos que ela vai causar. Mas o que é preciso compreender e questionar? Hoje, seis setores industriais consomem 30% da energia elétrica produzida no país. Dois deles são mais vinculados ao mercado doméstico, que é o cimento e a indústria química. Mas os outros quatro têm uma parte considerável da produção para exportação: aço, alumínio primário, ferroligas e celulose. (BERMANN, 2011)

A argumentação de Bermann, em que pese todo o conhecimento da problemática e o fato dele ter participado de várias comissões de estudos energéticos tanto na administração do

governo Lula, como no de Dilma Rousseff, e de seus relatórios¹⁹ disponíveis na internet é descartada pelo JN, embora a revista Época pertença às Organizações Globo também.

Uma das possíveis abordagens teóricas para esta diferença de coberturas, reiterando que se trata definitivamente de uma opção ideológica já que a informação é de pleno acesso, pode ser encontrada em Killingsworth e Palmer (1992) partir da premissa de que os dilemas ambientais que nos são colocados, as polarizações para que possamos/devamos (?) escolher, parte do princípio de que a questão engloba o problema da ética e tem também um cunho epistemológico, gerando em decorrência disso uma crise discursiva, que aliás nos parece um termo bastante apropriado para descrever o momento do telejornalismo nesta área, e oferecem uma sequência teórica:

Como a teoria contemporânea do discurso ensina, todos os grupos²⁰ – sejam formais ou informais – têm sua linguagem especializada. No decorrer de um único dia, qualquer um pode usar diversos tipos de linguagem para indicar afiliação ou para influenciar ações em diferentes “comunidades discursivas” diferentes. [...] A familiaridade cria a super simplificação, a estereotipagem e a categorização – especialmente na mídia de massas, onde o estilo telegráfico se mescla com a necessidade de cultivar na audiência um rápido reconhecimento de problemas e figuras públicas. (KILLINGSWORTH e PALMER, 1992, p.7-8).

Fazendo uma leitura sobre as relações entre discurso e cognição de Edwards (1997, p. 282) observamos que o que foi dito sobre o rápido reconhecimento dos elementos que precisam estar já referenciados para uma economia de tempo, remete às relações entre memória e eventos, a mente e o mundo, e sua associação à estruturas narrativas previamente estabelecidas, tal como ocorre nas fábulas, onde os valores dos referentes relativos ao “bem” e ao “mal” emergem sem maiores explicações pois já estão incorporados no ouvinte.

Desse modo, ao escrever uma reportagem, o jornalista não faz nada mais que: introduzir (na verdade se auto-referenciar, referir ao que já foi dito, memória de longo prazo), conduzir (isto é, manter em evidência o discurso ideológico que foi produzido), retomar (isto é, retornar a esse discurso sempre que necessário, dentro dos mesmos valores), apontar (isto é, preparar hoje as pequenas mudanças discursivo-ideológicas necessárias na notícia de amanhã) e identificar (isto é, no histórico discursivo do JN há referências prévias que já foram introduzidas no passado).

Essas funções estratégicas só podem operar efetivamente em um *continuum* para que sejam instrumentalizadas, o que nos permite dizer que o tema das notícias muda diariamente

¹⁹ Um deles, “O Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a autocracia energética como paradigma”.

²⁰ Nossa leitura diferencia o conceito de grupos formais/informais entre organizados como ONGs e movimentos sociais e manifestantes esporádicos.

apenas na forma textual, reiterando seu sistema de crenças, e que a função primordial da notícia não é o fato em si, mas a reiteração e a prevalência ideológica que o JN carrega na sua constante relação de luta com e pelo poder.

Acreditamos que essa aplicação pragmática vai ao encontro do que dizem Koch e Marcuschi (1998, p. 2):

Como sabemos a que é que um falante se refere em dado momento do texto se não explicita linguisticamente (cotextualmente) o referente? Seguramente, os itens lexicais, por mais carga semântica que tenham, não serão suficientes em todos os casos. Em outros termos, não acreditamos que o léxico seja autossuficiente.

Consideramos que a estratégia do processo referencial do JN é de autorreferenciação por ser o caminho mais fácil para ativar a função cognitiva desejada, que nesse caso é o de romper as resistências que se interpõem na construção da usina. Como veremos mais adiante nos postulados sobre modelos mentais, a introdução de um novo referente é bastante problemática, pois requer a substituição de uma antiga crença por uma nova. No caso de Belo Monte, existe uma polarização entre claro x escuro, luz x escuridão que recupera referentes já bastante estabelecidos na psique humana, pois fazem parte do cânone da Igreja Católica, que compreende um conjunto de significantes-mestre que ordenam, às vezes de modo direto e em outras de modo indireto, a base moral constitutiva da nossa sociedade, com a qual o JN tem uma relação dialética permanente, ora apoiando essas crenças e efetuando um processo legitimador, ora se apoiando nelas em busca de legitimação (que em retrospecto já foi dada pelo JN).

Encontramos em Silverblatt (2001, p. 121) uma tabela cujos códigos de sentidos estão diretamente relacionados com os valores de luz. Assim, ele acredita que ao utilizarmos a luz de uma determinada maneira, seja como iluminação, como um substantivo, ou adjetivando uma situação é possível invocar esses referentes ancestrais.

Luz brilhante: Inocência, Pureza, Fé Religiosa, Delicadeza, Prazer, Alegria e Benevolência, Vida, Descoberta, Força e Poder.

Luz fraca: Morte, Mal, Falta de comunicação, Poluição, Problema de Fé Religiosa, Antevendo Problema, Algo escondido.

O chamado blecaute – a escuridão – pode ser interpretado como signo do escuro, da insegurança que conduz ao medo. Desse modo, localizamos o eixo dialético que vai conduzir a retórica governamental para persuadir a população a pagar por algo que talvez ela não precise. Instaurada a tática do medo do racionamento, do escuro, começa o processo de

disseminação de mensagem que leva ao fazer crer e ao fazer agir. A coação subliminar empurra as pessoas a serem “a favor” de Belo Monte, mesmo que isso vá contra seus interesses, no mínimo, econômicos. Nesse caso, o trabalho de convencimento, efetuado via discurso televisivo, é visto por Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 376, grifo dos autores) dentro da análise do discurso:

A **retórica argumentativa** se interessa fundamentalmente pelo discurso proferido num *debate* declarado e contraditório, estruturado pela *intenção* (illocutória) de persuadir, isto é, de comunicar, explicar, legitimar e fazer compartilhar o ponto de vista que ali se exprime e as palavras que o dizem; ou então, ao contrário, de eliminar os discursos concorrentes para reinar soberano em seu domínio.

A diferença entre persuasão e manipulação, pode se inferir a partir de van Dijk (357) onde a segunda “essencialmente implica formas de controle mental dos quais os receptores não estão, ou estão escassamente, conscientes, ou cujas consequências não podem controlar facilmente”.

Partindo de uma sólida base referencial como a religiosa – que está na raiz da relação de valores de luz x escuro – é então possível desencadear o processo noticioso de forma coesiva, porque está relacionado a um sistema polarizado que é compartilhado entre os atores sociais, o que por sua vez facilita a topicalidade – a *tópica*, um sistema que coleta informações e torna compreensíveis os argumentos, é baseada na experiência e observação de produção e de tratamento da informação para intenções variadas (narrativa, descritiva, argumentativa), fundamentalmente práticas, funcionam numa comunidade, proporcionalmente homogênea em suas representações e normas. As tópicos representam uma ontologia popular que varia entre o cognitivo e o linguístico, e também comportam diferentes graus de generalidade, como o que tem a forma: “quem fez o quê, quando, onde, como, por quê” – que está em situação de correlação com a construção de sentidos.

A questão é complexa porque um texto não costuma ser monotópico ou linear, o que dificulta os processos de referenciação. Pode-se mesmo dizer que a continuidade tópica ao longo do texto inteiro não é condição necessária para a progressão referencial. Por outro lado, parece ser intuitivamente verdadeiro que há uma relação entre a manutenção de referentes e a construção de tópicos discursivos. Não obstante essa relação entre progressão tópica e progressão referencial, parece oportuno considerá-los como processos distintos, mas complementares. (KOCH e MARCUSCHI, 1998, p. 5).

Valores de análise como a implicatura não podem ser efetivados sem uma prévia construção do referente de qualquer tema que não seja de prévio conhecimento do receptor.

Quando precisa tratar de questões que sejam alheias ao arcabouço de conhecimentos de sua audiência, o jornalista recorre a outro sistema de referentes ou metáforas para preencher esse “vazio” cognitivo.

Para Barbosa (2010), na construção dos referentes, o contexto exerce forte influência sobre os sujeitos, tanto o emissor como o receptor, onde cada um desempenha um papel social predeterminado, e onde as palavras são usadas já contextualizadas e não de modo aleatório, remetendo aos conceitos de polifonia e de dialogismo de Bakhtin.

A referenciação não é uma maneira de colocar “etiquetas em objetos que já existem no mundo”, conforme Barbosa (2010, p 5.), por isso presume a existência de um “produtor de texto” e de um “interpretador”, onde os dois têm uma posição “ativa na construção do sentido”. O linguista acrescenta que são estrategistas que, “ao jogarem o jogo da linguagem, mobilizam estratégias sociocognitivas, interacionais e linguísticas para realizar os seus projetos de dizer”. Assim, quando dizem, provocam alterações e modificações nas maneiras de “construir e representar os objetos no mundo”. E conclui ele que o desenvolvimento cognitivo se dá na inter-relação com o “legado cultural da humanidade”, e a linguagem é o “*locus* privilegiado de relação entre as referências internas ao sujeito e as referências do mundo sociocultural”. (BARBOSA, 2010, p. 5).

A construção do referente não é necessariamente feita por oposição, mas de fato é mais facilmente alcançada pela dialética. Reside aqui um dos princípios que a ecolinguística se propõe a romper, a ideia de um sistema fechado de certo/errado construído no modelo cartesiano tão a gosto dos ideólogos. Tudo o que é construído dialeticamente é mais fácil de referenciar, pois o fazemos em relação a um ponto de referência que somos nós mesmos, o antropocentrismo. Quando falamos da natureza, estamos na verdade falando de nós mesmos, por nossa interdependência, no entanto, é justamente nesse primeiro olhar que reside a origem do problema. Vejamos que para Koch e Marcuschi (1998, p. 2, grifo do autor):

A progressão referencial se dá com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso. Esta característica permite que os referentes não sejam tomados como entidades apriorísticas e estáveis, mas como *objetos-de-discurso*.

Ocorre que nos discursos que envolvem a relação homem *versus* natureza, mesmo os que são a favor da integração/conservação/preservação já existe um princípio opositivo que força a construção dos referentes sim como “entidades apriorísticas e estável”, por razões que não cabem discutir aqui, mas que mencionamos como uma estratégia de apropriação

discursiva no início deste segmento. Em vez de trabalharem com os discursos dentro da dicotomia simplificada entre ambientalistas *versus* desenvolvimentistas, Killingsworth e Palmer desenvolveram um outro modelo de gradual interesse nas relações entre os seres humanos e a natureza, que vai do puro antropocentrismo até o a sua sublimação em força espiritual. A divisão é feita pela relação de dependência e poder de destruição que ocorre entre os grupos interessados e a natureza. Desse modo eles constroem um *continuum* em relação horizontal: 1) Visão utilitarista da natureza como Objeto 2) Visão da natureza como Recurso e 3) Visão da natureza como Espírito.

Na Visão 1 está a ciência que investiga a natureza sob o seu paradigma de Objeto de estudo. Depois, em uma escala gradual que vai se mover até o oposto, a Visão 3, onde a natureza é Espírito, para os “ecologistas profundos, místicos” e no centro a Visão 2 onde a natureza é Recurso. Nesse entremeio estão: o governo, os negócios e a indústria, a agricultura e a ecologia social cada um com uma relação de interesses diferente em relação à natureza. Desse modo, Killingsworth e Palmer (1992, p. 12) defendem que: “Qualquer pessoa certamente já experimentou todas das várias atitudes em relação à natureza listadas acima no *continuum* [...] Todavia, a despeito dessa característica humana comum, em qualquer momento dado, uma atitude pode dominar as outras”.

Desse modo consideramos a construção dos referentes diretamente ligada a uma função de orientação pragmática, utilitária do discurso com temáticas ambientais, condicionada pelo contexto socioeconômico em que nos encontramos.

2.4 Atores sociais – papéis e representações

A necessidade de se abordar a teoria de representações dos atores sociais que visa construir os referentes sobre determinados sujeitos abordados nas notícias pode ser encontrada em diversas instâncias, dentro da tradição da ACD de romper moldes epistemológicos. Fazemos a relação entre o conceito de Hall (2001, p. 516) de enxergar o sistema de crenças, portanto a ideologia, a partir das representações cujo processo de referenciação atua em uma relação que permite à notícia interpretar um fato como notícia, pois: “Definições dominantes conectam eventos, implícita ou explicitamente, para grandes totalizações, para as grandes visões sintagmáticas do mundo”. Ainda dentro do campo da relação comunicação/atores sociais, ele ressalta também que por poder construir conceitos – referenciados no grande

sintagma – “o circuito da comunicação é também um circuito que reproduz um padrão de dominação”. Acreditamos poder ampliar o conceito também para padrão dominante, que vai estabelecer os modelos mentais.

A necessidade, e a possibilidade de se representar os atores sociais se deve ao fato de que não temos um conhecimento presencial dos elementos que constituem uma notícia, e como bem ressaltam Kress e van Leeuwen (1999) existe aqui uma disjunção que necessita ser “representada” pela reconstrução do evento, já que tampouco o repórter (em sua maioria dos casos) estava presente. Tampouco o repórter estará presente na sala do telespectador para ser inquirido, desse modo se estabelece a versão apresentada, pois o receptor não pode arguir ou sequer contestar de modo direto.

Salientamos que dada a possibilidade de conotar sentidos a uma notícia, e, portanto atuar de modo incisivo na construção social de uma determinada realidade, essa possibilidade, e por muitas vezes um necessidade de se atuar ideologicamente de maneira incisiva, não necessita de fatos concretos para literalmente se montar e interpretar um ato noticioso. Basta enfocar em um determinado aspecto das práticas sociais que justifiquem o texto, e desse modo é criada a necessidade de se noticiar. Ou seja: quem determina o que é notícia ou não, não é sempre a ocorrência de um fato, mas sim, a necessidade que existe em construir um efeito de sentido. Isso está em linha com o pensamento de Kress e van Leeuwen (1999, p. 379) quando afirmam que é preciso considerar fatores como o contexto onde existem instituições sociais reais que influenciam diretamente o valor ideológico de produção de um texto, pois

Se os produtores (de notícias) querem ver o seu trabalho disseminado, precisam trabalhar dentro de convenções definidas mais ou menos rigidamente, e aderir aos valores e crenças definidos mais ou menos rigidamente pela instituição social em que seus trabalhos são produzidos e circulados. Os leitores irão no mínimo reconhecer essas intenções comunicativas e estes valores e atitudes pelo que eles são, mesmo que eles, em última instância, não os aceitem como os seus próprios valores e crenças.

O repórter vai, portanto, reconstruir a notícia ‘a partir de pressupostos’ não só factuais, mas também no que concerne aos papéis dos atores sociais envolvidos. Acrescentamos que a notícia não é e nem pode ser um retrato fiel do que aconteceu (mesmo porque a notícia não se refere só ao passado, ela pode trabalhar com efeito discursivo de construção do futuro) e desse modo, a reconstrução do ocorrido precisa distribuir papéis aos atores que se encaixem em uma organização narrativa que dê conta de atingir os seus objetivos.

Nossa posição é reforçada do ponto de vista jornalístico por Hall ao descrever esse momento de organização da notícia como um rito de passagem que precede a transformação

de um evento em notícia e como consequência envolve um enquadramento dos atores sociais. Segundo o autor,

Um evento histórico ‘cru’ não pode, *naquela forma*, ser transmitido, por, digamos um telejornal. Eventos só podem ser significados dentro das formas auro-visuais do discurso televisual. No momento em que um evento histórico passa sob o signo do discurso ele está sujeito a todas as complexas ‘regras’ formais pelas quais a língua significa. Colocando-o paradoxalmente, o evento precisa se tornar uma ‘história’, antes que ele possa se tornar um *evento comunicativo*. (HALL, 2001, p. 508, grifo do autor)

A título de curiosidade, acreditamos que é oportuno mencionar que a linguagem televisiva se construiu tanto textualmente como visualmente, ou seja, em um processo completo de semiose, a partir do teatro, que era a única referência possível, para se resolver questões estéticas de enquadramento, cenário, relações de palco e luz à época. Com a divisão tipológica entre ficção e realidade dentro dos programas de TV, em que a primeira incluiria as novelas e a segunda, os noticiários, é preciso proceder a um processo de separação discursiva. Enquanto o texto do teatro poderia ser facilmente adaptado ao da novela, seguindo as mesmas estruturas da construção identitária dos personagens, a criação do conceito de notícia televisiva, de curta duração, exigia uma síntese ideológico-discursiva para um determinado ator social.

Assim, analogamente à novela e ao teatro, esse ator social teria um papel (*role*) a desempenhar dentro do contexto em que lhe seria permitido falar e que o autor van Leeuwen (2008, p. 23) define como “representando atores sociais” que é o olhar que nos serve de referência. van Leeuwen (2008, p. 32) faz referência a essa “alocação de papéis” quando descreve a construção do ator social nas representações, e que “não é necessário haver congruência entre os papéis que os atores sociais fazem nas práticas sociais e os papéis gramaticais que lhes são dados nos textos”, pois pela representação é possível realocar os papéis e mudar as relações sociais entre os participantes.

Não existe, portanto nenhum estranhamento no fato de Kress e van Leeuwen (1999, p. 379) dizerem que: “A disjunção entre o contexto de produção e o contexto de recepção tem ainda outro efeito: “Ela causa as relações sociais a serem representadas (represented) em vez de ‘encenadas’(*enacted*)”.

É interessante observar que a função do ator social assume uma vertente ideológica na visão de Ricoeur comentada por Brandão (2004, p. 27) quando diz que “a ideologia perpetua um ato fundador inicial”. Nesse sentido:

A ideologia é função da distância que separa a memória social de um acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir. Seu papel não é somente o de difundir a convicção para além do círculo dos pais fundadores, para convertê-la num credo de todo o grupo, mas também o de perpetuar a energia inicial para além do período de efervescência (...) . Essa perpetuação de um ato fundador está ligada à necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar.

É sobre o uso desses atores sociais como fundadores de sentido que se vai perfazer a construção dos referentes no jornalismo moderno. Belo Monte, a obra, ainda não existe, está apenas no campo do imaginário e do simbólico, que é o mais importante, pois ela está em busca de uma legitimação junto à sociedade. No entanto, quando o JN se dispõe a construir um discurso sobre ela só o pode fazer a partir desse campo imaterial, tentar torná-la materializada no discurso, já que não há outra possibilidade. Analogamente, o discurso de resistência está não em Belo Monte, que não existe, mas sim na sua representatividade, no seu simbólico. Os indígenas não se opõem a Belo Monte no campo discursivo porque não têm meios para isso e a voz deles será “sequestrada” pelo JN na construção dos sentidos cuja finalidade é ganhar a adesão da população branca, urbana e televisiva para a causa. Há, de início, dois grandes problemas a serem enfrentados na construção dos referentes: 1) A audiência do JN já está sensibilizada pelos problemas ambientais mundiais, e a Amazônia representa uma área bastante problemática nesse imaginário. 2) Para os índios a luta se dá no campo do sagrado, que é o valor intrínseco que o rio Xingu tem para eles, e o sagrado não é negociável, não está na esfera das relações comerciais das “compensações” nem financeiras nem biológicas, está fora do âmbito das racionalidades econômicas, para trabalhar no campo dos arquétipos, da identidade cultural. Há uma relação de integração indivisível entre o ser humano da floresta e a natureza que é a base constitutiva da identidade cultural indígena, que está ausente no discurso do JN, por razões ideológicas como veremos. Destacamos o ator social “índio” neste momento, pois acreditamos que ele se constitui no único elemento que não encontra analogia nos estudos europeus da ACD. Vejamos como exemplo este excerto de van Dijk (2008c, p. 195) sobre grupos “externos”.

Quer nas ruas da favela, quer na imprensa ou no Parlamento, os membros do grupo dominante com frequência estão envolvidos no discurso sobre ‘eles’: grupos étnicos minoritários, imigrantes ou refugiados que vieram viver no país. Tais discursos, assim como as cognições sociais subjacentes, são complexos e cheios de contradições. Podem ser inspirados pelas normas gerais de tolerância e aceitação, mas também, e às vezes simultaneamente, por sentimentos de desconfiança, ressentimento ou frustração sobre esses ‘outros’.

Os grupos acima relatados têm todas implicações diretas na atividade econômica, ou seja, são movidos pelo trabalho em países mais ricos que os de origem onde a sua mão de obra barata encontra remuneração, estabelecendo um contrato social de exploração em que o empregador se aproveita da situação de fragilidade social para impor salários mais baixos e o trabalhador se submete por saber que não tem direitos legais. Como sabemos, é nos tempos de crise que esses grupos serão alvo da ira das facções de direita que os utilizam para levantar bandeiras nacionalistas, pleiteando o direito ao trabalho exclusivo aos nativos, criando uma estratégia diversionista para os problemas estruturais reais da economia local e global. A partir de definições dominantes, aquelas que fazem parte do repertório da mídia e que compõem os *frames* da audiência, vão se instaurando relações sintagmáticas que realizam um “todo hegemônico”, difícil de ser rompido, pois perfaz funções polifônicas e polissêmicas, palavras e conceitos já ditos e que se encontram inscritos como valores culturais da sociedade.

Dentre desse quadro, van Leeuwen (2008) propõe o estudo de uma teoria de representação dos atores sociais que visa explicar como é que a partir da seleção de categorias lexicais e da utilização de estruturas narrativas os participantes das práticas discursivas buscam a contextualizar estes atores, de acordo com as orientações ideológicas que pretendem transmitir. Consideramos que as narrativas requerem aos seus participantes que lhes seja alocado um papel dentro dos que estão disponíveis, sempre a partir de uma relação dialética que interessa a quem tem acesso à formação discursiva. Isso presume que o índio em uma determinada notícia possa ser a vítima, como no caso da demarcação das terras da reserva Raposa Serra do Sol ou violento e obstáculo ao progresso como se delineia em Belo Monte, o que estabelece duas categorias: a de agente e a de paciente que estão dentro da sociologia.

Van Leeuwen (2008, p. 23) desenvolve sua teoria sobre a representação dos atores a partir de uma perspectiva sociológica, já que ele considera a prática discursiva como elemento de valoração/qualificação dentro do social. Em função disso, ele busca estabelecer diferentes estruturas textuais que possam conotar sentidos, e que até então haviam sido pouco abordadas. Isso vem ao encontro da nossa postura de lançar um olhar crítico na questão de estarmos cientes de quais vozes representamos ao descrever os atores sociais, sob o ponto de vista da lexicalização, mas também, a partir daí, criar um “papel” literalmente, para determinadas categorias sociais, que passam a ser representadas por estereótipos generalizados. Em consequência, todas as tribos indígenas passam a ser representadas genericamente, assim como os ambientalistas, embora tanto dentro de um grupo e de outro existam diferenças basilares que não cabem nas representações cartesianas da mídia, que como já dissemos prefere operar em oposição.

Para van Dijk (2013, p. 14) isso acontece pelo privilégio ao acesso que está relacionado com que as hierarquias do poder que um grupo tem sobre as ações do outro. Partindo da premissa de que o discurso é uma das formas de ação nos processos de dominação, então podemos inferir que o acesso ao discurso é um modo direto de exercer opressão. Com isso em mente ele elabora como se desenvolvem esses processos:

Para que seja possível exercer tal poder, os grupos necessitam de uma base de poder, que pode ser material ou simbólica. Relevante nos recursos de poderes simbólicos é o acesso preferencial ao discurso público, como é o caso das elites simbólicas, tais como políticos, jornalistas e professores. Assim, cada grupo social não é caracterizado somente por suas estruturas, relações com outros grupos, as características de seus membros, mas também a presença ou ausência de recursos de poder. Mais especificamente, um grupo pode ser definido em termos da natureza do seu acesso e controle do discurso público. Assim, jornalistas têm acesso ativo à construção das notícias, políticos podem ter acesso aos debates parlamentares, e professores à produção do discurso acadêmico, enquanto a maioria dos cidadãos comuns tem apenas acesso passivo, como recipientes de tais formas de discurso, ou apenas como participantes na representação do discurso, por exemplo, como atores em notícias ou cidadãos de referência em discursos políticos ou educacionais. (VAN DIJK, 2013, p. 15).

Essa argumentação embasa alguns dos preceitos que salientamos em outros pontos dessa tese, a de que a democracia em si, e como nos é apresentada e organizada institucionalmente, mais alija o cidadão do seu papel de ator social de participante dentro do sistema que o governa, do que o representa, efetivando assim a definição de massa proposta por Williams (1983) ainda neste capítulo.

Retomando a argumentação de van Leeuwen, que ao elaborar categorias de pares de representação de atores sociais estratifica o que foi dito por van Dijk, pois sua teoria se desenvolve a partir do par Inclusão/Exclusão como princípio de análise e se desenvolve em tantas outras. Usaremos apenas algumas dessas categorias, digamos iniciais ou basilares, já que seu sistema parece tender ao infinito, pois a partir de cada seleção, se abrem outras possibilidades de categorização, em um sistema de implicatura que pode ter também referências cruzadas entre os diversos valores de representação que vão além do espaço aqui disponível.

Assim, o critério de seleção se deu pelo interesse e relevância dentro do nosso campo de análises, uma vez que para van Leeuwen, a seleção dos pares é necessária, pois ele acredita que não exista uma clara conjunção entre as categorias linguísticas e as sociológicas, onde nem sempre a primeira dá conta de revelar agentes.

A esse sistema de categorização o autor denomina “inventário sócio-semântico”, já que visa descrever a produção identitária dos atores sociais por meios discursivos, explicando que:

Agenciamento, por exemplo, como conceito sociológico, é da maior e clássica importância na análise crítica do discurso: em quais contextos quais atores sociais são representados como “agentes” e em quais (como) “pacientes”? Mas o Agenciamento sociológico nem sempre é realizado pelo Agenciamento linguístico, pelo papel gramatical de “agente”: ele pode também ser realizado/efetuado de muitos outros modos, por exemplo, por pronomes possessivos [...] ou por uma frase preposicional [...] na qual o agente gramatical é sociologicamente “paciente”. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 23).

A partir dessa premissa, van Leeuwen estabelece a primeira categoria como sendo a de Inclusão/Exclusão ressaltando-a como um dos aspectos importantes da ACD, pois justifica a decisão do enunciador que deve considerar as posições ideológicas e contextuais do enunciatário como fator determinante sobre o que incluir/excluir, estabelecendo ou escondendo uma relação agente/paciente. O que aparenta ser sempre um processo dualista, no entanto, parece se esquecer de que os jornalistas são também atores sociais e que muitas vezes se limitam a reproduzir a voz das elites, nomeadamente do governo, chamado no jargão jornalístico pejorativamente de “chapa branca”, ao formularem o texto noticioso dando ênfase apenas a um *press release* do governo. Isso significa um efeito ao mesmo tempo de supressão das vozes contrárias e da própria função jornalística que não poderia/deveria ser porta-voz dos poderes. Em decorrência disso, a mídia pode se alinhar ao poder, simplesmente pela justificativa de que é preciso incluir a sua voz oficial, que se torna uma referência dos atores excluídos e pela sua própria autoexclusão a mídia se alinha ao discurso governista, retornando ao recém-postulado por van Dijk (2013).

Outra categoria de relação agente/paciente que não está presente é a da natureza, que por não ter voz própria não se constitui como ator social agente, mas sim, sempre como paciente, sendo ela mesma sujeita às representações de agentes que disputam a primazia da sua voz. Vejamos que van Leeuwen (1997) se enquadra dentro de suas próprias diretrizes ao dizer que as principais condicionantes na classificação/categorização dos atributos dados aos atores sociais, e, por conseguinte a sua função identitária, tem origem na cultura em que estamos inseridos.

Para os índios, e para diversos segmentos sociais no mundo ocidental, a natureza tem sim uma voz que deve ser escutada, portanto, incluída. Desse modo:

As categorias que irei propor neste estudo deveriam, em princípio, ser vistas como pan-semióticas: uma dada cultura (ou um dado contexto de uma cultura) não só tem a sua própria e específica ordem de formas de representar o mundo social mas também as suas próprias formas de representar as diferentes semióticas nesta ordem, de determinar, com maior ou menor rigor, aquilo que pode ser realizado verbal e visualmente, aquilo que só pode realizar verbalmente, aquilo que só pode realizar visualmente, etc. e estas combinações estão ainda sujeitas a uma mudança histórica, por vezes até mesmo uma mudança violenta como nos iconoclasmos. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 171)

Estas categorias não são de valor absoluto, e em várias instâncias essas relações podem ser mitigadas ou agravadas em função do objetivo almejado, para isso o autor cria um conceito de segundo plano, ‘*background*’, onde os atores não são excluídos totalmente, embora não necessitem ser mencionados, mas aparecem de alguma forma como intervenientes. Por exemplo, uma notícia sobre o reforço policial em Belo Monte, não necessita falar de índios como elemento causal, mas pode se referir a eles, dizendo que a “operação se deve aos recentes distúrbios/invasões/problemas no canteiro de obras”, na sequência de uma série de notícias que descreve os índios como causadores de “distúrbios/invasões/problemas”. Assim, tal como num palco, os atores sociais podem ser posicionados de acordo com o efeito de encenação desejado, trazendo-os à luz, retirando-os de cena, colocando-os como presença não falante, apenas pela referência. Portanto, essa classificação está vinculada ao fato de o ator social deixar ou não marcas na representação. No caso da exclusão/supressão não há qualquer referência direta aos atores no texto. No entanto, é preciso salientar que a supressão/exclusão não denota um posicionamento negativo em relação ao ator social nem conota que ele deveria/poderia ser incluído. Em questões que envolvem altos escalões do governo e das elites políticas e financeiras, os verdadeiros beneficiários de uma determinada situação, não têm qualquer interesse em ser apontados como tal. Desse modo, a categoria de Beneficiários também se enquadra dentro do apagamento, mas de forma positiva para eles, e negativa para a imprensa.

A partir daí, vão se formando pares ou subsistemas que buscam dar conta de várias possibilidades de significação. Personalização vs Impersonalização, que opera dentro da atribuição ou negação de valores humanos, e a partir daí se bifurca em: Abstração vs Objetivação, que é “quando os atores são representados por uma qualidade que lhes é atribuída por representação” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 46) ou pela Determinação vs Indeterminação onde categorias se dão por oposição a partir da clareza com que a identidade do participante é descrita, ressaltando a sua posição na sociedade ou incluindo-o como parte anônima de um grupo.

Uma das categorias que consideramos das mais importantes, a que se refere ao Governo, na verdade está em outro nível de análise. Destacamos que a informação se encontra no final do texto de van Leeuwen (1999, p. 218) como se fosse de menor importância. No entanto a sua descrição nos parece primordial, pois para o autor,

O Governo raramente é relegado para segundo plano ou referido genericamente, e muitas vezes é individualizado e nomeado, ou seja, personificado na pessoa do primeiro-ministro²¹. O Governo transcende igualmente a classificação, é sempre funcionalizado e desempenha um papel extremamente activo em relação aos imigrantes. Contudo, os actores sociais que formam a parte executiva do governo, aqueles que devem realmente “parar” os imigrantes, são suprimidos: o artigo²² mantém a realidade [...] a uma distância confortável do leitor.

A “distância confortável” a que van Leeuwen se refere é na verdade um dos paradigmas mais importantes do jornalismo em nossa opinião. Ao suprimir os verdadeiros agentes do governo responsáveis por uma determinada situação, o jornalista o está eximindo – na hora mais importante – das suas responsabilidades. Cargos executivos já denominam a função. Este “conforto” não se refere apenas ao leitor, trata-se de uma falta de confronto entre o jornalista e as autoridades, deixando-os em sua zona de conforto. Como disse Hall (2001, p. 510) neste capítulo, as práticas jornalísticas operam em e entre instâncias de poder já que: “as mensagens têm uma ‘complexa estrutura de dominação’ pois em cada etapa elas estão ‘impregnadas’ por relações institucionais de poder”. Reiteramos o ponto de vista de Kress e van Leeuwen (1999, p. 32), também neste capítulo, quando dizem que para poder fazer circular suas notícias os jornalistas precisam se enquadrar em regras e convenções e aderir aos valores e crenças “definidas mais ou menos rigidamente” pelo veículo de mídia em que trabalham.

Em consequência desse posicionamento teórico-metodológico, adotaremos uma posição invertida para as nossas análises, onde o posicionamento e as ações do governo serão o ponto de partida, o contexto macro, a que tudo engloba, já que em todas as instâncias de Belo Monte, o governo se faz presente.

Uma vez definido que representações podem realocar papéis ou rearranjar relações sociais entre os participantes, dotando-os como ativos ou passivos, isto é, causadores da ação ou como recipientes dela, e considerando que tanto o jornalista como a audiência são atores sociais, e que a ACD visa à emancipação do sujeito, teremos de perguntar qual é a relação causal. Quem está subjugando quem? Qual é o papel de cada um nesse contexto e quem

²¹ Cargo que só existe no Parlamentarismo. No Presidencialismo o chefe do governo é o Presidente.

²² O autor se refere ao artigo de jornal sobre imigração, The Sydney Morning Herald de 12 maio 1990, que serve de base para a análise.

assinala as funções sociais que cada indivíduo deve representar quer na ação isolada, quer na participação no grupo a que pertence? Antes de examinarmos como são atribuídos os papéis aos atores sociais, parece-nos pertinente fazer algumas breves reflexões sobre os contextos que envolvem uma sociedade típica da Democracia Ocidental, onde a referência a esse sistema político é sistematicamente reiterada, é justamente a que é negada aos atores sociais, ou seja: uma sociedade realmente democrática, conforme assinalado por van Dijk (2013). Qual o papel do povo na democracia então?

O linguista americano Chomsky (1997 p. 10-11), baseado em princípios de Walter Lippmann²³, descreve o que seria a “democracia do espectador”, um sistema onde a “manufatura do consenso” – termo que o próprio Chomsky adotaria em um livro de sua autoria (*Manufacturing Consent*, 2002, em parceria com Edward S. Herman) – leva o público a aceitar medidas públicas ou produtos, que de início foram rejeitados, mas que pelo poder persuasivo da propaganda teriam o seu sentido de rejeição revertido. Isso não só seria uma boa ideia do ponto de vista comercial, mas em última instância, um fator necessário para o bom funcionamento da democracia já que o povo – chamado por Lippmann de modo derogatório de “rebanho assustado” – não seria inteligente o suficiente para “entender as coisas”, e, portanto tomar decisões, que deveriam ser restritas a um grupo de “homens responsáveis”, formados, claro, pela elite intelectual.

Para que os atores sociais se submetam a esse contexto dito democrático, mas que é a raiz de uma profunda desigualdade de poder e social, é preciso encadear vários elementos como a “naturalização” das ideologias, a legitimação das autoridades, a racionalização da tradição histórico-discursiva, que remete à legitimação, que está contida no refrão: “é assim que sempre foi feito, é assim que continuaremos a fazer”, ou no silogismo de Churchill de que “entre os sistemas imperfeitos a democracia é o melhor”.

Refletindo sobre o trabalho de Giddens (1991), inferimos que este buscou uma via alternativa para esse “enquadramento” do sujeito pela sociedade quando esta lhe oferece “papéis” de pouca relevância social, que é o que está na base da grande maioria dos distúrbios sociais, em que as pessoas efetivamente clamam por maior e melhor participação no processo decisório de suas vidas. Na falta de diálogo, as ruas se tornam o espaço discursivo das massas.

Em função destas ações,

²³ Walter Lippmann foi um jornalista americano que participou da Comissão Creel, criada por Theodore Roosevelt para convencer a população americana a entrar na Primeira Guerra Mundial, graças aos efeitos da propaganda. Lippmann se desencantou com o jornalismo que passou a ver como forma subalterna da publicidade em conexão com as elites.

Propondo mudanças drásticas quanto aos papéis sociais desempenhados na sociedade, Giddens oferece dois enfoques principais. O primeiro seria que ‘o indivíduo passa a ser aceito como é’, ao contrário da abordagem existente em época anterior que preconizava ‘a sociedade molda o indivíduo’. Em outras palavras, cada indivíduo seria um ‘sistema abstrato’, e a sociedade nem sempre seria capaz de determinar suas ações ou forma de ser. Suas reações estariam além da capacidade de entendimento e previsão, uma vez que seriam regidas pelo seu eu, do qual a sociedade necessariamente não possuiria controle ou conhecimento; seria a subjetividade dos atores sociais posta em cena. O segundo enfoque seria a oferta de ‘novo paradigma relativo à ciência’, pois esta, segundo o autor, não soluciona todos os problemas da sociedade. Há outras alternativas, principalmente as de origem comunitária. Dessa forma, estaria Giddens a propor a ‘terceira via de desenvolvimento sustentado’, nem tão liberal, nem tão marxista. (DUMONT e GATTONI, 2003, p.4).

Scollon (1998) defende a ideia de que o discurso midiaticizado precisa ser entendido como uma forma de interação social, cujo tradicional modelo de emissor–receptor deve ser descartado por não satisfazer esta condição interativa. Mesmo que ela seja praticamente invisível no primeiro estágio de comunicação entre jornalista e audiência, este último elemento vai ser afetado pelo discurso e vai reagir de modo social a ele. Desse modo:

Se de um lado pode ser dito que jornalistas têm identidade e pouca voz, os *newsmakers*²⁴ têm voz mas uma identidade cuidadosamente controlada, os leitores são construídos como dentro do discurso público como pouco mais que um conjunto de características sociais ou demográficas da ‘audiência’. Enquanto jornalistas levam a cabo suas interações sociais como um espetáculo para o consumo do leitor ou do espectador, estes leitores e espectadores estão usando o espetáculo como um componente ativo da construção dos seus ambientes e interações sociais. (SCOLLON, 1998, p. ix, grifo do autor)

Veremos pela sequência de notícias em nossas análises, que ativar o sistema cognitivo da audiência para uma nova ordem de valores é algo que requer planejamento e tempo, pois é preciso definir quais papéis serão atribuídos aos atores sociais em um novo contexto. A função principal do telejornal é fazer com que a prática discursiva de natureza jornalística pareça a mais natural possível, e para que os efeitos comunicativos possam realizar sua função cognitiva, gerando e/ou ativando os modelos mentais de maneira efetiva, isto é, onde exista um mínimo de desvio da intencionalidade do enunciador é preciso evitar áreas de resistência, sobretudo as que são originadas por questões emocionais. Não podemos afirmar que os jornalistas tenham total controle mental sobre o texto que produzem, considerando que o “contexto” ao qual estão submetidos – e isto não é apenas força de expressão – não lhes permite ter plena consciência crítica, mas temos certeza que “intuitivamente” sabem os seus

²⁴ Tradução livre: pessoa comum (sem argumento de autoridade) que é entrevistada. No Brasil chamamos de *Vox Populi/Povo Fala*.

limites, sobretudo na questão das escolhas lexicais e de quais sentidos e valores sociais o texto deve estar impregnado.

Toda produção discursiva tem como finalidade, em última instância, levar até o ator social receptor as mensagens ideologicamente orientadas do ator social emissor. Esse processo não é absolutamente linear, em que um emissor se utiliza de um meio para contar uma mensagem que será recebida na outra ponta.

Comentando o trabalho de Stuart (2001) Hall, During (2001) sugere que na TV há quatro etapas a serem empreendidas e que formam a base da sua teoria da comunicação. Produção, circulação, uso (distribuição/consumo) e reprodução formam as etapas que são relativamente autônomas, mas interdependentes entre si. Se o contexto influencia a mensagem, para Hall (2001, p. 515) isso determina que toda mensagem carrega uma complexa estrutura de domínio, que pode levar o receptor a aceitar certos argumentos mas que por estarem estruturados dentro de um código de oposição (*oppositional code* em inglês), este ‘desconstrói’ a mensagem dentro de um código preferencial (*preferred code* em inglês) para depois rearticulá-lo dentro um quadro referencial alternativo, ocasionando o efeito contrário desejado, pela perda de adesão.

During (2001, p. 507, tradução nossa) acredita que:

Na existência social real, (de acordo com Hall), as mensagens contêm uma ‘complexa estrutura de dominação’ porque em cada etapa elas estão ‘impregnadas’ de relações institucionais de poder. Isso significa que relações de poder no ponto de produção (...) irão vagamente se encaixar com aquelas no ponto de consumo. Desse modo, o circuito de comunicação é também um circuito que reproduz um padrão de dominação.

Essa afirmação está consoante com o que diz van Leeuwen (2008) sobre a necessidade oficial de se efetivar práticas sociais a partir do governo, onde à guisa de “informação” são montadas estratégias discursivas ideologicamente enviesadas que atribuem “papéis aos atores sociais” para que a partir desses (pre) conceitos a população, heterogênea por natureza, possa ser unida em torno da construção de um modelo mental que servirá de base para a referência ao trabalho desenvolvido por grupos sociais como os “ambientalistas”, seja a campanha para justificar a construção de mais termelétricas (usinas geradoras de eletricidade altamente poluentes) sob a premissa de “segurança energética”.

Na visão de van Dijk (2012, p. 91-92), o estudo da relação entre contexto e modelo mental, que faremos na seção 2.5 deste Capítulo, é fundamental, e funciona como um “elo” determinante que falta nessa teoria de “modelos mentais do processamento do discurso” para

dar conta do papel do contexto, onde são narrados os mesmos acontecimentos, isto é, “o mesmo modelo mental desses eventos” de maneira diferente segundo os gêneros comunicativos ou as situações. Ou seja, além de falar a respeito de eventos, os utentes da língua precisam se moldar e também estabelecer como orientação outros aspectos da situação comunicativa em que estão envolvidos no momento. “Desse modo, os modelos de contextos se tornam a interface crucial entre os modelos mentais e os discursos sobre esses eventos” (VAN DIJK, 2012, p. 92).

Uma vez estabelecido que estes sistemas são práticas sociais, que podem ser apresentadas discursivamente em várias instâncias, podemos observar que a conexão entre eles se dá também como relação de valor econômico conforme relata Fairclough (2008, p. 94):

A prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica -, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso. Por exemplo, há várias maneiras em que se pode dizer que o discurso é uma prática econômica: o discurso figura em proporções variáveis como um constituinte da prática econômica de natureza basicamente não-discursiva, como a construção de pontes ou a produção de máquinas de lavar roupa; há formas de prática econômica que são de natureza basicamente discursiva, como a bolsa de valores, o jornalismo ou a produção de novelas para a televisão. Além disso, a ordem sociolinguística de uma sociedade pode ser estruturada pelo menos parcialmente como um mercado onde os textos são produzidos, distribuídos e consumidos como ‘mercadorias’ (em ‘indústrias culturais’: Bourdieu, 1982).

O preceito de Fairclough sobre as várias orientações que um discurso pode implicar nos remete à questão do discurso ambiental, justamente por todas as suas implicações que lhes são inerentes, e que não podem ser dissociadas, já que a nossa relação com a natureza remete às ordens tanto econômicas, como sociais, como culturais, e ideológicas como um todo.

Para se apropriar do discurso ambiental, o *establishment* capitalista foi obrigado a “naturalizá-lo” como sendo parte de suas preocupações, o que, por princípios lógicos, funcionais e ideológicos, não pode ser concretizado, posto que são diametralmente opostos em suas premissas, e uma de suas estratégias foi atribuir escala de valores diferentes aos “atores sociais” envolvidos, fazendo crer que deve existir, digamos a preponderância do valor econômico sobre o valor ambiental, que dentro das categorias de van Leeuwen que acabamos de apresentar se apresentaria como a exclusão de um atributo da natureza, o econômico, que é justamente o que o capital privatiza em detrimento da sociedade.

Como se pode observar nas contundentes posições do sociólogo Löwy (2005, p. 85), um dos mentores do movimento social denominado Ecosocialismo, de cujo Manifesto

retiramos esta citação, existe toda uma correlação entre capital, propaganda, natureza que são mediados e apresentados sob diversas premissas:

Na nossa visão, as crises ecológicas e o colapso social estão profundamente relacionados e deveriam ser vistos como manifestações diferentes das mesmas forças estruturais. As primeiras derivam de uma maneira geral, da industrialização massiva, que ultrapassou a capacidade da Terra absorver e conter a instabilidade ecológica. O segundo deriva da forma de imperialismo conhecida como globalização, com seus efeitos desintegradores sobre as sociedades que se colocam em seu caminho [...]. Rejeitamos todo tipo de eufemismos ou propaganda que suavizem a brutalidade do sistema: todo mascaramento, seus custos ecológicos, toda mistificação dos custos humanos sob os nomes de democracia e direitos humanos. Ao contrário, insistimos em enxergar o capital a partir daquilo que ele realmente fez. Agindo sobre a natureza e seu equilíbrio ecológico, o sistema, com seu imperativo de expansão constante da lucratividade, expõe ecossistemas a poluentes desestabilizadores, fragmenta *habitats* que evoluíram milhões de anos de modo a permitir o surgimento de organismos, dilapida recursos, e reduz a vitalidade sensual da natureza às frias trocas necessárias à acumulação de capital.

Isso decorre em função do fato que o discurso, como prática ideológica (Fairclough, 2001), constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder, que é o centro das disputas quando o discurso se expressa como prática política, tornando-se então o local de luta pelo poder.

Estende-se a ‘hipótese Sapir-Whorf’ de que a linguagem incorpora visões de mundo particulares a variedades da mesma língua; os textos particulares incorporam ideologias ou teorias particulares, e o propósito é a ‘interpretação crítica’ de textos: “a recuperação dos sentidos sociais expressos no discurso pela análise das estruturas linguísticas à luz dos contextos interacionais e sociais mais amplos” (Fowler *et al.*, 1979: 195-196). O objetivo é produzir um método analítico que seja utilizado por pessoas que possam ser, por exemplo, historiadores e não especialistas em linguística. (FAIRCLOUGH, 2001. p. 48).

Ao falar dos trabalhos de Giddens, Dumont e Gattoni (2003, p. 48) afirmam que existe também outra “convergência temática que se refere à preocupação ecológica”. Segundo os autores, isso ocorre em virtude do fato de que o ambiente não se mantém mais alheio à vida social humana, pois o que é “natural” confunde-se com o que é “social”, assim como “muitos aspectos da vida eram governados pela tradição”.

A “natureza” transformou-se em “áreas de ação” nas quais os homens têm de tomar decisões práticas e éticas. Isso se deve ao tipo de sociedade em que vivemos, cujas estruturas sociais estão interligadas em vários níveis, possivelmente indissociáveis.

Como observa o ecologista Commoner (1990, p. 3):

Claramente, nós precisamos entender a interação entre dois mundos: a esfera natural, a fina pele global de ar, água, solo, plantas e animais que vivem nela, e a tecnosfera feita pelo homem – que é poderosa o suficiente para merecer um nome tão grandioso. A tecnosfera tem se tornado suficientemente grande e intensa para alterar o processo que governa a esfera. Por sua vez, a esfera alterada ameaça inundar as nossas grandes cidades, secar as nossas abundantes fazendas, contaminar nossa comida e nossa água, e envenenar os nossos corpos – diminuindo catastroficamente a nossa habilidade de prover o básico para as necessidades humanas. O ataque humano à esfera instigou um contra-ataque ecológico. Os dois mundos estão em guerra.

Não é possível especificar se todas as condições de controle da mente são de uma determinada origem, pois embora todas estejam de alguma forma contextualizadas de acordo com a categoria em que se incluem os participantes de um evento comunicativo (VAN DIJK, 2008c) há outras condições que são discursivas, pois estão ligadas de modo funcional às estruturas e estratégias discursivas propostas.

Desse modo, a construção do referente que se chama “Belo Monte”, é bastante diversa de um estudo sobre o movimento gay, do MST, dos imigrantes haitianos ou qualquer outro grupo social definido com uma representatividade advinda de uma identidade própria. Esses grupos lutam para impor à sociedade a percepção de um referente que é o significado que eles atribuem a si mesmos, enquanto a imprensa trata de construir um outro sentido para eles, sobretudo quando existe algum conflito de interesses nas agendas ideológicas. Essa construção de sentidos relativos ao Outro, pode ser resumida na citação de Bakhtin na definição sobre polifonia.

A palavra é o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o ‘um’ em relação com o outro. Eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista da comunidade a que pertencço. O Eu se constrói constituindo o Eu do Outro e por ele é constituído. (BAKHTIN, 1981, p. 32)

O princípio dialógico estabelecido por Bakhtin, e que se constitui em um dos pilares de sua obra, deixa entrever algumas das noções que serão abordadas neste capítulo. A primeira noção é relativa a quem tem o Poder tem a palavra, ou mesmo quem tem a palavra tem o Poder de constituir o outro. Se “Eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista da comunidade a que pertencço” é por que: 1. Eu tenho o Poder e a Palavra. 2. Nesse caso Eu me construo ideologicamente a partir do meu ponto de vista e da comunidade que me apoia, havendo, portanto, uma menção velada ao contexto no qual estou inserido. 3. E, finalmente, ao dizer que “o Eu se constrói constituindo o Eu do Outro”, significa que o contexto do qual provém o meu poder – e que é sustentado pelas ideologias nele embutidas – me permite o privilégio de constituir o Outro, fazendo dele, não um elemento constitutivo de forma

reflexiva do Eu, mas apenas uma projeção do Eu. O que está em jogo aqui é a hegemonia que fará uma voz prevalecer sobre a outra. O dialogismo só existe de forma isonômica, com uma simetria entre as vozes, a partir do momento em que as duas vozes possam se expressar de forma equilibrada, com igual acesso na tomada de turnos. Se olharmos para a relação TV/enunciador e telespectador/enunciatário saberemos que pela natureza unidirecional do meio, o Eu/TV pode constituir o Outro e ser constituído por ele (Outro) somente a partir de um ponto de vista previamente estabelecido. A constituição do Eu/TV pelo Outro/espectador fica fortemente condicionada pela hegemonia da relação ativo/passivo, em que a TV é agente ativo e ao telespectador cabe apenas o papel de assistir passivamente conforme denunciam Sartori (2001) e Sodré (2001), que não deve ser vista - e nem estes autores indicam como entretenimento - mas como White (1992, p. 165) diferencia e elabora, remetendo aos conceitos de ideologia de Marx como “falsa consciência”, dizendo que “a mídia atrai a audiência de massa para uma passiva inação e certamente instila aspirações burguesas e valores, prometendo que a realização pessoal pode ser alcançada pelas práticas e produtos do atual sociedade de consumo”. A consequência é que o telespectador é levado a introjetar valores e necessidades materiais que não são as suas, atuando como parte integrante do sistema. Isso está em sintonia com o que preconiza van Dijk (2008c, p. 121) ao afirmar que:

Se controlar o discurso é uma das principais formas de poder, controlar a mente das pessoas é a outra forma fundamental de reproduzir a dominação e a hegemonia. Dentro da perspectiva da ACD, o ‘controle da mente’ envolve muito mais do que a mera aquisição de crenças sobre o mundo através do discurso e da comunicação.

A hidrelétrica percorre uma gama de funções dentro da sociedade que vão desde a sua justificativa pelo governo como fator de segurança energética – dentro do modelo proposto pelo próprio Governo Federal – como pelas vozes contrárias que se erguem em diversas instâncias discursivas. Nesse âmbito social, temos os índios e ribeirinhos, habitantes tradicionais da região, assim como os chamados ambientalistas, já que os impactos ecológicos – em um sentido muito mais amplo – serão de grande monta. Ainda como atores sociais, temos a população brasileira, que é ao fim e ao cabo, a grande financiadora e – em tese – a grande beneficiária de uma obra que beira os R\$ 25 bilhões.

As forças que operam nesse complexo jogo social se materializam ideologicamente no e pelo discurso. Em função do debate que está sendo forçado a ser realizado pelos movimentos sociais e econômicos dentro da imprensa, que é a Ágora moderna, é preciso montar estratégias discursivas de convencimento da população, quando não de uso direto da

força, como foi o caso da invasão do canteiro de obras pelos índios e sua posterior remoção pelas Forças de Segurança Nacional.

Isso será feito pela abordagem das teorias que dão conta de explicar como funcionam as estruturas sociocognitivas que, uma vez aplicadas aos estudos críticos do discurso, possibilitam entender e analisar como se dá a formação, a manutenção, a expansão e em última instância o abuso do poder, que é o ponto crucial para qualquer analista crítico.

Dessa forma, van Dijk (1990, p. 45) acredita que:

O principal objetivo da análise do discurso, portanto, consiste em produzir descrições explícitas e sistemáticas de unidades do uso da linguagem ao que denominamos discurso. Estas descrições têm duas dimensões principais as quais podemos denominar simplesmente textual e contextual. As dimensões textuais dão conta das estruturas do discurso em diferentes níveis de descrição. As dimensões contextuais relacionam estas descrições estruturais com diferentes propriedades do contexto, como os processos cognitivos e as representações ou fatores socioculturais.

Consideramos que o poder é uma força, um valor instável, que está sempre sendo renegociado em diversas esferas sociais e por diversas correntes sociopolíticas e econômicas, ou socioeconômicas e políticas. Mais que um jogo de palavras, buscamos demonstrar que as alianças podem e são feitas, desfeitas e refeitas de acordo com a conveniência do momento, da inerência, da impermanência e da instabilidade das forças que compõem o poder. O cenário político nacional e mundial são exemplos onde essas situações podem ser observadas constantemente.

Daí a necessidade que temos de desenvolver uma ACD no Brasil marcada por nossas diferentes formações históricas, considerando que os processos sociais que forçaram e possibilitaram o surgimento do pensamento crítico na Europa – e em menor escala nos Estados Unidos da América (EUA) – são de outra natureza por aqui, pois envolvem outras forças e estruturas sociais.

No estudo sobre Belo Monte, são os índios (que possuem um estatuto especial) e os habitantes ribeirinhos, os atores sociais mais afetados diretamente pela construção da hidrelétrica que irá mudar radicalmente tanto o ambiente natural como as estruturas societárias. Sobre esses grupos, não se poderiam aplicar teorias sociolinguísticas de cunho europeu – cuja origem se deu por outras razões histórico-contextuais – e que não têm nenhuma correlação imediata conosco, pelo simples fato de não terem índios nativos em suas próprias terras como acontece aqui, nem tampouco a figura do habitante de uma floresta, os

ribeirinhos, ocupando naturalmente uma terra, longe dos conceitos de propriedade escriturada – mas não de território – tão fortemente marcados em uma sociedade capitalista, e que passa ao longe das amarras da sociedade de consumo. Somos obrigados também a mencionar um passado escravagista não muito longínquo, que acabou há exatos 125 anos, e cujos reflexos ainda podem ser sentidos em nossa sociedade.

A dificuldade em estabelecer um perfil definido aos atores sociais, qual o papel de cada um dentro desse contexto, e o modo pelo qual a nossa imprensa faz a construção dos referentes, pode ser sentida nesses dois textos que tratam exatamente da mesma questão, a dialética entre forças opostas entre si, não porque estejam em luta, mas porque foram e são posicionadas pela imprensa dessa forma.

Ao analisarmos uma notícia, não podemos partir apenas do que nos é dado como elemento factual. É preciso lançar um olhar crítico sobre como a imprensa faz a construção dos elementos referenciados presentes na reportagem. Usemos o princípio da *tabula rasa*, onde *a priori* não temos conhecimento do tema a ser tratado, isto é, nosso campo cognitivo não irá reagir positiva ou negativamente sobre a rebelião na Síria ou na Tunísia se o jornalista não se preocupar primeiro em construir sentidos para as facções que estão em luta. Somente a partir de uma categorização, que será sempre ideologicamente ligada aos interesses do grupo social a que pertence e ao qual se dirige, é que a “notícia” será então apresentada. Como a audiência não tem conhecimento prévio sobre os grupos em luta e o que representam, é preciso criar uma identidade com a qual o telespectador se identifique. Esse processo normalmente é feito ativando o lado afetivo da audiência para que ela possa passar a se posicionar contra este ou a favor daquele.

No entanto, há de se ressaltar que é exatamente aqui que reside uma das maiores estratégias ideológicas perpetuadas em nome da “notícia”. Essa determinada “notícia” sobre áreas do mundo com as quais não temos a menor conexão cultural e/ou emocional, como é o caso, por exemplo, de conflitos fratricidas entre sunitas e xiitas, para a franca maioria da população brasileira, é, na verdade, uma estratégia de construção do referencial sobre a religião muçulmana e os valores do Islã, que precisam ser caracterizados em perspectiva negativa, pois esta religião se apresenta desde a sua fundação como um inimigo do sistema de crenças do cristianismo que é o que impera no Brasil e no mundo Ocidental.

Desse modo, é possível – e necessário – falar de muçulmanos de maneira negativa, sem que seja em uma situação de conflito direta com os nossos valores. Assim, a construção do referente “muçulmano” estará pronta para ser ativada dentro do seu sentido negativo no

cognitivo da massa telespectadora, quando houver um conflito direto entre os dois sistemas religiosos.

Uma das características da construção do referente é o uso sistemático de determinado tipo de orientação ideológica contextualizada sempre a favor de “nós contra eles”. É pela repetição preconizada por Giddens (1997) que se naturaliza o que até então era estranho, que se normatiza o que antes não tinha regra, que se traz à luz o que estava escondido, mas, sobretudo que se cria o que antes não existia.

Analogamente, seria difícil para nós pensarmos a problemática racista contra os imigrantes turcos ou árabes na Europa, por questões contextuais que não nos pertencem, e que demandariam primeiro um estudo profundo dessas relações para depois se efetuar qualquer tipo de análise. Desse modo, o resultado do ponto de vista discursivo seria a análise de uma *prática social* incompleta, pois não temos noção de todas as dimensões implicadas em escolhas lexicais, por exemplo, e o peso histórico que teria na Europa o termo fascista, enquanto no Brasil ela teria uma função de disparar sentidos cognitivos muito menores e em uma amplitude muito mais restrita. É importante notar, também, que dentro dessas práticas sociais os usuários da língua falam sob diversas representações sociais, assumindo múltiplos papéis que se entrelaçam como o de pai/filho, que pode se tornar, filho/pai, ou cliente/fornecedor, aluno/professor, sempre assumindo que essas posições são intercambiáveis, dependendo apenas dos contextos em que elas se encontram. Consequentemente, os atores sociais não podem existir soltos, sem identidade discursiva e ideológica, já que a prática discursiva só se efetua mediante a assunção de um papel, acordado e sancionado entre as partes, que permite, então, que se estabeleça a relação dialógica. Obviamente, as situações de violência têm outra característica, mas ainda assim cada um assume discursivamente o seu lugar. Podemos exemplificar com a famosa fala padrão da polícia nos filmes americanos quando um sujeito é preso: “Você tem o direito de permanecer calado. Tudo o que você disser, pode e será usado contra você”. Desse modo, dentro de um contexto que o autoriza a dizer tais palavras, o policial faz valer a sua fala autorizado pela lei, e ao indivíduo fica estabelecido o direito de nada dizer, cada um assumindo seu papel como ator social dentro de um contexto delimitado.

Como nosso estudo se situa dentro do Brasil, um país com características próprias em praticamente todos os pontos que nos são importantes como: histórico, social, político, econômico, política energética, recursos naturais, tratamento de minorias e tantos outros, teremos de usar toda essa historicidade na formação dos nossos contextos que têm influência direta com a nossa cognição, a nossa formação de valores, e a nossa escala de ideologias que

está em constante diálogo com o poder contido nos eventos comunicativos, como disse Scollon (1998). Todos esses fatores devem resultar na consideração de uma etnografia brasileira como um todo, e não apenas a partir do ponto de vista do cidadão urbano, que quer ter seus caprichos consumistas realizados como forma de supremacia sobre outras etnias, com diferentes visões de mundo e distintas necessidades materiais. Queremos estabelecer um modelo que leve em conta essas especificidades, pois, de acordo com Wodak e Meyer (2007, p. 10), atualmente, para se efetuar uma pesquisa mais completa, é preciso:

Integrar abordagens de ciências cognitivas para dentro da ACD; isto requer considerações epistemológicas complexas e o desenvolvimento de novas ferramentas. Além disso, nós questionamos em quais modos tais abordagens dependem de contextos culturais Ocidentais e como, relacionados a esses temas, as perspectivas Eurocêntricas podem ser transcendidas.

Nosso trabalho aborda, por um lado, a relação discursiva entre uma força sociopolítica e econômica fortemente articulada e articuladora de novos contextos e realidades sociais que é o jornalismo televisivo, o de maior força de penetração no país. Por outro lado, precisamos discutir a questão multifacetada da construção da hidrelétrica de Belo Monte, com suas amplas implicações em todos os espectros da sociedade brasileira e que foi além de nossas fronteiras quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou nota condenando a sua construção²⁵ para em seguida retratar-se²⁶. A ideologia das vozes na cobertura do JN é totalmente escolhida e editada por ele, assim, aquilo que se chama de “discurso de resistência” precisa ser observado com extrema cautela, pois é uma resistência “permitida” e limitada pelos interesses políticos das forças que têm ascendência sobre o JN, nomeadamente, o Governo Federal, em várias esferas.

2.5 Contextos – Macro e Micro

A relevância dos contextos tem recebido maior atenção nos estudos críticos do discurso como se denota em van Dijk (2012, p. 11) que trabalha com a noção de que “os contextos não são um tipo de condição objetiva ou de causa direta, mas antes construtos (inter) subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades”.

²⁵ Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110405_belomonte_oea_pai.shtml>

²⁶ Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/05/110502_insulza_jc.shtml>

Se o contexto influencia o uso da língua, essa influência atua especificamente sobre aquelas propriedades que podem ser negociadas dentro das disputas de hegemonia e poder. No nosso caso, é fundamental notar que a TV brasileira atua dentro de contextos que exigem várias leituras para a sua interpretação para que seja possível entender os sentidos subjacentes, decorrentes das permanentes mudanças tanto nos contextos macro, que entendemos como as elites e as instâncias que detém o poder como nos micro, que são os resultados entre as comunicações em vários níveis dentro da sociedade. A mídia, nesse caso passa a ser literalmente o intermediador entre os dois contextos.

Do ponto de vista funcional, podemos dizer que o telejornalismo trabalha com três instâncias contextuais, a partir da heterogeneidade discursiva, apropriando-se do contexto das falas originais, descontextualizando-as e, por fim, recontextualizando-as em um produto chamado notícia, que é o resultado único dessas variáveis que só passam a ter vida própria quando ungidas pelo sopro da reportagem. Isso significa que a notícia é antes de tudo uma recontextualização, e que esta se faz necessária para colocar os atores sociais em seus respectivos papéis e, assim, criar efeitos de conhecimento via processos cognitivos. Ao enfocar os atores sociais em relação dialética, o jornalista consegue o efeito fundamental da “notícia” que é a tensão. Sem tensão, isto é, sem conflito, não há notícia que se sustente, e uma das funções principais do jornalismo é a arbitragem, a mediação de conflitos, com a suposta apresentação “dos dois lados”. O que não é investigado é que as vozes dos atores sociais “dos dois lados” podem e vão ser manipuladas. Portanto, o único modo de se conhecer o contexto de onde vieram essas vozes é entendê-los como atores sociais em seus contextos de origem e colocá-los sob os contextos que exercem qualquer tipo de pressão sobre o enunciador.

As práticas discursivas se tornam práticas sociais a partir do momento em que os atores sociais apreendem o discurso em um contexto que é variável em ambas as práticas e que determina tanto o que pode ser dito e como dever dito, mas também delinea a cognição. O discurso de uma sala de aula é diferente em emissão e recepção de um comício político, pelos diversos contextos que os constroem. Os contextos podem ser vistos, metaforicamente, como diversas camadas de pré-requisitos condicionados pelas forças culturais, políticas, religiosas, legais e valores cognitivos, que buscam criar em última instância um “ambiente” onde a prática discursiva seja a mais efetiva dentro daquelas situações contextuais. Como nosso trabalho se situa dentro das situações de comunicação, destacamos a pertinência de se estudar os contextos de acordo com as relações informacionais na sociedade reflexiva de Giddens (1991), proposta por Dumont e Gattoni (2003, p. 2).

Parte-se do pressuposto de que a realidade dos sujeitos impulsiona e define as estratégias para a consecução das ações a serem empreendidas no seu cotidiano. Consequentemente, entre essas, encontram-se as de busca de informações. Acredita-se que, se os contextos sociais não forem levados em suficiente consideração, as pesquisas e estudos em ciência da informação tornam-se limitados, no mínimo distorcidos, no tocante às pesquisas do fenômeno informacional.

A questão da definição dos parâmetros e valores dos contextos é uma das mais amplas dentro dos estudos dos discursos da mídia, considerando que há diversos níveis de contexto que se sobrepõem uns aos outros, e tal qual a ideia de poder, estão em constante (re) formulação, impedindo, portanto, que se faça uma definição única e duradoura, dadas às suas frequentes (re) negociações. Do ponto de vista da cognição, se olharmos para o contexto como agente com poder de condicionar as relações entre sujeito e objeto, veremos que ele ao circunscrever essa relação ele delimita a possibilidade de se ter acesso ao conhecimento. Entendemos o que Hessen descreve como objeto, a informação contida em uma notícia que precisa ser apreendida pelo sujeito, a partir do recorte contextual que for dado dando na emissão como na recepção.

No conhecimento defrontam-se consciência e objeto, sujeito e objeto. O conhecimento aparece como uma relação entre esses dois elementos. Nessa relação, sujeito e objeto permanecem eternamente separados. O dualismo do sujeito e do objeto pertence à essência do conhecimento. Ao mesmo tempo, a relação entre os dois elementos é uma relação recíproca (correlação). O sujeito só é sujeito para um objeto e o objeto só é objeto para um sujeito. Ambos são o que são apenas na medida em que o são um para o outro. Essa correlação, porém, não é reversível. Ser sujeito é algo completamente diverso de ser objeto. A função do sujeito é apreender o objeto; a função do objeto é ser apreensível e ser apreendido pelo sujeito. Vista a partir do sujeito, essa apreensão aparece como uma saída do sujeito para além de sua esfera própria, como uma invasão da esfera do objeto e como uma apreensão das determinações do objeto. Com isso, no entanto, o objeto não é arrastado para a esfera do sujeito, mas permanece transcendente a ele. Não é no objeto, mas no sujeito que algo foi alterado pela função cognoscitiva. Surge no sujeito uma "figura" que contém as determinações do objeto, uma 'imagem' do objeto. (HESSEN, 2000, p.17).

É por meio dessa apropriação do objeto pelo sujeito, que num processo cumulativo de conhecimento e ao mesmo tempo reducionista, de síntese, de abstração, que se chega a um ponto onde não será mais necessário transmitir todo o conjunto de informações para se atingir o mesmo resultado, porque uma das virtudes linguísticas é a busca por mais informação com menos palavras, o que implica em ampliar os sentidos na relação semântico-contextual. Graesser, Gernsbacher e Goldman (2008, p. 418, grifos do autor) dizem que:

As representações semânticas são em geral fragmentadas (ao invés de completas), vagas (ao invés de precisas), redundantes, abertas e esquemáticas. E, todavia, apesar de todas essas aparentes indefinições do sistema, os escritores / falantes conseguem construir mensagens que, em geral, os leitores / ouvintes podem recuperar com impressionante precisão. [...] Alguns desses processos cognitivos incluem *acessar* as palavras no léxico mental, *ativar* conceitos na memória de longo prazo, *buscar* informação, *comparar* estruturas que estão disponíveis na memória de trabalho e *construir* estruturas agregando, eliminando, reordenando ou conectando informação.

Essa explanação nos leva ao ponto de questionar qual a função pragmática que leva o receptor a abrir sua cognição para o emissor, o que ele busca ou espera? Ele é paciente ou agente ao ligar a TV? Uma das possíveis respostas está no fator do chamado “pertencimento”, que são os valores que forjam laços culturais e permitem a interação do indivíduo no meio social como participante do grupo, onde ele fará o seu papel de ator social dependendo do contexto em que se encontre. É para esse meio que ele leva o conhecimento adquirido e normatizado que permite não haver “estranhamento” em suas pautas e no seu comportamento. Em suma, o macrocontexto discursivo espalha suas mensagens ideológicas via mídia, que serão “reestruturadas”, “reconstruídas”, “reconfirmadas” pelos microdiscursos recontextualizados, que é quando, finalmente, a palavra se propaga. Nesse momento o ator social foi “contextualizado” pelo discurso, está capacitado a funcionar cognitivamente em relação às informações que lhe foram passadas, resultando em seus modelos mentais, sobre aquele contexto. van Dijk (2012, p. 92) explica essa conexão quando diz que: “A compreensão do discurso envolve a construção, controlada pelo contexto, de modelos mentais baseados em inferências fundamentadas no conhecimento”. A relação entre contextos e modelos mentais pode também ser explicada como o lugar em que emissor e receptor negociam o entendimento, perfazem efetivamente a comunicação, mesmo que um não tenha conhecimento pessoal do outro, apenas fazendo referências a modelos mentais que perfazem uma determinada função em um determinado contexto.

Os falantes e ouvintes são visíveis, específicos e co-presentes nas conversações. Nelas os atos de fala ocorrem em um contexto, situação, lugar e intervalo temporal específicos. Os participantes da fala têm alguma percepção de qual conhecimento compartilham (o que se chama de terreno comum ou conhecimento mútuo) e quais metas tencionam alcançar no contexto conceitualmente rico e situado. (...) Em contraste, os escritores, leitores e textos escritos estão em geral *descontextualizados*. Isto é, o escritor é invisível para os leitores e os leitores invisíveis para o escritor. O texto escrito se produz em um contexto, situação, lugar e tempo diferentes que os da compreensão do texto. (GRAESSER, GERNSBACHER e GOLDMAN, 2008, p. 425, grifo do autor).

O conceito de contexto para Fowler (1994) está ligado diretamente às inter-relações pragmáticas entre o discurso e ator social, a partir do momento em que este faz uso do primeiro com uma determinada finalidade. Desse modo, o autor explica:

Para se estudar a língua entendida como discurso torna-se necessário prestar atenção a facetas da estrutura que se relacionam com os participantes envolvidos na comunicação, com ações por eles realizadas ao enunciarem textos e com os contextos no seio dos quais o discurso se desenvolve. Todos estes factores ‘extralinguísticos’ se reflectem sistematicamente nas estruturas frásicas (e, como tal, nos textos) que os falantes produzem. Ou, em outros termos, a forma da língua desenvolveu-se como resposta às funções do discurso de modo a fornecer os meios de expressão para todas as ações pessoais, relações interpessoais e ligações com contextos que se efetuam através do discurso. (FOWLER, 1994, p.146).

Se “o uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social” e “o poder, a dominação e a desigualdade entre grupos sociais são tipicamente termos que pertencem a um macronível de análise” (VAN DIJK 2008c, p.116), então é possível fazer um deslocamento desses conceitos para o campo contextual que está diretamente ligado como causa e efeito a esses níveis sociais. Essa conexão é exposta por Fairclough (2001, p. 110).

Uma grande limitação da explicação dos processos sociocognitivos [...] é que geralmente ela é posta em termos universais, como se, por exemplo, o efeito do contexto no sentido e a redução da ambivalência fossem sempre os mesmos. Mas não é assim. A maneira como o contexto afeta a interpretação do texto varia de um tipo de discurso para outro, como Foucault indicou. E, nesse sentido, as diferenças entre os tipos de discurso são socialmente interessantes porque apontam assunções e regras de base implícitas que têm frequentemente caráter ideológico.

Abordamos, então, a noção de contexto como sendo não apenas o local de interação entre as práticas discursivas e as práticas sociais, mas também como os locais que precisam ser estudados em sua origem para que seja possível entender de onde fala o ator social e em qual contexto ele busca se inserir. Isso por si só abre a perspectiva de existirem vários contextos já que estas práticas estão em constante dialogismo, mas não só, pois o termo evoca várias relações sistemáticas com outros valores contextuais que produzem mudanças em ambas as práticas, como novas leis, novas orientações ideológicas e mesmo eventos sociais como distúrbios, manifestações, eleições, uma catástrofe ambiental etc., que em um determinado momento alteram o contexto mental do ator social, forçando um reposicionamento discursivo-social.

Desse modo, o desastre nuclear de Fukushima no Japão, alterou completamente o contexto pró-nuclear na Alemanha, forçando a uma recontextualização das práticas sociais

que defendiam a construção de mais usinas, e invertendo o processo histórico para a desativação de todas elas, que por sua desencadearam um processo de reorientação ideológica nos outros países, enfraquecendo algumas vozes e fortalecendo outras.

Uma vez estabelecido o macrocontexto social e cultural, é necessário saber como faremos a ligação para o campo discursivo que é onde os atores sociais se relacionam, se estabelecem como tais, se reconhecem, medem forças, negociam os poderes em jogo, em suma: fazem a ligação entre o macro e o micro nível social, entre texto e contexto.

Essa ligação é feita pelo estudo cognitivo, já que estamos falando de tipos diferentes de estruturas e que, por conseguinte, não podem entrar em uma relação causal, pois conforme destaca van Dijk (2013, p. 2):

Uma teoria sociocognitiva assume que estruturas sociais precisam ser interpretadas e representadas cognitivamente e que tais representações mentais afetam o processo cognitivo envolvido na produção e interpretação do discurso. O mesmo princípio é verdadeiro para a relação inversa, nomeadamente o modo pelo qual o discurso é capaz de afetar a estrutura social – nomeadamente por representações mentais dos usuários da linguagem como atores sociais.

Ao mesmo tempo em que os contextos permitem que certas práticas discursivas sejam colocadas em circulação, as práticas sociais funcionam como ponto de recepção/refração desses discursos, num processo interacional permanente, dialogando entre os níveis estruturais Macro e Micro da sociedade. Todo contexto engloba consigo outros contextos, resultando em uma intercontextualidade, que se sobrepõe na medida em que as forças sociais vão se (re) formando e trazendo para o discurso as novas formações de poder, tal qual a interdiscursividade ou a polifonia remetem a outros discursos ou representam outras vozes. Para efeitos de análise Fairclough (2008, p. 115) propõe a seguinte abordagem.

Acredito que a análise da prática discursiva deva envolver uma combinação do que se poderia denominar ‘microanálise’ e ‘macroanálise’. A primeira é o tipo de análise em que os analistas da conversação se distinguem: a explicação do modo preciso como os participantes produzem e interpretam os textos com base nos recursos dos membros. Mas isso deve ser complementado com a macroanálise para que se conheça a natureza dos recursos dos membros (como também das ordens de discurso) a que se recorre para produzir e interpretar os textos e se isso procede de maneira normativa ou criativa. Na verdade não se pode realizar microanálise sem esse conhecimento. E, naturalmente, a microanálise é a melhor maneira de expor tais informações: desse modo, fornece evidências para a macroanálise. Portanto, a microanálise e a macroanálise são requisitos mútuos. É devido a sua inter-relação que a dimensão da prática discursiva em minha teoria tridimensional pode mediar a relação entre as dimensões da prática social e do texto: é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto.

Na visão de Fowler (1994) existe uma correlação íntima entre texto e contexto. Para o referido autor, o ambiente que circunda a produção discursiva é um forte condicionante em vários aspectos do que pode e vai ser dito. Isso ocorre porque o sujeito, ao assumir o papel de enunciador, passa a ser também um ator social com todas as instâncias que isso pressupõe e ele tem de desempenhar um papel de acordo com o espaço onde se encontra inserido. A maioria dos estatutos que se impõem nesse momento são acordos sociais tácitos não escritos nem delineados em nenhum documento, mas por isso mesmo têm grande força coercitiva, já que por serem de fundo *cultural* tornam-se parte do *habitus*, naturalizam-se de tal forma que a sociedade se submete de modo silencioso a eles. Desse modo, Fowler (1994, p. 151, grifos do autor) ressalta que:

O nosso primeiro sentido da palavra ‘contexto’, *contexto de enunciação*, tem de ser relacionado com um segundo, *contexto cultural*. Por contexto cultural entende-se toda a rede de convenções e instituições socioeconômicas que constituem a cultura em termos latos, especialmente porque se relacionam com determinados contextos de enunciação e influenciam a estrutura de discurso que ocorre no seu seio.

O autor inclui ainda um terceiro contexto que é o de *referência* onde se especifica o tema que está sendo tratado. Desse modo é possível pela linguagem tratar de acontecimentos e situações que se encontram totalmente fora do nosso contexto imediato. Só assim é possível ao telejornalismo falar de situações no estrangeiro, ou fora do nosso escopo de conhecimento, que nos são totalmente inalcançáveis tanto do ponto de vista geográfico como cultural, pela construção de referentes. Outro fator positivo para se controlar a construção dos referentes é que estes se tornam parte do contexto cognitivo, isto é, do modelo mental que as pessoas farão de determinado assunto, facilitando assim, o controle das ideologias.

O que o autor propõe é considerar o contexto como ativo e passivo, no sentido de produtor e receptor de conhecimento, que no nosso caso é fundamental especificar que temos como ponto de partida e/ou convergência a TV. Trabalharemos então com esta situação bipartite onde a TV é parte integrante do contexto e produtora de conhecimento, gerando valores de práticas sociais com alto impacto na constituição cultural. Acreditamos que assim temos a ligação, o processo de causa e efeito que acontece pelo discurso entre enunciador e enunciatário de submissão a um contexto gerando e condicionando o mesmo em seu processo dialógico.

No esquema abaixo podemos ver como ocorre o processo de interação entre as diversas etapas/componentes das relações constitutivas entre os níveis sociais Micro e Macro na proposição de van Dijk (2008c, p. 116-117).

1. *Membros-grupos*: os usuários da língua participam no discurso *como* membros de (diversos) grupos sociais, organizações ou instituições; e, por outro lado, os grupos então podem agir ‘através’ de seus membros.
2. *Ações-processos*: os atos sociais de atores individuais são, desse modo, partes constituintes das ações e dos processos sociais do grupo, tais como a legislação, a produção de notícias ou a reprodução do racismo.
3. *Contexto-estrutura social*: de maneira semelhante, as situações de interação discursiva são partes ou constituintes da estrutura social; por exemplo, uma entrevista coletiva jornalística pode ser uma prática típica de organizações e instituições da mídia. Isto é, os contextos ‘locais’ e os mais ‘globais’ estão intimamente relacionados e ambos impõem restrições ao discurso.
4. *Cognição pessoal e social*: os usuários da língua, enquanto atores sociais, possuem cognição tanto pessoal quanto social: memórias, conhecimentos e opiniões pessoais, bem como aqueles compartilhados com os membros do grupo ou da cultura como um todo. Ambos os tipos de cognição influenciam a interação e o discurso dos membros individuais, enquanto que (sic) as ‘representações sociais’ compartilhadas governam as ações coletivas de um grupo.

Desse modo, precisamos, em primeiro lugar, lançar um olhar sobre a formação dos contextos que permitem o acesso ao poder, via discurso transmitido por comunicação em massa, imbricado que está com ideologias. Scollon (1998, p. 75) considera que “do ponto de vista da produção do discurso noticioso, eu vou argumentar que o domínio mais amplo no qual o poder é exercido é o poder de enquadrar os eventos comunicativos”. É essa relação íntima entre a força da mídia de construir efeitos de realidade por meio do discurso que torna o seu controle, isto é, ter ascendência sobre ela, uma luta constante pelo poder que ela proporciona e pela hegemonia discursiva que isso possibilita. Noções de poder, ideologia, hegemonia e contexto não podem ser analisadas separadamente, mesmo porque uma existe em função de interdependência da outra, na medida em que se materializam no ator social.

Assim, é necessário fazer uma reflexão a partir do espaço simbólico maior chamado Brasil, observando quais os contextos mais amplos, denominados Macro, e que se relacionam com/condicionam outros micro contextos, deixando claro que, embora exista uma hierarquia clara, a capilarização ao nível micro é fundamental para a manutenção do macro. Esse paralelo entre micro e macro nos servirá também para qualificar os níveis discursivos.

O estudo dos diversos conceitos de contexto que atuam dentro da formação de um discurso e da sua propagação nos parece primordial, já que nos possibilita uma visão mais

alargada dos vários elementos constitutivos do cenário em que nos enquadrámos. Alguns contextos como os formados pela publicidade são subjetivos na formação dos modelos mentais, pois englobam valores sociais relacionados à posse de objetos que podem ou não ser acatados pelo participante. Outros contextos, como os que existem sob a forma de leis, são objetivos e não estão dentro da esfera da negociação de serem aceitos ou não, pois atuam de modo impositivo, tendo ao seu lado, em última instância, o uso legalizado da força.

As relações entre discurso, contexto e poder precisam ser explicitadas para que seja possível entender como essas questões interagem para produzir um determinado discurso e não outro, construir um contexto no lugar de outro e saber quem tem o poder social de inferir sobre essas relações, ou seja, quem está autorizado a controlar os contextos que se produzem e se transformam via discurso. Essa correlação é vista por van Dijk (2008c, p. 18) como uma situação restritiva.

Pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas por outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia, ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica). Ou, ao contrário, elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever.

Ao ter poderes para tal, o Estado cria um Macro contexto, de onde tudo deriva e em torno do qual giram as manobras políticas para se alcançar e ou manter o poder. Esse quadro que analisamos é intrinsecamente brasileiro, perfazendo uma configuração estrutural interna necessária que precisa ser compreendida como ponto de partida.

Como nosso macro contexto é simultaneamente parte ativa e reativa do processo social e comunicativo, não sendo nem apenas causal nem resultado da simbiose desses valores precisamos levar em consideração que as emissoras de TV (e os grandes conglomerados de mídia do país) são de propriedade privada de poucas famílias, com capital fechado, e não de empresas, o que, em termos de poder decisório delega muito mais força à *persona* do “dono da emissora” do que se fosse uma empresa de gerenciamento público, feito por profissionais. Podemos dizer, por nossa experiência, que o controle do Estado sobre a mídia se dá em instâncias de relacionamento ao nível do pessoal. Bourdieu faz essa correlação em termos teóricos observando como a partir da família se desenvolve um esquema de manutenção do *status quo*, pela perpetuação da estrutura social.

As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus* no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar o seu ser social, com todos os seus poderes e privilégios que é a base das *estratégias de reprodução*, estratégias de

fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas, e, por fim, estratégias educativas. (BOURDIEU, 2008. p. 35-36, grifos do autor).

Passa então a existir uma hierarquia dos contextos que precisa ser considerada antes de uma análise discursiva, para que seja entendido e estabelecido sob quais condições o discurso está sendo/foi/será (re) produzido. É esse entrelaçamento de poderes discursivos que torna o entendimento do contexto um fator crucial. Em muitas situações, conceitos como o de poder ou ideologia estarão de tal forma entranhados no contexto que é necessário ir então às formações basilares, no nosso caso, o próprio Estado brasileiro, para que, a partir daí, se faça um percurso ancorado em sólidos fundamentos e conceitos maiores como a própria Constituição Federal.

É recorrendo a ela que estabelecemos, então, o primeiro contexto que possibilita que o texto saia de seu estado de inércia no papel e se transforme em discurso e conhecimento, agentes de transformação da sociedade pelo ator social, via transmissão de informação por meios de comunicação em massa. Esse discurso, seja ele qual for, precisa ser sancionado pelo Governo brasileiro, tendo, portanto, vínculo direto de subordinação em vários níveis como o legal e o financeiro como veremos.

Antes de estudarmos o discurso do JN, é preciso estabelecer de onde vem o poder, a autorização do discurso para que esse programa possa então ser formulado e emitir a sua opinião sobre o que é (ou não) notícia e como será tratada, dimensionada dentro da sociedade, para que sua realização surta os efeitos desejados. Quem autoriza o JN da TV Globo a emitir para todo o território nacional é o próprio Estado que, em última instância, é quem tem o controle legal e os poderes coercitivos – inclusive da força física e da lei, afinal no Brasil as emissoras de TV são operadas em regime de concessão²⁷.

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, de 13/09/2012, a “TV lidera recebimento de publicidade federal. Dados divulgados pela Presidência mostram que dez empresas de

²⁷ O artigo da Constituição Brasileira que rege esse setor diz: Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. Parágrafo único. A lei disporá sobre: I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão. CAPÍTULO V – Dos Serviços de Telecomunicações, dos quais destacamos apenas os que nos parecem ser os artigos mais importantes, o que trata do poder da União e do prazo de validade das concessões. Art. 32. Os serviços de radiodifusão, nos quais se compreendem os de televisão, serão executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão.

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117/Compilada.htm>. Acesso: 31 mar.2013

comunicação concentram 70% da verba distribuída. Mais de 3.000 veículos receberam R\$ 161 milhões no governo Dilma; Secom afirma que critério adotado é o da audiência”.

Sob essas premissas de controle do governo sobre a telerradiodifusão podemos invocar a teoria de Althusser (1974) que criou os conceitos dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que são exatamente o que acabamos de argumentar: que é na confluência do exercício (pela força, legal ou não) das leis de comunicação em massa com o privilégio de poucos detentores dessas concessões que nascem as ideologias, ou melhor, que estas são passíveis de serem criadas. A observação de Brandão (2004) sobre Althusser – e as relações da teoria deste com a ideologia – é a de que o complemento para os AIE são os Aparelhos Repressores do Estado (ARE), que reserva apenas para si a legitimação do uso da força e da violência, uma perspectiva pouco abordada em geral, mas que nos parece fundamental para relacionar contexto legal, processos de legitimação pela ideologia e pela violência, em que ARE/AIE são instrumentos de função intercambiável, mas de finalidade idêntica.

Em Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (1970), Althusser afirma que, para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de representação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. É aí então que entra o papel do Estado que através de seus Aparelhos Repressores – ARE – (compreendendo o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.) e Aparelhos Ideológicos – AIE – compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação) intervém pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração. (BRANDÃO, 2004, p. 23, grifo do autor).

Após essa explanação não cabe perguntar se Althusser não estaria na verdade falando não apenas de ideologias, mas sobretudo de fatores geradores de contexto? Não são os ARE/AIE instrumentos utilizados a partir de um contexto com a finalidade de manter o *status quo* do mesmo? Parece-nos que temos aqui a interface entre ideologia e contexto.

Cabe dizer que todos esses processos que possibilitam a difusão das ideias de um determinado grupo já são ideologicamente marcados em si, pois nascem a partir da escolha de grupos privilegiados, cuja expectativa é a de cumprir uma determinada função nas práticas sociais. No entanto, a partir do momento em que a emissora entra no ar, as relações com o poder se modificam, pois a mídia detentora da concessão passa a ser um contexto e um poder ideologicamente enviesado em si mesmo, e vai trabalhar politicamente para assegurar a sua permanência nesses campos de privilégio social, negociando ideologias de um lado com o governo, de outro com os anunciantes e, sobretudo, forjando ideias e conceitos para a

população, instaurando, então, seu papel de “*power broker*”, expressão em inglês designada aos que “negociam o poder”.

Neste ponto o poder é uma mercadoria, que pode, deve e vai ser negociada entre diversas partes, visto que este – assim como os contextos e as ideologias – são de natureza dinâmica e instável.

Quando Althusser (1974) pensou suas teorias acerca dos ARE (Aparelhos Repressores de Estado) e dos AIE (Aparelhos Ideológicos de Estado), na verdade estava fazendo a relação dos contextos macro e micro que influenciam a criação e manutenção do poder pelas ideologias. Na conjugação dos dois conceitos temos de um lado os ARE, que atuam no nível macro, e são constituídos a partir do próprio governo e capilarizado pela sua administração em vários níveis, onde se incluem as forças policiais, de fiscalização, de autorização de alvarás de funcionamento, cartórios, tribunais, departamento de trânsito e todos os outros órgãos que servem para regulamentar o nosso comportamento e punir os desvios de padrão, com multas, interdições ou até a exclusão do sujeito da sociedade pelas prisões. Na outra ponta, complementando essa estrutura contextual, estão os AIE que operam no nível micro dentro da sociedade, como a divulgação de informações, as organizações sindicais, de classe, culturais, a escola, as igrejas, as leis e os tribunais, sempre lembrando que essas esferas operam dentro de uma “legalidade” autorizada, tornando-se partes compositivas de um mesmo processo pela força da mídia de massa que “agenda” os temas a serem pensados no dia, sejam a inflação, a visita do Papa ou as manifestações no Egito.

Isso é reiterado por Brandão (2012, p. 23) quando diz que: os dois conceitos se diferem por seu modo e área de atuação.

Dentre as diferenças que Althusser estabelece entre os ARE e os AIE estaria sua forma de funcionamento: enquanto os primeiros ‘funcionam de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia’, inversamente os segundos ‘funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica’.

Ao lançarmos um olhar mais crítico para essa situação, poderemos inferir que a ideologia e o poder se produzem a partir de um determinado contexto que permite a sua produção e reprodução, que é exatamente onde os dois começam a funcionar como um moto-perpétuo, retroalimentando-se. Assim, as revoluções só podem realmente ocorrer quando essa aliança for rompida e suas fontes reestruturadas e/ou os contextos não mais permitirem essas formações ideológicas, como no caso de Cuba, da Revolução dos Aiatolás no Irã, e de tantas

outras. De outro modo, ao manter as estruturas de ARE/AIE intactas, teremos apenas mudanças superficiais.

Em Dellinger (1995) encontramos o conceito de entender a audiência como sujeito, agente ativo na formação dos sentidos do discurso midiático, operando na função de construtor social da realidade a partir dos efeitos de sentido contidos na linguagem. O autor enfatiza que, pelo estudo metódico na estrutura e no contexto social dos textos midiáticos, é possível “desnaturalizar” as mensagens ideológicas que ganham sentido de corpo mais amplo ao serem observados como um todo dentro de contextos determinantes.

Fowler (1994) se ocupa de ressaltar a importância que o contexto exerce sobre o texto que será retroalimentado por ele sob a forma da legitimação, entre outras, tornando-se parte integrante do mesmo e fundamental para a sua análise e compreensão. Ele faz distinção entre três tipos de contexto: o de enunciação, o cultural e o de referência que se unem em um contínuo pela língua, que em última instância é a fonte dos nossos referentes e produtora dos nossos contextos. Essa explanação de Fowler nos parece tão completa na gênese e no fechamento do sistema que controla o poder pela língua, e, portanto, os modelos mentais que nos condicionam, que parece quase impossível de ser rompido, exceto pela força ou por uma redistribuição de poderes pela descentralização da mídia.

Enquanto crianças somos expostos a significados que servem os interesses de um grupo etário mais velho e autoritário [...]. O sistema educativo vigente ajuda a consolidar este processo de iniciação aos códigos de autoridade. As escolas e os professores, devidamente sancionados pelo Estado, transmitem códigos de comportamento e associações de significados que são directamente legitimados pela autoridade estatal através de inspeções periódicas [...]. À medida em que as crianças crescem, vão tomando contacto com uma língua oficial de significados legitimados através dos jornais, de filmes e da televisão, meios de comunicação que são geridos por grandes empresas comerciais e estatais. Esta língua legitimada é uma constante ao longo da nossa vida. A língua ‘autêntica’ é a que é utilizada na escola, em livros, na rádio, nos jornais e pelo governo. A nossa língua pessoal é restrita e mundana e, na medida em que incide sobre tópicos sociais, pessoais e políticos, torna-se profundamente ideológica por depender de conceitos legitimados. Assim se legitimam também conceitos como os de ‘raça’, ‘igualdade’, ‘progresso’, ‘valor’, ‘indivíduo’, ‘amor’, ‘inteligência’, ‘comunicação’, ‘trabalho’, ‘lei’, ‘autoridade’, ‘propriedade’, ou seja, todos os termos essenciais ligados à nossa vivência quotidiana e às relações que estabelecemos com os outros. (FOWLER, 1994, p. 52-53).

Dentro da mesma concepção de poder, encontramos em van Dijk (2008c) um posicionamento sobre a imbricação entre o controle do acesso ao discurso e o acesso às mentes, pois este se dá por meio dos contextos que permitem os atos comunicativos. O exemplo mais notório em nossa sociedade marcada por atos de exceção controlados pelas

elites é a “autorização” ou o aspecto da “legalidade” de uma greve ou um ato público, em que fica evidente que o poder é algo que a população delega a seus políticos e legisladores, sendo, portanto um valor legal. No entanto há a questão da legitimidade.

Nesse momento de repressão, impera o contexto da legalidade, que está sempre a favor das elites simbólicas ou não. Nesse sentido, van Dijk (2005b) segue afirmando que “as elites ou organizações poderosas” podem decidir quem é capaz de participar de um evento comunicativo, quando, onde e com que propósitos, o que certamente implica o “controle do contexto” em que se produzem os discursos e, conseqüentemente, conhecimentos; ainda, segundo van Dijk, (2005b, p. 21) “esse conhecimento cultural compartilhado é a base de toda a cognição social”, e todo conhecimento de grupo ou pessoal, em última análise, tem fundamento nesse conhecimento comum, “mesmo o conhecimento do perito altamente especializado”.

No entanto, é preciso observar que nem todo controle significa ausência ou escassez de informação, muito ao contrário. Uma das estratégias discursivas mais efetivas na mídia é o excesso de informação, que leva o consumidor a um ponto de saturação cognitiva, sem que necessariamente o tema tenha se esgotado ou o problema resolvido. E a explicação para isso é o que se chama em inglês de *Short Attention Span*, (Deficiência de atenção. Tradução nossa) que serve para designar uma deficiência em se manter atento em um assunto, que é um problema recorrente nas sociedades pós-modernas sujeitas a um grande fluxo informativo e diversas possibilidades de desvio. Para Lakoff (2010) o que existe no caso da questão ambiental é um problema de hipocognição, ou seja: uma deficiência no entendimento dos problemas ambientais que são múltiplos e reais e de ideias para solucioná-lo, e não frutos do imaginário. Assim, como cientista e linguista, o referido autor afirma:

No caso do ambiente, nós estamos sofrendo de uma massiva hipocognição. A razão é que (a questão do) ambiente não é apenas sobre o ambiente. Ele está intimamente interligado com outras áreas de problemas: economia, energia, comida, saúde, comércio e segurança. Na sobreposição dessas áreas nossos cidadãos, nossos líderes, nossos legisladores e jornalistas simplesmente não possuem *frames* (quadros de cognição/modelos mentais) para capturar a realidade da situação. (LAKOFF, 2010, p. 76).

Para um cientista social ou um linguista, acostumados a identificar campos de saber em diversas situações comunicativas, a identificação da heterogeneidade discursiva, que remete a diferentes condicionantes contextuais, no texto jornalístico pode não apresentar problemas cognitivos de maior grau para que o escopo mais amplo da notícia seja interpretado. Para o cidadão comum, sem acesso a outros saberes, que não os do seu

cotidiano, a notícia apresenta outros desafios, que estão no campo da cognição, visto que o seu contexto social é bastante diverso do de um sujeito letrado.

Ao realizarmos nossas análises, é necessário observar – e contrapor – o que existe de informação vinda “do outro lado”, ou seja, dos índios, e se ela é considerada dentro da construção dos referentes pelo JN. Um exemplo é a “dessacralização” do rio Xingu, tratado pelos índios como sagrado, mas apresentado apenas como um curso d’água visto sob um prisma utilitarista. Para o filósofo francês Luc Ferry: “O sagrado é aquilo pelo qual podemos nos sacrificar”. Ao retirar essa informação do contexto, o JN muda, por conseguinte, a estrutura do discurso e ao mudar o campo discursivo arrasta consigo todos os valores que seriam os mais importantes para se conhecer as causas de uma situação violenta. Para os índios a atitude de resistência decorre pela profanação do seu significante-mestre. Ao relevar, ou colocar em segundo plano esta informação, o JN força uma recontextualização em que um ato de violência passa a ser então injustificado. Assim, o controle social é feito pelo lado cognitivo antes de se ter de usar a força, o que resulta ser extremamente perigoso para a estabilidade de quem quer permanecer no poder, por diversos motivos, cuja crescente resistência a um governo violento seria uma das principais. Além disso, o controle das massas pelo seu enquadramento em modelos mentais pode levar à tomada de decisões antipáticas, como o endurecimento dos direitos humanos ou a participação em uma guerra, tendo sempre em nome os supostos “benefícios” que essas medidas trarão no futuro. van Dijk (2005b, p. 22) acredita que “modelos mentais representam como as pessoas subjetivamente constroem os eventos do mundo através de suas experiências. Muitas notícias são baseadas em modelos mentais”. Nesse momento entra um outro princípio importante que é desenvolvido pelos meios de comunicação em massa, que é a de participar à população o que o governo espera dela. É quando surgem as matérias “recomendadas” pelo governo, que deixam a mídia saber que precisa dela para uma determinada campanha. Isso explicaria as entradas e saídas, ou os aparecimentos e desaparecimentos das questões envolvendo Belo Monte na mídia, sobretudo na TV Globo. Nesse momento, o contexto legal tem um peso inegável na “voluntária” adesão jornalística aos desígnios do governo. Agindo dessa forma, via jornalismo, o governo tem várias vantagens.

Quando confrontados em nossas crenças, em nosso arcabouço de valores, em nossos esquemas mentais morais, o que no mundo atual ocorre com frequência inusitada, dada a quantidade e ao acesso que temos das informações e essas analogamente de nós – o que nunca havia acontecido antes já que estas nos alcançam de maneiras eletrônicas e virtuais que nem valem à pena enumerar visto que se tornam obsoletas automaticamente – é para o nosso

sistema de “proteção” do Eu que recorreremos para assegurar a estabilidade do nosso emocional e a da nossa identidade. Para Giddens (1999), a autoidentidade na modernidade é problemática para o Eu, justamente pela constante proposição de mudanças – reais ou não – que nos são apresentadas e que nos cindem entre aderir a elas, e com isso perder nossa identidade, ou ficar fora delas, e aí ser rejeitado pelo grupo social ao qual pertencemos. De outro modo como explicar o fenômeno de adesão das redes sociais? Seria maior a vontade de participar ou o medo de ficar excluído? Ele ainda considera que:

Cada pessoa reage seletivamente às diversas fontes de experiências diretas ou mediadas que compõem o *Umwelt* (no original em alemão, que traduzimos para ambiente). Uma coisa nós podemos dizer com alguma certeza é que em poucas instâncias o mundo dos fenômenos ainda corresponde aos valores habituais pelos quais um indivíduo se move fisicamente. Lugares são profundamente penetrados por influências distanciadas, quer isso seja olhado como causa para preocupação ou simplesmente aceito e inevitavelmente promovendo a fragmentação do Eu, para não mencionar sua desintegração em múltiplos ‘Eus’. Ele pode igualmente, em várias circunstâncias, promover uma integração do Eu. [...] Uma pessoa pode fazer uso da diversidade com a finalidade de criar uma autoidentidade distinta, que positivamente incorpora elementos de diferentes valores dentro de uma narrativa integrada. (GIDDENS, 1999, p. 417-418)

A suposta “individualidade” do Eu – por qual outro modo poderíamos caracterizar a geração do “I” (Eu em inglês) epitomizada pela fabricante de aparatos midiáticos Apple, com seus *I-Tunes* (Minhas Músicas), *I-Phone* (Meu Fone), *I-Pad* (Meu Tablete) vai servir para o indivíduo ser cooptado pelo mercado publicitário que anda a *pari passu* com os interesses comerciais (ou seja, todos) da TV. Sempre tratado como “indivíduo” o sujeito vai, na verdade, ser chamado a fazer parte do sistema que depende dele – e de sua adesão – para a própria permanência no poder. Nesse ponto, Giddens considera que as escolhas dadas por individuais, são governadas por forças de mercado e que nesse caso, a autoexpressão individual, está delimitada por um quadro mental rígido, visto que determina “quais as opções” o sujeito terá, desde que consuma determinado item.

Finalmente, é crucial admitir que os contextos, definidos como modelos mentais, controlam o processo de produção e compreensão do discurso e, portanto, as estruturas discursivas e as interpretações do discurso resultantes. Essa é a base cognitiva e a explicação daquilo que é tradicionalmente chamado de influência da sociedade sobre o texto ou a fala, e o processo que garante que os usuários da língua consigam moldar seu discurso *adequadamente* em relação às propriedades da situação comunicativa (que para eles são) relevantes, o que resultaria finalmente em conhecimento, que é a efetivação, a “materialização” do discurso no indivíduo, cujo objeto foi (dotado de) “significado”.

Quando Hessen descreve o percurso do conhecimento em suas diversas etapas de cognição, até ser apreendido por nós, reconhece que há diversas “operações mentais” que consideramos estarem condicionadas de maneira análoga às diversas estruturas contextuais que delimitam a observação do objeto de estudo. Isto significa que para entender as delimitações dos contextos que nos são impostos no processo cognitivo, é preciso saber quais limites devem ser mentalmente ultrapassados, pois:

Conhecer significa apreender espiritualmente um objeto. Essa apreensão, via de regra, não é um ato simples, mas consiste numa multiplicidade de atos. A consciência cognoscente deve, por assim dizer, rondar seu objeto afim de realmente apreendê-lo. Ela relaciona seu objeto a outros, compara-o com outros, tira conclusões e assim por diante. É isso que faz o pesquisador nas ciências especializadas quando quer determinar seu objeto sob todos os ângulos. Mas é também isso que faz o metafísico quando quer, por exemplo, apreender a essência da alma. Em ambos os casos, a consciência cognoscente serve-se das mais diversas operações mentais. Sempre se trata de um conhecimento mediato, discursivo. Esta expressão é especialmente pertinente, pois a consciência que conhece move-se, de fato, para lá e para cá. Pergunta-se agora se, além do conhecimento mediato, há um imediato; se, além do discursivo, há um intuitivo. Um conhecimento intuitivo é um conhecimento, como o nome já diz, pelo olhar. Sua característica consiste em que, nele, o objeto é imediatamente apreendido, como ocorre principalmente na visão. Não há dúvida de que existe esse conhecimento. Tudo que nos é dado na experiência externa ou interna é imediatamente apreendido por nós. (HESSEN, 2000, p. 70).

Finalmente, transpondo o postulado apresentado para o campo dos contextos, apresentamos o roteiro que melhor define as categorias contextuais para as nossas análises a partir do preceito de van Dijk (2008c, p. 221) para quem:

Os contextos devem ser definidos em termos dos modelos mentais de eventos comunicativos dos participantes. Isto é, eles são representações avaliativas do *self* e de outros participantes, e das outras categorias da situação comunicativa relevantes para o discurso, tais como, por exemplo, van Dijk (1997a, 1998b)²⁸.

- I. Domínio como um todo (por exemplo, a política)
- II. Ação societal como um todo (legislação)
- III. Situação corrente (hora, localização)
- IV. Circunstâncias correntes (projeto de lei a ser discutido)
- V. Interação corrente (debate político)
- VI. Gênero discursivo corrente (discurso)
- VII. Os vários tipos de papel dos participantes²⁹ (técnico, índio, ambientalista)
- VIII. As cognições dos participantes (metas, conhecimentos, crenças).

²⁸ Cognitive Context models and Discourse. In: STAMENOW, M. (ed.) **Language, structure, discourse and the access to consciousness**. Amsterdam: Benjamin, 1997a. p. 189-226.

Towards a theory of context and experience models in discourse processing. In H. Van Oostendorp e S. Goldman (Eds). **The construction of mental models during reading**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1998b

²⁹ No original : falante (ou *speaker*), MP que significa em inglês *Member of Parliament*, Membro do Parlamento, Partido Conservador etc., que são referências ao Parlamento Britânico e, portanto fora do nosso contexto.

2.6 Interações de Poder, Hegemonia e Legitimidade

Consideramos que os conceitos de poder, hegemonia e legitimação estão intrinsecamente ligados na medida em que o poder, como valor instável, sempre sujeito às práticas sociais que o negociam em nome de e a partir de, necessita de uma estratégia para a sua perpetuação que é, em suma, a estratégia da busca hegemônica onde a legitimação é um de seus valores mais utilizados. Como nenhum poder é absoluto, e estamos falando de poder como fator integrado e de alcance social, não individual, as diversas instâncias que o detêm são obrigados a estar em constante negociação como ocorre na esfera governamental entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Esta distribuição seria, inclusive, uma forma de se evitar o abuso de poder na democracia, com a preponderância de um setor sobre outro. Na visão de van Dijk (2008c, p.87): O Poder é uma propriedade das relações entre grupos, instituições ou organizações sociais.

Isso deveria ocorrer em uma situação ideal, o que sabemos não ser o caso, já que a negociação política no Brasil frequentemente trabalha dentro das relações de privilégio que um grupo pode barganhar com o outro, e não buscando o bem da comunidade. Desse modo, por meio de uma delegação de poder, que é acionado de acordo com a conveniência de cada um, o Executivo pode se referir ao Legislativo ou ao Judiciário em busca da legitimação dos seus atos políticos colocando-os na esfera da ilegalidade, seja criando uma lei específica que resolva certos entraves ou acionando ditas leis para legitimar suas ações repressoras. Voltamos assim à confluência dos ARE/AIE de Althusser, que no caso de Belo Monte é de fundamental importância, já que consideramos o contexto legal talvez o mais importante, justamente por ser o campo de disputa de maior intensidade em busca da legitimação³⁰ entre os Ministérios Públicos Estadual do Pará e o Federal, e diversas instâncias da União como o Ibama, a Funai e o BNDES. Quando van Dijk (2008c) se refere à questão do acesso ao discurso como uma das dimensões da dominância, relacionando discurso e poder social, acreditamos que podemos incluir não só o acesso ao discurso midiático, mas, sobretudo, o acesso ao poder político que formata as leis, cria salvaguardas para si mesmo, e depois comunica a legalidade dos seus atos sempre com a referência da letra forte da lei. Ocorre que

³⁰ Para um maior detalhamento entre o histórico dessas disputas legais, aconselhamos consultar o site do Instituto Socioambiental. <www.socioambiental.org>

legalidade e legitimidade são conceitos bastante distintos conforme aponta Habermas (1976, p.178) onde o primeiro se baseia na lei e privilegia quem tem acesso a ela em todo o seu percurso, inclusive para refutá-la e interpretá-la, e a segunda se efetiva na esfera social, via discurso, pois “legitimidade significa que existem bons argumentos para que uma ordem política possa ser reconhecida como certa e justa; uma ordem legítima merece reconhecimento” o que alarga o conceito visto por Weber (1977) que o faz a partir do ponto de vista da autoridade que necessita cultivar a crença constante em sua legitimidade e que esta precisa ser comunicada para criar efeito de sentido. Para tanto, Berger e Luckmann (1974, p.126) chegam a dizer que “toda linguagem é uma forma de legitimação”, elaborando que esta se inscreve no universo do simbólico, pois:

A legitimação enquanto processo é melhor definida dizendo-se que se trata de uma objetivação de sentido de “segunda ordem”. A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de “primeira ordem”, que foram institucionalizadas. Embora definamos a legitimação por esta função, sem levar em conta os motivos específicos que inspiram qualquer processo particular legitimador, deveríamos acrescentar que a “integração”, de uma forma ou de outra, é também o propósito típico que motiva os legitimadores.

Em nossas análises, buscaremos justamente as vozes que apresentam seus argumentos de autoridade, legitimados dentro de sua esfera de atuação, que na verdade funcionam como uma nova recontextualização, já que é preciso apresentar/reforçar a partir de quais bases vem o discurso. Desse modo podemos antecipar que o Ibama validará as licenças ambientais, a Funai dirá que os índios não serão prejudicados, o BNDES de justificar que o dinheiro público está sendo bem gasto e os especialistas em energia que vão dizer que o Brasil necessita de hidrelétricas para seu crescimento. Não se trata de antecipar ou de adivinhar o discurso dessas entidades, mas é por dedução lógica, considerando que cada uma dessas instituições tem um papel específico – a partir do qual ela está autorizada a emitir opiniões legítimas – e, no caso de discordância individual das orientações do governo na “integração” dos setores, que entendemos como uma rede de legitimação em todas as vias possíveis, efetua-se a troca do “indivíduo” para que “instituição” permaneça com o seu poder intacto. Esse percurso é exatamente o ocorrido quando Marina Silva, então Ministra do Meio Ambiente durante a gestão Lula, “renunciou” em função de seus permanentes atritos com a então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao não permitir que o Ibama emitisse licenças para a construção das usinas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira.

A partir do estabelecimento das estratégias de legitimação do governo por meios da utilização de suas instâncias internas, é preciso transformar esse poder legitimado em estratégias de permanência no poder a longo prazo, instrumentalizando o poder conquistado e transformando-o em estratégia política buscando a hegemonia, que para nós encontra definição no que van Dijk (2008, p. 88) descreve como: “*Dominância* é entendida aqui como uma forma de *abuso* de poder social, isto é, como o exercício moral e legalmente ilegítimo de controle sobre outros em benefício ou interesse próprio de alguns, frequentemente resultando em desigualdade social”.

De acordo com Fairclough (2001) é preciso recorrer não só a Althusser e aos seus conceitos de AIE/ARE, mas também ao filósofo Gramsci³¹, que trabalhou o conceito de hegemonia, para entender o discurso como prática social e sua interação com a ideologia, apesar da história se encontrar em um período de “crescente impopularidade do marxismo”. Primeiramente apresentamos seu posicionamento teórico com base nos postulados de Althusser:

As bases teóricas que tenho em mente são três importantes asserções sobre ideologia. Primeiro, a asserção de que ela tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que a ideologia ‘interpela os sujeitos’, que conduz à concepção de que um dos mais significativos ‘efeitos ideológicos’ que os linguistas ignoram no discurso (segundo Althusser, 1971:161, n.16), é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os ‘aparelhos ideológicos de estado’ (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente. (FAIRCLOUGH 2001, p. 116-117).

Ao invocar o conceito de hegemonia baseado nas teorias de Gramsci, Fairclough (2001, p.122) esclarece que esse conceito faz a ligação entre o capitalismo ocidental e a estratégia revolucionária (na Europa Ocidental, diga-se), pois ela:

Harmoniza-se com a concepção de discurso que defendo e fornece um modo de teorização da mudança em relação à evolução das relações de poder que permite um foco particular sobre a mudança discursiva, mas ao mesmo tempo um modo de considerá-la em termos de sua contribuição aos processos mais amplos de mudança e seu amoldamento por tais processos. Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’.

³¹ Parece-nos fundamental acrescentar que o autor foi vítima do fascismo na Itália e que a maior parte de sua obra foi produzida na prisão.

Desse modo, podemos concluir que o controle hegemônico do discurso é a princípio um conceito que é estabelecido para a manutenção do *status quo*, portanto claramente anti-revolucionário, no sentido de cambio hegemônico. A relação de poder entre a mídia e o governo também se insere neste “equilíbrio instável”, onde a vocação principal de uma emissora de TV é a manutenção de seus privilégios como mediador social. A partir disso inferimos que o texto jornalístico não pode levar o enunciatário a se emancipar, pois depende intrinsecamente da permanência deste sob sua esfera de influência. Desse modo, podemos afirmar que a notícia nunca é de natureza emancipatória. Essa dependência precisa ser construída e mantida ao longo da programação televisiva, e mesmo que esta pareça atuar em esferas diferentes no sistema cognitivo da audiência, nela subjazem ideologias que estão interligadas, pois não pode haver ruptura ideológica entre um programa e outro. Nossa dedução foi feita pelo percurso estabelecido pelas leituras do historiador inglês Williams (1983) a partir do ponto de vista do uso histórico e das evoluções etimológicas de hegemonia.

Utilizado desde a Grécia antiga no sentido de liderança, o termo tinha conotação de supremacia de um Estado sobre o outro, daí a sua correlação com o imperialismo, no sentido de predominância ou princípio mestre. É a partir de Marx, e posteriormente de Gramsci, que hegemonia passa a valer também para as relações entre classes, e apesar de remeter a uma visão de mundo e das relações humanas, a hegemonia se diferencia do conceito de ideologia além de expressar a visão da classe dominante, ela necessita de uma aceitação da classe dominada pelo chamado “senso comum”, “a realidade normal”. É justamente nessa “normalidade” que reside um estado que denuncia qualquer tentativa de derrubar o poder, ou seja: a ruptura ideológica pela força, cujo encadeamento o autor descreve:

Desse modo afeta o pensamento sobre Revolução no sentido de que ela enfatiza não apenas a transferência de poder político ou econômico, mas o derrubada de uma específica **hegemonia**: isto significa dizer uma forma integral de controle de classe que existe não apenas em instituições políticas e econômicas, mas também em formas ativas de experiências e consciência. Isto somente pode ser feito, é argumentado, pela criação de uma **hegemonia** alternativa – uma nova prática e consciência predominantes. (WILLIAMS, 1983, p.144-145 grifos do autor)

Assim podemos concluir que as relação entre poder, legitimação e hegemonia são uma forma de recontextualização (VAN LEEUWEN, 2008, p. 105) pois “ envolve não apenas a transformação de práticas sociais em discursos sobre práticas sociais, mas também a adição de legitimações contextualmente específicas dessas práticas sociais”.

O processo de criação de novos sentidos pela recontextualização é extremamente complexo, pois envolve uma mudança paradigmática pelo dialogismo entre as diversas esferas sociais, já que no conceito de Fairclough (2001, p. 22): “qualquer ‘evento’ discursivo [...] é considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”. Essa inter-relação se dá na medida em que a prática social incorporará de modo “naturalizado” aspectos referentes aos elementos constitutivos/construtivos que permitem determinados discursos enquanto que a prática discursiva se refere aos meios pelos quais estes autorizam e legitimam determinadas práticas sociais, cujo elo de sustentação entre eles são as ideologias.

2.7 Ideologia

O conceito de ideologia tem passado por várias ressignificações ao longo da história moderna. No entanto, o conceito imanente nos remete a Bakhtin (1997, p. 36) e a dependência da ideologia da palavra para poder existir.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (grifo original).

O uso da palavra e o acesso ao discurso midiático são fontes de privilégio, formas de exercer, criar ou fazer abuso do poder e de, portanto exercer a dominância. O discurso midiático se pretende imparcial, em função de princípios e valores que serão abordados no Capítulo 3, e que fazem parte do que podemos chamar de uma reserva de mercado do jornalismo. Isto é: o jornalista se reserva o direito de abordar todo e qualquer assunto em nome da informação, ao mesmo tempo em que faz uso de estratégias de construção discursiva e de estruturação narrativa que são fundamentalmente ideológicas, mas que, são de difícil reconhecimento como tal pelo leitor/telespectador, a menos que este tenha conhecimento amplo do tema abordado.

Uma das formas mais utilizadas pela mídia para se criar conceitos ideológicos que vão formar o chamado conhecimento comum, os frames ou modelos mentais é o que foi sumariado por van Dijk (2005, p.197) e denominado de “quadrado ideológico”.

Este sistema opera por oposição, colocando em espectros opostos dentro do quadro social os grupos que têm o acesso ao poder, que ele denomina de grupo endógeno, o Nós, ao Capital (no sentido amplo de educação, finanças, formação de leis etc.) e que estão em constante negociação para se manterem nessa posição. Do outro lado, está o grupo exógeno ao poder, formado por Eles, mas que de algum modo oferece resistência à hegemonia do grupo Nós, ou é cooptado por este grupo para legitimar suas práticas sociais, que poder estar em dissonância com os interesses do grupo eles.

Do ponto de vista de práticas discursivas, o “quadrado ideológico” opera então da seguinte maneira.

- Enfatizar as nossas propriedades/acções boas
- Enfatizar as propriedades/acções más deles
- Mitigar as nossas propriedades/acções más
- Mitigar as propriedades/acções boas deles

Dentro da perspectiva de Lacan, essa “interpelação do sujeito” pela ideologia ocorre em três registros distintos que são: o Simbólico, o Imaginário e o Real, que fazem parte do quadro mental que afeta o processo cognitivo no ato de ver TV. Para Lacan, de acordo com Bracher (1993), ao serem observados dentro da cultura tais registros se manifestam na forma de: Significantes, Imagens e Fantasias, onde o primeiro é o mais importante para se entender o desejo, fator importante para se entender o controle, já que nos processos de dominação pelo discurso é preciso que B deseje o sistema de valores e crenças (em suma, as ideologias) de A, para que o processo de doutrinação seja efetuado.

‘É como uma derivação da cadeia de significantes que o canal do desejo flui’ (*Ecrits: A Selection* 259). A questão então é saber como exatamente a cadeia de significantes baseada no Outro Simbólico, opera com o desejo? Primeiro, os próprios significantes funcionam como objetos do desejo – em quatro modos básicos, derivando de quatro modos de desejo identificados acima. *Desejos passivo* – *narcisísticos da ordem Simbólica*, envolvem o desejo de que o Outro Simbólico – a mais alta autoridade ou fonte de sentido constituído pela ordem Simbólica e epitomizado em nossas noções de Natureza, Sociedade, Deus e assim por diante – amem o sujeito de algum modo, isto é, valoriza, se preocupa com ele, reconhece, ou

mesmo simplesmente tenha em conta a existência do sujeito. (BRACHER, 1993, p. 23, grifos do autor).

É por meio dessa ordenação de valores que os discursos – que consideramos basilares, como os que remetem às ordens do discurso religioso Ocidental carregado de negativas e proibições e tempos imperativos – impregnam as palavras do que Lacan chama de Significantes-Mestres. Nossas reações se dão a partir do momento em que somos desafiados em nossas crenças, cujas palavras atingem de maneira negativa nossos Significantes-Mestres, sejam eles de natureza ou ideologia política, religiosa, moral, social ou mesmo esportiva. Esses Significantes-Mestres remetem a uma interdiscursividade da qual não somos capazes – e, possivelmente, nem queremos – escapar, já que por serem de natureza polifônica não temos condição de dialogar ou questionar o que já está estratificado de maneira dogmática. Essa instância de dominação é vista como uma questão de poder que conduz à manipulação, por isso entendemos que esta é uma forma de transmitir informação cujo resultado não atende aos melhores interesses do receptor. Algumas das características de forma de abuso do poder são compiladas como sendo fruto das relações entre indivíduos dentro de um grupo – ou outro tipo de formações sociais – cuja resultante seja representativa ideologicamente do posicionamento do grupo, mas não pode ser atribuída a um único indivíduo.

Em sua obra *Ideologia*, totalmente dedicada a abordar e desenvolver o tema, van Dijk (2006, p. 391) faz a construção do tópico pelos estudos do Discurso, da Cognição e da Sociedade e chega à conclusão de que “em um sentido geral e abstrato, as ideologias estão concebidas como a interface entre propriedades fundamentais (por exemplo, interesses, objetivos) de grupos sociais e as cognições sociais compartilhadas de seus membros”.

Podemos inferir então que ao atuar ideologicamente, um determinado grupo busca relações de poder. Para Fowler et al. (1979, p. 186) é a ideologia inscrita no discurso que cria a necessidade de uma análise crítica para se entender as relações dominação.

Se o significado linguístico é inseparável da ideologia, e ambos dependem da estrutura social, então a análise linguística deveria ser uma poderosa ferramenta para o estudo dos processos ideológicos que medeiam as relações de poder e controle. Mas a linguística é uma disciplina acadêmica, e como toda disciplina acadêmica, está apoiada em uma série de pressupostos que constituem uma ideologia do sujeito. Não é um instrumento neutro para o estudo da ideologia; é um instrumento que foi neutralizado. Existe então a necessidade de uma linguística que seja crítica, que esteja consciente dos pressupostos em que se baseia e que esteja preparada para refletir criticamente sobre as causas subjacentes dos fenômenos que estuda e sobre a natureza da sociedade à qual pertence a língua (estudada).

Para Allen (1992, p. 27), nada do que se vê na TV está desprovido de consequências sobre a nossa cognição com efeitos ideológicos imediatos. Mesmo uma publicidade, aparentemente inocente, leva-nos a uma esfera de alteração de percepção de valores, do que é bom ou ruim, do que precisamos para sermos felizes ou infelizes no caso de não obtermos acesso ao bem material desejado. O autor acredita que ver TV é como assinar um contrato entre nós e uma gigantesca instituição, em que não apenas o texto vai nos influenciar, mas a própria instituição irá agir como um todo ideológico.

Dentre as noções que consideramos talvez as mais importantes para se entender as relações ideológicas no mundo ocidental, são: a democracia e a liberdade. Talvez por já terem se tornando tão naturalizadas – conforme menciona Fairclough (2001) – passam por desapercibidas como instrumentos em nome dos quais se fala ideologicamente. Uma das raras exceções a fazer menção a esses valores como instrumentalizados pelas elites é o linguista americano Chomsky (1997), talvez, justamente por estar tão imbuído deles como crítico da sociedade americana que se apoia nesses valores repetidamente como se fosse um mantra. Na verdade, o estudioso aponta para a estrutura atual da sociedade capitalista como sendo análoga às das chamadas sociedades socialistas em seu desprezo pelas massas, em tese as detentoras da democracia por terem o poder do voto em suas mãos, pois:

A teoria liberal – democrática e o Marxismo – Leninismo estão muito próximos em suas premissas ideológicas. Eu penso que esta é uma razão pela qual as pessoas acharam tão fácil nos últimos anos mudar de uma posição para a outra sem nenhum sentido particular de mudança. É apenas uma questão de avaliar onde o poder está. Talvez haja uma revolução popular, e isso vai nos colocar no poder; ou talvez não haja, e nesse caso nós apenas iremos trabalhar para as pessoas com o poder de verdade: a comunidade de negócios. Mas nós faremos a mesma coisa. Nós levaremos as massas estúpidas para um mundo o qual elas são por demais tontas para entender por elas mesmas. (CHOMSKY, 1997, p. 11).

Consideramos que nenhuma forma linguística de modo isolado tem sentido como tal e, portanto, não possui nenhuma função ou significado, pois a linguagem não pode nunca aparecer por si mesma, mas sempre como representante de um sistema de termos linguísticos que perfazem por eles próprios sistemas discursivos e ideológicos. Consequentemente, o conjunto definido e delimitado que constitui um discurso é por si mesmo expresso e organizado por uma ideologia determinada em função de que tanto o enunciador como a forma linguística do texto exprimem conteúdos ideológicos, visto que os textos são selecionados e organizados sintática e semanticamente para que a sua relação de estrutura e conteúdo reflita a organização ideológica daquele determinado segmento da sociedade.

Ao abordar a questão dos conceitos englobados em “ideologia”, Brandão (2004) recorre aos estudos de Marx e Engels, para explicar que as ideias das classes dominantes, justamente pelo fato de estarem no poder e terem acesso privilegiado aos Capitais (no sentido geral de bens (i) materiais) constituem-se nas ideias que orientam o conjunto de valores de uma sociedade, seja pelo religioso, pelos conceitos de classe, pelos valores de “ordem e progresso”, pelos conceitos militares, aos quais se recorre sempre em nome de uma verdade estabelecida, daí a aceitação bastante difundida de que ideologias são falsas crenças ou ideias distorcidas. Isso ocorre porque, explicam Marx e Engels:

Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e distribuição de ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (MARX e ENGELS, 1965, p.14).

Vejamos que o mesmo conceito é apresentado por van Dijk (2008c, p. 121, grifos do autor) sem fazer referências aos princípios Marxistas, pois amplia a abordagem para o cognitivo.

Se controlar o discurso é uma das principais formas de poder, controlar as mentes das pessoas é a outra forma fundamental de reproduzir a dominação e a hegemonia. Dentro da perspectiva da ACD, o ‘controle da mente’ envolve muito mais do que a mera aquisição de crenças sobre o mundo através do discurso e da comunicação. A seguir indicaremos os modos como o poder e a dominação participam do controle mental. Em primeiro lugar, os receptores tendem a aceitar crenças, conhecimentos e opiniões (salvo se forem inconsistentes com relação a suas crenças e experiências pessoais) através do discurso produzido por aqueles que são considerados fontes autorizadas, confiáveis ou críveis, tais como acadêmicos, peritos, profissionais, bem como meios de comunicação de confiança (Nesler et. Al., 1993). [...] Uma vez que possuímos uma ideia elementar acerca de algumas estruturas da mente e o que significa controlá-la, a pergunta crucial a ser feita é como o discurso e as suas estruturas são capazes de exercer esse controle. Como sugerimos anteriormente, essa influência discursiva pode ocorrer devido ao *contexto*, assim como às *estruturas dos textos orais e escritos em si*.

É preciso analisar, compreender e explicar as relações envolvidas nos complexos processos históricos que produziram os atuais contextos que vão se transformando pela interação dos atores sociais e seus processos interdiscursivos, produzindo o curso da história. A recontextualização permanente precisa ser levada em conta se quisermos entender o presente e fazermos uma projeção para o futuro. Futuro aqui, não é um tempo adiante sem conexão com o presente, mas uma projeção antecipada aonde (não) queremos chegar, em função das bases sociais sobre as quais estamos trabalhando. A luta de classes e de ideologias é um movimento constante dentro das sociedades, por mais estável que elas possam parecer

como a chamada democracia americana, ou as ultraconservadoras ditaduras árabes como a Arábia Saudita e os judeus ultraortodoxos.

Ao explicar a importância do controle da mente do enunciatário pelo enunciador, van Dijk (2008a, p. 121) deixa claro que esse fluxo tem um sentido mais forte nesta direção do que o reverso, embora este também ocorra. A questão fundamental aqui é saber quem controla o discurso, e o indivíduo pode muito menos em relação à comunicação em massa, embora como já abordamos no capítulo anterior, o conceito de *self-media* de Chouliaraki (2010) e outros, é cada vez mais descentralizador deste poder. No entanto, como estamos falando da relação do JN como enunciador e a audiência como enunciatária, prevalece a relação ascendente de poder de comunicar de um sobre o outro.

Uma das formas mais persuasivas das ideologias é por meio de sua “naturalização”, ou seja, a partir do momento em que uma nova orientação ideológica deixa de causar estranhamento no sentido cognitivo, cujo ator social não só é instado a participar mentalmente daquele novo valor, mas também passa a desejar que ele aconteça, tornando-se um instrumento social ativo no convencimento de outros.

Nesse sentido, Fairclough (2001, p. 117) afirma que:

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação.

Sabemos que uma das melhores maneiras de se estabelecer esse “senso comum” via programação televisiva é criar um elo condutor que contenha os valores ideológicos incutidos e que perpassa toda a programação, criando a sensação de que aquele modo de pensar está presente, tanto nos programas “reais” como o jornalismo e os esportes como nos de ficção como as novelas. Desse modo, fica quase impossível escapar à “naturalização” de determinadas mensagens que se quer transmitir e é preciso fazer um escalonamento para que isso aconteça, para que a adaptação do sujeito a esse agendamento seja gradual. É bastante corrente no jornalismo, associar o tema abordado, o tópico, com algum estudo de fundo científico, para que ele ganhe ares de respeitabilidade, já que pelas mãos da ciência é possível transmitir ideologias próprias de modo terceirizado, sem aparente envolvimento. Isso remete ao conceito de pressuposição, uma implicação semântica com uma proposição de verdade fora do enunciado formando um conhecimento cultural tácito que dá significado ao discurso,

tornando-se ferramenta ideológica importante por trabalhar de modo indireto, não declarado no discurso justamente pela pressuposição de que o enunciatário concorda com o que está sendo dito. Resumindo, van Dijk (1997, p. 146) aponta que: é precisamente por dizerem a respeito a conhecimentos ou outras crenças não declaradas, que o locutor as toma simplesmente por verdadeiras e que são capazes de “apresentar” proposições ideológicas cuja verdade não é, de forma alguma, incontestável. Como prática jornalística isso pode ser aplicado dentro de uma elaborada estratégia de levar para planos externos a discussão de um problema, dando a impressão de que existe um debate em aberto e cujo final corresponde a um novo paradigma a ser seguido. No entanto a estrutura retórica já se encontra previamente delimitada pelo campo das pressuposições, o que significa que qualquer que seja a conclusão da validade ou não do que está sendo arguido o final será sempre pré-determinado pela limitação prévia dos campos considerados.

A força motriz dessa tática é a necessidade que o ser humano tem de ser social, de participar e de ser aceito em seu meio e, quando esse meio começa a mudar, ele quer se adaptar. Ao ouvir a argumentação ser montada de modo “irrefutável”, e sem ter capacidade de contra-argumentar, sozinho, como telespectador, a adesão se torna facilitada, pois já existe toda uma estrutura lógica pronta para ser reproduzida. De maneira análoga, quando essa estratégia é descoberta, revelando sua vocação insidiosa, o grupo tende a reagir de maneira negativa, percebendo que a aceitação desses valores, na verdade, vai contra os seus interesses maiores e acaba criando, por consequência, modos discursivos que se apropriam dessa pressuposição falaciosa e se tornam métodos de resistência.

Essas observações só podem ser de conhecimento para quem trabalha com mídia de comunicação em massa, sabendo que não existe orientação ideológica separada para cada programa. É preciso que todos estejam em sintonia não apenas entre si, internamente, mas também – e, sobretudo – com outros *players* que atuam com poder dentro desse contexto como as agências de publicidade, as igrejas, o governo, a política em geral, a própria mídia e assim por diante. A TV – como todo sistema ideológico inscrito na sociedade – busca a estabilidade do poder e não o confronto com ele.

No Capítulo 3, descreveremos o percurso histórico e institucional promovidos pelas elites, que em termos gerais se apropriaram dos conceitos de democracia, liberdade de imprensa, livre iniciativa, sociedade ocidental livre e tantas outras, ao mesmo tempo em que negam o acesso do público para ter voz na mídia. Isto significa que os conceitos aqui arrolados como poder, hegemonia ideologia e outros, são partes constitutivas de um todo que precisa ser controlado, que é a sociedade, não podendo, portanto serem vistos ou analisados

como conceitos separados. Em suma: foram as elites que pela necessidade de criarem e manterem seus privilégios criaram a comunicação em massa, e não esta que se instalou no seio da sociedade, como resultado ideológico altruísta de homens de bem.

CAPÍTULO 3 – TELEJORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

*Quem lê tanta notícia?*³²
Caetano Veloso

A epígrafe citando Caetano Veloso opera em vários campos simbólicos, muito além do sentido dado ao enunciado. Primeiro é uma pergunta retórica, que em si é a base que funda o jornalismo. Jornalismo sem pergunta é o “avesso, do avesso, do avesso”³³, não é nada, não sai do lugar de origem, que é o ponto inicial do enunciador e para o qual deveria obrigatoriamente sair para voltar com respostas.

O jornalismo pressupõe informação com base na dúvida, na crítica, sem isso se torna relações públicas, lugar de negociação de poderes, que não tem nenhuma correspondência com o interesse público. O que existe de tão premente na nossa ignorância que não “sabemos” o que acontece? Esta é a pergunta que nos coloca dialeticamente em relação ao jornalismo. É possível viver sem saber? Não é o viver uma questão que implica saber sobreviver?

A ideia baconiana de que o “conhecimento é o poder” parece, sem dúvida, animar a construção do dispositivo pós-moderno de legitimação. No entanto, é preciso notar que, para Bacon, pensar dessa maneira constituía um modo de tentar abolir a oposição entre “técnica” e “emancipação” sem o abandono desta. (BARBOSA, 2011, p. xiii).

A pergunta então tem a função de descobrir porque a mídia nos daria poder se este é o bem supremo e que não pode, nem deve, ser repartido? Mas seria essa informação – baseada na linguagem escrita – o poder que nos levaria à emancipação ou é apenas um “cavalo de Troia”, que ao penetrar no nosso imaginário como valor servisse apenas à nossa submissão?

Nosso objetivo é demonstrar como, ao se apropriar das práticas discursivas e dar a elas o revestimento de “informação”, o telejornalismo utiliza-se das “notícias” para codificar mensagens de manipulação e orientação da massa, transformando-se então em uma máquina de propaganda que, ao mesmo tempo em que prega a democracia – em seu próprio benefício - trabalha consistentemente para retirar da população qualquer consciência ou poder decisório.

³² Trecho da letra da música “Alegria, Alegria” de Caetano Veloso, apresentada no Festival Internacional da Canção em 1967.

³³ Trecho da letra da música “Sampa” de Caetano Veloso.

Para Sodré (2001, p. 15), é preciso levar em conta toda a amplitude de causa e efeito da televisão:

O que pode parecer um fenômeno ‘natural’, resposta lógica a uma necessidade ‘espontânea’, deve ser visto, no entanto, como um caso particular de extensão das renúncias, das alienações originais, que a evolução da ordem produtiva impõe aos sujeitos. Assim, às alienações de ordem econômica, sexual, política e linguística – necessárias para que o indivíduo se inscreva simbolicamente na Ordem Social e nas relações por ela instituídas – junta-se agora a alienação da expressão dialogal. Na grande concentração humana, o sujeito obriga-se a abrir mão do primado do contato para não mergulhar no caos do sentido.

No decorrer deste capítulo iremos dialogando com o documento produzido pelas Organizações Globo (OG), e lido no ar pelo JN. Focaremos principalmente no preâmbulo do texto que se chama “Breve Definição do Jornalismo”. Nossa intenção é mostrar que as raízes da argumentação da TV Globo, encontram-se fortemente fincadas num sistema que ela busca proteger e justificar.

Se fizermos um paralelo entre o JN hoje e o Editorial das OG, poderemos ver as intercorrências textuais. É possível identificar claramente os conceitos de polifonia, intertextualidade e interdiscursividade, evidenciadores de que as estruturas ideológicas sobre as quais as OG se assentam, foram há muito implantadas nos Estados Unidos. Esse documento trabalha com valores como “democracia” e “liberdades individuais”, que hoje estão esvaziadas de qualquer sentido real, tendo-se tornado apenas “palavras de ordem”, como podemos observar nos trechos a seguir:

As Organizações Globo serão sempre independentes, apartidárias, laicas e praticarão um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não serão, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderão intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre-iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza.

A afirmação destes valores é também uma forma de garantir a própria atividade jornalística. Sem a democracia, a livre iniciativa e a liberdade de expressão, é impossível praticar o modelo de jornalismo de que trata este documento, e é imperioso defendê-lo de qualquer tentativa de controle estatal ou paraestatal. Os limites do jornalista e das empresas de comunicação são as leis do país, e a liberdade de informar nunca pode ser considerada excessiva.

Os jornalistas devem ser escolhidos entre os mais capazes em suas áreas e funções, entre aqueles que têm a democracia e a liberdade de expressão como valores absolutos e universais. (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011)

Para Gomes (2009, p.1), este “posicionamento” ideológico é constitutivo de base e faz parte da encenação das crenças socioculturais que a mídia gosta de postular sobre si mesma, sem que, no entanto, haja alguma possibilidade de se verificar o fato. Isto é: o que a mídia consegue fazer, investigar, questionar, verificar, ela mesma não possibilita, pois a primeira função do jornalismo é a de servir aos seus próprios interesses e assegurar o seu poder dentro do sistema.

E não poderia ser de outra forma, pois o jornalismo tem, entre outras, uma origem panfletária que conchama à ação política, que congrega em torno de ideais e mobiliza em direção a lutas. Ele conserva esta espinha dorsal, ainda que muitas vezes só insinuada pela posição ideológica das empresas jornalísticas, que, no entanto, se torna evidente, como marca das últimas décadas, no viés da crítica, da denúncia, da vigilância, do apelo à justiça. Esta gênese e estrutura parecem, à primeira vista, uma proposta ideológica intrínseca ao jornalismo ou, até mesmo, sinais de uma natureza humanística. Mas, é preciso explorar sua perspectiva humanista, lembrando do contexto de expansão do jornalismo, para compreendermos sua verdadeira natureza.

Desse modo, a TV tem a capacidade única de operar simultaneamente na captação desse sistema de significação e nos devolvê-lo devidamente filtrado e adequado às necessidades ideológicas das elites no poder em determinado momento histórico. Isso significa que a “democracia” resultante dessas práticas é ilusória (CASEY et al., 2003).

3.1 A mídia e o poder

As relações da mídia com o poder – especialmente no Brasil – estão de tal modo imbricadas que existe uma mútua troca de identidades, quando a TV Globo adota discursos ufanistas durante eventos esportivos como a Fórmula 1 ou a Copa do Mundo de futebol. O Brasil, país, passa a ser representado e de propriedade comunicativa da emissora da família Marinho. O nome dado ao principal telejornal da emissora, o Jornal Nacional, é evidência da necessidade de se aproximar da identidade da Rádio Nacional do governo. Ao se tornar o porta-voz do governo militar na década de 1970, o JN seria o intermediário entre o poder militar e o conhecimento que os brasileiros passariam a ter pela TV.

Esse conceito, que relaciona poder com conhecimento, já se encontra presente na história desde a antiguidade conforme descreve Sodré (2001, p. 53) ao citar Platão em *Fedro*,

que, por sua vez, se refere ao diálogo entre os egípcios Thamus e Theuth sobre a invenção da escrita:

Vossa descoberta criará o esquecimento na alma dos estudantes, porque eles não se servirão da memória, confiarão nos caracteres escritos e não se lembrarão de si mesmos. O específico que descobristes é um auxiliar não para a memória, mas para a reminiscência, e vós dais a vossos discípulos não a verdade, porém tão-somente uma parte da verdade, eles serão ouvintes de muitas coisas e nada aprenderão.

Estamos em época de comunicação em rede em expansão, de causa e efeito que se retroalimentam, pois a relação da TV tanto com a estrutura econômica e o contexto legal que a sustentam, como o seu papel de fator de ligação e propaganda/publicidade dessas instâncias com o público, excluem toda possibilidade de tentar abordar qualquer um dos seus componentes como um elemento discreto.

Analisar criticamente o discurso televisivo sem traçar a historicidade, que não só permitiu como também financiou e apropriou-se do meio e o instrumentalizou para seus fins, é limitar o campo investigativo à superfície do social, negando o que a ACD propõe como sua quintessência, ou seja, ser a somatória de todas as disciplinas que podem ser chamadas para efetuar um entendimento do discurso.

A função deste capítulo é fazer uma síntese teórica e epistemológica de como o telejornalismo opera suas mensagens na construção social da realidade e em particular do evento chamado Belo Monte. Acreditamos ser necessário desenvolver primeiro uma abordagem linear, histórica, do ponto de vista do processo de construção de legitimação da TV, para que possamos explicar como ela chegou ao lugar em que se encontra. Sem entender a sua historicidade discursiva não seria possível recuar às origens ideológicas que permitiram a sua formação.

No entanto, é preciso trabalhar com uma circularidade, ou ainda melhor, com o conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1995) em mente, com o princípio holístico da interligação das coisas, considerando que a função primordial do jornalismo é exatamente essa: a manufatura do consenso na sociedade midiaticizada, criando um campo cognitivo comum e que, em um mínimo de espaço textual e de tempo de transmissão, tenha o máximo de eficiência, o que retira desde logo o conceito de que as notícias não são escolhidas de forma arbitrária, sem um conceito predeterminado (cf. MONTGOMERY, 2007).

Partimos do princípio que o “telejornal” diário é uma artificialidade imposta dentro de um modo de vida, cuja necessidade de recorrer à mídia torna-se fundamental para nos atualizar sobre fatos que ela julga importantes e sob uma perspectiva que ela acredita ser a

correta. Por meio da ACD, veremos que a construção de uma notícia que pressuporia um dado novo é, na verdade, apenas a continuidade discursiva de uma determinada ideologia sendo posta em prática. O fato pode ser novo, mas o discurso permanece o mesmo. Isso ocorre porque não pode haver ruptura discursiva dentro de um contexto delimitado por forças de produção e de consumo que permitam ao enunciador ocupar uma posição de poder.

Charaudeau (2006) não acredita que a mídia tenha poder pelo fato de não “ditar” regras ou leis, o que nos parece pouco abrangente como definição de “poder”, e de mídia, pois ele diz que não é fácil determinar como os organismos de informação irão capturar o público. Na TV, o processo é lento e conservador, pois o telespectador, assim como o leitor de jornais ou o ouvinte de rádio, tem hábitos calcados em parâmetros de fidelidade que são de difícil mudança. Além disso, para ficarmos apenas em um exemplo, o chamado “horário nobre” da TV Globo, aquele que comanda os maiores valores de publicidade, há mais de 40 anos, é ocupado pelo JN apresentado entre duas novelas, sempre com altos índices de audiência nessa faixa.

A mídia é chamada de “quarto poder” justamente porque consegue “negociar” ideologias entre os poderes estabelecidos, muito além do Legislativo, Executivo e Judiciário, ou o Governo, o Exército e a Igreja, ou ainda entre grupos socioeconômicos de interesse privado em qualquer grau de instanciação. O poder da mídia se encontra justamente na “mediação” de conflitos ideológicos e na capacidade que ela tem de expor (ou de esconder) tais confrontos ao público, ao mesmo tempo em que “pretende uma neutralidade” que já sabemos ser de todo impossível, pois como o próprio Charaudeau (2006, p.19) define, “A informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo”.

A questão da existência dos fatos é um ponto sensível ao jornalismo, visto que a abordagem que se faz sobre uma determinada história pode criar efeitos de verdade, que só se produzem a partir da montagem de uma *rationale* predeterminada que vai em busca de certificação. Isto é: o editor precisa de uma matéria que incentive o consumo via empréstimo bancário, pois o banco, um dos seus patrocinadores precisa fazer girar capital.

O fato em si, empréstimo bancário a juros, existe. O que o jornalista vai fazer é lançar luz sobre esse fato, ou seja, informar que os juros baixaram, ou que os bancos estão negociando dívidas em atraso, promovendo assim os interesses da agenda do sistema bancário, no qual ele está inserido economicamente. Ocorre que outro “fato que existe”, mas

que precisa ser ignorado, é que os juros pagos no Brasil estão entre os mais caros do mundo, e que em pouco tempo aquela dívida pode se tornar impagável novamente.

Também há o “fato que existe” que poderia ser mais conveniente ao consumidor poupar até comprar o produto à vista, e com isso conseguir um bom desconto. Mas fazer isso seria transferir a prioridade da informação *verdadeira*, visto que é evidente que o jornalista conhece esses princípios, dos interesses dos bancos para os do consumidor, o que não é de interesse do *establishment*.

3.2 A linguagem do telejornalismo

A linguagem do telejornalismo é única, na medida em que se faz necessário ajustá-la em várias instâncias ao conjunto semiótico do qual ela é apenas uma parte, que ao imbricar-se com o vídeo em movimento e ao próprio processo de edição, tanto dos textos como das imagens, resulta em um produto único, ainda que alguns possam insistir nas analogias com o cinema, o que não procede por razões de abrangência, de frequência e de finalidade. O filme é uma obra fechada, enquanto a TV é uma obra em aberto, que produz a ilusão de um *continuum* mais afeito a um sistema de vigilância, de palavras de ordem que nos orientam permanentemente.

O estudo do discurso jornalístico que vise estruturar uma teoria que sirva de base para uma ACD implica analisar com quais valores éticos e morais este discurso se relaciona, ou ao menos pretende, e qual a utilidade pragmática resultante dessa interação comunicativa. Em última instância: para que servem as notícias do JN em termos de construção argumentativa, de cidadania, para o ator social que busca efetivamente se posicionar na sociedade de modo, ao mesmo tempo, atuante e emancipatório, que é a finalidade da Teoria Crítica, que transversalmente cobre vários campos das práticas sociais e discursivas?

A televisão, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁴ tem uma penetração de mais de 95%, em uma população cujos níveis de escolaridade são alarmantes. De acordo com o Instituto Paulo Montenegro³⁵, que mede os níveis de alfabetização, os índices de analfabetismo e analfabetismo funcional dos brasileiros entre 15 e

³⁴ Disponível em: WWW.ibge.gov.br. Acesso em: 25 abr. 2012

³⁵ Disponível em: http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por. Acesso em: 4 jul. 2013

64 anos são de 6%, de analfabetos e de 21% de analfabetos funcionais, ressaltando que 47% são alfabetizados no nível básico e apenas 26% são considerados plenamente alfabetizados.

É para esta população que o JN proverá ferramentas argumentativas, que, em tese, deveriam ser uma das premissas mais importantes em seu conteúdo, pois segundo Breton (2003, p.19),

Saber argumentar não é um luxo, mas uma necessidade. Não saber argumentar não seria, aliás, uma das grandes causas recorrentes da desigualdade cultural, que se sobrepõe às tradicionais desigualdades sociais e econômicas, reforçando-as? Não saber tomar a palavra para convencer não seria, no final das contas, uma das grandes causas de exclusão? Uma sociedade que não propõe a todos os seus membros os meios para serem cidadãos, isto é, para terem uma verdadeira competência ao tomar a palavra, seria verdadeiramente democrática?

O uso desses valores à conveniência pode ser notado quando as mídias recorrem a eles para condenar a ação de entes públicos e de práticas sociais como estando fora dos padrões de moral e ética da sociedade. Assim como valores de liberdade e democracia podem ser usados a qualquer momento sem nenhum tipo de contraindicação, pois se inscrevem nos valores universalmente aceitos, desde que não aplicados à própria mídia.

Para Japiassú e Marcondes (2001, p. 93), tais valores – liberdade e democracia - são complementares e, se servem de padrão à nossa sociedade, deveriam servir, em princípio, para balizar a orientação da mídia na contextualização de seu discurso, tornando-se constitutivas da deontologia jornalística, pois, conforme os dois linguistas:

Parte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal etc.), mas fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas. Diferentemente da moral, a ética está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme a sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las. A moral está mais preocupada na construção de um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida em comum justa e harmoniosa.

Em sua estratégia argumentativa, o Editorial remete a função jornalística ao campo da “verdade”, posicionando-se como interlocutor do seu próprio questionamento, perfazendo o papel que ele mesmo busca negar, o de ser parcial, apresentando uma problemática já semanticamente estruturada para que a resposta lhe seja favorável, como se pode verificar no trecho a seguir.

Antes, costumava-se dizer que o jornalismo era a busca pela verdade dos fatos. Com a popularização confusa de uma discussão que remonta ao surgimento da filosofia (existe uma verdade e, se existe, é possível alcançá-la?), essa definição clássica passou a ser vítima de toda sorte de mal-entendidos. A simplificação chegou a tal ponto que, hoje, não é raro ouvir que, não existindo nem verdade nem objetividade, o jornalismo como busca da verdade não passa de uma utopia. É um entendimento equivocado. Não se trata aqui de enveredar por uma discussão sem fim, mas a tradição filosófica mais densa dirá que a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe; e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo. (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011)

Para Blázquez (1999, p. 11), existe uma dissertação acerca da “verdade” que serve apenas de mascaramento para uma retórica hiperbólica, onde verificamos que o JN apresenta o “problema” e a “solução” de acordo com a sua própria conveniência, pois não há fontes citadas, trata-se, portanto, de um texto axiomático. Portanto, finaliza Blázquez que: “Em jornalismo, a objetividade não existe. As notícias são, dessa forma, fruto da subjetividade do jornalista. ‘O jornalista conta os fatos como ele os viu. A partir da sua ótica. A partir da sua perspectiva. É impossível ser objetivo’”.

A questão da objetividade jornalística tem sido objeto de disputa desde o seu princípio. Há razões históricas para tal, e argumentos que comprovam que as pessoas deveriam ter, no mínimo, reservas ou senso crítico, em relação ao que se vê na mídia, no nosso caso, no telejornalismo, para não tomarem a notícia pelo que ela pretende representar. A esse respeito Eldridge (1995, p. 364) declara que:

Ao contrário das alegações, convenções e cultura do jornalismo televisivo, o noticiário não é um produto neutro. Isto (ocorre) porque a televisão é um artefato cultural; é uma sequência de mensagens manufaturadas socialmente, que carregam muitas das suposições dominantes da nossa sociedade. Desde o sotaque dos âncoras ao vocabulário de ângulos das câmeras; de quem é entrevistado e quais questões são perguntadas, por meio da seleção das histórias à apresentação dos boletins, as notícias são um produto altamente mediado.

A TV – e o telejornalismo – só pode existir porque as elites se deram conta do seu poder disciplinador de massas. A complexidade resultante da semiose na TV é tal que Adorno (1954) acreditou ser necessário escrever, já no início dos anos de 1950, um ensaio que ensinasse as pessoas a “olhar” para a TV (*How to Look at Television*) e não a “assistir” que é o verbo correto utilizado também em português (*How to Watch Television*). A TV como aparelho eletrodoméstico não tinha uma linguagem própria, e nem poderia, já que esta foi a primeira vez na história da humanidade que o “ver (e ouvir) à distância” tornou-se realidade.

Ao capturar imagens e contextualizá-las via edição de imagens e de texto, a TV fabrica uma telerrealidade que não existe na vida real do sujeito, mas que a “contextualiza” de acordo

com as orientações e valores que subjazem naquele conjunto semiótico. Não faz sentido dizer que o telejornalismo retrata a realidade, ainda que seja composto por imagens, o que, em tese, “comprovaria” o que o enunciado propõe. Para o jornalista Bucci (2003 p. 12-13):

Isso não significa que aqueles sujeitos que detêm o poder sobre as instituições midiáticas ou, mais precisamente, sobre as instituições jornalísticas, adquiram o poder de controlar a função simbólica exercida pelo fluxo das notícias. O controle desse processo é mais da ordem da língua – ou do discurso – do que propriamente da ordem das intenções, boas ou más, dos agentes humanos e de sua(s) precaríssima(s) consciência(s). Existem, aqui e ali, as conveniências ou os interesses palpáveis deste ou daquele acionista desta ou daquela empresa jornalística interferindo sobre o conteúdo editorial, é verdade. Mas, acima disso, e também abaixo disso, existem determinantes do discurso – que submete a todos, independentemente da fortuna ou da miséria, independentemente da intenção que os sujeitos tenham. O jornalismo como discurso, ordena e disciplina, e não há muito que um patrão ou um sindicato possam fazer a respeito. Não há muito a não ser saber. E saber, apenas saber, já seria muito.

O poder desagregador das individualidades, das relações pessoais, que ocorre quando os indivíduos deixam de se falar para olharem para a tela cria outra dinâmica social, que é quando passamos a nos comunicar pelos valores vistos na TV. A referência que pauta nossas vidas passa pelo discurso emitido pela TV. É o chamado efeito de *agenda-setting*, que veremos adiante, neste capítulo.

Outro fator importante para a compreensão do processo cognitivo na TV, mas nunca levado ao conhecimento do público por razões óbvias, é o *gatekeeper* (controlador de pauta, tradução livre), termo em inglês que se refere não só ao processo de filtragem, a que todas as pautas são submetidas, mas também às estruturas discursivas que o texto terá de obedecer para ser ideologicamente efetivo. Sem articular todos esses fatores dialeticamente, não é possível entender como se faz telejornalismo.

Como instrumento capaz de construir o conjunto de referentes mais complexo até agora, a TV desenvolveu uma linguagem semiótica única, na verdade, uma artificialidade que conseguiu se impor como realidade, daí a sua força. Como instrumento de semiose de amplo espectro, utilizando a imagem, o som, diversas narrativas, os efeitos especiais, os efeitos de memória com imagens de arquivo, a eliminação da separação tempo e espaço com o uso de satélites, e muitas outras características que lhe são exclusivas, a televisão consegue operar no imaginário das pessoas agindo como mediador cognitivo de dupla função: apresentando e representando, utilizando-se de atores sociais que fazem a sua encenação em um palco exclusivo e, simultaneamente, a TV traz para dentro de si o espaço público e o devolve como criação sua.

A TV³⁶ tornou-se o ponto de encontro, a Ágora da sociedade pós-moderna invertida, onde os atores sociais se reúnem, não para discutirem os seus papéis na sociedade, mas sim, para serem cancelados pelo *status quo*, que tem uma agenda moldada de valores socioeconômicos e políticos e a qual necessita ser seguida para o bom funcionamento da sociedade.

O rígido controle sobre quem fala, quando fala e o que fala na TV, não permite que o meio seja utilizado pela massa, embora seja este meio o recipiente de suas mensagens e a sua razão de existir. O papel do indivíduo – coletivizado na massa – passa a ser não o de protagonista, mas o de cliente do sistema, dentro da Teoria da Ação Comunicativa habermasiana que indica uma separação entre quem está dentro e quem está fora do poder comunicativo:

O estabelecimento de direitos políticos básicos dentro do quadro de uma democracia de massa significa, de um lado a universalização do papel do cidadão e, do outro, uma separação desse papel do processo decisório, uma limpeza da participação política de qualquer conteúdo participatório. (KILLINGSWORTH e PALMER, 1992, p.168).

O jornalismo é o ponto de convergência onde as práticas discursivas visam ao seu efeito maior que é o de se transformarem em práticas sociais, desse modo efetivando as ideologias, (re) produzindo o poder, perpetuando hegemonias. Pela sua transversalidade tipológica, engloba estratégias discursivas com argumentação, retórica, veiculadas como informação verdadeira (o que é diferente de verdade) e transformadas em (sub) conhecimento. Tida como o quarto poder, a mídia exerce o trabalho de tecer as conexões sociais fundamentais da nossa sociedade; afinal, a comunicação é a base essencial da nossa sobrevivência.

Comunicamo-nos porque precisamos falar de um mundo lá fora, que nos afeta, mas cuja realidade é inatingível. Precisamos primeiro criar um código, a construção do que entendemos ser a realidade, para depois nos relacionarmos com ele. É a linguagem que faz essa intermediação de signos, mas quem tem a capacidade de ressignificar em massa é a mídia, sobretudo a TV.

Charaudeau (2006, p. 58) trabalha na linha teórica de que “as mídias se autodenominam um *organismo especializado* que tem a vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia” e, por consequência, ser um provedor de princípios de cidadania.

³⁶ Para evitar repetições e/ou especificações, usaremos de modo análogo, TV, vídeo, mídia, imprensa, noticiário e telejornalismo, sendo este último o termo ao qual nos referimos no estudo de modo mais abrangente.

Se a informação transmite conhecimento, o que tornaria a sociedade, ao mesmo tempo ciente e responsável por suas escolhas dentro da democracia é a capacidade humana para fazer prevalecer, por meio da argumentação, a sua cidadania e a sua emancipação. Isso implica uma responsabilidade para a mídia de prover dentro da informação, elementos constitutivos de valor – os mesmos que ela usa para emitir julgamentos de caráter moral, do que é bom ou ruim, o certo e o errado para a sociedade como um todo – dentro da sua informação.

Desse modo, o valor mais importante da informação não é o da verdade, mas sim o que ela transmite como instrumento de argumentação, suas armas retóricas, suas omissões, e vários outros elementos que comporão a sua construção discursiva. O que ela não pode é apresentar a parte como o todo, falsificando contextos, omitindo informações complementares, produzindo, enfim, um conhecimento falacioso.

A lógica é clara: a partir de uma premissa falsa, a conclusão pode ser verdadeira, mas as consequências desta premissa cobrarão o seu valor de verdade, uma hora ou outra. A respeito desse tema Voltaire³⁷ disse: “Aqueles que o podem fazer acreditar em absurdos, podem fazê-lo cometer atrocidades ”.

Consideramos que o privilégio das mídias de massa precisa ser colocado sob uma perspectiva histórica para que seja possível entender os processos de negociação entre as elites que elegeram a comunicação como parte integrante e decisiva da manutenção hegemônica, da desestruturação da luta de classes e da manutenção do *status quo*.

3.3 As relações entre o telejornalismo, a propaganda, a ideologia e o controle de massas

O controle das massas sempre esteve no centro das estratégias de qualquer governo que buscasse a sua permanência no poder ou a expansão de seus domínios. Com a chegada do Estado-Nação, a Revolução Industrial, houve a necessidade de desenvolver valores sociais adequados para enquadrar uma população até então predominantemente rural, em nada acostumada às rígidas regras da produção em massa com seus horários e metas.

Ao mesmo tempo em que transforma o homem em produtor dos bens, essa nova situação o torna o consumidor da própria produção, criando um ciclo vicioso cuja lógica é o

³⁷ Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/MTExMjQxMA/>. Acesso: 15 jul. 2013

consumo crescente para que o trabalhador possa ter o seu emprego assegurado para poder consumir.

O efeito circular para manter as massas dentro desse padrão de imposição de onde só se sai aposentado, ou sem vida, precisa ser mantido e orientado para se alcançar a máxima eficiência, mas, sobretudo, demanda uma organização sistemática que será convertida em propaganda, como um jogo de crenças a que todos devem aderir em nome do “bem comum”, da “normalidade”, do “progresso” e de outros valores, e cuja principal função é a de criar uma ilusão no indivíduo de se ser o dono do próprio destino, sem se dar conta de que ele é apenas um objeto de manipulação dentro das estratégias de propaganda para as massas.

A chamada Cultura de Massas, com seus meios de propagação em larga escala, seria um dos principais pontos de estudo e de crítica da Escola de Frankfurt, principalmente com Adorno e Horkheimer que viam nessa orientação coletiva uma série de riscos, cujo menor problema não seria o Nazismo que eles enfrentariam.

Sodré (2001, p. 52) faz uma retrospectiva desse processo:

Vale a pena acentuar que o totalitarismo da tevê já se achava em germe na cultura do livro, assim como muitas das formas de controle social emergentes a partir do século XVIII na Europa já existiam em escala reduzida na Idade Média. O desenvolvimento da escrita teve grande importância na regulamentação autoritária da linguagem através da escola. E a própria literatura sob as aparências de uma liberdade apontada pelo imaginário, pode ser também uma notificação cheia de ornamentos, sem nenhuma reciprocidade entre autor e leitor.

A questão da reciprocidade entre enunciador e enunciatário é anulada pelas noções de apagamento que a propaganda vai instituir. A noção de propaganda antecede os conceitos de comunicação e publicidade, que na verdade formam o compósito chamado televisão, em que a programação é a maneira de se atrair audiência e vendê-la aos anunciantes de publicidade, que se torna a razão de ser da programação. Quanto mais audiência recebe um programa, maior o valor da publicidade que ele obtém para o seu intervalo comercial, o que significa que a instrumentalização da audiência, isto é, o seu controle, tanto como receptor de programação e publicidade como consumidor dos produtos “culturais” e “industrializados” que lhes são impostos, é um fator primordial na propaganda.

A origem do uso da palavra propaganda pode ser encontrada na Igreja Católica, quando em 1622, o Papa Gregório XV, preocupado com a expansão do Protestantismo criou o *Congregatio de Propaganda Fide*, ou seja: a Congregação para a Propaganda da Fé, com o intuito de assegurar a propagação da fé católica pelo Novo Mundo, ganhando assim a sua

conotação de “estratégia de comunicação”. Em 1627 o Papa Urbano VIII fundaria o Colégio de Propaganda da Fé, com a mesma função.

Essa definição de propaganda como “comunicação estratégica” encontraria em Edward Bernays, sobrinho de Sigmund Freud, um seguro conhecedor da mente humana, uma aplicação que tráfegaria entre o pernicioso e o pejorativo, resultado de seus poderes de manipulação do cognitivo. Na década de 1920, Bernays ficaria conhecido por suas estratégias de comunicação para algumas das maiores empresas do emergente capitalismo americano, como a *General Motors*, *Rockfeller*, *Procter & Gamble*, *General Electric*, a indústria do tabaco, entre outros, e cujo credo é por ele apresentado de modo bastante claro destacando quais seriam as primazias de seu trabalho.

Nós precisamos encontrar um meio de fazer a livre concorrência funcionar com razoável suavidade. Para alcançar esta meta a sociedade consentiu em permitir que a livre concorrência fosse organizada pela liderança (política) e (pela) propaganda. Alguns dos fenômenos deste processo são criticados – a manipulação das notícias, a inflação da personalidade, e os métodos sensacionalistas em geral, pelos quais os políticos, os produtos comerciais e as ideias sociais são trazidos para a consciência das massas. Os instrumentos pelos quais a opinião pública é organizada e focada podem ser mal utilizados. Mas tal organização e enfoque são necessários para uma vida ordenada. Como a civilização se tornou mais complexa, e a necessidade para um governo invisível tem sido demonstrada cada vez mais, os meios técnicos têm sido inventados e desenvolvidos de modo que a opinião pública possa ser estritamente controlada. (BERNAYS, 2005, p. 39-40).

A questão do controle da opinião pública sempre foi uma das grandes preocupações de todos os regimes com pretensões totalitárias, fossem elas esclarecidas ou não. Uma das virtudes da democracia capitalista moderna foi a de saber fazer a justaposição da suposta “liberdade” democrática de escolha dos governantes, com a “liberdade” de opinião ou de imprensa, que formam o anátema das “sociedades ocidentais” que se proclamam livres. É a partir desses valores que se estabelece o quadrado ideológico preconizado por van Dijk (2005, p. 197), cujo princípio preconiza que se deve sempre ressaltar tudo que é bom do nosso lado e ruim do lado do(s) outro(s) e de maneira inversa, mitigar todo o mal que produzimos e, todo o bem que eles produzam.

Em um mundo maniqueísta, como o nosso, que busca a separação entre o bem e o mal como sendo característica vital e justificável para as “cruzadas morais” ou de outra ordem “em nome de Deus”, valores como religião e pátria devem ser invocados permanentemente como condições inegociáveis. A instrumentalização ideológica dos meios de comunicação em massa seria apenas uma questão de tempo, já que as bases conceituais para tal se tornavam cada vez mais presentes, conforme aponta Bernays (2005, p. 17):

Nós somos governados, nossas mentes são moldadas, nossos gostos formados, nossas ideias sugeridas, em grande parte por homens dos quais nós nunca ouvimos falar. Esses ‘governadores invisíveis’ são a heróica elite, que de maneira calma mantém tudo junto, desse modo organizando o caos, como Deus o fez no início. São eles que manipulam os fios que controlam a mente pública, que tiram partido das velhas forças sociais e concebem novos meios de unir e guiar o mundo.

As ideologias contidas nos escritos de Bernays já tinham ciência da necessidade de um controle das massas, trabalhando com a sua própria dinâmica de medos sociais que é um dos pontos propulsores para se agrupar o povo em torno de uma causa que em princípio não lhe é conveniente.

Trabalhando a partir desses conceitos, a mídia se torna o instrumento ideal cujo ato de informar é ao mesmo tempo instrumento de persuasão e de manipulação, dado que para o receptor leigo talvez seja impossível distinguir onde tais instâncias se separam. Sendo as ideologias de caráter sociopsicológicas é preciso criar uma estrutura de comunicação diária que ordene as práticas sociais para que elas não entrem no campo da anarquia, como atestam as recentes rebeliões por todo o mundo, que só foram capazes de se organizar ao encontrarem na internet um meio de comunicação em massa que excedesse a censura das emissoras de TV e estabelecesse outra ordem comunicativa.

Para Foucault (2011, p. 36), “a disciplina é um meio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização das regras”. São essas regras, leis, decretos, que, atuando nos princípios democráticos, voltam-se justamente contra os interesses do povo, ao negarem que o processo democrático seja inclusivo e não exclusivo às elites como propõe Bernays. Novamente Foucault (2011, p. 37) explica como se dão esses procedimentos de exclusão.

Creio que existe um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.

Ao estabelecer regras para o acesso às práticas discursivas, o *establishment* trabalha dialeticamente com a censura, ao mesmo tempo dando “liberdade de expressão” e exercendo o controle das práticas discursivas interditas. O sistema não pode ser acusado de ditatorial, pois “permite” que as “opiniões” sejam transmitidas, desde que estejam dentro do escopo dos

interesses dos mantenedores do poder. A gênese e o crescimento da Rede Globo, fundada em 1965, não por acaso se dá em meio ao maior período de ditadura no Brasil. Porcello (2008, p. 52) explica como a emissora passou de coadjuvante a protagonista na ordem do discurso.

A emissora só conseguiu ser viabilizada graças a um acordo de cooperação técnica e financeira com o grupo norte-americano *Time-Life*, que se constituía num flagrante desrespeito à legislação brasileira. O acordo fora assinado em 1962, mas, depois do golpe militar de 1964, apesar dos resultados de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que comprovou a irregularidade da medida, nada foi feito para evitá-lo. Em 1968, o General Costa e Silva encerrou o caso, apesar da evidência de operação ilícita. Aí começava uma relação muito próxima entre a Rede Globo e o poder militar.

A Rede Globo como apoiadora do regime militar, teria de desenvolver novas práticas telediscursivas, para que nada do mundo real de torturas, assaltos a bancos, guerrilhas urbanas e rurais ou mesmo simples epidemias transparecessem, nada que pudesse alterar a visão de “Brasil grande”. A cooptação de Rede Globo como instrumento de propaganda ideológica cobriria duas necessidades: a de inserção do Brasil na ordem produtivo-consumista do capitalismo mundial, que até então havia sido o diferencial da sua vantagem tecnológica adquirida com o capital americano, ao mesmo tempo em que criava uma “realidade” que unia o país, dando-lhe pela primeira vez não só uma identidade visual, mas sobretudo uma unidade discursiva. Bucci (1996, p. 16) explica que:

Os governos militares espetaram antenas em todo o território brasileiro (logo depois, em meados dos anos 80, vieram os satélites) e ofereceram estrutura para que o país fosse integrado via Embratel. O resto do serviço foi executado pelas redes, com a Globo na primeira fila. O modelo de redes abrangentes, quase totalizantes, e ao mesmo tempo servis ao Estado, vingou no limiar da década de 70. Elas realizavam o que parecia impossível: irmanar o Brasil.

A padronização do pensamento é possibilitada em várias frentes. Em toda a programação, que pela primeira vez se dividiria em local e nacional, verificam-se apenas modos de fechar o círculo de valores, levando ao interior o que se produzia nos centros do poder, como modelo a ser seguido, enquanto reiterava esses valores na produção local, apagando traços de identidade cultural e política que não fossem de interesse do capital.

A junção do sistema social com o sistema de rede de televisão se origina e se justifica já nos primórdios do século XX e encontra respaldo em Sodré (2001, p. 18-19, grifos do autor) que argumenta:

A ideia de um *sistema da televisão* ou de um *sistema informativo* encontra pleno apoio na teoria econômica. Com efeito, do ponto de vista econômico, não se pode considerar os meios de informação como indústrias isoladas, mas como ‘cadeias de atividades’, na expressão do economista francês Henri Mercillon. Este visualiza uma ‘cadeia’ estabelecida a partir de cada *medium*.[...] Esse sistema reflete, com mediações, a lógica da produção dominante numa sociedade, podendo ser ou não integralmente capitalista. O modelo norte-americano, evidentemente, é o tipo mais integral na perspectiva da economia de mercado.

Uma vez fechado o círculo sobre a população com a programação que estimula o consumo direta e indiretamente desde as novelas ao esporte, passando pela “informação” de programas de saúde, documentários que estimulam aventuras no campo etc., com a publicidade reforçando a mensagem da necessidade do consumo como meio mais eficiente de se atingir a felicidade – é o que a propaganda vende: felicidade – só resta à população, como se dizia nos anos de 1960, “inserir-se no contexto” e perfazer a sua função de produtor/consumidor/propagador.

A emissora, uma vez dentro da ordem do discurso, devidamente sancionada, vai cumprir o seu papel de defensora de um sistema de valores, cujo consumo, peça fundamental do sistema capitalista sem limites, defendido pelas elites como sua base ideológica principal precisa ser anunciada, difundida, defendida e divulgada para que a população consuma. Esse é o momento quando a propaganda e a publicidade convergem e ganham novas conotações.

A TV faz a propaganda de um sistema de vida com seus valores de consumo como sendo o objetivo maior a ser alcançado, enquanto a publicidade se destina a dar a cada produto uma característica de valor simbólico, acima do seu valor real de uso. Desse modo, um sabonete com certas “propriedades de beleza” endossado por uma atriz, passa a valer mais que um que tenha o mesmo valor de uso, mas sem a percepção de que é um produto com um valor agregado na escala social.

Para Raymond Williams, (2003) a publicidade é o “sistema mágico” que promove o capitalismo e desvia a atenção para longe das diferenças de classes, uma crítica que só tem feito aumentar, devido à diferença de poder de consumo entre os países ricos e os subdesenvolvidos. Essa equação, mais que uma nota de rodapé na luta de classes, é o que permite que um cidadão americano ou europeu compre uma camiseta por um preço considerado barato para eles, pois o salário do trabalhador de Bangladesh ou da Índia que fabricou aquela peça é de centavos. Nesse eixo exploratório está também a devastação da natureza, como aponta Casey et al.:

A degradação ambiental tem também ressaltado o modo pelo qual a publicidade ignora as *consequências* do consumo. A pressão colocada nos sistemas ambientais e

ecológicos pela produção e disponibilidade de bens é, por razões óbvias, inteiramente ausente do discurso publicitário. Na publicidade, o consumo é sempre bom, enquanto a solução para os problemas será sempre feita pelo consumo em vez de ação social. Dentro do discurso publicitário, a única resposta aos problemas ambientais é comprar mais produtos. (CASEY et al., 2003, p. 6, grifo do autor)

A articulação entre o sistema televisivo, o publicitário e os efeitos ambientais torna-se então evidente. O discurso que deve ser produzido é o da “responsabilidade individual”, onde “cada um deve fazer a sua parte”, como se o poder do sujeito isolado fosse capaz de – em unísono – mudar a legislação que permite a destruição do ambiente e a poluição.

Como notam os autores acima, esse é o sistema que criou o “consumo verde”, o “consumo consciente” ³⁸ e outras palavras de ordem vazias de sentido prático. Ao se apropriarem do discurso ambiental, as indústrias poluentes, com seus produtos maquiados como “naturais”, “bio” e tantos outros rótulos que remetem ao conceito de serem “amigos da natureza” ocupam um espaço discursivo que se torna impenetrável.

Para Citelli (2006, p. 42), a apropriação discursiva é um movimento vital para se ganhar espaços considerando que:

A ponte por onde transita a mistificação da competência é a palavra, é o discurso burocrático-institucional com seu aparente ar de neutralidade e sua validação assegurada pela cientificidade. Afinal, quem afirma é o doutor, o padre, o professor, o economista, o cientista. Isso ajuda a perpetuar as relações de dominação entre os que falam a e pela instituição e os que são por ela falados. Os segundos, sem a devida competência, ficam entregues a uma espécie de marginalidade discursiva: um reino do silêncio, um mundo de vozes que não são ouvidas.

Nossa experiência jornalística nos permite dizer que o telespectador assiste a um determinado telejornal por ter uma identificação prévia com sua forma e conteúdo ideológicos, e que em função de uma estabilidade emocional, acrítica, típica da sociedade burguesa de consumo, ele busca apenas a reiteração dos seus próprios valores. Como dizia o General Médici, no auge da ditadura brasileira em 1970, “depois de um duro dia de trabalho era uma satisfação ver no JN que o mundo estava em convulsão, enquanto o Brasil era uma ilha de tranquilidade” (PORCELLO, 2008, p.53).

Romper com esse contrato comunicativo significa alienar o espectador. As notícias mudam, mas o discurso permanece o mesmo. Esse é o princípio do conforto psicológico baseado em uma relação de cumplicidade pregada por Lacan e preconizado por Bracher (1993, p. 23):

³⁸ Informações sobre consumo consciente estão disponíveis no site do Instituto Akatu < <http://www.akatu.org.br/>>, e do Instituto Ethos < <http://www3.ethos.org.br/>>.

Desejos passivo-narcisistas da ordem simbólica envolvem o desejo constituído pelo Outro Simbólico – a autoridade final ou fonte de sentido constituído pela Ordem Simbólica e epitomizado em nossas noções de (que) Natureza, Sociedade, Deus, e assim por diante – adoram o submisso, de alguma forma, isto é, valoriza se preocupa, reconhece, ou mesmo apenas toma em consideração o submisso. E os submissos são amados pelo Simbólico Outro por causa do significante que incorporam, como indicado, por exemplo, na crença de que Deus ama ‘os mansos’, na noção de que a Natureza ama ‘o sábio e puro’ (Coleridge, *Dejection*), e na convicção de que a sociedade (ou seja, todos) adora um vencedor.

Lacan chama tais conceitos acima, como “portadores-de-identidade” – “significantes-mestres”. A forma pela qual tais funções significantes funcionam como portadoras da nossa identidade pode facilmente ser vista a partir das nossas reações quando alguém tenta denegrir um de nossos “significantes-mestres” (por exemplo, depreciar um significante que inclua a nossa identidade familiar, nacional, étnica, racial ou sexual) ou privar-nos de um desses significantes.

Charaudeau (2006, p. 223) trata da relação da construção de sistemas significantes, a partir do trabalho de Barthes em 1967, que considerava ser a TV o ponto ideal de articulação de duas categorias sociodiscursivas próprias como o som e a imagem, pelo fato de “terem uma relação recíproca de ancoragem/retransmissão, pelas quais se constrói a significação”.

Uma vez estabelecido que seja preciso orientar as práticas sociais, e isto se constitui na materialização da ideologia como estratégia de hegemonia e de poder, é preciso desenvolver as práticas discursivas que servirão de “propagação”, ou seja, o conteúdo ideológico atuando como um conjunto de valores a serem seguidos, mas com dupla função – e esta sendo a sua faceta invisível – de controle das massas pelas elites.

Miller (2005, p.13) fala dessa prática discursiva por outro ângulo, denunciando que as máquinas de propaganda dos governos se destinam a trabalhar com estereótipos que facilitem o consenso da população em tempos de crise, como as guerras:

Assim como durante a guerra³⁹, a propaganda iria de uma só vez exaltar a nação e avançar o processo civilizatório, ensinando imigrantes e outros sujeitos de meios modestos a como se transformarem, pelo intenso consumo, em Americanos felizes e apresentáveis.[...] A campanha de propaganda do pós-guerra foi um imenso sucesso, pois ela persuadiu não apenas os empresários, mas jornalistas e políticos de que ‘a manufatura do consenso’, usando a famosa frase de Walter Lippmann, era uma necessidade por toda a esfera pública.

Para Killingsworth e Palmer (1992, p.165), ainda nos dias de hoje as agências governamentais trabalham de acordo com o que os teóricos desde Max Weber a Jürgen

³⁹ Primeira Guerra Mundial

Habermas chamam de “razão instrumental”, o que implica o afastamento do público em geral nas tomadas de decisões. Isso significa que a dimensão discursiva das ideologias se materializa nos chamados “argumentos de autoridade”, que é o arcabouço de legitimidade ao qual a imprensa recorre para construir a sua argumentação, cuja finalidade não é debater a questão, mas apresentar o valor científico ou de autoridade legal na matéria, impondo de maneira “lógica” o conteúdo que se quer transmitir.

Schiller (1989, p. 4) ressalta o efeito do valor dado ao fato de interesse geral a que se dá publicidade:

Uma consequência da crescente importância da informação em uma sociedade gerenciada por corporações é que o discurso corporativo, a publicidade em particular, tem recebido a proteção fundamental da Primeira Emenda⁴⁰. A voz corporativa, não surpreendentemente, é a mais alta no país. Instituições tais como as bibliotecas e o sistema educacional público, que têm fornecido acesso livre e gratuito à informação e ao conhecimento estão sendo trazidos para dentro da esfera corporativa, seja pela dependência financeira ou pela transformação da informação em bem vendável. Em qualquer caso, a erosão do acesso igualitário à informação no país progride.

Temos nesse processo várias implicações de razão prática: estabelece-se uma classe privilegiada, tal qual abordada por Chomsky e Bernays, que “sabe o que é bom para a sociedade” (2002, p. xvii), e delega-se à imprensa o papel de “manter informada” a população sobre suas decisões. Essa postura nada democrática cria um descompasso entre as ações, em que a classe dirigente se adianta ao processo sem consultar a população, ou sem realizar um debate público, aberto, transparente, favorecendo-se da burocracia que veda o acesso à informação, que bloqueia o diálogo.

Para alcançar de maneira mais efetiva os seus objetivos, a mídia utiliza-se do que chamaremos de maneira mais genérica de “construções discursivas”, sem fazer referência a nenhum teórico especificamente, mas porque acreditamos ser o mais adequado para resumir em um único termo todos os dispositivos que influenciam tanto na parte dos estudos da natureza televisiva, o que podemos chamar de contexto técnico, mas também dos outros contextos sociopolítico e econômicos com os quais ela se relaciona e, sobretudo, para verificar qual é a produção discursiva resultante dessas condicionantes.

Qualquer estudo que ignore um ou outro aspecto dessa equação estaria limitando a compreensão da amplitude dos fatos que estão imbricados em vários campos teóricos e práticos e estreitando as possibilidades de julgamento e escolha, o que, em si mesmo, já seria uma das construções discursivas da TV.

⁴⁰ Referência ao Primeiro Parágrafo da Constituição dos Estados Unidos que garante a liberdade de expressão e rejeita a censura.

Compartilhamos com Charaudeau (2006, p.17) o conceito de que para analisar o discurso da mídia, é preciso criar um distanciamento crítico, já que possivelmente estaremos operando sentidos que foram impostos por ela mesma. Isso decorre pelo fato de a mídia ser multifacetada em suas conexões, de se apresentar como mediadora, quando na verdade tem um projeto primeiro de permanência ao lado do poder a longo prazo, e, durante esse percurso, faz uma permanente negociação com as instâncias do poder em busca da hegemonia. É justamente essa dupla-face de estar ao lado das elites, enquanto se vende como controladora das mesmas, que cria para a imprensa esse ar de fascínio para a população desprotegida.

Abordar as mídias para tentar analisar o discurso de informação não é tarefa fácil. É mesmo mais difícil do que abordar o discurso político. Isto porque, enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação⁴¹. Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública – ainda que o sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação.

Essa citação tem a dupla finalidade de mostrar que além do problema de analisar as mídias, existe um fato que tanto a classe política como a TV Globo se negam a discutir em público, que é o da propriedade de meios de comunicação em massa por políticos. Embora seja proibida pela Constituição de maneira clara, a lei é ignorada em sua plenitude e jamais discutida pelas partes.

Desse modo, grupos e famílias de políticos como ACM na Bahia, Sarney no Maranhão e Collor em Alagoas, entre outros, são proprietários de afiliadas da Rede Globo, que retransmitem o sinal para seus respectivos estados. A promiscuidade entre o bem público (as concessões de transmissão) e a sua apropriação pela entidade privada (Rede Globo e políticos) distorce qualquer tentativa da mídia de se declarar isenta em qualquer nível da legalidade.

Esse conluio entre os interesses da Rede Globo em transmissão nacional e os dos políticos, muitas vezes se choca com o “paroquialismo” da nossa imprensa, sujeita que está aos “caciques” locais, conforme relata Coutinho (2008, p. 100)

Os jornais e observatórios de mídia registraram em maio de 2005 a repreensão recebida pela TV Bahia, afiliada da Rede Globo, por não ter coberto manifestações de estudantes contra o Senador Antônio Carlos Magalhães (ACM), cuja família é proprietária da emissora. De acordo com declaração do diretor da Central Globo de

Comunicação (CGCom) publicada pelo Jornal do Brasil, '[...] a TV Bahia não seguiu a linha editorial de imparcialidade da Rede Globo. Por isso, a Central Globo de Afiliadas irá adverti-la'.

O curioso é que sendo Coutinho uma pesquisadora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), ela não tenha se atentado ao fato da ilegalidade acima de tudo.

A seguir faremos uma análise histórica de como a TV se apropriou de conceitos e palavras de ordem como a democracia e a liberdade de expressão, com a finalidade única de negar o acesso das massas a esses mesmos valores, fazendo-se guardião de tais conceitos.

3.4 Televisão – um perigo para a democracia

A emblemática frase que alerta sobre a ameaça da TV à democracia foi proferida por Karl Popper, filósofo e educador austríaco, e que se tornaria um título de sua obra. O autor certamente não se referia ao apoio explícito de uma emissora de TV a um sistema antidemocrático, e sim à sua utilização para vender a ilusão de democracia. Isso significa que a democracia tem com a TV uma relação causal, pelo fato de ser por causa dela que existe a chamada “liberdade de imprensa”, mas ao mesmo tempo uma relação interacional, pois é nela que a TV se escora ao se negar a dialogar com a sociedade sobre os seus próprios problemas, cujo monopólio e a manipulação das informações são apenas os mais prementes, em uma instituição que se julga intocável.

Essa relação dialética precisa ser olhada em seu viés histórico, sobretudo no Brasil, país acostumado a reescrever o passado de acordo com a conveniência das elites. Mas se a democracia não é a premissa fundamental para a existência do jornalismo, e a ordem inversa é válida; então a função do jornalismo seria de fomentar a cidadania, que precisa da democracia para se estabelecer.

O controle da produção e construção das notícias no mundo é feito por agências internacionais que têm o poder de “fechar” o sistema comunicativo de acordo com suas ideologias. Isso pode ser comprovado, observando-se os grandes conglomerados de mídia (geralmente dominados por empresas com maior poder econômico como a General Electric que controla a rede NBC nos EUA) e denunciado pelo *Glasgow Media Group*, e cujos interesses estão muito acima da “imparcialidade” jornalística, sendo a comunicação proporcionada pela mídia apenas um instrumento de propaganda. Uma pesquisa de conteúdo

levada a cabo pelo grupo de estudos escocês demonstra que as notícias seguem modos de organização sistemáticos, favorecendo certos atores sociais e excluindo outros.

A recusa dos jornalistas televisivos (*broadcasters*) de reconhecerem as limitações básicas do seu profissionalismo, não pode ser tomada como refutação do seu poder de estabelecer agendas definindo os perímetros dos problemas sociais. Aqui a nossa evidência é avassaladora. Em *Bad News*⁴² (*Más Notícias*) apresentamos um número massivo de evidências tiradas de uma grande amostra de boletins noticiosos gravados, para ilustrar a função básica de *agenda-setting* (agendamento/pautamento) das notícias. Demonstramos que os serviços concorrentes na verdade não concorrem sobre as histórias que eles estavam reportando, ou o estilo pelo qual eram noticiadas. Mostramos uma previsibilidade na ordenação dos itens noticiosos e um alcance limitado de estratégias de apresentação disponíveis ao jornalista. Demonstramos ainda que fatos regulares na área da reportagem industrial levaram a uma consistente falha na cobertura da área de maneira ampla; que os fatores principais na vida industrial são sistematicamente sub-reportados. (ex.: acidentes industriais), enquanto outros eram reportados (ex.: greves) de modo não-sistemático. (ELDRIDGE, 1995, p. 365-366).

A relação TV/democracia trabalha simultaneamente com dois valores que nos interessam neste estudo: a construção do referente (no caso uma ameaça à democracia) e o contexto no qual a TV está inserida e que, aproveitando-se da “liberdade” que ela mesma defende, torna-se simultaneamente uma ameaça ao fazer uso do seu monopólio e de sua fala para institucionalizar o seu próprio papel, como fizeram as OG, agora tentando reescrever a sua participação na ditadura de 1964-1985, novamente omitindo a sua participação no período pós-ditatorial como se ela mesma não tivesse apoiado Fernando Collor de maneira aberta e objetiva na sua ascensão, e retirado o seu apoio depois na sua queda. É esse olhar seletivo, a possibilidade de escolher o seu posicionamento na sociedade, que torna a TV Globo, em especial, passível de um escrutínio maior.

No *mea culpa*⁴³ sobre o golpe de 1964 publicado recentemente, as OG dizem que “o jornal O GLOBO” apoiou o golpe, mas jamais mencionam que “a TV Globo” teve o mesmo procedimento, como afirma (PORCELLO, 2001, p.157).

Os governos Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979) solidificaram o comprometimento dos militares com a família de Roberto Marinho. No governo Figueiredo (1979-1985), a Globo funcionava como um verdadeiro ‘Ministério da Informação’.

Para Chomsky (1997, p. 33), esse constante (re) posicionamento das mídias, apropriando-se de valores tidos como universais tem sido uma constante, pois colocam o sujeito em uma posição onde não há escolha, face aos referentes propostos. Desse modo, ao

⁴² Livro publicado em 1976 pelo *Glasgow Media Group* e que recebeu fortes críticas da própria mídia.

⁴³ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso: 15 nov. 2013

utilizar palavras de ordem de senso comum, já esvaziadas de qualquer fundamento conceitual que possa efetivamente ser efetuada como prática social, o sistema cria conceitos virtuais inoperantes, mas de forte apelo simbólico.

O sistema Capitalista tem sabido ao longo de sua história, nos últimos duzentos anos, fazer-se representar por diversas formas para se adequar às necessidades histórico-sociais. Iniciativa privada, livre mercado, livre concorrência, abertura de capital, queda de barreiras, e sempre com a família, Deus e a propriedade e o respeito às leis, a ordem e à democracia e a livre imprensa. Quem poderia ser contra?

Tais conceitos, que se tornam hegemônicos em função da naturalização dos seus valores, fazem parte de uma estrutura ideológica que visa padronizar o comportamento do sujeito nas suas práticas sociais. Fairclough (1997, p.80) diz que: “O conceito de hegemonia implica o desenvolvimento – em vários domínios do sociedade civil [...] de práticas que naturalizam relações ideológicas específicas, e que são, na sua maioria, práticas discursivas”.

Ao ser desenvolvida, a Teoria Crítica já preconizava a necessidade de se romper com a ilusão da “naturalização” tanto da mídia como da sua relação com as elites dominantes. Ao buscar a emancipação do pensamento, ela queria construir uma sociedade antidogmática, onde os ideais burgueses que justificavam a dominância e o controle social pudessem ser questionados.

A teoria crítica tem por objetivo avaliar a ‘ruptura entre ideias e realidade’. O método de procedimento é a crítica imanente. A crítica imanente confronta ‘o existente, no seu contexto histórico, com a alegação dos seus princípios conceituais, a fim de criticar a relação entre os dois e assim transcendê-los’. Por exemplo, segundo Marx, Horkheimer argumenta que existe uma contradição entre o ideal burguês e a realidade, entre suas palavras e os seus feitos. A ordem social burguesa coloca grandes ideais universais, ‘justiça, igualdade e liberdade’ no centro de sua filosofia moral e política. Ela alega colocar a universalidade em prática por meio da criação de condições de uma troca livre e justa [...], todavia, seus princípios universalistas são negados na prática. (HELD, 1980, p. 183)

Essa digressão sobre a relação da democracia com a mídia no Brasil se faz fundamental, pois o nosso modelo de concessão de radioteledifusão é único, bem como a nossa historicidade que em determinado ponto colocou o país como o centro geopolítico mundial, e que permitiu que uma única emissora tivesse o apoio militar incluindo vários privilégios de acesso ao poder. De modo resumido, se em 1964, o então presidente João Goulart tivesse se alinhado com o bloco comunista, seguindo o exemplo de Cuba, todo o continente latino-americano se tornaria um foco de conflito armado, visto que os Estados Unidos jamais admitiriam tal cenário. Nossa TV Globo é filha dessa Guerra Fria e negociou

seu reposicionamento ideológico-pragmático sempre que foi necessário, o que faz deste trabalho, provavelmente, um estudo único pelo seu quadro contextual histórico.

No dia 2 de setembro de 2013, o JN leu no ar um editorial que buscava mais uma vez dar a sua versão mitigada e revisionista do que ele denomina de “História”, “democracia”, e de outros valores frequentemente chamados a servir como referentes nessa constante reescrita da História real. Mais que uma possível crítica a esse trabalho de tentar se eximir de suas próprias responsabilidades – e a justas consequências que delas teriam advindo – interessa-nos mostrar que a historicidade que transversalmente permeia um texto não pode ser reescrita na medida em que se faça necessário um “realinhamento” ideológico com as novas forças sociais.

A necessidade de se apropriar da história e de reescrevê-la de acordo com suas ideologias parece ser uma preocupação constante para as OG ao afirmarem em seu *mea culpa* sobre o apoio dado ao golpe militar que: “os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva”, parece-nos mais uma tentativa de minimizar os fatos por se encontrarem no passado como se a história pudesse ser “apagada” do discurso presente. Isso, no entanto, não só não é possível, como não é desejável, pois a História, como diz Fernandes (2007, p. 12), é “disciplina que se entrecruza com a Linguística para a constituição da Análise do Discurso”, e além disso,

As transformações históricas possibilitam-nos a compreensão da produção dos discursos, seu aparecimento em determinados momentos e a sua dispersão. [...] O lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadore de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e *intervém a título de* condições de produção do discurso. Não se trata de realidade física e sim de um objeto imaginário socioideológico. (FERNANDES, 2007, p. 26-27, grifo do autor).

Portanto, ao dizer – em uma frase apresentada de maneira estrategicamente situada – que “o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais”, as OG escondem os 21 anos em que as “outras decisões editoriais”, leia-se: o apoio integral à ditadura, perfazendo uma elisão. Eis um trecho do editorial “Apoio ao golpe de 64 foi um erro”:

Desde as manifestações de junho, um coro voltou às ruas: ‘A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura’. De fato, trata-se de uma verdade, e, também de fato, de uma verdade dura. Já há muitos anos, em discussões internas, as Organizações Globo reconhecem que, à luz da História, esse apoio foi um erro. [...] Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje,

explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma.

Como tem existência no exterior do campo linguístico, o discurso pode ser compreendido pelos novos sujeitos que não participaram dos eventos à época sob uma ótica social que permita uma perspectiva histórica, mas jamais pode ser “reescrito” do ponto de vista de sua historicidade que não só está presente e, portanto, desmente que o passado não tem mais influência e/ou importância e faz do hoje a justificativa do discurso das OG, quando clama que os fatos de 1964 são “História” no sentido de um passado que não mais influencia o presente.

Com a era pós-moderna de Lyotard (2011), e Giddens (1991) as relações sociais viriam a ser alteradas tanto nos meios de produção como nos de consumo de informação, tornando os meios de comunicação os pontos “estratégicos” de uma sociedade que não apenas não pode mais optar pela força, mas também precisa de uma (re) orientação ideológica constante, tantas quantas são as novas forças sociais, políticas e econômicas que se apresentam na disputa pelo poder.

A comunicação em massa, e aqui cabem todos os sistemas interligados por fibra ótica, satélites, micro-ondas etc., são – sem nenhum exagero – o centro nervoso a se controlar. O que antes era uma indústria de fluxo unidirecional, agora se fragmenta e se reformula em milhares de micro mensagens que alteram o macro social, de maneira impossível de se controlar, tal a sua velocidade, quanto muito uma medição de metadados seria possível.

A recente onda de espionagem patrocinada pelos Estados Unidos à guisa de “combate ao terrorismo” é o exemplo mais bem acabado de uma sociedade que quer saber não só de si, mas de todos os “outros” passíveis de existir, e que por serem virtuais não têm mais um discurso único. Para Lyotard (2011, p. 5-6), essa situação já era possível de se antever:

A mercantilização do saber não poderá deixar intacto o privilégio que os Estados-nações modernos detinham e detêm ainda no que concerne à produção e à difusão dos conhecimentos. A ideia de que estes dependem do ‘cérebro’ ou do ‘espírito’ da sociedade que é o Estado, será suplantada à medida que seja reforçado o princípio inverso, segundo o qual a sociedade não existe e não progride a menos que as mensagens que nela circulem sejam ricas em informação e fáceis de decodificar. O Estado começará a aparecer como um fator de opacidade e de ‘ruído’ para uma ideologia da ‘transparência’ comunicacional, que se relaciona estritamente com a comercialização dos saberes. É sob este ângulo que se arrisca a apresentar-se com uma nova acuidade o problema das relações entre as instâncias econômicas e as relações estatais.

Em épocas de ditadura essa preocupação não existiria, pois economia e Estado seriam uma única instância. Com a chegada da democracia, há forçosamente um rearranjo nas forças sociais, já que não somente o Estado não pode ser mais autoritário, mas agora depende em boa parte da ajuda da mídia para se manter no poder que é efêmero, já que a maioria dos mandatos dura apenas quatro anos, enquanto o da mídia é perene. É essa possibilidade de sobreviver aos realinhamentos ideológicos e aos das forças do poder que fez da TV Globo um *player* invejável, onde ela mesma se torna o epicentro do poder. Do ponto de vista de Porcello (2008, p. 48):

Nascidas à sombra do poder, as emissoras de TV no Brasil foram criadas, cresceram e mantêm-se até hoje, dependendo de verbas e concessões oficiais. Mas contam, também, com a necessidade dos governos de usar a mídia como espaço político. Os governos civis e militares, que dominaram a política brasileira durante as últimas quatro décadas, tiveram, nas emissoras de TV, fortes aliadas para a divulgação dos assuntos de seus interesses e influências políticas.

Aqui, comunicação, informação e conhecimento se fundem em uma única unidade de valor, que precisa ser apropriada não apenas para que o enunciador possa se tornar o centro ideológico das informações, mas para saber o que e como o “outro” pensa e age, e desse modo devolvê-lo devidamente adulterado, “corrigido” em seus desvios ideológicos, bloqueado em suas intenções.

Em outras palavras: ao ter o poder de emitir informação como e quando entender, pode ser em edição extraordinária, ou dentro de outro programa, a TV consegue ter um *feedback* baseado em pesquisas ou em reações sociais que lhe permitem avaliar seus discursos. O modo para se “corrigir” esses desvios ideológicos é pela comunicação em massa, da qual a TV é a sua mais potente forma, seja pelo alcance literalmente mundial, seja pela instantaneidade ou pela gratuidade e facilidade de acesso. Por isso, é justificada a queixa do filósofo, pois,

Numa democracia não deveria existir nenhum poder político incontrolado. Ora, a televisão tornou-se hoje em dia um poder colossal: pode mesmo dizer-se que é potencialmente o mais importante de todos, como se tivesse substituído a voz de Deus. E será assim enquanto continuarmos a suportar os seus abusos. A televisão adquiriu um poder demasiado vasto no seio da democracia. Nenhuma democracia pode sobreviver se não puser cobro a esta onipotência. (POPPER, 1999, p. 29-30).

A questão da relação democracia e TV precisa ser abordada de tal maneira que o resultado de uma ACD remeta não só ao tema abordado, mas que também seja capaz de revelar o contexto mais amplo das liberdades democráticas. Desvelar a polifonia contida em

uma notícia por uma análise intertextual – sem remeter às relações com a democracia real – seria apenas uma parte do todo ideológico.

Assim, caso haja alguma mudança prática em função de uma denúncia ou uma irregularidade, digamos, na concessão de uma emissora de rádio e TV a um político, o que é proibido por lei, o resultado seria apenas discursivo por tratar apenas o sintoma e não a patologia. O caso seria arquivado e a situação seguiria igual, permitindo novas investidas no bem público, pois estruturalmente nada foi mudado. Seria dada uma resposta à sociedade que se limitaria ao discursivo, sem funções pragmáticas que abordassem o problema.

O estudo crítico da patologia, nesse caso, revelaria que a estrutura política do país tem uma força desproporcional ao poder de reação que uma verdadeira democracia deveria não apenas permitir, mas exigir. Nesse ponto Deetz (1992, p. 34) demonstra que a democracia precisa ser instrumentalizada pela população e não o seu inverso, permitindo que a TV tome posse dos seus valores:

A democracia, no sentido participativo, requer a capacidade de mutuamente resolver problemas através da exploração de diferentes pontos de vista. Uma sociedade democrática depende da promoção de conflito e discussão em que várias configurações de poder fecharam as discussões.

Dessa maneira, Deetz afirma que as normas calcadas na comunicação e na democracia não definem a direção em que deveríamos seguir, mas proporcionam um meio de promover conflito e discussão e, segundo Ångman (2013, p. 412), “essa mudança significativa poderia ter lugar nas micro práticas diárias”.

A partir das estratégias de propaganda arquitetadas por Bernays (2005), fica estabelecido que a democracia será o regime ideológico apropriado por, supostamente, colocar o poder decisório nas mãos do povo, por um lado. Entretanto, por outro, o retoma por meio da propaganda produzida pelos meios de comunicação em massa, criando assim uma ilusão de liberdade de escolhas que jamais poderá ser alcançada.

Há, então, duas “democracias” distintas, sendo uma a verdadeira, da qual apenas os valores universais como: liberdade de expressão (da qual a mídia será sempre a maior defensora, contanto que detenha o monopólio da fala), um homem, um voto, uma constituição que regule a sociedade (mas que pode ser usurpada legalmente pelos membros do congresso que detêm o poder de legislar de fato).

Desse modo, seriam aproveitados os valores do que seria uma democracia plena, mas o lugar da representação estaria fechado, isto é, usando o conceito de Foucault, (2011) as

ordens do discurso selecionam quem tem acesso a ele. Assim a democracia real, representativa seria apresentada como regime oficial, mas se tornaria inatingível por haver outra democracia em forma de simulacro e que seria, devidamente, apropriada pela “telerrealidade”.

A TV se mostraria como o veículo perfeito para construção social de uma realidade que só existe na sua tela. O pensamento de controle da sociedade de Bernays (2005) por uma elite qualificada escondida por detrás de um simulacro de liberdade de escolha é denunciado por Chomsky (1997) a partir dos ensinamentos de Walter Lippmann (2007), que foi um dos mentores de Bernays.

Em 1916 a Europa vivia sua Primeira Grande Guerra e os americanos (que Chomsky qualifica de extremamente pacifistas) não queriam se envolver no conflito. A plataforma eleitoral do então presidente Woodrow Wilson também era contrária, denominando-se “Paz Sem Vitória”, ou seja, “não lutaremos”, mas como ocorre em várias situações isto era apenas uma maneira de chegar ao poder. A administração Wilson queria, sim, a guerra, e a Comissão Creel, encabeçada por Lippmann, foi encarregada de convencer a população de que isso era necessário, e com o apoio da mídia e da comunidade de negócios em seis meses os americanos estavam embarcando para uma guerra que não era deles⁴⁴.

A estratégia adotada consistia em espalhar na mídia “notícias” de que os alemães eram responsáveis por atrocidades como cortar os braços das crianças na Bélgica, por exemplo. No entanto, os próprios americanos estavam fazendo o jogo dos ingleses como descreve Chomsky:

A maior parte (dos boatos) foi inventada pelo Ministério Inglês de Propaganda, cujo próprio comprometimento à época, como eles o descreveram em suas deliberações secretas, era ‘dirigir o pensamento da maior parte do mundo’. Mas, ainda mais crucial, eles queriam controlar o pensamento dos membros mais inteligentes da comunidade nos Estados Unidos, que iriam então disseminar a propaganda que eles estavam fabricando e converter um país pacifista em histeria de tempos de guerra. Isso funcionou. Funcionou muito bem. E ensinou uma lição: a propaganda de Estado, quando apoiada pelas classes educadas e quando nenhum desvio dela é permitido, pode ter um grande efeito. Foi uma lição aprendida por Hitler e muitos outros, e tem sido seguida até hoje. (CHOMSKY, 1997, p. 8-9).

A chegada da TV como meio de comunicação em massa de acesso popular, ocorre apenas no final da Segunda Guerra Mundial, o que torna crucial examinar a emergência de uma nova ordem cultural e econômica imposta pelos Estados Unidos, que emergem como única potência virtual para o mundo ocidental e cujo modelo preconizado por Lippmann

⁴⁴ Essa estratégia se repetiria em dezenas de guerras depois: Segunda Guerra Mundial, Vietnã, Coreia, Iraque, Afeganistão etc.

(2007), Bernays (2005) e sua elite de negócios encontraria na TV o veículo ideal para mostrar a realidade que deveria ser construída a partir do novo centro do poder.

Esse rito de passagem é assinalado por Bourdieu (2001, p. 14, grifo do autor), como a transição do invisível para o visível como se o primeiro sempre estivesse tido presente, tornando-se agora materializado e, pior, naturalizado. Para o autor,

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.

O fato de ter-se tornado “invisível” pela naturalização não significa que as relações de poder com a sociedade passam a ser “ignoradas”, muito ao contrário. Elas serão o objeto da luta de classes porque possuem efeito, mas as suas causas são inomináveis porque difusas, estão na própria essência da agenda que constitui as relações de poder e saber. Diz Foucault (1999, p. 27):

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de ‘poder-saber’ não devem ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder.

A questão do poder da mídia precisa ser discutida sob varias vertentes, não como agente ordenador direto da práticas sociais que este poder ela não tem, mas sim pelo uso do simbólico e de métodos de persuasão resultantes de suas estratégias discursivas.

A pergunta que se impõe é estrutural: De onde vem o poder da TV? Quem autoriza o seu discurso? Como ela se impõe e se sustenta? É possível dialogar democraticamente com a TV?

As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público. [...]. De um ponto de vista empírico, pode-se dizer que as mídias de informação funcionam seguindo uma dupla lógica: uma lógica *econômica* que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo (os meios tecnológicos acionados para fabricá-los fazendo parte dessa lógica); e uma lógica *simbólica* que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2006, p. 19-21, grifo do autor).

Nesse caso, o efeito discursivo buscado nos telejornais não pode ser o do debate, da busca de um consenso como ponderou Ångman (2013), ou que busque o bem comum. Trata-se de impor um discurso autoritário, que se firma de maneira insidiosa como informação, com valor de verdade. O discurso autoritário disfarçado na democracia, invisível no seu poder, é explicado por Citelli (2006, p. 51) como:

O processo de comunicação (eu-tu-eu) praticamente desaparece visto que o tu se transforma em receptor com pouca ou nenhuma capacidade de interferir e modificar o que está sendo dito. É um discurso exclusivista, pouco afeito a aceitar mediações ou ponderações. O signo se fecha e irrompe a voz da ‘autoridade’ sobre o assunto, aquele que irá ditar verdades como num ritual entre a glória e a catequese. O discurso autoritário lembra um circunlóquio: como se alguém falasse para um auditório composto por ele mesmo. É nessa formação discursiva que o poder mais escancara suas formas de dominação. Enquanto o discurso lúdico e o polêmico tendem a um maior ou menor grau de polissemia, o autoritário fixa-se num jogo parafrásico, ou seja, repete uma fala já sacramentada pela instituição: o mundo do diálogo perde a guerra para o mundo do monólogo.

Esse autoritarismo que se infunde pode ser visto pelo fato de a TV não permitir qualquer tipo de interação/reação, fator fundamental para a comunicação. Essa relação é comentada por Sodré (2001, p. 25), ressaltando que a imprensa não pode contestar o sistema de poder, já que este é gerado pela ordem produtiva e cuja dependência é recíproca, assim ao bloquear a comunicação real ele participa dos processos hegemônicos.

Em seu ensaio *Requiem pour les Media*, Jean Baudrillard desenvolve esse ponto de vista. Para ele, o que caracteriza os veículos de massa é a sua *não-comunicação*, entendendo-se comunicação como troca, isto é, como reciprocidade de discursos – fala e resposta. Responsabilidade (não moral ou psicológica), mas possibilidade de responder estabelecida pela correlação pessoal dos sujeitos na troca discursiva, é o traço básico do verdadeiro processo de comunicação.

Vários teóricos, como Chomsky, Popper e Sodré, constroem suas teorias a partir da relação democracia/liberdade de imprensa como motivo precípuo para a manutenção pela TV do privilégio de informar a massa. Veremos que isso se prova verdadeiro, na medida em que a própria TV Globo faz a defesa intransigente da “democracia”, tratando-a como valor absoluto e inegociável, como se a sociedade pós-moderna tivesse os mesmos mecanismos de representação do pequeno núcleo que detinha o poder na Grécia antiga.

Equacionar a ideia desta democracia de poderosos com o preceito das necessidades hodiernas de representatividade é um exercício de reducionismo que beira a ingenuidade. A chamada “democracia” de hoje não tem nenhuma relação com o princípio filosófico do poder do povo, pelo povo e para o povo. Do ponto de vista histórico, não podemos considerar uma

coincidência a “redescoberta” da democracia com o surgimento dos meios de comunicação em massa e o processo de naturalização do sistema democrático como sendo o “ideal” para a nossa sociedade. No entanto seria ingênuo pressupor que mudanças de governo signifiquem rupturas dentro do sistema, já que de acordo com Fairclough (1997 p. 82): “Devo acrescentar que à luta hegemônica não é alheia a luta travada pela forças dominantes para preservar, ou reestruturar e renovar, a sua hegemonia na esfera do discurso, nem a luta travada pelos grupos dominados”. É nesse ponto que a TV se torna mais insidiosa ao penetrar sem maiores questionamentos no imaginário popular, tornando-se um ponto gerador de conhecimento comum, pois:

A tevê escamoteia, através do envolvimento familiar, a sua condição de veículo eletrônico vinculado a um sistema produtor de mensagens cujo verdadeiro estatuto é o da expropriação da palavra do público. O receptor percebe a mensagem de tevê como algo de ‘natural’ no interior de sua casa. Caem as eventuais barreiras aos fenômenos de projeção e identificação, desde que a mensagem atenda às características de ‘naturalidade’ do veículo. (SODRÉ, 2001, p.59).

Cabe fazer aqui uma importante observação, que como veremos, é o ponto de resistência, o nó górdio da questão da liberdade televisiva e sua relação simbiótica com a democracia, pois esta ao mesmo tempo em que levanta a bandeira da liberdade – contra a opressão dos tiranos etc., permite-se ser controlada por interesses nada democráticos, mas se vale deles para se impor, perfazendo desse modo o papel de um erva daninha, um parasita que para viver mata a sua própria condição de vida. Esta é a avaliação de Bosetti (1999, p. 8) ao analisar a fala de Popper:

Para Popper era impossível uma solução simples para o problema da televisão, pois qualquer remédio imaginável teria de ser compatível com os princípios da democracia e do liberalismo. Uma vasta literatura, principalmente americana, sintetizada de forma útil no trabalho de John Condry, testemunha os danos infligidos à sociedade por uma expansão incontrolada do poder da televisão, quer em termos de tempo perdido, da influência nefasta que exerce sobre os comportamentos, da concorrência que instaura com a família e com a escola, da distorção do debate público, da inflação desmesurada dos mitos e da ‘vedetização’. Contudo, como a televisão é igualmente a expressão e a manifestação de um princípio de liberdade, tratava-se de ver como seria possível limitar o seu poder num ambiente liberal.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a derrocada da Europa como potência, e a emergência do *american way of life*, baseado nas “liberdades” e no consumo irrestrito, a TV desenvolverá um papel central na propagação desse modelo. Primeiro pela sua força de atuar geopoliticamente, unindo um país de dimensões continentais e de crescente poder aquisitivo por meio de suas redes, e como consequência disso, “colonizando” literalmente a Europa do

ponto de vista cultural, via sua recapitalização pelo plano Marshall, com a obrigatoria aquisição da adoção do modelo sociocultural americano, que agora passava a “escrever” a história.

Os Estados Unidos mostravam ao mundo, com os seriados de TV, filmes e as agências de notícia, o seu modelo vencedor baseado na “democracia”, mesmo que os negros não pudessem votar até meados dos anos de 1970. É exatamente nos Estados Unidos o “berço” da democracia moderna onde o problema para a sobrevivência desta começa, conforme relata o linguista e ativista político Chomsky (1997) em sua obra e que encontra respaldo em Williams que denuncia a globalização da mídia a partir de um controle que impõe práticas culturais predominantemente americanas.

O caráter ‘comercial’ da televisão tem então de ser visto em vários níveis: como o produtor de programas para gerar lucro em um mercado conhecido; como um canal para a publicidade; e como uma forma cultural e política diretamente moldada por e dependente das normas de uma sociedade capitalista, vendendo ao mesmo tempo bens de consumo e ‘um modo de vida’ baseado neles, em um *ethos* que é ao mesmo tempo gerado localmente, por interesses capitalistas e autoridades domésticas, e internacionalmente organizado, como um projeto político, pelo poder capitalista dominante. Não é então exagero dizer que a transição geral, nos últimos vinte anos, do que era normalmente uma transmissão de rádio nacional, controlada pelo Estado⁴⁵, para o que são agora, em termos mundiais, instituições televisivas predominantemente comerciais, é a consequência desta operação planejada pelos Estados Unidos. (WILLIAMS, 2003, p. 36).

Com isso, as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia, o que talvez seja, paradoxalmente, uma necessidade (Cf. Charaudeau, 2006, p. 20). Os ideólogos do capitalismo sabiam que ao abrirem mão da força do estado totalitário, da escravidão, teriam de ordenar a sociedade sob outro prisma, o da disciplina, que seria apresentada sempre em benefício da coletividade, para que qualquer um que se indispucesse contra a ordem estabelecida fosse isolado e colocado no ostracismo sob diversas formas e níveis de punições, advindas das formas religiosas ou das leis.

A necessidade de disciplinar já era necessária nas ordens militares e religiosas, onde o controle do corpo seria a primeira função. Com a chegada da TV e da comunicação em massa, passa a ser possível controlar as mentes. Foucault faz a relação entre o controle das massas e a disciplina argumentando que a transição entre a escravidão e a liberdade só foi possível porque os modos de produção se concentraram no início do século XX no controle da mentes, conforme relatamos sobre os princípios da propaganda em massa.

⁴⁵ Williams está se referindo ao sistema britânico de rádio da BBC, com sede em Londres.

Processos disciplinares variados existem há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes. (FOUCAULT, 1999b, p. 118).

Se antes as mudanças estruturais nessas organizações – com seus efeitos na sociedade – levavam tempos indeterminados para surtirem efeito, e possivelmente se dariam de forma desigual e extemporânea, agora com a comunicação em massa, todo esse processo poderia ser feito diariamente.

Com o objetivo de mostrar/ocultar da TV, cuja realidade de ontem sobreviveria até a realidade de hoje, o mundo poderia ser refeito com o apagamento da memória e a retificação de cursos que busca o constante reequilíbrio das forças do poder, que passam a ser instrumentalizadas na justa medida da necessidade das ordens do dia. Fechava-se o círculo de ligação entre as ideologias e o poder, o caminho para a hegemonia e instaurava-se a distopia. Para se apropriar das práticas discursivas de maneira efetiva, torna-se necessário elaborar estratégias de construção da notícia estabelecendo hierarquias de poder, de quem tem acesso à mídia ou não, agendando hoje o que será discutido amanhã, como sequência naturalizada do que foi dito, produzindo uma interdiscursividade de efeito contínuo.

3.5 Estratégias de construções discursivas

A vida em sociedade pressupõe a comunicação interpessoal e a de massa, possibilitando não apenas uma organização de cima para baixo, Estado–povo, mas também que se refaz no micronível, formando o chamado tecido social e os alinhamentos ideológicos entre diversos grupos. É por essa troca dialógica que as lutas de classes vão perfazendo o seu curso na história, e onde a comunicação perfaz seu papel fundamental na construção social da realidade, que é linguisticamente marcada, por estratégias de comunicação, pois o discurso só se efetiva a partir do conhecimento do Outro, para que ele possa se submeter às palavras de Ordem que vão sendo estabelecidas.

A TV, por sua característica de sistema fechado, imune à interação social assume esse papel de “comunicador”, estrategicamente colocado no centro da sociedade como centro receptor/emissor da nossa realidade. A força das imagens e a sua ubiquidade não deixam

dúvidas de que a TV está em todo lugar, e a tudo vê. Mas as imagens nesse caso são puro simulacro, não podem ser escolhidas, não podem ser tocadas, representam apenas uma fração do que está sendo nomeado.

Em suma: a imagem serve de apoio ao que realmente interessa na construção semiótica da TV, isto é, o seu discurso. É evidente que a espetacularização das imagens é uma das mais potentes armas usadas pela TV, que não se cansa de ir em busca do inusitado, do inalcançável, do jamais visto para ganhar dimensão de onipresença. Mas o espetáculo da imagem, justamente por ser apenas isso, precisa se renovar, como se diz na indústria televisiva, o espetáculo precisa continuar (*the show must go on*).

Desse modo se as imagens são passíveis de desaparecimento, substituídas por qualquer uma desde que seja outra, diferente, que entretenha, então o que vai ativar o campo cognitivo, que é o que realmente importa para que a TV possa, de fato, comunicar algo é o discurso, que é posto em prática por diversas estratégias, condicionado pelos contextos que o produzem e dentro do qual ele precisa ativar conhecimento, crenças, visões de mundo, como se fossem informação, e essa construção não pode prescindir da linguagem, mas da imagem sim.

Isso significa que o nosso mundo “lá fora” é constantemente ressignificado pela linguagem e na linguagem da TV, nessa eterna interação em busca do novo que teria a capacidade de modificar nossas vidas.

A relação de dependência das sociedades pós-modernas, em relação à informação, deve-se ao fato de que o apagamento das noções de tempo e espaço abrem um campo cognitivo que quer saber – e se impõe como necessidade – do estar informado incessantemente. O *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram*, e todos os aparatos que permitem a instantaneidade da ligação desses programas via rede, possibilitam a virtualização das nossas relações e do nosso conhecimento, gerando o fenômeno do espetáculo global. Todos se veem, todos dizem o que gostam (curta no *Facebook*⁴⁶) e é essa liberdade vigiada, controlada – ironicamente – pela liberdade de escolha, que é contabilizada e negociada como mercadoria que nos permite “escolher” democraticamente os nossos produtos e preferências, que nos vai ser dada de volta na forma do discurso de massas, num processo de realimentação contínuo.

Em resumo: a nossa liberdade de expressão existe dentro da internet, que ainda não tem o impacto da transmissão da TV, pelo fato de ser difusa e impessoal para a maioria da população no Brasil, e que exige um certa dexteridade tecnológica, além de um mínimo de

⁴⁶ Quando o internauta entra em uma página da web onde há algo que lhe agrada, pode dar um sinal de aprovação “clicando” em um símbolo do *Facebook* que irá para a sua página para ser compartilhado.

cultura, enquanto a TV nada pede, nada exige, apenas o seu olhar, transformado em mercadoria.

Uma vez determinada a relação de dependência entre a democracia, e o seu controle pelos detentores do capital, as elites, que hoje são corporativas e transnacionais, é preciso explicar como esse jogo continua, *mutatis mutandis*, como é que a mídia, em particular o telejornalismo vai criar o espetáculo que Debord (2003) denuncia por se sobrepor a toda a sociedade, pois nada muda, enquanto por meio das notícias a TV nos dá a sensação de que estamos em “movimento”, que estamos “trabalhando”, “melhorando”, “progredindo”, quando na verdade é apenas uma seleção lexical cujo efeito de sentido é dinâmico, mas que nunca chega a se realizar pois:

O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo. [...] O que o espetáculo oferece como perpétuo é fundado na mudança, e deve mudar com sua base. O espetáculo é absolutamente dogmático e, ao mesmo tempo, não pode chegar a nenhum dogma sólido. Para ele, nada para; este é seu estado natural e, no entanto, o mais contrário à sua propensão. (DEBORD, 2003, p. 14-17).

O telejornalismo, quando foi inventado por uma necessidade que já existia previamente – a do controle e da espetacularização da sociedade e de seus valores por um grupo ideologicamente determinado – serviria para instrumentalizar estes conceitos, primeiro com o conceito de notícia diária, e em várias horas do dia, o que significa que o mundo está recebendo/transmitindo palavras de ordem e de disciplina “fechadas” dentro de um sistema organizado ao qual só têm acesso os detentores do poder, e depois, ao “movimentar” o mundo dando a ideia de que algo está acontecendo, imobiliza-o por sua inconsequência, pois ao ser dogmático não pode fornecer ao ator social ferramentas para a sua emancipação, ou sequer meios pelas informações que contenham conhecimento para tal.

Isso significa que, embora consigamos revelar as estratégias linguísticas adotadas no discurso, a última palavra permanece sempre com a emissora de TV, que, não podendo se aferrar a nenhum dogma – sob pena de se imobilizar ideologicamente – coopta o argumento e o expele agora como sendo seu próprio argumento, relexicalizado e recontextualizado, tornando-se, assim, a “proprietária” desse campo linguístico.

Por detrás dessa ação comunicativa, está a ação instrumental, seguindo os princípios de Habermas. A ocupação do espaço público é feita pela transmissão incessante de “notícias”, cujo único valor e sentido são o de manter o *status quo*, impelindo o sujeito para o consumo, movido por aquilo que Bucci, a partir de Marx, chama de fantasia, e que tem por objetivo tornar o “sujeito mercadoria” que é vendido por índices de audiência aos publicitários. Essa

transmutação não pode ser percebida pelo sujeito, que acredita ter “a liberdade de escolher” o canal a que vai assistir e o que vai comprar sem dar-se conta de que ele mesmo é mercadoria..

A mercadoria desliza no mercado como sujeito – e o sujeito, como mercadoria. Eles se igualam em seus significantes que se espelham negativamente. [...]. Esse valor de uso lhe aparece como o significado de si mesmo (aí é que a mercadoria preenche uma ‘necessidade originada da fantasia’, que poderíamos hoje chamar, grosseiramente, de desejo). Por meio da mercadoria, ele, sujeito faltante, completa-se imaginariamente: o consumo da mercadoria tem sua raiz no desejo inconsciente. E, atenção, é na mediação dessa busca que incide o valor. (BUCCI, 2005, p. 223).

No entanto, falta explicar porque o capital vai em busca da apropriação do discurso, não do seu controle, mas da sua constituição no sentido mais profundo, não no seu controle produtivo, mas na sua ressignificação, sobre a qual trataremos em detalhe mais adiante na seção 3.10 sobre Jornalismo Ambiental, que é o *logos* onde esta *práxis* se faz mais necessária e presente. Uma vez apropriados do espaço público e do seu imaginário via fetichização da mercadoria, resta agora controlar a (re) produção da linguagem, para que não somente a ideologia prevalecente não possa ser confrontada em sua base dogmática, mas que tenha também a capacidade de se autogerir. É por isso que Bucci (2005, p. 226) afirma que:

A reprodução do capital alarga-se, expande-se a ponto de transformar a linguagem num novo mercado – e numa nova fábrica – e, mais que isso, a ponto de tornar a linguagem na era do capitalismo superindustrial o canteiro em que o capital se reproduz. O capital, enfim, vira espetáculo.

Entender as diversas possibilidades existentes na formação das construções discursivas é o ponto crucial para uma formação teórica que dê conta de explicar a denúncia de vários teóricos da comunicação como Allen (1992), Anderson (1997), Sartori (2001), Sodré (2001), Popper (1999), Chomsky (1997), Corner (1999), Bourdieu (1997), Charaudeau (2006) e outros, que acusam a televisão de transmitir ideologias à guisa de informação, de esvaziar conceitos concretos de cidadania e ação em troca de uma atenuação dos movimentos sociais que desarticulem as lutas de classe, de promover uma desinformação – e a consequente desorientação – da sociedade ao mesmo tempo em que se autoproclama como fonte fidedigna de conhecimento, dentro de notícias previamente pautadas de acordo com uma agenda interesses socioeconômicos.

Não se pode chamar a isso de “conhecimento”, no sentido instrumental de apropriação de um conteúdo, e que melhor definida estaria na categoria de espetáculo de acordo com Debord (2003, p. 15, grifos do autor), que trabalha em uma única linearidade de sociedade, consumo e propaganda que são espetacularizadas pela mídia, pois para o autor,

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida social dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção e no seu corolário – o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a *presença permanente* desta justificação enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna. [...]. A linguagem do espetáculo é constituída por *signos* da produção reinante, que são ao mesmo tempo o princípio e a finalidade última da produção.

A emergência da mídia eletrônica (inicialmente rádio e TV) e conseqüentemente, a criação da chamada “cultura de massa” apresenta um paradoxo, pois as massas não se querem cultas, além de que são intrinsecamente heterogêneas no seu campo de conhecimento. Se há uma “massa”, há também uma “elite” dominante, pois as massas não são autodirigíveis, nem estão abertas à autodeterminação. Para Lembo (2000), o trabalho de Adorno, da Escola de Frankfurt, aponta que essa emergência histórica significa mudanças nas práticas sociais em consequência da apropriação das práticas discursivas pelas elites.

Quando se trata de televisão, Adorno vê o seu poder funcionando em múltiplos níveis simultaneamente. Em um nível, o que ele chama de ‘estrutura de história de níveis múltiplos’, a televisão serve como ‘o meio tecnológico’ para a indústria da cultura ‘manipular’ a audiência, porque, Adorno diz, que o modo pelo qual a história mostra as pessoas e as suas ações sociais. (LEMBO, 2000, p. 21).

A lógica de Adorno sobre a televisão e a sua programação é a mesma de Debord. Ambas estão implicadas na mesma estrutura da lógica de produção e de distribuição de bens de consumo, em suma: a lógica capitalista.

White (1992, p. 165) é taxativa ao aplicar o Marxismo clássico que denuncia o controle das massas quando diz que:

A audiência de massa acredita que a televisão é um entretenimento inofensivo, que oferece um agradável modo de relaxar ao final de um duro dia de trabalho. Na verdade, o meio atrai as massas para uma inação passiva e certamente instila os valores e aspirações burgueses, prometendo que as realizações pessoais podem vir pelas práticas e produtos da atual sociedade de consumo.

Dentro da teoria Marxista sobre cultura e sociedade, existe a construção da relação entre base/superestrutura, cujo modelo implica a organização da sociedade moderna, cuja base

(ou infraestrutura como alguns preferem) é a necessidade material, crucial para a sobrevivência humana, que vai determinar, por conseguinte os seus modos de produção.

Essa necessidade é o que vai gerir as relações entre grupos de interesses e o surgimento de classes sociais baseadas na propriedade, no controle dos meios de produção, na capacidade de gerar emprego e de influenciar o social. Do outro lado, essa base vai estabelecer uma relação com o modo de produção dominante, chamado de superestrutura, que nada mais é do que o contexto imposto pelo sistema político e legal, ancorado em ideologias e em sistemas culturais preferidos por eles.

Já abordamos a questão ideológica no capítulo 2, no entanto nos parece apropriado retomarmos a questão aqui, já que de acordo com Tolson (1996, p. 161), é neste momento especificamente que Marx introduz o conceito de uma “ideologia dominante”:

As ideias da classe dominante são em todas as épocas as ideias que predominam, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade, é ao mesmo tempo a sua força intelectual dominante. A classe que tem os meios de produção à sua disposição, tem o controle ao mesmo tempo sobre os meios mentais de produção, e por consequência, falando de modo geral, as ideias daqueles que carecem dos meios de produção mental estão sujeitos a ela. As ideias predominantes são nada mais que a expressão ideal da relação material dominante, as relações dominantes entendidas como ideias, e, por conseguinte as relações que fazem da classe dominante as ideias da sua dominação.

Desse modo, podemos inferir que o *establishment* é um sistema fechado em si, protegido em suas áreas mais importantes que são aspectos basilares, os aspectos culturais e os modos de produção que necessitam estar em consonância para se autossustentarem. Isso significa que em termos de discurso, tanto o que é produzido pela programação, como o que é produto da publicidade, deve estar em sincronia de interesses ideológicos, não podendo romper esse “contrato” silencioso existente.

Por seu fluxo programático e unidade discursiva, a TV consegue abordar o telespectador por diversos vértices culturais, perfazendo a ideia de que “todo mundo lá fora” pensa dessa maneira. Mesmo um sujeito esclarecido, terá problemas ao enfrentar a massa que não tem o mesmo nível de esclarecimento, e estará sempre fadado a ter de explicar seu ponto de vista desde um princípio ético, de uma lógica distinta daquela apresentada, de ampliar conceitos, perfazendo um processo no mínimo conflituoso com “a opinião pública”.

Já existe um olhar e um pensar televisivo com uma força muito superior a qualquer livro ou artigo que se possa pretender colocar em seu caminho. Diz Foucault (2001, p. 244) que: “No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar”.

Na TV, esse “olhar” se dá em duas instâncias, no visual e no textual/sonoro, o que a aproxima da ilusão de “realidade”, na verdade da “telerrealidade”, a realidade virtual, vista à distância, sem poder ser tocada, mas com toda a arquitetura semiótica a preencher os sentidos. Ela tem a capacidade de “reconstruir” a percepção que temos de nossa própria comunidade, como se, ao lançar o olhar eletrônico para nossa vida e montá-la discursivamente, fosse capaz de revelar aspectos dos quais somente ela pode perceber.

Passamos a ser “teledependentes” esperando todos os dias que a TV nos dê notícias sobre nós mesmos, nossa saúde, nossa política, nossa economia, nosso lazer, que nos dirija a um consenso seguro. Em função dessa articulação entre o real e a telerrealidade construída para o nosso consumo é que Charaudeau (2006, p. 223) desenvolve a teoria de que na tela:

A televisão tenta articular entre si três espaços que constituem lugares particulares de construção do sentido: um espaço externo, onde surgem os acontecimentos do espaço público, um espaço interno, onde se desenrola a cena midiática da representação dessa realidade, e um espaço interno-externo, que seria o lugar em que se articula uma relação simbólica de contato entre a instância midiática e a instância telespectadora. Assim, a instância midiática televisual está numa posição de pivô duplamente orientada: referencial, quando olha para o mundo exterior que ela mostra, relata e comenta, e de contato, quando olha o telespectador que ela procura interessar e emocionar.

Creditar essas manobras apenas ao uso da retórica seria simplificar por demais um complexo processo comunicativo semiótico cada vez mais sofisticado, com vários níveis de informação e de acionamento de dispositivos cognitivos que são constantemente confrontados com as novas mídias ditas “alternativas”, ou seja, aquelas que não passam pela construção sistemática nem das grandes agências de notícias internacionais nem dos grandes conglomerados nacionais, basicamente cinco ou seis famílias que controlam a mídia no Brasil.

Acreditamos que o discurso televisivo se torna praticamente impossível de ser entendido em sua totalidade ideológica no momento da emissão, por trabalhar com a interdiscursividade em diversas instâncias, ressignificando contextos que justifiquem determinadas ações, que em síntese contribui com a historicidade e ativa as Memória de Curto Prazo (MCP) /Memória de Longo Prazo (MLP) de acordo com o que ela própria construiu, tornando-se, portanto, autorreferencial. Para o sujeito que se submeteu ao processo de construção de sua realidade via TV, o que esta perfaz é simplesmente uma reasserção do que já foi dito em termos ideológicos. A chamada “notícia” passa a ser apenas a apreensão e a nomeação de qualquer fato novo que sirva para reconfirmar um sistema de crenças. Por isso Sodré (2001, p. 51) adverte que:

A ideologia da tevê não precisa ser primordialmente explícita (entendendo-se como tal a literalidade das leis, dos regulamentos e os imperativos dos costumes e da moral), porque o tipo de relação humana por ela induzido já é simulador de uma ordem repressiva e castradora. Na imediatez da visibilidade plena que oferece, a imagem da televisão mascara a realidade da divisão operada pelo Desejo e leva o telespectador a se identificar com os modelos do sistema.

A repetição sistemática de valores ideológicos tem a função de formar uma barreira cognitiva que, ao mesmo tempo em que facilita o “entendimento”, apaga qualquer possibilidade de contestação. No entanto, não se deve pensar que o discurso televisivo se valha apenas de uma ou outra estratégia para efetuar sua construção dialética.

Na impossibilidade de ser objetivo em suas crenças socioculturais, demonstrando os seus contornos mais evidentes, esse discurso precisa trabalhar com arquétipos, deslocar conceitos, subjetivar, enfim, lançar mão de vários recursos que se entrelaçam de forma a parecer uma sólida base de conhecimento, logicamente argumentada. É essa dinâmica enunciativa que, ao contar com o reforço visual, cria uma atmosfera de entrega do ator social, que passa a dialogar com o “outro” via agenda televisiva.

Esse processo de sedução e persuasão do telespectador permite, então, outro fenômeno, que é o de inferir uma relação sintagmática no encadeamento das notícias, não só do JN, mas dos outros jornais da TV Globo que ele por ventura venha a assistir, como também aos da concorrência. A relação telejornal/audiência torna-se assim dialética, na medida em que o primeiro vem construindo sua linguagem por anos e espera ter alcançado um certo grau de compreensão na audiência. Esta por sua vez vem acompanhando o telejornal e de modo análogo espera que ele “repita” a fórmula cognitiva, que opera dentro da sua chamada “zona de conforto”. A partir dessa relação se constrói o contrato noticioso.

A comunicação está no centro do processo de interação entre a TV e o receptor. É por meio dela que se tenta superar os limites da palavra. Como é impossível dizer-se tudo ao mesmo tempo e em qualquer lugar, a comunicação exige uma construção discursiva para se selecionar o que se vai dizer de modo a efetivar a mensagem em seu máximo potencial.

Na TV isto é de particular importância pela natureza do seu texto. Embora seja sempre escrito de antemão – mesmo em algumas passagens ao vivo o repórter lê quando a câmera se afasta, ou repete via ponto eletrônico a sua própria narração gravada – o texto televisivo é lido, o que altera a sua estruturação e a sua dinâmica. O leitor sai da situação ativa de ler e tentar entender, relendo, um enunciado no jornalismo impresso, para uma situação ativo-

passiva, onde é preciso escutar e processar cognitivamente o que está sendo dito em apenas uma audição.

Essa dinâmica é bastante particular, pois como a TV é uma via única de comunicação, no sentido dialético, ela não permite o diálogo, o retorno, a dúvida, o confronto, o que é uma novidade na comunicação humana, acostumada à interação⁴⁷. Em termos quantitativos, a TV tem um alcance muito mais amplo e efetivo que a mídia escrita, sobretudo no Brasil onde o custo de jornais e revistas é restrito a uma população de maior poder aquisitivo, além do fator de alfabetização e educação. Nossa TV trabalha, portanto, dentro desse contexto socioeconômico e cultural, e sua estrutura discursiva precisa levar esses fatores em consideração.

A linguagem essencial da mídia é dialética, pois ela precisa criar uma oposição permanente, construindo uma dupla referenciação, que é a essência para mediação. É na criação do conflito ideológico, na busca do posicionamento do sujeito perante os “fatos” por ela apresentados em sua argumentação que a mídia trabalha sempre com duas referências. Uma sobre si mesma e outra relativa aos valores de apoio para a sociedade, e depois faz a referenciação com base nesses valores sobre como os “outros/nós” deveríamos nos comportar, baseada em uma estrutura dualista de legitimidades como certo/errado, muito/pouco, para que uma escala de valia possa ser apresentada, seja via estatísticas e números, seja por avaliação moral do evento.

De acordo com Seiter (1992, p. 50):

Caracteristicamente, uma análise estruturalista propõe oposições binárias tais como indivíduo/comunidade, homem/mulher, natureza/cultura, ou mente/matéria e argumenta que cada elemento dentro do sistema retira o seu sentido da sua relação com estas categorias.

A curta duração das notícias implica desenvolver uma construção discursiva específica para a linguagem do telejornal, calcada mais em recorrer às pressuposições do que na construção de um enunciado que necessite de várias outras referências. É preferível construir antes modelos mentais de denotação e conotação para se evitar explicar o referente todo. Assim, referir-se aos árabes como terroristas pode não ser aceito sem uma justificativa plausível, que dificilmente acontecerá, pois isso não pode corresponder à verdade, já que nem todos os árabes são terroristas e nem todo terrorismo tem origem nos árabes.

⁴⁷Hoje o telespectador pode imediatamente entrar em contato com a TV ou o referido programa, enviando *email*, *twitter*, *sms* etc, embora essa interação não seja simultânea, sincrônica, mas posterior.

No entanto, é perfeitamente plausível construir um referente negativo dos árabes, que trabalhe entre a denotação/conotação, gerando por extensão uma implicatura de sentidos, quando se associa a palavra “terrorismo” à “árabe”, ou por exclusão quando se denota/conota os ataques americanos e suas invasões como “missões de paz”, quando na verdade são ações de guerra. Para a mídia, o modo mais efetivo de ativar a cognição do enunciatário é produzindo efeitos de verdade a partir de conceitos modalizadores como o que citamos. Assim ela trabalha com conceitos pré-definidos, com pressupostos que já fazem parte do conhecimento compartilhado.

A função social do sistema é levar o público a assumir atitudes compatíveis com o estado atual dos conhecimentos, ajustado à sua ótica, sua visão de mundo, à realidade tal como se lhe apresenta aos olhos. Para bem cumprir tal função o sistema representado pela televisão deve *esconder o que não se pode mostrar* – tudo aquilo que ponha em dúvida, desestruture ou desarticule a univocidade do código. (SODRÉ, 2001, p.134).

Na visão de Ångman (2013), é possível estabelecer dois tipos de interferência no processo discursivo, que ele qualifica como Abertura Discursiva e Encerramento Discursivo, que se enquadram no conceito de construções discursivas destinadas a forçar uma abertura dialógica, ou por meio de um enunciado específico não oferecer mais a possibilidade de diálogo, encerrando o processo.

Dentro do Encerramento Discursivo existe:

a) Desqualificação que é o processo pelo qual determinados sujeitos e suas opiniões são desqualificados *a priori*, pelo fato de terem um referente com conotação negativa, como dizer que as pessoas que defendem a natureza, são “ecochatas”, a partir do que se poderia concluir que as pessoas que convivem bem com a poluição e a contaminação do planeta sejam “não-chatas”, boas pessoas;

b) Naturalização é a aceitação do referente como inevitável e, portanto, impossível de ser mudado, discutido. Nesse caso, o referente de naturalização para Belo Monte seria o da necessidade de gerar mais energia, para evitar um novo apagão;

c) Neutralização busca apresentar apenas uma visão de mundo como sendo possível, como a ideia de que “a ecologia é um entrave para o desenvolvimento”, onde o referente “desenvolvimento” é algo universalmente desejável, enquanto a “ecologia” é aceitável desde que não interfira no progresso, caso contrário a primazia é a do capital sobre o ambiente.

No caso da Abertura Discursiva, podemos dizer que as “aberturas” podem ser instrumentalizadas para na verdade encerrarem a argumentação, na medida em que

determinada pauta precisa ser colocada em questão, para em seguida ser encerrada por uma movimentação de construção discursiva.

Nesses conceitos de Abertura/Encerramento está o chamado *Gatekeeping*⁴⁸, que no jargão jornalístico é o controle supremo que determinará não apenas o que deve ser dito, mas, sobretudo, como. Um das estratégias de aproximação da TV com o público, que sugere algum tipo de interatividade ou de que ela seja um “canal aberto” é aquele momento da notícia em que o povo – estrategicamente – é chamado a opinar, o *vox populi* ou “povo fala”, e cujos objetivos são o controle da fala do povo, pela escolha das “sonoras”, e a falsa noção de que a mídia escuta as ruas e permite algum tipo de interatividade.

Esse recurso populista é levado ao extremo por certos repórteres que, ao se apresentarem como figuras popularescas, saídos do povo com seus trejeitos e linguagem informal, pretendem fazer essa aproximação colocando no ar autoridades de porte inexpressivo, que se responsabilizam em consertar a calçada ou sanear uma rua. Essas breves encenações midiáticas realizam a função de dar ao povo algum tipo de poder,

De fato, é incontestável que a televisão é um formidável formador de opinião. Hoje, o povo soberano ‘opina’ sobretudo em virtude da forma com que a televisão o induz a opinar. Por isso o poder do vídeo, ao dirigir a opinião pública, coloca-se realmente no centro de todos os processos da política contemporânea. [...] Além disso, a televisão condiciona, ou pode condicionar de modo marcante, o governo, isto é, as decisões no nível do governo: o que o governo pode, ou não pode fazer, e decide fazer na realidade. (SARTORI, 2001, p.51).

Há várias maneiras de a TV se relacionar com os poderes, e a estratégia de levar ao ar a “opinião pública” é apenas uma delas, pois ninguém pode negar que aquelas pessoas realmente disseram aquilo. Não entraremos na questão da edição das falas, nem da validade de considerar o todo pela parte, isto é, quando alguns entrevistados passam a representar a população. Existe também outro *vox populi* que são as pesquisas, que buscam trazer ao conhecimento comum o que, curiosamente, todos já sabiam: a opinião do outro.

Para sermos exatos, as sondagens de opinião consistem em respostas dadas a perguntas formuladas pelo entrevistador. Esta especificação esclarece logo duas coisas: primeiro, que as respostas dependem amplamente da forma pela qual as respostas são formuladas, dependendo portanto de quem as formula; e segundo é que a própria pergunta por vezes concorre para ‘forçar’ uma resposta improvisada naquele momento. (SARTORI, 2001, p.57).

⁴⁸ Tradução livre do inglês: “o que controla o portão”, do fluxo e do discurso da informação. Papel normalmente executado pelo editor-chefe do jornal ou pela direção, que em última instância “censura” o conteúdo.

3.6 A estratégia de estruturação narrativa no telejornalismo

Se na oralidade primária era a palavra que acionava as imagens no imaginário, na TV ela perfaz outra função, por esta fornecer a força das imagens, que apagam a possibilidade de outras imagens serem formadas, interpondo entre o telespectador e o fato, uma informação visual, em si mesma, uma interpretação imagética do que o texto vai narrar, que não necessariamente tem correspondência com o fato. Esse poder de “ilustrar” as palavras é o que faz da TV um objeto único dentro das telecomunicações.

Uma das consequências desse processo cognitivo é que, não somente o discurso segue uma narrativa única e se impõe como verdade, como as imagens que o telespectador recebe passam a ser “as imagens” do evento, formando as “imagens mentais”, ou seja, aquelas que aparecerão nas suas memórias quando o tema for abordado. As cenas mais memoráveis do cinema foram as que marcaram o imaginário ao unir um forte impacto visual com música ou com uma frase de efeito.

É pela apropriação da linguagem semiótica como um todo que a mídia consegue alterar os campos emocionais, reordenando então campos subjetivos, mudando pelo aspecto da relevância o que precisa ser realçado ou obliterado, levado ao esquecimento ou destituído de valor.

A linguagem não é a vida, ela dá ordens à vida; a vida não fala, ela escuta e aguarda. Em toda palavra de ordem, mesmo de um pai a seu filho, há uma pequena sentença de morte — um Veredito, dizia Kafka. O difícil é precisar o estatuto e a extensão da palavra de ordem. Não se trata de uma origem da linguagem, já que a palavra de ordem é apenas uma função-linguagem, uma função coextensiva à linguagem. Se a linguagem parece sempre supor a linguagem, se não se pode fixar um ponto de partida não-linguístico, é porque a linguagem não é estabelecida entre algo visto (ou sentido) e algo dito, mas vai sempre de um dizer a um dizer. Não acreditamos, a esse respeito, que a narrativa consista em comunicar o que se viu, mas em transmitir o que se ouviu, o que um outro disse. Ouvir dizer. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 8).

O jornalismo é uma forma de narrativa e deve seguir sua estrutura para que tenha lógica e coerência. A narrativa que domina o telejornalismo é a da história, dos contos, das lendas, como já ressaltamos. Isso implica que o ponto mais importante dessas categorias seja o final, pois é lá que a situação se resolve, que todos os valores envolvidos tenham sua presença justificada e cada ator social dentro do seu papel desempenhe a sua função.

Também o jornalista/redator, ao imaginar o *frame* de sua notícia/reportagem, precisa enquadrá-la dentro desses padrões e, sobretudo, definir: qual vai ser a história? Justificar a si

mesmo (e à editoria, claro) porque estão narrando aquela e não outra notícia/história. Partindo do final que deve ser alcançado, o redator desenvolve, então, as suas “construções discursivas”, que instrumentalizarão os recursos linguísticos a seu dispor, e não ao contrário.

As escolhas lexicais não são feitas de modo aleatório, apenas como se escolhem palavras para ilustrar ou designar. Elas são feitas a partir de um efeito que se quer alcançar ao final e, nesse caso, algumas palavras são mais efetivas que outras. A categorização dos atores sociais também precisa ser definida de antemão. Os índios numa notícia, por exemplo, são “mocinhos” ou “bandidos”? São “vítimas” ou “agressores”? Isso significa que o percurso do texto jornalístico se faz a partir do final que se busca, cuja função na cognição do telespectador é justamente a de “encaminhar” o enredo com os personagens envolvidos e representados de tal modo que, dentro do contexto cultural em que este se encontre, somente um desfecho seria aceitável.

Essa impressão de “final esperado–realizado” transmite a sensação de que a imprensa perfaz, por vezes, o papel da justiça, denunciando, apresentando fatos, “julgando” (na verdade deixando o julgamento inevitável ao espectador) e concluindo para um final cujos valores daquela sociedade sejam preservados. Essa é apenas uma das funções da TV, manter o *status quo*, reiterando os seus valores, premiando os “corretos” e “punindo” os desajustados. Podemos chamar a essa delimitação prévia de “modelos de situação”, que tem o objetivo de explicar como as pessoas compreendem o discurso, no âmbito de uma teoria mais geral do processamento do discurso mediante estratégias.

Segundo afirma Santos (2003, p. 15),

Comunicação: uma definição simples e frequentemente disseminada é a que estabelece a comunicação como uma ‘transmissão de informações’. Embora seja uma apreensão correta, peca pela superficialidade uma vez que não esgota a potencialidade dos atos comunicativos. Vários teóricos têm ressaltado a carga simbólica embutida nos processos de comunicação. Sem dúvida, os elementos simbólicos utilizados no ato comunicativo determinam a compreensão (ou não) das mensagens, manipulam o imaginário, mexem com a fantasia, estimulam ou influenciam de modo positivo ou negativo o receptor.

A linguagem narrativa da TV segue a mesma sequência de eventos da tradição oral de contar histórias, no sentido de ativar o imaginário. Não é, portanto, um relato noticioso, com causa e efeito, que seria em princípio o que uma notícia de cunho jornalístico deveria apresentar. Ao construir uma narrativa noticiosa, o jornalista arquiteta uma sequência léxico-gramatical que contém as seguintes partes: apresentação do fato, que justifique a sua seleção

como notícia; o seu desenvolvimento, como decorreu o processo; e o fechamento, que deve designar o resultado daquela ação.

Um fato, suas versões, localização no tempo e espaço, causas e consequências e, sobretudo, como evitar que o problema se repita, chamando à responsabilidade as partes envolvidas, deveriam ser partes de uma narrativa investigativa. Foi essa sequência que deu ao jornalismo a possibilidade de se instalar no imaginário como força de intermediação e de justiça, ao ser capaz de interpelar as forças de opressão, os poderes constituídos.

Por muito tempo, jornalismo e investigação foram sinônimos, afinal, que outra função poder ter a mídia que não fosse a de investigar? A de contar histórias e a de trabalhar a construção do imaginário para outras finalidades, levando o telespectador à inação, denunciada por vários teóricos como Sartori (2001), que falam do empobrecimento da compreensão, justamente pelo fato de a TV anular a capacidade de abstração humana.

O ponto fundamental dessa acusação reside, a nosso ver, no fato da construção narrativa estar sujeita aos desígnios do jornalista, pelo simples fato de que ele já conhece de antemão o “final”, “a moral” da história, ele já sabe aonde vai nos levar e a quais *frames* precisa recorrer para conseguir o resultado desejado. Tal qual em uma fábula, onde o que importa é o final da história, e os personagens são apenas atores sociais utilizados de várias formas para “atuarem” em seus papéis, desde que se cumpra o que já está previamente estabelecido.

Assim, tanto La Fontaine e os irmãos Grimm como os repórteres precisam começar a estruturação do texto pelo seu final, para que a ação dos atores sociais só possa conduzir a um e não a outro desfecho, com um efeito cognitivo e não outro. O meio de conseguir esse efeito é a construção narrativa, que é campo que remete ao cultural, ao social, ao emocional, ao afetivo, entrecruzando elementos em vários níveis cognitivos.

O texto, em tese, contém uma informação que precisa ser comunicada pelo jornalista de modo a alcançar com a máxima eficácia o que o jornalista pretende. No entanto, a opacidade do texto torna esse processo quase impossível, considerando-se que o público receptor é heterogêneo tanto no que diz respeito ao nível cultural como cognitivo. Pelo fato do telejornalismo ser uma prática social diária, à qual as pessoas emprestam seu tempo e suas mentes, o processo de transmissão de notícias tem o privilégio de alterar essa situação, formando modelos mentais junto aos telespectadores.

Isso significa que a TV, como um todo e não apenas nas notícias, tem o privilégio de estabelecer diariamente e reiterar constantemente os seus valores ideológicos, ativando

dispositivos cognitivos da sua audiência, que como um auditório “responde” a esses estímulos, que, conforme descritos pelos jornalistas abaixo precisam ser ativados.

Ao preparar uma história para a TV, você precisa decidir o que é importante e como comunicá-lo de modo mais claro, conciso, compreensivo e interessante. Qual é o estilo mais efetivo? É um assunto sério que requer uma abordagem direta? É uma história de humor requerendo um toque curioso? Por que esta história está sendo contada? A razão central da história deveria determinar o modo como você a aborda. O humor às vezes pode ser de mau gosto. O texto direto pode ser enfadonho. Deixe a história que você está cobrindo sugerir a abordagem necessária. [...] O telejornalismo é frequentemente criticado por estar interessado somente em emoção e controvérsia pelo seu próprio mau julgamento ou as demandas dos editores ou produtores. Mas os repórteres televisivos também usam a emoção para boas finalidades para tornar uma história mais interessante. Empregada de modo apropriado em uma notícia, a emoção não precisa de justificativa. (WHITE, MEPPEN e YOUNG, 1984, p.194-195).

A instrumentalização das narrativas transformando-as em estruturas predeterminadas que se encaixam dentro dos quadros ou dos modelos mentais já havia sido largamente utilizada pelo cinema americano na década de 1940, como descreve o mestre do cinema surrealista, o espanhol Luiz Buñuel em seu livro de memórias, ao relatar a construção do que ele denominou de “quadro sinóptico” quando viveu em Hollywood, para demonstrar as limitadas possibilidades narrativas que nos eram (são) apresentadas:

Em meus momentos de ócio, que não eram raros, eu imaginara e confeccionara uma coisa bem estranha [...] um quadro sinóptico do cinema americano. Num grande pedaço de cartolina ou de madeira, dispus várias colunas móveis em tiras de papel, fáceis de manipular. Na primeira coluna, podia-se ler, por exemplo, *ambientes*: ambiente parisiense, de *western*, de gângsteres, de guerra, tropical, de comédia, medieval etc. Na segunda coluna lia-se *épocas*, na terceira *personagens principais*, e assim por diante. Havia quatro ou cinco colunas. O princípio era o seguinte: naquela época, o cinema americano obedecia a uma codificação tão precisa, tão mecânica, que era possível, graças ao meu sistema de tirinhas, colocando numa mesma linha de determinado ambiente, determinada época e determinada personagem, conhecer infalivelmente a história principal do filme. (BUÑUEL, 2009, p.186, grifos do autor).

A narrativa televisiva do telejornalismo, que ganha popularidade a partir dos anos de 1950, vai-se apropriar desses princípios, o que facilitaria a manutenção ideológica dentro da formação discursiva, já que estaria sempre operando com um *framing* mental e cognitivo predeterminado, bastando apenas acionar a conjunção de “tirinhas” para fazer a composição que narra a história.

Do ponto de vista linguístico, Fowler (1991, p. 17) vê o mesmo fenômeno acontecer, ao se estabelecerem os “valores noticiosos”, ou o que deveria, no sentido obrigatório, não o de suposição, ser levado ao ar, ao se referir aos valores da semântica e da psicologia como os

frames, “paradigmas”, “estereótipos”, “esquemas” e “pressuposições gerais”, considerando que:

Em termos gerais, este princípio significa que as pessoas trabalham com categorias mentais tácitas para a separação da experiência: vamos apenas chamá-los de estereótipo por agora. Um estereótipo é uma categorização mental socialmente construída dentro da qual eventos e indivíduos podem ser agrupados, e assim tornando tais eventos e indivíduos compreensíveis.

A narrativa se constitui então em mais uma das construções discursivas que atua diretamente na construção do texto noticioso, formando uma representação cultural em que imagem e texto são costurados de modo dar a impressão que eles representam o real, criando nesse construto uma dialética entre o que seria uma notícia e a sua apropriação como tal, cuja justificativa se dá pelo grau de estereótipo que a notícia pode representar.

Quanto mais distanciada da “vida normal”, mais possibilidades ela tem de oferecer uma narrativa que atinja vários níveis emocionais do telespectador, levando-o a ter interesse pela matéria. Ironicamente, diz Lembo (2000) essa irracionalidade de querer saber do que sai da normalidade – mas está dentro de algum tipo de controle – é o que levou pesquisadores como Kubey e Csiksentmihalyi⁴⁹ a encontrarem em suas pesquisas o que as pessoas definiram como “manutenção da estabilidade psicológica”, posto que sentiam o “tempo desestruturado”.

A atividade de ver TV, por requerer pouca concentração, torna-se uma atividade de total passividade. O resultado é que quanto mais essas pessoas viam TV, menos tolerância desenvolviam para o “tempo desestruturado”, criando quase um círculo vicioso. Desse modo, as narrativas se simplificam ao ponto de quase nada dizerem em termos de conteúdo, reservando para os momentos mais espetaculares a sua carga emotiva, como no caso de desastres, acidentes, violência etc.

Acomodado dentro dos seus estereótipos, o telespectador só espera que sejam acionados para aumentar a sua atenção, para logo depois voltar ao “normal”. Essa passividade, no entanto, não significa que o discurso não esteja sendo transmitido e recebido com toda a sua carga ideológica, cuja passividade é parte integral desse processo. É pela naturalização do ato de ver TV, denunciado por Popper, Adorno e Sodré, entre outros, que as resistências às mensagens não só diminuem, mas se incorporam na medida em que a TV produz “conforto psicológico”.

Essa situação decorre da natureza narrativa da TV, cujo texto, embora esteja sendo transmitido pela oralidade, foi na verdade formatado para ser lido, tratando-se, portanto de um

⁴⁹ Os resultados se encontram na obra: *Television and the Quality of Life* (1990). (Televisão e a Qualidade de Vida, tradução livre).

texto cuja característica estrutural é a mesma que existe nos textos literários dos contos e das fábulas, e como se “alguém” nos estivesse contando essa história, o que nos remete a uma das mais antigas tradições da humanidade, a da transmissão do conhecimento pela oralidade primária⁵⁰.

Para Corner (1999) o jornalismo do século XVIII na Inglaterra “romanceava” as suas histórias para aproximar o leitor das narrativas literárias às quais estava acostumado facilitando assim a “disponibilidade” da atenção do leitor que se deixava levar pelo fluxo de informação. O que surge em seguida é a base do conhecimento jornalístico investigativo, que deixaria de lado essa estrutura para se concentrar nos fatos, que têm uma relação essencial com a pergunta.

A pergunta investigativa foi obliterada das práticas jornalísticas, pois ela inevitavelmente abre caminho, não para as respostas, mas para outras perguntas, tornando-se assim indesejável e antidogmática, e uma das características dos regimes autoritários travestidos de democráticos é ter um discurso “fechado” em sua lógica e que não admite contestações.

O dialogismo, as perguntas são as únicas possibilidades de se fazer o questionamento das práticas sociais, assumindo então o que nos interessa: um viés crítico. A habilidade – e o privilégio e a possibilidade – em perguntar é a marca do jornalismo, cuja síntese reside no seu preceito mais elementar. Toda matéria digna de ser publicada deve responder aos seguintes quesitos: Onde? O quê? Quando? Como? Por quê? Quem? No entanto, essa postulação tem sido abandonada em função de uma construção assertiva/constatativa.

Para Charaudeau (2006) e Gomes (2003), o que existe como realidade, é apenas a “encenação” da notícia. O que estamos vendo como “fato”, já é passado e está sendo interpretado tanto pelo repórter como pelos atores sociais escolhidos para participar de acordo com um *script* e um roteiro predeterminados. Essa encenação contém toda carga ideológica necessária das representações sociais, para que o efeito de reflexividade proposto por Giddens (1991) possa ser alcançado. Isto é, a encenação jornalística está retroalimentando o que a audiência espera dentro daquela narrativa. É Debord (2003, p.16) quem descreve este momento:

Não se pode contrapor abstratamente o espetáculo à atividade social efetiva; este desdobramento está ele próprio desdobrado. O espetáculo que inverte o real é produzido de forma que a realidade vivida acaba materialmente invadida pela contemplação do espetáculo, refazendo em si mesma a ordem espetacular pela adesão positiva. A realidade objetiva está presente nos dois lados. O alvo é passar para o lado oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. Esta

⁵⁰ Esse aspecto foi extensivamente descrito por nós na dissertação de mestrado na Esalq/USP: A Visão da Ecologia no *Jornal Nacional*.

alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente. No mundo realmente invertido, o verdadeiro é um momento do falso.

Essa encenação permanente do jornalismo tem suas origens mais modernas no teatro e mais remotas nos rituais religiosos (cf. Comer, 1999) como a missa, o candomblé, os cultos, e cuja função é a de criar no espectador a ideia de que o fato está ocorrendo, e do qual ele é testemunha, realizando simultaneamente um apagamento do tempo e uma aproximação afetiva, pela participação no evento.

Todo o saber do *homo sapiens* se desenvolve na dimensão de um *mundus intelligibilis* (de conceitos e de concepções mentais) que não é de modo algum o *mundus sensibilis*, o mundo percebido pelos nossos sentidos. Por isso, a questão consiste no fato que a televisão inverte o progredir do sensível para o inteligível, virando-o em um piscar de olhos (*ictu oculi*) para o retorno ao puro e simples ver. Na realidade, a televisão produz imagens e apaga os conceitos; mas desse modo atrofia a nossa capacidade de abstração e com ela toda a nossa capacidade de compreender. (SARTORI, 2001, p. 32-33, grifos do autor).

Devido ao seu fluxo contínuo de programação onde se entrelaçam programas dos mais variados formatos, de entretenimento e informação, a TV produz um outro efeito de sentido, pois ficção e realidade tornam-se a mesma coisa. Não por acaso as novelas estão sempre recorrendo ao ‘mundo real’ das notícias para buscar suas conexões de identidade com o telespectador. Ocorre que não há esse “mundo real”, e sim um mundo relatado pelas notícias que pretende assumir o papel do real. As favelas, os políticos, as lindas praias, o caos urbano, as festas sazonais etc., são todos construtos midiáticos cuja função principal é nos manter conectados à TV ligada.

3.8 A construção da notícia: processo cognitivo, informação, desinformação, conhecimento

Estando o jornalismo profundamente investido pelo capital, e tendo na sua relação com a publicidade, a produção e a circulação de mercadorias, precisamos perguntar: o que vende o jornalismo e para quem? Sendo um construto de veiculação ideológica completo, como conjunto semiótico, e atuando em todos os níveis da cognição, a notícia precisa ser vista em sua função cognitiva, que é o que subjaz ao “jornalismo”, sendo este apenas o “veículo de comunicação” como é apropriadamente chamado.

Vemos o jornalismo não como fonte de informação, mas ambiguamente, como de desinformação, pois atua no sentido de controlar os modelos cognitivos idealizados (CHARAUDEAU, 2006) que são as estruturas pelas quais o conhecimento social é organizado, na medida em que, em termos de memória, o jornalismo organiza a compreensão dos fatos, para que todos tenham uma base anterior, desse modo partindo de um princípio já conhecido. O problema decorrente dessa capacidade é que não há nenhum tipo de controle sobre o que está sendo construído como “conhecimento”, o que para Serva (2001, p. 83, grifo do autor) pode ser instrumentalizado para um processo reducionista da informação.

Um procedimento essencial ao jornalismo que necessariamente induz à incompreensão dos fatos que narra é a *redução* das notícias a paradigmas que lhes são alheios, mas que permitem um certo nível imediato de compreensão pelo autor ou por aquele que ele supõe ser o seu leitor. Através desse procedimento, noticiários confusos aparecerão simplificados para o leitor, reduzindo consequentemente sua capacidade real de compreensão da totalidade do significado da notícia.

Ocorre que os modelos cognitivos precisam operar em conjunção com as molduras comunicativas, que seriam as estruturas baseadas em informação, e na transmissão de conhecimento, que não pode prescindir da mídia. Esta última constrói os significados negociando os poderes entre os diversos grupos e atores sociais, criando uma “operação de seleção” (CHARAUDEAU, 2006) de vozes que permite cobrir todos os campos significantes, trazendo para si a hegemonia de “criar sentidos”, mesmo que operando por outras vozes, sejam elas de argumentos de autoridade, dos especialistas, da lei, ou a voz popular.

Assim, as notícias interferem nas relações de poder que estão em constante negociação, não somente a partir da luta de classes, mas também e, sobretudo, pelo seu aspecto disciplinador, que é uma das características de efeito social mais importante e resultante do conjunto semiótico televisivo, cujo resultado opera a favor de uma hegemonia sobre o pensamento que beira o totalitarismo.

Isso ocorre não apenas pela imposição de uma maneira única de pensar, mas também pela ocupação do espectro cultural que será reforçado pelo *continuum* televisivo, já que a TV é um aparelho que permanece ligado, e é visto – ou ouvido – por diversos membros da família em horários distintos, mas sempre como um elo de ligação entre as pessoas. Mesmo o sujeito que assista a um ou outro programa terminará sendo interpelado pelo posicionamento ideológico dos diversos programas, que, em suma, têm uma unidade ideológica. Diz Fairclough (2001, p. 123) a esse respeito que:

Há em Gramsci uma concepção de sujeitos estruturados por diversas ideologias implícitas em sua prática que lhes atribui um caráter ‘estranhamente composto’ [...] e uma visão de ‘senso comuns’ tanto como repositório dos diversos efeitos de lutas ideológicas passadas, como alvo constantes para a reestruturação nas lutas atuais. No senso comum, as ideologias se tornam naturalizadas ou automatizadas.

Nossa tese é a de que não existem notícias “naturais”, já que existe sempre uma seleção e uma construção textual. Na medida em que o jornalismo não é uma prática fundamental para a existência do homem, pois é possível passar semanas ou anos sem ter contato com a mídia, e não haver nenhuma consequência. A humanidade só veio a ter a mídia como mediadora da sua comunicação a partir do século XX, tratando-se, portanto, de um conceito bastante novo.

Uma vez apropriada pelo jornalista, a língua servirá de ferramenta de transmissão das informações que o sistema ao qual ele pertence julga interessantes e/ou necessárias de serem levadas a público. Definições funcionais de categorias operacionais dentro do jornalismo são no mínimo evasivas, devido ao grande número de variáveis que se apresentam diariamente, no constante jogo de negociação das ideologias via discurso. O próprio conceito de “apresentar” corresponde dialogicamente ao de “esconder”.

Toda escolha se torna, então, intrinsecamente ideológica. Grosso modo, podemos dizer que as notícias são não o reflexo do que aconteceu, visto que fatos passados não tem mais nenhuma importância, mas sim o que se quer que aconteça a partir de agora em função do ocorrido.

Os fatos não são noticiados, mas sim interpretados a partir de uma ótica que seja pragmática para os interesses da empresa. Isso significa que – tal qual o sistema financeiro que o sustenta – o jornalismo trabalha em primeiro lugar para manter sua posição de privilégio e de negociador do poder, o que se chama em inglês de *powerbroker*. Tão preciosa é a capacidade de informar, que o seu acesso é restrito a poucas pessoas dentro da empresa jornalística. Explica Paternostro (1999, p. 116), como se dá esse processo atualmente pois:

A redação informatizada permite total comunicação entre os vários terminais colocados nas bancadas nos mesmos locais onde anteriormente existiam as antigas máquinas de escrever. Cada jornalista recebe uma senha para se conectar ao sistema e pode otimizar a tela de seu terminal de acordo com as funções que pretende utilizar. [...] Normalmente há um controle hierárquico, cada pessoa tem um nível de acesso e só pode visualizar ou editar aquilo que lhe é permitido. Esses níveis de acesso variam conforme o trabalho de cada um na elaboração do telejornal. Na Rede Globo, por exemplo, só tem acesso aos scripts do *Jornal Nacional* os editores e as chefias diretamente envolvidos no jornal, o que não impede que os scripts possam ser lidos, mas apenas lidos, por outros jornalistas que não trabalham na equipe, mas que pertençam aos outros setores da redação.

Nossa intenção é demonstrar que a neutralidade jornalística, tão insistentemente evocada apenas e tão somente pelas próprias empresas de comunicação, é apenas uma estratégia de negociar conflitos, de redistribuir poderes, de trabalhar com suas principais armas de apresentar/esconder, de (re) lexicalizar, de (re) contextualizar, e muitos outros valores linguísticos que só podem ser trazidos para fora do discurso e apresentado de modo claro, decifrando as chamadas construções discursivas.

Para Montgomery (2007, p. 87), é necessário fazer uma análise do meio televisivo pois: “o objetivo da análise é mostrar como isso é conseguido, pela tentativa de responder à pergunta de como as partes comunicativas se mantêm juntas de uma forma significativa e intencional um ato unificado de comunicação”. A resposta se encontra na função cognitiva, que é a interface entre as práticas discursivas e as práticas sociais.

No entanto, alerta Serva (2001) para os efeitos objetivos buscados na arquitetura noticiosa, cujo privilégio de se comunicar com as massas não deve ser tomado como ilusão de tudo poder dizer, o que implica escolhas e seleções, cuja principal meta é a manutenção do *status quo*, o que todo jornalista sabe “por intuição”, que não se pode desafiar as normas do sistema, ao contrário, elas existem para serem invocadas, como já vimos, sempre que necessárias: a liberdade de expressão, a democracia, a livre iniciativa, o progresso etc.

Desse modo, dentro de um amplo repertório de construções discursivas, o jornalista pode optar entre a omissão, a sonegação e a submissão da informação de acordo com as propriedades descritas por Serva (2001, p. 65-67, grifos do autor).

Os três conceitos devem ser entendidos como diferentes níveis e razões que determinam lacunas de informação em coberturas jornalísticas ou lacunas de compreensão no consumidor de informação. Pode-se chamar de *omissão* a ausência de informação, de qualquer natureza, causada por falta de condições de órgão de imprensa de obtê-la. [...] Por *sonegação* entende-se aquela informação que, sendo de conhecimento do órgão de imprensa, não foi colocada na edição por alguma razão. [...] Por *submissão* entende-se o fato que, embora noticiado, tem uma edição que não permite ao receptor compreender e deter a sua real importância ou mesmo o seu significado. Quando se trata de acontecimentos reais, do cotidiano de fato, as três categorias podem se misturar e também ser alteradas em função da historicidade dos fatos.

Nossa visão jornalística difere substancialmente da do colega Serva, na medida em que todas as empresas jornalísticas têm ao seu alcance os mesmos meios de informação via agências, nacionais e internacionais, o que derruba a hipótese do “não saber”. A notícia há muito deixou de ser individual, tal como as ideologias elas são coletivas, e movidas por esse saber multiplicado. Assim, ao tudo saber, a sonegação também não se justifica, pois as diversas reuniões editoriais efetuadas durante o dia permitem um controle do fluxo noticioso,

do que vai ao ar e que espaço merece, dependendo, é claro, do que acontece no mundo “lá fora”.

Por fim, a submissão seria o resultado do próprio efeito cognitivo proporcionado pela mídia que, ao não instruir a sua audiência de maneira adequada por anos a fio, acredita ser legítimo o direito de não explicar marcas de envolvimento mais complexas contidas na notícia. Na verdade a construção da notícia leva em consideração essa anulação cognitiva do espectador que precisa ser mantida, fazendo então parte das construções e das narrativas. Os efeitos, no entanto, não são nada subjetivos, pois como o próprio Serva (2001, p. 70-71, grifos do autor) relata eles são a causa da “desinformação funcional” considerando que:

Quando ocorre em caráter sistêmico (e não episódico), a ‘desinformação-informada’ pode gerar uma *desinformação-funcional*, um fenômeno semelhante ao que acontece em casos de alfabetização ineficiente – quando a pessoa que está sendo alfabetizada aprende apenas a juntar letras ou mesmo frases inteiras, mas não consegue aprender o significado do que lê (chamado de *analfabetismo funcional*). A desinformação funcional, então, corresponde a um fenômeno definido pelo fato de que as pessoas consomem informações através de um ou mais meios de comunicação, mas não conseguem compor com tais informações uma compreensão do mundo ou dos fatos narrados nas notícias que consumiram.

Desse modo, a construção da notícia trabalha dentro dos próprios campos cognitivos e dos *frames* pelos quais a mídia é a principal responsável. Podemos ver no discurso “oficial” que a clareza da informação só existe nos livros didáticos. Para um autor como Montgomery (2007, p.22), que escreve para jornalistas de carreira e que buscam a “objetividade”, é preciso evitar a ambiguidade, pois: “de maneira geral, as notícias têm a predileção pelo material cujo sentido possa ser apresentado como se fosse claro e sem ambiguidade ao invés de obscuro e complexo”. Para se evitar a ambiguidade seria necessário apagar o conceito de polissemia, o que é impossível. O que vemos é que o jornalismo escreve regras impossíveis de serem cumpridas, em busca da chamada “objetividade” e de outros valores.

Mesmo jornalistas que buscam trabalhar levando em consideração os pressupostos da linguística, como Pereira Júnior e Correia (2008, p.23), afirmam que: “uma das tarefas centrais do rigor do método, do conhecimento do jornalismo, é evitar a ambiguidade na informação”. Acreditamos que a ambiguidade, a dualidade de sentidos, bem como a incompletude da notícia, são valores utilizados pelo jornalista como ferramentas na construção da realidade social, via notícia.

Desse modo, do ponto de vista cognitivo ela opera, primeiro, por uma oposição, que são os quadros mentais, os referentes já estabelecidos, e depois uma substituição de uma possível resistência nossa ao fato por algo que nos dá segurança ontológica. Isso significa que

não há “comunicação direta”, mas sim mecanismos de ativação do cognitivo por diversas instâncias. A “descontextualização” da notícia é uma construção que permite ao jornalista restringir-se ao fato, sem fazer conexão causal com as origens e as razões que permitem a ocorrência do acontecido, nem tampouco informar quais são as consequências, as possíveis soluções ou as entidades responsáveis. Nesse momento temos a TV como agência de “informação”, mas sem “conhecimento”, não permitindo que o enunciado apresentado seja portador de poder ao enunciatário, que a partir dele teria meios de emancipação. Ao retirar o conteúdo de “conhecimento” da “informação”, esta se torna vazia como objeto de utilidade.

A observação de que, no discurso histórico, raramente vemos os signos do leitor, ou de destinação, presta-se ao jornalismo no qual o leitor (espectador) é excluído sistematicamente das notícias centrais ou só referido diretamente em algumas seções especiais. Ao eliminar essa relação conversacional do eu em face de um tu, o jornalismo se permite à inserção num outro campo em que o resultado do dizer se torna informação incontestável, pois não supõe uma réplica, mas mera observação. (GOMES 2000, p. 65).

Como mero observador das práticas sociais, o telespectador tem uma falsa noção de participação, por receber “notícias” de um mundo midiaticamente construído ao mesmo tempo em que lhe retira qualquer capacidade de ação e de reação, pois este mundo não é atingível. Desautorizado e desarticulado, o telespectador se torna passivo frente ao que lhe é apresentado.

Os *media*, considerados aqui não apenas como suportes tecnológicos, mas como dimensões estratégicas da cultura, são copartícipes privilegiados na configuração das novas sociabilidades, sensibilidades, conceitos de produção, circulação e consumo de produtos simbólicos – com óbvias interfaces no plano material – que requisitam a articulação de distintos mecanismos analíticos, visto proporem-se, enquanto tais, como referência orientadoras de fenômenos sociais, econômicos e culturais consolidados ou em vias de se fazerem (CITELLI, 2006, p. 28).

Quando afirmamos que os *media* modelam ideologicamente os acontecimentos, é preciso entender que o modelo não existe antes do *médium* que fabrica e impõe a “opinião pública” a partir de modelos sociais recombinaados, ou seja “não existe como discurso de classe dominante antes de se investir nos *media*”.

Em outras palavras, a ideologia não se define como o conjunto dos conteúdos veiculados pelos meios de informação, mas como a *própria informação* enquanto forma unilateral de relação social que separa radicalmente falante de ouvinte, censura a resposta e torna abstrata a situação concreta dos indivíduos.

Ao movimentar o mundo das palavras, os veículos de comunicação fazem mais do que lançar mão de um mediador técnico capaz de apresentar pensamentos ou embelezar ideias. Trata-se, antes de tudo, de criar alternativas e escolhas facultadas por este ou aquele termo, esta ou aquela maneira de elaborar o enunciado, e, por decorrência, a informação, o conhecimento, em casos-limite, o saber. Parte destes procedimentos pouco afeitos à ingenuidade de identificar na palavra apenas um nomeador de coisas são as estratégias de persuasão e convencimento que darão suporte à elaboração/manutenção/reformulação de entendimentos e compreensões, crenças e valores, jogos de revelação e ofuscamento das ideologias, mecanismos que acentuam ou obscurecem interesses, compromissos com grupos e classes: num termo, a inocência recebe como presente um sonoro grito de adeus. Termos como a neutralidade, distanciamento, objetividade precisam ser vistos com cuidado e parcimônia se atentarmos para o fato de que a linguagem verbal é ao mesmo tempo constituinte dos sujeitos, mediadoras das relações entre seres humanos e deles com a sociedade, registro da presença de tensões ideológicas, arena onde são travadas as lutas envolvendo desde diferentes interesses de grupos e classes, chegando às formas de mando e construção do poder. (CITELLI, 2006, p. 41).

O processo de individualização familiarizada é um dos efeitos cognitivos para o telespectador. Na medida em que propõe uma comunicação “direta”, o que a TV faz é substituir o sistema de crenças da sociedade pelo seu próprio, por força de sua persuasão e argumentação, que se impõe como autoridade por pretender que “tudo sabe” e “tudo vê”. Como seria possível se opor à TV quando esta nos envia imagens diretamente de qualquer parte do planeta?

Um dos efeitos manifestos do sistema da televisão é a ‘desindividualização’ (isto é, a tentativa de apagar as diferenças individuais) do sujeito através da linguagem uniformizante do consumo e da sociedade autoritária, nos moldes do *status quo*. O paradoxal nisto é que tal efeito se obtém mediante o reforço da crença ocidental num *ego* único e compacto, dotado de absoluta livre escolha: antes, a escolha política; agora, a do consumo. Assim a tevê se dirige ao público através do vídeo, simulando um contato direto e pessoal com essa ‘função-indivíduo’ que se supõe ser o telespectador. Por isso, é essencial à expressão televisiva a função linguística de contato (função *fática*, na terminologia implantada pelo linguista Roman Jakobson) que visa a manter ou sustentar a comunicação entre falante e ouvinte (SODRÉ, 2001, p.56).

Uma das funções que a notícia perfaz no indivíduo é a de apresentar e representar emoções, trazendo-o para dentro da história por meio das “construções discursivas”. A partir daí forjam-se modelos mentais que serão baseados nessas “experiências virtuais” que nos foram possibilitadas pela TV, que seria em suma o processo do agendamento, que aqui perfaz uma função não só cognitiva, mas também emocional, ativando o nosso sensorial: emocionamo-nos ao ver tal e tal cena, e isso cria uma experiência interna, que gera um modelo mental a respeito do tema abordado. van Dijk (2012, p. 94-95, grifo do autor) afirma que:

Num certo sentido, eles *são* as nossas experiências se assumirmos que experiências são interpretações pessoais daquilo que acontece conosco. Acredita-se que as experiências pessoais, e portanto os modelos que as representam, são armazenadas na Memória Episódica, que faz parte da Memória de Longo Prazo. [...] Lembrar nossas experiências pessoais, da mesma forma que lembrar o que lemos nos jornais ou aquilo que dissemos a alguém, consiste, portanto, na busca e ativação de modelos mentais ‘antigos’.

No caso do telejornalismo, partindo-se da premissa segundo a qual o telespectador tem um mínimo de continuidade na audiência, o que se chama de “modelos mentais antigos” são as próprias ideologias referenciadas diariamente seja trabalhando com modelos mentais sobre “os terroristas”, “a inflação”, “a Copa do Mundo”, “os manifestantes pacíficos e os baderneiros” e assim por diante.

Uma das características desses modelos mentais é a de ser reducionista, remetendo sempre a uma situação contra ou a favor. Uma vez envolvidos nessa trama, passamos a ser participantes “virtuais” do cenário das notícias, sem que tenhamos acesso – não ao real, a menos que se considere a experiência pessoal como a única forma de real – mas sim do factual.

Tão logo tenhamos escutado uma primeira oração, podemos já tentar conjecturar qual pode ser o tema geral ou inicial de um texto ou o fragmento de uma conversa. Isso tem uma importância vital, já que o tema atua como uma instância de controle principal sobre a interpretação posterior do resto do texto. Este é um exemplo do que os psicólogos chamam de processamento global. (VAN DIJK, 1990, p. 59).

Isso significa que, caso o jornalista precise promover uma mudança no modelo mental, digamos sobre os palestinos, como árabes e terroristas, ele pode dizer que “um acordo de paz com Israel, que foi apoiado pelos Estados Unidos, só foi possível porque os palestinos renunciaram ao terrorismo”. Nesse quadro de referentes está implícito ao menos que: 1. Israel sempre foi um país pacífico; 2. O acordo foi ratificado pela potência americana sem a qual nada seria possível; 3. Os palestinos eram terroristas, mas suas práticas nunca surtiram resultado e, portanto, tiveram de renunciar a elas (renderam-se?) para poderem viver em paz (mas sempre sob a suspeita de que podem voltar ao terror). Podemos potencializar esse discurso de várias maneiras, acrescentando que os palestinos assinaram um documento “onde se comprometem” a não violar “as leis internacionais”, e assim por diante.

A presença constante das notícias no cotidiano do indivíduo permite ao jornalista inferir na cognição agindo simultaneamente na MLP/MCP, já que ela tem a capacidade de se autorreferir, considerando que a audiência de um telejornal é normalmente fiel a ele, ou seja: a continuidade da história (sintagma/paradigma) se dá dentro do mesmo contexto televisivo.

A *raison d'être* da mídia consiste em se fazer importante e necessária, pois ela precisa do público e nós leitores/ouvintes/telespectadores a fazemos sobreviver pela relação que tem com a publicidade que a sustenta. Esse processo de dupla lógica significa que a mídia precisa penetrar no nosso imaginário e construir uma realidade onde o “mundo lá fora” só seja inteligível e alcançado pela mediação, relação essa de confiabilidade que é a palavra de ordem que permite e implica uma volta, lembrando que todo processo midiático sempre chega ao fim, seja pelo simples desligar do aparato midiático, seja por uma mudança de estação/canal/jornal, seja pela fadiga intelectual ou pelo enfado.

Assim, o processo de apreensão do espectador está, tal qual um Prometeu⁵¹ moderno, condicionado e condenado a refazer o seu trabalho de recaptação da audiência todos os dias, pela criação do *habitus*, como denomina Bourdieu (2003). A volta é facultativa ao telespectador, que precisa estar impregnado do signo da submissão para acreditar na necessidade de ter de voltar “para se informar mais uma vez”, ou “se deixar enformar” pela emissora, que trabalha com o conceito de que somente ela tem acesso à informação que pode ser útil ao receptor, o que explica a necessidade que a mídia tem de afirmar que a matéria é “exclusiva”, gerando desse modo o conceito de que o espectador tem na notícia um bem simbólico, de cujo conteúdo jamais poderá se apropriar, mesmo porque, tal como um fogo fátuo, esse conteúdo e os seus sentidos serão permanentemente substituídos e refeitos por outros.

Desse modo, fica provado mais uma vez que o conhecimento/informação oferecido pela mídia é subtrativo como tal e não emancipatório. Explica Bourdieu (2002, p. 1-2):

Os signos de submissão que os subordinados concedem continuamente aos seus superiores fazem e desfazem continuamente a relação de dominação, ou de modo inverso, a relação objetiva de dominação impõe os signos da submissão. De fato, o mundo social está dotado de um *conatus* como diziam os filósofos clássicos, de uma tendência a perseverar no ser, de um dinamismo interno, inscrito por sua vez nas estruturas objetivas e nas estruturas ‘subjetivas’, as disposições dos agentes, e continuamente conservado e sustentado por ações de construção e reconstrução das estruturas que dependem em seu princípio da posição ocupada nas estruturas por aqueles que as levam a cabo. Toda sociedade descansa sobre a relação entre os princípios dinâmicos, que são desigualmente importantes segundo as sociedades em que estão inscritos, um, nas estruturas objetivas e mais precisamente na estrutura da distribuição do capital e nos mecanismos que tendam a assegurar a reprodução, e outro, nas disposições (para a reprodução); e é na relação entre estes dois princípios que se definem os diferentes modos de reprodução, e em particular as estratégias de reprodução que as caracterizam.

⁵¹ Prometeu faz parte da mitologia grega. Por ter roubado o fogo dos deuses para dar aos humanos, foi castigado por Zeus, que o amarrou no alto de um penhasco onde um abutre devorava o seu fígado que era refeito todos os dias, num sofrimento sem fim.

Podemos inferir, então, que o mercado somos nós mesmos, numa visão clássica linear, que coloca a mídia entre o mercado produtor e o mercado consumidor. No entanto, sem a nossa audiência não haveria interesse em anunciar, os produtos encalhariam nas prateleiras, e o canal fecharia, pois a importância da emissora reside em nós lhe darmos a nossa audiência. A função primordial da mídia consiste em criar uma audiência para somente depois vendê-la como mercadoria às agências de publicidade. Essa dupla-instanciação da mídia, trabalhando como construtora de sentidos na sociedade e nos vendendo como mercadoria “consumidora de bens” ocorre por que:

Da relação dialética que se instaura entre esses dois processos, ressalta que o ‘mundo a comentar’ nunca é transmitido tal e qual à instância de recepção. Ele passa pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constitui em ‘mundo comentado’, dirigido a um outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. O acontecimento se encontra nesse ‘mundo a comentar’ como surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa. Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível. (CHARAUDEAU, 2006, p. 95).

O processo para tornar inteligível a informação vai ser feito pela ação dos *frames*, dos estereótipos, dos enquadramentos como já vimos. No entanto, cabe perguntar: qual é a informação em estado bruto? É possível e desejável conhecer tal coisa ou seria “a informação contida na notícia” apenas um simulacro para literalmente carregar dentro de si o que é realmente importante, ou seja, a transformação do sujeito como mercadoria e consumidor do seu próprio trabalho?

Se olharmos para o sentido clássico de informação, que remete à sua utilidade, como preconizam autores didáticos como White, Meppen e Young (1984, p. 20) para quem o jornalista deve buscar elementos na notícia que a justifiquem como: a) impacto: efeito que a notícia possa ter na vida da audiência; b) interesse: gerador de comentários na audiência, pautando suas conversas; c) informação: utilidade que a notícia possa conter. Esses elementos podem ser exemplificados a partir de repórteres que nos ensinam: “como fazer compras de modo inteligente no supermercado; como barganhar com um vendedor o preço de um carro novo; como evitar ser enganado por um empreiteiro de reformas”.

Assim, é no fazer crer e no fazer agir que o jornalismo cria a sua própria necessidade, a de nos transformar em mercadoria, fazendo dos fatos apreensíveis do mundo a sua matéria-prima para fabricar realidades e quadros cognitivos que o cidadão acredita ser conhecimento.

Não é. É apenas uma enformação do sujeito, no sentido de delimitar a sua cognição e visão do mundo. Parece-nos importante diferenciar o nosso conceito de informação e conhecimento.

A informação é o resultado do processo de transformar qualquer (não) evento em algo objetivo que vai ser comunicado. Afirmamos que é possível transformar qualquer enunciado em “informação”, bastando para tanto seguir as regras narrativas inerentes à linguagem noticiosa. Pereira Junior e Correia (2008, p. 15) chamam o conceito de “conhecimento do jornalismo”.

Se a notícia televisiva contribui para a construção da realidade social, é possível afirmar que a informação noticiosa é uma forma de conhecimento. Mas que tipo de conhecimento? Sugerem, a partir dos trabalhos do pragmático William James que há o *conhecimento de* e o *conhecimento acerca de*, em que o primeiro seria adquirido no micronível de nossas relações sociais, enquanto o segundo viria do macronível, do formal.

O telejornalismo pode e fala de qualquer assunto, nivelando as coisas mais banais com as supostamente mais importantes dentro de uma mesma fórmula enunciativa, bastando dar aos “fatos” a linguagem que amplifique/mitigue a sua importância.

A linguagem não se contenta em ir de um primeiro a um segundo, de alguém que viu a alguém que não viu, mas vai necessariamente de um segundo a um terceiro, não tendo, nenhum deles, visto. É nesse sentido que a linguagem é transmissão de palavra funcionando como palavra de ordem, e não comunicação de um signo como informação. A linguagem é um mapa e não um decalque. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 9).

Ao atuar como instrumento cognitivo pela comunicação, a linguagem realiza uma mediação (por ela e nela mesma), pauta, organiza e dá sentido de realidade à experiência humana, fixando valores de relação. Ao criar esses *frames*, que são um tipo de reducionismo, os significados ficam restritos nessa circunscrição de valores. Se a linguagem foi formada para não termos de passar por todo o processo de referenciação desde o início em cada situação comunicacional, economizando-se tempo, ao ter uma orientação de enquadramento ideológico ativa nossos sentidos para um foco cognitivo que, na mesma proporção em que inclui conceitos sobre um tema, exclui outras possibilidades.

O discurso antidogmático partiria sempre de princípios de múltipla escolha, possibilitando aos atores sociais uma variada seleção de possibilidades, ao passo que o discurso marcadamente ideológico pré-seleciona os valores dialeticamente opostos, para que no sistema binário, de certo e errado, bom ou ruim “prevaleça” a preferência que já está no enunciado ele mesmo.

As notícias contêm valores e conceitos cujos referentes se encontram na historicidade por ela mesma construída, e aos quais constantemente retorna de forma atualizada, com o que se chama de notícia, que em tese pressuporia ser algo que o enunciador sabe e o enunciatário não, novidade, portanto, *news*. Ocorre que este falar está impregnado de valores ideológicos que transcendem o meio pelo qual é comunicados, a notícia.

Vejamos a explanação de Berger e Luckmann (1974, p. 167, grifo do autor) para o fenômeno primeiro da apropriação e depois da impregnação ideológica dentro do Cristianismo, pela propaganda da fé:

Está longe de ser claro, por exemplo, que foram os elementos intrínsecos do cristianismo que o tornaram politicamente ‘interessante’ para certos grupos na época de Constantino. Parece, ao contrário, que o cristianismo (originariamente uma ideologia da baixa classe média, se alguma coisa foi) veio a ser aproveitado por poderosos interesses para fins políticos quer tinham pouca relação com os conteúdos religiosos. Qualquer outra coisa teria servido igualmente bem, mas apenas acontecendo que o cristianismo chegou num momento crucial da decisão. Evidentemente, logo que a ideologia é adotada pelo grupo em questão (mais exatamente, logo que uma determinada doutrina *torna-se* a ideologia do grupo em questão) modifica-se de acordo com os interesses que deve agora legitimar.

Ocorre que as ideologias não podem ficar estáticas, sendo este o seu ponto mais vulnerável, pois apenas outras ideologias mais fortes podem se sobrepor às atuais, foi exatamente o que aconteceu com o Catolicismo ao ter de se confrontar com a Reforma, criando a sua própria reforma e adotando técnicas de propaganda como vimos no início deste capítulo. Somente pela propagação das “novidades” da Igreja Católica esta poderia tentar-se manter no poder da orientação da fé, já que seu monopólio havia sido cindido primeiro pelos Protestantes e mais recentemente pelos Evangélicos.

A despeito do que os órgãos de imprensa digam sobre a sua imparcialidade, que sabemos é absolutamente inviável por razões as mais diversas, o que isso busca esconder, e essa é uma das grandes construções discursivas da mídia: criar um fato para encobrir um outro do qual não se quer falar. A questão da imparcialidade não é então o que interessa, pois levaria a uma interminável discussão sem sentido.

O que realmente importa em termos de controle e poder é que a mídia só trata do que lhe interessa, como e quando, e se lhe interessar. Não há nenhuma lei que obrigue a mídia a cobrir determinado evento, dar voz a qualquer grupo social ou noticiar o que quer que seja, exceto quando o Governo Federal requer uma transmissão em cadeia nacional ou nos horários políticos obrigatórios. Nesse caso, essas ações são de domínio exclusivo do rádio e da TV, as chamadas mídias eletrônicas.

Na visão de Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 93, 143 e 295, grifos do autor) existem três instâncias necessárias para a construção da notícia que estão imbricadas no processo da produção de sentidos, que são:

1. Estratégia de Captação – Visam a seduzir ou a persuadir o parceiro da troca comunicativa, de tal modo que ele termine por entrar no universo do pensamento que é o ato de comunicação e assim partilhe a intencionalidade, os valores e as emoções dos quais esse ato é portador. [...] As estratégias de captação dão lugar a configurações discursivas particulares de acordo com as situações de comunicação.[...]
2. Legitimação – As estratégias de *legitimação* visam a determinar a posição de autoridade que permite ao sujeito tomar a palavra. [...] Essa posição de autoridade pode ser o resultado de um processo que passa por dois tipos de construção: ‘(a) a de *autoridade institucional*, que é fundada pelo estatuto do sujeito, que lhe confere autoridade de saber [...], ou de poder de decisão [...]; (b) a de *autoridade pessoal*, que é fundada na atividade de persuasão e de sedução do sujeito que lhe dá uma autoridade de fato’ [...]
3. Credibilidade – Consiste em avaliar a aptidão do sujeito falante de *dizer o verdadeiro* por meio de seu ato de enunciação, faz com que todo sujeito falante que visa a ser confiável procure colocar em cena seu discurso de tal maneira que ele possa receber esse selo de credibilidade.[...].

Segundo Bourdieu (1997) a televisão não permite que nada de importante seja dito, estabelecendo uma forte censura que determina o agendamento dos temas e o modo pelo qual o discurso é produzido, devido à forte ligação da TV com as instâncias econômicas e políticas que podem gerar consequências indesejadas. O forte limite que a TV impõe para se ter acesso a ela, sobretudo em entradas ao vivo, reflete a noção da importância que tem como formadora de opinião. O que se vê no vídeo ganha um sentido de amplificação que muitas vezes vai além do real ou do efeito desejado.

O que a TV precisa fazer no seu *continuum* é a manutenção da ordem estabelecida, da reiteração dos valores, da circunscrição dos pensamentos, onde a cada nova “notícia” apresentada exista por detrás a mesma ideologia que faz parte da construção do nosso cotidiano. Nossos medos, incertezas, vontades de saber o que ocorre no “mundo da vida” são ordenados pelas mesmas ideologias das elites que nos controlam, o que faz com que as “notícias” sejam apenas narrativas ficcionais, em cujo interior se encontram as forças de controle que estabelecem um valor social coletivo. É por isso que Deleuze e Guattari (1995, p. 16-17) discordam sobre o valor real do que nos é apresentado como informação.

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado.

A partir desse compartilhamento de valores, fica mais fácil fazer o ordenamento entre os nossos quadros mentais, que seria o *mundus intelligibilis* que passa a ter preponderância sobre o *mundus sensibilis* que é o conjunto das nossas percepções individuais. O que a TV opera em termos cognitivos é um conflito entre o que vemos e construímos como real e o que nos é dado por ela como sendo real. Essa (re) construção permanente da realidade nos tira a capacidade de abstração, isto é, de acumular conhecimento por dedução, por observação empírica, fazendo com que o nosso pensamento fique na dependência da próxima “informação” para redefinirmos nossas estratégias, quando na verdade há um imenso vazio de conteúdo.

É o que Sartori (2001, p. 64-65, grifo do autor) qualifica de desinformação e/ou subinformação. Ele explica primeiramente que:

Informar é oferecer notícias, que devem contar não só informes, mas também noções das coisas. Assim é possível sermos informados a respeito de eventos, mas também sobre outras realidades que podemos conhecer, embora seja preciso esclarecer logo que informação não é conhecimento e nem um saber no sentido heurístico do termo. [...] Depois dessa premissa, é útil distinguir entre subinformação e desinformação. Por *subinformação* entendo uma informação totalmente insuficiente que empobrece demais a notícia que dá, ou até mesmo uma informação que não informe de fato. [...]. Subinformação, portanto é uma redução exagerada da informação. Por *desinformação*, porém, entendo uma distorção da informação, isto é, das notícias que falseiam a verdade, induzindo o ouvinte ao engano.

Acrescentamos também o excesso de informação, que tem o efeito de saturar a opinião pública com uma construção narrativa que apresente apenas o impasse como resultado final, obtendo uma combinação cognitiva entediante e de repetição, cuja finalidade é a alienação do telespectador. A possibilidade de definir os *frames* pelos quais todas as notícias são filtradas permite à TV trabalhar com dados previamente selecionados pelo emocional e pelo cognitivo.

Antes de qualquer seleção dada, perguntamo-nos sobre o que é importante e para quem o é. A importância, assim como implica escolha, ou a escolha segundo o dado a ver de uma época e lugar, serve de baliza para o que é apontado como a verdade do que é posto em visibilidade. Sendo a importância não o fato em si, mas sua implicação na rede institucionalizada, qualquer investigação, qualquer vigilância, faz o desenho do espaço a ser vivenciado procurando lei e ordem e, dessa forma, disciplinando naquilo que ela procura. A seleção por si só coloca o jornalismo numa posição privilegiada na tarefa disciplinar. Mas, e por outro lado, cada tema selecionado é o ponto em que estarão dimensionadas as coordenadas da boa conduta. (GOMES, 2009, p. 3)

A TV opera dentro de duas estruturas, a econômica e a sociopolítica, que definem o que ela fará com a sua chamada “programação” que é ao mesmo tempo o ponto de encontro

entre a audiência e o consumidor. Dentro da econômica, ela precisa atrair o consumidor/audiência, e para tanto oferece a perspectiva atrativa de “gratuidade” desse poder ver a sua programação, o que perfaz importante função na naturalização do meio como passível de ser consumido sem restrições por qualquer segmento da família.

Para o anunciante, via agências de publicidade, a TV transforma a “audiência em uma mercadoria”, vendida em lotes relativos aos pontos alcançados nas aferições do IBOPE. Sem o olhar dessa audiência, a programação televisiva não tem nenhum valor, e é aqui que reside a necessidade constante que a mídia tem de se legitimar não apenas como fonte de referência para as “novidades” contidas nas notícias, para a credibilidade da informação e a validade do “conhecimento” aí transmitido. Sartori (2001, p. 52) faz uma importante correlação entre a formação da opinião pública pela TV e a democracia que dela resulta:

Se a democracia fosse um sistema de governo guiado e controlado pela opinião dos governados, então a pergunta que deveríamos fazer é a seguinte: como nasce e como se forma uma opinião pública? Quase sempre ou, em todo caso, com muita frequência, a opinião pública é um ‘dado’ já considerado como verdadeiro. Existe e pronto. É como se os conceitos de opinião pública fossem noções inatas, tal como as ideias de Platão. A opinião pública se apresenta antes de mais nada como uma situação, uma colocação. Neste sentido representa o conjunto de opiniões que se encontram *na* coletividade ou *nos* agregados públicos.

A possibilidade de captar notícias de vários pontos e emitir boletins sobre os feitos humanos, gerou uma fascinação com a proposta de levar o olhar da TV para onde o cidadão gostaria de estar.

3.9 Instâncias da encenação, efeitos no espaço público

A apropriação do espaço público pela televisão se faz notar na medida em que nosso olhar está quase que impossibilitado de escapar da atração que a sua tela exerce sobre nós. É possível encontrar monitores ligados em elevadores, ônibus interestaduais e intermunicipais, aviões, consultórios, restaurantes, estádios de futebol, nos carros e virtualmente em qualquer outro lugar onde haja um olhar humano.

O sentido de *broadcast* (ampla difusão) em inglês define melhor o sentido invasivo do que o de teledifusão por denotar que a ubiquidade do sinal televisivo é o que faz dele ao mesmo tempo um instrumento de força sem igual na sociedade pós-moderna enquanto se naturaliza como palco das representações sociais da telerrealidade, como se fosse um mundo

paralelo ao qual temos de recorrer constantemente para ter um referencial de onde estamos, o que estamos fazendo, o que devemos fazer, em todas as instâncias das nossas vidas e em relação ao Outro.

Um dos aspectos pouco analisados – na verdade não encontramos nenhuma relação causal, ou sequer uma menção de passagem – é a da propensão da sociedade pós-moderna, fortemente baseada em valores materiais, de adotar o chamado princípio de São Tomé, *non vidi, ergo non est*: o ver para crer. A incredulidade está baseada na noção de que o que existe, e, portanto, é verdadeiro, tem de ser visto, palpável, tocável, para que seja e tenha existência concreta. No caso do vídeo, a imagem não pode ser tocada, mas pode ser representada pelo texto, que é o que lhe dá “significação”, é o modo pelo qual se constrói o referente. O efeito resultante é um duplo simulacro: a imagem é uma representação, um fragmento que vai representar o todo, num processo de metonímia visual.

Assim como o discurso trabalha a construção do referente por modelos mentais, *frames* (camisas-de-força, para Serva (2001)), a imagem trabalha com a ilusão de que aquilo que vemos é objeto. Essa é a primeira parte da construção falaciosa. A segunda parte advém da sua denominação. Quando em uma matéria sobre Belo Monte, o JN apresenta *uma* castanheira poupada do machado – omitindo milhares de árvores derrubadas – como símbolo da *preservação*, o processo metonímico se completa com grande efeito na tela, pois como explicam Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 332): no plano do rendimento da comunicação, as refuncionalizações da metonímia contribuem para economia e para a densidade do discurso.

Do ponto de vista do receptor, ele acredita no que viu, *uma* castanheira preservada, mas não pode inferir sentidos sobre o que não viu, a destruição da mata e dos animais. Se o texto tivesse outra intencionalidade, que não a de perfazer essa ilusão, ele diria, por exemplo, que de todas as árvores e tipos de animais que antes formavam o ambiente ecológico único da região, agora só restou *uma* árvore. Nesse momento, somos obrigados a concordar com van Dijk, quando diz em suas palestras que “nenhuma palavra é inocente”, nesse caso, o que o espectador vai consumir é a ilusão, a ilusão transformada em realidade de que “a mata foi preservada” em que imagem e texto operam no sentido de criar uma “situação de enunciação” que de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 452-453) se divide em três níveis: 1- situacional: que é o lugar em que se dão os contextos, coerções e a finalidade dessa comunicação; 2- discursivo: que é onde a encenação discursiva se materializa, a partir da relação determinada pelo contexto/atores sociais; 3-semiolinguístico: onde são ordenadas as

escolhas linguísticas (e imagéticas) com a finalidade de formar um “todo comunicacional” que satisfaça o situacional, concluindo assim a circunscrição.

Por isso dizemos que toda história desde o início necessita ter um fim predeterminado, para que possa ser desenvolvida. Isso ocorre pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas que envolvem não apenas aquela notícia, mas toda a programação televisiva. Sendo o sintagma a ordenação dos signos no seu todo coesivo e coerente, vai sendo formado pelos paradigmas, “um grupo de signos tão similares que eles podem ser substituídos entre si dentro do sintagma” (SEITER, 1992, p. 46). Essa teoria explica a coesão entre não apenas das notícias do dia, que podem e devem ser mudadas para dar a impressão de novidade, mas também de modo análogo da programação como um todo, incluindo, sobretudo, a inter-relação com a publicidade.

Dáí a impossibilidade de a TV ser “revolucionária”, muito ao contrário, tendendo a uma permanente reinvenção do que já foi dito, num eterno *remake* como as novelas, as notícias, as transmissões de futebol, de Fórmula 1 etc., formando cadeias sintagmáticas impenetráveis a menos que todos os valores paradigmáticos comecem a ser transformados à luz de uma deontologia à qual a TV não se submete.

Nesse caso, a abstração, o poder de inferir noções e valores sem a demonstração da imagem ou dos signos, é substituída pela necessidade imagética, o que nos torna seres destituídos de imaginação que agora têm a imagem, que é apenas uma ilusão sem maiores dimensões no que tange ao conhecimento.

A TV nos torna dependentes do ver para crer, pois já não “vemos” mais por nossos próprios processos cognitivos. Esse é um dos efeitos mais deletérios da TV de acordo com Sartori (2001, p. 32), pois o nosso mundo é construído por palavras abstratas, que não encontram correlação com as imagens televisivas e que, portanto, não podem ser “traduzidos” por elas. O que o texto faz é articular a linguagem por símbolos que evocam “representações”. As consequências, de acordo com o pensador italiano, são desastrosas para o processo civilizatório, e para as nossas relações de sobrevivência com o ambiente:

O nosso controle (físico e químico) da natureza, como também toda a nossa capacidade de criar e gerir o *habitat* político-econômico em que vivemos tem o seu eixo exclusivo em um *pensar mediante conceitos que são* – evidentemente – entidades invisíveis e inexistentes. Os assim ditos (povos) primitivos são chamados assim porque na sua linguagem predominam (fabulações à parte) as palavras concretas; por isso, embora isso possibilite a comunicação, revela pouquíssima capacidade científico-cognitiva. De fato, há milênios os primitivos estão parados na pequena aldeia e na organização tribal. Enquanto isso, porém, os povos avançados são tais porque adquiriram uma linguagem abstrata – que ao mesmo tempo é uma linguagem de construção lógica – possibilitando o conhecimento analítico-científico.

Ao fazermos uma justaposição do excerto abaixo de Deleuze e Guattari com a noção de apagamento dos sentidos pela imagem, veremos que o *script* que narra esse processo é textual enquanto as “evidências” são visuais. Desse modo, imagem e texto são complementares, mas com funções opostas. Como o texto dá palavras de ordem para “afirmar” o que deve ser feito, a imagem “apaga” os velhos sentidos impondo o novo.

A linguagem não é a vida, ela dá ordens à vida; a vida não fala, ela escuta e aguarda. Em toda palavra de ordem, mesmo de um pai a seu filho, há uma pequena sentença de morte – um Veredito, dizia Kafka. O difícil é precisar o estatuto e a extensão da palavra de ordem. Não se trata de uma origem da linguagem, já que a palavra de ordem é apenas uma função-linguagem, uma função coextensiva à linguagem. Se a linguagem parece sempre supor a linguagem, se não se pode fixar um ponto de partida não-linguístico, é porque a linguagem não é estabelecida entre algo visto (ou sentido) e algo dito, mas vai sempre de um dizer a um dizer. Não acreditamos, a esse respeito, que a narrativa consista em comunicar o que se viu, mas em transmitir o que se ouviu, o que um outro disse. Ouvir dizer. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 8)

Para Bourdieu (1977, p. 70-72) existe uma consequência a ser considerada nessa onipresença televisiva e cujo critério de qualidade único é a busca de audiência a qualquer preço e cuja falta de compromisso com a sociedade, faz com que mesmo o seu estudo seja difícil de ser realizado pela falta de acesso aos jornalistas e às empresas de mídia, ciosas de seu espaço privilegiado protegido pela “liberdade de informação”.

Hoje, no meio jornalístico, a luta em torno da televisão é central; o que faz com que seja muito difícil estudar esse objeto. Uma parcela do discurso com pretensão erudita sobre a televisão não é mais que o registro do que as pessoas de televisão dizem sobre a televisão. [...] E é ao mesmo tempo certa categoria de jornalistas, recrutados com grandes gastos por sua aptidão para curvar-se sem escrúpulos às expectativas do público menos exigente, portanto, os mais cínicos, os mais indiferentes a qualquer forma de deontologia e, *a fortiori*, a qualquer interrogação política, que tende a impor seus ‘valores’, suas preferências, suas maneiras de ser, seu ‘ideal humano’, ao conjunto dos jornalistas.

O quanto vale a informação se ninguém a “compra”? Como podemos saber se aquilo efetivamente nos serve, se tem algum valor de uso? O valor de troca já foi efetuado ao capturar o nosso olhar, pois a TV “vendeu” o nosso olhar ao anunciante, “roubando” assim o nosso valor, e nos dando em troca uma informação. Mas para que serve essa informação? Ela pode ser encontrada no mundo real ou é apenas um simulacro que encena e representa um mundo em nosso imaginário, sem que seja possível encontrar correlação com o que ela transmite? Para Eldridge (1995, p. 365), ao se pretenderem objetivas, as notícias se tornam

apenas uma maneira de criar uma subjetividade, onde o que importa, subjaz nos sentidos implícitos.

As notícias tendem a estabelecer a ordem das 'Prioridades' entre os assuntos que confrontam a sociedade: elas criam algumas das dúvidas e semeiam as certezas daquela sociedade, colocando-as todas em um contexto próprio. Ainda assim, em todas as sociedades que contém teledifusão em qualquer escala, as notícias estão sob a orientação de serem 'objetivas'.

Ao fazer uma síntese de sua orientação epistemológica nos estudos sobre a TV, Lembo (2000, p. 25) remete a diversos autores e correntes de pensamento que compõem a sua obra como Lazarsfeld e Merton, Gitlin, Adorno (e a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt) que podem servir como um apanhado de todas as implicações de se ter um sistema televisivo sem controle, que se apropria do espaço público como se fosse ele mesmo parte integrante natural e necessária da sociedade, mas cujo escopo de ação vai muito além da informação.

Ideias sobre uma economia político-capitalista, normas e o que se torna normativamente apropriado, aferição de *status* e funções de legitimação, estruturas de controle das elites, requerimentos institucionais, ideologia, poder ideológico, o processo hegemônico da fabricação do consenso, a comodificação, as convenções narrativas e a sua padronização, o crescimento do consumo, a passividade da audiência, e o desaparecimento de uma esfera pública viável, são todos elementos na análise crítica da mídia de massa, e eles recebem um elaborado e original tratamento no trabalho destes teóricos.

A ocupação da esfera pública, um conceito trabalhado por Habermas, resulta em duas vertentes. A primeira é a naturalização do efeito televisivo como um processo constante de alteração da nossa percepção. Sartori (2001, p. 49) denuncia essa apropriação:

A televisão se destaca por uma coisa: é ao mesmo tempo entretenimento, distração e diversão. Como dizia há pouco, ela cultiva o *homo ludens*. Mas ao invadir toda a nossa vida, a televisão se afirma também como uma espécie de demiurgo. De fato, após formar as crianças, ela continua formando, ou pelo menos influenciando, os adultos mediante a 'informação'. Em primeiro lugar, mantendo-os informados, mais por meio de notícias do que por meios de noções, isto é, informando a respeito do que acontece no mundo, tanto próximo como distante.

Ao se apropriar do espaço público, a TV procede à eliminação da relação tempo-espaço, um dos primeiros efeitos sobre a percepção de qual realidade estamos vivendo. A possibilidade de sintetizar o mundo em uma tela (e um discurso), a partir de qualquer ponto e chegando a qualquer lugar, homogeniza o pensamento, pois consegue realizar um efeito de que há uma verdade, que são as ideologias embutidas nos discursos, e a partir daí receberemos

os boletins que nos darão conta via “notícias” de como a sociedade se porta em relação ao “padrão” referencial, que se tornam os modelos mentais.

Uma vez construído o referente, a televisão não precisa mais perder tempo – literalmente – explicando quais são os valores que preconiza, o que deve ser seguido e o que deve ser combatido, padrões de conduta moral, o que se deve fazer ou evitar, em suma: padroniza o pensamento pela força que tem de argumentação em escala global.

Por estar em todos os lugares e partir dessa onipresença de captação se transformar em onipresente na recepção – pela vontade que temos em saber de nós e dos outros, via TV – ela consegue ter argumentos de autoridade por tudo saber e por ter acesso às esferas do poder que o cidadão comum não tem. Agindo assim, ela passa a ser o meio de intermediação da democracia, eliminando a possibilidade do cidadão de ter qualquer tipo de autoridade ou de acesso aos círculos do poder.

Bourdieu (1997, p. 75) acredita que a banalidade no critério da escolha do que vai ao ar tem reflexos na desarticulação sociopolítica.

As notícias de variedades, como disse, têm por efeito produzir o vazio político, despolitizar e reduzir a vida do mundo à anedota e ao mexerico (com a vida de estrelas ou das famílias reais), fixando e prendendo a atenção em acontecimentos sem consequências políticas, que são dramatizados para deles ‘tirar lições’, ou para os transformar em ‘problemas de sociedade’: é aí, bem frequentemente, que os filósofos de televisão são chamados em socorro, para restituir sentido ao insignificante, ao anedótico e ao acidental, que foi levado artificialmente ao prosclênio e constituído em acontecimento.

As recentes manifestações no Brasil e no mundo, com diversos níveis de violência e de repressão são sintomáticas da falta de representatividade política nas sociedades mediadas pela imprensa “oficiosa” até então, que apenas “comunicava” ao cidadão o que já estava decidido. É o que Gomes chama de jornalismo “assertivo/constatativo”, em que após construir o referente sobre a legalidade ou não desses atos, de medir seu valor, sua intensidade, sua taxa de adesão, etc., o JN faz primeiro uma “constatação” da notícia, que na verdade é um fato acabado.

A partir daí encerra o círculo da lógica que qualquer notícia deve ter, fazendo uma “asserção” que é o complemento da constatação, fechando o campo dos significados. Nosso conceito adotado de “asserção” é fundamental para uma definição mais clara do processo, pois segundo Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 67-68, grifos do autor).

A noção de asserção tem sido objeto de discussões desde Descartes. Na *Gramática de Port Royal* de Arnauld e Lancelot, a *asserção* confunde-se com a *afirmação*, a

operação pela qual um *predicado* é atribuído ao *sujeito*, sendo o verbo ‘uma palavra cujo uso principal é *significar a afirmação*, isto é, marcar o discurso em que essa palavra é empregada como sendo o discurso de um homem que não somente concebe as coisas, mas as julga e as afirma’. [...] Podemos utilizar esse termo para designar todo enunciado que contém uma certa visão do mundo, quer se apresente sob forma positiva, negativa, hipotética ou condicional. A asserção diz respeito ao próprio fato de pôr em relação elementos para dizer alguma coisa sobre o mundo, independentemente de sua forma negativa, afirmativa ou interrogativa.

Nesse momento, a notícia se transforma efetivamente em “comunicado”, algo que já ocorreu e sobre o qual nada mais é possível fazer, tornando-se, portanto, um discurso “constatativo-assertivo”, pois ao compor o texto na terceira pessoa, “ele/eles”, estes atores sociais já não podem narrar sobre si mesmos, nem contestar o que foi dito. Por isso Gomes (2009, p. 3) afirma:

Os discursos assertivos/constatativos, proponentes de um dizer como informação incontestável, são justamente aqueles que pretendem não deixar margem a contrapontos ou mesmo a um diálogo, sendo disciplinares por excelência como efeito de sua forma de construção. Donde Deleuze e Guattari afirmam que ‘Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado’ (1995, p. 16-17).

A relação que estabelece a função de agente/paciente por meio do enunciado também foi observada por van Leeuwen (1997, p.220) quando observa que: “O autor do artigo também se refere a ele próprio, e aos seus leitores. O artigo dirige-se directamente aos leitores e o autor faz ‘os factos’ falarem por si”. Como consequência o jornalista se torna o ator social que legitima nossos medos e ansiedades, por oposição ao grupo que nos é estranho.

A formação da “opinião pública” tem estreita relação com a ocupação da “esfera pública” pela mídia que impõe não só o agendamento do que vai ser dito, mas permeia a voz do povo com a sua própria voz. Opiniões, no entanto, são frágeis e passíveis de mudança, basta apresentar uma argumentação em sentido contrário ao que havia sido exposto até então.

Operando dentro dos quadros mentais, dos *framings*, fica relativamente fácil acionar dispositivos que imponham uma nova ordem de valores sociais. Como a mídia ocupa uma posição de intermediação entre o povo e o poder, cabe a ela se mostrar flexível e sensível ao que consegue agendar e quando os valores e conceitos percebidos na opinião pública escapam ao seu controle.

As mídias acham-se, pois, na contingência de dirigir-se a um grande número de pessoas, ao maior número, a um número planetário, se possível. Como fazê-lo a não ser despertando o interesse e tocando a afetividade do destinatário da informação? A não ser distribuindo ‘no mundo inteiro as mesmas simplificações e os mesmos clichês?’ As mídias estariam se violentando e, sem se darem conta disso, tornam-se automanipuladas, formando um círculo vicioso, ‘o da mídia pela mídia, tal como outrora o foi o da arte pela arte’. *As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social*, elas impõem o que constroem do espaço público. (CHARAUDEAU, 2006, p. 19, grifo do autor).

A comunicação refere-se a diversas instâncias. Pode ser o processo pelo qual os indivíduos trocam informações, que podem ser afirmativas ou negativas em seu posicionamento em relação ao outro, o processo pelo qual se criam e resolvem as diferenças de opinião, e em última instância onde o poder se manifesta, visto que o ato comunicativo é um privilégio.

3.10 Jornalismo ambiental – ecolinguística

Nesta seção, perfazemos o círculo lógico-teórico relacionando as etapas cumpridas pelo processo de ocupação do espaço público pela TV, legitimada pelos poderes financeiros das elites.

Os princípios éticos que devem reger a sociedade, porque estão acima das ideologias e são de igual valor distributivo para todos, o capital que é o sistema macrocontextual que nos rege, a mídia, que controla a relação entre o macro, incluindo, mas não só, os poderes do Estado e o sistema econômico e as práticas sociais, e essa relação com a natureza.

A natureza é, em última instância e ao mesmo tempo, nosso local de condição de vida e o local a ser explorado para a extração das matérias-primas que têm de: 1) gerar ao mesmo tempo mais capital para criar mais poder financeiro; 2) produzir os seus subprodutos mais nocivos (poluição, desmatamento, assoreamento de rios, alterações climáticas). Tais subprodutos resultam em secas e inundações desreguladas, desastres nucleares, especulação das commodities pelo controle de preços das empresas que fabricam os transgênicos – cada vez mais resistentes às pragas – enquanto incentiva a população a “consumir” produtos verdes.

Essas conexões são sumarizadas por Leis (1996, p. 50) que denunciam a visão seletiva dos valores econômicos apresentados pela mídia, tais como: “lucros das empresas”, “índices de inflação”, “índice de (des) emprego”, como se a lógica de nosso sistema financeiro só

dependesse de parâmetro do sistema capitalista, intrinsecamente não-natural, enquanto faz parte da extração de bens naturais que não são computados nos danos causados nem na extração e nem na industrialização.

O sistema econômico atual permite que se deixem fora dos custos de produção os trabalhos bioenergéticos da Terra e biossocial das populações humanas (que provém dos recursos naturais e da força do trabalho utilizado), facilitando assim uma eficiente apropriação individual de bens comuns, que não conduz, obviamente, à mesma eficiência desde o ponto de vista da satisfação de necessidades básicas da população, nem da preservação dos ecossistemas. Para que o mercado possa dar soluções a esses problemas, faz-se necessário que os indivíduos encontrem motivos para descolonizar a sociedade de comportamento individualistas e instrumentais, restaurando o privilégio de princípios éticos. (LEIS, 1996, p. 50).

Para Commoner (1976, p. 2-3, grifo nosso), essa relação lógica que inclui o ecossistema, o sistema de produção e o sistema econômico, está invertida, sendo este último o referencial apesar da sua dependência do primeiro, e denuncia de maneira lógica que “[...] a natureza levou bilhões de anos ‘sequestrando’ o carbono da atmosfera para que a vida se tornasse possível e, agora, o ser humano em apenas algumas décadas o recoloca de volta”.

O jornalismo ambiental, aquele que pretensamente trata das questões relativas à natureza, tem crescido de importância na última década, atestado pelo aparecimento de inúmeros programas em todas as mídias, páginas e *blogs* na internet, e uma inevitável “ecolíngua”, fruto da necessidade de se falar de um tema, até então limitado aos cientistas. A ecolíngua é a linguagem criada para se falar do ambiente, mas não do ponto de vista dos físicos, biólogos ou químicos, mas sim como resultado de uma apropriação mercadológica da natureza.

Do mesmo modo que o capitalismo aliena o trabalho do homem, dando-lhe uma remuneração que é a recompensa que não reflete o valor agregado à mercadoria e pelo que ela vai ser vendida, mas pelo que o “mercado” estabeleça como sendo justo, extraindo assim o valor do trabalho humano qualificado como “lucro”. Assim como a extração dos bens da natureza, que em última instância é um capital natural, pertencente à humanidade, privatiza essa riqueza e nos devolve a mercadoria com mais valia, sem nos indenizar pelos danos ambientais de poluição.

Em suma: o capital retira riqueza do que ele decretou ser propriedade privada e socializa os efeitos deletérios do seu lucro, naturalizando o esgotamento dos recursos apropriados, legitimados pelo sistema.

Rousseau (1999, p. 122, grifo do autor) já havia se dado conta dessa farsa, ao observar em sua obra de referência, *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, que muito antes de Marx já apontava a luta de classes tendo a natureza como o seu epicentro:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, quantas misérias e horrores não teriam poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: ‘Evitai ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!’. Porém, ao que tudo indica, então as coisas já haviam chegado ao ponto de não mais poder permanecer como eram, pois essa ideia de propriedade, dependente de muitas ideias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formou de uma só vez no espírito humano. Foi necessário fazer-se muitos progressos, adquirir-se muito engenho e luzes, transmiti-los e aumentá-los de século em século, antes de chegar a esse derradeiro limite do estado da natureza.

A denúncia de Rousseau (1999, p. 122), que ao mesmo tempo demonstra a construção dos referentes pela interdiscursividade e a polifonia presentes, quando trata das “muitas ideias anteriores que só puderam nascer sucessivamente”, é uma clara tradução do percurso da construção social de uma legalidade que desafiava todo e qualquer princípio de ética, passando pelo seu momento histórico já ultrapassado pelos discursos legitimadores da apropriação de bens universais como a terra, a água e o ar em nome do lucro. No entanto, ao conseguir controlar a natureza e deixar de ser dominado pela própria organização que ele mesmo criou, o ser humano passa a ser controlado, na outra ponta, pelo capital de acordo com Debord (2003, p. 31) considerando que:

O crescimento econômico liberta as sociedades da pressão natural que exigia a sua luta imediata pela *sobrevivência*, mas é então do seu libertador que elas não estão libertas. A *independência* da mercadoria estendeu-se ao conjunto da economia sobre a qual ela reina. A economia transforma o mundo, mas transforma-o somente em mundo da economia.

Essa dicotomia ideológica entre práticas sociais de desmatamento e destruição da natureza em função do capital, e as práticas discursivas da publicidade ambiental, que hoje tentam fazer a compatibilidade entre campos irreconciliáveis, tem na mídia o seu mais importante instrumento, visto que ela tem a primazia de estabelecer tanto as ações instrumentais como as ações comunicativas, seguindo o princípio de Habermas (1976).

Daí a necessidade entendida por Michael A. K. Halliday (1990)⁵² de lançar um apelo aos linguistas, para que a natureza e a sua discursividade não ficasse apenas na instância da apropriação terminológica, da ressemantização, da relexicalização pelas mídias. Seus campos de significação instrumentalizados por elas, não com o intuito de gerar saber científico, de trabalhar dentro do campo biológico, das ciências sociais e humanas, que é o *locus* para se tratar da natureza, e não as leis de mercado de carbono.

Estas, apenas para citar um exemplo da mercantilização do lado destrutivo do capital, são as normas mundiais – rapidamente aprovadas por consenso – que permitem aos países e suas empresas negociarem as cotas de poluição, de emissão de CO₂ entre si como se fosse um bem comerciável, onde quem não polui vende sua cota aos que poluem, e não o que eles são: poluição, sujeira, contaminação.

O apelo de Halliday era para que a comunidade linguística denunciasse a farsa do “mercado verde”, como alternativo ao “mercado negro”, para que o discurso midiático não pudesse criar novas palavras de ordem e seus respectivos jargões generalistas, forçando a adoção de uma agenda semântica impossível de ser rompida; posto que, uma vez adotada pelas grandes agências de notícias, o agendamento se torna inevitável.

Killingsworth e Palmer (1992, p. 8) apontam esse momento como sendo o do surgimento do *Ecospeak* (discurso verde), que seria o material sobre o qual a Ecolinguística se debruçaria, com a sua estrutura de atores sociais já definidos para a partir daí elencar os papéis a eles designados.

Agora nós chegamos à região do *Ecospeak*, onde as divisões públicas estão petrificadas, conflitos são prolongados, e soluções adiadas pelo fracasso de criticar profundamente os termos e condições do dilema ambiental. O *Ecospeak* emergiu como um discurso improvisado para definir novas posições no debate público. Defensores da proteção ambiental, por exemplo, vieram a ser chamados, de modo bastante inocente, de *ambientalistas*. Esta palavra e os hábitos de pensamento associados a ela se tornaram parte de um vocabulário que preenche não apenas nossas revistas, mas também nossas mentes.

Aos autores seguem na explanação de que o *Ecospeak* foi um termo cunhado a partir do *Newspeak* (novilíngua na tradução em português) do premonitório romance “1984” de George Orwell, que eles chamam de “político-linguístico”, cuja finalidade era criar uma linguagem de controle mental. Do mesmo modo, o *Ecospeak* se tornou uma “forma” de linguagem, um discurso criado especificamente para desestimular a cooperação social, inverter valores, criando rótulos fáceis como os de “ecochatos” pela revista Veja, exaltar os

⁵² Na conferência da AILA em Tessalônica, Grécia em 1990.

feitos do “agronegócio” brasileiro que “abastece” o mundo, quando na verdade demonstra o primarismo da nossa economia que exporta grãos sem valor agregado, tudo isso em vez de promover o pensamento crítico via comunicação.

Reiteramos que, usar uma terminologia inapropriada tanto na questão ambiental como em qualquer outra, é adotar o discurso das elites, que o formularam para que os jornalistas encontrassem, não apenas termos, mas toda uma retórica ancorada na lógica capitalista do lucro incessante, ao mesmo tempo em que “defendem” as medidas ambientais, em um processo mental que se aproxima do patológico.

Como instrumento unificador de efeitos cognitivos, a “nova linguagem” está sendo fundada agora mesmo, tal como um sistema fechado de valores, cujas lutas internas entre capital e natureza serão meticulosamente orquestradas, simulando uma incompatibilidade em que o ator social seja levado a optar sempre pelo seu conforto e pela luz, em oposição à insegurança e ao medo do escuro, que é o cerne do discurso de Belo Monte.

Somente pela apropriação da discursividade é que o *establishment* estabelecerá uma lógica em que qualquer possibilidade oferecida fora do que interessa ao capital seja vista como anátema. van Dijk faz a correlação entre o pessoal e o social, que fazemos questão de destacar, tendo em vista o elemento midiático:

A cognição pessoal é responsável pelo modo como os usuários individuais da linguagem, como membros de comunidades linguísticas, epistêmicas e sociais, produzem subjetivamente texto e fala. Embora tal seja enquadrado em termos de estruturas mentais e neurológicas e processos de usuários individuais da linguagem, ele deve ser baseado em representações sociais compartilhadas de atores sociais individuais como membros de várias coletividades sociais. Ao mesmo tempo estas representações mentais e processos são ativados, aplicados e adaptados às propriedades de uma contínua e situada interação social e de comunicação, pelas quais eles são adquiridos, mudados e socialmente reproduzidos em primeiro lugar. Em outras palavras, o pessoal e o social no processamento discursivo estão inextricavelmente interligados. (VAN DIJK, 2013, p. 3).

Tentar falar de “sustentabilidade”, sem estar semanticamente representado em seus sentidos pela grande mídia, significa causar dissonância cognitiva na audiência. Como denunciar a farsa da “sustentabilidade” se por toda parte ela é enunciada como a grande meta a ser atingida? A linguagem permite a relexicalização, a ressignificação dos sentidos, sem ser necessário criar constantemente novas terminologias; entretanto, é preciso rigor epistemológico para perceber se o que está sendo dito não está negando a própria palavra, o seu significado imanente.

A apropriação dos signos, seja ele linguístico ou visual ou a sua conjunção semiótica, representa uma nova barreira cognitiva que se tornará cada vez mais impossível de ser

rompida. Daí a urgência de se trabalhar com o discurso à luz da Ecolinguística, nos moldes propostos por Halliday e Fill (2001), Stibbe (2013) e outros.

Uma das finalidades da Ecolinguística é a de evitar que o jornalismo dito ambiental, seja na verdade, corporativo, defendendo os interesses das empresas que o sustentam, e, que por meio da sua análise crítica, orientada econômica e ecologicamente, ele se torne aberto ao debate, ao questionamento e ao antidogmatismo, que é a apropriação da ecologia e sua linguagem – ou, a linguagem da ecologia – que são os dois campos complementares da Ecolinguística, e com isso possam servir de linguagem de resistência e não de cooptação. Linguagem de esclarecimento e de entendimento e não palavras de ordem que disciplinam os quadros mentais.

Um desses quadros tenta opor a questão ambiental ao crescimento da economia, com a consequente perda de poder aquisitivo, de empregos, do conforto; enfim, remetendo-os ao quadro do medo. No entanto, como demonstra o relatório de Sir Nicolas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial e diretor do Serviço Econômico Governamental Britânico, feito sob encomenda do governo do Reino Unido, que queria saber basicamente o que eles teriam a ganhar ou a perder com as mudanças climáticas, ou seja: de maneira bastante clara e, preocupado apenas com o lucro: vale a pena continuar poluindo ou é melhor mudar o paradigma? O mais importante documento produzido após uma detalhada análise das relações entre o capital e a natureza, concluiu que o problema entre um e outro é de outra ordem, e não imanente entre si.

A ordem que equaciona dialeticamente as duas esferas está baseada na luta intracapitalista entre o velho e o novo modelo energético como já havia sido mencionado pelos professores Bermann e Goldemberg, e como bem aponta o *Stern Review*. De sua leitura podemos inferir essa disputa, alavancada por poderosos grupos financeiros e do setor produtivo, aliados aos governos permanentemente enfraquecidos pelas sucessivas crises e ameaças do capitalismo, e que, em nome de um falso progresso, se unem para usar seus instrumentos e investimentos da maneira mais ineficiente e cara o possível, pois o que interessa é assegurar o preço alto das fontes de energia e manter uma obsoleta matriz energética como a do petróleo, cujo principal usuário, o motor à combustão interna é a única tecnologia remanescente do século XIX, ainda em pleno uso no XXI.

A meta é não perder o monopólio para a energia solar, eólica, das marés, que são muito mais baratas e eficientes, até que os rios sequem ou que se esgote a última gota de petróleo:

Nossa análise concluiu que ações eficazes para conter as emissões poderão manter o custo das medidas necessárias em torno de 1% do PIB mundial/ano. O que é crucial é que a economia mundial continuará a crescer, ao passo que a transição para uma economia geradora de baixas emissões de carbono abrirá fascinantes oportunidades de negócios, ao aumentar a demanda por novos produtos e serviços financeiros no valor equivalente a centenas de bilhões de dólares por ano. Em contraste, as evidências examinadas nesta análise confirmam que continuarmos ‘como se nada estivesse acontecendo’ não é uma opção. Tentativas de prosseguir no atual curso insustentável serão cada vez mais frustradas, à medida que o derretimento das calotas polares, temperaturas mais altas, furacões mais violentos, secas mais prolongadas, enchentes mais frequentes e a elevação dos níveis dos oceanos passarem a cobrar um preço cada vez mais pesado em termos de bem-estar e de vidas. Ignorar o problema comprometerá nossos padrões de vida e terminará por prejudicar nosso crescimento econômico. (STERN REVIEW, 2006, p.22, tradução nossa)

Ao suprimir da natureza partes essenciais do seu ecossistema, o ser humano começa um processo dialético de subtração de elementos cruciais, tratando-a como se esta não fosse um elemento integrado vivo e interdependente, obviamente ignorando as suas consequências. Portanto, não há que se buscar “verdades” como propõe o JN, de maneira a desviar a atenção do foco do discurso para o “real” que são consequências materializadas em desastres atômicos, na morte dos rios por chumbo e metais pesados, na deformação da agricultura por transgênicos que já não resistem mais às pragas e assim por diante.

Esse olhar distorcido, que só busca o que se quer ver, sem relação dialética causa/consequência, mas dentro do binômio verdade/mentira (que não pode ser alcançado) só pode produzir desvios de sentido, é o que o professor e jornalista Wilson Bueno (2012), chama de “Síndromes do Jornalismo Ambiental”:

O Jornalismo Ambiental brasileiro tem se caracterizado por algumas síndromes, equívocos formidáveis que têm impedido o cumprimento de suas inúmeras funções (informativa, pedagógica, de conscientização etc.). A primeira delas – a ‘síndrome do zoom ou do olhar vesgo’ – tem a ver com o fechamento do foco da cobertura, a fragmentação que retira das notícias e reportagens ambientais a sua perspectiva inter e multidisciplinar. Esta síndrome é favorecida pelo processo acelerado de segmentação jornalística, concretamente a divisão de veículos em cadernos e editorias. Desse modo, o ambiente deixa de ser o foco principal das ações, para se tornar mero coadjuvante. Em muitos casos ele é tratado como um empecilho para o progresso, porque é apresentado de modo desvinculado de sua essência. A qualidade do ar, da água, as tentativas de se evitar a contaminação geral do solo, passa a ser vistas como entraves, em um embate artificial, que só é possível quando a importância da qualidade dos elementos que são fundamentais na nossa vida é deixada de lado.

Ao subtrair o homem da natureza, e esta de si mesma pela apropriação dos chamados “recursos naturais” – e que outros há? Não é verdade que todo recurso teve a sua origem na apropriação da natureza? –, o capitalismo devolve ao homem a parte da natureza que ele

subtraiu, agora transformada em mercadorias que “protegem e respeitam a natureza”, para citar apenas algumas palavras de ordem do vocabulário jornalístico corporativo, já fazendo publicidade do que a própria publicidade paga, institucional vai vender ao telespectador/consumidor de natureza.

A relação entre o capitalismo e a preservação da natureza são valores incompatíveis na sua essência, como provam os fracassos nas negociações nos diversos eventos organizados para trabalhar a redução dos gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global, ou mudança climática como preferem alguns. Kyoto, Copenhagen, Eco 92, Rio + 20 e muitos outros terminaram com a recusa dos países capitalistas em cortarem as emissões de poluentes, alegando que o mundo estava em crise e que isso prejudicaria ainda mais as suas economias.

A apropriação dos conceitos ambientais e sua subsequente mercantilização recebe o nome de *greenwashing* e *greenspeak*, dois termos que se locupletam, em que o primeiro é a propaganda e o marketing verde, apoiado em conceitos subcientíficos de sustentabilidade, de natural, orgânico e muitos outros, e o segundo é o discurso verde que dá apoio a esse simulacro, pela utilização enviesada no campo lexicogramatical de conceitos ambientais. Dessa junção nasce o “jornalismo ambiental”, em si mesmo já um produto que une ao mesmo tempo a venda de conceitos e o consumo de informações sobre o ambiente, fundando um novo domínio discursivo, o ecológico que, tal e qual outras áreas do conhecimento humano como o direito ou a economia, passa a ter agora não só um léxico específico, mas também um suporte no campo mercadológico.

Mas, afinal, porque o homem precisa que a TV lhe diga sobre o ambiente? A única explicação plausível é que a vida humana se distanciou da natureza e se artificializou de tal maneira em seus meios de produção e de consumo, que a própria natureza, espetáculo dos espetáculos, passou a ser ela própria a mercadoria suprema. Ironicamente, ela precisa ser destruída pelas forças produtivas do capitalismo, ao mesmo tempo em que prega a sua preservação, criando uma indústria paralela de bens de consumo, que nada tem de natural, tratando-se apenas de uma apropriação do seu valor no imaginário. Para Kehl, o que ocorre no mundo capitalista é um esgotamento do modelo tradicional de estímulo ao consumo que precisa agora se reinventar para continuar vendendo.

A saturação de mensagens, signos, estímulos estéticos, imagens fez com que a cultura deixasse de ser o campo da alteridade, do que faz exceção à banalidade do cotidiano. Nesse sentido os atuais pesquisadores de mercado detectaram que é preciso reinserir artificialmente a alteridade na cultura pela via de venda de ‘novas experiências’. Inconsciente e ‘cultura’, como duas manifestações do discurso do

Outro, precisam ser reinventados na hipermodernidade. Resta saber quem os inventará. (KEHL, 2005, p. 253).

Um novo estímulo psíquico precisa ser criado, algo que contenha um sentido de solidariedade, que una as pessoas em torno de um objetivo comum, sob uma ameaça comum, que divida a sociedade sob esta ameaça, ao mesmo tempo em que exija dela uma “atitude responsável”, que neste caso é salvar o planeta da possível devastação causada pelo aquecimento global. A natureza passa a ser, então, o novo objetivo de vendas, o novo mercado, tornando-se assim, ela também, uma mercadoria que com as palavras de ordem como: *consumo sustentável* e *consciente, responsabilidade social* transferem à população pequenas tarefas para serem efetuadas com o intuito de “salvar o planeta”, quando o que está em jogo é a nossa sobrevivência já que o planeta não precisa de nós.

É por meios de construções discursivas que criam termos como “energia limpa”, “alternativa”, que vão sendo construídos os referentes do jornalismo ambiental, ignorando a lógica que se impõe, pois o Sol é “alternativo” a quê, sendo ele a fonte primeira e primária de energia responsável pela vida no planeta? Todo e qualquer ciclo de vida passa pelo Sol, seja aquecendo as águas dos oceanos, seja produzindo chuva, queimadas para a regeneração das florestas, a fotossíntese, o ciclo de vida de todos os seres depende da luz e de sua radiação.

De modo análogo a medicina alopata rouba os princípios ativos das plantas para a fabricação de drogas sintéticas, enquanto rotula a estas de “alternativas”, perfazendo uma subversão dos valores lógicos de sentido, remetendo a vida social aos desígnios das elites que lucram com essa terminologia.

A escolha lexicogramatical no discurso ambiental sofre uma apropriação dos sentidos como talvez jamais tenha ocorrido. É preciso reinventar as construções discursivas, recriar a estruturação narrativa, relexicalizar tudo que possa denotar uma “nova era”. Se antes o sujeito era instado a comprar determinado produto pelas suas qualidades, agora ele é orientado por uma “ética” ambiental, cujo sentido é definido pelo marketing capitalista, que determina valores como preservação, proteção, respeito à natureza, como se esses fossem valores inerentes ao novo capitalismo “verde”. Nada disso é muito novo, apenas está sendo apropriado historicamente, está sendo ressignificado como o novo paradigma, como a sustentabilidade.

Duarte (2005, p. 95) faz a correlação entre trabalho e mercadoria:

Começemos pelos ‘valores’. Era claro já para Aristóteles que os valores no sentido ético têm uma relação inextricável com sua dimensão econômica. Já em seus tratados de *Ética*, o autor reflete sobre o que haveria em comum entre as diversas

coisas que as tornaria intercambiáveis entre si no comércio, numa passagem que despertou a admiração de Karl Marx no primeiro livro de *O capital*. Nessa conhecida passagem, Marx observa que Aristóteles só não pode chegar à conclusão a que os economistas políticos ingleses chegaram, de que o trabalho é a substância comum a todas as mercadorias e, portanto, o trabalho é a substância comum a todas as mercadorias e, portanto, o fundamento da possibilidade de suas trocas, porque a Grécia Antiga era uma sociedade escravocrata, para a qual a atividade humana não entrava nos custos de produção do mesmo modo que o trabalho assalariado no sistema capitalista desde os seus primórdios.

A relação do homem com a natureza, então, só pode ser de ordem sociopolítica e econômica, sendo inexoravelmente a mais ideologizada das áreas quando levada ao ambiente da mídia. No campo do pensamento crítico, a perspectiva socialista (ou ecossocialista como alguns a especificam) combate os problemas ambientais dentro do modo de produção capitalista por considerar, de acordo com Löwy (2005, p. 44), que:

Pela sua dinâmica expansionista, o capital põe em perigo ou destrói as suas próprias condições, a começar pelo meio ambiente natural. Assim, ‘o socialismo e a ecologia [...] têm objetivos comuns, que implicam questionar a autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como um objetivo em si mesmo, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens da rentabilidade e às necessidades da acumulação do capital’, considerando que tanto a ecologia quanto o socialismo ‘pedem valores qualitativos: o valor de uso, a satisfação das necessidades, a igualdade social para uns, a preservação da natureza, o equilíbrio ecológico, para outros.

Parece-nos evidente que o que está em jogo aqui não é apenas mais uma reinvenção do capital para manter a sua hegemonia, mas sim um momento histórico. Ironicamente, pela destruição da sua fonte de lucro, a natureza, observa-se pelo âmbito do capital, a necessidade de criar um discurso ambiental que justifique as suas finalidades, ou ao menos um simulacro de suas intenções. Esta é a base ideológica dos discursos ditos “ambientais”, daí a necessidade de serem analisados sob o ponto de vista da linguística, criando assim a Ecolinguística como disse Halliday no 9 Congresso de Linguística Aplicada na Grécia.

A função da Ecolinguística é levar para o campo ambiental o trabalho desenvolvido pela Análise Crítica do Discurso, seguindo a proposta feita pelo linguista Halliday. Seu artigo *New Ways of Meaning* (tradução livre: *Novos Modos de Significação*) é considerado o discurso fundador da corrente Ecolinguística, muito embora Einar Haugen já tivesse em 1970 se referido à “ecologia da linguagem”, mas apenas como um modo de estudar a inter-relação entre linguagens tanto na mente humana como em comunidades multilíngues. A apresentação de Halliday terminava de modo inequívoco, ressaltando que seu trabalho ainda estava dentro da linguística, para os possíveis “puristas”:

O principal problema é o do desenvolvimentismo na gramática; e nós vimos quão profundamente gramatizados são os elementos de crescimento *versus* encolhimento, do desperdício dos nossos recursos materiais, da passividade do ambiente inanimado e da singularidade da raça humana em vez da nossa continuidade com a criação. Estes e outros valores do sistema linguístico constroem nossa experiência de tal modo que acreditamos ser possível expandir para sempre – nossos próprios números, nosso próprio poder e domínio sobre outras espécies, nosso próprio consumo e o assim chamado ‘padrão de vida’. [...] Vocês devem ter pensado que tenha deixado a linguagem para trás, e eu esteja falando simplesmente de temas sociais e políticos. Mas eu não penso que eu tenha. Meu ponto é que tais problemas são também de natureza linguística. [...]. Suzuki diz que ‘o planeta pode em breve se tornar inviável – é uma questão de sobrevivência’. Deixe-nos formular isso em termos de possíveis resultados: não há necessidade histórica de que esse planeta vá sobreviver em uma forma habitável, tal como nós (entre outros) possamos continuar a viver em sua superfície – isto é meramente uma das possibilidades para o futuro. O que eu tenho tentado sugerir é que as coisas que possam evitar essa possibilidade e as quais nós mesmos as produzimos – o classismo, o desenvolvimentismo, a destruição das espécies, a poluição e tudo o mais – não são problemas apenas para os biólogos e físicos. Eles são problemas para a comunidade da linguística aplicada também. Eu não sugiro por um momento que nós temos a chave. Mas nós deveríamos ser capazes de escrever as instruções para o seu uso. (HALLIDAY, 2001, p. 199)

O que Halliday pretende é denunciar a apropriação linguística por meio da mídia capitalista, que detém os meios de circulação de informação. Por conta dessas diferentes orientações no plano comunicativo, torna-se um equívoco quando é atribuída a caracterização do ambientalismo como sendo um bloco monolítico e idealizado, portador de um único discurso, pois acreditamos que a unidade não esteja sequer nos planos dos ambientalistas, pelo estratégico motivo que o controle do discurso ambiental hodierno significa poder e – ironicamente – mais capital para os detentores da palavra, que tem, em si mesma, um valor de capital de acordo com a terminologia de Bourdieu (2002), e cujo domínio se transforma em moeda de troca.

Quando Horkheimer e Adorno põem a indústria cultural do lado ‘democrático’, eles não querem dizer com isso que ela seja democrática no sentido mais radical do termo, mas que ela – em toda sua plenitude – é um fenômeno muito mais típico das democracias formais do Ocidente, nas quais existe a necessidade absoluta de se manter uma aparência de liberdade, do que dos regimes fechados, como o fascismo ou o stalinismo. O caráter ‘antidemocrático’, porém dissimulado, da indústria cultural revela-se já no fato de que, sob a aparência de apenas suprir demandas do público, ela, na verdade, impõe a ele apenas o que interessa no sentido de valorização do capital investido e da manutenção ideológica do *status quo* (que garantirá também no futuro essa valorização). (DUARTE, 2005, p. 102-103).

Habermas (1976) classifica as ações sociais em dois tipos: a ação instrumental e a comunicativa. A primeira é uma ação técnica que remete ao uso e exploração da natureza, fator amplamente presente na obra marxista, e que se tornou o *modus operandi* do capitalismo

moderno, que necessita das matérias-primas fornecidas pela natureza para agregar e alavancar o capital. A segunda ação é o modo encontrado para que os atores sociais se organizem a partir de suas próprias convicções a um embasamento ético e responsável com as comunidades que representam.

Leis (1996, p. 50-51) afirma que esses princípios propostos por Habermas são o ponto de articulação e de conflito entre as práticas capitalistas que visam à exploração permanente da natureza e as práticas sociais baseadas na ética e no respeito ao próximo como sujeito dependente da natureza e desta como princípio da vida:

Trata-se, então, de expandir o espaço societário onde predomina a comunicação, sobre aqueles onde predominam o dinheiro e o poder, instalando maiores graus de sociabilidade, de espontaneidade, de solidariedade e de cooperação. Só assim será possível associar efetivamente o funcionamento do mercado aos princípios ecológicos. Resta saber se o ambientalismo, enquanto movimento histórico, tem capacidade suficiente para orientar e nutrir essa transformação ético-comunicacional da sociedade moderna.

Ocorre que a ética é incompatível com o jornalismo corporativista, porque a ética pressupõe valores que não podem estar presentes quando as corporações compram o espaço publicitário oferecido pelo jornalismo, e, desse modo, travestem-se de vozes informativas, não deixando ao telejornalismo – como o praticado pelo JN – outra opção, ou mesmo o desejo, que não seja o de ser cooptado. A rejeição à corporação não traria nenhum benefício financeiro, que ao fim e ao cabo é o que uma empresa jornalística busca.

O telespectador pode mudar de canal ou mesmo desligar a TV e não ver mais nada, mas a recíproca não é verdadeira. A TV não pode rescindir do olhar de sua audiência. Sem ela não há capital. Mas seria ingenuidade acreditar que a TV oferece o que as pessoas querem. O sistema de atração do telespectador é um complexo sistema que passa pelo imaginário, pela criação do desejo, do pertencimento, do cerceamento da individualidade pelo medo do isolamento, pela criação de um todo comunitário ao qual o indivíduo queira voluntariamente participar, para se ver ao mesmo tempo anulado e espelhado no vazio cognitivo produzido pela TV.

Para Bucci (2005, p. 226), é pela apropriação da linguagem que o capitalismo se expande e permeia todos os campos comunicativos, para nós, o discurso da TV e o da publicidade só podem estar em uníssono, em total concordância, ou não estariam compartilhando o mesmo espaço cultural.

A reprodução do capital alarga-se, expande-se a ponto de transformar a linguagem num novo mercado – e numa nova fábrica – e, mais que isso, a ponto de tornar a linguagem na era do capitalismo superindustrial o canteiro em que o capital se reproduz. O capital enfim, vira espetáculo.

Segundo o professor Wilson Bueno, um dos poucos analistas críticos do jornalismo ambiental brasileiro, o jornalista reproduz o discurso do capital, quando não tem a exata dimensão de onde vêm os princípios ideológicos que ele reproduz, acreditando estar representando os melhores interesses do ambientalismo. Isso ocorre porque o discurso ambiental, como bem denuncia Halliday, está passando por um profundo processo de “gramatização”, de ordenação sintático-pragmática. O professor Bueno (2012) explica que:

O Jornalismo Ambiental, como o saber ambiental, não diz respeito apenas a questões complexas, que reclamam tecnologias de última geração, mas incorpora soluções simples, de dimensão local. Ele tem a ver com o dia a dia das pessoas e, na verdade, só faz sentido quando as inclui no debate, quando possibilita e promove a sua participação no processo de tomada de decisões. O Jornalismo Ambiental não pode, como tem acontecido com relativa frequência, ser veículo dos vendedores de produtos e serviços, quase sempre antagônicos à ideia de proteção e de respeito à qualidade de vida.

Podemos usar como exemplo uma notícia crucial no processo de construção do referente do que “é” Belo Monte. Esse caso ocorre quando o Ibama emite a licença ambiental, transmitida pelo JN no dia 1º de junho de 2011. A análise fica restrita aos pontos grifados para facilitar a visualização, e utiliza as técnicas básicas fundamentais de qualquer reportagem jornalística: que é a de verificar a veracidade e a consistência dos fatos apresentados como justificativa para determinada ação.

JN 4 : O IBAMA emitiu, nesta quarta-feira (1º), a licença que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Belo Monte será instalada no Rio Xingu. Tem custo previsto de R\$19 bilhões e poderá gerar até 11.233 megawatts, 10% da energia consumida no Brasil. Ao todo, 516quilômetros quadrados serão inundados e onze municípios serão atingidos. O consórcio responsável pela construção da usina se comprometeu a cumprir uma série de medidas para compensar o impacto ambiental e social da obra. No total, serão R\$ 3,2 bilhões para, por exemplo, construção de escolas e hospitais, obras de saneamento e habitação e criação de unidades de conservação da floresta. ‘Se, por um lado, há uma perda ambiental, por outro, há um ganho socioambiental muito grande’, diz o presidente do IBAMA Curt Trennepohl. As obras serão acompanhadas por um comitê formado por representantes da sociedade civil e dos governos Federal, Estadual e Municipais. Vinte mil operários vão trabalhar em Belo Monte. O governo pediu às empresas medidas para evitar conflitos, como o que aconteceu na obra de Jirau, em Rondônia, em março deste ano. ‘Pelo que foi apresentado até agora, estamos muito seguros de que serão criadas condições bastante adequadas de trabalho’, afirma o secretário-geral da presidência da República, Gilberto Carvalho.

Segundo o procurador Felício Pontes, algumas condicionantes para a liberação de Belo Monte não foram cumpridas. Ele disse que o **Ministério Público Federal no Pará estuda** entrar com uma ação na justiça contra a licença.

O encadeamento argumentativo é fechado desde o seu início pela apresentação de dados e números oficiais que dão validade à emissão da licença e ratificam a sua importância pela grandeza dos dados. A notícia é “assertiva-constatativa” na medida em que se limita a ler um comunicado do Ibama, em conjunção com o governo federal, sem questionar dois fatores centrais: o do custo financeiro, R\$ 19 bilhões⁵³, e o custo socioambiental, com o alagamento de uma área de 516 km² em pleno coração da Amazônia. Esse tema do alagamento tem sido objeto de vários programas da TV Globo como o Globo Repórter que não cansa de tratar da necessidade de se preservar a área cada vez mais desmatada, e o desaparecimento de onze municípios.

O Brasil precisa gastar esse dinheiro em mais uma hidrelétrica? A resposta pode ser dada pelos professores da Universidade de São Paulo (USP) e especialistas em energia, Célio Bermann, ex-assessor de Dilma Rousseff no Ministério de Minas e Energia (MME) e por José Goldemberg, ex-ministro da Educação e ex-reitor da USP. A resposta é não. José Goldemberg declarou, em entrevista ao programa de TV, Globo Ecologia (2012): “Nós podemos perfeitamente viver bem e suprir as necessidades de energia do povo brasileiro até 2035 sem um crescimento exagerado de um consumo de energia”.

O argumento “técnico” do poder de geração não se sustenta. Bermann (2011) afirma:

Aquela região tem a seguinte característica: quando chove, quando tem água, quando desce a água dos tributários para o Xingu é muita água, é um volume enorme de água. Mas isso só acontece durante quatro meses por ano. Só nesse período os 11.200 megawatts vão estar operando. Em outubro, na época da estiagem, será apenas 1.100 megawatts, um décimo. Então, a pergunta é: por que construir uma usina desse porte, se, na média anual, ela vai operar com 4.300 megawatts?

Do ponto de vista semântico/pragmático, o eixo argumentativo se dá em torno da “compensação”. A destruição ambiental da flora e fauna de uma área de 516 km² e de onze municípios descrita de modo mitigado pelo presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Curt Trennepohl, como “perda” será “compensada” com um “ganho socioambiental muito grande” (JN 4). No entanto, Bermann (2011) alerta que o papel do Ibama há muito deixou de ser legislador para ser apenas ratificador “oficial” das vontades do

⁵³ Valor que já foi atualizado para mais de R\$25 bilhões.

governo e dar aos crimes ambientais uma chancela oficial conforme entrevista à revista Época:

Ainda na semana passada, o governo federal publicou um pacote de sete portarias ministeriais com o objetivo de ‘destravar a concessão de licenças ambientais no país para acelerar grandes empreendimentos, como rodovias, portos, exploração de petróleo e gás, hidrelétricas e até linhas de transmissão de energia’. Ou seja: o governo caminha para anular as conquistas socioambientais obtidas na redemocratização do país. Dias antes, em 26/10, o Senado havia aprovado um projeto de lei que retira o poder do Ibama para multar crimes ambientais, como desmatamentos.

Se invertermos o sentido da “notícia”, apresentando a ação do Ministério Público Federal (MPF) como ponto inicial, invertemos também o eixo lógico da “asserção” que é a “notícia”, e a partir do pedido de interdição toda a notícia passaria a ter de justificar “tecnicamente” a validade da licença do Ibama, o que não ocorre. A construção discursiva de colocar a ação de Felício Pontes ao final, sem apresentar nenhum fato que respalde quais são “algumas das condicionantes que não foram cumpridas”, esvazia o tom acusatório.

Pela força simbólica que a devastação ambiental significa, ela precisa ser mitigada no seu sentido pragmático, que deve ser esvaziado ao mesmo tempo em que é necessário ocultar o negativo – a destruição da mata e de toda a vida nela contida, além dos problemas socioambientais, que são as populações indígenas e ribeirinhas, e também os fazendeiros que praticam o manejo sustentável – com uma proposição de “compensação” que é um valor inexistente na destruição ambiental.

No dicionário Oxford de Ambiente e Conservação de Park, o verbete “compensação” (compensação restauratória) é vazio e remete à “mitigação”, pois reconhece que existe o uso do termo para designar algo que é semântica e pragmaticamente diferente.

Mitigação: Todas as ações que são tomadas para evitar ou minimizar impactos ambientalmente negativos. Isso pode tomar várias formas, incluindo evitando o impacto ao não realizar uma certa ação; minimizar os impactos por meio da limitação da escala da ação; retificando o impacto por meio de reparo ou restauração do ambiente afetado; reduzir o impacto tomando medidas protetoras; e compensando o impacto repondo ou providenciando recursos substitutivos. (PARK, 2006, p.91 e p.283).

Dentro da ecologia existe o conceito de *homeostase*. Seu significado pode ser resumido como: processo que existe na natureza para permitir a sua autorregulação, sua busca permanente de um equilíbrio que possibilita ajustes automáticos entre populações de animais, presa e predador, entre plantas e insetos que se completam para que o ciclo de vida de

nenhum desses componentes se interrompa e cause um “desequilíbrio ambiental”, como uma praga de gafanhotos, de carrapatos ou secas por desmatamento ciliar, represamento dos rios etc. Tudo na natureza se encontra interligado e há consequências para a alteração desse ciclo vital como expõe o biólogo Branco (2010, p. 104):

Essa compreensão unificada e cósmica da matéria, da energia e suas propriedades viabilizou também um outro grande passo para o entendimento dos seres vivos e do ambiente que os cerca como algo integrado em um *sistema*, uma organização dinâmica e funcional, movimentada continuamente por um fluxo de energia e suas transformações e um espaço em que os seres vivos componentes representam o papel de meras *peças* em perfeita conexão. A essa altura, o ambiente adquire uma nova dimensão. Não é possível dissociar mais os organismos das ‘circunstâncias’ que os ‘cercam’.

Em suma, a natureza funciona como um sistema integrado, e não como partes que podem ser tiradas e trocadas sem danos ao todo. A premissa segundo a qual um desmatamento de 516 km² e o consequente alagamento da área pode ser “compensado” parece carecer de lógica, ao menos nos termos em que está sendo apresentado. Podemos mostrar o contraponto do que chamamos de “a árvore de Lembo”, cujo valor simbólico e financeiro parece ser maior do que esta área da floresta Amazônica. Referimo-nos à multa recebida pelo ex-governador de São Paulo, Cláudio Lembo, em função da simples poda de uma árvore que ameaçava desabar sobre a sua casa. A notícia da Folha de S. Paulo diz que:

O ex-secretário de Negócios Jurídicos da prefeitura e ex-governador de São Paulo Cláudio Lembo foi multado em R\$ 10 mil pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente por ter podado uma árvore sem autorização. A poda aconteceu em maio de 2010, quando ele era secretário, mas a punição só foi publicada no Diário Oficial anteontem, quando a prefeitura noticiou que o recurso feito por Lembo havia sido negado. O então secretário diz ter pedido à época que um galho da figueira de sua casa fosse podado, mas como não obteve retorno, contratou um técnico particular para fazer o serviço, o que é proibido, segundo a pasta do Verde.

Dessa forma, a notícia do JN sobre a licença do Ibama é apenas um comunicado oficial do governo, que se utiliza do telejornal para informar a população do que já foi feito. Ao ser reapresentado e reencenado regularmente, esse “modelo mental” sobre Belo Monte começa a ser formado em sua base cognitiva e ganha ares de verdade das realizações do Estado como denuncia Gomes (2000, p. 20):

Antes de mais nada, pelo próprio exercício da língua-mãe dirigido aos leitores-cidadãos, o jornalismo se coloca como confirmação do pacto primeiro fundado na comunidade estabelecida pelo compartilhamento de uma língua. Em segundo lugar, pela concentração em certos temas (o Estado, seus feitos e os dos órgãos pelos quais ele se exerce) o jornalismo funcionará como confirmação da aliança social. A

palavra consignada precisa ser lembrada como uma forma de atualização do pacto instituído. O pacto precisa ser reiterado permanentemente para que se sustente e se o jornalismo se caracteriza pela periodicidade, essa periodicidade como repetição que é, está sempre a serviço dessa reiteração, da recolocação do pacto social.

Se a mediação e o confronto se dão pela palavra, então é a ordem discursiva e o argumento de autoridade de cada interlocutor, cujos atores sociais têm papéis de presença ou ausência, o que define os privilégios de “ter a palavra” ou “dizer a última palavra”. Assim, ao “informar” à população que a usina foi autorizada pelo Ibama, o JN começa a fazer a construção do referente do que é “legal”, “autorizado”, e, a partir daí, toda vez que necessitar falar de Belo Monte, parte desse referente que tem força e amparo na lei e que terá peso predominante na formação da “opinião pública”. De maneira análoga e inversa, quem se opuser ao projeto precisa ganhar legitimidade, que nesse caso só pode ser sancionada pelo próprio governo.

Então de que maneira se forma uma opinião pública autônoma que seja verdadeiramente *do público*? É óbvio que tal capacidade de opinar deve ser alimentada pelos fluxos de informações pertinentes à situação da coisa pública. Por isso, se o povo ficasse surdo, exageradamente fechado e pré-constituído com relação ao andamento da *res publica*, então a sua opinião não serviria. Por outro lado, quanto mais uma opinião pública fica aberta e exposta a fluxos de informações exógenas, isto é, provenientes do poder político ou mediante órgãos de informação de massa, tanto mais a opinião dos grupos sociais corre o risco de se tornar – como afirmava Riesman – ‘hetero-dirigida’. (SARTORI, 2001, p.54, grifo do autor).

Para Chomsky (1997, p. 6), o controle da informação – portanto, da ação comunicativa – ao mesmo tempo em que defende a liberdade de imprensa, faz parte do que ele chama de “democracia moderna”:

Uma concepção alternativa de democracia é aquela que o público precisa ser barrado de controlar seus próprios negócios e os meios de informação precisam ser estreita e rigidamente controlados. Isto pode soar como uma estranha concepção de democracia, mas é importante entender que é a concepção prevalecente. Na verdade, ela tem estado não apenas em operação, mas mesmo em teoria.

Para Killingsworth e Palmer (1992, p. 164) a retórica da instrumentalização domina a maioria dos documentos produzidos pela administração do governo, incluindo os controversos e bastante discutidos, chamados de: relatórios do impacto ambiental. No Brasil o Ibama produz documentos coincidentemente denominados de RIMA (Relatórios de Impacto Ambiental), com uma linguagem técnica inacessível ao cidadão comum e, baseados em parâmetros e leis que parecem ter sido escritos para validar o que se pretende justificar.

Os experts a quem Hays⁵⁴ identifica como cientistas aplicados (de cunho prático) e técnicos, não são normalmente uma parte da comunidade científica principal [...]. Eles não são acadêmicos ou pesquisadores científicos comprometidos com os projetos teóricos de pesquisa básica ou mesmo com a meta de manter uma investigação acadêmica. Em vez disso, seus objetivos primários são direcionados para sustentar o controle governamental e perpetuar a ordem social racional. Eles estão interessados em fatos, não em teoria, e em procedimentos, não em ação científica e ou política per se. [...] Os especialistas do governo requerem enormes compilações de informações de cuja base eles são capazes de impor a sua própria autoridade (ethos). Eles têm preservado o interesse científico na racionalidade indutiva e na geração de dados, mas têm de outro modo ignorado os procedimentos do aprendizado científico, especialmente as regras da argumentação concisa e as regras para a construção social do conhecimento.

A cobertura das questões ambientais, como Belo Monte, tem sido orientada de modo estratégico pela mídia, para uma divisão de vozes, entre argumentos de autoridade, que é o grupo que representa os interesses do governo, e que, em tese, apresenta as justificativas racionais para a construção da obra em pleno coração Amazônico.

Para van Dijk (1990, p. 150), é possível estabelecer uma sequência para se entender o processamento do discurso jornalístico. Esta se iniciaria pela *decodificação*, que não é a interpretação dos sentidos em si, mas a categorização de formas e estruturas que são ativadas pela Memória de Curto Prazo (MCP). A *interpretação*, propriamente dita, é o momento cognitivo seguinte quando as partes integrantes da decodificação começam a dar significados verbais às palavras, “e se constrói a estrutura dos significados da cláusula e da proposição em relação com os fenômenos estruturais de superfície, como a ordem das palavras e as categorias sintáticas”, perfazendo assim uma função estratégica junto da decodificação, para a interpretação do discurso. Para tanto, os usuários da linguagem podem “ativar tanto a informação sintática como a semântica, ou podem ativar o conhecimento e a informação do contexto para conseguir análises rápidas e plausíveis”.

Ainda dentro da MCP, é efetuada a *estruturação* que é quando “os significados das palavras se organizam em cláusulas e significados oracionais, quer dizer, em termos de proposição”, sendo que se efetuam estratégias de conexão entre as partes da oração com textos anteriores.

Em função da nossa capacidade limitada de armazenamento na MCP, que acreditamos seja cada vez menor em função do alto nível de estímulo e de atenção que os chamados *gadgets* modernos requisitam para perfazer as funções multimídias oferecidas, apenas uma parte da informação que recebemos é por ela armazenada, e a isso se denomina *processamento cíclico*, que é justamente a informação mínima necessária para se buscar mais

⁵⁴ Samuel Hayes, historiador americano.

informação no que está guardado na Memória de Longo Prazo (MLP), que está relacionada com a Memória Episódica (ME) que é o momento em que a informação foi adquirida pela primeira vez. Estas seriam as instruções do manual do nosso *gadget*, que uma vez decodificadas seriam processadas automaticamente sem necessidade de se referir a ele.

A *formação da macroestrutura*, também dentro da MCP processa-se quando “os usuários da linguagem inferem os temas (macroproposições) a partir de sequências de proposições, que definem um texto ou fragmento de texto global”. Na *formação da superestrutura*, que são estruturas globais que funcionam “como as das narrativas ou das notícias, podem ser alocadas na MCP, os textos ou parte deles”. A partir dessas operações sequenciais que inserem o texto na ME, van Dijk relaciona a *representação na ME*, como o próximo passo, pois “esta representação do texto (RT) permite ao usuário da linguagem relacionar a informação nova do texto com a informação antiga (mediante procedimentos de reinstalação) para evocar os fragmentos da estrutura superficial”. Todo esse processo resulta no que se denominam os modelos situacionais (MS).

O objetivo último da compreensão e da produção do discurso, não é a formação de uma representação textual na memória. Na verdade, os usuários da linguagem desejam transmitir informação sobre fatos reais ou imaginários em determinada situação. Esta informação se representa cognitivamente nos assim chamados MS. [...] Os modelos se armazenam na memória episódica e se podem considerar como o referente total de um texto: são aquilo do que, segundo o usuário da linguagem, trata o texto. Os MS existentes agrupam nossas experiências acumuladas sobre feitos anteriores, incluindo as interações e o discurso. (VAN DIJK, 1990, p. 152).

É preciso diferenciar comunicação, de informação, de conhecimento. A questão do conhecimento é abordada por Berger e Luckmann (1974) como sendo o eixo condutor da vida cotidiana, pelo qual o ser humano (re) constrói incessantemente a sua realidade, para que haja uma coerência entre os valores adotados pelos atores sociais de um determinado grupo. Os autores acreditam que esta realidade se torna concreta na medida em que o simbólico, e as crenças socioculturais encontram suporte nas diversas ideologias que dão sustentação identitária ao grupo e, a partir daí, entram no campo do real.

O conhecimento passa a ser compartilhado por todos, mas depende de uma tarefa de atualização do seu campo de valores, daí o valor de “atualizador” do conhecimento – via o conceito de informação – promovido pela mídia. É por meio dessa tarefa de atualização que as diversas estruturas de significação vão sendo criadas a partir da sua interação com o emocional que formam e ativam os “quadros mentais”. Da confluência entre nossas crenças estabilizadas e (re) orientadas para as necessidades das elites é que resulta uma construção

discursiva, constitutiva de base. Assim, ao trabalhar cognitivamente com o conceito de “apagão”, ou a “síndrome do blecaute” a que se refere o professor Célio Bermann (2011), o JN sabe que este é um valor a ser temido pela sociedade historicamente e por isso trabalha sobre ele, omitindo o outro lado como fica exemplificado neste excerto:

O que eu tenho chamado de ‘Síndrome do Blecaute’ conduz à legitimação de empreendimentos absolutamente inconsistentes. Belo Monte, como foi provado pelo conjunto de cientistas que se debruçaram sobre o tema ([painel dos especialistas](#)), é uma obra absolutamente indesejável sob o ponto de vista econômico, financeiro e técnico. Isso sem falar nos aspectos social e ambiental. Mas se dissemina uma ideia do caos e, hoje, há 77 projetos de usinas hidrelétricas somente na Amazônia que utilizam a ‘Síndrome do Blecaute’ para se viabilizarem. O fato de hoje o aquecimento global dominar a mídia e o senso comum, assim como a própria academia, ajuda a mostrar a hidroeletricidade como uma grande maravilha, independentemente do lugar em que a usina vai ser construída e dos impactos que ela vai causar. Mas o que é preciso compreender e questionar? Hoje, seis setores industriais consomem 30% da energia elétrica produzida no país. Dois deles são mais vinculados ao mercado doméstico, que é o cimento e a indústria química. Mas os outros quatro têm uma parte considerável da produção para exportação: aço, alumínio primário, ferroligas e celulose.

A necessidade de impor Belo Monte pode ser justificada a partir deste referente que atua de maneira subjetiva, sendo a questão objetiva o consenso popular sobre a necessidade de se construir a usina. É o dispositivo emocional que ativa o medo do escuro e faz com que o nosso conhecimento sobre Belo Monte se atualize e autorize mentalmente uma obra mesmo que ela tenha sérios problemas morais como novamente explica Bermann (2011):

Cidadãos, se informem, procurem pressionar para que se abram canais de participação e de processo decisório para definir que país nós queremos. E há os que dizem: ‘Ah, mas ele está querendo viver à luz de velas...’. Não, eu estou dizendo que a gente pode reduzir o nosso consumo racionalizando a energia que a gente consome; a gente pode reduzir os hábitos de consumo de energia elétrica, proporcionando que mais gente seja atendida, sem construir uma grande, uma enorme usina que vai trazer enormes problemas sociais, econômicos e ambientais. É importante a percepção de que, cada vez que você liga um aparelho elétrico, a televisão, o computador, ou a luz da sua casa, você tenha como referência o fato de que a luz que está chegando ali é resultado de um processo penoso de expulsão de pessoas, do afastamento de uma população da sua base material de vida. E isso é absolutamente condenável, principalmente se forem indígenas e populações tradicionais. Mas também diz respeito à nossa própria vida. É necessário ter uma percepção crítica do nosso modo de vida, que não vai se modificar amanhã, mas ela precisa já estar na cabeça das pessoas, porque não é só energia, é uma série de recursos naturais que a gente simplesmente não considera que estão sendo exauridos e comprometidos.

O professor Bermann faz um chamado à ação coletiva, para o pensamento crítico, o que sabemos ser um dos pontos-chave bloqueados como conteúdo noticioso nas construções discursivas da TV, que buscam a imposição indiscutível das suas “verdades”, já que o “debate” promovido por ela tem um resultado marcadamente ideológico e previsível, sempre

a favor do *establishment*, que a sanciona e sustenta, mas que nunca pode incitar à população a pensar criticamente.

O fato imposto pela TV, a notícia-conhecimento, será compartilhado depois com atores sociais de igual convicção, ou servirá como argumentação impositiva, baseada na premissa de que “todos querem o progresso”, “todos querem a luz”, que são outros valores circulares, arquetípicos, já incutidos de maneira simplista na população e que são invocados sempre que se quer trabalhar a opinião pública na construção. Trabalha-se desse modo com a exclusão dos que não compartilham das mesmas ideologias produzidas pelo “conhecimento”.

Na visão de Berger e Luckmann (1974, p. 38) o nosso cotidiano é orientado linguisticamente, por ordens discursivas que nos são apresentadas como real, onde acreditamos que a televisão atue de maneira preponderante nessa construção do sentido já “dado”, sem que tenhamos condições epistemológicas de contestá-la ou sequer de acesso à tela pois eles consideram que:

Apreendo a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem à minha apreensão. A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados *como* objetos antes da minha entrada em cena. A linguagem usada na minha vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. [...] Desta maneira a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos de significação.

A partir dessa construção do “real” que é ressignificado como a “nossa realidade”, só é possível romper com ela fazendo um reposicionamento crítico que coloque esse sistema de valores em questão. Isso significa a possibilidade de ruptura, que só pode existir se houver um outro sistema “significante” (o que Lacan chama de “significantes-mestres”, de “referentes”) ao qual o sujeito possa se agarrar para fazer a transição, acrescentando que isso significa romper com o grupo ideológico que o sustenta.

É o que chamamos de efeito de *solve et coagula* na TV, na medida em que ela instiga o agrupamento social em torno de um referente que defenda e justifica, mas que desestimula a individualização, a ruptura, a autonomia do sujeito – que se agruparão, então, em formação contrária – ao não lhe oferecer outras alternativas que não estejam contempladas dentro do quadro disciplinador que ela precisa impor, e impõe, ao delimitar pela prática discursiva os campos de significação.

Na visão de Debord (2003, p. 14, grifos do autor), a função social deste é justamente a de nos organizar em torno de uma visão comum.

O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu *instrumento de unificação*. Enquanto parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência. Por ser algo *separado*, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada.

Assim, a chamada “liberdade de escolha” limita-se a eleger campos que já estão previamente qualificados para participarem do jogo, daí a necessidade de se desqualificar o que está “fora” dele no âmbito dos argumentos de autoridade, do legal e do ilegal, do moral e do imoral, embora esses valores estejam sempre sob a prerrogativa de quem detém o controle dos meios legais.

Esse “debate” faz parte de uma estruturação narrativa clássica, onde existe o certo *versus* o errado, o bem contra o mal, o progresso em relação ao atraso e assim por diante. Cabe à TV colocar em circulação esse “debate”, seja pelas novelas, que há muito tempo deixaram de ser “obras de ficção” para se tornarem uma parte importante do agendamento cultural brasileiro tratando de “temas importantes para a sociedade”, e, claro, apoiadas na outra ponta da “realidade” construída pelo telejornalismo que vai programar notícias com *experts* sobre o assunto, dando ao tema um ar de seriedade e de credibilidade. Para o telespectador, a alternância entre a subjetividade das novelas, já que elas são “obras de ficção” como a “objetividade” do telejornal, que trata do mundo real, produz um efeito que é impossível de ser distinguido, já que o discurso de ambos trabalha na nossa relação com o conhecimento cotidiano.

O resultado dessa estratégia é que a TV passa a ser, no jargão moderno da comunicação, um *player* instrumentalizador do que a sociedade debate no micronível, enquanto trabalha a sua importância no macronível da sociedade. O resultado é que as práticas discursivas, que estarão diretamente influenciando as práticas sociais, não são o resultado espontâneo da organização da sociedade em torno das suas necessidades, mas sim do que lhes é oferecido por debater, com uma ampla opção de prós e contras de cada decisão, já com um limitador entre o que pode ser escolhido. Essa decisão seja qual for não pode servir de fator emancipatório da população, e sim de alienação e submissão mais uma vez aos poderes e às ideologias da elite.

Agora, o espectador viverá em “outra construção do real”, agendado pela TV, que lhe vende de volta o que sempre foi seu: a natureza e todos os campos simbólicos nela embutidos, como liberdade, espaço, fartura, pureza, todos os atributos do nosso imaginário ocidental que remetem ao Éden perdido. A sua construção social da realidade já não cabe dentro do que ele

vê como o mundo real, nem o que lhe é “traduzido” pelas palavras, existe também o agendamento eletrônico com uma grande força de persuasão. Debord (2003, p. 18-19) faz a correlação entre o nosso código de valores, cada vez mais distanciado de qualquer realidade e desprovido de utilidade:

O espetáculo submete para si os homens vivos, na medida em que a economia já os submeteu totalmente. Ele não é nada mais do que a economia desenvolvendo-se para si própria. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores. [...]. O espetáculo é o herdeiro de toda a *fraqueza* do projeto filosófico ocidental, que foi uma compreensão da atividade dominada pelas categorias do *ver*; assim como se baseia no alargamento da racionalidade técnica precisa, proveniente deste pensamento. Ele não realiza a filosofia, ele filosofa a realidade. É a vida concreta de todos que se degradou num universo *especulativo*.

Pela sua estruturação econômica, dependente da publicidade de um lado, e da sociopolítica de outro, o papel preponderante das emissoras de TV é tripartite, negociando a intermediação entre esses dois poderes de um lado e sua própria relação com a população via linguagem simbólica, a qual é controlada, (re) construída semanticamente já em campos linguisticamente circunscritos para que a cognição só possa operar “dentro” das opções dadas.

Desse modo, digamos que o ator social preocupado com a natureza é instado a reciclar a latinha de alumínio ou a embalagem Tetra Pack, enquanto para uma pessoa minimamente instruída corretamente pela TV, o que deveria haver, na verdade, seria um boicote tanto ao uso de alumínio, que é uma indústria eletrointensiva, isto é, que utiliza uma carga de energia muito grande, para produzir um bem de pequeno valor e de uso contínuo, estimulando a necessidade de novas fontes de geração como Belo Monte. Essa equação, chamada “pegada ambiental” ou “pegada de carbono”, que é o resultado poluente deixado pelo produto em toda a sua cadeia produtiva, é simplesmente obliterada como informação, levando o ator social a acreditar que ao reciclar suas embalagens seu papel de bom cidadão está sendo efetuado.

Na verdade, nós mesmos, ao colocarmos em circulação essa terminologia do “consumidor ambientalmente consciente” também estamos repetindo semanticamente os campos de referentes que nos foram impostos, e dessa maneira damos sobrevida à construção discursiva das mídias que está calcada no poder da repetição, no agendamento, não apenas temático, mas da sua terminologia com finalidades pragmáticas.

Para exemplificarmos melhor esse entrecruzamento discursivo que se dá pela mídia, criando uma dinâmica enunciativa própria, veremos que os diferentes grupos, que tomam voz em nome da ecologia, provêm de interesses e esferas muito distintas. Por se tratarem de setores bastante diversos da sociedade, eles se relacionam em duas instâncias. A primeira age

entre si diretamente, com cada um fazendo o seu papel nos jogos de poder que envolvem a questão ambiental e, numa segunda instância, representando seus papéis como atores sociais escalados pela mídia para darem voz ao que esta busca, como fonte de representação social. Para Viola e Leis (1992, p. 24):

O campo denotado pela expressão ‘ecologismo’ é vasto e complexo, e compreende: (1) associações autodenominadas ambientalistas e o movimento ecologista *stricto sensu*; (2) setores ecologistas da comunidade científica, presentes, hoje, nas universidades e institutos de pesquisa; (3) indivíduos coletivos, formadores de opinião, que têm uma orientação ecologizante; (4) partidos verdes; (5) pequenos e médios empresários que incorporaram a dimensão ecológica na sua racionalidade microeconômica; (6) grupos e redes orientados para o desenvolvimento do potencial humano; (7) a comunidade dos técnicos das agências estatais voltadas para o meio ambiente; (8) movimentos sociais que não se identificam como movimentos ecológicos, mas que têm orientações valorativas e práticas ecologizadas; (9) setores minoritários-ecologizados de macroestruturas: agências estatais, corporações multinacionais, partidos políticos, associações profissionais (sindicatos e outros), associações empresariais e organizações religiosas; (10) camponeses cujo modo de produção leva em consideração a dimensão ecológica, seja por uma lógica histórico-tradicional, seja por um processo de aprendizado recente.

Desse modo, podemos dizer que “os ambientalistas” são um grupo dispar, sem nenhuma razão para estarem semântica e pragmaticamente ligados a essa denominação, exceto pela necessidade que a própria imprensa se impôs de rotulá-los dessa maneira. Deduzimos que essa também é uma das construções discursivas criadas pela mídia, para primeiro enfraquecer qualquer tentativa de qualquer grupo ter a primazia da defesa do ambiente, o que seria por demais indesejado, por se tratar do discurso com maior poder de penetração no imaginário popular nas últimas décadas e depois para ela mesma poder escolher a quem dar voz, selecionando seus atores sociais ecológicos de acordo com o agendamento da matéria.

Técnicos do Ibama, pequenos agricultores, ONGs e políticos têm muito pouco que possa ser apresentado como uma agenda única, enquanto o lado oposto, o setor do capital e da produção dependentes do desmatamento, da exploração sem fim dos recursos naturais até que se esgotem em nome de um “crescimento sustentável” têm sim, uma agenda unificada, que afinal, é o *establishment* que sustenta a mídia no mundo inteiro. Esse contexto já nos obriga a trabalhar com um *modus operandi* brasileiro, que leve em consideração essa relação desigual de poder, em uma sociedade aonde os limites da heterogeneidade vão muito além dos diferentes níveis de educação de um contingente europeu ou americano.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE CRÍTICA DO NOTICIÁRIO SOBRE BELO MONTE NO JN

Liberdade e democracia não levam automaticamente a níveis sustentáveis de consumo, e, a paz, em uma sociedade que excede seus limites ambientais, durará pouco.

Arran Stibbe (2013)

Durante a nossa pesquisa sobre qual o significado real de Belo Monte, cuja dúvida está proposta no início do Capítulo 2, vimo-nos obrigados a praticar o descondicionalismo mental entre o que líamos nas notícias do JN. De um lado a nossa experiência jornalística recomendava cautela e pedia mais investigação, e de outro, nosso percurso linguístico crítico, que hora se inicia, exigia repetidas leituras e renovadas abordagens cada vez que um novo elemento textual entrava em nossa percepção, resultado de uma intertextualidade da qual ainda não havíamos nos dado conta. Acreditamos que um dos maiores problemas neste tipo de investigação é o confronto direto entre o discurso produzido por outras vozes, isto é, as que compõem uma grande parte da sociedade que oferece resistência e que raramente ou quase nunca são mencionadas por razões estratégicas de deslegitimação, apagamento dos agentes, supressão, omissão e tantos outros vícios antidemocráticos, para citar apenas alguns pertinentes ao domínio jornalístico. Foi a partir dessa busca das vozes que causavam tantos problemas a esse projeto do governo que, começamos a dialogar em nossas análises com algum tipo de embasamento histórico-científico. Em apenas uma reportagem, JN 4, cujo texto nos chamou a atenção a parte relativa ao fechamento da notícia, que encontramos, pela primeira vez, o nome de um procurador da República, que como membro do MPF era o órgão responsável por questionar a legalidade do governo dentro do Estado. Diz o JN: “Segundo o procurador Felício Pontes, algumas condicionantes para a liberação de Belo Monte não foram cumpridas. Ele diz que o Ministério Público Federal no Pará estuda entrar na justiça contra a licença”.

A seleção lexical ‘algumas’ nos é particularmente conhecida e estimada. Em nossa dissertação de mestrado, “A Visão da Ecologia no Jornal Nacional”, a notícia mais importante sobre a construção de outras duas hidrelétricas, Santo Antônio e Jirau, desta vez no rio

Madeira, igualmente problemáticas, continha idêntica lexicalização. A mesma repórter de JN 4, Cristina Serra, referia-se então às mais de 500 espécies de peixes do rio Madeira, considerado como o de maior variedade no mundo, com a imprecisa e reducionista “algumas”, o que nos indicou que vícios de linguagem deveriam ser parte integrantes das análises críticas do discurso. A reportagem de Cristina Serra marcava (de maneira implícita) a saída da então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, após a queixa do ex-presidente Lula sobre os problemas causados à imagem dele pela recusa da ministra em permitir que o Ibama emitisse uma licença política e não técnica, ao que ele declarou “que haviam jogado um bagre no colo dele”. As semelhanças entre as situações nos indicavam que havia muito mais para ser investigado além do que o JN se propunha a nos apresentar.

Nossa busca sobre quem era Felício Pontes Jr. nos levou ao começo do entendimento da amplitude e da complexidade dos interesses que se confrontam em Belo Monte e que se encontram escondidos no reducionismo da pauta de abordagens proposta pelas notícias do JN. A partir de contatos com o procurador, nossa rede foi se ampliando até chegarmos ao professor Bermann da USP, que por sua vez nos indicou outros caminhos epistemológicos para que, finalmente, pudéssemos montar um contexto histórico, legal e técnico, que é o que apresentamos agora, como elementos pré-textuais de análise.

4.1 Contexto sócio-geopolítico e econômico de Belo Monte

O governo brasileiro estabeleceu, ainda no tempo da ditadura militar, um modelo de desenvolvimento econômico, que depende do crescimento energético para ser realizado. Dentro dessa matriz as hidrelétricas formam a primeira opção de geração de eletricidade pelo fato de o país contar com uma vasta rede hidrográfica e o sistema ser considerado ‘limpo’, quando comparado com o sistema de termelétricas, que utilizam o carvão, um combustível fóssil de resíduos altamente poluentes e custo mais alto, apenas para citarmos o exemplo que o próprio governo usa para justificar as hidrelétricas. O problema maior desse sistema é que ele tem um profundo impacto ambiental, visto que altera o curso, o fluxo e a vazão dos rios, além de alagar enormes áreas que impactam a fauna e a flora de maneira inegável. Dentre todos os problemas relativos à Belo Monte, o ambiental foi o que ganhou maior destaque na mídia como resultado do contexto noticioso criado a partir dos relatórios sobre o aquecimento

global, entre outros que ajudaram a estabelecer uma duvidosa agenda de cunho ambiental em pauta. Nossa leitura, como analistas críticos do discurso, é a de que o governo, em função da amplitude dos problemas socioambientais e econômicos envolvidos na obra, decidiu por levar a discussão à mídia, pautando preferencialmente o discurso ambiental, pelo fato de que esse discurso poderia ser mais facilmente (des) articulado. Como a natureza não tem voz própria, a construção discursiva poderia ser feita por “especialistas”, com argumentos de autoridades, cuja escolha ficaria a critério do próprio JN e em consonância com as vozes que Pêcheux (2011) chama apropriadamente de “Língua de Estado”. Atuando em uníssono, governo e JN falariam a mesma linguagem com o mesmo objetivo. Sai de cena o jornalismo investigativo e em seu lugar entra o jornalismo corporativo e de Estado. Para melhor ilustrar essas relações, e o problema real de se investigar questões de grande porte como é o caso das reportagens ambientais envolvendo Belo Monte, apresentamos o depoimento público do jornalista André Trigueiro (2013) da rádio CBN, que tem se dedicado à cobertura ambiental.

[...] Obviamente há sinergia, (entre) tanto o que se convencionou chamar de jornalismo ambiental quanto jornalismo investigativo, são áreas do jornalismo que incomodam, que fazem as perguntas que normalmente os representantes do poder econômico, do poder político não gostam que sejam feitas, são áreas do jornalismo que vão requerer algum tipo de envolvimento pessoal do profissional de imprensa, pra investigar a história, pra ver como aquela história se desdobra, que interesses estão envolvidos, checar a informação e ao dar publicidade a ela na forma de notícia, em boa parte dos casos isso tem um impacto importante nas rotinas tanto do setor público quanto do setor privado. [...]. O megaprojeto de Belo Monte no Xingu, nossos colegas que para lá seguiram com o objetivo de cobrir exatamente todas as rotinas que envolvem a maior obra em curso hoje no Brasil, a gente viu que, a gente viu a contrição, a censura, forças do Estado recrutadas pelo poder privado, pela empresa concessionária lá da obra, tirando jornalistas do perímetro e impedindo ele de cobrir o que estava acontecendo quando tinha manifestações indígenas, quando tinha depredação dos alojamentos dos operários, você vê, é incrível como em pleno século XXI, mesmo num país que preza por princípio a democracia, a liberdade de expressão, a gente tem aqui e ali ameaças a jornalista, censura, os constrangimentos e os impedimentos pra gente não conseguir exercer essa profissão como ela deve ser feita.

O remanejamento das populações ribeirinhas implica também um custo social elevado, já que as pessoas são forçadas a abandonar suas vilas, seu modo de vida, sem mencionar os fazendeiros e sitiantes que se consideram lesados pelos valores ofertados pelo governo sempre em regime de desapropriação forçada imposta pela União.

Belo Monte faz parte de um projeto mais amplo que abarca várias obras e que foi denominado de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ainda sob a gestão do presidente Lula. Como forma de alavancar a candidatura da sua afilhada política para a eleição presidencial de 2010, a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi chamada por

ele de “mãe” do PAC, e colocada à frente da gestão do programa. Como esse era o maior pacote de obras do Governo Federal, a sua gestão daria a ela alguma notoriedade administrativa, dado que carecia de vivência como personagem política por jamais ter sido eleita a cargo público e somente ter sido alçada à Casa Civil, após a saída de José Dirceu, envolvido no escândalo do chamado “mensalão”.

Dentro do PAC, a maior obra a ser realizada é a usina hidrelétrica de Belo Monte, localizada no rio Xingu, no Estado do Pará, perto da cidade de Altamira. É um projeto antigo, de cerca de trinta anos, ainda da época do “Brasil grande” dos militares e que inclui projetos falidos e/ou desastrosos do ponto de vista ambiental como a Transamazônica, o Jari, a hidrelétrica de Tucuruí e outros, e envolve precedentes de disputas territoriais com os índios. Para o professor Bermann (2012, p. 7), a instalação da usina é apenas o início da ocupação predatória da Amazônia.

[...] a bacia hidrográfica amazônica passou a ser identificada única e exclusivamente pelo seu potencial hidrelétrico. Estavam dadas as pré-condições para a apropriação dos recursos naturais na Amazônia: por um lado, a disponibilidade de minérios, e, por outro, os recursos hídricos monopolizados para a produção de energia elétrica.

Dessa forma, a região se insere no sistema capitalista de produção globalizado como fornecedora de bens primários de origem mineral (notadamente minério de ferro, bauxita, manganês, zinco, cobre e chumbo), exportados na forma bruta ou transformados em metais primários (lingotes de alumínio, ligas de ferro e aço), produtos de alto conteúdo energético, baixo valor agregado e degradadores do meio ambiente. Dizer que o continente latino-americano vive nos dias atuais a plenitude da democracia, é um grande erro. Este artigo indica os limites políticos de um debate desejado, mas inexistente, dos projetos e do processo de tomada de decisão com respeito às megaobras na região amazônica, a partir do exemplo da usina hidrelétrica de Belo Monte, projetada no rio Xingu, no estado do Pará.

No entendimento do MPF, a ocupação desordenada da Amazônia é uma questão de soberania nacional, não no sentido populista, mas de defesa do patrimônio do que entende ser de propriedade de todos os brasileiros, daí a constante luta nas cortes para tentar trazer o governo para um debate que ele recusa tornar público. O histórico judicial entre o MPF e o governo federal se encontra totalmente ausente nas notícias do JN, bem como a caracterização de que exista tal disputa. Como já mencionamos, a estratégia discursiva preferencial adotada é a de evitar que confrontos, dentro do Estado, apareçam na mídia para direcioná-los a outros segmentos menos articulados e menos poderosos. De acordo com o MPF, a sonegação de informações é uma prática constante nas agências governamentais como demonstra o documento a seguir do Painel de Especialistas.

CRONOGRAMA DA (IN) DISPONIBILIZAÇÃO PÚBLICA DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

05 de dezembro de 2007 - Ibama emite o Termo de Referência (TR) para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

01 de fevereiro de 2008 – Ibama enviou à Eletrobrás o TR – CGPIMA/DAS/FUNAI

para os Estudos Socioambientais do Componente Indígena referente às Terras Indígenas Paquicamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Juruna do km 17.

20 de maio de 2008 - IBAMA enviou à Eletrobrás o TR Funai com as adaptações pertinentes às Terras Indígenas Kararaô, Arawaté do Igarapé Ipixuna, Koatinemo, Cachoeira Seca, Arara e Apiterewa.

22 de dezembro de 2008 – Eletrobrás envia ao IBAMA o EIA incompleto (documento CTA-DE-013702/2008, protocolo nº 15.835).

26 de dezembro de 2008 - a Funai informou ao Ibama a inclusão da Terra Indígena Trincheira Bacajá.

08 de janeiro de 2009 - a Eletrobrás enviou ao Ibama a versão final do TR,

aprovado pela Funai, para a população indígena urbana da cidade de Altamira e famílias indígenas moradoras da região da Volta Grande do rio Xingu.

27 de fevereiro de 2009 – Eletrobrás reenvia o EIA/RIMA (documento CTA-DE-1765/2009, protocolo nº 2.253).

23 e 25 de março de 2009 – Eletrobrás e Ibama se reúnem para avaliar o atendimento ao TR do AHE Belo Monte. Foram acertados os itens do TR necessários ao aceite do EIA/RIMA e aqueles que foram considerados necessários à análise de mérito, a serem entregues antes das audiências públicas.

28 de abril de 2009 – Ibama emite parecer elencando — “Documentos necessários ao aceite do Estudo Ambiental” e — “Documentos necessários à análise de mérito dos estudos, a serem entregues antes das Audiências Públicas”.

25 de maio de 2009 – **Ibama torna público que recebeu o Estudo de Impacto Ambiental** – EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, informa o endereço na página web www.ibama.gov.br/licenciamentoU, **mas não disponibiliza os arquivos**.

25 de maio de 2009 - **Começa a contar o prazo de 45 dias** para que a população interessada solicite realização de Audiência Pública, conforme determina a resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987.

27 de maio de 2009 – O IBAMA disponibiliza o EIA na página web

http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/Belo%20Monte/, diferente daquela anunciada no dia 25 de maio de 2009. São disponibilizados apenas os volumes 1 a 33 e o volume 36.

28 de maio de 2009 – O IBAMA disponibiliza o volume 34. **Falta o volume 35. Este começa a ser disponibilizado a partir de 10 de julho de 2009, sendo o último tomo disponibilizado incompleto em 08 de setembro de 2009.**

27 de maio de 2009 – O Ministério Público Federal propõe Ação Civil Pública (ACP nº 2008.39.03.000071-9) com pedido de liminar para, dentre outros,

“declarar a nulidade do ato administrativo do aceite do EIA/RIMA proferido pelo Ibama: por apresentar vício no que tange a não exigir que todas as condicionantes apresentadas no termo de checagem do EIA/RIMA com o Termo de Referência, sejam apresentadas antes da decisão do aceite, violando a Instrução Normativa 184/2008 Ibama, bem como os princípios constitucionais da publicidade e da participação democrática previsto no art. 1º, 3º, 37e 225 da CRFB, (...); por omitir dolosamente parte do Estudo do Componente indígena do EIA/RIMA (denominado Estudo Etnoecológico), consistente no Estudo dos índios citadinos constantes no Termo de Referência da Funai, integrado ao do Ibama; pela ausência do estudo da sinergia do impacto dos empreendimentos hidrelétricos na bacia hidrográfica quanto a população indígena e bem como a análise integrada do componente indígena ao EIA/RIMA (...); e, por fim, pelo vício formal do ato administrativo consistente na ausência de motivação do ato de aceite do EIA/RIMA pelo Ibama (...).”

03 de junho de 2009 – O Juiz Federal de Altamira defere parcialmente o pedido do MPF e decide suspender o prazo do edital publicado pelo IBAMA em 25 de maio de 2009.

11 de agosto - IBAMA reabriu o prazo para solicitação de audiência pública para discussão do projeto da hidrelétrica de Belo Monte.

25 de agosto de 2009 - Ibama publica edital de Audiências Públicas para a UHE Belo Monte.

10 de setembro de 2009 – Audiência em Brasil Novo

12 de setembro de 2009 – Vitória do Xingu

13 de setembro – Altamira

15 de setembro - Belém

É a partir deste contexto ampliado para uma base de conhecimentos cruciais para o entendimento do tema desta pesquisa, e que também se encontrava disponível para o JN, que damos início às nossas análises. Apenas a título de curiosidade, incluímos dois itens selecionados da relação apresentada no ante-texto do documento acima, redigido pelo Painel de Especialistas, e que denota a preocupação do controle discursivo nos relatórios do Ibama com elementos que se enquadram nas categorias linguísticas de análise do discurso: “Correlações que induzem ao erro e/ou a interpretações duvidosas e **Utilização de retórica para ocultamento de impactos**”. (Grifo original).

4.1 As reportagens/notícias – *corpus* principal

A partir de uma linha cronológica que nos é dada pelas próprias notícias do JN, trabalhamos dentro do que consideramos ser um problema contemporâneo, já que – como veremos – as disputas em torno da usina se arrastam há mais de trinta anos. A opção por esse recorte se dá por uma limitação de tempo e de espaço, além da impossibilidade de se obter arquivos mais antigos do JN, já que estes são retirados do site após cerca de dois anos, com algumas exceções que são os “especiais”. Consideramos o período coberto desde JN1 em abril de 2010 a JN 20 em outubro de 2013, como sendo o mais representativo, pois é quando a questão sobre construir a usina é retomada pela mídia, e as ações de resistência em várias frentes também. Trata-se, portanto, de um estudo com um recorte na atualidade, embora de modo algum ignorando a sua historicidade, que se inicia com o que denominamos JN 1, a primeira reportagem escolhida para participar da série, e que por si só já faz uma retrospectiva dos acontecimentos, desse modo, ela mesma assinalando que está retomando o processo noticioso. Para facilitar a redação e a consulta dos anexos referidos, utilizamos o sistema de contagem de linhas, onde JN 8 L6-9 significa que a citação foi extraída da notícia 8, e se encontra entre as linhas 6 e 9, o mesmo valendo para outras referências

4.2 Leitura e interpretação dos tempos das notícias e ordenação cronológica dos fatos

O processo de desenvolvimento de uma arquitetura de análise nos levou a considerar várias opções, já que a complexidade do tema – e a variedade de atores sociais e tópicos envolvidos – descartava uma aproximação unidimensional. Depois de repetidas leituras das 21 notícias, notamos que havia um desvio na curva padrão da duração das notícias, que se podia perceber analisando a linha temporal como um todo, fato que poderia escapar à atenção de um olhar com valores puramente linguísticos, mas fundamental do ponto de vista jornalístico que é o tempo dedicado a cada notícia. O que se nota é que entre JN 1 e JN 8, a última da série de reportagens especiais, o espaço dedicado às notícias de Belo Monte vai dos tradicionais 01':30" de uma notícia até os quase oito minutos de JN 6. Após esse período, com a exceção da reportagem de JN 10, realizada durante o evento Rio +20, que teve a duração de cerca de 05':00", a duração das notícias cai para uma média de 00':30". A frequência torna-se também cada vez mais escassa, apesar das constantes batalhas judiciais entre o governo e o MPF que eram reportadas por outros setores da mídia. No entanto, o fator de maior destaque do ponto de vista analítico pode ser interpretado como o resultado de uma radical mudança na linha editorial – e por conseguinte, de cobertura do JN – pelo evidente desaparecimento de praticamente todos os atores sociais envolvidos até então nas reportagens, incluindo: ambientalistas, pescadores, representantes do MPF, fazendeiros, professores, técnicos etc.; com exceção de um único grupo polarizado entre Nós (governo) e Eles (índios). Este novo panorama ideológico se traduz em uma imediata mudança nas estratégias de construção discursiva e de estruturação narrativa causadas por este novo entendimento do JN – e do governo – sobre onde estariam os novos focos de resistência a serem desarticulados.

Esse conjunto de valores indica a importância que a emissora dá ao tema, em determinado momento histórico, e que serve como elemento de apoio analítico para a leitura do contexto e vice-versa, pois a questão da duração de uma notícia – assim como a contagem das colunas e outros valores tipográficos da mídia impressa – é o elemento mais valioso na relação econômica notícia/publicidade, que por sua vez reflete a (falta de) vontade da emissora em cobrir determinado tema. Assim, apenas como parâmetro profissional nosso, consideramos uma notícia típica aquela que tem um tempo médio entre 01':00/01':30". Abaixo disso, na casa dos segundos, estão a chamada nota coberta (quando o repórter/âncora fala sob imagens) e a nota de rodapé, quando se faz apenas a leitura do texto noticioso, sem imagens. Acima disso, quando há necessidade de se aprofundar o tema, ela se transforma em

reportagem, com tempo acima de 03':00" ou 04':00" e uma narrativa mais ampla, com argumentos e contra-argumentos que sinalizam uma hierarquia evidente em termos de importância noticiosa e que normalmente inclui uma mediação que busca uma resolução via estratégia argumentativa. Desse modo, uma série de reportagens é um sinal de que há emissora faz uma intervenção discursiva e, portanto, cognitiva, no quadro de valores que está sendo formado em torno do assunto em questão.

Dessa primeira leitura, inferimos um segundo valor, igualmente fundamental nas análises, que é o do contexto, pois somente uma pressão contextual muito forte faria com que a TV Globo se dispusesse, por meio de seu telejornal mais importante, a dedicar um total de 18':22" de seu tempo em uma única semana a um único tema, o que demanda uma pergunta, cuja resposta este trabalho busca responder: Afinal, qual é a importância de Belo Monte? Esse questionamento está em linha com a proposição investigativa de Charaudeau (2006, p. 179) com a qual nos identificamos: "Expor as causas externas é mostrar a lógica de encadeamento dos fatos, sua coerência interna, logo, mostrar como foi possível que tal acontecimento se produzisse".

Com esses valores em mente, procedemos a uma segunda leitura interdiscursiva, isto é, colocando os textos para dialogarem entre si, em uma relação que poderia sinalizar causa/consequência. O resultado foi que JN 1 (2/2011), "Índios protestam em Brasília contra usina de Belo Monte" e JN 2 (4/2011) "OEA pede que Brasil paralise licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte" estão diretamente ligadas, já que foi a partir do protesto que os índios enviaram carta à OEA denunciando a obra, como fica evidenciado na reportagem JN 2 de L4 – 11:

A manifestação de líderes indígenas do Xingu contrários à construção da usina de Belo Monte, chegaram à Organização dos Estados Americanos no fim do ano passado. Em carta enviada ao governo brasileiro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA pediu que seja suspenso imediatamente o processo de licenciamento do projeto de Belo Monte e que seja impedida a realização de qualquer obra até que sejam cumpridas algumas condições: entre elas consultar as comunidades que serão afetadas pela hidrelétrica e adotar medidas para proteger os índios que vivem isolados na bacia do Xingu.

A etapa seguinte, em JN 3, (6/2011) é crucial para o entendimento do contexto político e socioambiental que começa a ser formado em torno da questão: "IBAMA emite licença para a usina de Belo Monte". Como o único entrave para o início das obras nos canteiros de Belo Monte era a licença do Ibama, órgão que regula os impactos ambientais, a sua emissão toma um caráter simbólico, que vai muito além do conceito de legalidade, pois é a partir daí que

começa uma forte movimentação social, comprovando os preceitos que relacionam as práticas sociais com as práticas discursivas, e que estão no centro do *leitmotiv* da ACD, conforme descrevemos nos capítulos teóricos. Uma dessas movimentações, notada pela TV Globo, foi o “Movimento Gota D’Água”, formado por atores da própria emissora – provavelmente um dos seus ativos sociais mais preciosos – cujo manifesto mais conhecido foi um vídeo⁵⁵ veiculado em várias mídias, em que estes se posicionavam claramente contra a construção da usina e que foi merecedor da atenção de outros veículos de imprensa como *Veja* e *Folha de S. Paulo*, pois assinalava um momento da sociedade brasileira no qual as possibilidades tecnológicas começavam a dar voz aos dissonantes do sistema, fugindo, dessa forma, ao controle da (falta de) liberdade de imprensa, dado que a imprensa é (ou deve ser) livre para fazer circular as vozes que lhe interessam.

Do ponto de vista linguístico, esse é o momento quando as práticas discursivas (fazer crer) se tornam fundamentais para mudar as práticas sociais, persuadindo a opinião pública (fazer agir), já que esta se encontra sensibilizada cognitivamente pelo agendamento ecológico midiático em sua contemporaneidade devido aos crescentes relatos de aquecimento global. Estas e outras anomalias ambientais no planeta, que frequentemente são parte dos noticiários, criaram um contexto midiático-ecológico específico, tanto quanto ocorre com outras áreas como a economia ou os esportes. Isto é: ao falar de ambiente a mídia está construindo um campo de conhecimento que vai se inscrever na Memória de Longo Prazo (MLP) para poder recorrer a ela sem ter de explicar todos os conceitos novamente na apresentação das notícias quando ativa a Memória de Curto Prazo ou Episódica (MCP).

Ocorre que existe uma base conflitiva constitutiva das relações entre ambiente e capital, resultando em uma cacofonia de discursos contraditórios como “consumo responsável”, “consumo sustentável” e outros *slogans* do jargão publicitário, como se a questão ambiental se resumisse à escolha de produtos que “não agredem o ambiente”.

Essas proposições criam uma lógica irresolvível para o enunciatário, por conter uma argumentação contraditória no seu interior, já que um dos principais pontos dos discursos ambientalistas é o menor consumo, e não um “consumo racional”. Além disso, cria a falsa premissa de que a solução dos problemas ambientais está nas escolhas do consumidor e não nas macro políticas energéticas dos governos e na poluição causada pelas indústrias e pelo agronegócio que não cabe discutir aqui. É crucial ressaltar que não existe um problema ambiental da forma que nos tem sido apresentada até então, com a separação entre causas e as

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=TWWwfl66MPs>>. Acesso: 15 out. 2013.

consequências antropocêntricas, mas sim que existe um problema socioambiental de cunho antropogênico, isto é, onde a despeito da possível inexistência de nexo causal entre a ação do homem pela emissão de gases que criam o efeito estufa, existem inúmeros outros exemplos, como o de Belo Monte, onde as denúncias precisam ser desarticuladas discursivamente via noticiários, em vez de serem levadas ao debate sistemático entre as partes conflitantes.

Em razão disso precisamos notar que há um novo vetor a compor os contextos das práticas sociais, pois a questão ambiental ganha cada vez mais relevância, e é no campo das práticas discursivas que as questões ideológicas irão se manifestar cada vez com mais força. Nesse caso Belo Monte passa a ser um ícone dessa disputa, pois engloba todos os problemas mais temidos pela mídia: perda do controle das vozes e a consequente perda do poder de ‘mediar’ essas vozes. Isto é: se as forças sociais passam ao largo das mídias e se realinham a deriva destas dialogando entre si, para que serve o discurso das grandes mídias se ninguém está ouvindo? As OG assinalam que entenderam o novo desenho social e tentam de maneira inequívoca retomar o seu feudo no Editorial quando tenta (re) definir o que é jornalismo:

Com a consolidação da Era Digital, em que o indivíduo isolado tem facilmente acesso a uma audiência potencialmente ampla para divulgar o que quer que seja, nota-se certa confusão entre o que é ou não jornalismo, quem é ou não jornalista, como se deve ou não proceder quando se tem em mente produzir informação de qualidade. A Era Digital é absolutamente bem-vinda, e, mais ainda, essa multidão de indivíduos (isolados ou mesmo em grupo) que utiliza a internet para se comunicar e se expressar livremente. Ao mesmo tempo, porém, ela obriga a que todas as empresas que se dedicam a fazer jornalismo expressem de maneira formal os princípios que seguem cotidianamente (...). O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011).

O jornalismo é, portanto, um construtor da realidade social pela designação de valores que dá a seus referentes. Do ponto de vista contextual, notamos que simultaneamente se delineiam uma forte tendência de apropriação do discurso ambiental, justamente pelas forças produtivas do capital que buscam uma legitimação, ao mesmo tempo em que há uma inédita movimentação popular, de nítida resistência ao discurso oficial tendo em seu centro, ao menos por hora, a usina de Belo Monte.

Esta mobilização se tornou um dos casos mais emblemáticos ao transformar uma hidrelétrica em problema socioambiental pela grandeza dos números que invoca, tanto de desmatamento como de valor econômico e de dinheiro público utilizado, e que, no caso de Belo Monte, é considerado por vários especialistas como um rastro de destruição, um

equivoco energético e ambiental que encontra suas justificativas no artigo do professor Bermann (2012).

É pelo reconhecimento desses problemas que a retórica das elites, que se beneficiam da sua construção, delineará suas estratégias discursivas baseadas em seleções lexicais como “compensação ambiental”, “benefícios sociais” e tantos outros, recorrendo a polarizações tópicas que serão amplamente descritas neste capítulo ou mesmo falácias argumentativas, denunciadas por van Dijk (2009). Nossa intenção é demonstrar que selecionar a análise por apenas um viés ou um par de visadas, seria por demais limitador e incompleto, dada a complexidade do problema e como é apresentado em diferentes construções discursivas.

Em 20 de agosto de 2011, data que celebra o Dia Internacional de Defesa da Amazônia, vai ao ar o JN 4, noticiando que o “Sábado é marcado por protestos pelo Brasil contra a usina de Belo Monte”, demonstrando que o problema começa a tomar proporções de repercussão internacional e que a agenda pública nacional precisa ser urgentemente redirecionada. Afinal, como diz o JN, desta notícia: “A Norte Energia S.A., consórcio responsável pela construção da usina, declarou que respeita as opiniões contrárias embora acredite que elas sejam fruto de desinformação”. Consideramos que a desinformação é uma informação que já foi dada sobre um fato/evento e que não corresponde à pretensão de verdade, o que demanda que a informação correta seja restabelecida. Não por acaso, três dias depois, em 23/8/2011, o JN inicia uma série especial de reportagens que consideramos o epicentro deste *corpus*, justamente pelo tom de abertura, em que o apresentador e editor-chefe, William Bonner, anuncia solenemente: “O Jornal Nacional começa a exibir hoje uma série de reportagens especiais sobre a usina de Belo Monte. É a maior obra em andamento no Brasil neste momento e a mais polêmica também”. Para um jornalista pode ser apenas uma série de reportagens como tantas outras, para o nosso olhar de analista crítico do discurso, essa série e todas as outras notícias que já foram veiculadas e as que virão na sequência, instala uma relação de encadeamento paradigmático/sintagmático, validando o posicionamento de Hall (2001), dado que existe um evidente esforço de persuasão da opinião pública que não pode se limitar ao escopo de uma nota aqui, outra acolá, mas necessita sim de uma permanente construção de sentidos que visa a transformar o problema de Belo Monte em uma solução; pois como bem define o JN, ao dizer que a usina ‘é a maior obra em andamento no Brasil’, esta ganha imediatamente uma ressignificação que a inscreve no campo das finanças, do valor econômico, que (in) diretamente a insere no campo social, pois a sociedade, como um todo, é (re) significada aqui como pagadora dos altos impostos do governo

brasileiro que financiará o projeto. E, ao dizer que ‘é a mais polêmica também’, faz nova referenciação no campo social, agora do ponto de vista ideológico.

O que acabamos de dizer, não é, portanto, uma pressuposição, mas sim uma dedução empírica, que produz uma leitura macro marcada dentro da sua historicidade por um sintagma: conflito. Dos vários elementos que compõem o *corpus*, o que nos marca como discurso fundador, isto é, aquele em torno do qual todos os elementos linguísticos disponíveis serão aplicados para uma transmissão de conhecimento que vise a um efeito cognitivo, o conflito é o ponto mais saliente. No entanto, é preciso ressaltar qual o nível do conflito, o que constitui esse conflito e de que modo o JN pretende arbitrar esse modelo mental que acaba de ser instaurado, já que uma das estratégias de construção da notícia mais utilizadas dentro do telejornalismo é a encenação midiática de um problema, que não está ao alcance do receptor comum. Isto é, no mundo da vida, o sujeito não encontrará provas reais do que está sendo intermediado, mesmo que ele vá ao canteiro de obras de Belo Monte, só poderá testemunhar um átimo do grande sintagma que está sendo construído e apresentado. Reiteramos, portanto, que se trata de um construto e como tal segue a determinadas estratégias linguísticas que serão assinaladas no decorrer das análises.

A partir desse ponto, é possível estabelecer que o eixo retórico do conflito produz uma polarização, envolvendo diversos atores sociais, que precisa ser sintetizado de algum modo para que os efeitos de sentido continuem vindo de uma mesma origem ideológica, unificando, assim, o discurso, pois para (2001, p. 118) esta situação necessita estar controlada:

Afirmo que a ideologia investe a linguagem de várias maneiras, em vários níveis, e que não temos de escolher entre possíveis ‘localizações’ diferentes da ideologia que parecem todas parcialmente justificadas e nenhuma das quais parece inteiramente satisfatória [...]. A questão chave é se a ideologia é uma propriedade de estruturas ou uma propriedade de eventos, e a resposta é ‘ambas’. E o problema-chave é encontrar, como já sugeri na discussão sobre o discurso, uma explicação satisfatória da dialética de estrutura e eventos.

Entendemos que uma das possibilidades para resolver esta questão reside no poder que a mídia tem de agendar as práticas discursivas pela fabricação de notícias, e desse modo tornar-se a interface entre a estrutura governamental e as massas. O resultado é uma operação sociocognitiva que vai produzir representações compartilhadas por diversos segmentos da sociedade. van Dijk (2005a, p. 118) entende que é necessário entender que as ideologias não são de domínio ou origem individual, mas sim de ordem social, institucional ou política, e que:

Por isso, a nossa distinção entre mental e social é uma distinção teórica e analítica, feita para explicar as diferentes dimensões da ideologia. [...] o que propomos mostrar de um modo preciso é a forma como os elementos da estrutura societal (tais como grupos, instituições, poder e desigualdade), assim como as práticas sociais diárias do discurso e outras formas de interação entre indivíduos enquanto membros de grupos, estão sistematicamente relacionados com as dimensões construídas socialmente das mentes desses membros.

Desse modo, o reducionismo polarizado, isto é, o controle da abrangência discursiva determinada pelos papéis arrolados aos atores sociais é o fator que possibilita enquadrar a questão dentro de uma dualidade que pode resolver a situação de modo mais simples. Temos, então, a macro leitura do *corpus* que define: 1) Há um problema de grande âmbito social que já extrapolou as fronteiras nacionais e que tem forte apelo no imaginário internacional (possivelmente mais do que no nacional) pelo fato de a questão se dar no coração da Amazônia e afetar diversas etnias indígenas. 2) Pela primeira vez no Brasil, um evento de cunho ambiental ganha massa crítica com o apoio de diversos setores da população que se utilizam das redes sociais (*self-media* de CHOULIARAKI, 2010) para fugir das limitações impostas pela mídia tradicional e das suas formações de quadros mentais, dos *framings*. 3) O resultado dessa movimentação discursiva com funções socioideológicas explícitas demanda uma intervenção comunicativa por parte do governo, no sentido de “informar” a sociedade corretamente, respondendo ao apelo da Norte Energia de que as manifestações são fruto da “desinformação”. 4) E, finalmente, em função desses fatos se estabelece a estratégia de construção discursiva principal que vai definir o uso dos atores sociais que deverão estar claramente em disputa para que o efeito polarizador seja contundente. Nessa perspectiva se torna crucial a observação dessa divisão, baseada no quadrado ideológico de van Dijk, que cria um “Nós” *versus* “Eles”. A definição de quem somos Nós e quem são Eles como atores sociais, está de acordo com as categorias propostas por van Leeuwen (2008) e apresentadas no Capítulo 2, desta pesquisa.

Se considerarmos que a ACD trabalha em torno das ideologias das elites, então uma análise dos atores sociais e de seus papéis – designados pelo JN – se torna um dos pontos de partida para a nossa análise. Isso significa que dentro de um quadro de valores positivos x negativos que serão atribuídos aos atores sociais, e conseqüentemente às suas ações, conformando dessa maneira a relação entre o ator e o seu papel a ser interpretado, é necessário dar-lhes atributos dentro de modelos mentais e estruturas contextuais que validem/condenem as escolhas feitas por tais atores, via seleção lexical. Consideramos a relação Nós *vs* Eles um valor dentro das estruturas macro sociais, em que as OG, o governo, as leis e as forças econômicas que financiam Belo Monte fazem parte de um mesmo todo e

serão analisadas a partir desse viés, o que já descarta qualquer tentativa das OG de se proclamarem isentas, como consta no Editorial:

As Organizações Globo serão sempre independentes, apartidárias, laicas e praticarão um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não serão, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderão intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre-iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza. (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011).

Em função dessas premissas que são o referencial das OG e cujos valores elas se comprometem a seguir, foi que decidimos incluir a Carta dos Direitos Humanos, fazer toda uma explanação a respeito da democracia e – sobretudo – lançar um olhar crítico para a questão da “preservação da natureza”. No total olharemos para este Editorial como sendo o *ethos* das OG, isto é: o conjunto de valores sociais, hábitos e ações que buscam o bem comum (democrático) de uma sociedade, além de retomar o conceito dos gregos antigos que definiam *ethos* como a morada do homem, a natureza, estabelecendo de forma inquebrantável uma relação entre ética e o comportamento do homem com a natureza, com o respeito à sua própria casa, que é um dos princípios da Ecolinguística.

A importância da topicalidade se dá em função de que a compreensão do discurso será inferida a partir dos sentidos aí expressos, como “senso comum”.

Finalmente gostaríamos de acrescentar que as notícias que não foram analisadas de maneira sistemática são igualmente importantes na formação de sentidos, considerando que formam a historicidade desta narrativa contínua, por conseguinte recomendamos a leitura do *corpus* como um processo de construção de sentidos onde cada notícia contribui com sua força retórica de reiteração ideológica.

4.3 Análises das Notícias: (Os aspectos semânticos da macro-estrutura e a sequência tópica das narrativas)

JN 1

Data: 20/04/2010

Tempo: 02': 50

Título: “Usina de Belo Monte divide opiniões entre especialistas do setor elétrico”

A notícia inicial desta sequência de análises de leitura crítica marca a retomada da cobertura da mídia sobre a construção da usina de Belo Monte, por diversas razões sociopolíticas e econômicas e, portanto, com distintas leituras possíveis a partir de sua polifonia e historicidade.

Atores sociais a favor: Governo e seus agentes (representantes atacados, BNDES, empreiteiras – sem voz). Procurador Geral da União, Luis Inácio Adams, professor Ivan Camargo ambos com voz).

Ator sociais contra: Índios, consultor (sem voz) professor Francisco Hernandez (com voz).

Polarização Nós vs Eles: o eixo retórico se dá em torno do estabelecimento de valores entre “ganhos na geração de eletricidade x perdas ambientais”, mediados por “custo financeiro da obra vs preço pago pela sociedade em impostos e perda ambiental”.

Nossa primeira notícia JN 1 “Usina de Belo Monte divide opiniões entre especialistas do setor elétrico” (abril de 2010) é uma retomada do processo de noticiar Belo Monte, como demonstra o início do parágrafo em L1 – 2. “Apesar de estar em discussão há tanto tempo, a construção da Usina de Belo Monte ainda divide as opiniões de especialistas do setor elétrico”.

A escolha de “apesar” para o início do enunciado configura uma demarcação de tempo e tem conotação negativa de (tanto) tempo (perdido) que se reforça em seguida, pois ela “ainda” (sem resolução) divide opiniões de especialistas do setor elétrico.

Aqui mesmo é preciso assinalar que, embora aponte a discussão para um setor específico e bem delimitado, o elétrico – que o JN se apresenta para intermediar – o enunciado deixa entrever uma abrangência muito mais ampla em outros setores da sociedade, já que esta encenação midiática está sendo montada para uma audiência que se espalha por todo o Brasil. Nessa audiência encontram-se partes interessadas e com poder decisório sobre a

obra, e partes interessadas (conscientemente ou não) sem poder direto de decisão, a chamada opinião pública, que em última instância precisa ser convencida para dirimir focos de resistência que se articulam desde o início das discussões.

O parágrafo inicial deve ser considerado o campo em que se estabelece a macroproposição, a apresentação do problema, que designará o sistema de referências baseado no conhecimento sociocultural da audiência. Essa macroproposição define, portanto, a topicalidade: de que fala esta notícia? A sequência narrativa deriva dessa introdução e tem um encadeamento lógico na descrição técnica do problema de L2 – 10 cujo linguajar inescrutável para a maioria da audiência, excluindo-se o segmento que tem relação com o setor elétrico, consideramos uma maneira de reduzir as inferências sobre juízo de valor. Se não é possível deduzir se o que está implicitado é bom ou ruim, reduzem-se as implicaturas relevantes, o que nos força, como desconhecedores dos valores que regem o mundo dos valores elétrico (megawatts), ambiental e hidrológico (inundar, reservatório, diminuir vazão) a acreditar na palavra de especialistas. No entanto, a última frase, sempre a mais importante no fechamento lógico, “suficiente para abastecer 22 milhões de residências”, recoloca-nos dentro de uma escala de valores positiva.

O projeto de Belo Monte prevê a construção da hidrelétrica em um dos rios mais importantes da bacia amazônica, o Xingu, em Altamira, no Pará. Quando ficar pronta, será a terceira maior usina hidrelétrica do mundo. A obra vai inundar uma área de 500 quilômetros quadrados para formar o reservatório. Parte do curso do rio terá que ser desviada por dois canais. Isso vai diminuir a vazão no trecho conhecido como Volta Grande. A usina teria capacidade máxima de gerar 11 mil megawatts no período de cheia. Na média, a geração seria de 4,5 mil megawatts. O suficiente para abastecer 22 milhões de residências por ano.

O trecho busca estabelecer diversos valores de grandeza, como justificativa para a reportagem: ‘um dos rios mais importantes da bacia amazônica’ (por si só um valor de grandeza, considerando-se a grande extensão de seus rios e que nos faz acionar à Memória de Longo Prazo); ‘terceira maior hidrelétrica do mundo’, ‘inundar uma área de 500 quilômetros quadrados (na licitação constam 668 km²⁵⁶)’, ‘diminuir a vazão’, ‘capacidade de gerar 11 mil megawatts no período da cheia’, ‘na média a geração seria de 4,5 mil megawatts’, ‘suficiente para abastecer 22 milhões’ de residências por ano’. Acrescentamos ainda um valor omitido que é o da grandeza do ‘trecho conhecido como Volta Grande’ que é de 100 km.

A estruturação narrativa opera interpolando dados negativos e positivos, buscando nessa alternância atenuar o problema, quando o que nos ocorre é que por estabelecer uma

⁵⁶ Fonte: Artigo de Bermann (2012).

situação discursiva opositiva o JN cria espaço para ele mesmo arbitrar um consenso sobre o que é o certo a fazer, utilizando-se da distribuição de papéis. Assim, qualifica os seguintes elementos: ‘Rios mais importantes’(dado positivo) que ‘terá vazão reduzida’ (dado positivo anterior anulado pela redução) em função de inundação, mas vai gerar 11 mil megawatts⁵⁷ na cheia (dado que funciona como elemento de compensação) na média seria de 4,5 mil megawatts. O problema que se esconde aqui está na ligação lógica entre os 11 mil e os 4,5 mil megawatts, devido ao regime de cheias e secas do rio Xingu. Como se sabe, o regime pluvial não só é variável, mas também está se tornando cada vez mais instável com as mudanças climáticas.

O valor real de energia que será gerada é discutido por Bermann dentro do relatório denominado Painel dos Especialistas⁵⁸:

Enquanto o Governo utilizou o modelo MSUI (Modelo de Simulação de Centrais Isoladas), considerando a interconexão da usina ao Sistema Interligado Nacional, um grupo de pesquisadores da UNICAMP, coordenado pelo Prof. Secundino Soares Filho, com a participação de Marcelo Augusto Cicogna, utilizou o modelo Hydro Sim LP para chegar ao cálculo de 1.172 MW de energia firme, considerando a usina isolada e não interconectada ao sistema nacional. Esta diferença pode ser explicada por tratar-se de um cálculo que se baseia nos valores das vazões médias naturais mínimas verificadas no mês de outubro, em todos os anos a partir de 1931.

Outro valor a ser contestado são os “22 milhões de residências” que vão obter essa energia na cheia. É de se supor que, ao atingir a ‘energia firme’ de 1,172 mil megawatts (durante a seca), haverá um problema de fornecimento. A questão se alarga quando Bermann denuncia que esta energia não está destinada ao uso residencial, mas sim às indústrias que, no jargão eletrotécnico, são denominadas eletrointensivas como: alumínio, cimento, ferro-gusa, celulose e outras.

Desse modo a mitigação do problema opera como um agente linguístico que busca atenuar problemas técnicos conhecidos, e que um jornalismo crítico deveria apresentá-lo como parte integral da equação das estratégias de convencimento. Trata-se, portanto de uma manipulação de números.

No trecho seguinte analisado, de L 10 – 21 entram em cena os atores sociais, ou seja: a reportagem sai do campo da justificativa para a construção da usina por meio do uso de números técnicos e de supostos 22 milhões de residências beneficiadas e passa a operar na construção social da realidade para o projeto, que por meio dos referentes vão (in) validar os

⁵⁷ Trabalhar com números técnicos em texto televisivo é sempre problemático por definição, pois o espectador, em sua maioria, não consegue quantificar o dado por estar fora de sua esfera de conhecimento.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2010/noticias/belo-monte-os-problemas-do-projeto-e-a-atuacao-do-mpf>.

argumentos. Em outras palavras: uma vez apresentados os argumentos positivos – mas conflitantes, que estão resumidos na primeira sentença do trecho colocado abaixo que trata dos índios – é preciso construir um discurso fora da esfera de influência deles, isto é, levando a palavra à técnicos brancos e urbanos, desse modo, não só perfazendo a exclusão da voz e dos argumentos dos índios, como justificando essa exclusão pela agressividade que já demonstraram em outras ocasiões.

Os índios não querem a usina. Por duas vezes atacaram representantes do governo que explicavam o projeto. Especialistas também divergem sobre o custo do impacto ambiental. Para este engenheiro, o impacto será reduzido porque a área alagada será bem menor que o previsto no projeto original. “É um custo ambiental pesado, no entanto a quantidade de energia que ela pode produzir vai trazer um benefício pra população maior do que esse custo ambiental que estamos pagando fazendo essa construção”, diz o professor de engenharia da UNB, Ivan Camargo. Já este pesquisador acha que o impacto ambiental será desastroso. “A biodiversidade da volta grande do Xingu estaria comprometida. Teremos terras indígenas ameaçadas. Porque não terão água, não terão segurança hídrica necessária para manter seus modos de vida”, comenta o pesquisador do instituto de eletrotécnica e energia da USP, Francisco Hernandez.

Os atores sociais aqui identificados foram classificados também por seu posicionamento a respeito da usina: os índios (contra), governo (a favor), especialistas (argumentos de autoridade) divididos entre engenheiro da UnB, professor Ivan Camargo (a favor) e pesquisador da USP, professor Francisco Fernandez (contra).

O primeiro ponto a ser ressaltado é o de que os índios, atingidos diretamente em seu território, cultura, modo de vida etc., não têm direito a qualquer pronunciamento. O que, em tese, seria uma notícia polifônica, com várias opiniões em jogo, passa a ser um discurso de discussão técnica branca *versus* índios que nada têm a dizer.

A disputa técnica dos brancos fica restrita aos ‘especialistas’ em eletricidade, do mundo urbano, que disputam o custo ambiental, embora a macroproposição da matéria se insira nos domínios da Eletrotécnica. No nosso entender, problemas e questões ambientais deveriam/poderiam apresentar a visão de biólogos ou de cientistas dentro de uma categoria que pudesse justificar/explicar/argumentar como é que se calcula e quantifica um ‘custo ambiental’ como diz o professor Ivan Camargo da UnB: “É um custo ambiental pesado, no entanto a quantidade de energia que ela pode produzir vai trazer um benefício pra população maior do que esse custo ambiental que estamos pagando fazendo essa construção”. Não nos é possível inferir como o professor Ivan Camargo chegou a essa conclusão de que o ‘custo ambiental pesado’ vale a pena em função da contrapartida da energia gerada.

É preciso notar que a estruturação narrativa, por operar somente dentro de um *framing* de oposição, que podemos sintetizar como natureza *versus* progresso, força-nos a olhar para a

questão de um modo inevitável, um viés único, nos oferece toda uma argumentação que nos predispõe a posição a tomar uma posição em detrimento de outra. Nossa cultura tem, entre outros atributos, uma tendência à dualidade, à escolha, ao julgamento do certo e do errado. Ao delimitar a discussão sob o ponto de vista técnico, o JN esconde o fator mais importante da relação entre os índios e o rio Xingu, que é o da sacralidade. Como o sagrado na cultura ocidental está em uma posição hierárquica que demanda respeito seja qual for a crença, relacionar o protesto indígena, que tem um alto grau de indignação pela banalização de sua cultura, à destruição de seu bem mais sagrado seria reforçar o posicionamento discursivo deles, que teria de ser justificado dentro do quadro ideológico que envolve o sagrado. Essa operação seria bastante difícil, pois teria de convencer a população branca de que o sagrado indígena tem menor valor, o que seria, no mínimo, discutível. O sagrado remete aos conceitos de Lacan e seus referentes-mestres como sendo áreas intocáveis dentro dos valores humanos. Levar a questão da polêmica para a área técnica constitui-se em uma mitigação do problema da dessacralização do rio, que é, ao fim e ao cabo, o motivo dos protestos. Afinal, a notícia, não se pode esquecer, é feita para Nós, com dados esquematizados por Eles. Para romper essa dualidade artificialmente imposta, seria possível trazer a opinião de um terceiro especialista em energia elétrica – já que a opção do JN foi a de deixar toda a argumentação por conta de especialistas dessa área – para que ele pudesse apresentar uma alternativa. É o que fazemos ao trazer para a discussão os argumentos do professor Ildo Sauer (2013), em entrevista à revista Carta Capital.

Carta Capital: Com base em quais premissas o senhor afirma que o Brasil atingiria a suficiência energética se investisse basicamente em hidrelétricas e na energia eólica?

Ildo Sauer: Tanto no mundo quanto no Brasil não há falta de fontes de energia. Por ano, chega à Terra, do Sol, uma quantidade imensa, substancialmente refletida para o Universo. Apenas uma fração dessa energia movimenta o ciclo hidrológico, impulsiona o ciclo eólico e alimenta a fotossíntese sob a forma de bioenergia nos continentes e nos oceanos. Qualquer dessas frações é maior do que o consumo total de energia, no Brasil e no mundo. Existem ainda os estoques de petróleo, gás natural, carvão, urânio e tório, além das energias geotérmica e gravitacional. A grande questão está relacionada à disponibilidade de tecnologia para propiciar o aproveitamento pelo sistema social e econômico e dentro das condições hegemônicas de produção. No sistema capitalista são viáveis apenas os processos que, por utilizarem em menor intensidade o capital e o trabalho, permitem a geração de maior excedente econômico, atendidas as regulações vigentes. As condições concretas, com o avanço histórico da capacidade produtiva, são alteradas permanentemente.

CC: E elas mudaram?

IS: Nos últimos anos, a opção eólica veio se juntar à opção hidráulica como alternativa viável técnica, econômica, social e ambientalmente para a produção de eletricidade no Brasil. [...] Hoje, dispomos de um potencial perto de 250 mil megawatts de capacidade hidráulica e cerca de 300 mil de potencial eólico, para torres com mais de 100 metros de altura, padrão tecnológico atual. [...] Em 2001, ano do primeiro atlas eólico nacional, o potencial era de 143 mil megawatts para torres de 50 metros, padrão de então. Se, por

hipótese, todo o potencial hidráulico e eólico já conhecido fosse desenvolvido, permitiria a produção de mais de 2,2 trilhões de quilowatts por ano.

O que queremos demonstrar com a inclusão dessa informação é que existem alternativas tecnicamente viáveis para a produção de energia no Brasil, mas que – como explica o professor Sauer (argumentos corroborados pelo professor Bermann, 2013) –, não interessam ao sistema capitalista que somente financia o que lhe dá um máximo retorno de capital, não havendo, portanto, nenhuma preocupação ambiental. Nesse caso, ao enquadrar a notícia delimitada apenas dentro dessas possibilidades e dar voz aos especialistas técnicos, e tão somente sob esse foco, o que o JN faz é emitir a sua própria voz e opinião terceirizando os argumentos de autoridade, dando a impressão de que promoveu um debate, quando o que foi efetivado, do ponto de vista discursivo foi uma criteriosa estruturação retórica, ancorada na seleção lexical/argumentativa de ampla limitação ideológica destinada a fazer crer (Nós) que o âmbito da discussão é amplo, quando na verdade já está delimitado na sua origem, constituindo-se linguisticamente em uma falácia argumentativa, pois apresenta uma falsa analogia ao delimitar o campo da discussão.

A esse respeito, podemos lembrar Halliday (2001), autor que faz menção sobre como as propriedades gramaticais estão sendo apropriadas de modo conspiratório para construir uma realidade de uma forma que já não é mais benéfica para nós como espécie. Stibbe (2013, p. 3) complementa o raciocínio, ao levar para o campo econômico a questão da instrumentalização do discurso ambiental pelas forças destrutivas (apresentadas como produtivas), que Halliday havia preconizado.

Para alguns, a Ecolinguística é apenas a análise de textos que coincidem em ser sobre o ambiente [...] Todavia, é da maior importância para os Estudos Críticos do Discurso a pesquisa que trata, literalmente, a ecologia, como as interações de organismos (incluindo humanos) que são mantenedores da vida com outros organismos e o ambiente natural. Os objetos de análise são, então, discursos que têm um impacto no modo como os humanos se tratam uns aos outros, outros organismos e o ambiente físico. Isso vai incluir discursos tais como aqueles da conservação, que são especificamente sobre o ambiente ou a ecologia, mas também discursos tais como o discurso econômico neoclássico que, precisamente pela sua omissão de considerações ecológicas pode encorajar pessoas a se comportarem de modos que são ecologicamente destrutivos.

Desse modo, voltando à notícia, a estratégia argumentativa escolhida é a de limitar o âmbito da questão de maneira artificial, ao não apresentar outras vozes, dando a impressão de que o problema terá de ser resolvido dentro da polarização do *topos* ‘custo ambiental’ *versus* *topos* ‘benefício pra população’. Cabe destacar que essa tem sido uma das estratégias mais utilizadas quando se trata de abordar qualquer problema de cunho ambiental que encontre

resistência por parte da sociedade. A polarização encoraja um posicionamento do telespectador que se sente impelido a optar pelo que está sendo designado como a melhor opção, ou do inevitável, face ao senso comum do progresso em oposição ao atraso, por exemplo.

O próximo segmento a ser analisado, L 21 – 28 enquadra-se no que van Dijk (2009) chama de ‘jogo de números’. Em uma sociedade capitalista, a grandeza dos números pode ser apresentada como um ponto de construção do referente, já que o valor financeiro exerce forte apelo no imaginário. No nosso entendimento jornalístico/linguístico, o que existe a seguir é um jogo de poder entre o JN e o governo, cujo diálogo está restrito a essas duas instâncias. O JN já não se dirige apenas a Nós, mas, sobretudo ao governo, que na verdade é literalmente interpelado do ponto de vista de justiça social pelo custo barato do dinheiro público e outras facilidades concedidas, o que significa uma tomada de posição ideológica na busca pelo poder. Em suma, o JN está sinalizando que a opinião pública pode-se voltar contra a construção da usina, bastando para isso fazer um agravamento do discurso sob a perspectiva do desperdício, do favorecimento aos grandes empreiteiros em detrimento da população.

O governo estima que a usina tenha um custo de R\$ 19 bilhões. O cálculo do setor privado é de R\$ 30 bilhões. Para atrair investidores ao projeto de Belo Monte, o governo ofereceu benefícios fiscais e de crédito ao consórcio vencedor. Isso também gerou controvérsia sobre a obra. Os investidores poderão obter financiamento junto ao BNDES, que poderá bancar até R\$ 13,5 bilhões da obra. Por um sistema que cobra juros decrescentes e com um prazo de financiamento de 30 anos. A usina também terá desconto de 75% no imposto de renda por 10 anos. Para este consultor de energia, um preço alto demais pago pelo contribuinte.

A primeira linha já estabelece uma oposição entre custos calculados pelo governo e pelo setor privado. A diferença de R\$ 11 bilhões, considerável em qualquer circunstância, representa um acréscimo da ordem de 50%, o que sinaliza para mais uma obra subfaturada no início e que depois poderá sofrer repetidos aumentos. A evidência de que o JN está dialogando com o governo, e não está interessado em aprofundar a investigação ou a justificativa de onde veio a diferença de custo, é que abandona essa questão e apresenta um novo fator agravante, pois “o governo ofereceu benefícios fiscais e de crédito ao consórcio vencedor. Isso também gerou controvérsia sobre a obra”. A estratégia do contraste – benefícios para empreiteiras que não se estendem à população – fica evidenciada na falta de controle do custo real e se agrava em ‘financiamento do BNDES de até R\$ 13,5 bilhões’, ‘juros decrescentes’, ‘prazo de 30 anos’, ‘desconto de 75% no imposto de renda por 10 anos’. Nenhuma dessas benesses existe no mundo do financiamento para a população. Muito ao contrário, os juros sempre crescem, o imposto de renda é sempre cobrado na fonte e o

BNDES, é, afinal, dinheiro público, mas ao qual só certas elites financeiras têm acesso. Em relação à última linha ‘para este consultor de energia um preço alto demais pago pelo contribuinte’, nosso questionamento do ponto de vista jornalístico é se o JN não deveria ter utilizado um consultor financeiro que mostrasse o que realmente poderá acontecer, e que está nas entrelinhas, que é uma forte perda de dinheiro público, com um custo que pode ser calculado.

Para validar a nossa tese de que o JN está dialogando com o governo, e que a reportagem não busca denunciar uma possível malversação do dinheiro público para beneficiar certos grupos, mas sim estabelecer um jogo de poder, a reportagem faz o encerramento com um argumento de autoridade do próprio governo. Do ponto de vista argumentativo dentro de uma estrutura noticiosa, a última palavra é sempre a que busca fazer o fechamento lógico das argumentações que foram sendo abertas ao longo da notícia.

O estado participa como agente financiador de vários projetos nacionais, de vários investimentos públicos e privados, via BDS (sic), via bancos públicos. E isso é um elemento importante pro (sic) crescimento do país. Então eu não vejo qualquer participação do estado ou dos seus agentes nesse processo como algo negativo ou algo que deva ser considerado indevido,” diz o advogado geral da União, Luiz Inácio Adams.

O argumento de autoridade busca legitimar o processo de financiamento da usina, utilizando a voz de um advogado que se utiliza de uma retórica bastante específica ao empregar a generalização, para configurar uma prática financeira recorrente no país: ‘o estado participa como agente financiador de vários projetos nacionais, de vários investimentos públicos e privados via BDS (sic), via bancos públicos’, justificando (razão econômica) que ‘isso é um elemento importante pro (sic) crescimento do país’; desse modo, concluindo que ‘eu não vejo qualquer participação do estado ou dos seus agentes nesse processo como algo negativo ou algo que deva ser considerado indevido’.

Ao revermos o texto completo, nossa leitura indica que a questão ambiental foi apresentada apenas como um pretexto para se desenvolver uma polêmica, pois foi abandonada sem qualquer conclusão. O eixo retórico/argumentativo faz um desvio para a questão da legalidade do financiamento da obra, o único ponto discursivo que apresenta um argumento conclusivo e que permite o encerramento da notícia, fazendo uma marcação ideológica evidente de que tudo está dentro da legalidade, pois quem o diz é o advogado geral da União. Ocorre que o jornalismo investigativo e a ACD não se contentam com explicações que operem dentro de uma lógica pré-determinada pelas elites, nesse caso, o JN e o governo.

Uma investigação um pouco mais extensa nos leva novamente a Bermann (2012, p.13-14) que revela em detalhes a complexa arquitetura financeira que está por detrás desta aparente ‘legalidade’, mostrando que a instrumentalização do dinheiro público está muito além do financiamento de obras que beneficiem a população. Por falta de espaço aqui, sugerimos a leitura das páginas referidas, ressaltando que a argumentação apresentada se sustenta pelo fato de o professor Bermann ter feito parte tanto dos governos Lula como de Dilma Rousseff na área da questão energética. Para ele o que move a construção de Belo Monte tem profundas raízes no contexto das obras do PAC, uma das plataformas do governo Lula para eleger a sua então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff à presidência em 2008, denominando-a ‘a mãe do PAC’. Ele explica desse modo a ‘naturalidade’ com que o BNDES financiará os R\$ 13,5 bilhões a custos financeiros (e consequentemente sociais) que operam em prejuízo da população brasileira que, devido à manipulação discursiva, é levada a crer que será beneficiada.

Essa manobra pode ser facilmente explicada. Esse é um valor que vai ser apropriado por este grupo de empresas em um curto espaço de tempo, uma vez que o cronograma das obras civis do projeto não é superior a cinco anos. Daí se deduz que o objetivo da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte não se limita à geração de energia. Trata-se compensar as empresas que, não por mera coincidência, foram, junto com os bancos, os principais contribuintes para o fundo de campanha da então candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff.

Para compreender o jogo financeiro que envolve a construção desta megaobra, é necessário lembrar que o custo do projeto passou dos iniciais R\$ 4,5 bilhões em 2005, quando o projeto foi retomado pelo governo brasileiro, a R\$ 19 bilhões, custo estabelecido por ocasião do leilão, e que recentemente foi submetido a uma revisão levando em conta a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA- índice oficial do governo federal para medir a inflação), que definiu o montante total de R\$ 28 bilhões, muito embora as empresas envolvidas com as obras de construção e as empresas fabricantes de equipamentos (turbinas e geradores) estimem um custo mínimo de R\$ 30 bilhões, podendo chegar a R\$ 32 bilhões. (BERMANN, 2012, p.9-10).

Nossa conclusão, neste ponto da análise da notícia em tela, é que há um forte contexto político-econômico, que é de domínio exclusivo das elites, governo e forças do capital, que estão efetuando uma consolidação de poder, por meio da transferência de dinheiro público para a esfera privada, ‘legalizada’ pela construção de Belo Monte, que de acordo com os professores Ildo Sauer e Célio Bermann não se justificam na relação primordial custo/benefício. O processo que busca a legitimação da obra por parte do governo – que de forma alguma é apresentado pelo JN embora as informações estejam disponíveis, mesmo considerando que a reportagem foi ao ar antes do artigo de Bermann – passa por diversas estratégias discursivas, cujo foco financeiro é desviado narrativamente para o foco ambiental, que, no entanto, não é analisado por especialistas. Ao trabalhar em diversas frentes

ideológico-cognitivas conflitantes, natureza *versus* progresso, custo (perda) ambiental vs ganhos energéticos, o JN apresenta o problema de Belo Monte como sendo uma disputa de técnicos da área elétrica sob uma perspectiva ambiental. Ocorre que o *leitmotiv* da notícia é o problema socioambiental caracterizado pelos índios que terão de ser removidos da área, já que todo o seu ecossistema será destruído, e a partir do qual se pode formar todo um discurso de resistência que poderá ganhar (e vai) simpatizantes no mundo branco, que esse sim tem poder de acesso à mídia. A evidência que aos índios lhes é atribuída somente a característica de violentos e, implicitamente de ignorantes, pois não conseguiram entender os motivos da obra em seu território, conforme a reportagem: “os índios não querem a usina. Por duas vezes atacaram representantes do governo que explicavam o projeto”.

Ao se apresentar como o centro criador e distribuidor de sentidos, pelo poder que tem de colocar em evidência ou apagar vozes, de sistematicamente trabalhar na omissão de certos dados enquanto dá ênfase a outros, ao praticar o apagamento da voz indígena, ao ignorar o custo socioambiental irreversível, o JN consegue impregnar seus valores ideológicos naturalizados nas notícias, tornando-as, então, não o relato de um fato, mas sim recriando uma realidade que, por sua interação cognitiva com a sociedade, terá valor de verdade. A correlação entre Discurso, Cognição e Sociedade só é passível de ser alterada em igual proporção pelos poderes que têm acesso à mídia de massa. Caso tivessem voz no JN os indígenas, ambientalistas, biólogos ou mesmo os economistas que leram o relatório de Sir Nicolas Stern (explicado no Capítulo 3) e têm pleno conhecimento de que o preço em valor econômico da destruição ambiental geraria um cenário de caos e incerteza climática para não mencionar o custo cultural, o social, o biológico, nós teríamos então uma discussão realmente democrática que considera todas as vozes. Desse modo, o que temos como resultado ideológico é apenas uma intermediação, com propósitos escusos, pois não faz crítica nem ao modelo energético, nem ao financiamento, e cujo propósito é deslegitimar os índios – que são os principais atores sociais, já que são os que vão sofrer as consequências de modo mais direto – e que, apesar de incluídos, se encontram na subcategoria apresentada por van Leeuwen (2008) de Impersonalização por não poderem sequer apresentar suas posição ao mesmo tempo em que são Personalizados de maneira negativa pelo modo como trataram os representantes do governo. Por fim, deixa, à margem da discussão de maneira irrefutável, a opinião pública brasileira, pela sua Exclusão, pois se limita a circunscrever as vozes de resistência a instâncias isoladas, ignorando os diversos movimentos sociais que têm se posicionado contra a usina.

JN 2

Data: 08/02/2011

Tempo: 03':01"

Título: “Índios protestam em Brasília contra usina de Belo Monte”

Consideramos que a análise da construção desta notícia deve se iniciar pelo último enunciado, que, afinal, é aonde o enunciador quer chegar, pois é lá que está constituído o objetivo macro da encenação noticiosa. O sentido local reside na emissão da licença do Ibama para a construção do canteiro de obras, não da usina propriamente dita, e que é objeto de disputa entre os poderes do próprio governo, nomeadamente o MPF do Pará, que quer a suspensão da licença, em função de diversas irregularidades nos estudos não mencionadas na notícia, e todos os outros ministérios e departamentos envolvidos.

Nosso objetivo na análise dessa notícia é demonstrar que a arquitetura do enunciado televisivo nem sempre decorre de forma linear, onde, a partir de uma macro-estrutura temos a topicalização e depois as macroproposições que organizam o texto, com a inclusão dos atores sociais que darão seu testemunho para validar/contestar os argumentos com valores semânticos que representam o grande eixo organizador valendo-se dos atributos da coesão e da coerência internas do discurso. Ao fazermos uma análise dentro de uma visada lógico-semântica, é possível evidenciar certas falácias que rompem com a coerência interna do texto, incorrendo na falta de coesão que permite emitir juízo equivocado com valor de verdade. Partimos das considerações de van Dijk (2005b) para a necessidade de se fazer uma ACD que inclua a abordagem sob diversos aspectos epistemológicos, constitutivos dos problemas complexos do ‘mundo-real’ e que considere as variáveis histórica, cultural, socioeconômica, filosófica, lógica, dependendo da abrangência da análise.

Nesse caso a primeira questão que se interpõe é: onde se dá a gênese da notícia? A partir dos mecanismos editoriais internos de uma redação que ordena a produção de um texto, qual a abordagem do profissional diante do material noticioso que ele precisa produzir? A primeira reação é a de procurar dar sequência ideológica ao que já foi dito sobre a questão para manter a coerência discursiva sob a ótica da historicidade. Depois, saber o que o editor-chefe “quer” daquela notícia. Como centro articulador de poder, a TV tem a capacidade de criar sentidos instantâneos, dada a comunicação em tempo real.

Se nos colocarmos na posição do jornalista, veremos que temos um problema para ser mediado, e que precisa ser noticiado, pois há uma disputa dentro dos altos escalões do

governo com poderes suficientes para suspender uma obra de R\$ 25 bilhões, e que tem forte representatividade no cenário político-econômico, além de sinalizar do ponto de vista simbólico que o governo pode ser derrotado por movimentos sociais organizados dentro da lei.

Para não colocar argumentos de partes conflitantes dentro de uma mesma esfera de poder em confronto direto, que isso é um anátema dentro do jornalismo, o recurso é traçar uma estratégia de estruturação narrativa cujo objetivo principal – e que está plenamente ao nosso alcance pela edição do vídeo e das falas – separar as partes conflitantes e pela ordenação dos segmentos que precisam ser noticiados, criar uma nova construção discursiva que não derive diretamente da macroproposição que, aparentemente, organiza a reportagem. Desse modo, criamos uma estratégia diversionista, onde o foco da notícia é desviado pelos recursos da edição, eliminando a tensão entre os setores oficiais, mas que poder ser evidenciado pela análise, posto que deixa marcas discursivas evidentes.

Vejamos o enunciado que fecha a notícia, para iniciar essa desconstrução do texto linear. De L 34 – 39, sendo que o grifo é nosso.

Cristina Serra: A licença definitiva para a construção da usina ainda está em análise pelos técnicos do IBAMA, mas o **IBAMA já concedeu a licença para a construção do canteiro de obras e dos alojamentos, o passo inicial do projeto, por isso o Ministério Público Federal no Pará entrou com uma ação na justiça, pedindo a suspensão imediata da licença.** O juiz Ronaldo Destêrro da Justiça Federal está ouvindo as partes envolvidas e não há um prazo definido para a decisão dele.

O fato desse enunciado se constituir no encerramento da notícia, não significa que essa sequência narrativa seja “natural” que é o que vai transparecer para o telespectador, pois em tese, ela não tem correlação com a macroproposição, nem com os atores sociais, os índios referenciados no início da reportagem, que foram a Brasília pedir que a usina não seja construída. Estabelecendo uma relação causal, a partir de um “desmonte” to texto, e que exige uma investigação jornalística não explícita linguisticamente, podemos fazer a correlação entre a ação do MPF pedindo a paralisação das obras em função das irregularidades encontradas nos relatórios dos impactos socioambientais do Ibama, e que afetam diretamente aos índios, entre outros grupos sociais, que permitiram emitir a licença para construir o canteiro de obras.

O problema mais evidente dentro desse enunciado se encontra no trecho por nós grifado. Nele, a repórter tenta fazer uma relação de nexos causal entre o Ibama ter emitido a licença para o canteiro de obras e que **por isso** o MPF entrou com a ação. Parece-nos evidente a falta de coerência interna do texto pela ruptura lógica que existe em tentar explicar a ação do

MPF como consequência da ação do Ibama, quando tal relação é inexistente, pois o MPF precisa apresentar o que se denomina em direito de “causa de pedir”, em suma: qual a razão que justifica tal intervenção legal. Ao fazer essa ruptura lógico-semântica-argumentativa, o JN cria uma elipse, ou na definição de Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 181), “um branco no enunciado” que precisa ser preenchido pela reconstrução do que seria a sequência informativa completa que restituiria a coerência e a coesão do texto.

A resposta se encontra no site do MPF-Pará⁵⁹, e da qual extraímos apenas algumas informações que julgamos mais relevantes para perfazer o que ficou de fora no enunciado, e cujo item de maior importância e crucial para o entendimento da notícia, isto é, do pedido de suspensão da licença, é que não existe licença parcial para a construção do canteiro de obras, como observaremos ao questionarmos a lógica dessa decisão. Afirma o MPF que licença provisória não está prevista na lei. Esta informação está disponível nas páginas do MPF, com todo o teor de todas as ações, fato confirmado por nós com o procurador Felício Pontes Jr. que nos enviou o link⁶⁰ com a chamada “Tabela de acompanhamento atualizada”, onde constam a situação de todos os processos que envolvem Belo Monte.

A nota é o resultado do julgamento e apresenta de modo mais explícito as razões do conflito entre o Ibama e o MPF.

A Justiça Federal no Pará determinou hoje, 25 de fevereiro, a suspensão imediata da licença de instalação parcial que permitia o início das obras do canteiro da usina hidrelétrica hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). A decisão impede também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de transferir recursos financeiros à Norte Energia S.A.

O juiz Ronaldo Destêrro, da 9ª Vara da Justiça Federal em Belém, considerou que as condicionantes necessárias segundo o próprio Ibama para o início das obras não foram cumpridas. “Em lugar de o órgão ambiental conduzir o procedimento, acaba por ser a Nesa que, à vista dos seus interesses, suas necessidades e seu cronograma, tem imposto ao Ibama o modo de condução do licenciamento de Belo Monte”, diz o juiz na decisão.

“Em todas as etapas do licenciamento o governo federal vem desrespeitando a Constituição e as leis ambientais, com o auxílio do Ibama, que deixou de ser um órgão técnico e agora cede a pressões políticas”, denuncia Felício Pontes Jr., um dos procuradores da República autores da ação. “À medida que o tempo passa, mais estudos demonstram que essa obra não se sustenta nem mesmo do ponto de vista econômico. Seria a obra mais cara do país para pouca energia”, diz Pontes Jr.

⁵⁹http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/justica-suspende-licenca-parcial-para-hidreletrica-de-belo-monte-1/?searchterm=%22belo%20monte%22. Acesso em: 21 out. 2013. O site tem uma relação completa de todos os acontecimentos relativos a Belo Monte envolvendo o MPF. Encontramos mais de 270 entradas.

⁶⁰ http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/arquivos/Tabela_de_acompanhamento_atualizada_23-10-13.pdf

Ao darmos voz a ao procurador Felício Pontes Jr, buscamos um efeito de isonomia que foi desequilibrado pelo JN pela omissão de seus argumentos e denúncias da instrumentalização política pelo Ibama. A supressão de fatos cruciais relativos à notícia, isto é, inerentes ao núcleo da informação, pois são constitutivas entres si, causa e consequência de modo inequívoco, configura-se como manipulação dos fatos visando à desinformação, à criação de uma realidade que não existe, pois o texto que a sustenta não tem nem coerência nem coesão internas, pois a ação do MPF se sustenta na ilegalidade do Ibama na emissão de uma licença prévia, e isso foi omitido.

A estratégia de separar os atores sociais internamente relacionados de maneira inequívoca, pois o MPF age em nome dos índios, tem no nosso entender e como fato linguístico, reduzir a força ilocutória tanto dos índios, como do MPF, que como ator social é Impersonalizado, não sabemos o nome do procurador responsável, e que, portanto passa pelo texto de modo Abstrato, ao contrário do ator social que representa o governo, o juiz federal, Ronaldo Desterro, que é Personalizado – sabemos seu nome e função – e que recebe o atributo de poder pela Especificação de (que apesar de) “estar ouvindo as partes envolvidas” (ele tem poder suficiente para determinar que) “não há um prazo definido para a decisão dele”. Com essa configuração de atores sociais, temos um caso de estudo específico, onde o quadro ideológico de van Dijk de Nós vs Eles, será colocado em uso sob uma ótica inusual, onde poderes dentro da mesma esfera travam uma disputa hegemônica. Como o JN não pode desqualificar o MPF via efeitos de sentido semântico-pragmáticos, só lhe resta a Passivação do ator social, excluindo a sua voz.

É a partir dessa premissa que o JN vai articular uma configuração global do discurso, construir um sistema de referências para seus atores sociais, selecionar vozes, (des) qualificar argumentos, para, dentro de um universo de valores culturalmente aceitos como legítimos pela audiência, referendar uma posição. Os eixos organizadores desse discurso foram criados por uma necessidade de intervir na disputa intragovernamental e posicionar o JN em relação a essa disputa, naquilo de qualificamos como “mediador do poder”. Isto é, as audiências às quais o JN se dirige, são em primeira instância as próprias forças em oposição dentro do governo e depois a população. A esta vai ser apresentada uma argumentação, realizada por meio de uma polarização de valores, baseadas nas vozes ideológicas de Nós vs Eles, induzindo o telespectador a optar por um certo ou errado, contra ou a favor. Ocorre que essa escolha está pré-determinada pela omissão de fatos importantes para qualquer tipo de julgamento e avaliação como veremos.

A macroproposição da notícia explicita na L 1 que “a construção da usina de Belo Monte no rio Xingu, no Pará, motivou mais um protesto hoje em Brasília”.

Os *topoi* polarizadores são apresentados em seguida justificando o protesto em L2 – 4, que ao usar a alternância entre Apresentador 1 e Apresentador 2 constrói um sentido dialógico, onde um complementa o raciocínio lógico do outro, e a partir do qual seremos capazes de inferir qual é a macro-estrutura do texto:

Apresentador 1: “A obra vai inundar uma área do tamanho de oito Maracanãs que poderá produzir energia equivalente ao abastecimento durante um mês de uma cidade de dezessete milhões de habitantes”.

Apresentador 2: “Os números são gigantescos e a polêmica em torno da obra também”.

A leitura que fazemos desta introdução remete a uma estratégia de construção discursiva já sinalizada na análise anterior. São apresentados valores dentro da seleção lexical que buscam validar a obra, relacionando números abstratos, como “inundar [...] oito Maracanãs⁶¹” e “abastecer durante um mês uma cidade de dezessete milhões”. A relação causal direta não está clara, e nem poderia, pois não há sequência lógica no mundo real, que assegure que uma coisa leve a outra. Trata-se, portanto de uma correlação que indica uma falácia argumentativa, partindo da pressuposição de que grandes números tem maior força de persuasão, como comprovam a fala inicial do Apresentador 2: “Os números são gigantescos e a polêmica em torno da obra também”.

Em relação ao agenciamento existe correlação entre os “Maracanãs” e “a cidade de dezessete milhões de habitantes”, e “os números gigantescos”, mas nada evidencia a razão da polêmica. Isso mostra que a fala de um apresentador ao ser completada pela fala do outro supõe uma possível divisão de valores, mas trata-se apenas de um recurso sintático, já que “Maracanãs”, “cidade”, “números” estão ligados pela mesma estrutura lógica, pertencendo a um mesmo esquema argumentativo, enquanto que “polêmica em torno da obra” se encontra em sentido de oposição, mas sem justificativa, que explique as diferentes opiniões, pois não tem agente/referente nem atores sociais que são fundamentais para saber quem polemiza e quais são os seus argumentos. A título de ilustração sugerimos a inclusão da justificativa metadiscursiva que não é apresentada: “em função da gigantesca devastação e das mudanças ambientais que certamente agravarão ainda mais o problema da ecologia na Amazônia, como afirmam o MPF e vários estudos ambientais”. Mas não é isso o que acontece. Essa leitura

⁶¹ Tornou-se hábito recorrente na mídia utilizar como unidade de medida “campo de futebol” para facilitar a cognição do público relativa ao tamanho de uma área. Nesse caso nos parece desproporcionalmente menor, pois “oito Maracanãs” (só o campo ou o estádio todo?) não preenchem os mais de 500 km² da área inundada do rio Xingu.

paralela só pode ser inferida por aqueles que têm conhecimento específico desses problemas. Para este grupo, o texto ao fazer menção à polêmica, mas sem dar detalhes causa uma “ruptura cognitiva”, pois a lógica manda explicitar a razão da polêmica.

Ao omitir dados de extrema importância, pela exclusão dos agentes contrários à usina, a repórter delimita as implicações negativas de Belo Monte, impedindo que se façam inferências sobre o poder de destruição da obra, impossibilitando um posicionamento, ao menos, mais justo da audiência a partir de informações mais amplas. No entanto, os dados positivos contidos nas benesses da eletricidade para milhões permitem a mesma inferência que é negada aos problemas, desequilibrando a argumentação que já se posiciona claramente a favor. Em termos de Nós vs Eles, é o exemplo clássico de enfatizar o que é bom para Nós e mitigar o que Nós causamos de danos.

Essa falácia argumentativa permite dar início à macro-estrutura do texto, onde, mais uma vez existe uma polarização assinalada em “benefícios para dezessete milhões (eletricidade, progresso e outros valores implícitos) x polêmica”. O único dado que justifica a polêmica é, até aqui, a “inundação”, uma palavra com possível conotação negativa, mas continuamos sem os agentes polêmicos.

Do ponto de vista da historicidade do texto, a marca mais importante, e que também revela ausência de um agente, é a de “mais um protesto”, pois protestos são realizados por pessoas. Assim, “mais um protesto” indica uma continuidade de um problema que segue alimentado atos de resistência, por agentes que serão revelados a seguir, que são os índios que saíram do Xingu para protestar em Brasília, centro simbólico e efetivo do poder.

Na L 6, a repórter diz que: “Índios da região do Xingu vieram a Brasília pedir que a usina hidrelétrica de Belo Monte não seja construída”. O verbo “pedir” não só implica, como também reforça uma posição subalterna dos índios em relação ao poder em Brasília, já que dentro do nossa sociedade baseada em um sistema hierárquico relacionado aos que têm acesso ao poder, quem o tem, exige, comanda, ordena e quem não tem pede, protesta, negocia, resiste. Trata-se, portanto de um verbo introdutor da relação entre o poder (governo) e a submissão (índios). Do ponto de vista de crítica jornalística, não temos a confirmação desse “pedido”, ou se o protesto dos índios sofreu uma mudança lexical proposital. Essa suposição é validada na L8 pela voz do cacique: “nós somente estamos defendendo nossa área. Nós num qué (sic) acontecer a barragem de Belo Monte”.

Não há confirmação de pedido, mas de uma asserção, mesmo dentro de uma sintaxe que ajuda a estereotipar modo de falar dos índios. O sentido mais relevante da fala é um dos pontos mais importantes da democracia e do direito: “defendendo nossa área” que implica,

por pressuposição, que a área está sendo invadida (o que remete à legislação dos direitos dos indígenas sobre a terra)⁶² e não está sendo respeitado o direito à propriedade privada nem o direito a legítima defesa.

A argumentação retórica da repórter ignora fatos da maior importância que estão claramente indicados na fala do cacique relativos aos direitos dos índios, e continua com a notícia dentro de uma linha assertiva-constatativa, cujo objetivo é fazer uma afirmação que nesse caso é corroborada pela força dos números que ela apresenta, e depois constatar suas consequências como inevitáveis, apresentando um argumento de autoridade que confirma tudo de maneira objetiva.

Desse modo de L 10 – 14 a jornalista repete o que chamaremos de “núcleo técnico” das informações sobre Belo Monte e que são repetidas a esmo, sem qualquer tipo contraposição aos problemas que estão implícitos em “inundar 500km²”, “geração média menor”, custo de “vinte e cinco bilhões de reais” e todas as consequências socioambientais daí advindas. Sem confrontar esses dados, que podem e devem ser lidos como problemas, pois é justamente aí que reside o objeto da polêmica que levou o MPF – que só aparece no final da matéria – a entrar com uma ação pedindo a paralisação da obra, a repórter se limita a recitá-los como se fossem fatores positivos. Desse modo ao apagar o MPF do centro dos problemas e apresentar os dados negativos como parte do gigantismo da obra, retirando a conotação negativa, ela desconstrói a razão da ação do MPF, tornando-a vazia.

Observando a ordem dos argumentos apresentados dentro da premissa de “Nós vs Eles”, a estrutura narrativa da notícia é clara, pois coloca os índios em primeiro lugar, como voz de protesto, seguido de um forte argumento de autoridade, nada menos que o ministro do Ministério de Minas e Energia (MME), Edison Lobão, que a despeito de ser uma indicação política e não ter qualquer conhecimento sobre energia como evidencia Bermann (2011) em entrevista à revista *Época*, fala de um posto que lhe é dado pelo governo dentro de uma legalidade contextual, embora sem legitimação técnica.

O trecho compreendido entre L 15 – 19 é extremamente problemático, pois a repórter constrói sua linha argumentativa utilizando-se de uma sintaxe dúbia que visa induzir a audiência a acreditar que na opinião do Ministro a usina é a melhor opção, coisa que, ao

⁶² Diz a Lei: A Constituição de 1988 consagrou o princípio de que os índios são os primeiros e naturais senhores da terra. Esta é a fonte primária de seu direito, que é anterior a qualquer outro. Consequentemente, o direito dos índios a uma terra determinada independe de reconhecimento formal. A definição de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios encontra-se no parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal: são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/introducao/o-que-sao-terras-indigenas>. Acesso em: 10 out. 2013.

menos no vídeo e no texto ele não diz: “Belo Monte vem sendo discutida há trinta anos, sempre com muita polêmica. Para o ministro Edison Lobão, é a melhor alternativa para a geração de energia no Brasil. (Lobão) “se nós não pudermos construir hidrelétricas, nós vamos ter que construir térmicas poluentes a custos muito mais elevados”.

O primeiro ponto para análise é o uso do dêitico “nós”, que naturalmente estabelece uma relação opositiva com “eles”. Isto estabelece campos ideologicamente opostos entre “Nós” do governo, empreiteiras, grupos financeiros etc., em oposição a todos que não estejam de acordo com este nível de destruição, “Eles”, onde devem estar todos que não se encontram no poder. Trata-se de uma assertiva vincada em um tom de ameaça de que as coisas podem ser não só mais poluentes, mas também mais caras, portanto uma fala nada republicana e/ou democrática. A repórter parece não se incomodar com esse tom ditatorial, muito ao contrário, tanto que elegeu justamente esse trecho como representativo do que o próprio JN pensa. Caso contrário, teria levado ao ar a fala do ministro, e colocado um comentário que denunciasses essa ameaça, ou que desarmasse esse argumento.

Ao mencionar Belo Monte e apresentar a opinião do ministro em seguida, a repórter cria uma relação causal inexistente, ou seja: reescreve o contexto recriando sentidos por implicatura e não por que foram afirmados pelo entrevistado. Lobão fala de hidrelétricas em geral, e não que Belo Monte seja “a melhor alternativa”.

A fala impositiva de Lobão, pelo tom ameaçador de piorar os problemas ambientais a um custo mais elevado, tem um efeito de dupla coerção que visa desestimular a tentativa de parar Belo Monte, em função de algo pior ainda. Trata-se, portanto de um discurso assertivo/constatativo. Ora, diz Gomes (2009, p. 3) explanando o problema que aí reside:

Os discursos assertivos/constatativos, proponentes de um dizer como informação incontestável, são justamente aqueles que pretendem não deixar margem a contraponto ou mesmo a um diálogo, sendo disciplinares por excelência como efeito de sua forma de construção.

Ao promover esse tipo de discurso, o JN se enquadra na posição de que, ainda Gomes (2009), define como sendo uma entidade que atua em duas frentes: uma como promotora de um pensar, de uma ideologia, e depois como mantenedora dessas posições ideológicas, ao atuar dentro do duplo papel de dar visibilidade e manter vigilância sobre a manutenção e a evidência do seu próprio discurso. A antítese desse tipo de posicionamento é exatamente o que se busca na ACD.

Do ponto de vista da ética, nenhum comentário da jornalista que parece ter se esquecido de perguntar de onde vem a argumentação tão enfática apresentada por Lobão já que – como ela sabe/deveria saber, pois há polêmica – há vários estudos que apontam em sentido contrário do que ele afirma. Além disso, em uma democracia, é função primordial de o repórter causar desconforto às autoridades que ameaçam a população com esse tipo de assertiva, para tanto, não é preciso ser deselegante, basta fazer uma pesquisa. Ao endossar essa visão autoritária e unilateral sem evidências concretas, Cristina Serra parece justificar a denúncia do procurador Felício Pontes Jr. (2011):

Hidrelétricas, principalmente na Amazônia, estão muito longe de configurar energia limpa. Não só pela emissão de metano, um dos piores gases do efeito estufa, mas também pelos danos ambientais. No caso do metano, Belo Monte vai produzir quase a mesma quantidade emitida por São Paulo, a maior cidade do Brasil, segundo o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). Belo Monte, de forma singular, causará inundação à montante da barragem e seca à jusante. Nessa proporção, ela é inédita. Apenas essas consequências já seriam suficientes para derrubar a ideia de que hidrelétricas produzem energia limpa. E essa constatação derruba também a tese de que a energia produzida é barata. Não é. E só foi no passado porque não estavam valorados economicamente os danos ambientais e sociais. Hoje, não valorar os danos ambientais e sociais é se colocar fora do processo histórico.

A terceira fala é do ambientalista Roberto Smeraldi (representando toda uma categoria, a dos ambientalistas) que “temem o impacto para a floresta e a população”. O verbo “temer” escolhido pela jornalista é um argumento fraco em relação ao tom ameaçador de Edison Lobão. Um verbo mais forte poderia ser: “afirmam”, “asseguram”, precedidos de estudos, avaliações de vários cientistas etc. A denúncia de Smeraldi é contundente, acusando os estudos do Ibama de “fraquinhos” por não considerar o que Pontes Jr. diz na entrevista, isto é, não considerar o custo ambiental dentro de uma leitura contemporânea que inclua todos os custos impostos nas relações entre o homem e a natureza e entre os diversos grupos da sociedade.

Diz Smeraldi entre L 22 – 27:

Os estudos que eles fizeram para Belo Monte, eles são assim, fraquinhos em termos de impacto sobre o meio físico e sobre o meio animal e são zero sobre os seres humanos. Tanto os seres humanos locais impactados, índios, comunidades locais, quanto principalmente o problema de levar pra lá mais de cem mil pessoas que é a consequência de uma obra desse tamanho com canteiro e tudo isso.

A lógica narrativa dentro do jornalismo demanda nesse caso, que o Ibama apresente a contra prova das graves acusações que lhe são feitas, validando seus estudos. No entanto, a jornalista opta por apresentar mais um argumento de autoridade para fechar a questão.

A quarta e última fala, a que tem a maior importância no fechamento lógico dos argumentos é a do professor da UnB. Para reforçar sua estratégia de construção narrativa, a repórter lança mão de uma paráfrase, conseguindo, desse modo, falar a mesma coisa duas vezes. Vejamos:

Cristina Serra: Para este professor de Engenharia Florestal, Belo Monte *combina* geração de energia com *impacto reduzido*.

Henrique Leite Chaves (Faculdade de Tecnologia UnB): ela *concilia* os dois aspectos porque, de um lado o custo do megawatt/hora é um dos *mais baratos* e ao mesmo tempo a área inundada é *muito pequena*. Consequentemente os *impactos* ambientais gerados também são *pequenos*.

A paráfrase se estabelece por meio dos verbos “combinar/conciliar” e de “mesmo tempo” e pelas escolhas de “impacto reduzido” e “mais baratos”, “muito pequena”, “impactos pequenos”, que semanticamente estão alinhados.

O último parágrafo, de L 34 – 39, normalmente designado para fechar a argumentação, tem correlação direta com o que acabou de ser dito pelo professor sobre impactos ambientais reduzidos, pois trata da concessão da licença pelo Ibama, que ainda não foi concedida, mas que por implicatura, podemos prever que será, já que a conclusão apresentada pelo professor e pelo ministro não prevêem outra possibilidade.

A orientação lógica para a conclusão se inicia fazendo referência à emissão de licença pelo Ibama em L 34 - 36: “a licença definitiva ainda está em análise pelos técnicos do IBAMA, mas o IBAMA já concedeu a licença para a construção do canteiro de obras e dos alojamentos, o passo inicial do projecto”. O uso da adversativa “mas” coloca em segundo plano a licença “definitiva” e assegura que a obra já pode ser iniciada. Não cabe aqui analisar as technicalidades das licenças do Ibama, mas do ponto de vista lógico qual é a razão de se iniciar um canteiro de obras se não há licença para a obra principal? A dedução é que tudo pode não passar de um jogo de cena, e que a licença - à qual o governo busca dar ares de legitimidade - é apenas uma questão de tempo.

Ocorre que no meio desse trajeto existe um poder dentro da esfera governamental, o Ministério Público Federal do Pará, que não está de acordo com esse processo do ponto de vista legal, e que “por isso entrou com uma ação na justiça, pedindo a suspensão imediata da licença”. Este é o ponto principal desta matéria, como advertíamos no início da análise.

A reportagem não explica a função do MPF, que é justamente a de fiscalizar o governo, a partir de sua própria estrutura legal interna, ou seja, operando dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), mas sob a ótica dos interesses do povo, para poder denunciar possíveis abusos de poder e de autoridade que podem ser incorridos sob a forma da lei, portanto legais, mas que se constituem ilegítimos ou imorais. Sem entrar nos méritos ou detalhar quais os problemas que justificam a ação do MPF, a repórter imediatamente encerra a notícia transferindo a mediação entre a legalidade ou não da licença do Ibama, para a justiça em L 38 – 39: “O juiz Ronaldo Desterro da Justiça Federal está ouvindo as partes envolvidas e não há um prazo definido para a decisão dele”.

Do ponto de vista de ator social, o MPF tem a sua inclusão feita, mas é Impersonalizado, seu representante não tem nem nome nem voz ativa. Ao fazermos uma pesquisa, encontramos o ator social que é Felício Pontes Jr. (2011), procurador da República, cuja voz precisa ser ouvida, para que seja possível entender exatamente porque ela foi suprimida. Recomendamos⁶³ a leitura completa desta entrevista.

Felício Pontes Jr.: Os efeitos da ditadura não terminam com ela. A opressão diante de qualquer discussão com a sociedade sobre como e para quem vamos gerar energia ainda é resquício da ditadura. Diz-se que o assunto é “técnico” e pronto. É como se essa palavra fosse mágica: tem o poder de afastar qualquer discussão sobre o assunto. Eu mesmo cairia nessa conversa se não tivesse, por missão profissional, de vasculhar o setor de energia elétrica do Brasil. E posso dizer hoje que esta é a caixa preta do governo. Não há nenhuma área tão fechada em si mesma como esta. [...]. Há uma coisa em Belo Monte que chama muita atenção de qualquer um que tenha de lidar com o processo, com volumes e mais volumes de processos, que é a mentira do Governo. Eles fogem dos debates e, como o nosso sistema judiciário funciona mal, o sistema não propicia que quem tenha razão consiga alguma coisa neste país. Tanto é que, nas nove últimas ações, obtivemos nove liminares e todas elas foram suspensas pelo tribunal (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), em Brasília. Normalmente, quase sempre, por uma pessoa só, que é o presidente do tribunal. E com base nesta suspensão, eles vão levando a obra. [...].

Eliane Brum: Outra afirmação que se faz sobre Belo Monte é a de que a população atingida é pequena e o impacto ambiental mínimo.

Felício: Falar em “poucos atingidos e impacto mínimo” é desconhecer os documentos do licenciamento. Trata-se de contar com a ignorância do povo brasileiro sobre a Amazônia. É minimizar a importância dessa região e dos brasileiros que vivem nela. É minimizar o fato concreto de que as riquezas amazônicas continuam com Belo Monte, sendo destruídas e exportadas em troca de muito pouco ou quase nada. É minimizar a área específica da Amazônia onde Belo Monte está sendo instalada, a Terra do Meio, enclave fundamental para determinar a sobrevivência da floresta para os brasileiros do futuro. É minimizar, principalmente, a importância estratégica que a Amazônia tem para o futuro do Brasil. A Volta

⁶³ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/09/um-procurador-contra-belo-monte.html>. Acesso em: 30 ago 2013

Grande do Xingu é um ecossistema precioso e delicado. Esse patrimônio estará perdido com a construção da usina. Portanto, o impacto não é mínimo, a não ser pela ótica do esgotamento irracional dos recursos, que parece ser a ótica do governo brasileiro. A convivência dos brasileiros com a floresta nessa área, em particular, resultou no desenvolvimento de técnicas de plantio, de pesca, de preservação florestal que também constituem patrimônio das gerações futuras. Esse tipo de discurso de impacto mínimo dá a impressão incômoda de que nós, da Amazônia, estamos bem mais longe de Brasília do que os chineses. Esse discurso nos reduz a brasileiros de segunda classe. A presidenta deveria ouvir cientistas e técnicos do seu próprio governo, em vez de repetir a propaganda da Norte Energia.

Após a leitura desses argumentos podemos inserir esta notícia produzida pelo JN dentro da categoria proposta por Leão Serva (2001) que relaciona a prática jornalística com a desinformação quando esta inclui como é o caso, estratégias de omissão/sonegação de fatos. Embora a entrevista de Felício Pontes Jr. tenha ocorrido cerca de sete meses após esta notícia, os fatos por ele descritos são de conhecimento público, afinal, o problema de Belo Monte se arrasta há mais de trinta anos, e os problemas apresentados pelas vozes de resistência são basilares.

Fazendo uma releitura da notícia sob esta perspectiva de novas informações, é possível entender a macroestrutura real da notícia, não a que em tese relaciona o grande eixo organizador da argumentação pela apresentação dos *topoi* na sequência: índios, protestos, polêmica de Belo Monte, apresentação dos argumentos prós e contra, ação do MPF contra, resolução, arbitragem via juiz federal. Na verdade, o eixo é outro. A macroproposição deveria ser a partir da ação do MPF – representando os interesses dos índios, e de todo o povo brasileiro – que entra em conflito direto com o MME dentro da esfera governamental, portanto com poder legal de argumentação contra a usina tão legítimo quanto os que estão a favor por se encontrarem na mesma escala de poder, daí a necessidade da disputa ser arbitrada por um juiz federal.

Para deslegitimar a voz dos índios – que estão em Brasília para dar apoio à ação do MPF, e não simplesmente para “protestar” como sustenta o JN, eles são separados na macroestrutura discursiva, rompendo o nexos causal entre a presença deles e a ação do MPF. A estratégia de romper esta relação enfraquece os dois lados simultaneamente, pois os índios aparecem “pedindo” justiça ao governo, como se estivessem ao desamparo da lei, e não estão, enquanto que o MPF fica esvaziado da sua ação primordial de contestar o governo, ao ser descaracterizado em sua função, já que a denúncia da fragilidade dos estudos do Ibama, que embasa a ação para paralisar a obra, não é mencionada no texto de forma direta.

Em suma: trata-se de matéria com amplo espectro de problemas socioeconômicos e socioambientais, que são o cerne de interesse tanto da ACD como da Ecolinguística. A macroproposição desta notícia, que é a polêmica interna entre o governo e o MPF foi desarticulada, pois como este tem o mesmo poder legal de bloquear as ações governamentais precisa ser neutralizado em seu discurso e representatividades.

Os eixos organizadores de argumentação são bastante claros: a polêmica é sempre instaurada pelos setores sociais que não querem a usina, embora seus argumentos mal sejam apresentados em toda a sua extensão e sua força ilocutória reduzida pelos contrapontos oficiais de outras autoridades. Por outro lado os argumentos do governo têm toda força ilocutória que remetem à um discurso de legalidade e de bom senso ao conciliar problemas e soluções que permitam o progresso.

JN 6

Data: 23/08/2011

Tempo: 07': 54"

Título: “Belo Monte é a maior e mais polêmica obra em andamento no país”.

Esta é a primeira reportagem da série de três realizadas pelo JN no espaço de uma semana sobre a construção de Belo Monte. Há vários indícios de que se trata de uma reportagem excepcional, a começar pela sua duração de quase oito minutos. Outro indicativo é o Nível de Descrição (tido aqui como categoria de discurso) do apresentador no início da reportagem, que justifica a série especial, pois esta “é a maior obra em andamento no Brasil neste momento e a mais polêmica também”. Podemos inferir que há sentidos implícitos que precisam ser analisados em decorrência desse enunciado e que seus valores de grandeza “maior e mais polêmica” Pressupõem implicaturas que estão na ordem dos estudos socioambientais, econômicos e políticos, portanto, dentro do quadro de interesse da ACD e da Ecolinguística.

É importante salientar que a polêmica só existe em função de um discurso de resistência dentro da sociedade. Por parte do governo, a questão está resolvida pela construção da usina a qualquer custo tanto socioambiental como financeiro.

A seleção lexical “polêmica” representa no micro-nível das conversações entre os atores sociais envolvidos e a reportagem, um sentido semântico-pragmático de algo que precisa ser resolvido pela argumentação. Este é, então, o discurso que o governo precisa desarticular/deslegitimar, construindo um outro discurso oficial que será legitimado dentro dos contextos locais e globais, que se enquadrem nos modelos mentais e ideologias incutidas em palavras de ordem tais como *progresso* e *consumo* além de preceitos nacionalistas, valores facilmente identificáveis para grande parte da audiência, e que são a base do (re) conhecimento que é preciso ativar, pois se encontram situados na Memória de Longo Prazo (MLP) e serão referenciados na Memória Episódica, que ao final da notícia significa o resumo do que foi dito. Esse processo sociocognitivo trabalha com parâmetros e valores estabilizados ao longo do processo de aquisição de conhecimento, já que o telespectador é incapaz de memorizar todos os aspectos das informações que lhe são fornecidas. Para isso, é preciso que a TV cumpra o seu papel de ator social para representar a ideologia do progresso reificada na construção midiática visando dar legitimidade à edificação da obra.

Ainda dentro do ponto de vista cognitivo, podemos chamar essa estratégia de “ativação da base racional”, isto é, utilizar dentro das estratégias de construção discursiva, determinadas vozes selecionadas pelo JN, que ao serem posicionadas estrategicamente no

decorrer da notícia consigam produzir ao final um enunciado que forme um discurso unificado e de sentido coeso por parte do governo e fragmentado por parte dos polêmicos. Para tanto é necessário estabelecer os *topoi*, as macro-estruturas semânticas a partir dessas falas, previamente selecionadas. Isto é, o recorte da “polêmica” é dado a partir de premissas estabelecidas pelo JN. O âmbito da questão só pode ser discutido à luz dos princípios que o próprio JN quer discutir e nenhum outro mais. Daí a necessidade de se romper com essa imposição dialogando com outras fontes.

É a relação entre o posicionamento das falas dos entrevistados durante a notícia, mas, sobretudo, do intertexto escrito pelo repórter, que vai produzir e resolver as dicotomias representativas das polêmicas, usando como referente um discurso fundador que evoque mecanismos de legitimação dos atos do governo. Como exemplo, a destruição da Amazônia não será referenciada dessa maneira, primeiro ao não usar nenhum tipo de seleção lexical que se aproxime dessa conotação e depois argumentando que haverá uma compensação ambiental, o que é no mínimo discutível segundo o Painel de Especialistas, cujo relatório é parte dos estudos do MPF-Pará. Esse efeito de resolução dos problemas pode ser conseguido pelo repórter, ao criar um sentido “lógico” entre as posições ideológicas divergentes, abrindo e fechando questões, operando estratégias de mitigação / agravamento, confirmação / desmentido, que são elementos que se enquadram nos modelos mentais da população e de fácil resolução. É este intertexto que, ao se insinuar entre as partes polêmicas, opera um deslizamento de sentidos como elemento edificador de uma outra realidade discursiva que efetivamente não existe na vida real, já que esses atores sociais só existem pela mediação do JN. A percepção de que a reportagem é a reprodução de uma história do mundo lá fora é apenas o resultado da tradição narrativa de contar histórias, tradição essa que é ativada cognitivamente dentro do conhecimento social compartilhado por todos.

Nossa leitura crítica indica que a estratégia de estruturação narrativa precisa funcionar dentro de dimensões sequenciais específicas, trabalhando item a item, bloco a bloco⁶⁴, para que cada sentido local, água, peixe, moradia, custo socioambiental, seja resolvido como parte da coerência macro-estrutural que ao final da reportagem legitime as ações do governo.

O primeiro passo nessa estratégia de construção discursiva é apropriar-se do discurso do grupo exógeno ao poder, Eles, para poder desarticular a polêmica. Ao ter conhecimento do conteúdo das reivindicações dos atores sociais, as operações discursivas do noticiário, que legitimarão as ações do governo ficam facilitadas para o enunciatário. Nossa definição destes

⁶⁴ Entendemos por bloco, dentro da notícia, o texto que compreende a apresentação do problema, os atores sociais envolvidos e a sua resolução ou não até a mudança de tema e/ou personagens.

grupos, os que estão dentro ou fora das esferas do poder, foi baseada na seleção dos atores sociais que apresentaremos a seguir, e está *pari passu* com a visão do ex-ministro Carlos Minc conforme o relatado na reportagem de Marques e Goy (2010) no jornal *O Estado de S. Paulo*:

‘De um lado, segundo o ministro, estavam os movimentos ambientais, indígenas e religiosos e o Ministério Público, preocupados com a preservação do ambiente; e, do outro lado, os futuros empreendedores acusavam os órgãos ambientais de lentidão e excesso de zelo. ‘Tanto de um lado quanto de outro, as pressões foram muito fortes. Mas a democracia é assim’ disse Minc’.

O agrupamento dos atores sociais envolvidos na polêmica se faz, portanto, de maneira quase automática a partir da fala de um ex-ministro, com a notável exceção dos grupos religiosos, sobre os quais não existe uma única menção sequer no *corpus* analisado. Nossa experiência jornalística, aliada a uma postura linguística crítica indica que a exclusão de um grupo social de tamanha importância, como é o religioso, é de extrema gravidade, pois é sabida a força e a penetração dessas vozes no meio social e o seu poder de persuasão. Os “religiosos” descritos por Minc são na verdade o coeso e influente grupo formado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) cujo trabalho contra as injustiças sociais remonta à época da ditadura. Trata-se de um grupo com uma força simbólica que não pode ser ignorada, muito menos suprimida. Encontramos a voz da CNBB expressa em um documento no site do MPF-Pará que se intitula “Declaração da Conferência Nacional Dos Bispos do Brasil - CNBB – Regional Norte 2”, datada de: Belém, 28 de agosto de 2009, e que faz parte de um amplo dossiê chamado “Painel de Especialistas”⁶⁵ que congrega mais de trinta vozes de cientistas de todas as áreas que envolvem Belo Monte: socioambiental, antropológica, política, econômica, eletrotécnica etc.; todas se posicionando de maneira efetiva contra a construção da usina por motivos cientificamente detalhados.

Acreditamos que seja necessário dar voz a este manifesto, para que, mais uma vez se restabeleça uma isonomia discursiva, para então, a partir do conhecimento do que estava oculto, ter condições de analisar a força do poder de veto a um discurso, isto é, a interdição no sentido foucaultiano. Por motivos de espaço, resumimos o manifesto aos pontos que nos parecem ser os mais diretamente relacionados a Belo Monte e às comunidades indígenas e ribeirinhas.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2010/noticias/belo-monte-os-problemas-do-projeto-e-a-atuacao-do-mpf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

Nós, bispos do Pará e Amapá, coordenadores de pastoral e representantes dos organismos e pastorais que compõem o Regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunidos em Belém na 32ª Assembléia de Pastoral Regional nos dias 26 a 28 de agosto de 2009, refletimos sobre as CEBs: Comunidade de Vida e Missão. [...]. O desrespeito à natureza e a destruição em curso ameaça a sobrevivência humana em nossa região. Assim decidimos dirigir-nos aos povos da Amazônia para partilhar as angústias que afligem a todos. Destacamos os grandes males causados pelo modelo de desenvolvimento adotado que privilegia os que detêm o poder político e econômico, sobretudo nos lugares mais longínquos da região, deixando a população à mercê do narcotráfico, e exposta à uma total insegurança. [...] O povo está sendo vilipendiado na sua dignidade e nos seus mais elementares direitos. Todas essas mazelas vem junto com uma transformação imposta à nossa sociedade em nome de um desenvolvimento que se tornou um desenvolvimentismo opressor, fazendo ecoar em nossas cidades e nos campos lamentos e clamores dos povos indígenas, das populações ribeirinhas, dos remanescentes dos quilombos e também dos migrantes e trabalhadores, muitos deles em condições de escravidão, dos jovens sem emprego que gritam por socorro. Muitos deles não temem ir à luta para manifestar sua oposição a projetos faraônicos que destroem o meio ambiente e atentam contra a vida, sendo porém criminalizados por sua coragem e iniciativa. [...] Neste momento assistimos com muita preocupação aos trâmites em torno da projetada construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Mais um grande empreendimento que não leva em conta os verdadeiros anseios da população e atíça apenas a ambição daqueles que apregoam um desenvolvimento que certamente será passageiro e destruidor. São previstos 1522 km² de destruição - 516 km² de área inundada e 1006 km² de área que secará com o desvio definitivo da Volta Grande do Xingu! Depois do turbilhão de dez anos de construção, restarão talvez setecentos (700) empregos. Que desenvolvimento é esse que destrói inescrupulosamente o habitat de povos e famílias, a flora e a fauna? Esse megaprojeto, se concretizado, deixará milhares de lprojetos de vida atropelados pelo deslocamento compulsório de inúmeras famílias de suas casas e de suas terras. Como em outros projetos, centenas de infâncias se perderão, vitimadas pela exploração sexual. Milhares de trabalhadores formarão o exército de reserva que se amontoa em abrigos imundos e desumanos nas circunvizinhanças dos canteiros de obra. Os povos indígenas e comunidades tradicionais, secularmente perseguidos e dizimados, receberão o golpe fatal perdendo seus territórios e recursos naturais – e sobretudo a terra querida de seus ritos e mitos, onde sepultaram os seus ancestrais. Ressoa aos nossos ouvidos o grito de um índio Kayapó: —O que será de nossas crianças!

Analisando esse manifesto dentro das categorias de atores sociais de van Leeuwen (1997), constatamos que se trata de uma grave Exclusão pela Supressão, isto é: o JN não vai dar voz aos religiosos da CNBB como grupo de apoio aos indígenas– e contra a construção de Belo Monte por todas as suas implicações socioambientais – porque fazer isso seria dar o poder da Igreja Católica, que tem forte influência ideológica na audiência da TV Globo - a um grupo que precisa ser deslegitimado. Ao não levar a público o apoio da CNBB, que na verdade faz parte de uma ampla aliança entre vários setores da sociedade articuladas em resistência, o JN usa a tática do dividir para conquistar, separando as vozes e enfraquecendo-as. Para todos os efeitos de conhecimento da sua audiência, tal oposição inexistente, e a consequência é limitar a divulgação do trabalho produzido pelo Painel de Especialistas, assim ele não é compartilhado como saberes com a sociedade, transformando-o em ferramenta para

que as pessoas se sintam capacitadas para resolver democraticamente o seu próprio destino que é o que está em jogo no uso das florestas, dos bens naturais e do dinheiro público.

Essa Exclusão/Supressão vai contra todas as pretensões de isonomia no tratamento aos grupos sociais propostos pelo JN e claramente expostos no Editorial. Trata-se, portanto, de um enviesamento ideológico difícil de ser detectado, a menos que se utilizem outras fontes de informação, e de resto, injustificado, exceto pela própria vontade de produzir um discurso adulterado no conjunto de suas vozes.

Em suma: o alinhamento da Igreja Católica com os indígenas, amparados social e discursivamente com a força simbólica da argumentação dos ambientalistas, e o apoio a partir de dentro do próprio Estado, e com poder e conhecimento sobre a legislação e os trâmites internos da burocracia estatal e dos AIE oferecidos pelo MPF poderiam formar um bloco coeso do ponto de vista discursivo e com grande força midiática, mas são desarticulados em sua essência pelo JN. Para nós, reside aqui a função primordial dessa reportagem. Mostrar o discurso governamental como coeso e desarticular as vozes de resistência de várias maneiras.

Polêmicas como esta não podem permanecer no noticiário como sendo de iniciativa de vozes de resistência, sob pena de se tornarem uma demonstração das hesitações do governo. De maneira análoga, resolver a questão significa um governo forte e determinado. Ocorre que a seleção lexical “polêmica” também se encontra em toda documentação produzida pelo MPF-Pará. Fica a pergunta central: quem está criando polêmica? O governo porque quer construir Belo Monte a qualquer custo socioambiental e econômico como denunciam vários setores da sociedade ou os setores que resistem a esse tipo de ação unilateral sem qualquer tipo de debate? Para resolver a disputa o JN se oferece para fazer uma série de três reportagens.

Com a definição dos atores sociais em relação opositiva, temos um discurso ligado à disputa, diferença, discussão, orientação ideológica de lados contrários, em suma, valores fundamentais na configuração do quadrado ideológico de Nós vs Eles, ou como van Dijk (2005. p. 43) menciona, os endogrupos (Nós, os que estamos dentro do governo, empreiteiras, grupos financeiros e que temos acesso à mídia, e a própria mídia que busca resolver essa polêmica) e os exogrupos (Eles, os que não tem acesso irrestrito à mídia, os que oferecem resistência à legitimação sem debate, e que são os índios, o MPF, o movimento ambientalista).

Considerando a extensão do texto, decidimos agrupar esses atores sociais dentro de seus respectivos segmentos tópicos, organizados pelo JN, de modo a facilitar a identificação de suas vozes, mas a partir de um significado local que é a “água”, e simultaneamente

relacionar as macro-estruturas semânticas criadas em torno dela como um grande eixo condutor da coerência e da coesão do texto.

- A) Cristina Serra: repórter.** Esta área onde hoje o Xingu faz uma imensa curva, a chamada “Volta Grande”, terá a vazão reduzida. É por isso que os índios entoam cantos de guerra.
- B) Índio 1:** Sem a água não tem comunidade viva né?
- C) C.S.:** Essa briga não é de hoje. Os primeiros estudos há trinta anos, previam a inundação de terras indígenas. Em 89, o engenheiro da Eletronorte, José Antônio Muniz, sentiu na pele a indignação de uma guerreira Caiapó, a índia Tuíra.
- D) José Antônio Muniz (Eletronorte):** Num momento assim de, inesperadamente, ela vem com aquela coisa e bate de um lado, aí eu senti que era um facão. Bateu de um lado, bateu do outro e bateu do outro.
- E) C.S.:** Há três anos, outra agressão: os índios também atacaram com facões o engenheiro Paulo Fernando Rezende. O projeto mudou. Nenhuma aldeia será alagada. A preocupação agora é com a falta d’água.
- F) Índio 2:** Para nós é uma água benta.
- G) C.S.:** As populações ribeirinhas e os índios que vivem por aqui temem que o transporte fique ainda mais difícil e que diminua a fartura de peixes que existe aqui na região.
- H) Cacique Ireô:** Quem sabe vai acontecer a guerra. Branco morre, índio morre, até no final que quero ver acontecer esse barramento.
- I) C.S.:** Mas por uma exigência da FUNAI e do IBAMA a água terá que ser assegurada na “Volta Grande”. De acordo com o projeto, na época da chuva quando o rio enche, parte da água será desviada para a usina. Na época da seca para manter a vazão na “Volta Grande” a usina poderá reduzir a produção de energia ou até parar.
- J) Cláudio Terre do Amaral (MPF):** Os estudos, eles não são conclusivos. Existem, a modelagem da qualidade da água, a modelagem matemática não está no nível em que se necessita para ter certeza se for obrigada a equação dessa água para a população.
- K) Gisela Forattini (IBAMA):** Esses estudos de Belo Monte são de boa qualidade porque foram analisados por uma equipe de excelência que nós temos.
- L) Márcio Meira (FUNAI):** Uma das condicionantes é que haja sempre garantia da vazão, que é a chamada vazão ecológica, para que esse modo de vida seja preservado.

A primeira leitura feita a partir dessa seleção de atores sociais nos confirma que o grande problema a ser resolvido se encontra linguisticamente na topicalidade da água que é a causa da polêmica assinalada no início da reportagem. É pela apresentação alternada entre índios e vozes do governo que a repórter constrói as macro-estruturas semânticas ao mesmo tempo em que distribui papéis de acordo com a posição que ela quer obter de cada um para resolver a polêmica da água.

Entre os itens *A* e *H*, o texto se ocupa exclusivamente das relações violentas entre os atores sociais índios e homens do governo, com uma nítida caracterização que apresenta os primeiros como agressores. A sequência composta entre *I* e *L* oferece uma solução técnica que esvazia a reivindicação e a agressividade dos índios. Para desarticular a voz do procurador do MPF, Cláudio Terre do Amaral, que acusa os estudos de inconclusivos, a repórter se utiliza não de um argumento de autoridade, mas de dois em seguida, primeiro com Gisela Forattini do Ibama, que assegura que os estudos “são de boa qualidade porque foram analisados por uma equipe de excelência que nós temos”, e depois com Márcio Meira da Funai, que justifica a construção, pois “uma das condicionantes é que haja sempre garantia da vazão, que é a chamada vazão ecológica, para que esse modo de vida seja preservado”. Esse bloco

interlocutório de três vozes é iniciado com um questionamento científico que é refutado com um enunciado assertivo/constatativo, em que está implícito que ninguém pode duvidar da capacidade do Ibama, e por uma voz que embute uma contradição lógica, se o “modo de vida vai ser preservado”, então nada mudará? Fica a pergunta: os índios são sabedores dessa solução?

Do ponto de vista lógico, esse relato não faz sentido de maneira dupla. Se já há uma solução, pois, “por uma exigência da FUNAI e do IBAMA a água terá que ser assegurada na “Volta Grande” e “na época da seca para manter a vazão na “Volta Grande”, a usina poderá reduzir a produção de energia ou até parar”, qual a razão em descrever a ira indígena? Além disso, qual a razão de se construir uma usina que vai reduzir a produção ou mesmo parar durante boa parte do ano? A única resposta plausível do ponto de vista linguístico se encontra em van Dijk (2005, p. 57).

A ACD está especialmente interessada no papel do discurso na instanciação e reprodução do poder e do abuso do poder (dominância), e assim particularmente interessada no estudo detalhado da interface entre o local e o global, entre as estruturas do discurso e as estruturas da sociedade. Vimos que estas relações não são directas, mas precisam de uma interface cognitiva e interaccional: as representações sociais incluindo as atitudes e ideologias, são medidas frequentemente pelos modelos mentais de forma a aparecerem no discurso; por sua vez, este discurso só tem efeitos sociais e funções quando contribui para a formação ou confirmação das atitudes sociais e ideologias. E a dominância do grupo branco só pode ser ‘implementada’ quando os membros do grupo branco se engajam, de facto, em tal discurso derogatório como uma instância de discriminação.

Resumindo: todo o discurso a respeito dos índios não tem outra função que não seja a deslegitimação de sua resistência, já que a polêmica da água foi resolvida pelos brancos dentro de seus próprios parâmetros. A partir dessa orientação teórica, abre-se uma outra perspectiva, diríamos até uma obrigação epistemológica de analisar o texto à luz de uma leitura racista, termo que raramente é utilizado no Brasil em relação aos índios, e que por isso mesmo, merece ser observado com maior atenção.

É preciso então retomar o texto sob outra leitura. Após abrir a reportagem com uma explanação sobre a grandeza do rio, a repórter diz que a “Volta Grande terá vazão reduzida e que por isso os índios entoam cantos de guerra”. A fala do índio 1 em *B* se refere à sobrevivência, não à guerra. Como ator social ele não é identificado, sendo assim “Impersonalizado”, dentro das categorias de van Leeuwen (1997), tornando-se “apenas” um índio genérico. A repórter reitera a linha da agressividade ao dizer que “essa briga não é de hoje”, pois “os primeiros estudos há trinta anos, previam a inundação de terras indígenas”, o que cria um sentido de Coletivização para os índios como seres violentos ao mesmo tempo

em que exclui o processo histórico de extermínio que as populações indígenas vêm sofrendo, sistematicamente, desde o início da nossa história.

A opção pelo verbo “prever” cria um sentido semântico-pragmático de que “já estava nos planos, era esperado, iria acontecer”, portanto não haveria do que reclamar, dessa forma naturalizando o que em qualquer avaliação dentro da cultura capitalista seria inaceitável: a inundação das terras onde se vive. Ao falar a partir do ponto de vista do governo que “previa a inundação”, a repórter não questiona a legalidade do ato e nem do direito dos índios de se revoltarem contra a invasão de suas terras e o seu deslocamento forçado. Podemos inferir que os índios são violentos pelo exposto nos itens *A*, *B* e *C*, que fica implícito pela referenciação negativa insistente.

Trata-se, ao nosso ver, de uma estratégia de deslegitimação pela inversão dos papéis entre agente/paciente. Os índios são os agressores e os representantes do governo suas vítimas, pois “em 89, o engenheiro da Eletronorte, José Antônio Muniz, sentiu na pele a indignação de uma guerreira Caiapó, a índia Tuíra”, que o ameaçou colocando um facão ao lado do seu rosto por várias vezes e, “há três anos, outra agressão: os índios também atacaram com facões o engenheiro Paulo Fernando Rezende. O projeto mudou. Nenhuma aldeia será alagada. A preocupação agora é com a falta d’água”.

Nesse ponto do enunciado, temos duas leituras simultâneas. A primeira que precisa ser assinalada é a de que a repórter oferece uma “solução” para um enunciado que ela mesma criou em *G*, ao dizer que “as populações ribeirinhas e os índios que vivem por aqui temem que o transporte fique ainda mais difícil e que diminua a fartura de peixes que existe aqui na região”, trata-se, portanto, de um enunciado assertivo/constatativo, pois as vozes que representa não são apresentadas, o que pode indicar que há outras queixas mais graves além dessas, o que nos remete a van Dijk (2005a, p. 51) ao descrever essa fala como modelo de acontecimento, já que os usuários da linguagem “formam modelos mentais não só da situação em que interagem como também dos acontecimentos ou situações sobre os quais falam ou escrevem”, e alertando para o que, no nosso entender, é uma apropriação e uma interpretação unilateral das vozes de atores sociais importantes. Desse modo, conclui van Dijk:

Estas interpretações são pessoais, subjectivas, tendenciosas, incompletas ou completamente imaginárias. Dito de outra forma, os discursos são interpretados como coerentes em relação ou relativamente aos modelos mentais que os utilizadores têm sobre os acontecimentos ou factos referidos.

A outra leitura que já foi assinalada, mas que precisa ser ressaltada é a de que a repórter sugere – por implicatura - que, pelo fato de o projeto ter mudado, e que nenhuma aldeia será alagada, não existe mais necessidade dos índios protestarem. Essa relação de consequência lógica também não existe, foi criada para fechar todo o bloco que fazia a ligação entre os indígenas e a água de maneira coerente, mas cujo aspecto principal, o do sagrado foi ignorado, em favor de um discurso utilitarista.

Para o professor Bermann (2012) do IEE/USP – que não foi consultado para a reportagem – essa mudança de projeto é apenas uma maneira encontrada para contornar a lei.

O artifício utilizado na concepção do projeto de Belo Monte, ao reduzir a área de inundação inicialmente prevista do reservatório, dos 1.200 km² para 516 km², foi o de não inundar as duas áreas indígenas localizadas na região: a Terra Indígena Juruna do Paquiçamba e a Terra Indígena Arara da Volta Grande. Ao não inundar diretamente os territórios indígenas, o projeto se adequa à concepção dos projetos hidrelétricos em voga, de desconsiderar as consequências sociais e ambientais das populações não inundadas ou “afogadas” pela formação dos reservatórios. Este artifício permitiu que o projeto não se sujeitasse ao disposto nos parágrafos 3º e 5º do Artigo 231 da Constituição Federal, que impede a remoção das populações indígenas sem consulta prévia e exigindo a aprovação pelo Congresso Nacional.

Uma vez “resolvida a polêmica da água”, a repórter abre um novo bloco de problemas, em que se encontram os agricultores, que reclamam da política do Ibama que os obrigou a preservar a mata, mas que não reconhece esse valor na hora da indenização.

Manuel Pires (fazendeiro) : Eu acho impossível eu preservar a minha mata pensando nos meus filhos, nos meus netos, depois nos meus bisnetos pra uma hora dessas eu entregar de mão beijada.

Cristina.Serra: Agricultores vizinhos de “seu” Manuel estão na mesma situação.

Ana Alice Santos (agricultora): O próprio governo incentivou a gente a preservar. E aí, agora, com o projeto de Belo Monte dizem que as matas lá, o local preservado não vai ser indenizado.

Em um raro caso observado de crítica aberta ao governo em todas as análises, a repórter admite que: “mesmo depois do início da obra o IBAMA ainda não tem uma solução para esses casos”.

Dentro de um padrão já consolidado de seleção das falas, a última palavra é dada pelo governo.

Gisela Forattini (IBAMA): Estão sendo implementados e acompanhados par e passo pelo IBAMA fóruns de acompanhamento social desse empreendimento. Então questões específicas como essas serão discutidas nesses fóruns e levadas a nosso conhecimento e ao conhecimento da empresa e aí dirimidos possíveis conflitos.

O padrão da estratégia de estruturação narrativa, alternando as vozes dos atores sociais “problemas” seguidos pelas vozes que oferecem a “solução” permeia o escopo da reportagem. O confronto entre os atores sociais é estruturado de tal maneira objetivando que o grupo Nós tenha grande força ilocutória em relação ao Eles, mesmo que se baseiem apenas em enunciados assertivos/constatativos, como é o caso do representante da Norte Energia, empresa encarregada da construção da usina. Por ser parte diretamente interessada, essa empresa deveria ser considerada suspeita para apresentar seus argumentos. **Luis Fernando Rufato (Norte Energia):** “Disso aí nós não podemos abrir mão. Nós temos que usar. Isso é o potencial do Brasil dos brasileiros que é pra gente ter essa garantia que nós vamos ter energia barata, renovável sem depender de nada”.

O tom imperativo, de “não podemos abrir mão”, “temos de usar”, aliado ao apelo nacionalista-populista de “potencial do Brasil dos brasileiros” levado para o lado da segurança energética e o fator econômico com a argumentação de que é “pra gente ter essa garantia que nós vamos ter energia barata, renovável, sem depender de nada”, tem uma força discursiva de apelo emocional muito mais ampla do que a fala escolhida para representar o ambientalista que representa sua contraparte discursiva. Diz **Marcelo Salazar (Instituto Socioambiental)** que: “O custo de Belo Monte é muito maior do que está sendo ventilado pelo empreendedor. Você tem diversos impactos socioambientais dessa obra que vão muito além da área de abrangência de construção dessa obra que não estão sendo dimensionados”. Do ponto de vista jornalístico, a repórter está correta em ouvir os dois lados. Do ponto de vista linguístico, fica a questão se essas falas foram ou não foram selecionadas e escolhidas para conseguir um efeito discursivo cujo movimento argumentativo sirva de suporte à asserção.

Utilizando as categorias de Estratégias de Discurso/Categorias de Análise de Discurso de van Dijk (2009), podemos inferir que houve uma Ordenação do Discurso dentro de uma Superestrutura Narrativa, cujo objetivo era anular argumentos que precisavam ser apresentados, pois ao levar o telespectador a se Identificar com o progresso, cria-se uma Comparação desequilibrada onde a Aparente Simpatia/Empatia com a causa ambiental é esvaziada pela Utilidade Positiva evocada pela voz da Norte Energia. Ao ignorar que toda a área de floresta Amazônica inundada e as espécies dentro dos biomas únicos daquela área serão eliminados para sempre, a repórter utiliza uma Falsa Analogia, como se esse bem não fosse também dos brasileiros.

Ainda dentro dessas categorias, podemos ver que os chamados Valores Humanitários são desprezados pela força dos argumentos de autoridade dentro de um Aparente Esforço/Simpatia/Empatia com os oprimidos.

O final da reportagem, que contém “a moral da história”, é marcado pelo confronto de uma moradora ribeirinha, de uma pescadora e do representante do MME, além da voz da repórter que se utiliza da categoria discursiva Utilidade Positiva.

- H) C.S.:* Polêmica e dúvidas também entre as comunidades ribeirinhas. Várias serão alagadas. Outras ficam onde serão instalados os canteiros de obras. A empresa que constrói Belo Monte terá que indenizar os moradores ou construir novas moradias. Mas os locais para onde serão levados não foram escolhidos. Dona Cláudia que há 40 anos mora na comunidade Santo Antônio está angustiada.
- I) Cláudia Alcoforado* (moradora): Eu me sinto triste, porque aqui a gente vivia num sossego muito bom sabe?
- J) C.S.:* Toda essa mudança tem um motivo claro para o governo, garantir energia para o país.
- K) Altino Ventura* (Min. Minas e Energia): O nosso país é um país que está crescendo e necessita de aproximadamente cerca de 7 mil megawatts por ano nos próximos dez anos pra permitir esse crescimento econômico e o desenvolvimento do nosso país.
- L) C.S.:* Hoje, o Xingu é o ganha pão da pescadora Alcilene.
- M) Alcilene* (pescadora): Piau, pacu, corvina, curimatá.
- N) C.S.:* Mas ela já sabe que o seu modo de vida simples está no caminho de uma força avassaladora.
- O) Alcilene:* Esse é o progresso né?

Cristina Serra escolheu duas vozes representativas dos setores mais frágeis e sem poder econômico dentro da sociedade, a ribeirinha e uma pescadora para contrapor ao argumento de autoridade do representante do MME. A repórter não hesita em qualificar o nível de resistência que essas duas mulheres terão de enfrentar como “uma força avassaladora”, sem questionar nenhum aspecto ético e de legitimidade na maneira como um governo trata o seu povo. Na verdade, essa é uma metáfora definidora das relações sociais dominantes no Brasil, que reflete que o governo tudo pode em nome de seus interesses e que descreve o abuso do poder Federal em sintonia com as suas elites e o apoio ideológico do JN.

Nossa orientação final para a análise dessa notícia está consonante com a advertência de Hall (2001, p. 516) sobre definições dominantes, que se impõem hegemonicamente justamente por representarem as situações que estão em dominância no sentido global. As chamadas grandes totalizações, que remetem às grandes visões sintagmáticas do mundo estão sendo representadas pelo JN de forma incontestada pela escolha semântico-pragmática das grandes visões que falam em nome do “interesse nacional” – a força do progresso que não considera quem está no seu caminho, metaforicamente representada pela pescadora Alcilene e pela ribeirinha Cláudia, mas que se estende a todos os brasileiros que ousarem desafiar o governo na construção de Belo Monte, a CNBB, o MPF, os ambientalistas, os atores globais, etc.

Para não deixar dúvida em relação a qual grupo o JN está interessado em representar e legitimar, ele mesmo apresenta a solução para tanta polêmica no item *O*: “Toda essa mudança tem um motivo claro para o governo, garantir energia para o país”. Esse enunciado completa o raciocínio de Hall (2001) ao dizer que as definições dominantes relacionam os eventos – a

construção da usina – aos valores que fazem parte do “interesse nacional”, ou ao nível das explicações geopolíticas descritas pelo MME em *P*: “O nosso país é um país que está crescendo e necessita de aproximadamente cerca de 7 mil megawatts por ano nos próximos dez anos pra permitir esse crescimento econômico e o desenvolvimento do nosso país”.

Parece-nos evidente após a análise crítico-discursiva dessa reportagem que o principal obstáculo para a construção de Belo Monte se encontra na presença dos índios, e cuja caracterização como atores sociais é a única que emerge como “violentos”. Os outros grupos, ainda que opostos, “dialogam” dentro de falas alternadas, sendo que a repórter se abstém de qualificar os interlocutores.

Princípios de uma ideologia capitalista clássica sobre o progresso trazido pela eletricidade permeiam o texto ao mesmo tempo em que buscam mitigar os efeitos da devastação socioambiental como sendo uma pequena parte a ser paga para um objetivo maior. Em decorrência disso, as macroproposições terminam por expressar – por vias de inferência – os valores neoliberais do progresso, que se aferram à liberdade irrestrita ao capital como condição *sine qua non*, reproduzindo a ideologia das elites financeiras justamente contra os setores sociais mais desprotegidos.

ANÁLISES - JN 11- JN 21

Para realizar as análises de JN 11 a JN 21, utilizamos um procedimento metodológico diferente das anteriores, no sentido de agruparmos várias notícias e analisá-las em um bloco definido pelo próprio JN, já que estas foram as notícias transmitidas neste período e que versavam sobre Belo Monte. Nosso entendimento é que a partir da observação dos papéis arrolados aos atores sociais seja possível operar dentro de um campo delimitado na produção de sentidos e na sua relação com os modelos mentais com os quais as notícias dialogam.

O percurso das análises não se dá de maneira linear, pois a cada novo enunciado questionado, abrem-se novas perspectivas analíticas que precisam ser observadas.

Esse procedimento é decorrente da leitura dos títulos das notícias, que nos possibilitou formar uma primeira impressão sobre a topicalidade do bloco, isto é, se há uma coesão temática entre eles e qual seria. A partir da seleção dos títulos das matérias, entendemos que há indícios significativos de uma macroestrutura semântica com uma vincada identidade

discursiva, visto que a quase totalidade destas reportagens se refere aos índios – como agentes / pacientes - em estado de conflito com o governo brasileiro de modo direto, sendo, portanto Incluídos como atores sociais e representados como tópico principal, excetuando-se JN 12 e JN 21, onde estão Incluídos indiretamente.

Este é o grupo de títulos analisados e o que consideramos ser a topicalidade de cada notícia.

JN 11

Título: “Justiça Federal do Pará pede retirada de índios que invadiram obras”

Há três dias oitenta índios iniciaram um protesto contra o andamento da obra.

JN 12

Título: “Polícia reforça segurança nos canteiros de obras da Usina de Belo Monte”

Decisão judicial, greves, protestos de índios, pescadores e ambientalistas têm provocado as paralisações.

JN 13

Título: “Índios bloqueiam acesso a canteiro de obras da usina de Belo Monte no PA”

Os juruna denunciam que o represamento do rio Xingu estaria prejudicando a qualidade da água e afetando a pesca. Homens da Força Nacional de Segurança acompanham o protesto.

JN 14

Título: “Índios ocupam o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte”

Índios de várias etnias armados com bordunas e flechas ocupam o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte

JN 15

Título: “Índios não cumprem ordem de desocupar obras de Belo Monte”

Índios (ênfase) que invadiram há quatro (ênfase) dias o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte, no sudoeste do Pará, não (ênfase) cumpriram a ordem judicial de desocupar (ênfase) a área.

JN 16

Título: “Obras na usina de Belo Monte são retomadas após invasão de índios”

Foram retomadas hoje as obras no principal canteiro de obras da usina de Belo Monte no Pará. Elas estavam paradas há quatro dias por conta da invasão de um grupo de índios.

JN 17

Título: “Índios vão a Brasília em aviões da FAB para discutir a construção de hidrelétricas”

Na semana passada esse grupo tinha invadido o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte.

JN 18**Título: “Dilma defende solução negociada para os conflitos indígenas”**

Dilma Rousseff: “O governo brasileiro cumpre lei rigorosamente. O que a justiça dispõe para nós fazemos, nós cumprimos. Agora, sempre vamos preferir o processo negocial para evitar choques, mortes, ferimentos”.

JN 19**Título: “Índios Munduruku ocupam sede da FUNAI em Brasília”**

Cento e quarenta e cinco índios, na maioria da etnia munduruku, ocuparam a sede da FUNAI em Brasília. O grupo é o mesmo que tinha invadido no mês de maio a usina de Belo Monte no Pará.

JN 20**Título: “Índios fazem protesto na Esplanada dos Ministérios”**

Em maio, esses mesmos índios invadiram a usina hidrelétrica de Belo Monte.

JN 21**Título: “Justiça manda suspender obras e licença ambiental de Belo Monte”**

O Ministério Público Federal acusa a empresa Norte Energia de não executar exigências de saúde, de infraestrutura e de meio ambiente.

A visada conjunta desses títulos revela um bloco coeso com características semântico-cognitivas específicas de conflito e tensão que se evidenciam a partir da releitura de seus enunciados sob uma orientação de categorias de análise como a topicalização e o protagonismo dos atores sociais, particularmente dentro do que van Leeuwen (1997) categoriza de “inventário sócio-semântico”, que serve como instrumento de categorização e de identificação dos atores. No entanto, é pela análise da seleção dos atores sociais envolvidos diretamente com os índios que se tornam evidentes as macroestruturas desse discurso, que entendemos como um grande sintagma no sentido proposto por Hall (2001). As relações – de conflito – entre os índios e o Estado brasileiro, via os Aparelhos Repressores de Estado (ARE) se dão com a: Justiça Federal, Força Nacional de Segurança, Ordem Judicial, Força Nacional, Polícia Militar e Funai.

A apuração dos tópicos e a seleção dos atores sociais que participam de maneira mais ativa nas notícias, isto é, Incluídos, Personalizados e Determinados, reitera essa posição, pois a seleção lexical de referência dos índios está inserida nas questões da ordem e do progresso como veremos nas análises textuais. Da ordem, cujas leis são determinadas pelo homem branco, mas que os índios insistem em desrespeitar por terem outra visão dos

conceitos de propriedade e de legalidade, e do progresso, também ele um conceito do homem branco, que é impedido de se realizar, pela invasão indígena do território que pertencia a eles, mas que agora é privado. Essa topicalização que opera a macroproposição discursiva encontrada em todos os enunciados analisados aponta para uma construção estereotipada da referenciação dos índios, que nos remete historicamente a um Brasil Positivista do início da República no final do século XIX.

Outro indicativo de uma identidade contínua nessa macroproposição se dá pela aplicação do princípio da interdiscursividade de Fairclough (2001, p. 114) ao explicar que: “uma experiência intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às ‘cadeias de comunicação verbal’ existentes (Bakhtin, 1986, p. 94), consistindo em textos prévios aos quais respondem”. Isso significa que a leitura e a análise dos enunciados podem ser feitas dentro do princípio filosófico do rizoma de Deleuze e Guattari (1995), pois se encontram entrelaçadas discursivamente e interconectadas historicamente na construção da referenciação dos índios a partir do ponto de vista do homem branco, que é quem detém as condições e o controle das práticas discursivas produzidas pelo JN. Não descartamos encontrar nesses discursos sequências específicas, indícios de um tema muito pouco abordado na mídia brasileira, que é o discurso racista em relação aos índios.

A seleção dos atores sociais, dentro do critério do quadrado ideológico de van Dijk de Nós vs Eles, isto é, o grupo endógeno ao poder e o grupo exógeno a ele, revela de início fatos que passariam despercebidos ao telespectador e que só podem ser observados pela leitura crítica.

Atores sociais Nós *Incluídos*: Governo (Dilma, Gilberto Carvalho, Tarso Genro), Funai, Força Nacional de Segurança, Polícia Militar, Justiça Federal, Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, CNBB, Norte Energia. ***Excluídos*:** empresas e bancos brasileiros, forças econômicas internacionais.

Atores sociais Eles *Incluídos*: Índios, funcionários encapuzados, funcionários amedrontados, ambientalistas, pescadores, Ministério Público Federal.

A nota de atenção que se faz necessária a partir da leitura dos atores sociais envolvidos, é que houve uma exclusão sistemática de vários atores sociais com poder de resistência. No bloco analisado, de JN 11 -21 a voz dos ambientalistas e dos pescadores foi obliterada, bem como a do MPF. A leitura linguística de acordo com van Leeuwen (1997) é a

da Exclusão/Supressão. O entendimento contextual jornalístico é que houve um redirecionamento ideológico na cobertura da pauta sobre Belo Monte. Já não interessa mais sequer dar voz aos oponentes da usina, o objetivo agora é deslegitimar a ação dos índios, criando para eles representações negativas, tanto culturais como biológicas, que vão organizar as relações cognitivas entre a sociedade branca e os índios.

A evidência da reorientação para essa estrutura cognitiva, é encontrada em JN 7 que está ligada pela intertextualidade do grupo em L 53-59. A referência histórica positiva aos índios que viveram na área a ser desmatada e alagada é encontrada nas categorias de van Leeuwen (1997) ao serem: Personalizados de modo culturalmente importante que justifique a preservação de cacos, pois (os arqueólogos) “de caco em caco vão montando um quebra-cabeça” para uma Especificação “e descobrindo quem eram esses índios” e uma Individualização, “como vivam”, para no final, receberem o sinal de respeito do JN pela voz do arqueólogo: “Alguma lição elas devem ter para nos ensinar”.

Cristina Serra: Na hora de desmatar, de olho no futuro, é preciso lembrar que a Amazônia tem um passado. Arqueólogos procuram vestígios das populações indígenas que viveram há mais de mil anos aqui. De caco em caco vão montando um quebra-cabeça e descobrindo quem eram esses índios, como viviam. Mais uma exigência para a construção da usina, dessa vez do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Arqueólogo: sempre viveu muita gente aqui na Amazônia e de maneira inclusive sustentável. Alguma lição elas devem ter para nos ensinar.

Ao realizarmos um comparativo entre os elementos discursivos sobre a referenciação feita aos índios do passado e os do presente, não encontramos nenhuma dessas modalidades de atributos culturais positivos aos indígenas que tivessem “alguma lição para nos ensinar”.

Na proposta de Hall (2003) relativa aos estudos sobre a homogeneização global, o autor indica a fascinação ocidental com as culturas que oferecem uma “alteridade”, que podem ser mercantilizadas e transformadas seletivamente em objetos de consumo para o capitalismo. No nosso entender, esse posicionamento justifica o elogio à cultura do índio morto, que vive no passado, e cujos ensinamentos podem ser (re) interpretados por nós de modo utilitarista. No entanto, o índio vivo, testemunho histórico dessa cultura arcaica que tanto queremos “preservar” é ignorado em todas as suas instâncias, pois neste momento representa uma voz de resistência ao modelo de progresso que queremos impor, não sendo, portanto, digno de ser ouvido. Assim é feita uma inversão discursiva, que reaviva o conceito racista que era expresso nos filmes americanos do Velho Oeste: “índio bom é índio morto”.

Outro aspecto a ser observado como crucial do ponto de vista ideológico, é que esta é a única vez que a CNBB aparece como ator social nas notícias do JN, embora, como já assinalamos na análise de JN 6, tem sido um dos grupos sociais mais ativos na defesa dos interesses e dos direitos dos índios, fato que o JN ignora por completo. Ao elencarmos a CNBB como parte do grupo do governo, fomos traídos pelo próprio enunciado do JN que demonstra como a sintaxe pode levar a conclusões equivocadas. O enunciado em JN 17, L 17-21, afirma que:

Na reunião coordenada pelo Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, e com representantes de cinco outros Ministérios, mais FUNAI e CNBB, os índios disseram que queriam ter sido ouvidos sobre a construção das usinas de Belo Monte, Tapajós e Telles Pires. Foi uma longa reunião mas as posições não mudaram. Os índios não querem as usinas, o governo diz que precisa delas.

Para o telespectador desinformado, não há qualquer indício textual de que a CNBB – ou qualquer outro órgão citado – possa estar ao lado dos índios, já que “a reunião coordenada por Gilberto Carvalho teve a presença de cinco outros Ministérios, mais Funai e CNBB”.

Apesar de elencar vários atores sociais durante a construção discursiva, é possível identificar um grande eixo organizador da polaridade que vai contrapor os índios em relação ao governo, representado principalmente na figura do ministro Gilberto Carvalho da Secretaria Geral da Presidência da República, e que tem acesso direto à presidente Dilma Rousseff, podendo, portanto, ser interpretado como seu interlocutor direto.

A questão do acesso ao poder é também tema relevante na composição intertextual, nomeadamente em JN 20 entre L 2- 5:

Em Brasília, os índios que ontem invadiram a sede da FUNAI, fizeram hoje um protesto na Esplanada dos Ministérios. [...] Eles foram até o Supremo Tribunal Federal pra tentar marcar uma audiência com o presidente, o ministro Joaquim Barbosa, e não conseguiram. Estiveram ainda nos ministérios de Minas e Energia e Justiça, mas não foram autorizados a subir.

Ao iniciar a notícia com a seleção lexical “invadiram”, o JN já caracteriza os índios como fora da ordem. Não sabemos como foi essa “invasão”, já que a Funai é, em tese, o órgão do governo responsável pela inserção dos índios na sociedade brasileira, e também se responsabiliza por essa interface em várias instâncias que não cabem descrever aqui. Ao elencar na sequência deste ato de invasão, com sua carga semântica que remete à ilegalidade, duas negativas de acesso dos índios aos poderes supremos do país, o JN reforça o modelo mental de que os índios não têm força política para serem atendidos, pelo fato de cometerem

atos ilegais, isto é, sem legitimidade. O raciocínio lógico que conclui a razão dessa nota, de apenas quarenta e um segundos, está explicado no final, que é o que o JN pretende construir. A imagem de índios que perfazem atos de invasão, operando um discurso de forte teor simbólico que remete aos conflitos históricos entre índios e brancos ao longo da história das Américas.

Em maio, esses mesmos índios invadiram a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e na semana passada foram levados a Brasília em aviões da FAB pra um encontro com o ministro Gilberto Carvalho, da secretaria geral da Presidência.

A menção ao “privilégio”, sempre enfatizado, de terem voado em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), que na verdade é o meio legal e legítimo de transporte dos indígenas no Brasil, repete-se em JN 17 no título: “Índios vão a Brasília em aviões da FAB para discutir a construção de hidrelétricas” e entre L1- 5 com praticamente o mesmo enunciado, o que reitera a suspeita da linearidade ideológica na repetição e na ênfase dos mesmos componentes nos enunciados.

Dezenas de indígenas voaram pra Brasília em aviões da FAB, para um encontro que terminou sem acordo com o Ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. Na semana passada esse grupo tinha invadido o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte no Pará, e no sul do Brasil, houve novos (ênfase) protestos pela demarcação de reservas. [...] Em Altamira no Pará, quase cento e cinquenta índios, a maioria deles da etnia munduruku, embarcaram para Brasília em dois aviões da FAB, viagem bancada (ênfase) pelo Governo Federal. Os mesmo índios que na semana passada paralisaram por cinco dias as obras da usina de Belo Monte, sendo que alguns deles vivem a 800 (ênfase) quilômetros da hidrelétrica.

A informação sobre o uso dos aviões da FAB se repete mais uma vez em JN 18, agora com a agravante de que a nossa segurança nas fronteiras ficou ameaçada pelo deslocamento das aeronaves. Nesse ponto, é fundamental fazer uma pergunta que raramente é feita em análises linguístico-jornalísticas: quem disse isso? Qual foi a fonte consultada? A FAB disse isso no contexto indicado pelo JN ou este se aproveitou da informação e a descontextualizou? Se é verdade, então só temos esses (quantos?) aviões patrulhando nossas fronteiras? O número não é, por si só, insuficiente? Os metassentidos que se abrem ao se fazer uma assertiva desse tipo denunciam novamente a frivolidade de usar construções assertivo/constatativas, que encerram o problema sem dar chance ao diálogo, ao questionamento ou explicar o que foi dito. Prevalece o implícito, a pressuposição do aspecto negativo do uso dos aviões. Vejamos JN 18 entre L4 -8:

Em assembleia à tarde, os índios munduruku decidiram permanecer em Brasília. Vão entregar um documento ao ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência, pedindo para serem ouvidos sobre a construção de usinas na Amazônia. Os índios vieram ontem à Brasília em aviões da FAB. As aeronaves faziam a segurança nas fronteiras e foram deslocadas para trazer os indígenas.

Em suma: em três notícias o JN reitera a posição de conflito entre os índios e o governo, na figura do ator social do ministro Gilberto Carvalho, destacando que este é sempre Incluído/Identificado em seu posto, enquanto não há uma única menção identitária mais concreta sobre quem são os índios, nem das suas lideranças ou sobre suas posições.

Dentro das categorias de análise dos atores sociais de van Leeuwen, a Inclusão/Identificação é uma das que comandam mais poder pelo fato de permitirem e/ou possibilitarem que a distribuição dos papéis arrolados a determinados atores seja previamente orientada no sentido de criar um modelo mental sobre esse ator, cujas práticas sociais não tenham correspondência na vida real. Não há nada de ilegal no fato dos índios terem voado em aviões da FAB e nem poderia haver, pois eles, ao contrário dos políticos que constantemente se utilizam dessas aeronaves, aí sim de maneira ilegal, para uso particular, não têm qualquer ascendência sobre a FAB. Desse modo, do ponto de vista legal, é possível contornar problemas como acusações de calúnia e difamação, pois não são feitas acusações que possibilitem uma ação legal, mas trabalha-se na construção de sentidos imanescentes ao ator por inferência, implicatura, correlação etc. Em síntese, o grupo social índio é caracterizado por uma Passivação que resulta em uma Beneficiação, fruto de um tratamento de Diferenciação, “voar em aviões da FAB com dinheiro pago pelo governo”. É de se salientar que, em nenhum momento em todo o *corpus* selecionado, o JN menciona essa questão de que é o contribuinte que vai pagar as contas da construção de Belo Monte. Sobre essa questão apagada no discurso do JN, e de vital importância para o ator social “população brasileira”, reproduzimos um excerto da entrevista do prof. Bermann (2011) a Eliane Brum da revista Época.

Época: Em cinco anos, o valor da obra avançou em mais de R\$ 20 bilhões?

Bermann: Oficialmente está hoje orçada em R\$ 26 bilhões. Mas existem estimativas de que não vai sair por menos de R\$ 32 bilhões. Isso sem falar em superfaturamento.

Época: Deste valor, quanto sairá do BNDES, ou seja, do nosso bolso?

Bermann: Oitenta por cento da grana para isso é dinheiro público. O que estamos testemunhando é um esquema de engenharia financeira para satisfazer um jogo de interesses que envolve empreiteiras que vão ganhar muito dinheiro no curto prazo. Um esquema de relações de poder que se estabelece nos níveis local, estadual e nacional – e isso numa obra cujos 11.200 megawatts de potência instalada só vão funcionar quatro meses por ano por causa do funcionamento hidrológico do Xingu. Então, é preciso entender que a discussão sobre a volta da inflação não se dá porque está aumentando o preço da cebola, do tomate, do leite... É por causa da volúpia de

tomar recursos públicos que será necessário fabricar dinheiro. O ritmo inflacionário vai se dar na medida em que obras como Belo Monte forem avançando e requerendo que se pague equipamento, que se pague operários, que se pague uma série de coisas e também que se remunere com superfaturamento.

Os constantes aumentos na taxa de juro básico, do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), realizados na gestão de Dilma Rousseff, colocam em perspectiva histórica e de modo correto a assertiva de Bermann, fato que o JN ignora e se recusa a observar, praticando a sonegação da informação.

Na função de criar efeitos de sentido, ao reiterar repetidas vezes que Gilberto Carvalho é ministro e ao negar qualquer identidade aos índios, o JN cria um diferencial nas relações de poder, que é reiterado pelo próprio Carvalho, sobre quem pode decidir e quem não. A definição sobre quem compõe o grupo Nós, como atuam, e quem são Eles, é dada pelo ministro Carvalho em JN 17 entre L- 24-28.

Nós os trouxemos aqui para um diálogo, ouvimos longamente a fala deles, as críticas deles, mas fomos absolutamente claros com eles, dizendo que o governo não vai abrir mão dos seus projetos. Agora, o governo fará as correções necessárias para fazê-lo de forma adequada, para que de fato esse empreendimento deixe um rastro de vida, e não de morte. (grifo nosso).

A explicitação de quais seriam as “correções necessárias” não é feita, o que enfraquece a posição reivindicatória dos índios já que não é possível saber se tais mudanças são provenientes das reclamações em L 19-20: “os índios disseram que queriam ter sido ouvidos sobre a construção das usinas de Belo Monte, Tapajós e Telles Pires” que logo a seguir sofre uma contradição em L 21-22: “Os índios não querem as usinas, o governo diz que precisa delas”. A força ilocutória contida nos verbos introdutórios de opinião atribuídos aos índios, *querer*, e ao governo, *precisar*, são bastante distintas, já que não há explicação de qualquer espécie dentro da racionalidade do homem branco que preclui a construção das usinas enquanto o ponto de vista do governo é de que ele precisa das usinas para avançar no progresso de sua civilização branca, implicando retrocesso da civilização indígena, vista aqui como algo menor e que por falta de poder militar, econômico e/ou de acesso à mídia se vê subjugada pela lei do mais forte. A racionalidade do ponto de vista discursivo do governo pode ser interpretada como uma estratégia para diminuir a resistência da sociedade, já que, uma vez construída, Belo Monte vai “naturalizar” a construção de outras usinas e a consequente devastação delas advinda.

A informação de que após Belo Monte outras usinas virão é um fator de alta relevância nessa discussão e se revela como ato falho, pois, apesar de ser um evento jornalístico com alto grau de importância, tem sido ignorado sistematicamente pelo JN. Entendemos essa omissão como um discurso enviesado ideologicamente, já que ao tornar público esse fato, poderia funcionar como fator de legitimação do pleito dos índios, de que outras usinas serão construídas. Longe de ser uma conjectura, essa premissa é uma denúncia tecnicamente embasada por Bermann (2012, p. 6-7):

O Brasil possui 26 usinas hidrelétricas planejadas e em construção na Amazônia nos próximos dez anos. [...]. Todas essas obras têm pontos em comum: são propostas sob o estigma da ‘segurança energética’ em cada um dos países envolvidos nesses projetos. E todos os projetos são apresentados com a participação direta ou indireta com empresas e bancos brasileiros. [...] A presente reflexão apresenta uma contextualização da emergência de aproveitamentos hidrelétricos na bacia amazônica, a partir da perspectiva de uma divisão internacional da exploração dos recursos naturais. O planejamento e construção de projetos de hidrelétricos na região amazônica deixaram de ser apenas uma questão nacional e vêm adquirindo um caráter regional. [...]. E a bacia hidrográfica amazônica passou a ser identificada única e exclusivamente pelo seu potencial hidrelétrico. Estavam dadas as pré-condições para a apropriação dos recursos naturais na Amazônia: por um lado, a disponibilidade de minérios, e, por outro, os recursos hídricos monopolizados para a produção de energia elétrica.

A informação de Bermann é relevante, na medida em que inclui atores sociais – empresas e bancos brasileiros, além de forças econômicas internacionais - que justifiquem a posição intransigente do governo. Por sua vez é possível fazer a conexão com a denúncia de Trigueiro (2013) de que o governo age defendendo os interesses da iniciativa privada. :

O megaprojeto de Belo Monte no Xingu, nossos colegas que para lá seguiram com o objetivo de cobrir exatamente todas as rotinas que envolvem a maior obra em curso hoje no Brasil, a gente viu que, a gente viu a contrição, a censura, forças do Estado recrutadas pelo poder privado, pela empresa concessionária lá da obra, tirando jornalistas do perímetro e impedindo ele de cobrir o que estava acontecendo quando tinha manifestações indígenas.

Finalmente agregamos a leitura que Bauman (1999, p. 29) faz do Estado moderno e suas estratégias de poder hegemônico baseados na justificativa racional do ministro Carvalho, parafraseada pelo JN, de que “o governo precisa delas” (as usinas):

O projeto, supostamente ditado pela supremacia e inquestionável autoridade da Razão, fornecia os critérios para avaliar a realidade do dia presente. Esses critérios dividiam a população em plantas úteis a serem cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas. Satisfaziam as necessidades das plantas úteis (segundo o projeto do jardineiro) e não proviam as daquelas consideradas ervas daninhas.

Consideravam as duas categorias como objetos de ação e negavam a ambas os direitos de agentes com autodeterminação.

Embora o efeito de crença compartilhada, resultante da representação e da referenciação dos índios se dê a *posteriori*, é preciso observar em quais instâncias esse processo de construção se dá a priori. Portanto, é preciso analisar outros níveis de abstração simultaneamente para, a partir daí, encaminhar os sentidos buscados. Se o discurso é de discriminação ou racista, suas origens estão nos *topoi* que lhe servem de premissa e que encaminha para as conclusões. Aliadas a certas argumentações compõem o quadro cognitivo necessário para o seu entendimento.

- Macroproposição da legalidade
- Macroproposição da agressividade indígena
- Macroproposição da legalidade do governo
- Exclusão de outros atores sociais

Nossa percepção é de que a macroestrutura dessas notícias é a mesma, isto é, criminalizar e deslegitimar o discurso de protesto dos índios, que, para todos os efeitos é legítimo, ao menos no sentido democrático de liberdade de expressão e que se encontra como um dos princípios defendidos pelo Editorial das OG, já que: “Os jornalistas devem ser escolhidos entre os mais capazes em suas áreas e funções, entre aqueles que têm a democracia e a liberdade de expressão como valores absolutos e universais”.

A paráfrase do JN 18, L 21-24, atesta que a presidente da República Dilma Rousseff: “defendeu uma solução negociada para os conflitos indígenas, garantindo, segundo ela, não só os direitos dos índios, mas também de todas as populações que vivem no país, e com o governo, cumprindo as decisões judiciais”. A questão mais importante do enunciado é o posicionamento da presidente sobre “os direitos dos índios, mas também de todas as populações”. A leitura desse trecho é particularmente problemática. Primeiro porque não encontramos nenhuma referência no *corpus* analisado sobre o que sejam os direitos dos índios, nem menção que levasse em conta qualquer possibilidade da legalidade/legitimidade dos protestos deles, muito ao contrário. A interpretação que fazemos é que Dilma está a contrapor os direitos dos índios com os do resto da população não-indígena do país, sendo o governo o agente encarregado de levar a ordem a todos os seus habitantes, de acordo com as decisões da lei, “cumprindo as decisões judiciais”.

Desse modo, parece-nos pertinente observar que van Leeuwen (1997, p. 218) considera Governo, um ator social que paira sobre os outros em virtude dos privilégios que comanda, já que este “raramente é relegado para segundo plano ou referido genericamente, e

muitas vezes é individualizado e nomeado, ou seja, personificado”, acrescentando que ele “transcende igualmente a classificação, é sempre funcionalizado”.

A confirmação dessa premissa de van Leeuwen pode ser encontrada em JN 18, notícia que relata a posição do Governo Dilma que “defende uma solução negociada para os conflitos indígenas”, sendo que o encarregado dessa negociação, o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho é mencionado pelo JN por sete vezes, incluindo o privilégio de falar em câmera, enquanto os índios, como em todas as outras notícias desse bloco não tem qualquer acesso permitido pelo JN para expressarem suas reivindicações, nem têm qualquer traço identitário que os legitime como proprietários das terras. A voz deles fica, por conseguinte, interdita no sentido foucaultiano, ou Impersonalizada de acordo com van Leeuwen.

Para o procurador da República Felício Pontes Jr. (2011), em entrevista à revista *Época*, a questão da legalidade está diretamente relacionada de forma mais direta com o Poder do que com a observância da lei.

Época: Você acha que as decisões dos tribunais superiores, no caso de Belo Monte, têm a intenção de agradar o governo? Ou uma outra hipótese é que seriam o reflexo da ignorância com relação à Amazônia, ao que realmente é a Amazônia?

Felício: Como são muitas decisões, eu vejo as duas coisas. Nas últimas, me parece que o objetivo principal era agradar o governo. Por mais que você tenha um distanciamento da Amazônia, por mais que você não entenda nada da Amazônia – é clara a intenção de agradar o governo. Por que agradar o governo? Porque quem nomeia estas pessoas para o STJ (Superior Tribunal de Justiça) ou o STF (Supremo Tribunal Federal) é o governo. Nas decisões anteriores, eu acho que ficou mais evidente mesmo esta coisa do distanciamento. Os caras não têm a menor idéia do que é isso aqui. Não têm a menor idéia do impacto que esta usina vai causar. O povo da floresta é invisível. De Marabá para baixo, o povo da floresta é invisível. E é muito difícil você tentar defender os interesses de quem é invisível.

O *tópos* da legalidade, da “justiça para todos” – que é utilizado por Dilma – é uma estratégia sutil de polarizar o governo contra os índios, colocando-os do “outro” lado da lei. As relações pessoais entre os homens da lei e os homens do poder no Brasil, expostas por Felício Pontes Jr. faz necessária uma abordagem sobre essa topicalidade. De acordo com Wodak (2007, p. 75), “se as pessoas/ações/situações são iguais em específicas situações, elas deveriam ser tratadas/negociadas do mesmo modo”. Esse *tópos* está ligado ao da responsabilidade que pode ser sumariado do seguinte modo: “se o Estado ou um grupo de pessoas é responsável pelo surgimento de problemas específicos, ele ou eles devem agir de modo a encontrar uma solução para estes problemas”.

Os *topoi* agem como símbolos coletivos que têm importante função coesiva nos textos, pois ao fazermos a topicalização, isto é, determinar sobre o que trata a notícia podemos recorrer ao uso de determinados *topoi* que embutem um conhecimento geral a respeito de determinado grupo ou prática social. Para Wodak (2007, p. 74) dentro da teoria da argumentação, os *topoi* “podem ser descritos como partes da argumentação que pertencem às premissas obrigatórias tanto explícitas como implícitas que podem ser inferidas”, funcionando desse modo como regras de conclusão antecipadas, já inferidas, que conectam os argumentos com a conclusão, justificando assim a transição lógica que não será explicitada. Em um enunciado argumentativo, seria descrito como “partindo da premissa de que os índios são violentos/selvagens/incultos devemos impor as leis a eles”. Do ponto de vista da argumentação lógica, Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 54) refletem sobre o tema dizendo que:

Em geral, a ligação argumento-conclusão é garantida por um *tópos*, frequentemente implícito. [...]. Diz-se, às vezes, que há mais no argumento do que na conclusão, na medida em que o argumento é mais garantido do que a conclusão (que é somente uma projeção hipotética do argumento).

O *topos da definição* remete à seguinte regra de conclusão: se uma ação, coisa, pessoa (s) é nomeada/designada como sendo X, então a ação, coisa ou pessoa (s) carregam ou deveriam carregar as qualidades/traços/atributos

Nesse caso, a Identificação sobre quem está causando os problemas pelo *tópos* da responsabilidade é primazia do JN. Ao fazer a referenciação e a representação dos papéis designados aos índios, sem que haja qualquer possibilidade de contrapartida destes em relação ao modo como estão sendo enquadrados em seu papel de atores sociais, o JN faz a transferência de responsabilidade invertendo os papéis, de acordo com o desejo do Estado. Este deixa de ser o agressor, invasor e passa a ser o agredido, invadido. A arquitetura discursiva resultante é o enquadramento dos índios pela lei, como quer a presidente Dilma Rousseff, pois a “lei é para todos”. Isto é: as práticas discursivas do JN que definem as práticas sociais dos índios não necessitam ter correlação nem lógica nem ser constatadas, bastam ser assertivas.

Para tanto arrolamos uma definição de van Dijk (2005, p. 121) sobre o processo de como as ideologias permeiam o discurso ao terem uma relação intertextual de referência por oposição do que o sujeito adquire como conhecimento.

As relações envolvidas são dinâmicas e ‘dialéticas’: as ideologias controlam em parte o que as pessoas fazem e dizem (via atitudes e modelos), mas as práticas sociais concretas ou os discursos são eles próprios precisos para adquirir conhecimento social, atitudes e ideologias em primeiro lugar, *viz.*, através dos modelos que as pessoas constroem das práticas sociais dos outros (incluindo dos discursos dos outros).

Isso significa que o conhecimento social adquirido de modo ideologicamente enviesado servirá de parâmetro e de ponto de referência para argumentações de discriminação e que justifiquem atos com conotações racistas, classistas ou machistas.

Consideramos fundamental o posicionamento de Killingsworth e Palmer (1992, p. 23) a respeito da questão da Identificação sobre quem é chamado de “ambientalista”, por quem e com qual finalidade, já que na perspectiva retórica esse posicionamento permite identificar a formação do *ethos*. Analogamente a identificação do índio necessita responder às mesmas prerrogativas, já que eles são, em última instância, parte constitutiva da sociedade brasileira original, sem a necessidade de serem separados ou divididos desta, a menos que isso signifique um posicionamento ideológico cuja perspectiva seja exatamente a do enfraquecimento do sujeito índio, isolando-o no seu contexto de reivindicações. A construção identitária, afirmam os autores, “é revelada pelos esforços de construir comunidades em face ao conflito”. Conflito entre os índios e o Governo.

A partir da definição e do entendimento de que existe um macro contexto que permeia a relação interdiscursiva, nossa leitura, nessa premissa, ao mesmo tempo invoca e remete aos AIE/ARE de Althusser, da Língua de Estado de Pêcheux e de um conceito de Bauman (1999, p. 29) sobre os princípios de organização de Estado e sua função.

O Estado moderno nasceu como uma força missionária, proselitista, de cruzada, empenhado em submeter as populações dominadas a um exame completo de modo a transformá-las numa sociedade ordeira, afinada com os preceitos da razão. A sociedade racionalmente planejada era a *causa finalis* declarada do Estado moderno.

Ao representar os índios – em uma sequência de notícias - como grupo social que tem problemas com a justiça e a ordem estabelecida, o JN constrói uma realidade invertida, transformando-os em invasores do “principal canteiro de obras de Belo Monte”, negando o direito de se expressarem, de mostrarem o nível de destruição causado pela extensão das obras ao mesmo tempo em que descaracteriza a fato evidente de que eles é que foram invadidos em suas terras. Para o ator social urbano, a grande maioria da população brasileira que compõe a audiência do telejornal, a representação mental que o JN fornece dos índios como estando “fora da lei” é a que vai moldar ideologicamente o seu referente sobre eles, pois

“as ideologias estão localizadas entre as estruturas sociais e as estruturas das mentes dos membros sociais” diz van Dijk (2005, p. 120).

Para Bakhtin (1997, p. 31), mesmo antes do advento da TV, já era possível fazer a conexão entre produção e consumo, no nosso caso de notícias, como instrumento de poder ideológico.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como um corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*.

Finalmente, colocamos em evidência dois excertos do Editorial das OG, o primeiro da Seção III que se intitula “OS VALORES CUJA DEFESA É UM IMPERATIVO DO JORNALISMO”.

As Organizações Globo serão sempre independentes, apartidárias, laicas e praticarão um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não serão, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderão intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre-iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza. (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011)

E o segundo da Seção I, intitulado “OS ATRIBUTOS DA INFORMAÇÃO DE QUALIDADE”.

k) As Organizações Globo repudiam todas as formas de preconceito, e seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;

n) As Organizações Globo são entusiastas do Brasil, de sua diversidade, de sua cultura e de seu povo, tema principal de seus veículos. Isso em nenhuma hipótese abrirá espaço para a xenofobia ou desdém em relação a outros povos e culturas;

Para fazer uma leitura de contraponto com os princípios editoriais das OG, destacamos uma parte do enunciado de JN 14, L1 – 2, usando algumas categorias de análise de acordo com o proposto por van Dijk (2009)⁶⁶ : Índios de várias etnias armados com bordunas⁶⁷ e flechas ocupam o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte. [...] A Norte Energia anunciou que vai dialogar com os índios para uma desocupação pacífica do local.

⁶⁶ Material recebido durante seminário na Universidade de Pompeu Fabra, Espanha, intitulado. *List of Discourse Strategies/Categories for Discourse Analysis*. (Lista de Estratégias Discursivas/Categorias para Análise do Discurso, tradução livre).

⁶⁷ Palavra que designa uma especial de porrete de madeira utilizado na cultura indígena.

A topicalização é feita a partir de uma caracterização (Associação) de índios violentos mais uma vez, “armados de bordunas e flechas”, criando uma Modalidade textual de violência que está em sequência coesiva com o fato de que violam o espaço do homem branco, pois “ocupam o principal canteiro de obras”. O que o JN não diz (Exclusão) é que bordunas e flechas são elementos simbólicos da cultura indígena com reduzido poder de agressão se comparado com as armas de fogo utilizadas pela Força Nacional de Segurança, pela Polícia Militar e pela segurança particular de Belo Monte. Em nossas análises não há uma menção sequer de um ataque indígena de qualquer espécie. Consideram essa estratégia discursiva uma Falácia Argumentativa, que van Dijk (2009) categoriza como Ameaçando o Opositor (*ad baculum*) com um Argumento Irrelevante (*ignoratio elenchi*) pela disparidade do potencial de agressão e pela Reversão que torna a vítima invadida, o índio, em agressor.

Uma vez montada a estrutura da notícia a partir da agressividade indígena, ela se encerra com um ato de benevolência do branco já que em L6-7: A Norte Energia anunciou que vai dialogar com os índios para uma desocupação pacífica do local. O verbo introdutor de opinião, “dialogar”, tem uma conotação positiva que é reiterada pela seleção lexical “desocupação pacífica”.

Em JN 18, veremos que mesmo em situações onde o próprio governo encontra problemas para justificar sua violência contra os índios, o JN reitera o princípio de criminalizá-los e deslegitimá-los. No dia anterior, um índio havia sido morto durante uma ordem de reintegração de posse de uma fazenda. Em uma nota, fruto do desentendimento interno do governo, transparece a ideia de que a decisão da justiça não deveria ter sido cumprida para evitar conflitos. Como acabamos de mencionar, o poder de fogo dos índios é muito limitado se comparado com o das forças do governo. A questão é sobre o uso excessivo da força, e não sobre a legalidade da ação. No entanto, o JN prefere não discutir a violência branca e topicaliza sobre a legalidade.

A topicalização se dá em L 1-3: “A presidente Dilma Rousseff disse hoje que o governo cumpre as decisões da justiça, e o ministro Gilberto Carvalho precisou explicar as declarações dadas ontem a índios que tinham invadido as obras da usina de Belo Monte”.

Ao reiterar a legalidade do governo, Dilma quer que seu interlocutor, Gilberto Carvalho dê “explicações” sobre suas declarações “aos índios que tinham invadido as obras”. A partir dos princípios de van Dijk (2009) vemos novamente um caso de Argumentação Irrelevante (*ignoratio elenchi*), pois a informação que caracteriza os índios como “invasores” não é pertinente, e cujo único objetivo semântico-pragmático é colocá-los em uma situação de inferioridade legal, como invasores, o que serve para atenuar a morte do índio na fazenda.

Diz Gilberto Carvalho, em câmara entre L 13 - 17, o que reforça a sua posição de autoridade:

Nós sabemos o erro que foi essa...desgraça dessa morte desse companheiro “Terena” agora...quando um juiz de primeira instância mandou a reintegração de posse e a Presidenta falou para o ministro que não deveria ter obedecido porque para fazer uma operação daquela lá, fatalmente podia dar numa morte, infelizmente deu.

Acreditamos que esse enunciado seja bastante emblemático e representativo do discurso que o JN cria para o governo, sobretudo em seus momentos de maior fragilidade argumentativa, onde a violência dos ARE precisa ser justificada em nome da lei. A posição de Carvalho sobre a morte do índio é crucial: “Nós sabemos o erro que foi essa... desgraça dessa morte desse companheiro “Terena””.

Ao chamar o índio Impersonalizado, sem nome, sem idade, sem família e sem qualquer referência de “companheiro”, um epíteto reservado aos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), acreditamos que há indícios de ironia e mesmo de tratamento derogatório. Nesse caso, a seleção lexical “companheiro”, só pode ser encaixada nas categorias de van Dijk (2009) de: Esforço Aparente, Desculpa Aparente, Simpatia Aparente e Obrigação Legal baseadas nos princípios de Justiça e Igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?

Foucault

A resposta para a epígrafe acima se encontra na obra de Foucault (2011, p.10), para quem “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Fizemos desse princípio um dos valores que guiaram este trabalho que por hora encerramos, isto é, entender quais são as forças reacionárias que mantêm e controlam as diversas formas de poder, e impedem que tenhamos uma sociedade progressista, aberta ao debate e ao diálogo entre as diversas instâncias da sociedade.

A deontologia deste estudo nos obriga a finalizar esta parte da pesquisa com o resultado encontrado nas análises. Na Introdução nos propusemos a estudar, de forma ampla e crítica, o conteúdo das práticas discursivas do JN e como elas podem ser instrumentalizadas pelas elites dominantes por meio da naturalização de práticas sociais que são, em última instância, meios de criar, expandir e perpetuar as formas de abuso de poder. O poder, como bem aponta Foucault, está no discurso e na autoridade que se exerce sobre ele, permitindo ou interditando vozes. Para Sodré (2001), o poder também está no controle dessa dualidade, que gera a permanência do *status quo*, e na rejeição ao desconhecido. O autor afirma que “o sistema representado pela televisão deve *esconder o que não se pode mostrar* – tudo aquilo que ponha em dúvida, desestruture ou desarticule a univocidade do código”. (grifo do autor).

Quando a prática discursiva enviesada se naturaliza, rompe as fronteiras dos princípios éticos e ignora a deontologia, contamina de maneira inexorável as práticas sociais, agora já entendidas como extensão natural dos desvios. O processo de corrupção da alma humana tem então início.

Nossa intenção desde o início era a de que o resultado desta análise crítica das notícias do JN fosse inserido dentro da *rhetorica utens*, isto é, que ele tivesse uma função pragmática, que não ignorasse a linguagem como modeladora da sociedade.

A síntese de nossas análises confirma que os atores sociais representados nas notícias veiculadas pelo JN são apenas parte de uma encenação midiática, cujas vozes são colocadas dentro de uma contextualidade enunciativa criada pelo próprio telejornal. Isso significa que qualquer que seja a opinião dos atores sociais participantes, elas podem ser recontextualizadas para se adequarem aos desígnios exigidos pela editoria. Desse modo, a pergunta sobre a natureza de Belo Monte, encontra a seguinte resposta: é apenas um dos meios que a mídia tem de se apropriar de valores que afetam a sociedade moderna, como os dilemas encontrados na preocupação com a ecologia ao mesmo tempo em que é intimidada pelo discurso do medo, do escuro, do atraso. Essa polarização foi assinalada em todo o estudo, e se confirmou com uma das estratégias discursivas prevalentes.

Ao mesmo tempo, ao se apropriar do discurso oficial de Belo Monte, o JN passa a servir como porta-voz ou relações públicas do próprio governo, criando encenações noticiosas que perfaçam a necessidade oficial de comunicação do governo de acordo as mudanças contextuais. Um dos exemplos mais evidentes está nas notícias JN 3 e 4, que relatam a mudança da postura do governo quando a OEA pediu a suspensão das obras (JN 3), e na sequência com a aprovação da licença do IBAMA (JN 4), omitindo que esta era ilegal de acordo com a lei, como denunciou o MPF, em fato igualmente obliterado.

Nossa percepção é a de que Belo Monte, como qualquer outro evento, pode ser instrumentalizado pelas encenações noticiosas. Neste caso, especificamente, o que de início parecia se inserir na pauta de uma disputa que seria o ambiental *versus* o progresso, revelou-se como sendo uma estratégia discursiva diversionista. Isto é: ao focar em apenas um dos aspectos implicados na construção da usina, o JN polariza a opinião pública na formação de efeitos de sentidos que são orientados para os que são contra e os que são a favor. O problema real, cuja magnitude só pode ser entendida pela leitura de outros documentos, como fizemos, revela uma instância que vai muito além da ambiental, o que não significa que esta não tenha um enorme impacto em nossas vidas. Apenas queremos ressaltar que a questão ecológica foi instrumentalizada para abrir um falso debate, cuja conclusão se encontra ao final de JN 6 que contrapõe a repórter com uma pescadora: JN: “Hoje, o Xingu é o ganha-pão da pescadora Alcilene. Alcilene (pescadora): Piau, pacu, corvina, curimatá. JN: Mas ela já sabe que o seu modo de vida simples está no caminho de uma força avassaladora. Alcilene: Esse é o progresso né?”

Dentro dos preceitos da mecânica argumentativa, trata-se de uma falsa problematização, ou melhor, uma falsa polarização que vai orientar as crenças compartilhadas.

As OG fizeram recentemente um “*mea culpa*”⁶⁸ admitindo que o apoio ao golpe militar de 1964 havia sido um erro, após quase 50 anos de apoio incondicional a todos que estiveram no poder. Gostaríamos que não fosse necessário esperar tanto tempo para que o mesmo seja feito por causa da destruição levada a cabo na Amazônia, em nome do falso progresso de Belo Monte, como denunciavam várias vozes mais avalizadas que a nossa.

A ACD tem sofrido críticas por sua postura abertamente orientada para as denúncias de todas as formas de abuso do poder e de perpetuação de desigualdades sociais das discriminações e de todas as formas de racismo. A história recente do Brasil e o atraso institucional que nos mantêm como uma das sociedades mais injustas do planeta exige uma postura crítica e não menos. Romper com esses modelos de atraso significa romper com os modelos mentais que permeiam nossa sociedade. Afirmamos que as práticas sociais de dominância que dão sustentação a esse sistema que privilegia as oligarquias – coincidentemente as mesmas que retransmitem a TV Globo em seus estados – só podem ser debatidas e expostas pela mudança das práticas discursivas via a análise crítica.

Em resposta às críticas sobre esse engajamento, Fairclough (1996)⁶⁹ chama atenção para os resultados em aberto requeridos nos princípios da ACD, ou seja, a ACD é apenas um ponto de partida, uma abertura dentro do discurso interditado. Ele também ressalta que a ACD, ao contrário da maioria das abordagens, é sempre explícita a respeito de sua própria posição e compromisso. Meyer (2007, p.17) completa este posicionamento:

Estas controvérsias concretizam duas posições irreconciliáveis dentro do debate metodológico da pesquisa social. É possível realizar qualquer pesquisa livre de julgamentos apriorísticos de valor e é possível ganhar clarividência a partir de dados puramente empíricos sem usar nenhuma categoria de experiência pré-enquadrada?

Outra estratégia discursiva, assinalada por nós, é que o JN, por um lado, realiza discursivamente a dessacralização da água, da terra e da natureza em geral, não só para os índios, mas também para nós que não nos submetemos aos desígnios do modelo capitalista e de seus valores de consumo por meio do esvaziamento das vozes que são ideologicamente orientadas por outros princípios. Por outro lado, sacraliza uma obra cujos benefícios são contundentemente questionados por autoridades técnicas e legais. As seleções lexicais que legitimam nossa análise podem ser encontradas na repetição dos números de geração, dos custos, que o próprio JN qualifica como “gigantescos” ou quando insiste em dizer que “os índios invadiram o ‘principal’ canteiro de obras” de Belo Monte, revertendo os papéis de agente/paciente, agressor/vítima. O JN perfaz, desse modo, a síntese hegemônica do discurso

⁶⁸ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso: 15 nov. 2013.

⁶⁹ “A reply to Henry Widdowson’s discourse analysis: a critical view”. *Language and Literature*, 5: 1-8.

capitalista higienizado, desprovido de desvios culturais do padrão imposto como único aceitável.

Ao colocarmos nosso trabalho em um sistema de análise que permita uma síntese dos resultados, entramos em consonância com os preceitos de Sodré (2001, p.128-132) quando afirma que:

1. A ação do sistema televisivo é decididamente predatória com relação às formas populares de cultura.
2. O monopólio da fala pelo sistema televisivo exerce a função de neutralização das possibilidades de expressão.
3. Os valores culturais alternativos só podem ser percebidos pela tevê na forma de clichês exótico-pitorescos.
4. As variações culturais são encaradas como formas marginais de existência.

A leitura das análises confirma todas as premissas expostas. No entanto, ressaltamos que o uso do léxico “alternativo” é, na verdade, o resultado de uma apropriação semântico-pragmática de valores opostos ao sistema capitalista que não são e nem podem ser qualificados como tal. Ao designar culturas ancestrais como a indígena, a negra, as medicinas da China e da Índia que tratam bilhões de pessoas, as práticas milenares como yoga e meditação, as energias universais, como o a do sol, das marés e dos ventos de alternativas, a grande mídia pratica o jogo do simulacro, da inversão de valores, em que o falso ocupa o lugar do verdadeiro, o natural de baixo custo e benefício coletivo cede espaço para o artificial que visa unicamente ao lucro privado. Assim, gostaríamos de deixar uma pequena contribuição aos que se dedicam aos estudos críticos do discurso: é preciso observar primeiro a origem das vozes e as escolhas lexicais que serão analisadas. Elas podem ter sofrido um processo de relexicalização cujo sentido original já foi substituído por outro. Desse modo, passamos a reproduzir o discurso agendado das elites, posto que estas também têm o controle sobre as funções semântico-pragmáticas dos discursos vigentes.

Para melhor ilustrar o que diz Sodré sobre a univocidade e como isso se materializa nas práticas discursivas da TV Globo, criamos um exercício dialógico que expõe exatamente essas contradições contidas nas práticas discursivas da emissora. Trata-se de alternar enunciados extraídos do JN na cobertura sobre Belo Monte com outros extraídos do programa da mesma emissora, Globo Repórter.

O discurso pode ser considerado imaginário visto que não ocorreu dessa forma, no mesmo espaço e lugar. No entanto, consideramos que o valor simbólico contido no enunciado é o de maior importância, pois revela a dicotomia (esquizofrenia?) discursiva da TV Globo ao

fazer reportagens cujo tema principal é a natureza. Os trechos do JN foram retirados do *corpus* de nossas análises. Os do Globo Repórter⁷⁰ diretamente da página na internet.

Cristina Serra (repórter) L 8-12: no imenso canteiro de obras de Belo Monte, duas castanheiras ainda resistem de pé. No contraste da paisagem o dilema entre o que deve ser preservado e a construção da usina. Preocupação até (ênfase) do encarregado da obra.

Cícero Lucena (encarregado da obra): Primeiro eu achava até bonito derrubar uma árvore. Hoje não, hoje pra derrubar eu tenho que pensar duas vezes.

Chamada do Globo Repórter de 23/10/2013: Cientistas japoneses afirmam que 'banho de floresta' combate doenças. Japão certifica florestas como local de tratamento. A ideia é usar a medicina preventiva para reduzir gastos do sistema público de saúde.

C.S. L 41-43: Com o asfalto chegando a obra ganha ritmo. São várias frentes de trabalho. É assim que nasce uma estrada no meio da floresta. A primeira etapa do trabalho é desmatar com foices e facões para depois entrarem as máquinas.

Globo Repórter: No Japão, não é mistério para ninguém - se você busca ar puro, tranquilidade, silêncio, não tem caminho mais lógico a seguir do que a natureza. O que todos nós já ouvimos falar, está sendo confirmado pela ciência: um passeio em um lugar com bastante natureza pode servir de remédio contra várias doenças. É a base da chamada medicina preventiva. E o Japão é um dos lugares onde mais se estuda a relação entre saúde e natureza. A universidade de Chiba, que fica perto de Tóquio, é o centro desta investigação.

O Globo Repórter veio conhecer um destes trabalhos - a pesquisa dos chamados fitocidas - os aromas dos óleos essenciais das plantas e das árvores das florestas - e acabou chegando no laboratório do professor Yoshifumi Miyazaki. Pesquisadores medem a pressão arterial e as atividades cerebrais no momento em que se respira um ar comum e repetem a experiência medindo a pressão arterial e a atividade cerebral, enquanto se respira o ar com o aroma da floresta e da árvore do Japão. Após a segunda medição eles fazem a comparação se houve um relaxamento e se houve uma mudança nas funções.

C.S. L 43-49: Essa estrada que está sendo aberta aqui vai permitir a passagem de caminhões e equipamentos para os canteiros da obra. Ao todo, para erguer Belo Monte serão construídos duzentos e sessenta quilômetros de estradas. Biólogos acompanham tudo. Os bichos que vivem por aqui têm que ser preservados. É uma das exigências do IBAMA para reduzir os danos ao meio ambiente.

Flávio Poli (biólogo): o bicho, ele tem o instinto dele de sobrevivência, então com o menor barulho ele já está procurando fugir.

G. R: O professor Miyazaki diz que o efeito de um bom passeio na floresta ou na montanha sobre o sistema imunológico pode durar até um mês. Segundo os cientistas, o banho de floresta aumenta o número de células NK - as Natural Killers. Como o nome em inglês já diz, são as células exterminadoras, que surgem na medula óssea e combatem infecções e tumores.

⁷⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2013/10/cientistas-japoneses-afirmam-que-banho-de-floresta-combate-doencas.html>. Acesso em: 30 out. 2013

A sabedoria japonesa, por sua vez, nunca precisou de toda essa comprovação científica.

O país pode ser pequeno. Mas é quase todo coberto por florestas. Akasawa, por exemplo, foi a primeira reserva florestal do país. Instituída no século XVI, foi também a primeira a receber o selo de floresta certificada para tratamento.

A certificação de uma floresta como local de tratamento passa pela beleza do lugar, pelas árvores, mas também pela estrutura que oferece para receber bem os visitantes. A ideia é usar a medicina preventiva para reduzir os gastos do sistema público de saúde.

Se depender dos próprios japoneses, não será preciso de nenhuma campanha especial. As florestas vivem cheias! É um hábito por aqui.

JN 2: L 13-14: Quinhentos quilômetros quadrados de floresta serão inundados para formar o reservatório da usina.

JN 3: L 3-4: Quinhentos quilômetros quadrados de floresta serão inundados para formar o reservatório da usina.

JN 4: L 6-7: Quinhentos e dezesseis quilômetros quadrados serão inundados, onze municípios atingidos.

A repetição *ipsis literis* dos enunciados em JN 2 e 3, e parcial em JN 4, revela mais uma vez a unicidade lexical como forma de reiteração ideológica, e que há uma sequência intertextual sendo (re) construída permanentemente, ligando historicamente as notícias em um grande sintagma.

Para o JN, não existe nenhuma contradição nessa destruição – tanto que na foi questionada em nenhuma notícia – afinal, afirma o argumento de autoridade do IBAMA em JN 4, L 12-13. Curt Trennepohl (Presidente do IBAMA): “Se por um lado há uma perda ambiental, por outro lado há um ganho socioambiental muito grande”.

Nosso entendimento é de que a TV Globo trabalha não com ideologias distintas como poderia transparecer em uma análise superficial, mas sim com estratégias discursivas diferenciadas, dependendo do público, do contexto do programa e de sua força política para fazer a adequação discursiva de acordo com o que pode ou não ser dito. Nas palavras de Foucault (2011, p.9): “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

A reversão dos enunciados de um programa para o outro se faz bastante improvável, pois o público do GR não toleraria esse tipo de destruição, ao mesmo tempo em que, para o governo, fazer reportagens sobre a importância da floresta que está sendo destruída em Belo Monte, enquanto em outros países ela é fonte de saúde e de riqueza espiritual, seria dar argumentos aos seus opositores, argumentos esses que não interessam para o Estado. O público receptor, heterogêneo e fragmentado, não percebe as contradições discursivas.

Nossa proposta epistemológica a partir desta investigação é que a ACD possa se utilizar cada vez mais do jornalismo, não apenas como fonte de práticas discursivas para as análises, mas que busque uma nova área de interação com os produtores noticiosos questionando diversas instâncias que hoje são vistas como “naturalizadas”. Uma delas é a sistemática exclusão de atores sociais que são fundamentais para o contexto das notícias e cuja importância pode ser constatada em nossas análises tais como a CNBB, o MPF e tantos outros. Ressaltamos que as notícias sobre Belo Monte somente foram feitas porque as vozes de resistência se mostravam articuladas e com poder. A exclusão desses atores deve ser investigada cada vez mais, e os responsáveis editorialmente convidados a se explicar, em nome do princípio da isonomia na notícia, que exige que o jornalista investigue e ouça os dois lados.

Uma segunda proposta é a vigilância dos analistas críticos sobre qual base semântico-pragmática estaremos operando, considerando que as formações discursivas estão sendo cada vez mais controladas pelas forças reacionárias. Isto ocorre por meio da relexicalização de conceitos e valores científicos que remetem aos processos de abuso do poder social, perpetuando a desigualdade, apoiando a discriminação e a dominância de culturas consideradas menores por eles e implementa uma visão utilitarista da natureza, cuja única função é a de servir para a geração de capital.

A sustentação da vida neste planeta se dá única e exclusivamente graças ao princípio da biodiversidade, cuja interação entre todos os seres vivos permite uma relação de permanente (re) equilíbrio por meios dos processos de homeostase. As grandes catástrofes ambientais do nosso tempo como a Grande Fome na Irlanda no século XIX, o *Dust Bowl* nos anos de 1920 nos EUA, o desastre dos seringais da Fordlândia e do projeto Jari no Brasil no século XX e muitos outros, foram decorrentes da desobediência e/ou da ignorância aos princípios da biodiversidade.

Por bem ou por mal, estamos todos interligados: homem e natureza. Universo.

Créditos: Greenpeace/Rio Xingu.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W., **How to look at television**. 1954.

Disponível em: http://www.4shared.com/office/clZS5q0e/adorno_theodor_w_-_how_to_look.html. Acesso em: 9 jul. 2013.

ALLEN, R. **Channels of discourse, reassembled**: television and contemporary criticism. University of North Carolina: Press, 1992.

ALVES, M. A. Análise crítica do discurso: exploração da temática. Relatório de Pesquisa 01/2006. São Paulo: FGV, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2991>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução. J.J. Moura Ramos. Lisboa: Martins Fontes, 1974.

ANDERSON, A. **Media, culture and the environment**. Rutgers: University Press, 1997.

ÅNGMAN, E. Was this Just for Show: Discursive Opening and Closure is a Public Participatory Process. In: **Environmental Communication – A Journal of Nature and Culture**. Vol.7 Number 3, p.409-426. London: Routledge, September 2013.

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604#ixzz2dmy5M895>>. Acesso em: 2 set. 2013.

ÀS ESCONDIDAS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 set. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marinasilva/1156713-as-escondidas.shtml>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec: 1997.

BAKHTIN, M. **The dialogic imagination**. Austin: University of Texas Press, 1981.

BANG, J. C.; DØØR, J. **Language, ecology and society**: a dialectical approach. London: Continuum, 2007.

BARBOSA, M. V. Uma Perspectiva dialógica de constituição da referenciação. **Letra Magna.com**, Ano 6, n. 12, 1º semestre de 2010. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

BARBOSA, W.V. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T.. **A Construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1974.

BERMANN, C. Belo Monte, nosso dinheiro e o bigode do Sarney. Entrevistador: Eliane Brum. **Época**, 31 out. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/belo-monte-nosso-dinheiro-e-o-bigode-do-sarney.html#>>. Acesso em: 30 abr.2013.

_____. O projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/895>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BERNAYS, E. **Propaganda**. New York: Ig Publishing, 2005.

BEAUGRANDE, R. Critical discourse analysis from the perspective of ecologism: the discourse of the “new patriotism”. **New Patriotism**, [199?]. Disponível em: <www.beaugrande.com/NewPatriotism.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

BLÁZQUEZ, N. **Ética e meios de comunicação**. Tradução: Rodrigo Contrera. São Paulo: Paulinas, 2000.

BOSETTI, G. Introdução. In: POPPER, K.; CONDRY, J. **Televisão: um perigo para a democracia**. Lisboa: Gradiva, 1999, p.7-14.

BOURDIEU, P. Estrategias de reproducción y modos de dominación. **Colección Pedagógica Universitaria**, México, n. 37-38, p. 1-21, enero/jun.-jul./dic. 2002. Disponível em: <http://www.uv.mx/cpue/coleccion/N_3738/C%20Bourdieu%20estrategias%20dominacion.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

_____. **Firing back**. London: New Press, 2003.

_____. **Outline of a theory of practice.** Cambridge: University Press, 1977.

_____. Language and symbolic power. In: COUPLAND, N.; JAWORSKI, A. (Orgs.). **The discourse reader.** London: Routledge, 1999.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Razões práticas sobre a teoria da ação.** Tradução Mariza Correa. Campinas: Papirus, 2008.

_____. **Sobre a televisão.** Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRACHER, M. **Lacan, discourse and social change: a psychoanalytic cultural criticism.** New York: Cornell University Press, 1993.

BRANCO, S. M. **Meio ambiente & biologia.** 2. ed. São Paulo: SENAC, 2010.

BRANDÃO, H. H. N. Conceitos e fundamentos enunciação e construção do sentido. In: FÍGARO, R. (Org.). **Comunicação e análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2012. p.20-43.

_____. **Introdução à análise do discurso.** Campinas: UNICAMP, 2004.

_____. **Subjetividade, argumentação, polifonia. A propaganda da Petrobrás.** São Paulo: UNESP, 2001.

BRETON, P. **A argumentação na comunicação.** Bauru: EDUSC, 2003.

BROWN, G.; YULE, G. **Discourse analysis.** Cambridge: University Press, 1993.

BUCCI, E. O espetáculo e a mercadoria como signo. In: NOVAES, A. (Org.) **Muito além do espetáculo.** São Paulo: SENAC, 2005. p.218-232.

_____. In: GOMES, _____. **Poder no jornalismo.** São Paulo: EDUSP; Hacker, 2003.

_____. **Brasil em tempo de TV.** São Paulo: Boitempo, 1996.

BUENO, W. C. As síndromes do jornalismo ambiental. **Portal Imprensa**, 1 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/wilson+da+costa+bueno/47532/opinio+as+sindromes+do+jornalismo+ambiental>>. Acesso em: 4 set. 2012

BUÑUEL, L. **Meu último suspiro**. Tradução André Pelles. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CASEY, B. et al. **Television studies: key concepts**. Londres: Routledge, 2003.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHOMSKY, N. **Media control: the spectacular achievements of propaganda**. New York: Seven Stories Press, 1997.

CHOULIARAKI, L. Self-mediation: new media and citizenship. **Critical Discourse Studies**, London, v. 7, n. 4, p. 227-232, 2010.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2006.

COMMONER, B. **Making peace with earth**. London: Pantheon, 1990.

_____. **The poverty of power: energy and the economic crisis**. London: Random House, 1976.

CONDOR, S.; ANTAKI, C. Cognición social y discurso. In. _VAN DIJK, T. (Org.). **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2008. p. 453-489.

CONNERTON, P. **Critical sociology**. London: Penguin, 1976.

CORNER, J. **Critical ideas in television studies**. Oxford: University Press, 1999.

COSTA, B.; COLON, L. TV lidera recebimento de publicidade federal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 set. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/65992-tv-lidera-recebimento-de-publicidade-federal.shtml>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

COUTINHO, I. Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. In: VIZEU, A.(Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução www.Paráfrase em Português do Brasil Railton Sousa Guedes, Coletivo Periferia. [S.l.]: eBooksBrasil.org, 2003. Disponível em: <www.geocities.com/projetoperiferia>. Acesso em: 11 set. 2012.

DEETZ, S.E. **Democracy in an Age of Corporate Colonization: Developments in Communication and the Politics of Everyday Life**. New York: University Press, 1992.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 1. ed. Coordenação da tradução Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 2.

DELLINGER, B. Critical discourse analysis. 1995. (Texto disponível na página do autor). Disponível em: <http://http-server.carleton.ca/~mflynnbu/discourse_analysis/dellinger.htm>. Acesso em: 25 abr. 2013.

DUARTE, R. Valores e interesses na era das imagens. In: NOVAES, A. (Org.) **Muito além do espetáculo**. São Paulo: Senac, 2005. p. 94-112.

DUMONT, L. M. M.; GATTONI, R. L. C. As relações informacionais na sociedade reflexiva de Giddens. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 46-53, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19023.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

DURING, S. (Org.). **Cultural studies reader**. London: Taylor & Francis e-Library, 2001.

EDWARDS, D. **Discourse and cognition**. London: SAGE, 1997.

ELDRIDGE, J. (Ed.) **Glasgow media group reader, vol.1. News content, language and visuals**. London: Routledge, 1995.

ENVIRONMENTAL COMMUNICATION - A JOURNAL OF NATURE AND CULTURE. London: Routledge, v. 5, n. 1 & 2, 2011.

EX-GOVERNADOR de SP Cláudio Lembo é multado em R\$ 10 mil por podar árvore. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jan. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1212674-ex-governador-de-sp-claudio-lembo-e-multado-em-r-10-mil-por-podar-arvore.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2013

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. (versão para o português: Iran Ferreira de Melo). Disponível em: <<http://revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/51460>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

_____. **Critical discourse analysis**. London: Longman, 1995.

_____. **Critical discourse analyses**. [200?]. (Documento em Word). Disponível em: <<http://www.ling.lancs.ac.uk/staff/norman/critdiscanalysis.doc>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **Discurso e mudança social**. Coordenação de tradução Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

_____. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Porto: Editora Caminho, 1997.

_____. **Language and power**. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N.; KRESS, G. **Critical discourse analysis**. Mimeo, 1993.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. Análise crítica del discurso. In: VAN DIJK, T. (Org.). **El discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa, 2008. p. 367-404

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERRY, L.; FORBES, J. Luc Ferry: filosofia para um novo tempo. Café Filosófico (programa de televisão). São Paulo: TV Cultura, 28 jul. 2013.

FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (Orgs.). **The ecolinguistics reader**: language, ecology and environment. London: Continuum, 2001.

FIORIN, J. L. Organização linguística do discurso: enunciação e comunicação. In: FÍGARO, R. (Org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 45-77.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Isto não é um cachimbo**. Tradução Jorge Coli. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. The incitement to discourse. In: COUPLAND, N.; JAWORSKI, A. (Orgs.) **The discourse reader**. London: Routledge, 1999a. p. 514-522.

_____. **The politics of truth**. Los Angeles: Semiotext (e), 2007.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999b.

FOWLER, R. (Org.). **A dictionary of modern critical terms**. London: Routledge, 1991b.

_____. **Crítica linguística**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

_____. **Language in the news: discourse and ideology in the press**. London: Routledge, 1991a.

FOWLER, R. et al. **Language and control**. London: Routledge, 1979.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

_____. Modernity and self-identity: tribulations of the self. In: COUPLAND, N.; JAWORSKI, A. (Orgs.). **The discourse reader**. London: Routledge, 1999. p. 415-427

GIDDENS, A.; PIERSON, C. **Conversas com Anthony Giddens**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GLOBO ECOLOGIA. Polêmica: hidrelétricas na Amazônia. Parte 3. (Programa de televisão). Rio de Janeiro: Organizações Globo, 13 out. 2012. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/videos/t/edicoes/v/polemica-hidreletricas-na-amazonia-parte-3/2183234/>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

GOLDEMBERG, J. Polêmica: hidrelétricas na Amazônia. Parte 3. Entrevista cedida ao Programa Globo Ecologia). Rio de Janeiro: Organizações Globo, 13 out. 2012. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/videos/t/edicoes/v/polemica-hidreletricas-na-amazonia-parte-3/2183234/>> Acesso em: 13 nov. 2012

GOMES, M. R. **Jornalismo e Ciências da Linguagem**. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **Poder no jornalismo**. São Paulo: EDUSP; Hacker, 2003.

_____. **Jornalismo: poder disciplinar**. **Revista Kairós**, São Paulo, Caderno Temático 6, p. 1-6, dez. 2009.

GRAESSER, A. C.; GERNSBACHER, M. A; GOLDMAN, S. R. Cognición. In: VAN DIJK, T. (Org.). **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: GEDISA, 2008. p. 417-452.

HABERMAS, J. **Communication and the evolution of society**. Boston: Beacon, 1976.

HALL, S. Encoding, decoding. In: DURING, S. **Cultural studies reader**. London: Taylor & Francis e-Library, 2001. p. 507-517.

_____. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALLIDAY, M. A. K. New ways of meaning: the challenge to applied linguistics. In: FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (Orgs.). **The ecolinguistics reader, language ecology and environment**. London: Continuum, 2001. p. 175-202.

HELD, D. **Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas**. Los Angeles: University of California Press, 1980.

HERMAN, E. S; CHOMSKY, N. **Manufacturing consent**. New York: Pantheon, 2002.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

IBAMA emite licença para a usina de Belo Monte. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 1 jun. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/06/ibama-emite-licenca-para-usina-de-belo-monte.html>>. Acesso em: 23 out. 2012 .

JÄGER, S. Discourse and knowledge: theoretical and methodological aspects of a critical discourse and dispositive analysis. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of critical discourse analysis**. Los Angeles: SAGE, 2007. p. 32-62.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JAWORSKY, A.; COUPLAND, N. (Orgs.). **The discourse reader**. London: Routledge, 1999.

JONES, R. H. **Discourse analysis**. New York: Routledge, 2012.

JUSTIÇA SUSPENDE licença parcial para hidrelétrica de Belo Monte. **MPF Notícias**, Pará, 25 fev. 2011. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/justica-suspende-licenca-parcial-para-hidreletrica-de-belo-monte-1/?searchterm=%22belo%20monte%22>. Acesso em: 21 out. 2013.

KEHL, M. R.. Muito além do espetáculo. In: NOVAES, A. (Org.). **Muito além do espetáculo**. São Paulo: SENAC, 2005. p. 234-253.

KILLINGSWORTH, M. J.; PALMER, J.S. **Ecospeak: rethoric and environmenal politics in America**. Southern Illinois: University Press, 1992.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. V., MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. DELTA, São Paulo, v. 14, n. especial, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000300012>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. Representation and interaction. In: JAWORSKY, A.; COUPLAND, N. (Orgs.). **The discourse reader**. London: Routledge, 1999. p.377-404.

LAKOFF, G. Why it matters how we frame the environment. **Environmental Communication**, v.4, n. 1, p. 70-81, Mar. 2010.

LEIS, H. R. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo; Blumenau: Gaia; FURB, 1996.

LEMBO, R. **Thinking through television**. Cambridge: University Press, 2000.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LIPPMAN, W. **Public opinion**. U.S.A: BN Publishing, 2007.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MAGALHÃES, C. (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001.

MARQUES, G.; GOY, L. Usina de Belo Monte é a maior obra do PAC e a mais polêmica, diz ministro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 fev. 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,usina-de-belo-monte-e-a-maior-obra-do-pac-e-a-mais-polemica-diz-ministro,3317,0.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MEY, J. L. **As vozes da sociedade: seminários de pragmática**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

MEYER, M. Between theory, method and politics: positioning of approaches to CDA. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). **Methods of critical discourse analysis**. Los Angeles: SAGE, 2007.

MILLER, C. **Gifford Pinchot and the making of modern environmentalism**. Washington, D.C.: Island Press, 2005.

MILLS, S. **Discourse**. London: Routledge, 2004.

MONTGOMERY, M. **The discourse of broadcast news: a linguistic approach**. London: Routledge, 2007.

NASSIF, Luis. A hora de repensar os reservatórios de hidrelétricas. **Carta Capital**, São Paulo, 4 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/a-hora-de-repensar-os-reservatorios-de-hidreletricas>> Acesso em: 19 abr. 2013

NOYA PINTO, V. **Comunicação e cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 2002.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Princípios editoriais das Organizações Globo**. Rio de Janeiro: Organizações Globo, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html#principios-editoriais>>. Acesso em: 23 out 2012.

PARK, C. **A dictionary of environment and conservation**. Oxford: University Press, 2006.

PATERNOSTRO, V. I. **O Texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PÊCHEUX, M. **Foi propaganda mesmo que você disse?** Análise de Discurso. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: EDUNICAMP, 1990. p.163-252.

PEREIRA JUNIOR, A.E.V.; CORREIA, J.C. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, A.(Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PEDRO, E. R. **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Porto: Editora Caminho, 1997.

PONTES JR., F. Um procurador contra Belo Monte. Entrevistador: Eliane Brum. **Época**, 5 set. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/09/um-procurador-contra-belo-monte.html>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

POPPER, K. Uma lei para a televisão. In: POPPER, K.; CONDRY, J. **Televisão: um perigo para a democracia**. Lisboa: Gradiva, 1999, p.15-32.

PORCELLO, F. Mídia e poder, os dois lados de uma mesma moeda: a influência política da TV no Brasil. In: VIZEU, A.(Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

POSTMAN, N.; POWERS, S. **How to watch tv news**. London: Penguin , 1992.

RAMOS, R. M. N. L. **O discurso do ambiente na imprensa e na escola**: uma abordagem linguística. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

REIS, C. Civilização ou barbárie? **Sociologia**, ano IV, edição 40, abr./maio 2012. São Paulo: Escala.

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, R.E. **As teorias da comunicação – da fala à internet**. São Paulo:Paulinas, 2003.

SARTORI, G. **Homo Videns**: televisão e pós-pensamento. Bauru: EDUSC, 2001.

SAUER, I. **As hidrelétricas e as usinas eólicas supririam o consumo de energia do Brasil**. 2 mar. 2013. Entrevista concedida a Sergio Lirio da Revista Carta Capital. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/programas/senadoverde/detalha_noticias.asp?codigo=113558>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. Benfeitos e malfeitos da energia. **Carta Capital**, São Paulo, 6 dez. 2012. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/economia/benfeitos-e-malfeitos-da-energia>>. Acesso em: 22 set. 2013.

_____. O aniversário de Fukushima e a usina nuclear no Brasil. **Carta Capital**, São Paulo, 15 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-aniversario-de-fukushima-e-a-usina-nuclear-no-brasil>>. Acesso em: 17 out. 2013.

_____. O resgate de uma dívida social. **Carta Capital**, São Paulo, 14 maio 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/o-resgate-de-uma-divida-social>>. Acesso em: 17 out. 2013.

SCHILLER, H.I. **Culture, Inc. the corporate takeover of public expression**. Oxford: University Press, 1984.

SCOLLON, R. **Mediated discourse as social interaction: a study of news discourse**. London: Longman, 1998.

SEITER, E. Structuralism and television. In: ALLEN, R. **Channels of discourse, reassembled: television and contemporary criticism**. University of North Carolina: Press, 1992. p. 31-66.

SERVA, L. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: SENAC, 2001.

SILVERBLATT, A. **Media literacy: keys to interpreting media messages**. London: PRAEGER, 2001

SINGER, S. Exclusivo para assinantes. **Folha de S. Paulo**, p. A6, 24 fev. 2013. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/suzanasinger/1235770-exclusivo-para-assinantes.shtml>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

SODRÉ, M. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2001.

STERN REVIEW: the economics of climate change. 2006. (Executive Summary). Disponível em: < http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/30_10_06_exec_sum.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

STIBBE, A. An ecolinguistic approach to critical discourse studies. **Critical Discourse Studies**. 29 Oct. 2013. London: Routledge.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/17405904.2013.845789>>. Acesso em: 30 out. 2013.

TOLSON, A. **Mediations in media discourses**. London: Arnold, 1996.

TRIGUEIRO, A. **Jornalismo ambiental e jornalismo investigativo estão profundamente ligados e incomodam**. CBN, 20 out. 2013. (9min2s). Programa de rádio. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/andre-trigueiro/2013/10/20/JORNALISMO-AMBIENTAL-E-JORNALISMO-INVESTIGATIVO-ESTAO-PROFUNDAMENTE-LIGADOS-E-INCOMODAM.htm>>. Acesso em: 30 out. 2013

TV LIDERA recebimento de publicidade federal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 set. 2012. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/65992-tv-lidera-recebimento-de-publicidade-federal.shtml>>. Acesso em: 21 out. 2012.

VAN DIJK, T. Discourse-cognition-society current state and prospects of the socio-cognitive approach to discourse. A ser publicado em: Christopher Hart & Piotr Cap (Orgs.). **Contemporary studies in critical discourse analysis** 2013. No prelo.

_____. **Discurso e poder**. Tradução: Hoffnagel *et al.* São Paulo: Contexto, 2008c.

_____. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto: 2012

_____. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005a.

_____. Discurso, poder y cognición. **Cuadernos**, Año 2, n. 2, Oct. 1994. Maestría en Lingüística. Escuela de Ciencia del Lenguaje y Literaturas.

_____. (Org.). **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2008a.

_____. (Org.). **El discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa, 2008b.

_____. **Ideología: una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 2006.

_____. **La noticia como discurso:** comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1990

_____. **List of discourse strategies/categories for discourse analysis** . (Barcelona), 2009. (Material de trabalho – Sumário).

_____. Notícias e conhecimento. Tradução Luciano B., Heloiza H. e Eduardo M. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 2, 2005b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2138/1850>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. Principles of discourse analysis. **Discourse & Society**, London, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.

_____. **Racism in the press**. London: Arnold, 1986.

_____. Critical Discourse Analysis. In: **The Handbook of discourse analysis**. SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H.E. Oxford: Blackwell, 2003, p.352-371.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E. R. **Análise crítica do discurso:** uma perspectiva sociopolítica e funcional. Porto: Editora Caminho, 1997.

_____. **Discourse and practice:** new tools for critical discourse analysis. Oxford: University Press, 2008.

_____. **Speech, music, sound**. Inglaterra: McMillian Press, 1999.

VIOLA, E.J.; LEIS, H.R. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H.R. (Org.). **Ecologia e Política Mundial**. Blumenau: FURB, 1992.

WHITE, M. Ideological analysis and television. In: ALLEN, R. **Channels of discourse, reassembled:** television and contemporary criticism. University of North Carolina: Press, 1992. p. 161-202.

WHITE, T.; MEPPEN, A.J. ; YOUNG .S. **Broadcast news writing, reporting, and production**. London: Macmillan, 1984.

WILLIAMS, R. **Television**. London: Routledge, 2003.

_____. **Keywords**. Oxford: University Press, 1983.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes, e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**. LemD, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 223-243, 2004.

_____. MEYER, M. **Methods of critical discourse analysis**. Los Angeles: SAGE, 2007.

_____. The discourse – historical approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of critical discourse analysis**. Los Angeles: SAGE, 2007, p. 63-94.

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS REPORTAGENS ANALISADAS – JN 1-21

JN 1

Data: 20/04/2010

Tempo estimado: 02': 50

Título: Usina de Belo Monte divide opiniões entre especialistas do setor elétrico

Apesar de estar em discussão há tanto tempo - a construção da Usina de Belo Monte ainda divide as opiniões de especialistas do setor elétrico. O projeto de Belo Monte prevê a construção da hidrelétrica em um dos rios mais importantes da bacia amazônica, o Xingu, em Altamira, no Pará. Quando ficar pronta, será a terceira maior usina

5 hidrelétrica do mundo. A obra vai inundar uma área de 500 quilômetros quadrados para formar o reservatório. Parte do curso do rio terá que ser desviada por dois canais. Isso vai diminuir a vazão no trecho conhecido como Volta Grande. A usina teria capacidade máxima de gerar 11 mil megawatts no período de cheia. Na média, a geração seria de 4,5 mil megawatts. O suficiente para abastecer 22 milhões de residências por ano. O projeto

10 vem sendo discutido há 30 anos. Os índios não querem a usina. Por duas vezes atacaram representantes do governo que explicavam o projeto. Especialistas também divergem sobre o custo do impacto ambiental. Para este engenheiro, o impacto será reduzido porque a área alagada será bem menor que o previsto no projeto original. “É um custo ambiental pesado, no entanto a quantidade de energia que ela pode produzir vai trazer

15 um benefício pra população maior do que esse custo ambiental que estamos pagando fazendo essa construção”, diz o professor de engenharia da UNB, Ivan Camargo. Já este pesquisador acha que o impacto ambiental será desastroso. “A biodiversidade da volta grande do Xingu estaria comprometida. Teremos terras indígenas ameaçadas. Porque não terão água, não terão segurança hídrica necessária para manter seus modos

20 de vida”, comenta o pesquisador do instituto de eletrotécnica e energia da USP, Francisco Hernandez. O governo estima que a usina tenha um custo de R\$ 19 bilhões. O cálculo do setor privado é de R\$ 30 bilhões. Para atrair investidores ao projeto de Belo Monte, o governo ofereceu benefícios fiscais e de crédito ao consórcio vencedor. Isso também gerou controvérsia sobre a obra. Os investidores poderão obter financiamento

25 junto ao BNDES, que poderá bancar até R\$ 13,5 bilhões da obra. Por um sistema que

cobra juros decrescentes e com um prazo de financiamento de 30 anos. A usina também terá desconto de 75% no imposto de renda por 10 anos. Para este consultor de energia, um preço alto demais pago pelo contribuinte. Para o governo, as condições de financiamento são comuns em grandes projetos de infraestrutura. “O estado participa
30 como agente financiador de vários projetos nacionais, de vários investimentos públicos e privados, via BDS (sic), via bancos públicos. E isso é um elemento importante pro crescimento do país. Então eu não vejo qualquer participação do estado ou dos seus agentes nesse processo como algo negativo ou algo que deva ser considerado indevido,” diz o advogado geral da União, Luiz Inácio Adams.

JN 2

Data: 08/02/2011

Tempo: 03':01"

Título: “Índios protestam em Brasília contra usina de Belo Monte”

Apresentador 1: A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu no Pará, motivou mais um protesto hoje em Brasília. A obra vai inundar uma área do tamanho de oito Maracanãs que poderá produzir energia equivalente ao abastecimento durante um mês de uma cidade de dezessete milhões de habitantes.

- 5 Apresentador 2: os números são gigantescos e a polêmica em torno da obra também.

Cristina Serra (repórter): Índios da região do Xingu vieram a Brasília pedir que a usina hidrelétrica de Belo Monte não seja construída.

Ireô Caiapó (cacique): nós somente estamos defendendo nossa área. Nós num quê acontecer a barragem de Belo Monte.

- 10 C.S.: o projeto prevê a construção da hidrelétrica no Rio Xingu, próximo a Altamira no Pará. A usina terá capacidade de gerar onze mil megawatts de energia mas a geração média será menor, de quatro mil megawatts. A variação se deve à quantidade de chuva na região. Quinhentos quilômetros quadrados de floresta serão inundados para formar o reservatório da usina. A obra é estimada em vinte e cinco bilhões de reais. A usina de
- 15 Belo Monte vem sendo discutida há trinta anos, sempre com muita polêmica. Para o Ministro Edison Lobão, é a melhor alternativa para a geração de energia no Brasil.

Edison Lobão (Ministro das Minas e Energia): se nós não pudermos construir hidrelétricas, nós vamos ter que construir térmicas poluentes a custos muito mais elevados.

- 20 C.S.: Ambientalistas temem o impacto que a obra terá para a floresta e para a população.

Roberto Smeraldi (ONG Amigos da Terra): os estudos que eles fizeram para Belo Monte, eles são assim, fraquinhos em termos de impacto sobre o meio físico e sobre o meio animal e são zero sobre os seres humanos. Tanto os seres humanos locais

25 impactados, índios, comunidades locais, quanto principalmente o problema de levar pra lá mais de cem mil pessoas que é a consequência de uma obra desse tamanho com canteiro e tudo isso.

C.S.: Para este professor de Engenharia Florestal, Belo Monte combina geração de energia com impacto reduzido.

30 Henrique Leite Chaves (Faculdade de Tecnologia UnB): ela concilia os dois aspectos porque, de um lado o custo do megawatt/hora é um dos mais baratos e ao mesmo tempo a área inundada é muito pequena. Consequentemente os impactos ambientais gerados também são pequenos.

C.S.: A licença definitiva para a construção da usina ainda está em análise pelos
35 técnicos do IBAMA, mas o IBAMA já concedeu a licença para a construção do canteiro de obras e dos alojamentos, o passo inicial do projeto, por isso o Ministério Público Federal no Pará entrou com uma ação na justiça, pedindo a suspensão imediata da licença. O juiz Ronaldo Desterro da Justiça Federal está ouvindo as partes envolvidas e não há um prazo definido para a decisão dele.

JN 3

Data: 05/04/2011

Tempo: 01':56"

Título: “OEA pede que Brasil paralise licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte”

Apresentador 1: A Organização dos Estados Americanos pediu hoje que o Brasil paralise o processo de licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte no Pará.

Apresentador 2: A reação no Itamaraty foi de perplexidade.

Poliana Abritta (repórter): A manifestação de líderes indígenas do Xingu contrários à construção da usina de Belo Monte, chegaram à Organização dos Estados Americanos no fim do ano passado. Em carta enviada ao governo brasileiro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA pediu que seja suspenso imediatamente o processo de licenciamento do projeto de Belo Monte e que seja impedida a realização de qualquer obra até que sejam cumpridas algumas condições: entre elas consultar as comunidades que serão afetadas pela hidrelétrica e adotar medidas para proteger os índios que vivem isolados na bacia do Xingu. O projeto prevê a construção da hidrelétrica no rio Xingu perto de Altamira no Pará. A usina terá capacidade de gerar onze mil megawatts de energia. Quinhentos quilômetros quadrados de floresta serão inundados para formar o reservatório da usina. Uma área um pouco maior do que o plano piloto de Brasília. A obra é estimada em vinte e cinco bilhões de reais. Depois de um longo processo de disputas judiciais o IBAMA concedeu licença para a instalação dos canteiros de obras. A licença para a construção da usina ainda está em análise. O governo brasileiro foi pego de surpresa com a carta da OEA. O Ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota conversou diretamente com a presidente Dilma sobre o assunto e numa nota as autoridades registraram a perplexidade com o caso. O governo considerou as solicitações da OEA precipitadas e injustificáveis. Lembrou que a construção de Belo Monte foi aprovada pelo Congresso. Que foram feitos os estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e em especial de natureza antropológica em relação às comunidades indígenas e que essas comunidades foram ouvidas pelo IBAMA e pela FUNAI.

JN 4

Data: 01/06/2011

Tempo: 01':37"

Título: “IBAMA emite licença para a usina de Belo Monte”

Apresentador: O IBAMA emitiu hoje licença que autoriza a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte no Pará.

5 Cristina Serra (repórter): Belo Monte será instalada no Rio Xingu, tem custo previsto de 19 bilhões de reais, poderá gerar até 11 mil megawatts, dez por cento da energia consumida no Brasil. Quinhentos e dezesseis quilômetros quadrados serão inundados, onde municípios atingidos. O consórcio responsável construção da usina se comprometeu a cumprir uma série de medidas para compensar o impacto social e ambiental da obra. No total serão três bilhões e duzentos milhões de reais para, por
10 exemplo, construção de escolas, hospitais, obras de saneamento e habitação e criação de unidades de conservação da floresta.

Curt Trennepohl (Presidente do IBAMA): Se por um lado há uma perda ambiental, por outro lado há um ganho socioambiental muito grande.

15 C.S.: As obras serão acompanhadas por um comitê formado por representantes da sociedade civil e dos governos federal, estadual e municipais. Vinte mil operários vão trabalhar em Belo Monte. O governo pediu às empresas, medidas para evitar conflitos como o que aconteceu na obra de Jirau em Rondônia em março deste ano.

Gilberto Carvalho (secretário geral da Presidência da República): Pelo que foi apresentado até agora estamos muito seguros de que serão criadas condições bastante
20 adequadas de trabalho.

Apresentador: Segundo o procurador Felício Pontes, algumas condicionantes para a liberação de Belo Monte não foram cumpridas. Ele diz que o Ministério Público Federal no Pará estuda entrar na justiça contra a licença.

JN 5

Data: 20/08/2011

Tempo: 00':38"

Título: “Sábado é marcado por protestos pelo Brasil contra a usina de Belo Monte”

Apresentador: este sábado marcou o Dia Internacional de Defesa da Amazônia. Houve protestos pelo país contra a construção da usina de Belo Monte no Pará. Em Belém, passeatas nas ruas do centro. Os manifestantes deram um abraço simbólico no Mercado Ver-o-Peso às margens da baía do Guajará. As manifestações se repetiram em São Paulo, em Brasília e no Rio de Janeiro. A Norte Energia S.A., consórcio responsável pela construção da usina declarou que respeita as opiniões contrárias embora acredite que elas sejam fruto de desinformação.

5

JN 6

Data: 23/8/2011

Tempo: 07':54"

Título: “Belo Monte é a maior e mais polêmica obra em andamento no país”

Apresentador 1: O Jornal Nacional começa a exibir hoje uma série de reportagens especiais sobre a usina de Belo Monte. É a maior obra em andamento no Brasil neste momento e a mais polêmica também.

Apresentador 2: Os repórteres Cristina Serra e Almir Queiróz mostram porque.

- 5 Cristina Serra: É um espelho onde o céu e o rio se confundem. O Xingu percorre 1900 kms, sai do cerrado em Mato Grosso e segue rumo à floresta amazônica no Pará. É aqui que será construída a hidrelétrica de Belo Monte entre as cidades de Altamira e Vitória do Xingu. A usina terá duas barragens e dois reservatórios. O primeiro não altera o leito do rio, só alarga suas margens o que corresponde ao que é o Xingu hoje em período de
- 10 cheia. O segundo reservatório vai alagar o que hoje é terra firme, pasto e floresta. Um canal ligará os dois reservatórios. Com isso o curso natural do rio será desviado. Esta área onde hoje o Xingu faz uma imensa curva, a chamada “Volta Grande”, terá a vazão reduzida. É por isso que os índios entoam cantos de guerra.

Índio: Sem a água não tem comunidade viva né ?

- 15 C.S.: Essa briga não é de hoje. Os primeiros estudos há trinta anos, previam a inundação de terras indígenas. Em 89, o engenheiro da Eletronorte, José Antônio Muniz, sentiu na pele a indignação de uma guerreira Caiapó, a índia Tuíra.

- José Antônio Muniz (Eletronorte): Num momento assim de, inesperadamente, ela vem com aquela coisa e bate de um lado, aí eu senti que era um facão. Bateu de um lado,
- 20 bateu do outro e bateu do outro.

C.S.: Há três anos, outra agressão: os índios também atacaram com facões o engenheiro Paulo Fernando Rezende. O projeto mudou. Nenhuma aldeia será alagada. A preocupação agora é com a falta d'água.

Índio: Para nós é uma água benta.

- 25 C.S.: As populações ribeirinhas e os índios que vivem por aqui temem que o transporte fique ainda mais difícil e que diminua a fartura de peixes que existe aqui na região.

Cacique Ireô: Quem sabe vai acontecer a guerra. Branco morre, índio morre, até no final que quero ver acontecer esse barramento.

C.S.: Mas por uma exigência da FUNAI e do IBAMA a água terá que ser assegurada na
 30 “Volta Grande”. De acordo com o projeto, na época da chuva quando o rio enche, parte da água será desviada para a usina. Na época da seca para manter a vazão na “Volta Grande” a usina poderá reduzir a produção de energia ou até parar.

Márcio Meira (FUNAI): Uma das condicionantes é que haja sempre garantia da vazão, que é a chamada vazão ecológica, para que esse modo de vida seja preservado.

35 C.S.: Para os agricultores o problema é outro.

Manuel Pires (fazendeiro): Muito lindo né? O som da floresta é o que eu mais adoro.

C.S.: “Seu” Manuel mostra com orgulho a floresta que tem na sua propriedade. É uma reserva legal, registrada no IBAMA com todos os impostos pagos.

M.P.: Tem mais de cinco mil árvores, eu já contei essa madeira todinha aqui.

40 C.S.: Tudo isso vai dar lugar a um dos reservatórios e “seu” Manuel foi informado que só será indenizado pela parte da fazenda onde tem gado e cacau.

M.P.: Eu acho impossível eu preservar a minha mata pensando nos meus filhos, nos meus netos, depois nos meus bisnetos pra uma hora dessas eu entregar de mão beijada.

C.S.: Agricultores vizinhos de “seu” Manuel estão na mesma situação.

45 Ana Alice Santos (agricultora): O próprio governo incentivou a gente a preservar. E aí, agora, com o projeto de Belo Monte dizem que as matas lá, o local preservado não vai ser indenizado.

C.S.: Mesmo depois do início da obra o IBAMA ainda não tem uma solução para esses casos.

50 Gisela Forattini (IBAMA): Estão sendo implementados e acompanhados par e passo pelo IBAMA fóruns de acompanhamento social desse empreendimento. Então questões específicas como essas serão discutidas nesses fóruns e levadas a nosso conhecimento e ao conhecimento da empresa e aí dirimidos possíveis conflitos.

C.S.: O Ministério Público Federal entrou na Justiça questionando desde os estudos que
 55 permitiram a concessão da licença para a instalação da usina até a maneira como as audiências públicas foram conduzidas. Doze ações aguardam julgamento.

Cláudio Terre do Amaral (MPF): Os estudos, eles não são conclusivos. Existem, a modelagem da qualidade da água, a modelagem matemática não está no nível em que se necessita para ter certeza se for obrigada a equação dessa água para a população.

60 G.F.: Esses estudos de Belo Monte são de boa qualidade porque foram analisados por uma equipe de excelência que nós temos.

C.S.: Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, terá capacidade para produzir 11 mil e duzentos megawatts de energia, mas devido ao regime de cheia e seca do rio a produção média será de 4 mil megawatts, o suficiente para abastecer 18 milhões de residências.

Luis Fernando Rufato (Norte Energia): Disso aí nós não podemos abrir mão. Nós temos que usar. Isso é o potencial do Brasil dos brasileiros que é pra gente ter essa garantia que nós vamos ter energia barata, renovável sem depender de nada.

Marcelo Salazar (Instituto Socioambiental): O custo de Belo Monte é muito maior do que está sendo ventilado pelo empreendedor. Você tem diversos impactos socioambientais dessa obra que vão muito além da área de abrangência de construção dessa obra que não estão sendo dimensionados.

C.S.: Polêmica e dúvidas também entre as comunidades ribeirinhas. Várias serão alagadas. Outras ficam onde serão instalados os canteiros de obras. A empresa que constrói Belo Monte terá que indenizar os moradores ou construir novas moradias. Mas os locais para onde serão levados não foram escolhidos.

Dona Cláudia que há 40 anos mora na comunidade Santo Antônio está angustiada.

Cláudia Alcoforado (moradora): Eu me sinto triste, porque aqui a gente vivia num sossego muito bom sabe?

C.S.: Toda essa mudança tem um motivo claro para o governo, garantir energia para o país.

Altino Ventura (Min. Minas e Energia): O nosso país é um país que está crescendo e necessita de aproximadamente cerca de 7 mil megawatts por ano nos próximos dez anos pra permitir esse crescimento econômico e o desenvolvimento do nosso país.

C.S.: Hoje, o Xingu é o ganha-pão da pescadora Alcilene.

Alcilene (pescadora): Piau, pacu, corvina, curimatá.

C.S.: Mas ela já sabe que o seu modo de vida simples está no caminho de uma força avassaladora.

Alcilene: Esse é o progresso né?

Apresentador: Depois de amanhã, na segunda reportagem da série, você vai ver o que há no caminho das máquinas no canteiro de obras. Árvores, animais e um grande material arqueológico da Amazônia.

JN 7

Data: 25/08/2011

Tempo: 05:19

Título: “Obras na Usina de Belo Monte precisam tomar cuidado com o meio ambiente”

Apresentador 1 : O Jornal Nacional está apresentando essa semana uma série de reportagens especiais sobre a usina de Belo Monte. Na primeira, exibida anteontem, a repórter Cristina Serra mostrou que a maior obra em andamento no Brasil é também a mais polêmica porque envolve discussões com ambientalistas, com produtores rurais e com moradores das áreas que serão afetadas pelas barragens.

Apresentador 2: Hoje nós vamos ver como é complexa uma construção desse tamanho e tudo que precisa ser protegido no avanço das máquinas.

Cristina Serra (repórter): no imenso canteiro de obras de Belo Monte, duas castanheiras ainda resistem de pé. No contraste da paisagem o dilema entre o que deve ser preservado e a construção da usina. Preocupação até (ênfase) do encarregado da obra.

Cícero Lucena (encarregado da obra): Primeiro eu achava até bonito derrubar uma árvore. Hoje não, hoje pra derrubar eu tenho que pensar duas vezes.

C.S.: No comando dos operários ‘seu’ Cícero se sente em casa. Veio do Ceará a quarenta anos para abrir a Transamazônica

Cícero Lucena: eu como não tenho medo de nada eu vim.

C.S.: A maior obra em andamento no Brasil atrai trabalhadores de várias regiões. São os barrageiros como o ‘seu’ Francisco que veio de Minas com a família. Um dos filhos trabalha sob o comando dele.

José Francisco Filho (operário): com ele a pegada é mais dura um pouquinho.

C.S.: e ele tem futuro como barrageiro ?

J. Francisco: tem, tem.

C.S.: mas a empresa Norte Energia que constrói Belo Monte quer dar prioridade à mão de obra da região e assim evitar uma migração em massa.

Marco Tulio Pinto (diretor de construção): estamos qualificando carpinteiros, pedreiros, armadores, operadores de máquinas.

C.S.: José aprende a operar uma escavadeira usando um simulador. Aos quarenta e dois (ênfase) anos vai ter a carteira assinada pela primeira vez. Mudança total de vida.

José: Eu acredito que sim.

C.S.: a hidrelétrica está sendo construída entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu. Só deve operar a plena carga em 2019. Até lá.

Luis Fernando Rufato (diretor Norte Energia): é uma operação de guerra.

C.S.: Os desafios são enormes. Antes da usina é preciso construir três alojamentos onde nos próximos anos vão morar vinte mil trabalhadores. E conseguir transportar equipamentos e máquinas pesadas pela Transamazônica. O principal acesso à região
35 mais parece uma pista de rali. Boa parte da Transamazônica é assim, não tem asfalto, e no verão as nuvens de poeira se formam a todo o momento. É tanta poeira que a gente mal consegue enxergar um palmo adiante.

L.F. Rufato: se você não tiver essa estrada pronta na seca você não consegue trafegar nela na chuva. Tá certo? Você então não tendo acesso a esse sítio você tem problema de
40 abastecimento desse sítio. De comida, de combustível, de máquina chegando lá.

C.S.: Com o asfalto chegando a obra ganha ritmo. São várias frente de trabalho. É assim que nasce uma estrada no meio da floresta. A primeira etapa do trabalho é desmatar com foices e facões para depois entrarem as máquinas. Essa estrada que está sendo aberta aqui vai permitir a passagem de caminhões e equipamentos para os canteiros da obra.
45 Ao todo, para erguer Belo Monte serão construídos duzentos e sessenta quilômetros de estradas. Biólogos acompanham tudo. Os bichos que vivem por aqui têm que ser preservados. É uma das exigências do IBAMA para reduzir os danos ao meio ambiente. Flávio Poli (biólogo): o bicho, ele tem o instinto dele de sobrevivência, então com o menor barulho ele já está procurando fugir.

C.S.: os que não conseguem fugir são resgatados e soltos em lugar seguro. Em dois meses e meio já foram salvos mil e duzentos animais como essa jibóia e também essa cobra muçurana. Ela não é venenosa e vai logo querendo intimidade. Uma pulseira! Que barato! Na hora de desmatar, de olho no futuro, é preciso lembrar que a Amazônia tem um passado. Arqueólogos procuram vestígios das populações indígenas que viveram há
55 mais de mil anos aqui. De caco em caco vão montando um quebra-cabeça e descobrindo quem eram esses índios, como viviam. Mais uma exigência para a construção da usina, dessa vez do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Arqueólogo: sempre viveu muita gente aqui na Amazônia e de maneira inclusive sustentável. Alguma lição elas devem ter para nos ensinar.

60 Apresentador: na reportagem de amanhã, as cidades vizinhas a Belo Monte diretamente atingidas pela obra gigantesca da usina hidrelétrica.

JN 8

DATA: 26/08/2011

TEMPO: 05':15"

Título: “Obras da usina de Belo Monte vão afetar cidades vizinhas”

Apresentador 1: O Jornal Nacional está apresentando esta semana uma série especial de reportagens sobre a usina de Belo Monte. Na primeira a repórter Cristina Serra mostrou as polêmicas envolvendo a maior obra em andamento no Brasil. As queixas de índios, de produtores rurais, de ambientalistas e de moradores de áreas que serão atingidas pelas barragens.

Apresentador 2: Ontem na segunda reportagem nós vimos o trabalho de remoção de animais e de proteção de sítios arqueológicos antes do avanço das máquinas.

Apresentador 1: Hoje você vai ver as transformações que a construção da usina está promovendo no coração do Pará.

10 Reportagem (som em off): Belo Monte está chegando, cidadão Altamirense você é contra ou a favor?

Cristina Serra: a cidade de Altamira às margens do Xingu virou uma espécie de capital de Belo Monte e já sente a grande mudança.

Vilmar Soares (empresário): Esse ano mais de quatrocentas empresas já chegaram aqui e com essa demanda é automático que os preços aumentem.

15 C.S.: É só dar um pulo na feira.

Moradora: A carne, o peixe, o frango, a nossa alimentação subiu demais.

C.S.: E o preço do tomate?

Moradora: Era de dois antes, passou pra dois e cinquenta e agora passou pra três.

20 C.S.: Se a chegada de novos moradores provoca aumento nos preços também acelera o crescimento da cidade. Esse empresário mostra o terreno onde vai construir um hotel com cento e vinte apartamentos.

Empresário: esse é o empurrãozinho que precisava pra essa locomotiva decolar.

C.S.: e não é só ele, pra onde quer que se olhe tem construção nova.

25 Pedreiro: acabando esse prédio já vou começar outro.

C.S.: Além de Altamira, outras quatro cidades serão diretamente atingidas pela construção de Belo Monte. Vitória do Xingu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Anapu. Altamira é a maior com cem mil habitantes e cento e sessenta mil quilômetros quadrados, é maior que Portugal e tem problemas antigos que precisam de solução.

30 C.S. (cam): Nós estamos em Brasília, não, não é a capital do poder é esta região de palafitas aqui em Altamira uma área de risco onde as pessoas vivem em situação extremamente precária.

C.S.: São seis mil famílias. Agora que recebeu a licença de instalação, a Norte Energia, a empresa responsável por Belo Monte vai ter que dar novas habitações para os
35 moradores.

Moradora: seria bom pra gente né, porque aqui é uma ponte muito perigosa, você está vendo aí que é tudo quebrado.

C.S.: Ninguém aqui sabe ao certo para onde vai. Dona Dejanira tem medo do futuro.

D. Dejanira: que eu já gosto daqui demais sabe? Tô acostumada aqui já.

40 C.S.: a empresa também terá de adotar medidas para compensar o impacto na migração na região. As estimativas variam de cinquenta mil a cem mil pessoas a mais que vão precisar de escolas, de postos de saúde, de saneamento básico. Imagine as mudanças no trânsito da cidade. Sem falar na preocupação com a segurança.

Moradora: A bandidagem vai vir junto com a barragem.

45 C.S.: A polícia confirma, a criminalidade aumentou vinte e oito por cento neste ano em relação ao ano passado. Por contrato a Secretaria de Segurança do Pará vai receber cento e setenta dois milhões de reais da empresa responsável por Belo Monte.

Cristiano Marcelo (delegado): todo empreendimento trás essa questão de novas oportunidades e a criminalidade vem também atrás disso.

50 C.S.: Belo Monte está sendo erguida com o objetivo de aumentar o potencial de energia elétrica do Brasil.

Altino Ventura (diretor de Planejamento – MME): esse custo ambiental eu diria que ele é perfeitamente compatível e inferior aos benefícios que esse empreendimento trás para a sociedade brasileira como um todo, pela energia elétrica que entrará no sistema
55 interligado, como para os benefícios da comunidade que vive nas proximidades da usina.

C.S.: Belo Monte só perde para Três Gargantas na China e Itaipu no Paraná e custará ao todo vinte e seis bilhões de reais. Três bilhões e setecentos milhões de reais serão gastos com as compensações dos impactos sociais e ambientais. E essas compensações têm
60 que ser acompanhadas com rigor, afirmam cientistas e organizações da sociedade civil.

Hermes Fonseca de Medeiros (biólogo): O Brasil precisaria instalar aqui um projeto de desenvolvimento que não seja de muito dinheiro durante seis anos e depois nada.

C.S.: No ano em que Altamira comemora o centenário de fundação, Belo Monte é um presente carregado de polêmicas. Um passo ainda incerto rumo ao futuro.

- 65 Apresentador: nós exibimos três reportagens especiais sobre Belo Monte. Se você perdeu ou se você quer rever alguma visite a página do Jornal Nacional na internet (na tela: g1.com.br/JN), lá você encontra os argumentos de quem é contrário à construção da hidrelétrica e também os de quem é a favor.

JN 9

Data: 16/12/2011

Tempo: 00':34"

Título: “Justiça do Pará libera a retomada das obras da usina de Belo Monte”

Apresentador: A Justiça Federal do Pará derrubou a liminar que proibia obras da usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu. A decisão é do mesmo juiz que tinha concedido a liminar em setembro a favor da Associação dos Criadores de Peixes Ornamentais de Altamira. O juiz Carlos Eduardo Martins avaliou os pedidos de reconsideração feitos pela União e pelo consórcio construtor. O consórcio ainda está instalando o canteiro de obras, não começou ainda as intervenções no rio propriamente. A Associação dos Criadores de Peixe ainda pode recorrer.

JN 10

Data: 04/06/2012

Tempo: 05':04"

Título: “Produção em usina (sic) hidrelétricas têm desafio de produzir sem agressões ao meio ambiente”

Nota: Reportagem feita dentro do Globo Natureza no JN, para a Rio+20, portanto com compromissos e sensibilidades ‘ambientais’ e ‘sociais’ apropriadas para o contexto.

Âncora 1: Olha, nesta semana o JN dá sequência a uma série de reportagens sobre a produção de energia elétrica no Brasil, e o desafio de produzir mais sem agressões ao meio ambiente.

Âncora 2: Hoje o Alberto Gaspar e o Américo Figueiroa mostram o que é que está mudando nas hidrelétricas.

Repórter: “À luz de velas. E não por romantismo”.

Falar da falácia que estar próxima à usina não significa ter eletricidade.

Regineide Marques (dona de casa): “Sem a televisão, sem a geladeira, sem nada. Escureceu janta no claro da vela e vai dormir”.

Morador: “Faz falta, energia faz falta demais”.

Repórter: “A rede elétrica passa a poucos quilômetros do vilarejo cearense (Catolé, no gráfico) onde o melhor amigo do “seu” Luís é o radinho de pilha. Casas como a do seu Luís não são regra, são exceção no Brasil, onde pouco mais de 1% dos domicílios não têm energia elétrica, o que também não significa que eles sejam poucos. São mais de 700 mil segundo o senso de 2010, e isso num país cheio de energia. No total são quase 188 milhões de kilowatts de capacidade instalada, 70% energia hidrelétrica. Considerada limpa porque não emite gases, não gera resíduos, (nesse caso pq a licença do IBAMA?) sua mais completa tradução está comemorando 30 anos. Itaipu segue sendo a maior unidade geradora de energia elétrica no mundo. Responsável por um sexto do abastecimento do Brasil, mas ela é uma obra de outra era, a era do progresso a qualquer custo, custo ambiental inclusive. (pq não atendem aos índios e ambientalistas?). A área alagada pela barragem é equivalente a quatro Baías da Guanabara, deixou debaixo d’água mais de 8500 propriedades, rurais e urbanas, só do lado brasileiro. Grandes reservatórios dão segurança, garantem geração estável o ano inteiro. No sistema atual, o fio d’água, isso não existe.

Roberto Schaeffer (professor da COPPE, UFRJ): “É uma hidrelétrica que praticamente não estoca água pra não alagar grandes extensões”

Repórter: “A produção de energia é muito variável porque depende da quantidade de água dos rios em cada época do ano”.

30 Luis Carlos Gonçalves (Coord. De Produção – Usina Candonga): “Eu vou aumentando a minha geração, vou abaixando de acordo com o volume de água que está chegando”.

Repórter: “O alagamento é bem menor, mas existe. Nesta usina, em Minas, o leito do rio Doce foi elevado. Alguns quilômetros rio acima a vila de Soberbo desapareceu. Só restaram fotografias. Transferidos para um bairro novinho, os moradores não se conformam. Perderam suas raízes, eles reclamam”.

35 Sebastiana Ramos (dona de casa): “Meu marido plantava que o quintal era espaçoso, grande. Lá tinha bananeira, tinha goiabeira”.

Roberto Schaeffer: “Essa é que é a grande barreira hoje para a expansão da geração hidrelétrica no Brasil. Não é a falta de potencial, mas é o conflito ambiental que essa tecnologia começa a gerar”.

40 Repórter: “Em operação há oito anos, a hidrelétrica ainda tenta completar projetos que garantam novas fontes de renda para a comunidade. Uma reativação econômica prevista em contrato”. (E os índios?).

Marcelo Carneiro (Gerente socioambiental da usina): “As exigências são cada vez maiores e isso exige um esforço maior, inclusive de responsabilidade socioambiental por parte dos empreendimentos e a gente tem que assumir”.

Repórter: “Até as PCHs, pequenas centrais hidrelétricas enfrentam resistência. Só para a bacia do Rio Santo Antônio, em Minas, existem 22 projetos. Neste distrito (Sete Cachoeiras, MG, no gráfico) a palavra barragem virou palavrão.

50 Teresa Silveira (Associação de Defesa Ambiental): “Não existe um estudo integrado dos impactos que estes empreendimentos vão provocar na região”.

Repórter: “Estariam em risco, áreas baixas, produtivas, fazendas centenárias como a da família Costa. Aqui reunida na produção de rapadura.

Fazendeiro: “Nossa, Deus, complicado mesmo”.

55 Repórter: “Mas não vão indenizar, não vão pagar?”

Fazendeiros pai e filho: “Pra mim num tem dinheiro que paga isso”, “é num tem não”.

Repórter: “No Brasil inteiro restam 2/3 do potencial hidrelétrico a explorar, metade disso na Amazônia (Bermann nota), onde projetos como Belo Monte no Pará, mesmo adotando o sistema fio d’água geram polêmica”.

60 Luiz Pinguelli Rosa (ex-presidente da Eletrobrás): “O Brasil precisa ainda usar a hidroeletricidade. Eu não vejo como escapar disso, embora cada vez o percentual de

hidroeletricidade será menor. Podemos até não mais fazer as hidrelétricas, mas pagaremos por isso”.

Repórter: “Quais as opções para complementar um sistema com hidrelétricas menos
65 estáveis. Amanhã mostramos o carvão mineral”.

JN 11

Data: 10/10/2012

Tempo: 00:29”

Título: “Justiça Federal do Pará pede retirada de índios que invadiram obras”

Âncora: “A Justiça Federal, no Pará, determinou que a FUNAI atue pacificamente pra retirar os índios que invadiram o canteiro de obras da usina de Belo Monte, no rio Xingu. Há três dias oitenta índios iniciaram um protesto contra o andamento da obra. Por segurança 900 trabalhadores foram retirados do canteiro. Em junho o local tinha
5 sido invadido pelo mesmo grupo. (aparece microfone mas não falam). Agentes da FUNAI se reuniram hoje com índios, policiais federais e também com representantes da empresa responsável pela usina. Ainda não houve acordo.

JN 12

Data: 13/11/2012

Tempo: 01':59"

Título: “Polícia reforça segurança nos canteiros de obras da Usina de Belo Monte

Âncora: A segurança nos canteiros de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte foi reforçada nesta terça-feira. Os protestos violentos do fim de semana interromperam novamente (ênfase) a construção. Repórter: “Vinte e cinco homens do batalhão de choque em Belém, viajaram mil quilômetros até Altamira onde se juntaram aos policiais militares da região. Mas os PMs patrulham canteiros vazios. Quinze mil funcionários estão parados há dois e amedrontados”. Funcionário 1: “Muito medo. E aí a gente ainda teve que passar a noite no mato porque num teve outro jeito”. Funcionário 2: “A gente num é de fazer esse tipo de coisa né? Então, a gente veio pra trabalhar né? Aí pegamo e saímo fora”. Repórter: “Os ataques foram na área onde está sendo construída a barragem principal e no maior canteiro da obra que receberá as turbinas da usina. Escritórios e alojamentos foram depredados. Os manifestantes também atearam fogo em duas máquinas e num ônibus bloqueando a Transamazônica. Essas fotos mostram o momento em que funcionários encapuzados começaram o quebra-quebra no sábado. Segundo colegas, eles exigem o direito de visitar a família a cada três meses, em vez de seis como é atualmente, e também, aumento no vale alimentação. Mas, segundo o sindicato que representa os trabalhadores de Belo Monte, o grupo quer apenas tumultuar as negociações que já estão em andamento. Cinco suspeitos de participação nos ataques estão presos. Eles negam envolvimento nas ações. O consórcio construtor de Belo Monte está fazendo uma vistoria para avaliar se há condições pra que as obras sejam retomadas amanhã. Desde junho do ano passado, quando começou a construção da usina, as atividades foram interrompidas por pelo menos oito vezes. Decisão judicial, greves, protestos de índios, pescadores e ambientalistas têm provocado as paralisações. Apesar dos transtornos a empresa responsável pela usina, informou que os atrasos não impedirão que a obra seja entregue no prazo. A previsão é de que Belo Monte comece a gerar energia em 2015 e que entre em operação total até 2019.

JN 13

Data: 08/01/2013

Tempo: 00:25”

Título: “Índios bloqueiam acesso a canteiro de obras da usina de Belo Monte no PA”

Âncora: “Índios bloqueiam há dois dias a estrada de acesso a um dos principais canteiros de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte no Pará. Os juruna denunciam que o represamento do rio Xingu estaria prejudicando a qualidade da água e afetando a pesca. Homens da Força Nacional de Segurança acompanham o protesto.

- 5 Representantes da Norte Energia, responsável pela usina, estão negociando com as lideranças indígenas”.

JN 14

Data: 02/05/2013

Tempo: 00:39”

Título: “Índios ocupam o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte”

Âncora: “Índios de várias etnias armados com bordunas e flechas ocupam o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte em Altamira no Sudoeste do Pará, e o escritório da empresa Norte Energia. Eles não deixam ninguém entrar no local. A maior parte dos operários não estava no canteiro porque era dia de pagamento hoje. Os

5 manifestantes querem ser ouvidos pela empresa que é a responsável pelo empreendimento. Índios da etnia munduruku pedem a suspensão dos estudos de viabilidade das hidrelétricas nos rios Xingu, Telles Pires e Tapajós. A Norte Energia anunciou que vai dialogar com os índios para uma desocupação pacífica do local”.

JN 15

Data: 30/05/2013

Tempo: 00:33”

Título: “Índios não cumprem ordem de desocupar obras de Belo Monte”

Âncora: “Índios (ênfase) que invadiram há quatro (ênfase) dias o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte, no sudoeste do Pará, não (ênfase) cumpriram a ordem judicial de desocupar (ênfase) a área. A maioria é da etnia mundurucu. Eles querem ser consultados pelo governo federal sobre a exploração de recursos hídricos na região do Tapajós onde uma usina hidrelétrica vai ser construída. Todas (ênfase) as atividades do canteiro estão suspensas. A ordem da Justiça Federal foi dada ontem (ênfase), a Força Nacional e a Polícia Militar estão na área”.

5

JN 16

Data: 31.05.2013

Tempo: 00:24”

Título: “Obras na usina de Belo Monte são retomadas após invasão de índios”

Âncora: “Foram retomadas hoje as obras no principal canteiro de obras da usina de Belo Monte no Pará. Elas estavam paradas há quatro dias por conta da invasão de um grupo de índios. Eles continuam na área, mas sem impedir o trabalho dos operários por causa de um acordo com o Governo Federal. Ficou marcada uma reunião em Brasília na próxima terça-feira. Os índios querem ser consultados sobre a construção de possíveis hidrelétricas nos rios da Amazônia”.

5

JN 17

Data: 04.06.2013

Tempo: 02'.43"

Título: “Índios vão a Brasília em aviões da FAB para discutir a construção de hidrelétricas”

Âncora: “Dezenas de indígenas voaram pra Brasília em aviões da FAB, para um encontro que terminou sem acordo com o Ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. Na semana passada esse grupo tinha invadido o principal canteiro de obras da usina de Belo Monte no Pará, e no sul do Brasil, houve novos (ênfase) protestos pela demarcação de reservas. Repórter: No norte do Rio Grande do Sul três estradas foram bloqueadas pelo segundo dia seguido. BR-285 em Mato Castelhano, os índios fizeram bloqueios de hora em hora, o congestionamento chegou a mais de 2 (ênfase) quilômetros. As estradas só foram totalmente liberadas no fim da tarde. Em Porto Alegre houve manifestação no centro (ênfase) da cidade, e alguns índios foram recebidos pelo governador Tarso Genro. Em Altamira no Pará, quase cento e cinquenta índios, a maioria deles da etnia munduruku, embarcaram para Brasília em dois aviões da FAB, viagem bancada (ênfase) pelo Governo Federal. Os mesmo índios que na semana passada paralisaram por cinco dias as obras da usina de Belo Monte, sendo que alguns deles vivem a 800 (ênfase) quilômetros da hidrelétrica. Eles só permitiram que os trabalhos da usina continuassem no fim da semana passada, quando confirmaram a reunião de hoje. Para entrar no prédio, nos fundos do Palácio do Planalto, detectores de metal, nada (ênfase) de arcos ou flechas. Na reunião coordenada pelo Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, e com representantes de cinco outros Ministérios, mais FUNAI e CNBB, os índios disseram que queriam ter sido ouvidos sobre a construção das usinas de Belo Monte, Tapajós e Telles Pires. Foi uma longa reunião mas as posições não mudaram. Os índios não querem as usinas, o governo diz que precisa delas. O Ministro Gilberto Carvalho disse então que volta a conversar com eles quando eles quiserem, até no Pará. Os índios ficaram de pensar. Gilberto Carvalho: “Nós os trouxemos aqui para um diálogo, ouvimos longamente a fala deles, as críticas deles, mas fomos absolutamente claros com eles, dizendo que o governo não vai abrir mão dos seus projetos. Agora, o governo fará as correções necessárias para fazê-lo de forma adequada, para que de fato esse empreendimento

deixe um rastro de vida, e não de morte”. Âncora: o ministro também afirmou que a segurança em Belo Monte será reforçada. Gilberto Carvalho disse aos índios que o governo aceita diferentes formas de protesto, mas que não pode aceitar novas invasões da usina”.

JN 18

Data: 05.06.2013

Tempo: 02':07"

Título: “Dilma defende solução negociada para os conflitos indígenas”

Âncora: “A presidente Dilma Rousseff disse hoje que o governo cumpre as decisões da justiça, e o Ministro Gilberto Carvalho precisou explicar as declarações dadas ontem a índios que tinham invadido as obras da usina de Belo Monte, no Pará. Repórter: “Em assembleia à tarde, os índios munduruku decidiram permanecer em Brasília. Vão

5 entregar um documento ao ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência, pedindo para serem ouvidos sobre a construção de usinas na Amazônia. OS índios vieram ontem à Brasília em aviões da FAB. As aeronaves faziam a segurança nas fronteiras e foram deslocadas para trazer os indígenas. Mas logo cedo, a preocupação do ministro Gilberto Carvalho, era desfazer o que nesta nota ele chamou de equívoco.

10 Ontem, no encontro com os munduruku, Carvalho contou que ao comentar a desocupação da fazenda Buriti, em Mato Grosso do Sul, a presidente Dilma Rousseff disse que a ordem de reintegração de posse deveria ter sido desobedecida pelo ministro José Eduardo Cardozo da Justiça”. Gilberto Carvalho (na tela): “Nós sabemos o erro que foi essa...desgraça dessa morte desse companheiro “Terena” agora...quando um juiz

15 de primeira instância mandou a reintegração de posse e a Presidenta falou para o ministro que não deveria ter obedecido porque para fazer uma operação daquela lá, fatalmente podia dar numa morte, infelizmente deu”. Repórter: “Na nota de hoje, Gilberto Carvalho disse que em nenhum momento a presidente fez críticas ao ministro da Justiça, e que ele, Gilberto Carvalho tentava demonstrar a dor da presidente com

20 morte de um indígena. Mesmo com a nota a presidente quis falar, disse que ainda há espaço para a construção de usinas na Amazônia, e defendeu uma solução negociada para os conflitos indígenas, garantindo, segundo ela, não só os direitos dos índios, mas também de todas as populações que vivem no país, e com o governo, cumprindo (ênfase) as decisões judiciais”. Dilma Rousseff: “O governo brasileiro cumpre lei

25 rigorosamente. O que a justiça dispõe para nós fazermos, nós cumprimos. Agora, sempre vamos preferir o processo negocial para evitar choques, mortes, ferimentos”.

JN 19

Data: 10.06.2013

Tempo: 00':28"

Título: “Índios Munduruku ocupam sede da FUNAI em Brasília”

Âncora: “Cento e quarenta e cinco índios, na maioria da etnia munduruku, ocuparam a sede da FUNAI em Brasília. O grupo é o mesmo que tinha invadido no mês de maio a usina de Belo Monte no Pará. Na semana passada os índios foram levados até a capital em aviões da FAB para uma reunião com o Ministro Gilberto Carvalho da Secretaria
5 Geral da Presidência. Hoje eles pediram pra usar um auditório e resolveram permanecer no local até serem recebidos pela direção da FUNAI”.

JN 20

Data: 11.06.2013

Tempo: 00':41"

Título: “Índios fazem protesto na Esplanada dos Ministérios”

Âncora: “Em Brasília, os índios que ontem invadiram a sede da FUNAI, fizeram hoje um protesto na Esplanada dos Ministérios. A maioria é da etnia munduruku. Eles foram até o Supremo Tribunal Federal pra tentar marcar uma audiência com o presidente, o ministro Joaquim Barbosa, e não conseguiram. Estiveram ainda nos ministérios de Minas e Energia e Justiça, mas não foram autorizados a subir. O grupo continua (ênfase) no prédio da FUNAI e diz que quer ser ouvido sobre as obras de hidrelétricas na Amazônia. Em maio, esses mesmo índios invadiram a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e na semana passada foram levados a Brasília em aviões da FAB pra um encontro com o ministro Gilberto Carvalho, da secretaria geral da Presidência”.

JN 21

Data: 28/10/2013

Tempo: 00':28"

Título: “Justiça manda suspender obras e licença ambiental de Belo Monte”

Âncora: Justiça manda suspender obras e licença ambiental de Belo Monte. O

Ministério Público Federal acusa a empresa Norte Energia de não executar exigências de saúde, de infraestrutura e de meio ambiente. A Justiça estipulou multa diária de R\$ 500 mil em caso de descumprimento. A Norte Energia declarou que cumpre todas as

5 obrigações e compromissos - e que está tomando as providências legais cabíveis.

ANEXO B – ARTIGOS PUBLICADOS DE ILDO SAUER – REVISTA CARTA CAPITAL

As hidrelétricas e as usinas eólicas supririam o consumo de energia do Brasil

Ildo Sauer – Entrevista concedida a Sergio Lório
Revista Carta Capital

Ao contrário de muitos "especialistas" em energia aclamados pela mídia, Ildo Sauer é técnico competente, estudioso respeitado e analista independente. Nunca trocou suas convicções por um punhado de moedas ou alto cargo. Diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, doutor pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), Sauer faz uma nova aposta. Em artigo a ser publicado neste mês na *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, em parceria com Juliana Riscoti, o professor garante: o Brasil supriria o consumo se optasse prioritariamente por usinas hidrelétricas e eólicas. "Elas são alternativas mais viáveis do ponto de vista técnico, econômico, social e ambiental", afirma. A seguir, as explicações.

Carta Capital: Com base em quais premissas o senhor afirma que o Brasil atingiria a suficiência energética se investisse basicamente em hidrelétricas e na energia eólica?

Ildo Sauer: Tanto no mundo quanto no Brasil não há falta de fontes de energia. Por ano, chega à Terra, do Sol, uma quantidade imensa, substancialmente refletida para o Universo. Apenas uma fração dessa energia movimentada o ciclo hidrológico, impulsiona o ciclo eólico e alimenta a fotossíntese sob a forma de bioenergia nos continentes e nos oceanos. Qualquer dessas frações é maior do que o consumo total de energia, no Brasil e no mundo. Existem ainda os estoques de petróleo, gás natural, carvão, urânio e tório, além das energias geotérmica e gravitacional. A grande questão está relacionada à disponibilidade de tecnologia para propiciar o aproveitamento pelo sistema social e econômico e dentro das condições hegemônicas de produção. No sistema capitalista são viáveis apenas os processos que, por utilizarem em menor intensidade o capital e o trabalho, permitem a geração de maior excedente econômico, atendidas as regulações vigentes. As condições concretas, com o avanço histórico da capacidade produtiva, são alteradas permanentemente.

CC: E elas mudaram?

IS: Nos últimos anos, a opção eólica veio se juntar à opção hidráulica como alternativa viável técnica, econômica, social e ambientalmente para a produção de eletricidade no Brasil. O progresso tecnológico, com ganhos de aprendizado e escala, é resultado dos avanços no cenário internacional e no País. Hoje, dispomos de um potencial perto de 250 mil megawatts de capacidade hidráulica e cerca de 300 mil de potencial eólico, para torres com mais de 100 metros de altura, padrão tecnológico atual. Esse valor tende a aumentar com a realização das necessárias medições em todo o território nacional. Em 2001, ano do primeiro atlas eólico nacional, o potencial era de 143 mil megawatts para torres de 50 metros, padrão de então. Se, por hipótese, todo o potencial hidráulico e eólico já conhecido fosse desenvolvido, permitiria a produção de mais de 2,2 trilhões de quilowatts por ano.

CC: E seria suficiente?

IS: Hoje, o consumo está um pouco acima de 500 bilhões por ano, algo como 2,5 mil per capita. Segundo o IBGE, a população brasileira deverá se estabilizar por volta de 2043 em perto de 220 milhões de habitantes. Mesmo se dobrar o consumo per capita, para o atual padrão médio europeu, de cerca de 5 mil quilowatts per capita por ano, o consumo no Brasil atingiria 1,1 trilhão de kWh/ano, ou metade da capacidade de produção potencial. Adicionalmente, há ainda a possibilidade *offshore* (no mar), hoje florescente na Europa, a bioenergia, especialmente sob a forma de cogeração por bagaço de cana, a cogeração com gás natural, as pequenas centrais hidrelétricas e a solar fotovoltaica, inserida diretamente nas unidades consumidoras, economizando a transmissão e a distribuição. Uma combinação dessas fontes renováveis, com o apoio de um parque térmico de reserva, com suprimento flexível de combustível, para complementação em períodos de hidrologia e disponibilidade de ventos crítica, muito raros, permitirá o suprimento seguro e confiável com os menores custos e impactos ambientais e repercussões sociais.

CC: Muitos críticos dizem que a energia eólica não é confiável, pois não se pode "estocar" vento. Como o senhor responde a essa afirmação?

IS: Os longos registros históricos de medição de vazões dos rios e os de medição de ventos indicam que há um comportamento estatisticamente complementar entre as duas fontes. Nos períodos de vento elevado guarda-se água nos reservatórios. Seria recomendável aumentar a capacidade dos reservatórios de acumulação em usinas novas ou existentes. Para garantir a confiabilidade do sistema, basta, porém, uma combinação adequada de usinas hidráulicas e eólicas em montante calculado, complementada por usinas térmicas com suprimento flexível de combustível, de preferência gás natural liquefeito ou campo de gás não associado. É possível planejar a expansão do sistema para garantir qualquer grau de confiabilidade, desde que justificado economicamente. Hoje, o País opera todo o parque térmico, mesmo no período de chuvas, a custo bilionário, exatamente por não ter

otimizado a composição do parque gerador, técnica e economicamente, para garantir o suprimento ao menor custo.

CC: Como se dá a complementaridade entre a energia hidrelétrica e a eólica?

IS: A análise realizada em nossa pesquisa tomou como referência o histórico da hidrologia do Rio São Francisco, obtido da base de dados do ONS (Operador Nacional do Sistema) e dez pontos do litoral e do Sertão do Nordeste brasileiro, de 1948 a 2010, obtidos da Noaa (National Oceanic and Atmospheric Administration). Considerando as médias mensais de energia natural afluyente, os dados indicam uma forte tendência de complementaridade. Nos períodos de baixa hidrologia (pouca chuva), há mais ventos e vice-versa. Embora estudos detalhados ainda sejam recomendados pela pesquisa, o resultado não surpreendeu, pois a energia que chega tem como caminhos de dissipação a via do ciclo hidrológico ou a do eólico.

CC: Não é muito mais caro investir em eólicas do que em outras formas de gerar energia?

IS: Ao contrário. Há uma tendência internacional de redução de custos, em razão dos ganhos de escala e de aprendizado. Conforme demonstrado pelos leilões de energia de 2011 e 2012 no Brasil, a fonte eólica tornou-se a de menor custo. Uma usina eólica equivale a uma hidráulica, sem a necessidade da barragem, cujo custo depende das condições geológicas, topográficas e hidrológicas, sempre únicas e diferentes. Tipicamente, 1 quilowatt de capacidade instalada eólica de torre de 110 metros, rotor de 108 metros, situa-se em torno de 1,5 mil a 1,8 mil reais, comparável ao das melhores hidráulicas, com perspectiva de redução em razão do progresso e da escala, o que poderia resultar em valores em torno de 100 reais por megawatt/hora, cerca da metade do preço das térmicas convencionais e nucleares.

Fonte: Carta Capital

Benfeitos e malfeitos da energia

O Sistema Energético Brasileiro, dez anos após o racionamento devastador, continua em crise permanente por Ildo Sauer* — publicado 06/12/2012

O sistema energético brasileiro vive aos sobressaltos. Debate-se superficialmente a destinação de royalties, uma fração de menos de 15%, da riqueza gerada. A falta de coordenação e as arbitrariedades e improvisos levam à desestruturação do mercado de derivados de petróleo e biocombustíveis. Em 7 de setembro a presidenta reconheceu o fracasso das reformas do setor elétrico, concluídas em 2004, sob a égide de acordo entre os agentes, medidas negociadas e arbitragem do governo onde não havia acordo. Nem a população nem os formuladores públicos participaram das negociações. As tarifas não param de aumentar e a qualidade, de deteriorar. Como solução para a explosão tarifária, o governo propõe a entrega de patrimônio público, usinas e redes de transmissão e distribuição, construídas nas últimas décadas, pertencentes a todos os brasileiros, inclusive os sem acesso à saúde, educação e energia, como forma de aplacar ganância dos grupos de pressão da base econômica e política. Além da entrega direta da energia pelo custo operacional, nem sequer garantindo a manutenção do sistema, estão sendo destruídos os patrimônios institucionais do povo brasileiro, como Furnas, Chesf e empresas estaduais, que deveriam ser reordenadas para cumprir função estratégica para o País. Mesmo com o crescimento da economia e do consumo de energia abaixo do previsto, desde meados de setembro, todas as usinas termoeletricas foram acionadas e estão em operação a plena capacidade, fora da ordem de mérito. Isso reflete a deterioração do planejamento e gestão do sistema, resultando em custos que serão transferidos aos consumidores nas tarifas de 2013. O custo adicional supera 1 bilhão de reais por mês e, a depender da evolução da meteorologia, e do consumo total de combustíveis, poderá chegar a 4 bilhões de reais. E, pior, uma hidrologia muito abaixo da média, improvável, mas possível, não autoriza a afastar o risco do racionamento (vide gráfico, de D'Araújo, acima).

A frequente operação fora da ordem de mérito demonstra a dissintonia entre o planejado e o exequível, com prejuízos. Indica que projetos de geração e transmissão que deveriam estar operativos não estão disponíveis, por erro de planejamento ou por atraso na execução das obras. Projetos eólicos, prontos, não foram conectados ao sistema por falta de obras de transmissão. Nos leilões de aquisição de nova capacidade, o índice de mérito, da EPE, para as alternativas de geração elétrica, previa que as usinas térmicas contratadas, com elevado custo de combustível, seriam raramente acionadas, somente em períodos hidrológicamente críticos. Todavia, nos últimos anos a operação tem sido frequente, comprovando grave dissidência entre planejamento e operação otimizados. O Sistema Energético Brasileiro, dez anos após o racionamento devastador, continua em crise permanente. Faltam mecanismos coerentes de coordenação entre planejamento, execução de projetos e operação. O planejamento deveria se pautar por escolha dos melhores projetos, ambiental, técnica, econômica e socialmente. A gestão e implantação dos projetos escolhidos deveria se dar nos prazos e custos planejados. E a operação dos recursos disponíveis deveria seguir os padrões de otimização. Muito do que o governo anuncia como benfeito, à medida que o âmbito e conteúdo são revelados, aparece como malfeito e a conta, repassada à população.

*Ildo Sauer é engenheiro, professor titular do IEE-USP e foi diretor do ILUMINA.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/benfeitos-e-malfeitos-da-energia>>. Acesso em: 22 set. 2013

O aniversário de Fukushima e a usina nuclear no Brasil

O Brasil está investindo em energia nuclear. No entanto, temos muitas lições a tirar de Fukushima para as usinas de Angra

por Ildo Sauer — publicado 15/03/2012 15:21, última modificação 15/03/2012 15:28

Após duas décadas de hibernação dos planos nucleares, no final do governo anterior foram anunciadas a conclusão de Angra 3 e mais quatro usinas, possivelmente às margens do Rio São Francisco. A previsão de investimento é da ordem de 8 a 10 bilhões de reais por unidade, atingindo 40 a 50 bilhões para a instalação de 6.800 MW. A decisão e esses planos merecem uma profunda reflexão por dois fatos: a disponibilidade de recursos energéticos e capacidade tecnológica e humana brasileira para atender as necessidades desenvolvendo alternativas com impactos, riscos e custos muito inferiores; e a análise da catástrofe de Fukushima, com suas lições e implicações para os projetos propostos para o Brasil, especialmente por revelar que Angra 3 não está livre de riscos semelhantes.

Outros artigos de Ildo Sauer:

O País dispõe de capacidade tecnológica, de recursos humanos e de um conjunto de recursos naturais para expandir a oferta de energia elétrica. Eis o valor, em dados aproximados: 150.000 MW de potencial hidráulico remanescente, em adição aos 100.000 MW já desenvolvidos e em desenvolvimento; 143.000 MW eólicos; 15.000 MW de biomassa, mormente bagaço-de-cana; 17.000 MW em pequenas centrais hidrelétricas; 10.000 MW em cogeração e geração descentralizada por gás natural. Tudo isso afora as possibilidades decorrentes da re-potenciação e modernização de usinas antigas e dos programas de racionalização do uso de energia. A energia eólica vem apresentando uma curva de aprendizado tecnológico notável, no mundo e no Brasil, conforme demonstrado pelas contratações recentes, com custos declinantes, já competitivos com a opção nuclear.

A própria opção fotovoltaica, conectada à rede de distribuição, tende a repetir o sucesso da eólica. Várias combinações entre estes recursos são possíveis para suprir a energia disponibilizada pela alternativa nuclear proposta, todas elas com custos de investimento inicial de cerca da metade da opção nuclear, economizando mais de R\$20 bilhões em investimentos para o mesmo benefício energético. Os recentes leilões de energia hidráulica e eólica confirmam que seus custos de geração, sem subsídios, são cerca da metade da opção nuclear. Uma diferença adicional: os recursos renováveis (majoritários nesta proposição) prescindem de combustível, ao contrário dos projetos nucleares propostos, que deixam ao final de sua vida útil uma herança de cerca de 1.000 toneladas de combustível irradiado a exigir custos e cuidados por centenas de anos se desmontados e reprocessados, e, por milhares de anos quando estocados intactos.

O desenvolvimento de 70% da capacidade hidráulica e 50% do potencial eólico permitiria gerar anualmente cerca de 1,4 bilhão de MWh vindas de fontes inteiramente renováveis, produção superior ao 1,1 bilhão de MWh requerido para atender a demanda brasileira prevista para a década de 2040 (considerando uma duplicação do consumo per capita anual, para 5 MWh, semelhante ao padrão atual da Itália e Espanha) quando, segundo o IBGE, a população se estabilizará em torno de 220 milhões. Há uma tendência natural de complementaridade das disponibilidades energéticas entre os ciclos hídrico e eólico. Além disso, eventual complementação com usinas térmicas, com suprimento flexível de combustível para operação em períodos hidro-eólicos críticos, permitiria aumentar a confiabilidade e reduzir custos.

Muitos fatores desempenharam um papel no acidente Fukushima, mas em última análise, a catástrofe foi consequência de pressupostos errados, um local perigoso, tecnologia nuclear superada, análise de segurança insuficiente e falta de supervisão e controle por autoridade de segurança nuclear independente. Minuciosa investigação, desenvolvida sob a liderança do Dr. Francisco Correa revelou que todos esses fatores de risco também estão presente no projeto de Angra 3. Como conclusão, um cenário de acidente catastrófico para esta usina não pode ser ignorado ou menosprezado:

1) No licenciamento de Angra 3, a Eletronuclear apresentou dados inadequados e não avaliou quantitativamente as frequências possíveis, consequências e os riscos para um conjunto representativo de sequências de acidentes. Esta avaliação é essencial para saber os reais riscos do projeto e para planejar cenários de emergência realistas. Angra 3 não emprega a tecnologia disponível em reatores de terceira geração, como o reator de água pressurizada Europeu (EPR), que inclui quatro novos sistemas de segurança tais como: a dupla contenção, quatro sistemas redundantes de segurança ativa separados em quatro prédios auxiliares, dois dos quais com proteção contra impacto de acidente aéreo; um coletor central de núcleo do reator sob o vaso de pressão, capaz de retê-lo em caso de fusão, e outras características de segurança adicionais.

2) Eventos externos, como incêndios, explosões, terrorismo e impactos de avião não foram considerados adequada ou suficientemente pelo projeto. Porém, acidentes de avião, sabotagem ou terrorismo, por exemplo, poderiam causar incêndios ou explosões com impactos superiores aos previstos nos critérios de projeto de Angra

3. Os reatores brasileiros não estão preparados para este tipo de eventos e não atendem os requisitos mais rigorosos que foram desenvolvidos na sequência dos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova York, nem mesmo as exigências que foram desenvolvidos depois de Three Mile Island em 1979. Angra 3 também não atende todos os requisitos de segurança aplicáveis para seu reator de referência Grafenrheinfeld na Alemanha. Contenção de Angra 3 terá apenas metade da espessura de Grafenrheinfeld, proporcionando assim menos proteção em caso de eventos como uma explosão de hidrogênio ou um acidente de avião.

3) Com o longo período decorrido desde o início do projeto, mais de 20 anos, a Eletronuclear gastou uma grande soma para armazenar, fiscalizar e manter os componentes do reator importados para Angra. À medida que os critérios de amostragem utilizados para inspeção a focam apenas sobre os componentes principais, existe a possibilidade de que os componentes não incluídos nas inspeções tornem-se disfuncionais pelo envelhecimento, aumentando os riscos no início da operação da usina e na fase operacional.

4) É paradoxal e gera apreensão observar que sítio de Angra dos Reis não atende nem mesmo aos critérios que a própria Eletronuclear está usando atualmente para identificar locais adequados para as futuras usinas nucleares (como as propostas para o Nordeste). Os critérios em vigor excluem a locais em áreas propensas a deslizamentos de terra ou próximos de cidades densamente povoadas. Angra 3, no entanto, está localizado em uma área com encostas instáveis e perto de uma cidade densamente povoada, Angra dos Reis. Estes novos critérios aprovados pelo próprio governo são uma admissão involuntária de que o Angra 3 não é local adequado para uma usina de energia nuclear.

5) Terremotos e tsunamis são eventos extremamente raros, especialmente no Brasil, mas a região entre São Paulo e Rio de Janeiro, onde Angra 3 está localizada, experimenta grandes e frequentes deslizamentos de terra e inundações em uma base regular, que podem desencadear eventos semelhantes aos ocorridos em Fukushima. Deslizamentos podem varrer e soterrar edifícios, pontes, estradas e outras instalações, podem causar falta de energia externa e a destruição do sistema de geração de diesel, e ainda impedir o acesso ao reator para o pessoal de emergência à usina de Angra, de forma semelhante à origem da catástrofe nos reatores de Fukushima. Deslizamentos são registrados desde o século 19, sendo notáveis os que precederam a grande ocupação humana e a urbanização atuais, como os 20 de Janeiro de 1859, de 1944 e de 17 de Março de 1967.

6) A cultura de segurança no setor nuclear brasileiro também apresenta muitos problemas, como um conflito de interesses devido a uma mistura de responsabilidades da Comissão de Energia Nuclear (CNEN), responsável por fiscalizar e por promover a energia nuclear. Falta supervisão adequada no processo de licenciamento das instalações nucleares, incluindo a fiscalização para determinar se as condicionalidades são cumpridas ou cumpridas no tempo devido. O fato de que as condicionalidades muitas vezes não são cumpridas na totalidade ou são cumpridas com atrasos enorme experiência provavelmente também aumenta as consequências de um eventual acidente, de ações de terrorismo ou de sabotagem nas instalações nucleares em Angra. Para resolver esses problemas, as instituições reguladoras brasileiras, a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais), ou seus substitutos, devem ser independentes as regras, funções e competências de cada órgão devem ser claramente definidas. Esta não é a situação atual.

Países destituídos de recursos energéticos, como Japão, Coreia, França, e mesmo Índia e China, lançaram mão da opção nuclear como alternativa de suprimento energético primordial e agora, pós-Fukushima estão promovendo profundas revisões, e, como no caso do Japão e Alemanha debatendo o abandono definitivo da opção. Mas a dotação de recursos do Brasil permite outra estratégia e exige uma reflexão e debate mais profundos, inclusive sobre os benefícios da tecnologia e ciência nucleares. A construção de usinas nucleares, per se, não garante avanços significativos no domínio da tecnologia nuclear. A consolidação da capacidade nuclear brasileira, inclusive para geração elétrica, depende do planejamento, projeto, desenvolvimento e construção de reatores, especialmente de pesquisa, no País. Há dois projetos para cumprir este papel. O primeiro é reator experimental de 50MW, de iniciativa da Marinha, projetado e cujos equipamentos foram construídos e estão estocados, há 20 anos. Este deveria, finalmente, ser montado e operado, e ser adaptado para testar tecnologias inovadoras em segurança, como as incorporadas pelo EPR, por exemplo, o sistema de convecção natural para garantir o resfriamento do núcleo mesmo na ausência de energia elétrica. Outro é o reator de alto fluxo nêutrons, para teste de materiais, apoio a pesquisa na agricultura, biologia e medicina e, para produzir radioisótopos, hoje caros e em falta no País. O investimento estimado para os dois projetos é de cerca de R\$ 1 bilhão, 5% dos custos economizados com cancelamento do plano atual de geração nuclear e sua substituição por outras fontes, renováveis, sustentáveis, sem incorrer nos riscos da operação das usinas, sem deixar como herança carga radioativa a exigir cuidados das gerações futuras. Está na ordem do dia debater o cancelamento de Angra 3, e utilizar os cerca de 8 bilhões de reais ainda não gastos de seu orçamento de forma mais eficiente para a população brasileira.

O resgate de uma dívida social

Colunista defende a criação de uma entidade pública, nos moldes da Petróleo Pré-Sal S.A, para gerir as usinas hidráulicas no Brasil
por Ildo Sauer — publicado 14/05/2012 11:08

O vencimento, a partir de 2013, das concessões de usinas hidráulicas, capazes de produzir cerca de 20 % energia elétrica consumida no País, traz a oportunidade de, simultaneamente, interpretar a Constituição Federal e implantar, na prática, os princípios e direitos nela preconizados. A sua interpretação e aplicação abrem caminho para o resgate de dívidas históricas e para saneamento de desigualdades sociais. Vejamos as disposições dos Artigos 6º, 20, 175 e 176 e as Leis 8987/95 e 9074/95: O Art. 6º afirma que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”

O Art. 20 afirma que “são bens da União: ... VIII - os potenciais de energia hidráulica; IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;”

Já os artigos 175 e 176 definem os princípios do regime de concessão para prestação de serviços públicos e de exploração e aproveitamento dos recursos minerais e dos potenciais hidráulicos:

“Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

“Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.”

A legislação produzida no âmbito do processo de liberalização e privatização dos anos 1990 promoveu a interpretação destes dispositivos constitucionais de maneira peculiar, privilegiando a fruição privada dos bens públicos. Os ajustes promovidos nos anos 2000 não alteraram substancialmente esta condição.

A Lei das concessões, 8987/95 complementada pela 9074/95, que detalhou a sua aplicação ao setor elétrico, visava transferir às empresas privadas a exploração da energia elétrica. Quando privatizadas, as usinas hidráulicas passaram a contar com período de concessão longo. Permitiu também que as usinas não privatizadas tivessem suas concessões prorrogadas por um período único, menor. O racionamento de eletricidade de 2001 objetivamente sustou o processo de privatizações e assim um número grande de usinas sob controle de estatais federais e estaduais tiveram suas concessões prorrogadas, com vencimentos previstos para os próximos anos.

A legislação em vigor estabelece que ao término das concessões todos os bens reverterem à União. Segundo a Lei 8987/95:

“Art. 35. Extingue-se a concessão por: I - advento do termo contratual; II - encampação; § 1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato. § 2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários. Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. Art. 42. As concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, observado o disposto no art. 43 desta Lei. (Vide Lei nº 9.074, de 1995). § 1º Vencido o prazo mencionado no contrato ou ato de outorga, o serviço poderá ser prestado por órgão ou entidade do poder concedente, ou delegado a terceiros, mediante novo contrato.”

A indenização de quaisquer bens reversíveis, ainda não amortizados, segundo levantamentos e demonstrativos a serem realizados, está prevista na legislação que estabeleceu a Reserva Global de Reversão (RGR).

Em razão do longo período das concessões é provável que estes saldos, se existirem, sejam muito pequenos e substancialmente inferiores aos fundos disponíveis.

A Reserva Global de Reversão (RGR), criada em 1957, é um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação, dos serviços públicos de energia elétrica, embora jamais tenha sido usada para este fim. Tem, também, sido utilizada para financiar a expansão e melhoria desses serviços, bem como financiar fontes alternativas de energia elétrica tais como aqueles constantes do Proinfa, para

estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de novos potenciais hidráulicos, e para desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica, e até mesmo o custeio das atividades da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, ainda não depreciados, sendo limitado a 3,0% de sua receita anual. Em 2010 o saldo da RGR, sob a gestão da Eletrobrás, excedia os 15 bilhões de reais.

A capacidade instalada das usinas cujas concessões se extinguirão nos próximos, a partir de 2013, supera os 22.000 MW, com geração anual de energia superior a 100 milhões de MWh, correspondendo a aproximadamente 20% de toda a energia consumida no País. São as usinas antigas, as primeiras desenvolvidas no País, que tem a vantagem adicional de estarem localizadas próximas dos grandes centros de consumo de energia.

Seu valor econômico pode ser aferido de diversas maneiras. O seu preço de oportunidade pode ser obtido por comparação com o custo marginal da expansão, representado pelas usinas recentemente contratadas. Este preço de oportunidade tem como referência: a) a proximidade dos 80 reais por MWh para usinas hidráulicas especiais, situadas a milhares de quilômetros dos centros de consumo (Rio Madeira e Belo Monte), agravadas por custos de transmissão em razão da localização; b) em torno de 100 reais por MWh par usinas eólicas, beneficiadas pela disponibilidade de equipamentos que não lograram contratos na Europa e EUA por causa da crise econômica; c) preço das usinas térmicas, nos centros de consumo, da ordem de 140 reais por MWh.

Portanto, para fins de análise pode-se adotar como valor de referência 100 reais por MWh. Assim o valor anual gerado situa-se em torno de 10 bilhões de reais (100 milhões de MWh multiplicados por 100 reais por MWh). Descontado o custo de operação e manutenção, entre 5 e 10 reais por MWh, o saldo líquido será superior a 9 bilhões de reais por ano. Esta é chamada renda hidráulica, o benefício que cabe ao proprietário de recursos naturais com características únicas, peculiares, cujo produto do desenvolvimento das usinas tem seu preço regulador definido pelo custo das outras alternativas de produção, as usinas alternativas. O proprietário deste benefício é a Nação Brasileira, segundo claramente estabelece a legislação, reproduzida parcialmente neste texto, acima. Este benefício pode ser repartido entre os consumidores de energia elétrica e os brasileiros mais carentes e historicamente destituídos de seus direitos básicos, especialmente do acesso à educação e saúde pública. A solução mais simples seria a criação de uma entidade pública, nos moldes da Petróleo Pré-Sal S.A, cuja denominação poderia ser Hidrobrás S.A. ou Enerbrás S.A, 100% estatal, para gerir as usinas. Esta entidade, com número reduzido de integrantes, poderia contratar a operação das usinas com os atuais concessionários, pagando-lhes os custos de operação e manutenção, assegurando a força de trabalho das empresas. Seria, substancialmente, responsável pela venda da energia junto às concessionárias de distribuição de eletricidade, reguladas. O preço de comercialização poderia ser estabelecido para partilhar com os consumidores parte da vantagem econômica destas usinas, por exemplo, da ordem de 70 a 80 reais por MWh, com o que os consumidores se beneficiariam com cerca de 20 a 30% da renda hidráulica. Neste exemplo o saldo da renda anual, descontado o custo de operação e manutenção, seria da ordem 6 a 7 bilhões de reais. Este valor deveria ser destinado à educação e saúde públicas, que, segundo o Artigo 6º. da Constituição, são direitos sociais dos brasileiros, até o momento não universalizados.

Nesta avaliação foi adotada a hipótese de isenção tributária das operações da entidade, em razão de sua destinação pública, extensão do Tesouro Nacional. Em caso de tributação convencional, o resultado seria reduzido em um terço, aproximadamente. Ainda assim o valor final seria da ordem de 4 a 4,5 bilhões de reais anuais líquidos para educação e saúde públicas. Se os bens são da Nação e os brasileiros têm direitos, não cumpridos pelo Estado, à educação e saúde, nada mais justo do que promover o resgate destes direitos usando para tal fim os bens públicos, como as usinas hidráulicas, pertencentes à Nação. A adoção deste princípio para a gestão das usinas hidráulicas e a destinação social de seus benefícios, sinalizaria uma mudança radical para a sociedade brasileira. Além dos potenciais hidráulicos o povo brasileiro também é, segundo a Constituição, titular dos direitos sobre os bens minerais e sobre o petróleo e gás natural, cuja exploração permite a obtenção de rendas muito superiores a das usinas hidrelétricas, em razão do volume dos recursos do Pré-sal e das minas de ferro, principalmente.

Estas rendas também deveriam ser direcionadas a prioridades públicas, a começar pela educação e pela saúde.

ANEXO C – Notícias do JN e *corpus* das transcrições

Em DVD.

ANEXO D – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS⁷¹

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III)
da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Artigo I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo III

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

⁷¹ O texto completo encontra-se disponível em: < http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>.